UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

O CAMPO DO GEÓGRAFO:
colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde
(1917-1964)

Volume I

SÉRGIO ADAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Robert Moraes

SÃO PAULO
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O CAMPO DO GEÓGRAFO:
colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde
(1917-1964)

Volume I

SÉRGIO ADAS

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Robert Moraes

SÃO PAULO
2006

A meu pai, Melhem Adas, espírito de luta que tanto superou e semeou com generosidade e humildade na família, nas salas de aula, nos livros e no trato com as gentes.

A meu filho, Samuel Sales Adas, Mestre nobre e luminoso que a cada instante transforma e guia meu pensamento, sentimento e ação e que, com sua presença vibrante, me faz acreditar no movimento da vida e ter esperança diante do vasto mundo.

In memoriam de Orlando Valverde (1917-2006)

AGRADECIMENTOS

Não foram poucos aqueles que disponibilizaram paciência em “escuta”, palavras e gestos de estímulo por demais generosos durante o processo de investigação e redação deste trabalho. Gostaria de expressar minha gratidão particularmente:

Ao professor Silvio Carlos Bray (IGCE-Unesp/Campus Rio Claro), pelas contribuições duradouras que jamais negou oferecer a este trabalho, quando ele intentava nascer.

Aos professores André Martin (Departamento de Geografia/FFLCH-USP) e Gildo Marçal Brandão (Departamento de Ciência Política/FFLCH-USP), pelas leituras e sugestões atentas à tese na ocasião do Exame Geral de Qualificação.

Ao amigo Fábio Betioli Contel, cujo convívio é lavrado com sincera e clara estima, e aos demais colegas do Laboplan (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental), pelo espírito de pesquisa e simpatia na acolhida.

A José Feres, Ivã Carlos Lopes (Departamento de Lingüística/FFLCH-USP) e Rainer Wehrhahn (Geographisches Institut der Christian-Albrechts-Universität zu Kiel), com os quais há anos cultivo a preciosa comunhão da amizade.

Ao amigo e economista Michel Chossudovsky (University of Ottawa) e à amiga e geógrafa Micheline Ladouceur pelo posicionamento crítico e engajado nas questões da geografia mundial.

Ao professor e amigo Celso Fernando Favaretto (Faculdade de Educação-USP), filósofo e educador que muito contribuiu em minha formação e que ainda hoje inspira o tino de meus ideais.

A minha avó, Victoria Nami Adas (1915-2006), sopro de ternura que transcende o tempo e que, durante a lida diária de redação deste trabalho, me presenteou com suas histórias de vida.

Aos amigos músicos André Mehmari e Mário Feres, irmãos de alma que clarificam a vida de tantos com os timbres de seus pianos e (re)criam o mundo para melhor porque vão à sua essência.

A meus pais e irmãos por sempre me apoiarem e pelos momentos de congraçamento que tornam a vida mais prazerosa.

A Letícia, esposa e companheira, pelo apoio e paciência com que me acompanhou nesta empreitada.

A Mitsue Morissawa, pessoa valorosa por quem nutro admiração, pelas dedicadas e zelosas correções ortográfica e gramatical, além da edição deste trabalho.

Às secretárias da Pós-Graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP pela disposição e boa vontade sempre presentes em ajudar e informar.

A meu orientador, Antonio Carlos Robert Moraes (Departamento de Geografia/FFLCH-USP), cuja boa vontade e franqueza ajudaram a alicerçar as linhas deste trabalho, impulsionando-o para frente quando tudo parecia desabar.

Por último, minha gratidão à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pela bolsa de estudos que muito contribuiu para que este trabalho viesse a lume.

SUMÁRIO

<i>Resumo</i>	ix
---------------------	----

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	---

PARTE I OS ANOS DE FORMAÇÃO (1917-1945)

Capítulo 1 – Do Engenho Velho para a Universidade do Distrito Federal	5
1.1. A infância no Rio de Janeiro.....	5
1.2. Nas salas do Colégio Pedro II.....	9
1.3. Na Escola Naval, a navalha de tempos conturbados.....	13
1.4. A tríade formativa embrionária: UDF, CEG e AGB-carioca.....	17
1.4.1. <i>Nasce um geógrafo na UDF (Universidade do Distrito Federal)</i>	17
1.4.2. <i>A gestação das matrizes epistemológicas e dos pares intelectuais</i>	21
1.5. O ingresso e os primeiros anos de Orlando Valverde no CNG (1937-1945).....	31
1.5.1. <i>“Salvar o país sem perder a si mesmo”</i>	31
1.5.2. <i>A “redenção dos sertões” e a ocupação dos fundos territoriais</i>	37
Capítulo 2 – Gritam cá, que reconheço lá: a redescoberta empírico-indutiva do território nacional	40

PARTE II AS ATIVIDADES GEOGRÁFICAS DE VALVERDE NO PÓS-GUERRA (1946-1951)

Capítulo 3 – O “balanço” do encontro entre dois itinerários: Waibel e Valverde	61
3.1. Em Winsconsin, a semeadura de uma estima duradoura.....	61
3.2. Arejar os desconfortos da colonização dirigida.....	66
3.3. As delusões mudancistas.....	71

Capítulo 4 – O reaparelhamento metodológico da obra valverdiana	
no pós-guerra.....	79
4.1. Dois hemisférios geográficos e um atlas.....	79
4.2. A renovação da Geografia Tradicional no governo Dutra.....	82
4.3. As filiações e os princípios teórico-metodológicos legados por Waibel	
a Valverde.....	90
4.3.1. <i>A Geografia como estudo da “variação de áreas” e o critério positivo de</i>	
<i>seleção valverdiano.....</i>	<i>94</i>
4.3.2. <i>O lugar da teoria de Von Thünen no labor geográfico de Orlando</i>	
<i>Valverde.....</i>	<i>100</i>
4.3.3. <i>A luta contra o determinismo e a ênfase na abordagem histórica.....</i>	<i>108</i>
 Capítulo 5 – Alternativas de organização agrária, povoamento e agricultura no	
governo Dutra (1946-1951).....	114
5.1. Entre povoar territórios desertos e recolonizar os devassados.....	115
5.2. As contendas parlamentares e públicas sobre reforma agrária e colonização.....	121
5.3. O Plano Salte e o Relatório da Missão Abbink.....	130
 Capítulo 6 – As idéias de Waibel e Valverde para além-muros do CNG.....	137
6.1. O Estado e a ocupação dos fundos territoriais: uma aporia valverdiana?.....	137
6.2. As idéias-força de Caio Prado Júnior, Waibel e Valverde sobre colonização.....	143
6.3. O significado político interno de uma excursão.....	152
 Capítulo 7 – O <i>melting pot</i> nacional valverdiano: integração econômica e	
assimilação cultural.....	169

PARTE III

A AGRICULTURA BRASILEIRA

NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO VALVERDIANO (1951-1964)

Capítulo 8 – O itinerário institucional valverdiano: obras e atividades	
geográficas (1951-1964).....	181
8.1. O temário uso da terra e seus fertilizantes políticos (1951-1956).....	181
8.2. As desventuras institucionais no “período áureo”	
da Geografia brasileira (1956-1961).....	187

8.3. A “reforma metodológica” nos anos de crise (1961-1964).....	200
--	-----

Capítulo 9 – O campo político da inserção valverdiana na questão agrária (1951-1964).....208

9.1. O revivamento da questão agrária no segundo governo Vargas (1951-1954).....	208
9.2. A questão agrária no auge e na crise do desenvolvimentismo (1956-1964).....	216
9.2.1. <i>Anos JK: omissão da questão agrária e modelo oligárquico de apropriação territorial (1956-1961).....</i>	217
9.2.2. <i>Alternativas moderadas de reforma agrária e reformas de base (1961-1964).....</i>	224

Capítulo 10 – Linhas mestras da geografia agrária valverdiana: sistemas agrícolas e conservacionismo.....239

Introdução.....	239
10.1. O estudo dos sistemas agrícolas.....	246
10.1.1 <i>Rotação de terras primitiva.....</i>	249
10.1.2. <i>Rotação de terras melhorada.....</i>	252
10.1.3. <i>Rotação de culturas primitiva.....</i>	254
10.1.4. <i>Rotação de culturas melhorada.....</i>	255
10.2. A ótica conservacionista.....	258
10.3. Reforma agrária, conservacionismo e regime de propriedade.....	269

Capítulo 11 – A aliança entre planificação rural e geografia: antídoto para os males do campo.....276

11.1. As obras de açudagem e a “incúria dos particulares”.....	276
11.2. Os critérios para a localização de missões rurais e o hábitat rural.....	284
11.3. O cooperativismo.....	286
11.4. O combate às manifestações comportamentais de “atraso”.....	289
11.5. Das “choças miseráveis” à rede urbana.....	291

Capítulo 12 – Modernização e superação do “atraso”: motes permanentes da visão agrária valverdiana.....300

12.1. O “atraso” da agricultura e a “prosperidade/decadência” das regiões.....	300
12.2. Os males da saúde no campo.....	304

12.3. Subsídios técnico-geográficos para um melhor governo do Estado.....	308
12.4. Os efeitos da alocação de infra-estruturas físicas no território.....	313
12.5. Absenteísmo dos proprietários rurais.....	317

Capítulo 13 – Onde impera o auriverde pendão um dos nossos é

certo estar presente?.....

13.1. Os traços “feudais” do “atraso” e a distribuição da renda e da propriedade.....	322
13.2. O “anticampesinismo” caiopradiano e valverdiano.....	330
13.3. A <i>plantation</i> e o fracionamento do latifúndio.....	336

Considerações finais.....

344

Apêndices.....

354

Bibliografia utilizada.....

452

RESUMO

Com o intuito de contribuir para os estudos sobre a história do pensamento geográfico no Brasil, este trabalho apresenta a análise da produção científica de Orlando Valverde (1917-2006), primeiro geógrafo contratado pelo CNG (Conselho Nacional de Geografia) em 1937, no Rio de Janeiro. Particularmente dedicado à análise de seus escritos elaborados entre 1942 a 1964, busca compreendê-los baseando-se em quatro eixos bibliográficos complementares e essenciais, ou seja, sócio-político, institucional (CNG/IBGE) e intelectual e, quando demonstrou-se salutar para depreender o posicionamento político-ideológico do autor, metodológico. Entre os resultados obtidos, defende-se que o discurso geográfico valverdiano apresenta influências significativas das políticas lideradas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) relativas aos temas colonização, povoamento e agricultura. Ademais, tanto no que tange à eleição de temas quanto na forma de tratamento, demonstra-se como a produção científica do geógrafo manteve estreitas relações com o pensamento nacional-desenvolvimentista gestado mais pronunciadamente a partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e como nela encontram-se certas reservas políticas do geógrafo com relação ao tratamento dedicado à questão agrária durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A compreensão desses aspectos foi efetuada partindo-se dos próprios escritos do autor e, por intermédio das evidências neles coletadas, a pesquisa as comparou e interpretou mediante os elementos de conjuntura circundantes à sua produção.

Palavras-chave: Orlando Valverde, IBGE, Geografia Agrária, Colonização, pensamento geográfico.

ABSTRACT

In order to contribute to geographical thought in Brazil the aim of this work is to assess the scientific production of Orlando Valverde, the first geographer hired by CNG (National Council of Geography) on 1937, in Rio de Janeiro. Particularly dedicated to the analyzes of his paper's written from 1942 to 1964, this assessments takes four forms: social-politics, institutional, intelectual and methodological (on the bases of author's politic-ideologic position). We realized that Valverde geographic discourse represents significative influence of Getúlio Vargas politics on the New State regarding colonization, settlement and agriculture. Furthermore, not only the election of subjects but also the way of treatment shows that the geograpers's scientific production was closely tied to national developmental thoughts mainly after Getúlio Vargas second government (1951-1954). The geographer presents also some political critics regarding to the agrarian issue Juscelino Kubitschek's (1956-1961) government (1956-1961). The comparative and interpretative analysis was done considering the context of the geographer production.

Key-words: Orlando Valverde, IBGE, agrarian geography, colonization, geographical thoughts.

INTRODUÇÃO

A elaboração do trabalho ora apresentado teve por objetivo perscrutar a trajetória e a produção científica do geógrafo carioca e ibegeano Orlando Valverde, tomando como intervalo temporal os anos de 1917 a 1964. Quanto à delimitação temporal indicada, cabe esclarecer que, durante a investigação realizada para se cumprir o fim almejado, ela se demonstrou como a mais apropriada para circunscrever a especificidade de nosso objeto de estudo, qual seja a preocupação de compreender as bases formativas da produção de Orlando Valverde. Com efeito, tal opção pareceu-nos indicar maior eficácia quando se apresentou como necessidade incontornável desvelar as matrizes geográficas e as linhagens ideológicas assumidas pelo autor em sua trajetória científica e profissional que se estendeu até 2000.

Inicialmente revelou-se de extrema valia um tratamento para os anos compreendidos entre 1917 e 1951 para uma aproximação mais acurada acerca do nascedouro de temas e valorações encontrados nos escritos do geógrafo a partir dos anos 1950. Na verdade, embora Orlando Valverde tenha adquirido notoriedade perante a comunidade geográfica brasileira em virtude dos trabalhos elaborados após 1950 – principalmente a partir de 1957, quando então publicou a obra *Planalto Meridional do Brasil*, que o consagrou como especialista em colonização, e desde 1967, quando logrou publicar inúmeros escritos sobre a Amazônia –, o conhecimento de suas atividades anteriores é, senão inexistente, por demais exíguo entre os historiadores do pensamento geográfico e os geógrafos,. Apenas para citar um exemplo expressivo do caráter nocivo de tal lacuna, importa atentar para o fato de que ela compromete uma visão sistematizada sobre as relações mantidas entre o Valverde e o Estado Novo e, mais grave ainda, oblitera um entendimento sobre seu posicionamento ante as políticas territoriais e ideologias geográficas conduzidas tanto durante esse regime discricionário como também na década de 1950.

Cabe ainda esclarecer, quanto ao intervalo de análise aqui adotado, que, logo de partida, quando do início de nosso estudo, constatamos a existência de três trabalhos acadêmicos nos quais a obra de Orlando Valverde, embora tomada parcialmente por meio de alguns escritos expressivos publicados nos anos 1950 e 1960, mereceu um

tratamento afeito ao enfoque estritamente metodológico. Foi desse modo que OLIVEIRA (1978), ETGES (2000) e FERREIRA (2002)¹, em suas respectivas teses de doutorado, circunscreveram alguns aspectos da obra do geógrafo, seja abordando-os em análises centralmente dedicadas a compreender o legado de seu mais importante orientador científico, Leo H. Waibel, seja contemplando a contribuição do geógrafo ibegeano diante de outros geógrafos agrários pátrios. Aspecto relevante a ser sublinhado, afora o mérito incontestado desses trabalhos segundo os fins aos quais foram destinados, neles emerge a ausência pronunciada de uma compreensão direta dos móveis político-ideológicos e das determinações históricas imiscuídos na produção seminal valverdiana. Nesses estudos, a bem da verdade, a obra do geógrafo é referenciada quer por meio de uma crítica negativa, quer pelo prisma de um préstimo a-histórico excessivo, prevalecendo em suas análises específicas (que, aliás, não pretenderam tomá-la como centro) o “descuido” em não a situar no movimento mais geral das determinações históricas em que ela foi estruturada. Desse modo, é justo reconhecer, o tratamento da obra valverdiana na literatura especializada existente ainda se encontra afastado do contexto de circulação de idéias no qual ela foi fecundada e ao qual procurou fornecer respostas e sofreu, decerto, inflexões nada desprezíveis.

Outros autores tomaram a trajetória científica valverdiana como referência nesses mesmos moldes. Consagrados geógrafos, como MONTEIRO (1980), AB’SÁBER (1989) e ANDRADE (1995)², manifestaram consenso acerca da importância da contribuição geográfica de Orlando Valverde à Geografia brasileira, considerando-a uma das mais expressivas, quer pelas inovações metodológicas que introduziu no panorama da disciplina em nosso país, quer em virtude da marcante postura de geógrafo-cidadão assumida pelo autor para o qual se voltam as linhas do trabalho ora apresentado. Com efeito, segundo as observações convergentes desses geógrafos insígnies, Valverde teria inaugurado um novo estilo de pesquisas geográficas de campo, mais efetivamente “amarrado” ao conhecimento das realidades regionais, tendo, ao lado disso, desempenhado um papel significativo no processo de ruptura em relação aos modelos estrangeiros, fato que teria permitido à Geografia brasileira adquirir contornos próprios no prumo de um amadurecimento incontestado, cujos primeiros sinais despontaram na realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, organizado pela UGI (União Geográfica Internacional), realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1956. Essas três últimas abordagens, embora se diferenciem das três primeiras, em

função de tratar a obra de Orlando Valverde do ponto de vista do plano mais interno da disciplina geográfica em nosso meio, também evidenciam a ausência do estabelecimento de relações mais estreitas entre os escritos valverdianos e os contextos sociais, políticos e intelectuais mais amplos e iniciais nos quais eles foram germinados.

Assim, embora sem negligenciar ou discordar do conjunto dessas referências, porque zelam em conservar algo de verdadeiro a respeito da obra do geógrafo ibegeano, optamos, no trabalho ora entreaberto, por trilhar um esforço de conciliação entre, de um lado, suas idéias, valorações e escolhas temáticas de estudo e, de outro, a dinâmica societária, político-institucional e técnico-científica com a qual os 27 primeiros anos de sua trajetória profissional estiveram ombreados. Foi assumindo como sola o referido diagnóstico que passamos a julgar oportuno deslindar esses aspectos da obra do geógrafo – isto é, principalmente alguns dados de conjuntura circundantes à sua produção inicial – a fim de buscar uma melhor caracterização de nosso estudo, elegendo tal *démarche* analítica como a mais indicada para instaurar sua especificidade e, quiçá, oferecer uma contribuição à história social do pensamento geográfico brasileiro. De modo que, conforme o esquadro sugerido, o esforço aqui semeado e doravante disponível ao leitor se volta mais particularmente para as nuances político-ideológicas da produção valverdiana ou, em outras palavras, diferindo de algumas abordagens já citadas, não pretendeu incorrer sobremaneira nos aspectos metodológicos assumidos pelo geógrafo, a não ser quando estes se mostraram capazes de aclarar algo sobre o foco principal de análise sublinhado.

PARTE I

OS ANOS DE FORMAÇÃO (1917-1945)

Ibegeano, alerta!

De pé pelo Brasil

Com a mente bem desperta

Com flama varonil

(estribilho) bis

(Hino do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Estribilho)

Capítulo 1

DO ENGENHO VELHO

À UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

1.1. A infância no Rio de Janeiro

Orlando Valverde nasceu em 16 de abril de 1917, no Rio de Janeiro. Descendente de imigrantes espanhóis, oriundo da classe média urbana e filho de Antônio Valverde Gonzales e de Elisa Alcântara Medina, descortinou os segredos de sua infância e adolescência num ambiente que transpirava o esforço pelo conhecimento do país, necessário para capacitá-lo a enfrentar seus problemas e que se manifestava em diversos segmentos da sociedade brasileira da Primeira República.

Em 7 de dezembro de 1917, transcorridos quase oito meses desde o nascimento de Valverde, o engenheiro Francisco Bhering, chefe da Comissão da Carta Geográfica da SGRJ (Sociedade de Geografia do Rio Janeiro), dirigiu-se aos ouvintes de uma palestra demarcando a necessidade de se preencherem as lacunas e os erros dos trabalhos sobre o Brasil. Na ocasião, em nome de um exercício patriótico em prol da *Geografia Brasilis*, convidava “*todos quantos se embrenham pelos sertões, pelos páramos extremos e centrais, para fornecer as informações, as pinturas que possuam, que algumas vezes se lhes afiguram sem importância, ingênuas mesmo*” (PEREIRA, 2002:144).

Na mesma físga temporal em que esses apelos ressoavam, as expedições do Marechal Rondon perseguiram intentos não meramente científicos, porém semelhantes. Esse enviado do Exército Brasileiro – leia-se do Estado e da Nação – não enveredou nas brenhas apenas para perquirir novos conhecimentos ou para deslindar o maravilhoso ou o exótico. Para além daqueles reclamos acalorados, levando consigo um poderoso ícone da modernidade – o telégrafo –, disseminou nas terras percorridas um instrumento capaz de estender o braço do poder até as paragens distantes do Norte (LUCA, 1999:120-121). Os feitos realizados em suas andanças foram um exemplo vivaz do que homens práticos – militares, técnicos,

engenheiros, geógrafos, cientistas – poderiam fazer pelo país naquele lustro em que Orlando Valverde despontava pela tomada de conhecimento da existência de um Brasil autêntico, individualizado, cuja prédica de necessário desbravamento seria mais frontalmente aviada nos anos 1920 e concretizada com a Revolução de 1930 (ANDRADE, 1995:119).

Período de alta densidade de eventos¹, os primeiros anos de Orlando Valverde foram ainda enredados com os significados das comemorações do centenário da emancipação política do Brasil (1822-1922), arremessando para o primeiro plano o debate sobre a realidade e o alcance da independência nacional². Os preparativos para o Centenário da Independência já haviam mobilizado, anos antes, vários setores da cidade do Rio de Janeiro. Em 17 de maio de 1918, numa das sessões da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, fora lançada uma proposta para a realização da obra *Geografia do Brasil*, como edição comemorativa do evento que se aproximava³. A comissão organizadora desse projeto contou com Everardo Backheuser, Lindolfo Xavier, capitão Francisco Jaguaribe de Mattos, Antônio dos Santos Pires, Thaumaturgo de Azevedo, além do engenheiro Francisco Bhering que, em 1917, conforme frisado no início deste capítulo, já havia convocado os membros da Sociedade para o exercício patriótico da *Geografia Brasilis* (PEREIRA, 2002:142)⁴.

No que concerne às comemorações do Centenário, observa-se que motivações análogas sustentaram as iniciativas tanto da SGRJ quanto dos organizadores de seus pavilhões: em síntese comparativa, tratava-se não só de dirigir esforços para o autoconhecimento do país em bases territoriais como de expor o que já era conhecido, para a superação de seus problemas, em afinidade com o “despertar geracional” da boa-elite com vistas à atuação política, sem recair no nacionalismo exclusivista que pudesse alijar não apenas as contribuições científicas estrangeiras como também os investimentos dessa natureza⁵.

Em síntese, importa ressaltar que, nas quadras dos anos 1920, embora as análises de intelectuais e as iniciativas da Sociedade acerca da realidade nacional não fossem despojadas de contrastes, quando tomadas em conjunto ao menos um ponto de convergência permaneceu demarcado entre suas eventuais nuances diferenciadoras: o

Brasil ostentava um patrimônio geográfico invejável, que não o deixava ser confundido com os demais países, detentor de fronteiras quase continentais que inflamavam essa visão largamente disseminada na cultura da época.

Perfilada com os incitamentos e feitos passados em revista, a semeadura da infância do menino Orlando transcorreu nos lugares quase ermos da cidade emissora daqueles desígnios conclamados, o Rio de Janeiro, que no início do século XX contava com 500 mil habitantes e era um centro comercial para a produção de açúcar e café (REZENDE, 2002:258). A partir das informações disponíveis em uma entrevista realizada com o geógrafo, em outubro de 1991, os dados sobre sua puerícia foram por ele comentados em tom memorativo e com o “filtro” de seus 74 anos, fornecendo uma idéia tanto de suas curiosidades de garoto quanto da ambiência na qual transcorreram seus anos lúdicos:

“Eu sou do Rio de Janeiro. Nasci no centro do Rio, praticamente na esquina da Avenida Rio Branco com Ouvidor, em abril de 1917. Quando completei 2 anos, minha família tinha se mudado para o Engenho Velho, no caminho para a Tijuca, numa casa de centro de terreno, com árvores frutíferas, de onde se podia ver, da varanda dos fundos, o Sumaré já todo invadido pelo ‘colonião’, onde o desmatamento tinha sido feito talvez uns 2 séculos antes, com a penetração do café no Sudeste. Ele começou pela cidade do Rio de Janeiro mesmo. Sempre tive uma curiosidade muito grande. Que haverá atrás daquele morro? Pensava eu, quando vinham, trazendo mau tempo, as massas frias, vindas do sul. As nuvens porejavam pelo alto da montanha e, descendo, provocavam chuvaradas. Aquilo para mim era um desafio. De vez em quando, eu, com meu irmão e amigos fazíamos excursões, passeios, como por exemplo, à cascatinha da Tijuca, no Alto da Boa Vista; ao reservatório de água potável, situado na Fábrica das Chitas, um bairro que ainda tinha mata e um reservatório, de onde a água vinha direta para as casas, sem tratamento nenhum. Brincávamos pendurados em cipós, em cima do reservatório, balançando como ‘tarzãs’ e, quando o guarda não estava, tomávamos banho, às escondidas” (BUSS et alii, 1991:224-225).

As lembranças do autor deixam clara a liberdade com que as crianças desfrutavam e exploravam as paragens de uma cidade que então era a capital do país, em contato com a natureza, sem as amarras do ir-e-vir dos atuais centros urbanos, aliando às traquinagens o senso da descoberta dos lugares. Suas palavras memorativas trazem a lume a presença de uma curiosidade alerta desde tenra idade e de uma observação atenta e minuciosa dos

arredores. Porém, anos mais tarde, para além do morro do Sumaré, a curiosidade do menino Orlando encontrou abertura para a aquisição de novos conhecimentos que complementaram aqueles sorvidos naturalmente nas paragens da infância. Orlando realizou seus estudos primários na escola pública Bezerra de Menezes, localizada na esquina da rua São Francisco Xavier com Almirante Cochrane (BUSS et alii, 1991:225).

Paralelamente às impressões colhidas no ensino público e ao lado das aulas de Português, Matemática, Geografia, História, História Natural e demais disciplinas, Orlando colheu os ares de seu tempo e dos embates políticos⁶ e culturais⁷ travados em sua cidade. Fato significativo, seus dez primeiros anos se desenvolveram na ambiência de uma cidade sobre a qual pairavam os elementos particularizantes de uma capital da República, o que é substancial para se compreenderem outros decênios de sua trajetória de vida⁸. Mais especificamente, a centralidade política do Rio de Janeiro viabilizou o conjunto de instituições com as quais Valverde conviveu em diferentes momentos de sua vida, como o Colégio Pedro II, a Escola Naval, a Universidade do Distrito Federal e o próprio CNG (Conselho Nacional de Geografia).

Além do aspecto frisado, tomando-se como sola o breve percurso trilhado até aqui por Valverde, nota-se que, tanto durante seus anos de infância quanto ao longo do ensino primário, o espaço ocupou posição destacada nos discursos sobre a nação brasileira, seguindo, ademais, a tendência já firmada desde a Independência. Aliás, como se verá adiante, nos anos ginasiais que passou no Colégio Pedro II, tal diagnóstico não só persistiria ancorado na noção de “civilização”, como também, sob o impulso catalisador de outro conceito denso de espacialidade – o de *modernização* –, seria atualizado sem implodir “*a ponte entre as velhas instituições do saber e as novas agências de difusão de um novo ideal de ciência*” (MORAES, 2002:121). Nesse trânsito, a vastidão do país, “*um épico sempre em cartaz*”, foi associada à necessidade de torná-lo a maior do mundo⁹. É na esteira da essencialidade desses discursos geográficos¹⁰, vigentes na Primeira República segundo diferentes matizes e “conservados” mesmo após a Revolução de 1930, que se torna possível compreender as influências recebidas por Valverde no ensino ginasial, durante o qual o professor Fernando Antônio Raja Gabaglia teve um papel proeminente. Foi nesse contexto que a narrativa sobre a conquista e a manutenção das fronteiras brasileiras adquiriu vulto

ante a curiosidade do menino Orlando, num momento em que a integridade do território ensejava uma possibilidade de recuperação positiva do passado e a Geografia aflorava, junto com a História, como um saber considerado estratégico para a formação de uma consciência nacional¹¹.

1.2. Nas salas do Colégio Pedro II

Valverde finalizou seus estudos primários em 1927. Naquela época, a admissão ao curso secundário somente era permitida a partir dos 11 anos completos e, dessa forma, ele precisou cursar durante um ano uma escola particular no Alto da Tijuca. Entre 1929 e 1932, no intervalo entre as vésperas da Revolução de 1930 até a Revolução Constitucionalista de 1932, Valverde realizou estudos no Colégio Pedro II¹², situado na avenida Marechal Floriano, no Rio de Janeiro. O prestígio e o renome dessa instituição enquanto formadora das elites eram reconhecidos desde o Brasil Império e adentraram inabalados a Primeira República. O período no qual Valverde a frequentou esteve envolto pelos acontecimentos e significados da Revolução de 1930¹³ e, nos horizontes educacionais, entremeado por duas reformas do ensino: a Reforma Luiz Alves-Rocha Vaz, efetivada em 1925, e a Reforma Francisco Campos¹⁴, ocorrida em 15 de abril de 1931.

Dos elementos contextuais selecionados, importa extrair ao menos como amoldaram as estruturas administrativas, ideológicas e educacionais estatais que cingiram a formação sócio-cultural de Valverde no ensino ginasial. Um primeiro aspecto relevante a ser ressaltado, nesse sentido, é o fato de a Revolução de 1930 ter inaugurado um reordenamento institucional no país¹⁵, com sérias e profundas conseqüências para a Geografia até então praticada (MOARES, 1988:124-131). Concomitante aos significados políticos da Revolução, foi somente a partir de seu desfecho que se adensaram os esforços para dotar o país de serviços geográficos, estatísticos e cartográficos mais eficientes em comparação com os do período anterior. Os ideólogos do regime iriam se gabar das iniciativas que colocaram em marcha, a fim de estabelecer um sistema *“racionalizado e sob perfeita sistematização que fosse capaz de proporcionar ao governo elementos imprescindíveis ao controle eficiente do seu plano de ação político-administrativa”*, e

colocar galhardamente suas realizações em contraposição às do período anterior, no qual “a falta de coordenação dos elementos de que dispúnhamos tornava-se tão evidente que até mesmo os documentos oficiais apresentavam, quando de procedências diversas, a mais clamorosa disparidade na simples enunciação das cifras referentes à área territorial do país” (SCHWARTZMAN, 1983). Nesse sentido, também no campo da organização dos trabalhos geográficos é possível entrever que os aportes da Revolução de 1930 somente se consumaram e se definiram com o Estado Novo, tal como MARTINS (1983:685) indica, para o plano político, e BIELSCHOWSKY (2000:248-252), para o plano econômico, ao propor um esboço do projeto desenvolvimentista no Brasil¹⁶.

Quanto à Reforma Luiz Alves-Rocha Vaz, a última reforma educacional da Primeira República, cabe precisar que estabeleceu nova lei apenas um ano antes do ingresso de Orlando Valverde no quadro discente do Colégio Pedro II. De acordo com seus preceitos, a organização didática e administrativa desse colégio passava a ser considerada modelo indispensável para a elevação de qualquer estabelecimento de ensino à condição oficial (ROCHA, 2000:87). Tal medida repercutiu sobremaneira em toda a estrutura educacional. No caso específico do ensino de Geografia praticado, as idéias de Delgado de Carvalho adquiriram vulto e legitimação. Com efeito, a partir de 1927 as atividades profissionais desse geógrafo se voltaram cada vez mais à docência, principalmente dirigidas para a Escola Normal e o Colégio D. Pedro II, e ele assumiu, em 1930, a direção do Externato Pedro II, “quando tentou implementar várias mudanças administrativas, de relações de trabalho e docência, interferindo diretamente no cotidiano da escola e até nos conteúdos programáticos” (FERRAZ, 1994:70)¹⁷.

Conhecido o trânsito dos principais processos educacionais e sócio-políticos que estiveram presentes nos anos ginasiais de Valverde, vale trazer à baila os comentários memorativos sucintos – porém, valiosos – feitos por ele sobre esse período. Em tom enfático, ele destaca seus anos do ensino médio como decisivos em sua vida, considerando-se “cria do Pedro II”, identificando neles a formatação de sua vocação geográfica sob o deleite e o impacto proporcionados pelas aulas do professor Fernando Antônio Raja Gabaglia (1886-1965). A respeito da atuação deste como professor, Valverde explicita, nas

memórias da época do Colégio Pedro II, tanto a importância de suas aulas, no momento de sua própria escolha profissional, quanto a influência que elas exerceram posteriormente:

“O ensino médio, depois que analisei bem o meu passado, eu vi que foi decisivo. Eu estudei, eu sou cria do Pedro II. Colégio Pedro II ali da Av. Marechal Floriano, eu tive um professor que depois colaborou, primeiro resistiu, depois colaborou com o IBGE. Chamava-se Fernando Antônio Raja Gabaghlia que depois tornou-se até diretor muito tempo, era uma personalidade muito curiosa, uma cultura invulgar e eu me lembro de aulas, ele quase sempre, chegava, era um boêmio terrível e deixava todo mundo passar e a disciplina na aula dele, deixava extremamente a desejar. Na minha turma havia o filho de um colega dele do Colégio Pedro II, esse garoto andava por cima das carteiras, nas aulas dele, ele repreendia, as vezes perdia a paciência, botava... umas, digamos, ou três vezes ao ano ele chegava e dizia assim, cinicamente: ‘Hoje eu vou dar aula’ e dava um soco na mesa, botava uns dois ou três para fora da sala, inclusive esse, e então algumas aulas, como por exemplo, Fronteiras do Brasil e a obra de Rio Branco, sabe que eu não tomei nenhuma nota, nenhuma, meu papel, meu caderno, ficou em branco naquela aula, mas ele marcou de tal maneira a minha memória, o meu entendimento de garoto, que vinte anos mais tarde, quando eu era professor de ensino médio no Colégio Souza Aguiar por exemplo, no Paulo de Frontin quando eu fui dar fronteiras do Brasil, eu ficava envergonhado comigo mesmo, porque eu, ninguém sabe, mas eu estou plagiando o Raja Gabaghlia, porque eram as palavras, os mapas na cabeça e tudo mais, eu me lembro por exemplo de citações, por exemplo sobre a colonização européia, essa coisa toda, ele citava obra, obras em francês, em inglês, nome de Moris Davies apareceu pela primeira vez na minha vida..., de Albert Penck e Hettner. Por exemplo, tinha um autor alemão, era um nome até pouco vulgar, e depois fui procurar numa biblioteca na Alemanha autores italianos Luigi Damatto... E tinham outros... Bom, eu não lembro mais... Tinha um curso de leitura de mapas em italiano... Equipe geográfica como se apresentavam os aspectos da geografia em... Curso de leituras e mapas. Pois bem, esse autor alemão... eu fui depois procurar quando eu estava em Hilderberg em 1967... e essa aula eu assisti entre 30/31 e eu fui procurar esse autor... Alexander Supam... O desenvolvimento espacial das colônias européias em que esse, no auge do imperialismo alemão, esse homem escreveu no começo do século, então a expansão das colônias da Alemanha no mundo, e européias e os tipos, as feitorias como colônias em ponto, colônias lineares, colônias como Américas, em espaço..., pois bem, ele teorizou sobre isso perfeitamente... Uma glorificação do imperialismo, afinal, mas Gabaghlia estava a par da geografia mais moderna da sua

época, isso que eu estudei com ele eu terminei o curso de geografia, ficava até o 3º ano, portanto eu entrei em 29, 30, 31 foi nessa época então, eu repetia as palavras de Gabaglia no Pedro II (Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996).

E, lembrando a importância de Gabaglia em sua escolha profissional anos mais tarde, continua Valverde:

“Então quando eu fui me matricular na Universidade do Distrito Federal eu pedi matrícula no curso de geografia e história, aí a Secretária de lá, a moça da secretaria eu me lembro bem Dona Vera chegou para mim, você não pode, nós temos geografia e história, mas uma coincidência do horários você não vai poder fazer os dois cursos ao mesmo tempo, você opta por um, então depois se você quiser faz o outro, eu aceitei, então, qual é o que você quer, eu parei um minuto [...] Aquilo... Geografia não tinha, a perspectiva era ser professor de ensino médio de geografia, quer dizer em um minuto eu decidi o roteiro da minha vida e graças a essa coisa de ensino médio...” (Idem)¹⁸.

O que importa reter disso é que, no convívio com Raja Gabaglia, Valverde entrou em contato com um dos responsáveis pela renovação do pensamento geográfico brasileiro nos anos 1920, ao lado de Delgado de Carvalho, Everardo Backheuser¹⁹, Honório Silvestre e Othello Reis, entre outros (ANSELMO, 2000:195). Gabaglia e os dois primeiros foram, ademais, os mentores do Curso Superior Livre de Geografia²⁰, criado no Rio de Janeiro em 1926, no âmbito mais geral do movimento em prol da educação, cujo esteio mestre foi o escolanovismo²¹. Os esforços desses homens estavam voltados para a defesa e o impulso do processo de modernização do ensino, em que se buscava estabelecer um perfil mais científico para a educação. Isso significou a queda-de-braço contra os moldes da Geografia até então praticada e ensinada, basicamente assentados na descrição e na nomenclatura, de forte caráter mnemônico. O objetivo perseguido consistiu em dotar a disciplina de um rumo mais analítico, realçando as relações entre os fenômenos com a introdução de novos temas. Por intermédio dessas mudanças, os articuladores do Curso Superior Livre de Geografia buscavam colocar seu campo de conhecimento à altura das transformações pelas quais o país passava, minimizando o sentido memorializante e de nominata dos estudos geográficos até então vigente e divulgado, substituindo-o por uma abordagem mais científica. Foi na esteira dessas orientações mais gerais que a modernização do ensino de Geografia

assimilou a vida e a prática educativa de Gabaglia, forjando, decerto, herança funda para o jovem educando Valverde²².

1.3. Na Escola Naval, a navalha de tempos conturbados

Passo adiante, após a conclusão de seus estudos no Colégio Pedro II, no quadro de indefinição política desencadeado pela Revolução de 1930, Valverde aceitou o conselho de sua mãe para prestar o exame de admissão ao Curso Prévio da Escola Naval, a fim de logo endereçar-se rumo a uma carreira estável²³. Obtido êxito, frequentou essa instituição militar entre os quinze e os dezoito anos de idade. Na Escola Naval, a formação de Orlando Valverde foi conduzida em disciplina, autodidatismo e conhecimentos matemáticos. Esses esteios formativos, segundo o autor, jamais o abandonaram e, na malha de suas lembranças, ressaltou a experiência colhida:

“[...] foram 3 anos de minha vida que lá passei, onde ganhei só 3 coisas: uma boa base de matemática; uma obrigatoriedade de exercícios físicos (remo, natação), e a capacidade de estudar sozinho; porque os professores iam lá, despejavam as aulas na nossa cabeça e indicavam livros, onde a gente ia ‘cavar’ a matéria, isto é, realmente ia apreender. Havia disciplina no estudo: em certas horas da noite não se podia conversar; era estudar ou ficar calado, quieto. Eu preferia estudar” (BUSS et alii, 1991:226).

Cingidas de reveses, outras recordações do geógrafo do período entre 1932-1935 permitem situá-lo no movimento mais amplo do panorama político-social e cultural do país no pós-Revolução de 1930, marcado pela “polarização ideológica” – a expressão é de LAHUERTA (1997:99). De fato, esse período de sua vida foi permeado, entre outros, pela eclosão da Revolta Constitucionalista de São Paulo e pelas idéias desencadeadas pelo Manifesto de Outubro da AIB (Ação Integralista Brasileira), de 1932. Além desses acontecimentos, Valverde presenciou a sobrevida simbólica das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, que tiveram importante repercussão na formação da ANL (Aliança Nacional Libertadora), movimento que desencadearia, ao final de 1935, vários levantes militares²⁴.

Antes de abordar as impressões pessoais do autor sobre muitos desses eventos, que serão doravante apresentadas, vale lembrar de antemão o estudo de BATTIBUGLI (2000:47), em que esse autor faz a seguinte consideração a respeito da ambiência nos meios militares entre os anos de 1934 e 1935:

“A despeito da forte rivalidade entre esquerda e direita nos quartéis, o nacionalismo era um fator de aproximação. Alguns comentaram que eram amigos de militantes da AIB e, apesar de discordarem em várias questões políticas, havia uma base comum: afinal, eles também eram nacionalistas. Nesse contexto, ser nacionalista para a esquerda e a direita (AIB e governo Vargas), era lutar pela defesa dos interesses da pátria, construir uma nação forte e soberana. Força e soberania seriam conquistadas com um governo centralizador que defendesse a unidade e a autonomia nacional”.

Demarcadas essas congruências entre orientações políticas diversas, que permearam os anos de Valverde na Escola Naval, apenas para situar o autor nesse período vale disponibilizar suas palavras:

“[...] aquilo que eu achava poder ser um lugar de estabilidade, onde poderia viver tranqüilamente, foi um lugar de desilusões. No primeiro ano que lá estive, já senti que não era um homem talhado para ser militar, porque o militar tem que viver obedecendo. Ele obedece, segue a rotina a toques de corneta, campainhas, alarmes. A carreira militar também estimula, ao meu ver, o egoísmo, porque uma pessoa só é promovida quando um superior morre, e ele passa a competir com os antigos colegas. Além disso, havia naquele tempo na Marinha, um movimento muito forte, quando eu já tinha passado para o 2º ano superior, em favor do Integralismo. Praticamente a escola inteira aderiu a ele. Era o fascismo nacional, de camisa verde, em vez dos camisas pardas da Alemanha ou os ‘camicienere’ da Itália. Eu sempre fui contra toda forma de opressão do homem pelo homem” (BUSS et alii, 1991:225-226).

As searas abertas por esse trecho do depoimento do geógrafo, em que se observam a amplitude e a adesão adquiridas pelo integralismo na ambiência da Escola Naval, atestam seu desconforto ante o movimento considerado por uns como “fascismo brasileiro” e para outros não²⁵, logo quando faz alusão, na última frase, a um dos motes do pensamento de esquerda. Frisado esse ponto, outros dois trechos revelam as impressões colhidas por

Valverde diante das vicissitudes ideológicas do tempo em que permaneceu na Escola Naval:

“Fora disso nada [referindo-se à disciplina de estudo na Escola Naval], até quando houve um golpe, uma quartelada da Aliança Nacional Libertadora. Quiseram-nos implicar naquilo. Eu não conhecia ninguém do golpe; mas, mesmo assim, puseram-nos para fora. Éramos 11; acho que foi o primeiro ‘grupo dos 11’ deste país. A maioria do nosso pessoal foi para a engenharia; mas eu tinha acabado os exames de matemática e estava cansado, aborrecido; não quis fazer o curso logo; quis esfriar um pouco a cabeça, até que três meses depois apareceu um concurso para a Universidade do Distrito Federal” (BUSS et alii, 1991:226).

“Eu era a rabeira de uma geração. Família espanhola, considerado a ovelha negra, porque eu não era espírita e tinha sido expulso como homem perigoso, aos 18 anos de idade, da Escola Naval, sem direito a defesa, respondendo processo 20 anos. Era uma briga ingrata. E, quando a gente é caçula, é sempre pior, porque todos os irmãos mais velhos gostam de criticar; só minha irmã mais velha que não. Era professora, uma criatura extremamente doce. Mas os outros irmãos me criticavam muito, eu era a ovelha negra da família, mas eu gostei, era até bom. Eu sou um espírito de luta. Quando eu pensei até que os integralistas iam chegar ao governo... Eles chegaram a fazer uma demonstração aqui no Rio... e o Getúlio estava presente, o Plínio Salgado estava crente que ia ser ministro... mas era um homem medíocre, né? E eu pensei seriamente em... fugir para... uma idéia era fugir para a Espanha para participar da guerra do lado do governo. E, olha, por causa de um desencontro feliz eu não fui; isso porque o serviço secreto deles encaminhou, com a ajuda do governo daqui, um grupo de brasileiros para desembarcar num porto já tomado pelos franquistas. Eles todos foram fuzilados” (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01).

Nessa conjuntura ríspida de clivagens político-ideológicas, o que chama a atenção nos relatos de Valverde é a manutenção de certa “neutralidade” de sua parte perante as escaladas integralista e aliancista, não aderindo às suas respectivas fileiras diretamente, atitude essa que não o isentou, contudo, de vislumbrar antipatias com relação ao primeiro movimento.

Quaisquer que sejam as leituras dos relatos acima, em primeiro plano está, sem dúvida, o fato de que Valverde revela recordações sobre um momento da história espanhola prenhe de significados para os brasileiros que assistiram à ascensão dos fascismos italiano e

alemão na primeira metade dos anos 1930. No flanco dos desdobramentos nacionais, sua narrativa refere-se à ante-sala da ditadura varguista, que se instalou com a Carta de 1937, num momento de interrupção da relação amistosa até então mantida com o integralismo e sob os efeitos persuasivos da manipulação do Plano Cohen, utilizada pelo regime autoritário em prol de sua legitimação, quando, a partir desse subterfúgio, disseminava um temor já existente no imaginário político brasileiro de uma conspiração internacional comunista.

Ademais, com relação ao penúltimo trecho do depoimento de Valverde, cabe esclarecer que os eventos por ele narrados contaram com a chamada lei-monstro que instaurou um “espasmo repressivo” – a expressão é emprestada de KAREPOVS (2003:59) – nas cidades e unidades da Federação, logo após o *putsch* comunista. Decerto, tal medida não passou ao largo de sua trajetória. A LSN (Lei de Segurança Nacional), promulgada por Vargas com o decreto-lei n.º 38, de 4 de abril de 1935, espécie de código penal para os crimes considerados atentatórios à segurança do país, entrou em vigor dias após a fundação da ANL, em virtude do sucesso desse movimento (VIANNA, 2003:82; BATTIBUGLI, 2000:54-57), e não poupou, entre tantos outros e certamente os de origem espanhola, caso que talvez tenha jogado a favor da expulsão referendada por Valverde. Nesse contexto, inquéritos policiais-militares proliferaram para apurar a culpa de praças e oficiais na Intentona Comunista de 1935. A varredura das investigações atingiu não só as guarnições insurrectas, mas mormente todo e qualquer local suspeito de abrigar militares ligados à ANL e ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Dessa maneira, os processos iniciaram-se sob jurisdição militar e, posteriormente, no bojo do mesmo processo repressivo, contrariando acintosamente a Constituição de 1934, em 11 de outubro de 1936 o governo referendou, com a anuência do Poder Legislativo, a criação do TSN (Tribunal de Segurança Nacional).

É no desencadeamento acalorado desse processo repressivo de largo e excessivo espectro que Valverde referenda, no último trecho transcrito, seu ingresso na UDF (Universidade do Distrito Federal), no início de 1936. A instalação solene de seus cursos, em 3 de julho de 1935, ocorreu no clima de uma conjuntura política convulsionada, que tinha o Rio de Janeiro como epicentro, apenas quatro meses após a formação da “frente

popular” (Aliança Nacional Libertadora) erguida para barrar o caminho do movimento fascista brasileiro e quase cinco meses antes da Intentona na cidade. Nessa conjuntura, a iniciativa de Anísio Teixeira, à época diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, que contou com o apoio de Pedro Ernesto, então prefeito do Distrito Federal, provocou o furor da direita católica orientada por seu líder Alceu de Amoroso Lima (MARTINS, 1987). Foi no marco dos novos embates ideológicos colocados nesse horizonte político que Orlando Valverde passou a desbravar outros percursos curiosos, que lhe permitiram erguer a ponte entre o Engenho Velho, caminho para a Tijuca, e a rota do desvendamento do Brasil.

1.4. A tríade formativa embrionária: UDF, CEG e AGB-carioca

1.4.1. Nasce um geógrafo na UDF (Universidade do Distrito Federal)

Orlando Valverde ingressou no corpo discente do curso de Geografia da UDF no início de 1936, formando-se anos mais tarde na Universidade do Brasil. A data de sua formatura carece de exatidão, não constando nem em seu *curriculum vitae* nem na entrevista realizada com o autor por ALMEIDA (2000).

Todavia, diverso é o caso quando se trata dos elementos disponíveis sobre a instituição em que teria se formado. Na entrevista com o geógrafo, em sua casa no Leme, em 19 de maio de 2001, ele respondeu a respeito:

“Eu entrei na antiga Universidade do Distrito Federal e acabei me formando em Geografia e História na chamada Universidade do Brasil, veja que pretensão, que é hoje a UFRJ” (ADAS, 2001).

Contudo, num pequeno texto que antecede a entrevista que forneceu para BUSS et alii (1991), os entrevistadores fazem constar que Valverde “*formou-se em Geografia em 1938 pela Universidade Municipal do Rio de Janeiro*”, o que de fato não é de todo equivocado. Tudo indica que, em função dos motivos que serão doravante explicitados, ele tenha se formado nos primeiros anos da década de 1940. Na entrevista realizada com o

autor deste trabalho, ele assim sugere a data da conclusão do Curso de Geografia e História na Universidade do Brasil:

“Eu já estava formado pela Universidade do Distrito Federal, mas só que a UDF foi dissolvida na marra e federalizada, e tiraram o direito de sairmos professores de Geografia. Então foi preciso levar mais cinco anos” (Idem)²⁶.

Numa avaliação geral sobre as nuances que cercam a questão, importa frisar a auto-referência do geógrafo. Nesse aspecto, sua fala coincide com a informação dos entrevistadores da *Revista Geosul*, ou seja, ele considera que a conclusão de seu curso universitário tenha ocorrido em 1938. Com efeito, antes de ser extinta, a UDF diplomou, em dezembro do mesmo ano, várias turmas de seus diversos cursos. Os diplomados daquele ano contaram com cerimônia solene de formatura no Teatro Municipal, que contou com um coro regido por Villa-Lobos, ao qual provavelmente afluíram os oito geógrafos e uma geógrafa (VICENZI, 1986) recém-egressos da Universidade do Distrito Federal.

Para aquém da ambiência cultural mais ampla então reinante na UDF, a respeito dos mestres e amigos com os quais conviveu nessa instituição de ensino superior, Valverde reuniu lembranças esclarecedoras, que descortinam horizontes essenciais para a compreensão desse período de sua trajetória pessoal:

“A minha turma de Geografia na velha Universidade do Distrito Federal era muito pequena, nós começamos e éramos menos de dez: eu me lembro, eu, o fundador do CNG o já engenheiro Cristóvão Leite de Castro, o Jorge Zarur que era estudante de Direito, havia um outro rapaz também chamado Jorge, mas eu não me lembro o sobrenome dele, cuja formação eu não me lembro, quatro professoras primárias, havia um rapaz que também era professor primário: Armando Sampaio de Souza, mas em pouco tempo houve uma lavagem naquilo e ficaram seis: Cristóvão Leite de Castro, eu e Jorge Zarur, e os três professores, Armando Sampaio de Souza, Dilsa Mota e Marlene de Souza. Essa Universidade era uma coisa de novo estilo no Brasil, de estilo americano, foi por inspiração do Anísio Teixeira, era moderna. Nós tivemos professores franceses que davam aula em francês, graças ao francês do Pedro II eu me dei muito bem. Eu era capaz de acompanhar as aulas, falar e escrever, o curso de francês como o de português do Pedro II era muito bom, então eu acompanhei e lá havia quatro professores muito bons, por exemplo, o Pierre Deffontaines foi meu professor

de Geografia Humana por três anos... depois ele foi substituído por assistentes mais antigos brasileiros...”

“... A minha primeira influência científica foi de Deffontaines porque mais que um professor... ele era um estimulador da curiosidade e da pesquisa; ele levantava problemas... o currículo do curso dele era tipicamente da escola de Vidal de La Blanche, era a chamada Escola Possibilista... era como o homem se comportava diante da natureza, então era, por exemplo, o homem e a montanha, o homem e o frio, o homem e as ilhas, o homem e a floresta... era isso... e ele influenciou até certos autores que escreveram depois como em publicações do IBGE. O Alberto Ribeiro Lamago escreveu quatro livros: O homem e o brejo, O homem e a restinga, O homem e a Guanabara e O homem e a serra...” (Depoimento de Orlando Valverde à equipe de Memória Institucional do IBGE)²⁷.

Conforme desponta no depoimento acima, foi no ínterim de seus anos universitários e ao lado de um pequeno grupo de estudantes (inicialmente dez, depois seis) que Valverde travou contato com o professor francês Pierre Deffontaines e deu início ao cultivo de amizades, às quais, aliás, permaneceria fiel mesmo após os anos posteriores ao Estado Novo. De maneira incontestada e conforme veremos adiante (no item 1.4.2), à semelhança do caso frisado pelo geógrafo a respeito de Alberto Ribeiro Lamago²⁸, o convívio e o aprendizado desfrutados com o professor de ultramar também tiveram desdobramentos significativos no labor geográfico que desenvolveu sobretudo em sua trajetória profissional inicial²⁹.

Quanto a Anísio Teixeira, embora tenha expressado admiração por ele (BUSS et alii, 1991:226), o geógrafo não estudou sob a gestão desse educador, em virtude da demissão deste no final de 1935, por manobras políticas de Alceu de Amoroso Lima. Na sequência, Valverde assistiu, ademais, à prisão do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, em 3 de abril de 1936. Este foi substituído pelo padre Olímpio de Mello, que não tinha a UDF em boa conta e parecia querer livrar-se dela (VICENZI, 1986), fato que, somado com o anterior, intensificou o clima de insegurança reinante entre professores e estudantes, gerado no bojo dos acontecimentos e medidas repressoras que se seguiram à Intentona Comunista de 27 de novembro do ano anterior (FÁVERO, 1994:8-9). No trâmite desses

acontecimentos, vale ressaltar que o curso de Geografia na UDF foi iniciado no ritmo da supressão crescente das liberdades políticas.

Demarcado esse esclarecimento, importa salientar que a educação geográfica universitária de Orlando Valverde processou-se *pari-passu* com o estabelecimento das bases da atual estrutura universitária nacional, que surgiram no contexto da política institucional modernizante edificada crescentemente desde o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934). Na seta dessas iniciativas, intensificadas nos dois governos que se seguiram, afloraram, no primeiro deles (1934-1937), duas outras, diversas da política do então governo federal: a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, representantes de políticas educacionais liberais de tipo novo no país e reconhecidamente responsáveis pela institucionalização da Geografia universitária brasileira³⁰. MACHADO (2002:32) chama a atenção para o fato de que “*ambas instituições sofreram, em graus e momentos diferenciados, gerenciamentos do poder central, principalmente a partir de 1937*”. Dessa forma, considerando-se que seu ingresso no curso de Geografia da UDF ocorreu no início de 1936 e sua conclusão, em 1938 – em que pese a complementação curricular imposta pelo regime que a prorrogou para o início dos anos 1940 –, Valverde frequentou essa instituição no limiar de uma interferência mais pronunciada e rigorosa do governo federal³¹.

Nessa conjuntura, destacar a imersão do geógrafo nos dois anos iniciais da formação de uma primeira linhagem egressa da “escola carioca de Geografia” é de fundamental importância para a compreensão de sua trajetória científica e pessoal posterior, pois é em função das valorações e orientações metodológicas que acompanharam esse núcleo de formalização de sua comunidade científica que se torna possível compreender melhor sua contribuição a partir de 1943, quando passou a publicar seus primeiros trabalhos científicos. Decerto, esses aspectos, somados às especificidades já ressaltadas acerca da centralidade política do Rio de Janeiro, também auxiliam o entendimento dos caminhos que conduziram Valverde a participar no CNG (Conselho Nacional de Geografia), como se verá antes mesmo do término de seus estudos universitários, nos meses finais de 1937. Permite, outrossim, tecer contrapontos substantivos entre seu contributo e o de outros geógrafos,

estes provenientes seja do pólo universitário paulista, seja de outras gerações do quadro universitário carioca.

1.4.2. A gestação das matrizes epistemológicas e dos pares intelectuais

Tendo na algibeira os elementos sumariados, importa descortiná-los à luz do significado que comportam quando se trata de voltar os olhos à singularidade de Orlando Valverde. Nessa direção, cabe salientar inicialmente que os conhecimentos geográficos que o alimentaram em seus anos universitários tinham como pano de fundo ideológico a afirmação de uma vocação visando alicerçar um padrão identitário nacional. Esse pode ser considerado, ao menos, um denominador comum entre governo e educadores progressistas e católicos, todos envolvidos em lastro de intenso “patricismo” em matéria de cultura. No flanco da institucionalização do campo científico-disciplinar encampado pelo autor, no momento de sua escolha universitária, o teor geral dessa perspectiva encontrava-se corroborado por diretrizes educacionais voltadas para a profissionalização e por clamores de formação utilitarista, afastada do estilo retórico e literário que acompanhou o diletantismo dominante no ensino médio e superior entre o final do século XIX e o início do XX, antepondo à aprendizagem dos alunos a prática de investigações sustentadas pelas evidências empíricas (PAIM, 1981:79)³². Esses balizamentos, fora de dúvida, também regeram a confluência para a UDF de geógrafos pátrios autodidatas e estrangeiros engajados em legitimar sua área de atuação junto aos outros corpos de saberes.

Em outras palavras, isso significa que, desde seus primeiros passos formativos em contato com a Geografia e os mestres universitários de sua época, Orlando Valverde contabilizou iniciativas dirigidas para uma participação efetiva dos alunos na condução dos destinos de uma nação que urgia ser transformada em moderna por ações políticas e científicas de uma elite dirigente informada. Cabe lembrar que essas diretrizes e ideais não eram de todo estranhos para Valverde, uma vez que, em seus anos no Colégio Pedro II, em contato com os discursos de Fernando Antônio Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho, já havia sido familiarizado com o papel pragmático reservado à Geografia na edificação de um Estado brasileiro que pudesse contar com um conhecimento territorial confiável. Com

esse espírito alvissareiro, que passava a dispor de margem fértil para desenvolver-se na universidade, as formações geográfica e valorativa de Valverde efetivaram-se diante da necessidade de dedicação aos planos e propostas de desenvolvimento e de construção nacional, sob a coordenação ascendente do governo federal, não destoando de tendência internacional, em vigor nos anos de sua formação, que apontava para a ampliação dos serviços públicos federais (MACHADO, 2002:7).

Nos anos universitários do autor em estudo, o escopo dessas orientações não foi traduzido somente pelos cursos ministrados, marcadamente avessos ao isolacionismo acadêmico, mas igualmente pelo contato que ele travou com os mestres estrangeiros e nacionais e pelas atividades paralelas de ensino das quais participou ativamente. Esse conjunto de práticas, amalgamadas pelos traços ideológicos anteriormente descritos, influenciaram sobremaneira o ingresso de Valverde numa linhagem bastante específica do pensamento geográfico, desempenhando relevante papel nos contatos profissionais que se abriram para ele por intermédio de amizades nesse período.

Tendo em vista o que foi afirmado, conforme atesta o depoimento do geógrafo carioca, Pierre Deffontaines (1894-1978) cumpriu papel significativo no estímulo à pesquisa, ambientando-o e a seus colegas nos pressupostos da Geografia possibilista francesa³³, descortinando uma linhagem de pensamento na esteira de Paul Vidal de La Blache, composta pelos contributos de Emmanuel de Martonne, Albert Demangeon e Jean Brunhes³⁴. Com efeito, o professor de ultramar, asseverado militante católico³⁵, foi o responsável pela elaboração do programa de Geografia da recém-inaugurada Universidade do Distrito Federal, imprimindo o viés naturalista no compasso de Vidal de La Blache e, principalmente, disseminando o caráter morfológico dos estudos de Jean Brunhes na Geografia Humana.³⁶

Em suas aulas e exposições, Deffontaines contou com o fascínio dos estudantes e ouvintes diante da minudência com a qual versava suas descrições de paisagens. Seus traços físicos e suas aulas e conferências foram assim comentadas por Orlando Valverde, em 1984, no 4.º Congresso Brasileiro de Geógrafos, durante a mesa-redonda “AGB 50 anos de trabalho”, realizado em São Paulo:

“Curiosa e encantadora era a personalidade do fundador de nossa Associação: alto, magro, esguio, a ponto de ser curvo; cabelos, sobrancelhas e pestanas louros quase brancos; olhos azuis muito vivazes... Aulas e conferências de Deffontaines, mais do que trabalhos científicos eram verdadeiras obras de arte! Ele fazia geografia a golpes de inteligência. Mais do que pesquisas profundas, suas preleções revelavam lindas descrições de paisagens, comparações de agudeza invulgar, que eram sobretudo inspiradoras de idéias. Por isso, Deffontaines foi um catalisador de atividades, animadas por sua curiosidade inquieta” (VALVERDE, 1992:117).

É interessante observar a ponderação de Valverde a respeito do caráter, a seu ver, muito mais estético do que propriamente científico da contribuição do mestre francês. Decerto, essa avaliação auxilia a compreensão das razões que levaram Valverde, mais tarde, após o aprendizado adquirido junto ao geógrafo alemão Leo Waibel, a considerar como de menor importância os trabalhos elaborados em seus anos de formação e sob a influência das aulas de Deffontaines. Em entrevista realizada com ele pelo autor deste trabalho, num contexto em que discorria sobre as motivações políticas que teriam concorrido para a elaboração do estudo *Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul* (1948) – sob a orientação do mestre alemão –, indagado se esse estudo teria inaugurado uma segunda fase de sua produção, Valverde respondeu:

“Anterior eu considero ‘zero’ [...]. Deffontaines foi muito mais um estimulador. A meu ver, Deffontaines dava um curso que pretendia ser de escola; ele havia sido discípulo de Jean Brunhes, mas a tese de doutoramento dele... ele não pode ensinar em nível superior na França, então ele foi ensinar e veio parar primeiro no Brasil e depois em Barcelona. Agora, ele entusiasmava pelas descrições de paisagens” (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01).

E, quando questionado se essas orientações teriam desempenhado grande influência durante seu labor geográfico inicial, Valverde referendou:

“Teve, o primeiro trabalho de campo que eu fiz, sobre Angra dos Reis... – Eu não sabia... – Não tem obrigação, não devolviam os originais e eu tinha comprado mapas hidrográficos na Marinha e aquilo me custava dinheiro, e eu era um rapaz pobre que dava aulas

particulares a 10 mil-réis, de Matemática, na casa dos alunos. Eu era solteiro e desempregado, então são essas coisas” (Idem, ibidem).

Malgrado o tom retrospectivo das ressalvas de Valverde a respeito de seu primeiro mestre científico, convém ressaltar a estreita aproximação metodológica e pessoal entre ambos para além do final da década de 1930.

Com efeito, num primeiro descortino, na década de 1940, período posterior ao retorno de Deffontaines à França³⁷, o geógrafo carioca realizou diversas traduções dos escritos deste que considerou um “coração de ouro” (BUSS et alii, 1991:227). Em pormenores, a consulta ao *curriculum vitae* (1999:12-13) de Valverde revela o predomínio das traduções que realizou dos escritos do mestre francês entre 1944 e 1949, ao todo contabilizando cinco de seus trabalhos redigidos e publicados majoritariamente na França entre 1936-1939³⁸. A importância de ressaltar tais detalhes está em que esse número é ligeiramente superior ao das traduções que Valverde empreendeu dos textos daquele que exerceu maior influência sobre a totalidade de sua trajetória, Leo Waibel, que somam quatro ao todo e que mereceram sua dedicação a partir de 1947, logo um ano após terem travado contato na Universidade de Wisconsin (Estados Unidos)³⁹.

Além das traduções já indicadas dos textos de Pierre Deffontaines, no final da década de 1930 Valverde traduziu o prefácio “O que é Geografia Humana”, do livro *Geografia Humana do Brasil* daquele autor, publicado pela primeira vez em 1939 (o texto básico foi traduzido por Fábio de Macedo Soares Guimarães)⁴⁰. Além de ter sido objeto de estudo nesta última publicação, a análise sobre funções urbanas também foi realizada por Deffontaines em 1938, no artigo “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”, outro de seus trabalhos traduzido por Valverde e publicado em 1944 no *Boletim Geográfico*⁴¹. Em grande parte, esse conjunto de elementos ajudam a explicar, ao menos por ora no que tange ao flanco metodológico, o foco que Valverde concedeu, na primeira metade da década de 1940, ao estudo de funções urbanas, utilizando-se do binômio sítio-posição tão caro aos trabalhos do mestre francês sobre as cidades brasileiras⁴².

No cômputo dessas influências, cabe ainda lembrar que, na mesma direção dos aportes metodológicos de cunho geográfico advindos com os mestres da Missão Francesa,

Valverde também foi aluno de Philippe Arbos, que, em 1937, figurou no quadro docente da Escola de Economia e Direito da UDF e, em 1938, estudou Petrópolis. Esse professor de Geografia Humana, ao dar uma aula de Geografia urbana na UDF, em 1937, também havia proposto esquema semelhante àquele utilizado por Pierre Monbeig na orientação das monografias urbanas. Ambos seguiam, basicamente, as etapas metodológicas dessa modalidade de monografia, composta pelos seguintes segmentos: o *sítio*, a *posição*, a *evolução histórica*, a *fisionomia e estrutura*, as *funções urbanas* e o *raio de ação da cidade* (ABREU, 1994:208).

Neste patamar, convém notar, desde logo, que a essência das orientações metodológicas transmitidas por Pierre Deffontaines e Philippe Arbos aos educandos adequava-se aos ares ideológicos nos quais brevemente germinariam os primeiros brotos da obra de Orlando Valverde, na entrada dos anos 1940. Sem perder de vista a crescente interferência do governo central no ambiente universitário da UDF, no plano das condicionantes internas à criação do CNG – como será esclarecido, já em andamento em 1937 – tratava-se de mobilizar novas capacidades técnicas a serviço de um governo empenhado na centralização do poder, num país até então essencialmente agrário, extremamente segmentado num arquipélago econômico e que apostava no preceito da ocupação territorial como solução imperativa para seu desenvolvimento em moldes capitalistas. Nesse sentido, de um lado, o caráter integral da formação geográfica de Deffontaines – deslocando-se da Geografia Física à Geografia Humana, sem contrariedades ante o estado da arte dos conhecimentos da época –, e sua preferência pelos aspectos humanos, enfocando em minúcias tanto o processo de ocupação do território quanto pioneiramente o incipiente sistema urbano do país, eram ambos traços de um labor geográfico consoante às necessidades do Estado. De outro lado, as nuances da nova Geografia acadêmica, preconizada por Deffontaines sob o registro vidaliano, estavam sendo colocadas em marcha em sentido corroborativo a essas orientações e podem ser entrevistas nos artigos de Valverde que descreviam a dimensão continental do Brasil, nos quais a moldura do quadro natural comandava a organização das atividades humanas⁴³.

As idéias e o fazer geográficos de Pierre Deffontaines emparelhavam-se, ainda, com o necessário discurso descritivo, a mensuração e o controle do território para fomentar a

ideologia nacional determinada a romper os obstáculos à integração espacial sob tutela centralizadora, a fim de efetivar a tão almejada modernização (GEIGER, 1988:62). Essa tônica do período certamente auxilia a compreensão tanto da natureza regional dos primeiros estudos de Valverde quanto do emprego operado da noção de “gênero de vida”, pilares metodológicos fundamentais para a efetivação da tática do governo central dirigida para a divisão do território, a fim de reinar sobre suas disparidades, colocando, para tanto, em primeiro plano a naturalização da divisão regional⁴⁴. O segundo aspecto, ademais, explica a ausência de termos marxistas nos escritos valverdianos da primeira metade dos anos 1940, estruturados sob a égide dos legados de Deffontaines e de seu colega francês, Arbos, herdeiros da linhagem possibilista.

Deixando de lado, no momento, um maior aprofundamento desses aspectos, importa completar o quadro de referências das iniciativas e atividades que Orlando Valverde compartilhou com o mestre francês em seus anos universitários.

Pierre Deffontaines foi também um dos principais incentivadores dos jovens estudantes para a criação do CNG (Conselho Nacional de Geografia) e da *Revista Brasileira de Geografia*, cuja publicação foi iniciada em 1939, promovendo, igualmente, a participação do CNG no Comitê da UGI (União Geográfica Internacional)⁴⁵. Porém, pouco antes do avanço e consecução dessas diligências, os laços entre Deffontaines, Valverde e seus pares mais próximos já haviam sido estruturados por intermédio de outros projetos, tais como o CEG (Centro de Estudos Geográficos) e a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) do Rio de Janeiro.

Foi a partir do CEG que tiveram início essas experiências que antecederam o ingresso, em 1938, de Orlando Valverde na posição de primeiro geógrafo contratado nos quadros do CNG⁴⁶. Todas elas foram seguidas de perto por Deffontaines e regadas pelo companheirismo das amizades que floresceram na UDF. Além de alguns professores primários e de Christóvão Leite de Castro e Jorge Zarur, as recordações do geógrafo carioca a respeito desses anos elencam como principais pessoas de seu convívio direto e assíduo Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira⁴⁷ e Lúcio de Castro Soares. Perante esse grupo, organizado pelo engenheiro Christóvão Leite de Castro – à época chefe da Seção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura e auxiliar

de Mário Augusto Teixeira de Freitas, além de, a um só tempo, aluno e professor de Desenho Cartográfico da UDF – e que viria a ser o núcleo inicial do futuro CBG (Conselho Brasileiro de Geografia), criado em 1937, logo modificado para CNG, em 1938 (ALMEIDA, 2000:273), Pierre Deffontaines firmou-se como o primeiro profissional a conceder treinamento especializado em pesquisa geográfica, paralelo ao desenrolar do curso formal então freqüentado pelo grupo (ALMEIDA, 2000:120).

Afora o CEG, Orlando Valverde e seus pares mais próximos desfrutaram de formação paralela ao curso formal universitário, acompanhando as atividades iniciais da AGB do Rio de Janeiro, criada em 1936, outra iniciativa de Pierre Deffontaines em decorrência de suas ligações com o governo. O promissor geógrafo passou a freqüentar suas reuniões noturnas, que se realizavam no auditório do Instituto Nacional de Tecnologia, na avenida Venezuela, perto da praça Mauá. Nesse local, funcionava o Instituto Nacional de Metrologia, cujo diretor era Silvio Froes de Abreu, responsável pela abertura de uma sala no período noturno. Essas ocasiões permitiram a Valverde conhecer Mário Augusto Teixeira de Freitas, que também constava entre os membros dos encontros da entidade. Além disso, essa vivência foi permeada de palestras de mestres estrangeiros e brasileiros, que certamente também ajudaram a forjar sua incipiente formação intelectual e a aproximá-lo das necessidades e tarefas aventadas pelo governo, seja junto aos geógrafos nas trilhas de uma formação científica, seja junto àqueles anteriores à institucionalização da Geografia universitária.

A respeito das atividades agebeanas, dos primórdios de seu funcionamento no Rio de Janeiro até meados dos anos 1940, período no qual foi um dos ativos participantes, tendo desempenhado o cargo de tesoureiro e secretário, cumprindo a elaboração das atas de suas reuniões⁴⁸, Valverde tece seus comentários, ressaltando tanto seus freqüentadores quanto as “associações douradas” que integravam as reuniões da entidade:

“Eu me lembro bem, estava lá, quem? Era Miguel Alves de Lima, era eu, o Deffontaines, Cristóvão Leite de Castro, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Antônio José de Matos Mussi, esse pessoal, eu me lembro bem, era pessoal que freqüentava a AGB. Mas essa ligação foi sempre [com o IBGE], tanto que a AGB... quando houve concurso de geógrafo, chamou gente da AGB paulista, enfim, havia colaboração.

A AGB carioca, durante muito tempo, funcionou em sala do Edifício Iguaçu, portanto era o prestígio total. Tinha... entre a representação do IBGE havia as chamadas, associações douradas. Eu vou ver se consigo reproduzir: Academia Brasileira de Ciências, Clube de Engenharia, Instituto Histórico e Geográfico, Sociedade Brasileira de Geografia e Associação Brasileira dos Geógrafos. Quem realizou, depois de longo período de estagnação, o IX Congresso Brasileiro de Geografia, em Florianópolis, em 1940, foi o IBGE, que financiou, mas promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia, inclusive deu choque entre a geografia moderna lablachiana e a geografia de nomenclatura... Estavam lá o Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Nice Lecoq Müller e lá da USP... e do IBGE... Christóvão Leite Castro, eu, Lúcio de Castro Soares, novinho ainda, a lutar contra a geografia de nomenclatura. Nunca houve tantos trabalhos não aprovados numa reunião da AGB ” (Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996).

Conforme registrado nesse trecho, embora os geógrafos paulistas também tenham passado a travar contato com o centro do poder e, no decorrer do início dos anos 1940, Valverde tenha vivenciado maior proximidade com a Geografia praticada por esse grupo, mais uma vez desponta claro que o impulso inicial de sua carreira se deu no cerne das iniciativas e do ideário governamentais assumidos pelo CNG e que mantinha estreitas relações com a AGB carioca. Aqueles, mesmo assentados na linhagem metodológica da Escola Francesa de Geografia e, sob o comando de Pierre Monbeig, propugnando contra a “Geografia de nomenclatura” ao lado dos ibegeanos, mantiveram maior independência em relação aos desígnios governamentais, estruturando-se na direção de uma orientação mais acadêmica, ao contrário de nosso autor e de seus pares.

No mesmo testemunho, Valverde continua detalhando os participantes da Associação, enfatizando a afluência de certas personalidades e a ausência de relações entre as duas AGBs até a Reunião de Lorena, ocorrida em 1943:

“Eu me lembro, vários professores estrangeiros e nacionais vieram lá, eu assisti palestras do Otton Leonardos, do Josué de Castro, do Preston James, lá, e eram dirigidas primeiro pelo professor Deffontaines. Quando Deffontaines foi embora, Silvio Froes de Abreu continuou como presidente da AGB carioca. São Paulo e Rio trabalhavam paralelas sem ter contato. Lá em São Paulo, quem salvou, quem ressuscitou a AGB, foi Pierre Mombeig com seu grupo, o Aroldo de Azevedo, o Araújo, José Ribeiro de Araújo Filho,

Dirceu Lino de Matos, o... Enfim aquele grupo... Ari França, eles criaram o grupo de lá, mas ficavam as duas AGBs e sem contato. Foi em 1943 que se realizou então, por iniciativa de Monbeig, veio ao Rio de Janeiro, propôs fazer uma reunião conjunta e criar a AGB nacional [reunião acontecida em Lorena]. Nessa época eu não podia ir na reunião porque eu estava incumbido de tarefas burocráticas, de estruturação do IBGE, eu era secretário-assistente de lá” (Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996).

Conforme é possível extrair das palavras acima, Valverde passou a compartilhar dos ideais estadonovistas, das contribuições não somente de seus mestres e das atividades paralelas universitárias, mas também das dos palestrantes que participaram dos primeiros anos da AGB carioca. Vale a pena disponibilizar a lapidação das informações indicadas anteriormente pelo geógrafo por intermédio de um outro testemunho, no qual as temáticas das exposições são melhor apresentadas⁴⁹:

“Otton Henry Leonardos fez um relato de suas pesquisas de campo no alto Tocantins e Araguaia. Josué de Castro falou sobre ‘Os mocambos do Recife’. Ele correlacionou esse tipo de habitação com os da África negra. Sua palestra levantou animados debates, inclusive com o geólogo acima citado. Numa noite de verão, estava no Rio um geógrafo norte-americano, Preston E. James, que retornava de uma excursão de pesquisas no Planalto Meridional. Falou sobre ‘A expansão do povoamento no Sul do Brasil’, tema de seu artigo depois publicado na Geographical Review. [...] O geólogo paraense Henrique Capper Alves de Souza discorreu, com acentuado sotaque lisboeta, sobre ‘Os garimpos de ouro do Gurupi’. Já no final da permanência de Deffontaines no Brasil, ele convidou um médico chamado Vitor Mayall, para falar sobre ‘Petrópolis’. [...] No começo de cada sessão da AGB, eu efetuava a leitura da ata da reunião anterior, mas no resto, a burocracia era praticamente nula. Falava-se sobre geografia. E essa é a grande virtude das reuniões profissionais. Além disso, conhecem-se colegas e pessoas que trabalham no mesmo ramo ou em ciências afins. Desse modo, conheci eu quase todos os oradores mencionados e mais vários geólogos: Avelino Inácio de Oliveira, Luciano Jaques de Moraes, Alberto Ribeiro Lamego, assim como a esposa de Ernesto Street, também professora, que eventualmente o substituíra nas aulas” (VALVERDE, 1992:119-120).

Com efeito, o contato tanto com profissionais do “mesmo ramo” ou de “ciências afins” à Geografia quanto com intelectuais nas sessões da AGB enriqueceram a formação

do jovem geógrafo. O primeiro fato não surpreende, em vista dos pressupostos epistemológicos nos quais estava assentada a Geografia francesa nesse período, apegada ao estudo da relação homem-meio. Somente cabe adiantar que, como não poderia deixar de ser, o intercâmbio científico entre Valverde e “colegas em ciências afins” acompanharia toda sua trajetória profissional.

Quanto à presença dos intelectuais palestrantes citados por Valverde, cabe destacar que alguns deles estavam à época politicamente alinhados com Getúlio Vargas, o que certamente facilitou o emparelhamento de suas valorações com os ideais do Estado Novo⁵⁰. Apenas para citar um exemplo, Josué de Castro, entre os anos de 1938 e 1939, estava ligado ao trabalhismo getulista (GEIGER, 1994:376) e foi inserido no quadro de nomeações da Universidade do Brasil por Gustavo Capanema, antes tendo sido professor de Antropologia Física, no curso de Sociologia e Ciências Sociais (1935-1937), e da cadeira de Geografia (1938) da UDF (MACHADO, 2002:91), o que atesta que Valverde não travou contato com o médico pernambucano apenas nas sessões da AGB. A frequência do médico e do geógrafo nas reuniões da AGB e nas aulas da universidade, lecionando para seus ouvintes e alunos, decerto não foi evento de somenos importância para o entendimento do jovem Valverde acerca do sentido social que então se buscava para a prática científica e das esperanças que grandes nomes então depositavam no governo Vargas. Desde esse período, a referência do intelectual pernambucano ficou marcada nos horizontes do pensamento valverdiano, não sendo posteriormente apagada, mas, ao contrário, adquirindo cada vez maior evidência a partir de suas publicações nas décadas de 1940 e 1950, que apontavam para uma “Geografia de problemas”, com pronunciada ênfase nas contradições nordestinas. A não ser por certos aspectos conjunturais – que não cabe detalhar agora, pois são relativos a períodos que transcendem o foco temporal em evidência –, isso ajuda a explicar, em parte, o profícuo interesse que o geógrafo carioca alimentou por essa região, principalmente até 1967, quando passou a se dedicar com mais afinco às questões amazônicas⁵¹.

O envolvimento de Orlando Valverde nessas atividades compartilhadas no período com seus pares, com o mestre admirado de além-mar e com outros intelectuais que cruzaram seus anos universitários explica, em grande medida, seu direcionamento à

colaboração com a política que seria implantada pelo Estado Novo em 1937. Mas essa terá sido uma razão parcial. Tal norte assumido pelo autor não causa surpresa quando se considera que, no escambo ideológico da própria UDF, malgrado um pretérito liberalismo e espírito progressista perecido diante da novidade dos tempos impetuosos do autoritarismo varguista, Fernando Antonio Raja Gabaglia vertia sua contribuição em aulas de Fisiografia, do mesmo modo que Delgado de Carvalho, em suas aulas de Geografia Humana, ambos seguidos por outros intelectuais de prestígio pelos quais Valverde já nutria antiga afeição⁵².

Em olhar retrospectivo, o percurso desenhado até aqui certamente permaneceria incompleto se negligenciasse o fato de que, tanto em suas atividades paralelas quanto nas aulas que acompanharam seus anos universitários, as excursões proporcionaram a Valverde o contato direto com a observação, procedimento de pesquisa e aprendizado de suma relevância. Esse aspecto é sintetizado com maestria por ABREU (1994:205) quando referenda que *“não seria exagero afirmar que foi no trabalho de campo – e não nas faculdades – que a primeira geração de geógrafos obteve, verdadeiramente, a sua formação”*. Essa ressalva fundamental, somada à confluência densa de todos os eventos sumariados até aqui, torna compreensível a afirmação de Valverde quando sugere que, não obstante as novas exigências curriculares impostas pela Universidade do Brasil, em sintonia com a intervenção federal no ensino, ele já havia se formado em 1938, apenas dois anos após seu ingresso na UDF.

1.5. O ingresso e os primeiros anos de Orlando Valverde no CNG (1937-1945)

1.5.1. “Salvar o país sem perder a si mesmo”

No início de 1937, o falecimento do pai de Orlando Valverde acarretou dias difíceis ao jovem de apenas 20 anos e que então cursava o segundo ano universitário, abatendo-lhe deveras o ânimo. No final do mesmo ano, próximo ao golpe que inaugurou o Estado Novo em 10 de novembro de 1937⁵³, o geógrafo recebeu o convite do engenheiro Christóvão Leite de Castro para que trabalhassem juntos na formulação de uma Geografia para o governo, proposta cuja dimensão, segundo o próprio Valverde, não foi por ele apreendida

de imediato. Essas circunstâncias foram relatadas pelo geógrafo em tom insubstituível ante a singularidade de suas impressões:

“Quando eu estava no segundo ano da Universidade eu tinha até, além de ter sido expulso da Escola Naval por causa do Movimento Integralista, eu tinha perdido meu pai, eu estava numa fase de depressão e como o professor faltou... a gente tinha aula naquela escola ao lado do Palácio do Catete... Escola Rodrigues Alves, então o professor faltou, nós fomos, atravessamos a rua, fomos tomar café num botequim ‘pé sujo’ horrendo que tinha lá, tão ruim que a gente tomava o café na rua porque tinha nojo de ficar lá dentro de tão sujo, mas estudante não liga pra isso, e vinha umas moças também, a gente fazia a roda de conversa e aí o Leite de Castro chegou para mim e disse: ‘Orlando você toparia trabalhar em Geografia?’ – ‘É claro, eu estou estudando para ser professor.’ – ‘Não, não é no ensino, é fazer geografia para o governo’. Aí eu parei, e era irreverente, muito moleque, eu disse: ‘Ô Christóvão, eu não sabia que você tomando cafezinho ficava de porre’. – ‘Eu estou falando sério’. Ele era um sujeito muito sério. – ‘Eu estou falando sério’. – ‘O quê o governo vai querer?’ – ‘Não, eu estou criando, querendo criar um órgão e tal...’, e explicou que era de Geografia para apoiar as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística, porque iam fazer um recenseamento. Eu não entendi muito bem na época...” (ALMEIDA, 1996).

Nessa época, além de ser colega de curso de Orlando Valverde, Christóvão Leite de Castro era, entre outras atribuições, seu professor de Cartografia na UDF. Em virtude desses laços, de um lado é plausível admitir que o convite aludido tenha sido motivado em função da constatação da parte do engenheiro sobre a *“base de cartografia e certo conhecimento de matemática bastante avançada”* (ALMEIDA:1996) de que o geógrafo então dispunha, habilidades adquiridas em seus anos na Escola Naval. De outro lado, considerando-se que o proponente havia se inscrito como aluno na UDF estimulado por Pierre Deffontaines para *“prestigiar o curso”* (ALMEIDA:1996), não haveria entre ambos somente a relação mestre-discípulo (VALVERDE, 1984:6), mas também a aproximação política, e, em vista dos acontecimentos dessa natureza então em cena, que remetem à disposição do engenheiro de arregimentar futuros profissionais para trabalhar nos quadros governamentais, a resposta afirmativa conferida por Valverde encerra desdobramentos relevantes de sua decisão.

Onze anos mais novo que Christóvão Leite de Castro e não contando com o prestígio que este então desfrutava junto à comunidade científica universitária e técnica do Ministério da Agricultura, a proposta em pauta não poderia ter deixado de ser atraente para o jovem Valverde, porque, de um lado, ele havia acumulado, nos anos anteriores, o desgosto das autoridades ensejando aquele que se seguiu no ambiente familiar, quando fora expulso da Escola Naval e, desde o início dos momentos finais de seu tempo de colégio, estava em busca de uma carreira que lhe permitisse desfrutar de estabilidade; de outro lado, como é preciso entrever, o convite e os novos horizontes de sociabilidade que descortinou estavam em sintonia com as heranças metodológicas e a mentalidade nacionalista e cientificista que Valverde colheira no ambiente universitário, além de também representar uma renovação de ânimo ante as vicissitudes pessoais então vivenciadas.

A convergência das variáveis elencadas concorreu para que Valverde trabalhasse inicialmente sem remuneração durante cerca de três meses no INE (Instituto Nacional de Estatística), órgão que havia sido criado por Mário Augusto Teixeira de Freitas em 1934. Com o surgimento do decreto-lei 311, de Getúlio Vargas, em 02 de março de 1938, cujas diretrizes haviam sido idealizadas por Christóvão Leite de Castro, no lastro de um agrarismo modernizador fortemente influenciado pelo ideário ruralista e municipalista⁵⁴, o INE foi desdobrado em três ramos, passando a contar paulatinamente com o CNE (Conselho Nacional de Estatística), o CNG (Conselho Nacional de Geografia) e o SNR (Serviço Nacional de Recenseamento).

Esse decreto-lei, conhecido como “Lei Geográfica do Estado Novo”, consistiu numa medida de cunho geográfico que dispunha sobre a delimitação das malhas municipais e distritais, tendo ainda definido regras específicas sobre o mapeamento e a racionalização da toponímia dos municípios contrária à existência de homônimos. Seus principais estímulos partiram da necessidade de bases cartográficas confiáveis (mapeamento em escala de detalhe para todos os municípios brasileiros) para a campanha censitária de 1940 e ele visava proporcionar informações cartográficas que dessem suporte aos trabalhos de elaboração da *Carta do Brasil ao Milionésimo*. No entremeio dessas tarefas, estavam também os estudos sobre determinação de áreas urbanas e rurais. Tratava-se de organizar espacialmente as malhas distrital e municipal, definindo os parâmetros mínimos em termos

de área e de tamanho populacional, para conferir garantias ao princípio da “autonomia municipalista”⁵⁵, ou seja, evitar o fracionamento excessivo dos municípios, afastando a possibilidade de unidades sem as mínimas condições de sustentabilidade.⁵⁶

A avaliação de Orlando Valverde a respeito do idealizador desse decreto-lei e sobre o papel que este desempenhou em sua vida naquele momento é revelada nos seguintes termos:

“Leite de Castro, jovem, competente, cheio de iniciativa, compreendia que, fundamentado naquele decreto-lei, que ele próprio idealizara, realizaria uma obra grandiosa e duradoura. Dentro da Geografia, Cartografia e Geodésia, ele possuía uma perspectiva histórica semelhante à de Oswaldo Cruz na Higiene; de Pereira Passos e Prestes Maia, no Urbanismo; de Juscelino Kubitschek, na Política. Montou uma estrutura e a fez funcionar!”

Colega dele, no curso de Geografia da extinta Universidade do Distrito Federal, eu era bem mais jovem e inexperiente, porém mais sofrido pelas perseguições políticas da direita. Por isso, via com certa antipatia qualquer decreto-lei. E o de n.º 311 ameaçava com a perda de autonomia ao município que não elaborasse seu mapa, no devido tempo. Sem dúvida, era um ato ditatorial! Entretanto, em decorrência desse ato, obtive emprego, fiz carreira como pesquisador em Geografia, enquanto por longos decênios as Universidades me fechavam as portas. No plano pessoal, pude encontrar a mulher da minha vida e criar nossos filhos.

Claro que nessa infinidade de acontecimentos entraram muitos outros fatos circunstanciais, e eu tive de fazer muitas opções.

Mas, sem dúvida, o Decreto-Lei que criou o CNG foi uma variável que teve reflexos fortes na Geografia Brasileira e até na minha vida profissional e pessoal: grão de areia, perdido nessa imensa praia!” (VALVERDE, 1992:119).

No trecho acima, sobressai um primeiro aspecto que merece ser comentado. Trata-se da admiração e respeito reservados pelo geógrafo aos profissionais pioneiros incumbidos de gerenciar as atividades e as metas que acompanharam a fundação e estruturação inicial do IBGE⁵⁷. O que expressa a respeito de Christóvão Leite de Castro ressoa igualmente no que tange à figura do estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas⁵⁸, que teve naquele seu principal colaborador na criação da área de Geografia e que, desde 1931, mantinha estreitas

relações com alguns dos principais gestores da Era Vargas, tais como os ministros Juarez Távora e Francisco Campos, ademais ampliadas em 1933 no sentido de organizar um instituto de estatística em escala nacional (ALMEIDA, 2000:45,61,66).

Em sentido complementar e de acordo com o último esclarecimento, o trecho acima carece de ponderação capaz de relativizar o que nele é ocultado. Malgrado a tonalidade crítica nele imprimida por Valverde, no que concerne ao caráter ditatorial do decreto-lei 311⁵⁹, não convém perder de vista que essas considerações foram tecidas em 1984, sob o calor da redemocratização do país, após vinte anos de regime militar e apenas dois anos após o geógrafo ter assumido a presidência da AGB nacional, contexto no qual vicejaram embates político-ideológicos na Geografia brasileira, que incluíam acirrada crítica ao caráter conservador da Geografia tradicional. De modo que, um tanto hábil e experiente, nele Valverde não deixa transparecer sua visão positiva e nacionalista do ciclo Vargas, independente de seu conteúdo autoritário⁶⁰ na época de implantação do órgão por intermédio da regulamentação do decreto-lei 311.

Pontuada essa ressalva, como se observa ao final do trecho apresentado, foi no trâmite dessas mudanças institucionais que Valverde adentrou na história do que mais tarde viria a ser o IBGE. Nos meses entre março e outubro de 1938, momento em que o CNG ainda não estava devidamente estruturado, o geógrafo atuou numa estrutura à época pertencente ao Conselho Nacional de Estatística, cujo prédio era do Ministério da Agricultura, situado na Praça Misericórdia e conhecido como “bolo de noiva”, posteriormente demolido.

Ao fim e ao cabo, esse envolvimento resultou em sua contratação, em 1.º de outubro do mesmo ano, quando então foi co-participante do cumprimento das metas assumidas pelo já ativo CNG, órgão colegiado cuja instância suprema era sua Assembléia Geral, que se reunia anualmente, tendo um representante de cada estado. Dentre alguns objetivos iniciais do CNG dos quais participou ativamente o jovem geógrafo, entre a data de seu ingresso até meados de 1943, constaram: a atualização e reedição da *Carta do Brasil ao Milionésimo*; a campanha de determinação de coordenadas das sedes de municípios de todos os Estados do Brasil; o planejamento de uma revisão territorial e administrativa do país; a organização do censo de 1940 e, em nível nacional, do sistema de estatística; e o desenvolvimento dos

estudos regionais pelo país. Foi também nesse período que vários serviços geográficos e cartográficos estaduais foram inaugurados ou reativados, adquirindo a Geografia em nosso meio um impulso de crescimento sob as rédeas do governo central.

Foi nesse contexto que Valverde e outros funcionários passaram a dedicar-se com afinco à implantação da Geografia, para apoiar as estatísticas e demais tarefas dos novos ramos do antigo Instituto Nacional de Estatística. Foi tendo diante de si essas tarefas que ele recebeu seu primeiro salário de um conto de réis, assumindo o cargo de secretário-assistente, quantia irrisória quando comparada às remunerações dos funcionários do Ministério da Agricultura que, não obstante essa defasagem, segundo ele, demonstraram melindres em relação à sua pouca idade, vendo-o como “protegido” de Christóvão Leite de Castro⁶¹.

Os delineamentos fornecidos permitem conferir que Valverde deixou de ser “um grão de areia perdido” naquela “imensa praia” ideológica do Distrito Federal pelas mãos solidárias de Christóvão Leite de Castro, enlaçadas, conforme mencionado, com outras de reconhecida credibilidade e afinidade perante o regime implantado nas quadras do Estado Novo. Com efeito, em âmbito mais geral, as mudanças em sua trajetória pessoal e profissional, advindas com esse fato de sua biografia, estiveram amparadas na emergência e modernização de campos institucionais em estreita relação com a centralidade política do Rio de Janeiro e no prumo da acentuação do processo administrativo de centralização e racionalização da máquina estatal sob os auspícios do Estado Novo⁶².

Num movimento similar ao ocorrido num espectro mais amplo de profissões⁶³, não é desprovido de sentido afirmar que o ingresso de Orlando Valverde no CNG, em 1938, efetivou-se no âmbito de uma “agregação de interesses no campo intelectual” atinente à Geografia compartilhada com o engenheiro Christóvão Leite de Castro que, por sua vez, mantinha relações com Francisco Campos por intermédio de Mário Augusto Teixeira de Freitas. A entrada de Valverde no “mercado de posições e oportunidades regulado pelos créditos governamentais” ocorreu, assim, graças ao desejo desses últimos em “salvar o país sem perder a si mesmo e aos seus”, num quadro político de crescente autoritarismo e de expansão da máquina estatal⁶⁴.

Num apanhado de síntese, não é equivocado considerar que, no momento da aquiescência do geógrafo ao convite do estatístico e engenheiro, consumou-se a satisfação do interesse prioritário do governo central dirigido para o recrutamento de um número mínimo de profissionais, a fim de ampliar o conhecimento sobre o território brasileiro, esforço encetado desde os corredores e atividades paralelas da UDF, que, nessas searas, finalmente atracou seguro, conduzindo o labor científico de Orlando Valverde para o bojo das ideologias geográficas e políticas territoriais estadonovistas, que exerceriam forte peso tanto em seus primeiros escritos da década de 1940 quanto naqueles vindos a lume para além desses anos iniciais.

1.5.2. A “redenção dos sertões” e a ocupação dos fundos territoriais

As atividades do IBGE entre 1937 e 1945 foram orientadas desde cedo como suporte para a implantação de um importante instrumental técnico-científico de administração do território, visando, em última instância, contribuir para o avanço das políticas governamentais no campo econômico e a efetivação de suas práticas atinentes ao rearranjo político⁶⁵. Isso ocorreu com a instituição funcionando principalmente como suporte de funcionamento da máquina estatal no tocante à implementação de políticas públicas e como núcleo administrativo central responsável pelas formulações e execução de políticas territoriais.

Antes de abordar alguns aspectos relativos ao assunto, vale conferir atenção à maneira como Orlando Valverde se referiu aos anos iniciais do IBGE, chamando a atenção para o fato de que:

“[...] o Conselho Nacional de Geografia cresceu de uma forma extraordinária e isso muito pouca gente sabe... O IBGE, através do Conselho Nacional de Geografia, foi a primeira instituição do mundo a fazer planejamento regional fora de ambiente universitário, do mundo... para fins de administração; o Canadá fez dez anos depois... porque antes eram as universidades dos países mais avançados que faziam...”

[...] Mas o fato é que Christóvam Leite de Castro desenvolveu a geografia, a cartografia, criou a seção de Cartografia... que depois se tornou Divisão, ampliou-se extraordinariamente, com a Cartografia veio a Aerofotogrametria e depois até as imagens de satélite; criou-se a Geodésia para levantamentos geodésicos, a geodésia-cartográfica, de maneira que a partir de 1947 começou-se a publicar folha da Carta ao Milionésimo... e depois as folhas topográficas... no início a produção era pequena... era coisa de três folhas por ano... mas foi crescendo e chegou a alcançar 200 folhas topográficas por ano, coisa que nenhuma repartição do governo jamais conseguiu...” (Depoimento de Orlando Valverde à equipe de Memória Institucional do IBGE, Apud ALMEIDA, 2000:275)⁶⁶.

Trazendo na algibeira a metodologia geográfica lablacheana e travando contato direto com várias personalidades e com o quadro de profissionais do CNG, Orlando Valverde passou a conviver com as paulatinas inovações e conquistas técnicas desse órgão frisadas em seu comentário. Para além do realce conferido pelo geógrafo ao caráter instrumental e de difusão de informações do CNG-IBGE, é significativo entrever que nenhum aspecto das políticas territoriais estadonovistas foi contemplado em suas palavras acima. Ou seja, nelas nada encontramos que situe adequadamente Valverde diante das ideologias geográficas que passaram a acompanhar sua formação nos anos iniciais do Conselho.

Não obstante essa omissão, seu depoimento reafirma parecer de largo conhecimento sobre as estreitas relações entre a Geografia praticada no órgão acolhedor de seus primeiros anos profissionais e os intentos administrativos do Estado Novo. Com efeito, nos bastidores desse órgão, a exemplo de outros profissionais de ciências afins e de geógrafos de sua geração, Orlando Valverde teve sua formação científica inicial exposta às influências de um lugar de sociabilidade comprometido em alicerçar um conhecimento mais apurado sobre o território brasileiro, destinado a consolidar as aspirações nacionais segundo a concepção daquele regime.

Nesse sentido, ainda que sucintamente, vale lembrar que o caso da Campanha Marcha para o Oeste, por exemplo, destaca-se entre as estratégias do regime aprumadas na direção de atrair a participação política de largos setores da opinião pública, numa época em que vojavam intensas expectativas com o porvir da nação⁶⁷. Anunciada por Getúlio Vargas, na passagem de 1937 para 1938, essa Campanha assestou, entre outros objetivos, o de se

constituir num instrumento bastante apto para assegurar a defesa do território brasileiro e o progresso industrial no país. Com seus intentos proclamados, Vargas patenteou a visão de que a “criação da brasilidade” seria consequência de uma nova proposta na qual colonização e industrialização apareceram como termos combinados e indissociáveis, e que deveria ser levada adiante pelo “imperialismo brasileiro” e conduzida pelo Estado, o verdadeiro agente construtor da nação (LENHARO, 1986:23) ⁶⁸.

Por ora, é importante reconhecer que a Campanha Marcha para o Oeste comportou orientações bastante nítidas a favor do avanço da conquista territorial. Mais significativo ainda, sua propositura passou a povoar o imaginário e as ações de amplos setores governamentais que a entenderam como uma possibilidade concreta de integração espacial do país via uma política de colonização orientada pelo Estado. A repercussão de suas propostas, em associação direta com as questões da expansão das vias de circulação e da estruturação do mercado interno pretendidas nessa época, foi decerto muito forte entre os geógrafos que nasceram ao desfraldar do regime e cumpriram um papel proeminente na orientação de suas pesquisas geográficas ⁶⁹.

Capítulo 2

GRITEM CÁ, QUE RECONHEÇO LÁ:

A REDESCOBERTA EMPÍRICO-INDUTIVA DO

TERRITÓRIO NACIONAL

Se, no contexto estadonovista, o nacional passou a expressar-se claramente como “estatal e oficial” (MORAES, 1991:172), viabilizando a institucionalização paulatina e segura da Geografia, cujo processo maior de solidificação se estenderia para além desse contexto (MONTEIRO, 1980), para o que nos interessa mais de perto compete dizer que os móveis analíticos e a adequabilidade das metodologias geográficas dos escritos iniciais de Orlando Valverde também não permaneceram isentos das vagas inspiradoras dessa ideologia.

Com efeito, foi nos horizontes estabelecidos pelos quadros de referência mais amplos, passados em revista no capítulo anterior, que esse geógrafo brasileiro publicou seus quatro primeiros trabalhos na primeira metade dos anos 1940, todos representativos de seus anos de recém-formado. Foi também sob o crivo dessas injunções que, no ano de 1940, ele assumiu, ao lado de outros geógrafos, a postura de combate à “Geografia de nomenclatura”, no IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis¹.

Em ambos os casos, Valverde compartilhou posições da mentalidade cientificista e modernizadora, opondo-se ademais ao espírito bacharelesco que vigorou antes desse incipiente processo de institucionalização da Geografia, aderindo para tanto ao empirismo sob o revestimento da aplicação do método regional para fins práticos bem delimitados, isto é, segundo os eixos principais daquelas ideologias geográficas. A transparência dessas tendências filiativas de seu labor surgiu com mais vigor em pelo menos três de seus escritos desse período².

Em 1943, o CNG (Conselho Nacional de Geografia) iniciou a publicação do *Boletim Geográfico*, importante periódico que desempenhou, ao longo dos anos subseqüentes, importante papel de difusão dos conhecimentos geográficos gerados

pelos pesquisadores do IBGE entre os professores primários. Em outubro desse mesmo ano, na seção “Resenha” da referida publicação, Orlando Valverde iniciou a que viria a se tornar uma vasta produção, com a publicação de uma palestra concedida por ele para a Rádio do Ministério da Educação. Surgiu, assim, o pequeno texto “O pôrto de Santos”, uma contribuição do CNG ao Curso de Férias destinado aos professores primários, organizado pela Associação Brasileira de Educação. O segundo escrito, “Divisão regional do Vale do São Francisco”, foi publicado na *Revista Brasileira de Geografia (RBG)* em abril de 1944, e o terceiro, “Dois ensaios de geografia urbana: Pirapora e Lapa”, veio a lume nas páginas dessa mesma revista em outubro do mesmo ano. Esses dois últimos trabalhos constituem, respectivamente, estudos de geografia regional e urbana, empreendidos em paragens específicas do imenso “sertão” que exalava então a brasilidade defendida e perseguida pelo regime estadonovista e seus ideólogos³. Ainda em 1944, no mês de novembro, Valverde publicou “Como organizar a bibliografia de um trabalho científico”, na seção “Contribuição ao ensino” do *Boletim Geográfico*⁴.

Embora o geógrafo carioca tenha ressaltado a ausência de um aprofundamento científico nesses trabalhos (ADAS, 2001:8), somente é possível concordar com essa avaliação quanto ao primeiro e ao último deles, de modo que ela não é válida quando se trata do estudo sobre o Vale do São Francisco e daquele dedicado às cidades mineiras. Há que se levar em consideração que essa opinião do autor foi elaborada com olhar retrospectivo, quase sessenta anos depois, subestimando esses trabalhos a partir da experiência que mais tarde travou com Leo Waibel, cuja orientação científica foi responsável pela elaboração do artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul”, publicado em 1948 na *RBG* e que, segundo o próprio Valverde, inaugurou o caráter científico de seu trabalho⁵.

Pontuada essa ressalva, compete esclarecer que, na resenha “O pôrto de Santos” (1943)⁶, Orlando Valverde teve como objetivo explicar aos professores primários não somente os fatores geográficos que influíram na localização do porto como também as vicissitudes econômicas internas e externas que teriam contribuído, até aquela data, para situá-lo entre os três maiores portos da América Latina. Observam-se, nesse trabalho, alguns procedimentos básicos que acompanhariam a vasta produção do autor. Primeiramente, cabe ressaltar a forma de tratamento que ele deu ao tema em questão, abordando previamente os aspectos naturais que concorreram para uma primeira

aproximação ao problema levantado e efetuando, num segundo momento do texto, a abordagem dos aspectos históricos de seu objeto de estudo, como, no caso, povoamento e economia. Evidencia-se, também, nesse texto uma preocupação sempre expressada por Valverde quando seu contributo é apreendido na íntegra, qual seja, a elucidação dos conceitos empregados, independentemente da natureza do texto elaborado (científico ou para fins educativos).

Afora esses recursos, merece destaque a utilização de expressões como “orgulho nacional”, “grandes brasileiros”, “compatriotas” e “capitais brasileiros”. O tom nacionalista subjacente ao vocabulário empregado pelo autor pode ser explicado, de um lado, com base no que PENHA (1993:101) considera que tenha sido o “ideário cívico dos ibegeanos”, de caráter patriótico e em sintonia fina com o *slogan* “*a conquista do Brasil pelos brasileiros*”, sobremaneira difundido e cultuado na época. Em verdade, esses valores e expressões utilizados nos primeiros escritos de Orlando Valverde atestam o que ESCOLAR (1990:7) designou como sendo a “representação patriótica”⁷ e podem ser explicados em virtude da forte influência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), contexto que colaborou fortemente para reforçar o que LAMOUNIER (1987) chama de “os pilares do surgimento da representação getuliana”, construídos ao longo dos anos 1930, que adquiriram grande enfoque no Estado Novo, sendo responsáveis pela eficácia de certos símbolos de identidade *nacional* e muitas vezes por sua própria invenção deliberada para dirimir eventuais conflitos de ordem ideológica⁸.

A assunção de tal perspectiva pelo ibegeano Valverde exerceu peso notório em seus escritos e ultrapassou os limites de sua fase inicial de produção. É ele mesmo quem indica a ambiência do governo Vargas sob o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, apontando suas conseqüências nos trabalhos geográficos de sua geração institucional:

“[...] Vargas firmou-se no poder, individual e discricionário. Politicamente, inclinava-se para o nazismo, como era natural; mas a pressão norte-americana o fez unir o Brasil aos aliados e com eles participar da guerra. A remessa de uma força expedicionária à Itália foi negociada pelos Acordos de Washington, pelos quais o Governo dos Estados Unidos financiou a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (Companhia Siderúrgica Nacional) e a Companhia Vale do Rio Doce (exportadora de minério de ferro), ambas empresas estatais. Além disso, o Brasil exportou, durante a guerra, grande quantidade de quartzo, berilo, scheelita, columbita, tantalita, borracha, tecidos de algodão etc.

Apesar das privações decorrentes do conflito mundial, houve, no Brasil, nessa época, principalmente em favor de minorias participantes do aumento da concentração da renda e da especulação, notável progresso material, e este requeria pesquisas geográficas, geológicas, econômicas etc. Por isso, a estruturação da Geografia se operou de maneira tão rápida, neste país, que foi o primeiro, no mundo, ao que eu saiba, a realizar sistematicamente pesquisas geográficas com vista ao desenvolvimento, desvinculadas de ambiente universitário. Era necessário e urgente conhecer as potencialidades de nosso território, a fim de transformar os recursos em riquezas, pela exportação ou pela industrialização (infelizmente, em geral, sob o domínio de capitais estrangeiros), e no mais breve prazo possível” (VALVERDE, 1984:7-8).

O deslindamento do contexto que esteve na raiz dos primeiros trabalhos de Valverde permite complementar o testemunho por ele fornecido. Suas observações não surpreendem quando se considera que, durante o conflito bélico mundial, justamente na fase inicial de implantação da Geografia corporificada no IBGE, ele manteve relacionamentos intensos com as universidades e órgãos de planejamento regional norte-americanos do mesmo modo que outros geógrafos de sua geração institucional, em virtude das opções políticas assumidas por Vargas perante a guerra. Imersos num quadro mais amplo de estreitamento das relações econômicas, diplomáticas⁹ e culturais¹⁰ entre o Brasil e os Estados Unidos, os intercâmbios científicos e técnicos relativos aos conhecimentos geográficos e cartográficos não pouparam as práticas dos profissionais do IBGE para viabilizar as orientações clarificadas pelo geógrafo¹¹. Nesse contexto, somente em 1947 seriam reatadas as relações desse órgão com o governo francês, fato que permitiu a ida para a França de um grupo de geógrafos que já havia sido devidamente preparado por Francis Ruellan, cuja chegada ao Brasil ocorreu em 1939, em substituição a Pierre Deffontaines.

Foi durante esse interregno de relações suspensas com a Geografia francesa que os ibegeanos passaram a sofrer forte influência da escola norte-americana e, indiretamente, da alemã, no que diz respeito à abordagem regional. Esses novos aportes, advindos no enalço e umbilicalmente enlaçados à incipiência do ideário planejador no Brasil¹², ao menos sob o plano institucional, deram ensejo à feitura do segundo e do terceiro textos de Orlando Valverde – “Divisão regional do Vale do São Francisco” e “Dois estudos de Geografia Urbana: Pirapora e Lapa” –, ambos publicados em 1944, quando então ele era secretário-assistente do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica. Contudo, a influência dessa aproximação, embora identifique o início de um segundo momento da

formação geográfica de Orlando Valverde – que, à semelhança de outros geógrafos de sua geração¹³, seguiu doravante munido de referenciais metodológicos que obstaculizaram a hegemonia da primeira corrente teórico-metodológica –, não autoriza afirmar que tenha operado uma substituição ou mesmo minimização do peso da abordagem regional francesa nos primeiros escritos de Orlando Valverde.

De posse das balizas indicadas, convém realizar uma rápida incursão nesses escritos, a fim de esclarecer o primeiro aspecto para, logo em seguida, demonstrar com mais vagar a última afirmação.

No que concerne ao estudo sobre o Vale do São Francisco, os móveis institucionais que determinaram sua realização se situaram entre julho e setembro de 1943. Nesses meses, acompanhado pelo geógrafo Jorge Zarur, Orlando Valverde realizou a expedição que deu origem ao estudo em pauta, cumprindo o estabelecido pelo Diretório Central do CNG¹⁴. Entre seus objetivos, constava o de utilizar os métodos da “análise regional”¹⁵ adquiridos por Zarur no curso de aperfeiçoamento que ele havia realizado apenas um ano antes, na Universidade de Wisconsin (EUA)¹⁶. Nos quadros do CNG, previam-se, ainda, por intermédio dos resultados da experiência, o estudo da implantação dessa abordagem nos serviços de sua repartição central, o preparo do dossiê sobre o Vale nas seções técnicas de sua Secretaria e a elaboração de uma nova carta no âmbito do plano da *Carta do Brasil ao Milionésimo*.

A expedição resultou de um convênio entre o CNG e o National Planning Association, de Washington, importante organização econômica norte-americana à época – sob a orientação dos geógrafos Clarence Jones e Preston James¹⁷, entre outros (PENHA, 1993:90) –, que pretendia investir grandes somas de capital no melhoramento do Vale, visando ao aproveitamento de seu potencial econômico, à semelhança do que se fizera no vale do rio Tennessee, na década de 1930¹⁸.

Os resultados da pesquisa foram apresentados em relatórios separados: o de Zarur ao National Planning Association e o de Orlando Valverde ao CNG. Ao mesmo tempo, esse trabalho estava associado ao Plano de Colonização do Vale do São Francisco, promovido inicialmente pelo governo Vargas, a partir de 1942, e cujos desdobramentos foram a criação da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), em 1945, e da Comissão do Vale do São Francisco, em 1948¹⁹ (PENHA, 1993:95).

Uma vez esclarecidas as circunstâncias institucionais e contextuais do estudo sobre o Vale do São Francisco, importa ressaltar que, no que tange às opções de método do autor, ele não adotou a análise regional da Geografia norte-americana, mas, ao contrário, manteve-se fiel à abordagem regional postulada na Geografia francesa. Isso fica claro principalmente na primeira parte do estudo. De qualquer modo, tanto nela quanto na segunda parte, o método no qual Valverde se apoiou remete para os parâmetros então adotados relativos ao estudo da Geografia Regional do Brasil que, habilmente, substituíram o paradigma “territorial”, até então vigente, pelo “regional”²⁰. Para que se compreenda o papel significativo dessa orientação, convém esclarecer que o estudo sobre o Vale do São Francisco foi elaborado nitidamente sob forte influência do contributo de Fábio de Macedo Soares Guimarães. Em 1941, esse engenheiro-geógrafo havia publicado “Divisão regional do Brasil”, artigo científico que desfrutou de grande repercussão na Geografia brasileira do período e que, como não poderia deixar de ser, também atingiu Valverde, imprimindo marca funda em seu contributo inicial²¹.

Seguindo esses moldes, Valverde estruturou seu estudo em duas partes: na primeira, tratou de analisar as “regiões elementares” ou “províncias geográficas” do Vale do São Francisco, ou seja, dividiu um determinado território baseando-se “*no estudo duma só categoria especial de fenômenos (geológicos, orográficos, climáticos, botânicos, etc.)*” (GUIMARÃES, 1988:19); na segunda parte, dedicou-se ao estudo das “regiões geográficas complexas” ou “regiões naturais”, isto é, “*áreas nas quais se superpõem diversas regiões elementares*” (GUIMARÃES, 1988:19). Os dois conceitos referenciados e que conferiram o substrato metodológico norteador desse trabalho de Valverde procederam de G. Ricchieri, citado no artigo de Fábio de Macedo Soares Guimarães que, por sua vez, os extraiu da obra de Delgado de Carvalho, *Metodologia do ensino geográfico* (1925).

Por ora, importa determo-nos somente na primeira parte do estudo. Em nítida consonância com a Geografia Regional desenvolvida pela linhagem geográfica lablacheana, ela foi estruturada a partir do exame compartimentado e vastamente detalhado dos aspectos físicos (geologia, paleogeografia, geomorfologia, climatologia e fitogeografia), contando ao seu final com uma descrição sobre a “geografia da produção” da área excursionada. Em todos esses itens, Valverde estabeleceu as principais características, delimitações e subdivisões das chamadas quatro *regiões elementares* resultantes de sua análise. Para tanto, o primado de seu método residiu nas

observações de campo acompanhadas de levantamentos expeditos. O exaustivo levantamento empírico da realidade estudada efetivou-se pela utilização de recursos complementares, como mapas geológicos, consulta bibliográfica sobre o objeto de estudo, inquéritos *in loco* (dados fornecidos pelas repartições especializadas e entrevistas feitas com os habitantes), fotografias e inúmeros perfis geomorfológicos.

Todos esses procedimentos foram mobilizados visando fornecer uma descrição das paisagens (observação) do Vale do São Francisco, o que transparece no largo emprego dos termos “aspecto”, “traço” e “feições” pelo geógrafo. Um bom exemplo de como a descrição das paisagens (observação) foi empregada encontra-se no seguinte trecho:

“O traço mais característico do facies desta região, é a extensa peneplanície cristalina, com numerosos afloramentos de micasquitos e granitos. Êstes últimos formam elevações pequenas constituídas de amontoados de matacões esfoliados.

Chama também a atenção a enorme quantidade de fragmentos angulosos de quartzo que se encontram na superfície do solo em todo êsse trecho. Isto se explica pelo fato seguinte:

As rochas cristalinas são aí muito cortadas por veios de quartzo. A inconstância das chuvas nessa região faz com que estas, quando ocorrem, sejam em geral chuvas torrenciais, verdadeiros aguaceiros, que formam enxurradas. Essas enxurradas arrastam consigo a camada de terra decomposta superficial, deixando à flor da terra o quartzo que, atacado pelo calor solar, se fragmenta, formando êsses pedaços relativamente grandes, angulosos, que, dado o seu pêso, costumam a ser removidos pelas águas.

Os fragmentos de quartzo são às vezes rolados e se amontoam formando patamares, dos quais os mais altos chegam até um metro e pouco acima do solo. A maioria dêsses patamares está situada em altitudes que as águas do São Francisco hoje em dia não atingem mais. Tratam-se, evidentemente, de antigos níveis de erosão, que não estão mais ao alcance das águas porque estas aprofundaram o seu leito” (VALVERDE, 1944a:35).

Em momentos subseqüentes, Valverde reuniu esses esforços a fim de explicar os processos que concorreram para sua configuração. Nessa etapa, muito embora algumas vezes os fatos de Geografia Humana e Econômica tenham sido explicados por meio das implicações ou condicionamentos dos fatos da Geografia Física, esse procedimento foi secundário em seu estudo, não podendo, assim, ser considerado uma característica proeminente.

A fim de exemplificar como esses recursos e orientações transpareceram no texto do autor, convém oferecer o mais sinteticamente possível alguns trechos ilustrativos. Desse modo, logo nos primeiros parágrafos do artigo, quando discorreu sobre a geologia e a paleogeografia da bacia do São Francisco, após tê-la caracterizado como “*um vasto sinclinal cujas camadas têm uma inclinação extremamente fraca*”, formado por camadas silurianas e cretáceas (VALVERDE, 1944a:27), ele indaga sobre o que existia antes da formação desse sinclinal, operando avanços analíticos com a propositura de questionamentos. Para responder à questão de forma adequada, utilizou-se primeiramente de suas observações de campo, quando afirmou, em atitude de minudência, que “*os fósseis de pequenos corais encontrados no calcáreo da série Bambuí, em Bom Jesus da Lapa e em outros cerros calcáreos semelhantes*” constituíram prova de que “[...] *a bacia do São Francisco no seu trecho superior e na maior parte do seu trecho médio formava até a idade siluriana um grande mar epicontinental*” (VALVERDE, 1944a:27). Num segundo momento, o recurso ao mapa geológico da região analisada permitiu que Valverde afirmasse a extensão do mar epicontinental.

Subseqüentemente, no contexto e como corolário dessas considerações, o autor se deixou circundar pelo problema da delimitação do trajeto do antigo curso do rio São Francisco, derivado da reconstituição por ele realizada da paleogeografia do Vale, mais especificamente resultante da afirmação feita pelo geógrafo acerca da deposição pelo São Francisco, ao longo do Quaternário, de camadas sucessivas de sedimentos na planície inundável de seu trecho médio. Portanto, o que se nota é que, após haver utilizado recursos metodológicos e argumentativos para iniciar o tratamento de seu objeto de estudo, o autor retornou a infiltrar em sua malha argumentativa questionamentos que alavancaram novos impulsos investigativos, para extrair o máximo de aprofundamento do assunto contemplado e também fundamentar as afirmações pelas quais propugnava.

Para elucidar o problema relativo à delimitação do trajeto do antigo curso do São Francisco, o autor partiu da consulta bibliográfica pertinente e, em seguida, discordando do conhecimento previamente gerado a respeito do assunto, formulou hipótese explicativa estruturada e fundamentada por meio de observação direta. Valverde não deixou dúvidas sobre a pertinência e comutabilidade desses procedimentos básicos com

sua estruturação metodológica-argumentativa, que justifica por si mesma a importância que adquiriu para tornar suas afirmações mais convincentes:

“Quando o rio São Francisco começou a drenar todo o seu trecho médio e superior, é uma coisa que não se pode afirmar com exatidão. Pode-se, sim, assegurar que foi posteriormente ao cretáceo. Uma prova disso é a adaptação epigênica do rio São Francisco, no trecho próximo a Itaparica, onde ele serrou as camadas cretáceas e abriu seu leito sobre as arqueanas, em discordância com a direção das rochas do complexo cristalino.

Também sobre o trajeto do antigo curso do São Francisco, perdura o problema. Para MORAIS RÊGO (Luís Flores de Moraes Rêgo. O vale do São Francisco, separata da Revista do Museu Paulista) esse antigo curso teria sido o Itapicuru, sendo a mudança proveniente de uma captura do São Francisco por outro rio mais setentrional que corria para o Atlântico.

Como no terreno da pura hipótese pode haver lugar para simpatias, creio ser uma hipótese mais plausível, a de um antigo curso do São Francisco na direção nordeste, capturado depois na altura de Cabrobó, mas nada posso apresentar como argumento decisivo em apoio a esta idéia. Apenas, nota-se que certos acidentes que costumam caracterizar as capturas estão presentes no trecho compreendido entre Cabrobó e o baixo curso. São eles: as cachoeiras, que assinalariam o trecho mais alto e portanto de erosão regressiva menos adiantada do rio captor, e o cotovêlo de Cabrobó, onde se teria efetuado o desvio do curso capturado” (VALVERDE, 1944a:28).

Em outro trecho, o autor indicou a necessidade de novas pesquisas para questões que não tiveram a ocasião de serem aprofundadas, procedimento usual em seu estudo:

“Há entretanto, dois problemas de geomorfologia que se apresentam nessa região, que julgo de grande importância para o conhecimento do São Francisco. O primeiro, é o relativo à possível captura desse rio na altura de Cabrobó ou em algum outro ponto. O segundo, refere-se à situação das cachoeiras de Itaparica e Paulo Afonso em zonas de contacto: a primeira no contacto de sienito róseo com o arenito, a segunda no do mesmo sienito com o gnaisse, esse parecendo estar capeado por aquele.

Apresento aqui o problema:

Tem o contacto do sienito com as outras rochas alguma influência na situação ou na existência mesma das principais cachoeiras do São Francisco?

Eis aí uma sedutora questão de geomorfologia que não pude atacar na excursão, porque exige um laborioso trabalho de campo. Deixo-a para quem quiser dar-se ao trabalho de resolvê-la” (VALVERDE, 1944a:35).

Além de exemplificarem o empirismo sob a pena minuciosa do trabalho de Valverde, característica que o acompanhou para além de seus primeiros escritos, o que há de comum nos dois últimos trechos é o fato de atestarem, relativamente ao período no qual foram gerados, a vigência de uma necessidade compartilhada na comunidade geográfica da época de se reconhecer o território por intermédio dos estudos empírico-indutivos. Essa característica cumpriu, sem dúvida, uma tarefa em relação à necessidade da crescente institucionalização do poder político, de que o aparelho estatal tivesse um controle com progressivo rigor sobre espaços cada vez mais extensos. Sua importância esteve relacionada ao fato de que o território era peça basilar para a solidificação da modernidade do Estado brasileiro (MARTIN, 1993:26). Em Valverde essa exigência não só norteou a minúcia de suas descrições como também visou a um reconhecimento detalhado do território como pré-requisito para romper com o caráter diletante dos estudos geográficos que precederam sua geração²². Desde cedo em seu labor, ele demonstrou o duplo objetivo de rigor científico e de subsídio ao Estado.

Não obstante, apontadas essas características, convém voltar a atenção para a segunda parte do estudo sobre o Vale do São Francisco, momento em que o autor se dedicou, conforme mencionado, ao delineamento das chamadas “regiões geográficas complexas” ou “regiões naturais”. Nela, Valverde operou uma adequação à proposta de Ricchieri, quando se posicionou da seguinte maneira:

“O critério que resolvi [...] adotar para constituir o quadro de regiões do São Francisco foi o de dividir o vale segundo os seus diferentes tipos de paisagens, sem levar em conta fôssem elas paisagens naturais ou culturais. Esta me parece a atitude mais sensata que deve tomar o geógrafo ao estudar um território cuja ocupação pelo homem vem de longa data, por que espontâneamente os fatos geográficos mais característicos ressaltam ao observador” (VALVERDE, 1944a:50).

Em primeiro lugar, o que se depreende dessa ressalva do autor é que, desde o início de seus trabalhos, a preocupação maior consistiu em se pautar nas linhagens teóricas aceitas nos meios científicos geográficos da época. Por outro lado, o trecho em evidência atesta ao mesmo tempo sua preocupação em relativizá-las diante da particularidade das realidades com as quais se deparou em seus estudos de campo. Se os

princípios em que Ricchieri se pautou para caracterizar e delimitar as denominadas “regiões naturais” de certo território contemplavam somente os aspectos físicos, Valverde foi forçado a questionar a aplicação pura e simples desse pressuposto ao perceber que o Vale do São Francisco não poderia ser realmente compreendido para fins de planejamento sem se levar na devida conta o largo tempo de sua ocupação humana. Assim, ele afastou de igual modo a denominação “regiões naturais”, proposta por Ricchieri, tendo optado pela de “regiões geográficas”, pois isso lhe permitiu não só estabelecer a delimitação tipológica das paisagens, atendo-se às correlações entre os elementos de ordem fisiográfica²³, mas também conciliar essa ordem de variáveis ao “campo antropogeográfico”, sinalizando uma tentativa de resolução do conhecido dualismo que prevaleceu na Geografia tradicional, entre Geografia Humana e Geografia Física, por meio da síntese entre aspectos naturais e sociais (MORAES, 1987:57).

As questões que acabamos de apontar ficam mais claras quando o autor discorre, mais especificamente, sobre a divisão regional que propôs do Vale do São Francisco, fundamentando seu posicionamento ao abordar, nessa regionalização, a terceira região geográfica, ou seja, o médio São Francisco:

“Outro fator ponderável para a divisão do vale do São Francisco em regiões geográficas [...] é o próprio curso do rio, não só pela sua expressão fisiográfica, mas também pela sua repercussão nos fatos da geografia humana (trocas comerciais, meios de transporte, gêneros de vida, etc.).

Médio São Francisco, que tem por característica essencial a navegação. Êste é, aliás, um caso em que aqueles que dão a preponderância absoluta aos elementos de ordem fisiográfica na caracterização das regiões geográficas encontrariam um tropêço sério (prefiro, por isso mesmo, usar a expressão ‘regiões geográficas’, em vez de ‘regiões naturais’)” (VALVERDE, 1944a:50-51).

É interessante notar que a ponderação operada entre a adoção de critérios estritamente tipológicos paisagísticos e aqueles que repercutem “nos fatos da Geografia Humana” encontrou lugar no raciocínio do autor conforme o quadro mobilizador de seu estudo, isto é, a partir das razões planejadoras que o envolveram, baseadas na cultura política estadonovista. É o curso do rio, favorável para a navegação e para as trocas comerciais, o eixo norteador dessa postura ponderativa. Esse viés planejador, de acordo com os discursos do Estado, estava assentado no reconhecimento de que a centralização do poder não consistia na única medida capaz de extinguir as tendências separatistas. A

promoção da unificação do mercado interno – de resto, conforme manifesto no discurso de Vargas de 1941 – também era tida como imprescindível e, para tanto, ao lado da extinção dos impostos interestaduais, a integração do sistema de transportes também era asseverada como condição fundamental para a concretização desse objetivo. A viabilização da circulação material no território almejava a eliminação dos desequilíbrios regionais que, segundo o perfil antiliberal do Estado Novo, seria alcançada via projeto integrador. O planejamento surgiu, assim, consoante à restauração da autoridade nacional, ambos indissociavelmente relacionados, objetivando depreender as particularidades das “regiões geoeconômicas” do país, a fim de consolidar uma esperada homogeneidade econômica e social do território. Para a realização dessa meta, condição indispensável seria a promoção da industrialização, processo difusor do progresso técnico que deveria abranger todos os setores da economia e não poupar o mosaico variado das regiões do país.

De um lado, é dessa perspectiva mais ampla que a valorização dada por Valverde à navegação do rio São Francisco adquire sentido. Na verdade, tudo leva a crer que o direcionamento de seu olhar ao ressaltar esse aspecto enquadrou-se na necessidade, pleiteada à época, de se desenvolverem as atividades produtivas como fator capaz de efetivar a unificação do mercado interno. Esses objetivos seriam garantidores da ampla circulação de mercadorias pelo território, responsável pelo fortalecimento dos laços econômicos solidários entre as regiões (DINIZ, 1993:206-207). Percebe-se, assim, que a relativização feita pelo autor quanto aos critérios de análise admitidos e propugnados pelo conceito de “regiões naturais” adequava-se aos fins perseguidos no estudo, em nítida aderência com esse pano de fundo das ideologias geográficas do período.

É sob o arcabouço dessas metas que, de maneira semelhante, no estudo sobre Pirapora e Bom Jesus da Lapa, subsidiário ao do Vale do São Francisco por ter consistido no aproveitamento dos dados colhidos para a consecução deste, Valverde desfechou algumas observações visando informar as iniciativas modernizantes do governo para os fins da “conquista territorial” e o aparelhamento infra-estrutural de seus rincões com “limitada função regional” (VALVERDE, 1944b:67), tendo partido, para tanto, do conhecimento científico pretensamente neutro e da análise da ocupação humana nos sítios urbanos que interpretou. No trabalho sobre as cidades mineiras, após ter abordado a evolução histórica de Pirapora, seus “gêneros de vida” e os aspectos

geológicos, topográficos e hidrológicos do porto dessa cidade, o geógrafo contemporizou:

“Pelo exposto, conclui-se facilmente que o pôrto de Pirapora está localizado na margem oposta à que deveria estar.

A estrada de ferro, depois de passar a ponte, poderia lançar um pequeno ramal, de menos de um quilômetro, na margem esquerda para o norte. Aí os trens da Central poderiam descarregar em armazéns ou receber dêles as mercadorias, ou diretamente dos vapôres, por meio de guindastes colocados no cais. Êsse cais poderia ser mesmo de madeira, se se quisesse fazer economia na sua construção” (VALVERDE, 1944b:76).

E prosseguiu:

“A situação do pôrto de Pirapora lá onde êle se encontra, só é explicável – não justificável – por motivos históricos.

Pirapora foi, e é até hoje, um dos extremos do único elo de comunicação interior do Brasil Oriental com o Brasil Nordeste: o rio São Francisco.

O pôrto é desprovido de função regional, isto é, êle não atua como a porta de saída de uma região fechada a outras comunicações. Ao contrário, como uma verdadeira artéria, êle liga duas grandes regiões do país. Por conseguinte, Pirapora exerce uma função comercial.

[...] O porto deverá passar para a outra margem, e naturalmente a cidade o acompanhará. Com isto, ela só terá a ganhar. E quanto mais brevemente foram resolvidas essas coisas, tanto melhor.

Permanecendo no lugar onde se encontra, sou levado a supor que Pirapora estará voltada, já não digo à decadência, porém à estagnação” (VALVERDE, 1944b:76-77).

E, após considerações sobre os benefícios dessa proposta, concluiu:

“Isto não se verificará, se Pirapora fôr mantida no abandono em que está hoje, a ponto de não satisfazer às exigências do comércio interno do país, causando demoras e danos materiais às mercadorias que circulam pelo seu pôrto.

Quanto mais baixo preço e condições de eficiência oferecer o transbordo de mercadorias por Pirapora, maior será a quantidade delas que será conduzida pelo rio.

O momento é o mais propício possível para serem resolvidos êsses problemas de Pirapora, porque é bem possível que, uma vez pronta a ligação da estrada de ferro, as vistas dos governos central e estadual se voltem exclusivamente para ela” (VALVERDE, 1944b:77).

Ao referir-se à produção geográfica sobre a cidade na década de 1940, ABREU (1994:214) comenta sobre o surgimento de uma série de trabalhos que, apesar de terem seguido o método monbeigiano, não foram estruturados propriamente enquanto “monografias”. Nesse sentido, entre outros, o estudo de Orlando Valverde sobre Pirapora e Lapa merece a menção do pesquisador em virtude de não ter conferido igual atenção para todas as fases de análise propostas por Pierre Monbeig. Ele ressalta a característica diferenciadora entre o modelo e seus congêneres, chamando a atenção para o fato de que estes últimos privilegiaram a função ou, nos casos em que analisaram pequenos núcleos urbanos (e mesmo vilas), “*acabaram direcionando-se para o modelo conceitual do ‘gênero de vida’*”. Em parte, isso se deve aos laços entre Orlando Valverde e Pierre Deffontaines, conforme já enfatizado no capítulo anterior²⁴. Não obstante, os elementos contextuais tratados há pouco, bem como os últimos trechos apresentados do geógrafo, complementam a ponderação do estudioso, tecida estritamente no registro metodológico.

Com efeito, foi em virtude dos móveis contextuais frisados que o estudo de Valverde sobre as cidades mineiras também apresentou nuances diversas de outros trabalhos do mesmo período dedicados ao estudo das cidades no Brasil. Por outro lado, tanto neste como no estudo sobre o Vale do São Francisco, ele contou não só com os aportes metodológicos da escola francesa como também com a ambiência institucional na qual imperava, além dos próprios condicionantes ideológicos estadonovistas, a influência do incipiente planejamento no Estado brasileiro que, no trâmite da Segunda Guerra Mundial, promoveu o início da aproximação metodológica com a Geografia norte-americana. Embora não seja justo afirmar que ambos os estudos tenham sido confeccionados segundo uma *démarche* geográfica metodológica “híbrida” – o que de fato não ocorreu com o prevalecimento da abordagem regional de origem vidalina, nessa primeira fase de produção dos estudos valverdianos –, institucionalmente eles foram moldados de acordo com o caráter “utilitário” representado pela Geografia norte-americana. No caso do estudo sobre as cidades mineiras, essa tônica parece ter determinado suas diferenças relativamente aos congêneres monográficos urbanos paulistas que, ao que tudo indica, permaneceram mais distanciados das propostas planejadoras arraigadas na análise regional norte-americana.

No caso do estudo sobre o Vale do São Francisco, examinando-o em sua completitude, podemos afirmar que o autor traçou um perfil dos recursos naturais e da

economia da área excursionada sintonizado com a tarefa da construção de um diagnóstico da “realidade nacional” (em que se inclui o meio físico), com o objetivo de oferecer bases para a reestruturação da economia e das instituições do país. Isso compreendia ir ao encontro da verdadeira “vocação” nacional de superar o atraso das paragens até então distantes do centro político do país, num esforço conduzido para alçar a nação aos marcos do mundo ocidental²⁵.

Os objetivos mais amplos de planejamento traçados para o estudo de Valverde tinham como bases tanto o contexto internacional quanto as circunstâncias institucionais apontadas, que também justificam o teor valorativo com o qual revestiu certos temários e são essenciais para se compreenderem suas opções de método, pólos em muitos casos indissociáveis.

Desse modo, merece ser colocada em primeiro plano a visão do geógrafo sobre a valorização dos recursos naturais na área excursionada. De fato, desde o início de sua produção científica, Valverde não deixou dúvidas a respeito de seu interesse em fornecer subsídios para o aproveitamento econômico dos potenciais naturais do país. Isso fica claro quando aborda a pesca no médio São Francisco e o potencial hidrelétrico do rio em certos trechos. As duas questões foram assim referenciadas pelo autor:

“Enfim, há uma riqueza que está esperando uma exploração sistemática para dar bons resultados: é a pesca no médio São Francisco. O peixe é saboroso e abundante.

Em Minas pesca-se quase que exclusivamente para consumo local. Diariamente saem de Pirapora com destino a Belo Horizonte somente 100 a 200 kg de peixe.

Na Bahia, pesca-se mais nas lagoas” (VALVERDE, 1944a:49).

“O que é entretanto verdadeiramente escandaloso, é ver-se que em todo o alto sertão de Pernambuco e os trechos de Alagoas e Sergipe, compreendidos na bacia, não dispõem de uma usina hidro-elétrica.

A quantidade de energia elétrica que a bacia poderá fornecer com o simples aproveitamento das quedas e desníveis de água é enorme. Quem dirá do que se poderá aproveitar com a construção de represas!?” (VALVERDE, 1944a:46).

Percebe-se, nos trechos acima, o empenho do autor em registrar as “brechas” então existentes para a implantação de infra-estrutura ou de políticas capazes de alavancar a tão desejada modernização do território. Isso, como fica claro sobretudo no último trecho, converge para a defesa da implantação de políticas territoriais dentro do

projeto nacional do Estado Novo, ou seja, ele postula a necessidade da alocação de recursos pelo Estado, sendo este o grande agente da organização da vida social, e sugere a instalação de uma usina hidrelétrica. Nisso revela sua visão espacialista, ancorada numa abordagem regional e em critérios fisiográficos que paira acima das particularidades dos estados mencionados nos trechos aqui reproduzidos. O autor informa essa orientação quando toma a bacia hidrográfica enquanto respaldo analítico de suas valorações.

Digno de nota foi esse encaminhamento, que permitiu ao geógrafo transcender da discussão política em torno dos interesses individuais e regionais porventura relacionados à proposta por ele assumida e oriunda do incipiente planejamento do governo central, que, por sua vez, refletia em grande parte a experiência estadunidense. De maneira subliminar, sua preocupação traduz a aceitação do imperativo de fazer valer, para além daqueles, os interesses da nação periférica para cumprir o seu destino perante as nações mais prósperas.

Em sentido complementar, essa orientação é coerente com a idéia então prevalecente de que um assentimento aos interesses particularistas dos estados brasileiros poderia desaguar em caos social, em luta de classes e em desperdício da energia produtiva da sociedade e, para o caso em evidência, principalmente das riquezas naturais do país (DINIZ, 1993:204-205)²⁶. No que tange a esse último aspecto, Valverde não se afastava de uma mobilização coletiva de sua época dirigida para a consolidação da unidade nacional, que tinha no aproveitamento pleno dos recursos oferecidos pelo território um de seus móveis capitais. Em verdade, transformar os recursos naturais do país em riqueza configurava-se, de fato, como uma das diretrizes do conjunto de reformas políticas, econômicas e culturais encetadas pelo governo no combate às influências estrangeiras e ao “espírito regionalista”. Esse era um instrumento bastante eficaz para promover a coesão da coletividade e afinar as pretensões separatistas dos estados e as revolucionárias, incentivadas em outros países, contra as quais o poder estatal centralizado se impunha com argumentos econômicos e geográficos. Estes ressaltavam a especificidade de cada região para a afirmação do “destino” da nação, do prisma de um incipiente desenvolvimentismo apoiado na defesa férrea do federalismo como única solução para a construção do moderno Estado brasileiro, poupando-o, assim, do acirramento latente dos conflitos. O diagnóstico de Valverde no tocante à necessidade de construção de uma usina hidrelétrica foi definido, conforme cremos,

com essa perspectiva. Numa época em que o Estado realizava esforços para fazer avançar e firmar a ordem unitarista, em detrimento da estadual oligárquica que vigorou durante a República Velha, a satisfação dessas metas políticas efetuou-se por intermédio do agrupamento morfológico de alguns estados, e não em benefício de unidades políticas isoladas, como ocorria até então. Essa concepção está claramente refletida no segundo trecho do depoimento do autor e encontra-se na base de sua avaliação, isto é, suas valorações estiveram amparadas na aplicação de um arcabouço teórico-metodológico que foi capaz de respaldar essa visão de país.

A influência da Geografia francesa, de forte teor naturalista e empirista, pode ser denotada pela positividade que o discurso estadonovista deu às regiões (MORAES, 2002:123-124) e que tornou a abordagem regional adequada aos objetivos perseguidos pelo governo.

Ademais, sem perder de vista o que foi afirmado nos parágrafos anteriores, Valverde é um geógrafo egresso de uma ambiência intelectual cuja maior preocupação, como manifestada por Aroldo de Azevedo, entre outros, era dissipar uma concepção pessimista acerca dos brasileiros, oriunda de teorias racistas, do darwinismo social e do determinismo geográfico, que havia persistido entre 1880 a 1930, mas com forte repercussão até fins da década de 1940 (BRAY, 2000:3). O enfoque regional, nesse sentido, demonstrava ser matéria-prima bastante adequada para, à semelhança do território, ser explorada para fundar na diversidade o otimismo requerido para a fundação da nação brasileira²⁷. Essa preocupação, somada à necessidade de reconhecer o território como condição *sine qua non* para o desenvolvimento, tarefa de que foi incumbida a primeira geração de geógrafos brasileiros, tanto os da academia como os das instituições planificadoras estatais, encontraria no “receituário metodológico” regional da escola francesa o instrumento mais eficaz e adequado²⁸.

A abordagem regional em Geografia, além desses condicionamentos, foi valorizada pela ressignificação do regionalismo ocasionada, em grande medida, pela publicação da obra *Região e tradição*, de Gilberto Freyre (1941)²⁹, que deu empirismo à idéia de região em moldes culturalistas e cumpriu importante papel para justificar a nação brasileira para os cânones europeus, tendo aberto campo à conhecida máxima de Vargas, de que “a identidade brasileira é a soma de suas culturas regionais”³⁰.

De posse desses elementos e uma vez considerados o viés planejador do estudo de Orlando Valverde sobre o vale do São Francisco e suas inquietações parelhas com as do regime, visando à integração nacional orientada segundo a idéia de modernização, percebe-se que o geógrafo fundou seu labor geográfico sobre a paráfrase de que a “riqueza brasileira é a soma da ‘exploração sistemática’ de seus recursos regionais”, munido da convicção de que esse amálgama prospector deveria ser trabalhado pelo Estado. Não obstante, não foram apenas a ausência de infra-estrutura e as condições materiais de produção que mereceram foco na análise do autor, em seu esforço – talvez fosse mais apropriado dizer, compromisso – para caracterizar os entraves ao desenvolvimento econômico da área analisada. Ainda de maneira incipiente, Valverde considerou as relações sociais existentes nas regiões visitadas no âmbito do estudo, apontando-as como inadequadas para os propósitos de modernização do país que o haviam levado a conhecer e avaliar os rincões do território nacional³¹. No momento, basta ilustrar como ele via a questão nessa fase inicial de sua produção geográfica:

“É também na zona das caatingas que a exploração agrícola das margens do rio é a mais intensa: os donos das grandes propriedades ribeirinhas arrendam os terrenos marginais, dividindo-os em lotes, que são cultivados pelos ‘agregados’ e respectivas famílias. Plantam-se principalmente o feijão, o milho, a abóbora e o arroz” (VALVERDE, 1944a:61).

“Há até, com o beneplácito de muitas prefeituras, uma exploração desonesta do povo, quando estas arrendam as ilhas fluviais a indivíduos influentes, ricos ou favorecidos, e êsses, por sua vez, sub-locam as ilhas divididas em lotes, havendo dessa forma um intermediário desnecessário, parasita da economia do povo, que desfruta benefícios pecuniários sem trabalhar, graças a um favoritismo” (VALVERDE, 1944a:61, nota de rodapé).

Nesse último trecho, subsidiária da ênfase concedida ao território, o autor emprega a noção genérica “povo” para se referir às relações sociais. Esse termo não surge, por sua vez, no trabalho “Dois ensaios de Geografia Urbana: Pirapora e Lapa” (1944), no qual é substituído pela expressão “classes sociais” (VALVERDE, 1944b:81). Tal uso, no entanto, não adquire quaisquer delimitações de significado que poderiam relacionar a expressão a um estatuto conceitual proveniente do arcabouço discursivo “esquerdista” daquele período, prestando-se, antes, a denotar simplesmente a idéia de agrupamentos sociais distintos quanto ao poder aquisitivo, isto é, “abastados” e “pobres”³². De acordo com a perspectiva de análise até aqui utilizada, tudo leva a crer

que os escritos iniciais de Orlando Valverde são exemplos de sua assunção dos discursos do regime quando estes atribuíram a origem real dos problemas brasileiros à inadequação da sociedade ao seu território e vice-versa, tangenciando os componentes intrínsecos e contraditórios à organização espacial da sociedade (DINIZ, 1993:215). A nosso ver, um indício discursivo corroborativo disso pode ser entrevisto quando Valverde emprega o termo “povo”.

Para que se esclareça tal ponto, faz-se necessário considerar que, de acordo com PESAVENTO (1991:113), a noção de *classe social* no período do Estado Novo foi substituída pela de *povo*, que operou habilmente uma homogeneização da população, tendo cumprido a função de eliminar as diferenças sociais para obliterar os conflitos inerentes. O regime formulou e difundiu a idéia de que a nação constituía o conjunto do “povo brasileiro”; disseminou largamente o mote de que as diversidades evidentes eram derivadas das diferenças regionais, que incluíam clima, raça, atividades econômicas, costumes, vegetação, todos esses elementos vistos como motivo de exaltação do “povo brasileiro” por demonstrarem a riqueza e a pujança do país. Isso implicava a idéia de que a garantia da estabilidade e da ordem social, que, por seu lado, seria dada por um regime forte, era pré-requisito fundamental para compor o variado mosaico do país com base nas diversidades cultural, regional e étnica como o único quadro da nação. O progresso material desta, por sua vez, seria obtido por meio do desenvolvimento industrial, associado à idéia de independência econômica, uma vez que uma nação industrializada era uma nação soberana. Não tão distante do esclarecimento dessa autora, DINIZ (1993:209) formula que esse conjunto de medidas, associado a um combate implacável às ideologias estrangeiras, garantiria a longo prazo a estabilidade e a união de esforços necessários ao aproveitamento dos recursos naturais do país. De modo que somente um Estado forte poderia, segundo a visão do regime, disciplinar a sociedade e orientar a exploração dos recursos do território de forma planejada.

Nessa perspectiva, a utilização do termo “povo” por Valverde foi coerente com os argumentos mais gerais de seus estudos iniciais, uma vez que, em sintonia com o Estado Novo, propunham, como complemento ao equacionamento mencionado, a resolução dos problemas econômicos e sociais do país por meio do aproveitamento das potencialidades do espaço nacional. Caberia ao Estado fornecer as condições dissipadoras do “atraso” de seu “povo”, essa entidade “desamparada” que teria de ser socorrida com medidas enérgicas, sob o risco de este incorrer na “estagnação” ou na

“decadência” (VALVERDE, 1944b:76-77). Essa orientação despontou principalmente no estudo sobre o Vale do São Francisco, no qual é nítida a vinculação feita entre a execução das políticas territoriais pleiteadas pelo Estado e a realização do “destino” nacional, de onde se depreende a atribuição de importante papel às políticas territoriais estatais como instrumentos para “responder” às alternativas de organização social postas pela consolidação do capitalismo (DINIZ, 1993:215-216).

Por último, tais particularidades, somadas à sua intrínseca vinculação com as ideologias geográficas estadonovistas, nos levam a reconhecer que, no decurso da elaboração do estudo do Vale do São Francisco, Valverde não pretendeu discutir teoricamente o teor do método imposto pela Geografia Regional, antes dotando-o de cientificidade para dirimir os argumentos separatistas³³, sob o crivo da centralização político-administrativa conduzida pelo governo central, e, ao mesmo tempo, alavancando a valorização econômica do território, livre de quaisquer discussões que pudessem dificultar essas intenções. Ou seja, suas considerações esquivaram-se do interminável debate em torno da objetividade ou subjetividade do conceito de “região”; portanto, ele não desenvolveu indagações quanto a serem as regiões realidades histórico-concretas ou apenas construções intelectuais. Ao contrário, nesse momento de sua trajetória, considerou esse conceito como a própria essência do saber e do fazer geográficos, um suposto com objetivos práticos bem delimitados cuja fundamentação baseou-se na ambiência político-cultural interna, que possibilitava empunhar a construção da nação alegando a complementaridade harmônica de suas partes a fim de se construir um “destino” nacional promissor. Nesses termos, a análise regional da corrente norte-americana e, principalmente, os pressupostos da abordagem regional de linhagem vidalina foram influências amalgamadas no labor geográfico valverdiano, numa época em que não convinha abordar a região se não fosse em sua alegada positividade, de qualquer modo legitimada cientificamente, estimulando e autorizando, assim, sua apreensão carregada de empirismo, o que a asseverava enquanto sendo um constructo intelectual desprovido de motivações político-ideológicas³⁴.

A reunião desses elementos, a nosso ver, auxiliam a compreensão das raízes não-academicistas da produção valverdiana. Aliás, diga-se de passagem, todos esses traços, advogados ou patentes nos trabalhos do autor, acompanharam-no para além dos limites temporais do Estado Novo. Isso é o que pretendemos aclarar na sequência.

PARTE II

AS ATIVIDADES GEOGRÁFICAS DE VALVERDE NO PÓS-GUERRA (1946-1951)

Ibegeanos nós somos unidos
Cultuamos a sã Fraternidade!
Desde o mar aos rincões mais perdidos
Nos congrega uma estreita amizade.
Temos fibra de bons pioneiros
Ante nós toda a Pátria se descerra.
Sempre fomos leais companheiros
No trabalho e no amor a nossa terra!

*(Hino do Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística – 1ª Estrofe)*

Capítulo 3

O “BALANÇO” DO ENCONTRO ENTRE DOIS ITINERÁRIOS:

WAIBEL E VALVERDE

3.1. Em Wisconsin, a semeadura de uma estima duradoura

O ano de 1945 marca o início de um processo de aprendizado geográfico de Orlando Valverde responsável pela introdução e solidificação de mudanças substanciais em sua formação e labor científicos. Contando à época com apenas 28 anos, ele rumou para os Estados Unidos com outros quatro geógrafos do IBGE – Fábio de Macedo Soares Guimarães (chefe do grupo), José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra dos Santos –, todos indicados para cursos de especialização em estudos regionais voltados para o processo de ocupação do território nas universidades de Wisconsin, Northwestern e Chicago.

No início da permanência do grupo nos Estados Unidos, mais precisamente entre 7 de maio e 6 de agosto de 1945, houve o término da Segunda Guerra Mundial e o lançamento da bomba atômica em Hiroxima, respectivamente. O contexto político no Brasil estava marcado pela intensificação da luta pelas liberdades democráticas suprimidas durante o Estado Novo¹, contraposta, porém, até o golpe militar que exigiu a renúncia de Getúlio Vargas em 29 de outubro daquele mesmo ano, a inúmeras manifestações a favor da permanência do presidente no poder. Portanto, esse início de estada dos ibegeanos nos Estados Unidos coincidiu com a turbulência dos eventos que antecederam a deflagração desse episódio político, regidos grosso modo pelas vociferações contra a permanência de Vargas e as respostas veementes e acaloradas de seus simpatizantes queremistas e trabalhistas, que procuravam rechaçar as crescentes mobilizações públicas de seus opositores².

A permanência do grupo ibegeano nas universidades norte-americanas durou em média dois anos e, no caso específico de Orlando Valverde, um ano e dois meses. Consumou-se nesse momento, portanto, a iniciativa anteriormente vislumbrada por

Cristóvão Leite de Castro e articulada por Jorge Zarur a partir de 1943, quando este último, ao retornar de seu mestrado em Wisconsin (1942) e especialização em Chicago, trouxe consigo um convite do governo dos Estados Unidos para que mais cinco geógrafos do IBGE fossem estudar em universidades norte-americanas³.

Como resultado dessas iniciativas, deu-se o início da aproximação entre Valverde e Leo Heinrich Waibel (1888-1951) em meados de 1945, ocasião em que o primeiro, na Universidade de Wisconsin, passou a freqüentar, ao lado de Fábio de Macedo Soares Guimarães, um curso especial de leituras ministrado pelo geógrafo alemão sobre Geografia Tropical, além de suas aulas sobre Geografia da África e Geografia da América Central (BUSS et alii, 1991:231-232). A respeito dessa experiência, Valverde fez comentários oportunos e que conferem ensejo a outras considerações:

“A primeira leva do Conselho de Geografia foi a minha, fomos cinco: o Fábio de Macedo Soares Guimarães, que era chefe da divisão, da seção de estudos de geografia; eu; o Lúcio de Castro Soares; Lindalvo Bezerra dos Santos e José Veríssimo da Costa Pereira. Nós fomos primeiro para a Universidade de Winsconsin, nos Estados Unidos, para o curso de verão, depois tinha um curso, era um curso mais curto... depois quando chegou o semestre de inverno... Lúcio e Lindalvo foram para Chicago, o Veríssimo foi para Northwestern... e o Fábio e eu ficamos em Winsconsin... lá eu permaneci praticamente 14 meses... mas nenhum de nós dois tirou mestrado ou coisa que valha... nós fomos lá para aprender matérias que iríamos aplicar no planejamento regional e não fizemos os cursos sistemáticos de geografia regional que eram indispensáveis para a obtenção do mestrado... estudava-se geografia do Extremo Oriente, eu tirei o curso de África com o Waibel e o de América Central... mas o mais importante mesmo era o curso de leituras de Geografia Tropical e tínhamos só nós dois... Fábio e eu... era o chamado special course, um curso especial... que era uma verdadeira aula particular de leitura e debates com Waibel... um dos maiores geógrafos deste século... porque Waibel foi discípulo da maior plêiade de geógrafos da primeira metade deste século e do fim do século passado... além disso ele tinha uma experiência de sete anos de pesquisa de campo na África e cinco na América Central... era um pesquisador excepcional... então nós obtivemos convite do Leite de Castro para que ele viesse para o Brasil e ele aqui ficou de 1946, do fim de 46, até 1950, quase cinco anos...” (Depoimento de Orlando Valverde à Equipe da Memória Institucional do IBGE, apud ALMEIDA, 2000:275).

Ao que tudo indica, o teor das discussões então travadas no curso sobre Geografia Tropical traduziu os conhecimentos reunidos pelo mestre alemão em sua primeira fase

de pesquisas geográficas quando, entre 1910 e 1920, completamente engajado no projeto imperialista do Estado alemão, dedicou sua atenção à África, tendo realizado trabalhos com ênfase nos estudos sobre a natureza e o homem nos trópicos a partir do mundo das plantas e dos animais (ETGES, 2000:12-13). O curso sobre Geografia da África, por sua vez, abordou os conhecimentos reunidos na segunda fase de pesquisas pelo geógrafo então radicado nos Estados Unidos. Com efeito, Waibel havia se naturalizado americano ao final dessa fase, desenvolvida na Europa, quando, entre 1920 e 1938, ao mesmo tempo em que se destacou ao conceder ênfase à Geografia econômica por meio da elaboração do conceito de *formação econômica*, publicou formulações anti-racistas no ano da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. Estas consistiram na análise dos *Treckburen* na África do Sul, publicada no livro *Problemas de Geografia Agrária* (1933), em que afirma o caráter ardiloso da teoria racista de *Blut und Boden* (sangue e solo), considerando-a insatisfatória como explicação para a decadência econômica e social daquele agrupamento humano no país africano⁴. Mais especificamente, em um dos capítulos dessa obra, o geógrafo analisou a situação dos *bôeres*⁵ e afirmou que, embora estes fossem descendentes de holandeses – “arianos”, portanto –, viviam em precárias condições de vida e largamente aculturados em virtude de terem assimilado o modo de vida dos povos nômades da região (ETGES, 2000:79). Waibel chegou a essa conclusão após analisar as formas de atividade dessa população, salientando que tal processo era tributário muito mais do isolamento geográfico e, conseqüentemente, econômico e cultural, do que propriamente de sua origem étnica. Portanto, asseverou que povos adiantados, supostamente pertencentes a uma “raça superior”, como os arianos, podiam decair ao grau de pastores nômades, desde que submetidos às mesmas condições (BUSS et alii, 1991:98).

Esses posicionamentos contribuíram para que o geógrafo alemão se afastasse dos objetivos do Estado nazista e desencadeasse sua perseguição pelo regime. A oposição que esse mestre manifestou, nesses moldes, ao nacional-socialismo resultou na perda de sua cátedra na Universidade de Bonn, onde tinha sido diretor do Instituto de Geografia. Esse traço de sua trajetória intelectual, somado ao matrimônio com uma cidadã judia que sofrera as arbitrariedades do anti-semitismo, conduziram-no a aceitar o convite do geógrafo norte-americano Richard Hartshorne⁶ para emigrar para os Estados Unidos, país ao qual chegou em 17 de março de 1939⁷. Iniciou-se, assim, sua terceira fase produtiva.

ETGES (2000:81) refere que, além de assumir uma postura crítica contra o nazismo em seu país de origem, Waibel se envolveu sem desvios em pesquisas levadas a cabo pelo governo norte-americano, conhecidas como Projeto N. Essa iniciativa contou com apoio financeiro de instituições judaicas daquele país e seus propósitos consistiram na identificação e sugestão de áreas apropriadas para o assentamento de colonos judeus na América Latina. Registros significativos da participação do geógrafo alemão em estudos dessa natureza remontam aos relatórios que produziu, antes de sua estada brasileira, sobre as chances de assentamento de refugiados europeus da Segunda Guerra Mundial em países da América Central, mais especificamente Honduras, Nicarágua, Panamá, El Salvador e Guatemala⁸.

Computados os constrangimentos desse itinerário pessoal, político e científico de Waibel, não menos provável é que, no caso do curso sobre a América Central ao qual Valverde fez alusão em seu depoimento, o mestre alemão tenha se dedicado a explanar os resultados obtidos no início de sua terceira fase de pesquisador, isto é, entre 1939 e 1945, que compreendeu o período no qual, impelido pelas circunstâncias inflamadas da Segunda Guerra Mundial, viveu nos Estados Unidos, tendo empreendido várias viagens sob os auspícios do governo norte-americano para os fins já mencionados (ETGES, 2000:14-15, 32, 69). Nesse percurso, já havia abandonado o conceito de *formação econômica*, tendo passado a ter como preocupação central o problema da *colonização*, móvel temático de pesquisa de interesse prioritário naquele contexto de trabalho.

Foi nesse momento de sua trajetória científica que, em 1946, Waibel rumou para o Brasil, onde permaneceu até 1950, retornando em seguida para os Estados Unidos e, em 1951, para a Alemanha, vindo a falecer no mês de setembro, quatro semanas após seu regresso ao país onde nasceu.

Para os fins ora perseguidos, isto é, de elucidar as relações existentes entre a obra de Leo H. Waibel e a de Orlando Valverde, importa determo-nos nesse último momento da trajetória científica do primeiro, ou seja, em sua fase brasileira, no decurso da qual deu importantes contribuições à Geografia no Brasil e imprimiu marca indelével nos trabalhos desse que se tornou o principal perpetuador de suas idéias em nosso meio. Com efeito, a vinda de Waibel para o Brasil foi inicialmente articulada por Orlando Valverde e Fábio de Macedo Soares Guimarães. Munidos de ótimas referências sobre o mestre alemão, estes lograram sua contratação pelo IBGE na posição de assistente-

técnico, por meio da influência de Cristóvão Leite de Castro. Mais especificamente, foi atribuída a Waibel a tarefa de trabalhar enquanto consultor para assuntos ligados ao processo de ocupação do território, tendo como principal ferramenta a colonização dirigida⁹.

Desse modo e revestido de tal atribuição, Waibel chegou ao Brasil ainda no primeiro semestre de 1946. Em 31 de janeiro do mesmo ano, o general Eurico Gaspar Dutra havia tomado posse na presidência do país, após a breve passagem de José Linhares pelo cargo, período no qual confluíram as demandas econômicas do segundo pós-guerra e repercutiam ainda as consequências da deposição de Vargas em outubro do ano anterior. Embora entre 1945 e 1947 o país tenha vivido os pleitos em prol de sua democratização, processo pelo qual obteve a promulgação da nova Constituição, em setembro de 1946, e que o recolocou na democracia, o texto constitucional manteve a estrutura criada por Vargas, isto é, um Executivo ampliado e altamente centralizado. Além desse traço distintivo, a nova Carta Magna conservou igualmente outras diretrizes perseguidas desde o alvorecer do regime anterior, relativas sobretudo ao fortalecimento da intervenção estatal. Esse foi o caso da reafirmação do planejamento regional em suas linhas. Conforme assinala VELHO (1979:161), objetivando reverter o desequilíbrio regional crescente em favor do Centro-Sul, corolário do funcionamento “espontâneo” da economia, a carta constitucional procurou rechaçar esse processo secular que, à época, se visualizava ser intensificado com a industrialização concentrada. Em virtude de reclamos políticos para que tal quadro fosse revertido, a criação de diversas agências de desenvolvimento regional não foi assunto de somenos importância na redação final da nova Constituição. Para os casos da Amazônia e do Nordeste, por exemplo, estabeleceu-se a obrigação de que 3% da renda tributária da União fossem endereçados para projetos de desenvolvimento em cada uma dessas regiões. Na ocasião, a despeito dos resultados minguaados, esse preceito evidenciou uma tendência que mais tarde iria revelar-se precursora de outros programas e agências.

No cerne desses processos políticos de conjuntura¹⁰, mesmo durante o novo governo a manutenção da estrutura do IBGE foi garantida. Cabe assinalar que, desse modo, no plano interno da instituição, algumas diretrizes anteriormente estabelecidas no Estado Novo foram preservadas, respaldadas ainda pela permanência de antigos aliados de Vargas na instituição, como foi o caso da presidência do órgão, que permaneceu nas

mãos de José Carlos de Macedo Soares (29/05/1936 a 30/01/1951), e o da direção da secretaria geral do CNG, sob os auspícios de Cristóvão Leite de Castro (07/04/1937 a 12/07/1950) (ALMEIDA, 2000:46). Tal arranjo, conforme será explicitado sem tardar, exerceram forte influência nas atividades científicas desenvolvidas por Waibel no decurso de sua estada no Brasil, franqueando a realização de pesquisas que, não obstante tenham sido influenciadas por certas iniciativas do governo recém-empossado, mantiveram afinidade estreita com a essencialidade das preocupações de investigação desse grupo técnico-científico cujos laços políticos mais íntimos o reportavam para o regime anterior.

3.2. Arejar os desconfortos da colonização dirigida

Visando estabelecer o horizonte de indagações geográficas que o grupo técnico-científico do CNG mais próximo de Vargas comportava no momento da chegada de Waibel ao Brasil, a esta altura da exposição cabe lembrar que, anos antes do embarque dos estagiários brasileiros para os Estados Unidos e do ingresso do mestre alemão no panorama da Geografia brasileira, os integrantes desse campo político do qual provinha Valverde e que então formavam a “cúpula de geógrafos”¹¹ ou mantinham as rédeas de direção do CNG haviam não somente assistido à formulação como também convivido com o desenrolar das políticas territoriais de integração econômica e de povoamento colocadas em prática pelo Estado Novo, na primeira metade dos anos 1940. Dentre as questões intimamente embutidas nessas políticas e constantemente citadas como sendo os pilares básicos para se promoverem as metas de ocupação do interior do país, não somente as de transportes como também as referentes à colonização tinham sido merecedoras de grande ênfase tanto nos discursos de Vargas quanto naqueles dos principais ideólogos do regime que despontara sob o crivo de sua autoridade. De um lado, esses haviam semeado inquietude ante o abandono das populações interioranas, apontando a privação à qual estavam submetidas comparada à qualidade de vida relativamente elevada desfrutada pelos habitantes das cidades do litoral; de outro, tomando como parâmetro o caso dos alemães instalados no Sul do Brasil, haviam pontuado a necessidade de evitar que elementos estrangeiros formassem colônias nas áreas não povoadas do país, a fim de se preservar a segurança nacional¹². Compartilhando dessas advertências chamativas e também tendo em mira a ocupação

do interior, Getúlio Vargas as complementou, alertando para a necessidade de se direcionar a instalação de indústrias, na medida do possível, para as áreas próximas das zonas de produção de matérias-primas, orientação que, a seu ver, seria obstáculo para um temeroso esvaziamento do campo e uma superlotação dos grandes centros urbanos¹³.

Nos moldes expostos, o Estado Novo, mais próximo de medidas efetivas, sinalizou, durante a primeira metade dos anos 1940, que a definição de sua política de ocupação do interior deveria basear-se em grande parte na instalação de duas modalidades de unidades produtivas: as *colônias agrícolas nacionais* e os chamados *núcleos coloniais agroindustriais*. Ainda que não fossem muito distintos, no que tange ao tipo de produção e ao tamanho da área ocupada – menor no caso dos núcleos –, esses dois tipos de unidades priorizavam a distribuição de pequenos lotes de terra aos agricultores pobres e, preferencialmente, àqueles de nacionalidade brasileira (ESTERCI, 1972:90, *Apud* DINIZ, 1993:180), em virtude das razões assinaladas.

Uma vez no Brasil e trazendo na algibeira sua experiência em estudos de colonização dirigida, Waibel foi exposto à afluência desse manancial de orientações que já era bastante familiar aos principais colaboradores com os quais passou a conviver e a desempenhar influência significativa, diretamente e de maneira estável¹⁴ ou temporária no país. Isso ocorreu, apesar de ele não ter exercido o papel formal de professor universitário em nosso meio e de ter trabalhado na Divisão de Geografia do CNG com um grupo reduzido de pesquisadores, em virtude das dificuldades ligadas ao idioma (somente se comunicava em inglês e alemão, e não em francês, que era a segunda língua da maioria dos geógrafos da época). Em meados de 1946, quando Orlando Valverde ainda estava nos Estados Unidos, Waibel, cuja linhagem metodológica não era hegemônica no país, iniciou suas atividades trabalhando ao lado de Speridião Faissol, Nilo Bernardes, Jorge Zarur (que havia sido seu aluno em 1943) e Walter Alberto Egler – o único que na época falava fluentemente alemão –, realizando estudos sobre os processos de povoamento e de reconhecimento de áreas propícias para colonização futura, sobremaneira adequados às continuidades das mencionadas políticas de ocupação do território.

ETGES (2000:129-130) refere que a primeira viagem de Waibel pelo interior do Brasil foi para o estado de Goiás, percorrendo cidades como Anápolis e Goiânia.

Acompanhado de dois assistentes, Speridião Faissol e Osvaldo Lobo, ele partiu da cidade de São Paulo, a 10 de julho de 1946, e retornou para o Rio de Janeiro, em 30 de agosto do mesmo ano. Nesse que foi seu primeiro grande deslocamento em terras brasileiras, ele inaugurou a discussão sobre o papel das faixas pioneiras no processo de povoamento. Preocupado em estudar o caso brasileiro comparando-o com o norte-americano, asseverou que:

“enquanto no Midle-West dos Estados Unidos havia apenas uma frontier ao longo da qual os pioneiros se deslocavam para oeste, no Brasil, é preciso distinguir, de acordo com Hehl Neiva, duas ‘fronteiras’: a ‘fronteira demográfica’, que limita o sertão com a mata virgem, a oeste; e a ‘fronteira econômica’, que separa o sertão, a leste, da região economicamente mais adiantada”¹⁵.

Ainda de acordo com ETGES (2000:136), ao adotar como parâmetro o exemplo clássico do desenvolvimento de zonas pioneiras do Meio-Oeste dos Estados Unidos para efetuar a compreensão do caso brasileiro, Waibel não escamoteou que sua visão interpretativa sobre a fronteira consistiu na do empreendedor. A seu ver, esse modo não visava tão somente expandir o povoamento espacialmente – aspecto deveras figurante à época na maneira como muitos brasileiros viam a questão – mas também se associava à criação de novos e mais elevados padrões de vida. Esse referencial de análise acerca do problema assentava-se no exemplo do Meio-Oeste norte-americano, onde, no intervalo de poucas décadas, tanto a mata quanto a *prairie* haviam assistido a transformações intensas, dando origem a uma paisagem cultural moderna. Não seria exagero dizer que esse modelo balizou o cerne das abordagens e conclusões dos estudos que o pesquisador empreendeu no Brasil sobre povoamento, tendo sido, aliás, como cedo virá à tona, o foco irradiador de certas ponderações críticas que manteve perante certas diretrizes da Campanha Marcha para o Oeste do Estado Novo.

Uma vez demarcados esse itinerário e as formulações iniciais de Waibel em sua estada brasileira, convém dar espaço a algumas informações contextuais adicionais que se mostram capazes de complementar tanto o caráter de seu ingresso no panorama da Geografia brasileira, no período, quanto a natureza de algumas ressalvas por ele dirigidas ao processo de ocupação do interior, que naquele momento já demonstrava sinais indesejáveis. Na verdade, embora momentâneo, tal procedimento apresenta-se como necessidade imperiosa, pois que auxilia o foco de análise a respeito de um

importante condicionante de fundo que esteve no bojo da produção dos trabalhos sobre colonização realizados por Orlando Valverde, ao lado daquele que fora seu professor em Wisconsin e que, daí por diante, jamais deixaria de ser sua referência intelectual.

Desse modo, por ora, uma das razões que fundamenta essa exigência pode ser esclarecida tomando-se as linhas mestras da síntese reportada por DINIZ (1993:183-186) a respeito de alguns resultados insatisfatórios aos quais aportaram as iniciativas do Estado Novo com relação aos projetos de colonização em Goiás, ou seja, justamente no mesmo estado para o qual Waibel se dirigiu para realizar seu primeiro trabalho de campo no Brasil.

Seguindo de perto os comentários desse autor, na primeira metade dos anos 1940 e como parte do programa Marcha para o Oeste, o Estado Novo havia concentrado esforços para implantar os projetos baseados nas chamadas colônias agrícolas nacionais. Em virtude de seu maior porte, quando comparadas com os núcleos coloniais agroindustriais, confiava-se que essas unidades viriam a desempenhar um papel essencial junto aos objetivos da Campanha Marcha para o Oeste e, sendo assim, algumas medidas concretas foram tomadas pelo regime tendo em mira sua implementação. Um dos exemplos mais significativos dessa tendência foi a CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), cuja instalação iniciou-se ainda em 1941¹⁶. Alocada na Mata do São Patrício, a cerca de 140 km da cidade de Anápolis, o comando de sua execução e os trabalhos de demarcação dos lotes, desmatamento e abertura de estradas ficaram sob a responsabilidade do engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, cuja permanência nesse cargo estendeu-se até 1950. Ao longo da consecução desse projeto, várias instruções iniciais que o orientavam foram desencaminhadas. Por um lado, se, para realizá-lo, o governo estadual havia doado à União 250.000 ha de terras, apenas 106.000 ha foram efetivamente disponibilizados para os fins de implantação da Colônia. De outro, se, para fins legais, a área dos lotes havia sido determinada entre 20 a 25 ha, foram fixadas cinco fazendas com mais de 484 ha dentro da área do projeto, em consequência de litígios recorrentes travados com grandes proprietários. Além desses atropelos em suas metas primeiras, a constituição da Colônia contou com a delonga na demarcação dos lotes, fato que acarretou a fixação de alguns deles com áreas entre 7 e 12 ha e o assentamento precoce e desordenado de famílias. Afora essas vicissitudes, os trabalhos para a instalação da CANG concentraram-se especialmente nas obras para a

montagem da infra-estrutura necessária para o assentamento, dentre as quais merece destaque a conclusão, em 1944, da rodovia que ligava a Colônia à cidade de Anápolis. Dois anos após o fecho da construção desse aparelhamento viário, o número de famílias assentadas na área do projeto saltou de 10 para 1.600, contabilizando 8.000 pessoas¹⁷.

Como se observa a partir das informações apresentadas, se o estabelecimento de grandes colônias agrícolas em regiões desocupadas do interior era tido como fator primordial para se constituir na “espinha dorsal” da Campanha Marcha para o Oeste, experiências concretas nesse sentido não foram completamente bem-sucedidas quer na alteração do estalão da concentração da propriedade fundiária, quer até mesmo nos diferenciais de densidade demográfica constatados entre essas áreas e as regiões mais desenvolvidas do país. A despeito do interesse das políticas de colonização do Estado Novo em fixar o homem no campo, o caso da CANG, no limite, apenas alcançou proveito imediato ao aliviar as tensões em certas áreas agitadas por conflitos de terra. Ao final da primeira metade dos anos 1940, essa experiência ademais refletiu a vulnerabilidade das políticas de colonização do Estado, uma vez que ficou demonstrado o comprometimento incontestável dos resultados almejados, em virtude de uma variedade de constrangimentos que envolveram desde o descaso dos funcionários responsáveis até as pressões dos grandes proprietários de terras. Além disso, embora tenha sido iniciado em 1941, o programa de instalação das colônias agrícolas nacionais alcançou o total apenas de seis unidades em condições de funcionamento (DINIZ, 1993:182).

Se não são suficientes para demonstrar um possível desconforto, esses embaraços ao menos sugerem alguns impasses com os quais se depararam alguns geógrafos visceralmente ligados ao CNG, nos antecedentes mais próximos do final da primeira metade dos anos 1940, quando então despontaram alguns resultados concretos na execução das metas de povoamento e colonização propaladas na Campanha Marcha para o Oeste. Na esteira desses fatos, cremos ser possível extrair a emergência de uma necessidade compartilhada pela comunidade ibegeana, de lapidar as iniciativas que até aquela data haviam sido postas em andamento. Cômicos da necessidade de maiores ponderações acerca do *modus operandi* das políticas de interiorização do Estado, os geógrafos brasileiros partiram para os Estados Unidos, como já mencionado, a fim de buscar novos conhecimentos de planejamento regional afeitos ao processo de ocupação do território, o que representou, uma medida efetivada sob a insígnia de um processo de

revisão das políticas de povoamento do Estado Novo, sem que isso derivasse num completo abandono de suas principais preocupações. De maneira correlata e subsidiando essa última afirmação, o desembarque de Waibel no Brasil, munido de conhecimentos atinentes à colonização dirigida, também pode ser assim interpretado. Em outras palavras, cabe considerar a relação entre esses fatos e as condições já presentes naquele momento para que borbotasse o que se poderia chamar de um espírito de “balanço” sobre a eficácia que essas políticas haviam logrado atingir na primeira metade dos anos 1940.

Voltando-se os olhos para aqueles idos, neles parece terem se condensado certas demandas de mobilização para o corpo técnico-científico do CNG, incitando-o a angariar instrumentos de pesquisa mais hábeis para levar adiante a obra de povoamento e integração do território iniciada segundo as aspirações propaladas na referida Campanha. Nessa perspectiva, tratava-se não somente de um “balanço” dos princípios que até então haviam norteado as ações palpáveis desse programa como também da arregimentação de um elenco de novas idéias que pudessem impulsionar e aparelhar a perseguição de seus objetivos em bases mais seguras, visando diluir aqueles constrangimentos iniciais. Assim, para os geógrafos ibegeanos que haviam iniciado suas carreiras nas guarnições do regime estadonovista e se engajado cerradamente na realização de suas prerrogativas, essas demandas não parecem ter sido de somenos importância, mesmo quando deflagrada a transição política dos anos 1945-1946. Ao contrário, pode-se admitir que esse novo contexto tenha reservado espaço para a oferta de contribuições de caráter científico dirigidas a subsidiar as políticas de povoamento do Estado¹⁸.

3.3. As delusões mudancistas

O enlace entre esses quadros avaliativos pincelados fornece margens para se compreender não somente a primeira viagem de Waibel ao interior de Goiás como também outras realizadas posteriormente e das quais Orlando Valverde, um dos membros de elite do CNG, viria a participar. Quando este e Fábio de Macedo Soares Guimarães retornaram dos Estados Unidos em 1947, os estudos de Waibel acerca da ocupação do território brasileiro tiveram continuidade, principalmente no que concerne

ao monitoramento do processo de colonização agrícola, uma das políticas de governo do Estado Novo de Getúlio Vargas que não fora abandonada mesmo após o primeiro ano do mandato de Eurico Gaspar Dutra (ALMEIDA, 2000:121). Além disso, foi nesse contexto que Valverde se tornou seu principal assistente e passou a desempenhar um destacado papel enquanto divulgador e tradutor de suas pesquisas no Brasil, num período no qual, ademais, o horizonte cultural disponível à formação geográfica não excluiu contribuições fundamentais de outros estudiosos brasileiros que haviam publicado obras respeitadas, como Caio Prado Júnior e Sérgio Milliet, entre outros¹⁹.

De retorno de sua primeira viagem já mencionada, em 1946, Waibel resolvera eleger temas de estudo de Geografia Geral, tais como uso da terra e da vegetação, colonização e povoamento. Embora esse plano de pesquisas já estivesse em andamento quando do regresso de Valverde, o pesquisador estrangeiro foi incumbido de participar na elaboração de um plano de mudança da capital federal, sob a coordenação do general Djalma Polli Coelho, cujo objetivo era o de estabelecer a melhor posição da sede do governo central. Assim, em 1947, ao regressar ao solo pátrio, o treinamento e aprendizado do geógrafo carioca junto a Waibel foram retomados na excursão que realizaram juntos e, para tal fim, ao Planalto Central, cujos trabalhos de campo exigiram, segundo o próprio Valverde, o tempo de execução mais longo de toda a sua vida, isto é, oitenta e um dias. Passando a assessorar, assim como outros técnicos, o desafio proposto a Waibel, Orlando Valverde engajou-se nos estudos sobre a identificação do futuro sítio do novo Distrito Federal, que foram coordenados no IBGE por várias equipes: uma com oito pessoas, sob a orientação do geógrafo alemão, e sete outras, compondo ao todo quarenta e dois integrantes, sob a responsabilidade do geógrafo francês Francis Ruellan (ADAS, 2001)²⁰.

No que tange às razões que contribuíram para a participação de Orlando Valverde na equipe de Waibel, além do contato prévio e da relação de amizade que ele havia travado com o geógrafo alemão nos Estados Unidos, ao que tudo indica circunstâncias de caráter pessoal também concorreram para o distanciamento que assumiu mais tarde em relação à liderança desfrutada por Ruellan junto a muitos de seus contemporâneos. O próprio Valverde ofereceu um breve comentário a respeito, quando indagado sobre quais teriam sido suas principais influências entre 1942-1950:

“O Ruellan, eu cheguei a ser verdadeiro discípulo dele porque eu já estava formado. Segundo lugar, ele tinha atitudes de utilizar os alunos e não orientá-los, só no começo ele teve, mas eu já estava formado e o Ruellan era um homem de direita ligado a...; ele foi responsável, ele era um homem muito temido pelos diplomatas franceses porque ele era um homem que exercia pressão em favor ao governo do Vichi e ele, inclusive, conseguiu cortar durante os anos da guerra todos os subsídios que a Embaixada Francesa dava a Pierre Monbeig. E o Monbeig pôde pesquisar durante nove anos lá em São Paulo graças à generosidade do pessoal da geografia, basicamente Aroldo de Azevedo. Ele foi cruel” (ADAS, 2001).

E, em outro trecho, ele complementou suas valorações pessoais a respeito de Ruellan:

“Aí existe uma geomorfologia velha; ele não tinha acompanhado, estando aqui no Brasil. Ele chegava ao extremo de tomar cadernetas de campo dos alunos para depois cobrar nas palestras, nas tertúlias geográficas²¹ e eu nunca admiti que ninguém tomasse um texto meu, e ainda mais que nós éramos pixotes de geografia. Waibel não quis acreditar que ele tomava as cadernetas de campo e, no IBGE, chegaram alguns até ... de roubar os meus diários de excursão, que eram um segundo estágio mais elaborado; roubaram mapas que eu fiz e que foram utilizados para defesa de teses nos Estados Unidos, com textos que eu não aprovaria de forma nenhuma, eu deixei em cima da minha prancheta e roubaram” (ADAS, 2001)²².

De uma parte, cabe notar que os fatos relatados por Valverde não contrariam o que antes se afirmou a respeito de seu emparelhamento ao lado daqueles que se alistaram²³ para a feitura de estudos que pudessem reorientar as políticas de ocupação do território nesse lustro. Esse registro básico, mais as expectativas da afluência de novos imigrantes europeus no pós-guerra²⁴ e a oposição que compartilhou com Waibel ao nazifascismo são capazes de explicar o deslocamento definitivo operado nesse momento pelo foco teórico-temático e pelos interesses valorativos valverdianos a favor da Geografia Humana e Econômica, cujos horizontes poderiam ser descortinados por Waibel em detrimento da assepsia ideológica representada pela “geomorfologia velha” praticada por Ruellan que, mesmo correndo-se o risco de superfaturar as palavras de Valverde, acobertava uma postura política avessa à sua.

Quando nada, se essa leitura se mostrar demasiado vantajada, o distanciamento assumido por Valverde à liderança de Ruellan também pode ser tributado a outras circunstâncias peculiares. Nesse sentido, sem fazer oposição às sentenças noticiadas

pelo geógrafo, destacamos não ser possível perder de vista que uma eventual proximidade com o professor e pesquisador francês nesse período não representava para o jovem ibegeano uma condição indispensável para sua inserção quer no “mercado de posições” e de “oportunidades regulado pelos créditos governamentais”, quer para a expansão do prestígio de sua formação científica que pudesse vir a ser realizada em universidades ou centros de pesquisa estrangeiros. Se, conforme afirma MONTEIRO (1980:12), *“Ruellan foi um grande incrementador da geografia pelo entusiasmo que soube infundir nos seus alunos geralmente atraindo-os através de um interesse inicialmente voltado aos estudos históricos”*, o que acaso explica certa adjacência pessoal (de qualquer modo tênue) entre ele e Valverde, antes da viagem desse último para os Estados Unidos em 1945, o fato de haver sido um “agenciador de empregos” jamais denotara significado para o geógrafo brasileiro, dadas as relações viçosas e temporãs por ele estabelecidas com Cristóvão Leite de Castro nos marcos finais dos anos 1930. De mais a mais, a valorização do teórico numa época perpassada pela necessidade de revisão das políticas estatais relativas ao povoamento configurou-se à época como naipe cartado na tradição geográfica alemã da qual Waibel era o portador e por intermédio do qual Valverde pôde prover-se, ainda, sem a necessidade de conviver com a “disciplina militar” que parece ter acompanhado a coordenação dos trabalhos sob a batuta de Ruellan²⁵. Para além desses aspectos, há que se atentar para o fato de que, ao contrário de Waibel, Ruellan não contemplava em suas pesquisas temários correlatos à colonização, tais como o da pequena propriedade e o do uso da terra, consoantes ao ideário propugnado pela Marcha para o Oeste, que havia tão marcadamente perpassado anos antes a formação geográfica e política de Orlando Valverde.

Uma vez colocadas essas vicissitudes, que ao menos jogam alguma luz sobre o alinhamento de Valverde junto a Waibel, importa esclarecer que os estudos sobre as alternativas de localização para a futura implantação do novo Distrito Federal em área a ser escolhida do Planalto Central foram estruturados em diagnósticos integrados, uma vez que exigiram avaliações de cunho físico e econômico em duas escalas distintas. De um lado, para fins de implantação física da futura cidade, foram empreendidas avaliações que contabilizaram o levantamento das duas ordens de variáveis no quadro local; de outro, a fim de se compreenderem as futuras relações econômicas e demográficas da nova capital, foram tecidas abordagens regionais (ALMEIDA, 2000:88). Essa orientação norteou tanto a equipe sob orientação científica de Leo

Waibel quanto as demais coordenadas por Francis Ruellan. Na verdade, embora reunidas com o mesmo objetivo, ambas operaram em áreas separadas e de forma independente uma da outra, num momento no qual a universidade e o sistema de planejamento mantinham fortes relações. Todavia, esses esforços conjuntos não evitaram a eclosão de uma crise no núcleo governamental de planejamento, que teve no caso da localização da futura capital o seu ponto de partida²⁶. É impossível abster-se de comentá-la do ponto de vista das idéias que a impregnaram, uma vez que a participação de Waibel foi ativa no embate entre elas, fato que, ao fim e ao cabo, favorece o entendimento do registro teórico-metodológico e da visão territorial waibeliana aplicada ao caso brasileiro, que influenciaram Orlando Valverde a partir desse momento de sua trajetória científica.

Com efeito, entre o final de 1947 e o início de 1948, duas posições divergentes acirraram o debate sobre essa questão. Num flanco dos posicionamentos, a localização da futura capital do país no Triângulo Mineiro era defendida pelos geógrafos do grupo de Waibel. Estes asseveravam a importância do fator acessibilidade à área desenvolvida do país, no caso São Paulo, como uma opção estratégica que permitiria conciliar aspectos de ordem econômica, tais como o menor dispêndio de recursos em infraestrutura imediata e a atratividade, isto é, a cidade assim localizada não estaria em área muito distante das mais dinâmicas do país, o que, por conseguinte, representaria maiores possibilidades de que os investidores de São Paulo e do sudoeste de Minas Gerais vertessem recursos em prol de seu almejado desenvolvimento²⁷. No entanto, em franca oposição a esse diagnóstico, militares, geodestas e a bancada política dos estados do Nordeste elencaram o Espigão Mestre, em área próxima à cidade de Formosa, em Goiás, como a mais oportuna para os fins perseguidos. Agregados em uníssono em torno desse parecer, para esses setores os argumentos do primeiro grupo eram irrisórios perante a defesa que empunhavam da centralidade geométrica do território, posição deveras ancorada nas concepções geopolíticas de ocupação rápida da região central do Brasil. O general Polli Coelho, então chefe do Serviço Geográfico do Exército e presidente da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, foi o principal incentivador das teses que giraram ao redor desse posicionamento. Seus esforços de convencimento foram sustentados, ainda, por grupos políticos de Goiás e dos estados do Nordeste, cujos interesses computaram desde a luta

por maiores áreas de influência política até o simples interesse especulativo das futuras terras a serem desapropriadas (ALMEIDA, 2000:89).

Ao fim e ao cabo, os resultados das discussões travadas em torno dessa polêmica desaguarão na escolha da área de Goiás, feita, aliás, nitidamente à revelia dos malogros outrora advindos na CANG e que ocasionalmente haviam contribuído para insuflar certo espírito revisionista em alguns geógrafos ante as políticas estatais de ocupação do território. Isso ocorreu logo após essa alternativa ter sido endossada em termos políticos por Mário Augusto Teixeira de Freitas, na ocasião recém-aposentado (1948), que havia endereçado carta ao general Polli Coelho registrando seu assentimento à alternativa propugnada por seu grupo.

Em 19 dezembro de 1948, no calor desses acontecimentos e após haver publicado dois trabalhos no país²⁸, Waibel fez vulgarizar no *O Jornal* do Rio de Janeiro, um artigo intitulado “Determinismo geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital)”²⁹, no qual comentou o *Relatório Técnico da Comissão de Estudo para a Localização da Nova Capital do Brasil*. Nele, não desprovido de certa ironia, observou que o trabalho escrito sob sua orientação e de autoria do engenheiro Christóvão Leite de Castro³⁰ havia classificado a área escolhida pelos geodestas e militares, isto é, a “do ‘Retângulo de Cruls’ em 6º lugar por não ter querido se elevar até o plano geopolítico do problema, preferindo ficar no plano de puro determinismo geográfico” (WAIBEL, 1961:612-614). Quanto ao último conceito aludido, o geógrafo alemão esclareceu, na ocasião, que o compreendia conforme havia sido introduzido por Friedrich Ratzel, ou seja, a determinação dos elementos da Geografia Humana principalmente em função dos fatores naturais. Discípulo de Alfred Hettner, Waibel considerava que a dinâmica social não adquiria explicação pelos fatores físicos, uma vez que, a seu ver, estes não possuíam densidade suficiente para tornar incontestável tal correlação. Inversamente, referindo-se às razões aventadas para a escolha da localização da nova capital e que prevaleceram, suas palavras ponderaram que “a decisão cabe ao homem, ao seu estágio de desenvolvimento, ao poder da sua vontade (que é forte) e ao espírito. Esta é a filosofia geográfica que hoje em dia é geralmente aceita na França e na Alemanha” (WAIBEL, 1961:613). Movendo sua argumentação segundo esse pressuposto, alegou que os fatores físicos tinham assumido notório destaque para a indicação da localização da futura capital no trabalho desenvolvido pelo astrônomo

Cruls, desfechando críticas ao fato de este não haver contemplado os fatores humanos, procedimento levado na devida conta, ao contrário, na expedição geográfica por ele coordenada ao Planalto Central. Essa advertência, expressa no artigo em evidência, foi por ele dirigida ao general Polli Coelho, que havia afirmado que o relatório da equipe de Waibel confirmava na essencialidade os mesmos princípios do relatório da Comissão Cruls³¹. Registrados esses esclarecimentos, o arremate da explanação de Waibel se dirigiu para dirimir a acusação feita contra ele por seu opositor, segundo a qual não teria alçado o problema da localização da futura capital ao plano geopolítico. Rechaçando-a, Waibel lembrou os malefícios causados pela geopolítica na Alemanha, considerada por ele uma “pseudociência”, imputando ao presidente da Comissão mais um erro de sua perspectiva ao sugerir que seu labor pudesse ser rebaixado ao dos arautos dessa corrente de pensamento³².

Em verdade, antes de merecerem ser entrevistados como circunscritos unicamente ao problema da localização da futura capital do país, os elementos mencionados e disponibilizados por Waibel em sua argumentação sobre essa querela conservam inúmeros aspectos de suma valia para se compreenderem as filiações e princípios metodológicos que Orlando Valverde herdou do mestre alemão, a partir dessa experiência literalmente capital. Muitos dos pressupostos assumidos por Waibel, com os quais ele se posicionou diante da questão da localização do novo centro político do Brasil, encontram-se melhor refletidos no artigo de Valverde intitulado “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul”, publicado em 1948. Alinhavado sob a orientação assídua e direta de Waibel, foi nesse trabalho científico do geógrafo ibegeo que despontaram, como principais móveis de investigação compartilhados, a Geografia como estudo da “variação de áreas”, a teoria de Von Thünen, a luta contra o determinismo e, por último, o método da interpretação histórica.

Decerto, debruçar-se sobre o modo como esses traços metodológicos foram utilizados em seu escrito auxilia a compreender o relevo que o legado do geógrafo alemão adquiriu na trajetória científica de Valverde. Contudo, procurando tomar uma perspectiva de análise que não os enquadre tão somente pelo papel que desempenharam *vis-à-vis* da Geografia do período ou ainda restrita à ordem internalista dos escritos do autor, para uma melhor compreensão dos mesmos é apropriado colocar à frente deles um elenco de idéias, interesses e concepções vigentes no contexto em que o autor

passou a aplicá-los no referido artigo. Tal procedimento será realizado nos próximos capítulos, reservando-se para depois a retomada daqueles outros não menos importantes, em articulação com o que passamos a apresentar³³.

Capítulo 4

O REAPARELHAMENTO METODOLÓGICO DA OBRA VALVERDIANA NO PÓS-GUERRA

4.1. Dois hemisférios geográficos e um atlas

Seguindo os atributos de época delimitados no capítulo anterior, quase ao termo dos anos 1940 vários geógrafos estrangeiros e brasileiros se debruçaram sobre os temários uso da terra e colonização como flancos de análise para subsidiar as tarefas que o próprio Estado brasileiro se impunha na organização do território. Apenas para citar alguns exemplos: Preston Everett James (Syracuse), que já havia trabalhado na década de 1930 com o problema da colonização no Sul do Brasil, publicou artigo em 1949 sobre o uso da terra relacionado ao povoamento¹; somente um ano depois, outro geógrafo norte-americano, Clarence Field Jones (Chicago), orientou um trabalho de campo no Pantanal mato-grossense e, em 1950, publicou, na *Revista Brasileira de Geografia*, o artigo “A Fazenda Miranda em Mato Grosso”²; Nilo Bernardes, egresso da primeira geração de geógrafos brasileiros, publicou trabalho a respeito da colonização do município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul³.

Com efeito, nos anos finais da década de 1940, os dois geógrafos norte-americanos citados, à semelhança de Waibel, vieram treinar os técnicos do CNG para estudos dessa natureza e, assim, também ajudaram a disseminar novas matrizes epistemológicas, a se somarem à francesa, que já era tradicional nas pesquisas da comunidade geográfica brasileira. Ressoando esse movimento de mudanças, em 1950, em sua palestra de despedida no Rio de Janeiro, Waibel lembrou seus ouvintes da convicção à qual chegara no início de sua estada no país, qual seja a de que os estudos de Geografia Regional ou Sistemática seriam os mais indicados para o geógrafo que pretendesse permanecer por pouco tempo no Brasil. Na ocasião, salientou o fato de sua escolha ter recaído sobre a última opção, concentrando esforços para os problemas relativos à utilização da terra e à colonização. Entretanto, conforme observa ETGES (2000), não sem razão, o resultado de suas pesquisas no Brasil indica a prevalência dos

estudos de caráter regional, tal como atestam os trabalhos intitulados “Uma viagem de reconhecimento ao Sul de Goiás” (1947), “A vegetação e o uso da terra no Planalto Central” (1948) e, o mais importante dentre eles, “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil” (1949).

O fato a ser ressaltado consiste em que, logo após o retorno de sua primeira viagem ao interior de Goiás, no final de agosto de 1946, por conseguinte antes do início dos trabalhos sobre a localização da nova capital para os quais foi escalado no CNG, Waibel já havia estabelecido como plano de estudos prioritário de suas pesquisas no Brasil os temas uso da terra, colonização e povoamento. Tal direcionamento teve importantes efeitos sobre a trajetória científica de Orlando Valverde a partir desse lustro. Como resultado mais imediato dessa resolução, aflorou entre ele e Waibel um primeiro projeto investigativo de vulto, cujo intento maior consistiu na organização de um “Atlas de Colonização do Brasil”, labor ao qual deram início sem tardar quando aquela incumbência foi devidamente transposta.

Percebe-se, assim, que as delusões mudancistas constituíram algo como um desvio para a rápida realização desses objetivos seminais lastreados pelos dois pesquisadores, cujo foco de interesse, não resta dúvida, era caudatário do período político anterior. No dizer de seu idealizador, a documentação cartográfica, incidindo sobre os fatos e fatores relacionados com esse domínio, tinha por finalidade auxiliar o governo e o público na formação de uma idéia clara sobre esse “*magno problema nacional*”, visto ainda como instrumento bastante hábil para se “*conseguir um conhecimento de primeira mão sobre a colonização no Brasil, seus êxitos e seus malogros*” (WAIBEL, 1988:203)⁴.

Cunhando o problema da colonização sob a chancela das palavras utilizadas pelo tenente-coronel Frederico Rondon, em artigo publicado dois anos antes no *Boletim Geográfico*⁵, Waibel passou a orientar assiduamente o olhar científico de Valverde para os problemas correlatos. Provento mais imediato do engajamento do geógrafo brasileiro nesse projeto, seu artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul”, publicado em 1948, constitui, sem sombra de dúvida, um primeiro resultado expressivo. Além disso, a partir desse momento, entre outros móveis de análise que seriam paulatinamente agregados a suas pesquisas, nos anos seguintes estabeleceu-se no interior delas um processo de aprofundamento dos conhecimentos que Valverde detinha

até então acerca das regiões meridionais do país. Esse enriquecimento dilatou-se sem equívocos até tempos mais tarde quando, em 1957, publicou a obra *Planalto Meridional do Brasil*, em cujas reflexões notabilizou-se novamente a herança recebida de Waibel.

Da parte de Waibel, a consecução desse intento investigativo comum resultou na publicação, em 1949, do já citado artigo de sua autoria, intitulado “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil”. Tornado célebre desde sua aparição, este trazia, em muitos pontos, um teor que se aproxima do primeiro escrito valverdiano indicado, dele destoando, entre outras razões, por transpor suas minudências características em prol da propositura de princípios mais gerais sobre colonização e por abarcar considerações atinentes aos resultados da colonização não somente no Rio Grande do Sul como também em Santa Catarina e no Paraná. Nesse escrito, vale destacar, o geógrafo alemão registrou com realce sua gratidão ao auxílio prestado por Orlando Valverde durante as excursões realizadas nos bastidores de sua publicação⁶.

Para o que mais interessa realçar, as observações de campo que deram origem ao trabalho de Valverde sobre a extensão gauchesca do país (“Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul”), foram realizadas durante os meses de fevereiro e março de 1948, e sua elaboração efetiva sobreveio entre abril a outubro do mesmo ano. Gestado, portanto, na esteira daqueles trabalhos realizados com a consciência do interesse político da época pelos temários pequena propriedade e colonização, neste o peso concedido às observações de campo traduziu-se na expressão empregada “reconhecimento geográfico”, que refletia o espírito de pesquisa tão comum abraçado por outros geógrafos do período. Conforme o próprio Valverde salientou em suas linhas iniciais, “a excursão teve como objetivo iniciar os trabalhos de campo para a elaboração do fascículo referente ao estado do Rio Grande do Sul do ‘Atlas de Colonização do Brasil’”, que o CNG projetara publicar. Contando com a participação do geógrafo Nilo Bernardes, outro dos orientandos de Waibel, com relação às técnicas expeditas empregadas para a realização do estudo, Valverde se valeu dos mesmos procedimentos utilizados em seus trabalhos anteriores a sua convivência com o geógrafo alemão, isto é, concedeu ênfase ao emprego de fotografias aéreas, de inquéritos *in loco* e de fontes históricas como recursos complementares aos levantamentos de campo⁷. Seguiu nisso, aliás, balizas valorizadas por Waibel e que mereceram considerações expressivas nos trabalhos publicados por este no Brasil.

A partir do convívio e dos estudos que conduziu com o preconizador dessa empreitada e a fim de concretizá-la, Valverde passou não somente a manejar vários de seus balizamentos metodológicos essenciais como também travou contato estreito com suas valorações a respeito da colonização européia nas terras brasileiras. Esse horizonte de trabalho passou a cumprir papel capital no discurso geográfico valverdiano e apresentou uma sobrevida para além da década de 1940, o que justifica considerá-lo como o inaugurador de uma segunda fase das pesquisas do autor. Com justeza, o escrito em pauta pode ser tomado como um verdadeiro “divisor de águas” em sua trajetória científica, pois demarcou expressivamente uma transposição de sua fase formativa.

Na verdade, duas ordens de questões fundamentam essa apreciação. De um lado, do ponto de vista metodológico, quando comparado aos trabalhos publicados por Valverde até 1944, período anterior à viagem que realizou aos Estados Unidos e ao aprimoramento prático do aprendizado junto a Leo Waibel no Brasil, neste saltam aos olhos a presença pronunciada de vários e inéditos procedimentos. De outro, tal assertiva também se aplica ao trabalho em pauta pelo fato de ter inserido o pesquisador no registro específico dos estudos agrários. Isso ocorreu numa época na qual, conforme delineado no capítulo anterior, existiam fortes motivos contextuais para tanto, o que elucida que seu ingresso nessa área de estudo específica operou-se no compasso e na dependência das injunções e apelos exalados do temário colonização.

O primeiro escopo dessas questões merecerá atenção no presente capítulo. Ao próximo e aos seguintes será reservada a tarefa de elucidar os desdobramentos político-ideológicos do escrito valverdiano de 1948, diante dos condicionantes mais prementes da época na qual foi efetivamente elaborado.

4.2. A renovação da Geografia tradicional no governo Dutra

Inicialmente, a fim de tornar gradualmente eficaz o deslindamento das inéditas nuances de método que transpareceram no estudo de Orlando Valverde publicado em 1948, convém esboçar certos traços essenciais da ambiência geográfica na qual se efetivou sua elaboração. O autor, na verdade, contou com várias motivações geográficas que figuravam na ordem do dia, no momento da elaboração de seu trabalho sobre a

colonização européia na extensão gauchesca do país, e que, assim como outras inflexões do período, merecem ser ressaltadas.

Um primeiro motivo que levou Valverde a se engajar nessa linha de investigação, em que a reflexão sobre povoamento doravante é associada aos temários colonização estrangeira e uso da terra, pode ser encontrado na estrutura interna de funcionamento do órgão governamental no qual ele realizava suas pesquisas. Nessa seara, há que se atentar inicialmente para o fato de que a elaboração do trabalho valverdiano sobre as áreas de colonização antiga no Rio Grande do Sul realizou-se no ano de comemoração do 11.º aniversário do CNG, ocasião responsável pela acomodação da Divisão de Geografia em novas instalações e na qual se assistiu à reestruturação de seu modo de funcionamento. Expressivamente essa iniciativa refletiu a valorização dada às coordenadas metodológicas principalmente de importação norte-americana, já em curso desde o desfraldar dos anos 1940, e, no encalço delas, o trabalho geográfico no IBGE passou a contar com cinco seções regionais e uma grande seção de estudos sistemáticos dividida em vários setores. Essas mudanças ocorreram, aliás, ao lado de um acréscimo nada desprezível do quadro funcional do Instituto, em virtude da admissão de elevado número de “auxiliares de geógrafos” (MONTEIRO, 1980:14-15).

Foi nesse trâmite que Valverde produziu seu trabalho sobre as áreas de colonização antiga, quando então contava com a maturidade de seus 31 anos e era, no CNG, chefe da Seção Regional do Leste. O cargo ocupado pelo geógrafo nesse braço técnico do governo central certamente foi uma das razões que o conduziu a estudar tais áreas segundo o projeto proposto e estimulado por seu orientador científico. Todavia, a posição profissional que então preenchia foi apenas uma das peças que favoreceram sua participação nesse projeto de pesquisa; na verdade, outras, de natureza diversa e não menos relevantes no âmago de sua área de atuação, confluíram para tanto.

Como segundo motivo, vale destacar certos incentivos externos que cingiram a Geografia brasileira nesse período. Não se pode desconsiderar que, em 1948, mestre e discípulo assistiram, atentos, porém de maneira distante, à criação da Comissão de Levantamento do Uso da Terra, no Congresso Internacional de Geografia de Lisboa, organizado pela UGI (União Geográfica Internacional). A esse evento, que marcou a retomada da tradição dos congressos internacionais após o término da Segunda Guerra Mundial, compareceram pela primeira vez oficialmente geógrafos brasileiros, para

apresentar comunicações próprias ou mesmo de colegas então impossibilitados de participar (MONTEIRO, 1980:15)⁸.

Para além dos já mencionados, um terceiro motivo deve ser lembrado. Dos pontos de vista pessoal e metodológico, Valverde contava com três anos de convívio com Waibel, durante os quais havia estabelecido contato significativo com os conhecimentos deste sobre Geografia Agrária e processos de colonização dirigida, terreno de permutas intersubjetivas tratado no capítulo anterior.

Sem perder de vista tanto este último quanto os demais apontamentos, visando tratá-los mais acuradamente e conforme a complementaridade que possuem, é oportuno extrair o significado do geógrafo alemão na formação de Orlando Valverde, partindo da menção por ele mesmo registrada acerca das orientações metodológicas herdadas. Nesse particular, não deixando dúvidas a respeito do pano de fundo comum sobre o qual seus respectivos estudos foram construídos, o geógrafo brasileiro referendou:

*“De maiores repercussões talvez para a geografia brasileira foram as contribuições metodológicas de Waibel, decorrentes de sua permanência no Brasil. Destas, a mais importante foi, sem dúvida, a **ênfase dada ao método indutivo**. Insistia nessa marcha de raciocínio para seus discípulos, nos mínimos detalhes: não só nos trabalhos escritos, mas na própria exposição oral, **exigia que uma descrição correta precedesse a explicação**; ‘primeiro os fatos, depois as teorias’, dizia. Waibel justificava o seu rigor na manutenção desse método, não apenas porque **esse é o único método válido para o estudo das ciências concretas**, mas ainda porque **êle compreendia ser essa a única maneira de preparar seus assistentes para que mais tarde pudessem efetuar pesquisas de campo sòzinhos**.*

*Dedicava também especial atenção à **comparação de fatos iguais ou semelhantes, observados em diferentes regiões da Terra**, como fundamento para ampliar conhecimentos de Geografia Geral.*

*No tratamento de questões de Geografia Econômica ou de Geografia Cultural, atribuía **grande valor à evolução histórica dos fatos**, à qual dava a denominação inglesa: ‘Historical approach’ [...]*

O caráter antropocêntrico da Geografia era enfatizado por Waibel em todos os seus trabalhos e recomendado aos dos seus discípulos. ‘No tratamento dos problemas de

Geografia Humana deve ser dado um caráter sociológico', insistia ele" (VALVERDE, 1968:80-81; grifos nossos).

No trecho acima, a despeito do atrelamento à influência do mestre estrangeiro nos aspectos ressaltados, Valverde já havia deixado transparecer, em seus escritos anteriores a Waibel, sua preocupação em fazer com que a explicação dos fenômenos observados fosse precedida pela descrição pormenorizada⁹. Isso também é válido quanto a seu esforço em comparar fatos ou aspectos de diferentes regiões e sua postura em afirmar o “caráter antropocêntrico” da Geografia. Mas, embora tenha enfatizado que utilizou esses procedimentos a partir do convívio com Waibel, eles não eram totalmente inéditos na formação do geógrafo brasileiro, de modo que o justo é afirmar que, na verdade, adquiriram consistência no labor científico de Valverde a partir do aprendizado junto ao geógrafo alemão. Com efeito, tais procedimentos se configuraram como basilares de suas pesquisas e, sem sombra de dúvida, foram consolidados mediante esse contato, sendo mais rigorosamente adequados à ênfase que Waibel atribuía aos fatores econômicos. É possível, portanto, considerar que disso tudo decorreu um certo ineditismo do escrito valverdiano de 1948, comparativamente à atenção anteriormente dedicada pelo autor àquelas feições de método, até então por ele trabalhadas de acordo com os pressupostos geográficos possibilistas transmitidos ao seu labor via Pierre Deffontaines. De modo que esses aspectos merecem algumas considerações oportunas a fim de serem adequadamente esclarecidos.

Na verdade, o ineditismo apontado pode ser entrevisto como um efeito do contexto atravessado pela Geografia brasileira no período. De um lado, é justo admitir que esta se esforçava para superar velhos impasses da Geografia francesa que, no segundo pós-guerra, passou a não mais atender a certas demandas científicas colocadas à comunidade geográfica brasileira. Tendo em vista os reclamos do “reaparelhamento econômico”, tão comum nas diversas tendências políticas da época, ver-se-á que as filiações teórico-metodológicas legadas ou reforçadas por Waibel ao geógrafo ibegeano parecem ter atendido mais apropriadamente às injunções do contexto no qual a formação científica deste amadureceu rapidamente.

Nesse sentido, conforme afirma GEIGER (1988:72), nas décadas de 1940 e 1950, a sociedade brasileira deparava-se fortemente com a questão da urbanização e industrialização, contando com a existência de movimentos sociais e políticos que

demonstravam certo desconforto diante de posturas filosóficas naturalistas que apregoavam a neutralidade das ciências¹⁰. As conseqüências do contexto político e social sobre o desenvolvimento interno do campo de estudos geográficos estimularam ou demandaram certos reajustes nos princípios, até então largamente em voga, da corrente vidalina. Um exemplo das adaptações operadas e advindas dessa conjuntura consistiu na busca de enfoque de temas sistemáticos em escala nacional, que se traduziram, entre outros, nos estudos de população, colonização e sistemas agrícolas. Inscrita nesse registro, a vinda de Leo Waibel para o IBGE, em junho de 1946, representou uma oportunidade para a consecução desse objetivo, qual seja a superação da Geografia Física pela Geografia Humana no Instituto¹¹. Com efeito, influenciado pelo pensamento econômico de vertente historicista¹², Waibel estava interessado em relacionar a evolução dos sistemas agrícolas aos sistemas econômicos, utilizando-se da teoria de Von Thünen para estudar a distribuição geográfica da produção agrícola.

Esse traço metodológico de Waibel e que cumpriria importante papel nos estudos geográficos de seus discípulos merece alguns comentários. Na verdade, na perspectiva geográfica do pós-guerra, a articulação entre Geografia e Economia e a utilização corolária de modelos de representação como o aludido foram, segundo PENHA (1993:91), um dos focos destacados do movimento de renovação do pensamento geográfico, no qual o advento da era do planejamento colocava para a Geografia e as demais ciências sociais a necessidade de gerar um instrumental mais eficaz de intervenção do Estado. Consoante essas demandas, numa comunidade geográfica ibegeana ainda fortemente marcada pelo naturalismo e pelo empirismo, e, no flanco político-ideológico, sobremodo afeita às políticas territoriais e às ideologias geográficas estadonovistas, a influência de Leo Waibel aparentemente motivou o emprego renovado desses aspectos. Ou seja, embora não tenham sido ultrapassados, estes acabaram sendo redimensionados de acordo com as preocupações econômicas e paisagísticas assumidas pelo pesquisador estrangeiro, cuja formação científica havia sido lavrada em linhagens da Geografia alemã, mas que havia feito nelas adaptações significativas.

Essa postura, ressalte-se, inicialmente não-hegemônica no panorama das pesquisas geográficas brasileiras, apresentou-se como um diferencial inovador para os geógrafos interessados em solidificar as bases de uma área de conhecimento a serviço do Estado e aspirante ao reconhecimento de outros campos disciplinares, com vistas, ainda, à superação de insuficiências da tradição geográfica francesa para atingir essa

finalidade. Ademais, certas características da época colaboraram para a disseminação desses referenciais.

De fato, de acordo com as informações já fornecidas, percebe-se que a feitura do artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” coincidiu com o lustro no qual a burocracia e os quadros técnicos estatais surgidos no primeiro governo Vargas receberam os influxos das nuances ideológicas e das ações políticas concretas que tramitaram no decurso do governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Tal conjuntura, decerto, não deixou de exercer influências expressivas no tratamento que Orlando Valverde concedeu aos principais arcabouços temáticos de seu trabalho, quais sejam uso da terra e colonização, em que as valorações dadas por ele a respeito conservaram não somente afinidades com as do período anterior como também agregações significativas encetadas desde o alvorecer do governo Dutra.

Essa última assertiva abre vários caminhos parelhos quando se trata de colocar em boa ordem uma visão compreensiva do escrito valverdiano em pauta. Entretanto, importa por ora tão somente ressaltar que esse novo contexto político favoreceu a valorização do discurso econômico, uma das facetas essenciais para as expressivas mudanças de método da Geografia brasileira e, igualmente, como se verá em breve e com mais detalhes, para o modo laborativo de Valverde. Em outras palavras, ao lado das divergências entre os debatedores, que sustentaram as controvérsias do desenvolvimento brasileiro no lustro em questão¹³, importa atentar para o fato de que a expressão fluente no período entre 1946-1951 foi a do “reaparelhamento da economia”, que sintetizou a relevância então tributada à solução dos problemas econômicos e, por conseguinte, àqueles que reuniam conhecimentos dessa natureza em suas manifestações verbais ou em seus trabalhos técnicos ou científicos acerca dos destinos do país. Com efeito, entre a pluralidade de interesses econômicos da época, a vindícia comum consistiu na modernização da infra-estrutura (estradas, portos e ferrovias) e na dotação de energia suficiente para o país palmilhar rumos fundamentais para seu crescimento, aliados à diversificação do sistema econômico, principalmente a indústria (SARETTA, 2002:106).

De posse desses elementos, vale indagar sobre o significado que eles assumiram para o Valverde. Voltando os olhos para a procedência de Orlando Valverde, no interior do aparelho de Estado, e para as relações interpessoais e os horizontes profissionais por

ele estabelecidos anos antes e o tom de seus escritos da primeira metade da década de 1940 – aspectos tratados nos capítulos precedentes –, é possível entrever as dificuldades que enfrentou para sustentar algumas de suas convicções políticas nesse novo contexto. Conforme cremos, embora poucos, os embates da época em torno da validade ou não do dirigismo estatal são suficientes para franquear a afirmação de que neles tenha subsistido espaço para os interessados no fortalecimento do Estado mesmo que por meio de um tipo de apelo específico, isto é, voltado para a elaboração de um discurso técnico. Tal nos parece ter sido o caso de Valverde, que, tanto nessa quanto em outras questões, soube aproveitar-se dos pontos parelhos existentes entre as vias de desenvolvimento capitalista advogadas pelo Estado Novo e aquelas defendidas no governo Dutra.

Um desses pontos diz respeito aos incentivos de contexto prevalecentes nos dois períodos políticos, que são capazes de alumiar a desenvoltura assumida pela obra valverdiana no tocante à valorização de uma abordagem econômica. Se, conforme julgamos ter demonstrado no capítulo 2, essa abordagem encontrou lugar na obra de Valverde durante o período estadonovista, sob as vestes de um incipiente desenvolvimentismo, a partir da gestão Dutra ela ganhou aprofundamento, dedicada, a largos passos, ao estudo do uso da terra e da colonização. De um lado, ambos os temários foram arremetidos para o interior de sua produção dentro dos horizontes valorativos estabelecidos no período político antecessor, mas, de outro, passaram a ser tratados pelo geógrafo em pauta num ambiente de debates bastante afeito ao préstimo do discurso econômico, revestimento sob o qual ele cuidou de os focar num momento de torneio propriamente científico em sua trajetória de pesquisador. Tanto assim que o artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” distingue-se de seus escritos anteriores não somente pelo ineditismo da inflexão econômica, mas, antes, por trazer também a lume o aprofundamento dessa postura, o que, pode-se aventar sem receio, se nutriu sobremaneira das condições favorecedoras já mencionadas.

Para melhor compreensão do significado dessa, bem como do que importa de seu alcance, é preciso considerar que a mudança do regime discricionário para o democrático, na passagem de 1945 para 1946, quando o general Eurico Gaspar Dutra alçou-se à presidência da República, não modificou na essência as prerrogativas dos dirigentes do IBGE, tributário das ideologias geográficas estadonovistas. Prova disso foi a oposição colocada por alguns deles ao avanço da proposta mudancista colocada

durante a gestão Dutra, contestação que, como visto no capítulo anterior, foi assumida também por Waibel e Valverde. Com efeito, nos bastidores do Instituto, a manutenção do comando das relações de poder sob as rédeas dos getulistas, bastante próximos a Orlando Valverde, permitiu a continuidade de um processo de legitimação da Geografia, a partir de um aparato epistemológico na pesquisa que até então não era hegemônico, muito embora este já houvesse sido renunciado, no início da década de 1940, como adequado para subsidiar as ideologias e políticas territoriais estadonovistas. Ao que tudo indica, os esforços no plano interno do Instituto para colher novos parâmetros metodológicos oriundos da Geografia norte-americana eram tidos como capazes de garantir e impulsionar em novos moldes a eficácia das intenções emanadas dos dois esteios das políticas territoriais de Getúlio Vargas – a “mitologização da hinterlândia”, investida na Campanha Marcha para o Oeste, e o conceito de região como pilar interpretativo central do Brasil. A nosso ver, foi sob a vigência desses lastros que a obra de Orlando Valverde incorporou uma linguagem mais afeita ao discurso econômico, sem que isso contrariasse certos móveis já valorizados naquelas diretrizes de arraigada ressonância nos estudos geográficos, revelando, portanto, que o aprofundamento dessa tendência nos estudos geográficos gestados no período Dutra apenas obedeceu a uma necessidade já pleiteada ou sinalizada anteriormente.

Isso ajuda a explicar de que modo a vivência, tanto de Orlando Valverde quanto a de seus colegas, nas universidades norte-americanas abriram definitivamente o enredo para a diversificação das matrizes teóricas prevalecentes na Geografia brasileira, até então sobremaneira atrelada aos pressupostos da corrente francesa para respaldar os estudos regionais. A partir das novas influências teórico-metodológicas colhidas na estada nos Estados Unidos, as diretrizes políticas e a mentalidade empirista e modernizadora abraçadas por esses geógrafos foram endossadas pelas orientações geográficas norte-americanas, de Preston James a Richard Hartshorne. Isso, de um lado, porque respaldavam o conhecimento mais confiável sobre as potencialidades naturais suscetíveis de valorização e o aconselhamento do Estado a respeito dos problemas atinentes ao território¹⁴; de outro, principalmente no caso do último geógrafo citado, porque oferecia uma análise mais acurada dos propósitos e da natureza do método geográfico, revestindo-o de identidade própria em relação às outras áreas do conhecimento.

No caso de Orlando Valverde, muito embora não parem dúvidas de que seu trabalho tenha conservado o conhecimento e a aproximação de certas nuances de método defendidas pelos geógrafos norte-americanos¹⁵, não é possível negligenciar que algumas de suas prerrogativas adentraram solidamente a formação científica que ele tivera com as teorizações geográficas alemãs incorporadas por Leo Waibel¹⁶. Disso, na verdade, emerge a especificidade de seu contributo a partir do artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul”. Ademais, vistas em conjunto, essas idéias penetraram na comunidade geográfica ibegeana segundo uma operacionalização e utilização não meramente teórica mas, sobretudo, no sentido de importação metodológica para fins práticos bem delimitados e atinentes aos propósitos territoriais assumidos por uma Geografia que, no plano mais geral, aprumou-se a serviço do Estado brasileiro e, mais especificamente, contou com a empatia dos geógrafos do Instituto como o ideal de um Estado forte capaz de ser justificado em trabalhos de cunho técnico. Prova disso são as requisições existentes, nesses estudos, de haver uma atuação mais marcante da parte dos órgãos estatais, com a preocupação maior de reconhecer o território para, subsumindo os conflitos sociais, radiografar os males e as potencialidades nele pressupostos como contrariedades ou trunfos em relação a suas aspirações modernizantes. O caso de Orlando Valverde não contraria essa tendência e, no caso específico do artigo aludido, certas apropriações metodológicas nele refletidas ajudam a compreendê-la.

4.3. As filiações e os princípios teórico-metodológicos legados por Waibel a Valverde

Ao comentar a contribuição de Waibel para a Geografia brasileira, GEIGER (1988:74) chama a atenção para o fato de que, invariavelmente, quando nos trabalhos de campo era atingido um ponto de observação panorâmica de uma área, o geógrafo alemão interpelava um dos membros de sua equipe com a pergunta “*O que estamos vendo?*”, questão que, conforme os apontamentos de Valverde, poderia ser creditada à influência do paisagismo de Fochler-Hauke ou de Jean Brunhes. Não obstante, esse autor frisa que os fatos materializados na paisagem eram o verdadeiro ponto de partida para a análise geográfica preconizada por Waibel, com o objetivo mais importante de desvendar as relações do espaço econômico abstrato para, depois, retornar ao concreto.

Entre outras intenções, esse procedimento era capital para a compreensão das técnicas da ocupação da terra e continha a idéia da organização do espaço como objeto geográfico.

Não obstante sejam coerentes, as observações de Geiger podem ser melhor compreendidas e lapidadas com base nos estudos de SCHÄTZL (1992:174) e CAPEL (1981:349)¹⁷, para os quais Waibel teria sido um dos responsáveis pela transformação do conceito de *paisagem* na Alemanha, durante o período entre as duas grandes guerras mundiais. De fato, na tradição inaugurada no início do século XX por Otto Schlüter, esse conceito havia sido definido inicialmente como *morfologia da paisagem cultural*, passando, posteriormente, na esteira de outras influências que adentraram a formação de Waibel, a ser entendida como *paisagem econômica*, isto é, como resultado da transformação do homem na paisagem natural, envolvendo, nas próprias considerações tecidas por este último em 1927, a noção de *formação econômica*, que inclui elementos que não são fisionomicamente evidentes¹⁸.

Desse modo, não parece desprovido de sentido afirmar que a noção de *formação econômica* priorizada por Waibel, em detrimento da de *morfologia cultural*, mostrou-se como a mais adequada para membros da comunidade ibegeana interessados em compreender a gênese e os condicionantes que influíam no desenvolvimento dos espaços geográficos brasileiros. No encalço do pesquisador alemão, Valverde adotou esse pressuposto, ou seja, o de buscar um melhor entendimento das paisagens regionais brasileiras amparado no estudo dos fatores responsáveis por seu dinamismo principalmente econômico, consciente das amplas possibilidades de valorização e ocupação que a pouca idade do território brasileiro apresentava quando comparada à realidade do Velho Mundo. Foi no trâmite desse intercâmbio ao mesmo tempo metodológico e valorativo que sua formação científica resvalou para a apropriação das reformulações teóricas operadas por seu mestre a partir de certa tradição geográfica alemã, que remonta, em parte, ao menos nesse particular, à linhagem de Carl Ritter e Otto Schlüter.

Os desdobramentos da assunção dessa perspectiva central de análise por Valverde se manifestaram em seus escritos pela utilização de certos móveis de investigação. A nosso ver, vale lembrar que os mais importantes a destacar são: a Geografia como estudo da “variação de áreas”; a teoria de Von Thünen; a luta contra o determinismo; e,

por último, o método da interpretação histórica, cujas conseqüências se estendem aos enfoques que concedeu à caracterização dos sistemas agrícolas e ao objeto de estudo da Geografia Agrária.

Esses elementos substanciais, à semelhança da abordagem concedida por Waibel ao problema da localização da capital federal, em que ambos atuaram muitas vezes de forma subliminar na construção de seus argumentos, transpareceram enquanto esteios mestres de análise de Valverde tanto no artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” (1948) quanto em quase todos os seus escritos elaborados do início da década de 1950 até 1964. Em sintonia com as veredas abertas pela reformulação do conceito de paisagem cultural, tais elementos já eram notoriamente valorizados nos estudos de Waibel e apropriados por ele segundo o amplo conhecimento que detinha da Geografia Agrária. Foi de acordo com esse manancial que se operou o alargamento dos horizontes conceituais e metodológicos do grupo de geógrafos do CNG que estavam trabalhando a seu lado com o processo de colonização sob demanda do governo federal. Outrossim, foi por meio desses móveis analíticos que Valverde passou a buscar legitimidade perante a comunidade geográfica, firmando-se ademais à época como um pesquisador reconhecido do campo e da agricultura brasileiros, diferenciando-se entre seus contemporâneos.

Numa visão de conjunto de tudo quanto até aqui foi apresentado, essas apropriações de método no labor de Orlando Valverde podem ser entrevistadas como a alternativa por ele escolhida ou que lhe veio ao encontro oportunamente a fim de transpor o questionamento reiterativo perpetrado contra a tradição vidalina, a partir da Segunda Guerra Mundial, ao qual nos referimos. Em verdade, a despeito de não ter abandonado totalmente o peso do naturalismo inerente ao possibilismo vidalino, Valverde readequou (não arriscaríamos dizer que superou) essa visão em sintonia com o contexto de transformações que atingia não somente sua disciplina como também a cena político-social no período. Isso ocorreu em prol de uma abordagem que passou a inserir as variáveis físicas das áreas excursionadas nos moldes de preocupações mais estritamente econômicas, acompanhando nisso, como haverá a oportunidade de se demonstrar, as características de sua época¹⁹. De igual maneira, se o empirismo já presente em seus anos iniciais de pesquisador não foi integralmente suplantado, ao menos sua aplicação foi redimensionada em virtude da natureza dos novos objetivos perseguidos quanto à metodologia, porquanto, ideologicamente, Valverde tenha se

mantido fiel ao objetivo de guarnecer cientificamente as políticas territoriais estadonovistas.

Num único lance, cabe pontuar, o movimento que acabamos de expor possibilitou a participação de Valverde nos esforços voltados para o arejamento das políticas de colonização estadonovistas e permitiu sua inserção nos debates da época a respeito da questão agrária, os quais, como será visto no próximo capítulo, foram intensos. Seguindo essa tendência de relativização da Geografia francesa, sua obra também passou a incorporar outras noções empregadas pelos geógrafos alemães²⁰, as quais, entremeadas às suas preocupações de cunho desenvolvimentista, em que subjaz certa visão evolucionista linear do processo histórico, conferem uma identidade particular a seus escritos produzidos entre os fins da década de 1940 e o início da de 1950.

Em suma, a determinante influência metodológica de Waibel levou Valverde a incorporar e manusear recursos de método que até então ou não eram empregados por ele ou, quando muito, haviam sido incorporados de maneira tênue e sob o peso incontestado do naturalismo. Essa mudança foi processada de acordo com as afinidades teóricas que ele tinha com Waibel, sem incorrer no risco de contradizer os postulados por ele advogados para a Geografia e, no âmbito geográfico nacional, acabou por permitir-lhe fincar-se no marco ou registro daqueles que procuravam esvaziar de credibilidade as teses deterministas e, ao lado disso, ao menos pretensamente, relativizar sem completo abandono a neutralidade positivista da Geografia de influência francesa que marcara os anos de sua formação. De outra parte e talvez mais importante, essa mudança no interior de suas pesquisas possibilitou-lhe angariar novos aportes conceituais então em voga e cuja repercussão era incontestada na comunidade geográfica internacional.

Esse último ponto pode ser exemplificado, inicialmente, atentando-se para uma certa readequação promovida por Valverde entre os pressupostos waibelianos e hartshornianos em muitos aspectos afins. Mais precisamente, pode-se afirmar que ele efetuou uma leitura bastante específica da obra do geógrafo norte-americano Richard Hartshorne, intitulada *A natureza da Geografia*, publicada em 1939 e que provocou notória discussão internacional na época, e, mais tarde, do conteúdo final de suas preocupações versado em outra, *Questões sobre a natureza da Geografia*, publicada em 1959. Porém, essa leitura não o distanciou do ponto de vista assumido por Waibel para a

disciplina, ou seja, calcado na Geografia Agrária e na importância que este último atribuía aos fatores econômicos.

4.3.1. A Geografia como estudo da “variação de áreas” e o critério positivo de seleção valverdiano

Antes de considerar as relações entre a obra de Orlando Valverde e a de Richard Hartshorne, importa esclarecer que, em sua produção antecessora do trabalho “A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica” (1961), publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, o geógrafo ibegeano jamais teceu referência às formulações teóricas do colega norte-americano (VALVERDE, 1961:172). Uma menção mais acurada e extensa acerca de sua definição do objeto de estudo da Geografia somente veio a lume em 1964, com a publicação da obra *Geografia Agrária do Brasil* (VALVERDE, 1964:21), na qual despontou a centralidade dos subsídios de Hartshorne para as reflexões metodológicas valverdianas relativas a esse campo de estudo.

Não obstante, já em 1948, inúmeros trechos do artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” atestam sua familiaridade com os princípios metodológicos atinentes à Geografia formulados por esse autor. É de se supor que os aspectos contextuais já mencionados ajudem a explicar o fato. Diante das evidências disponíveis, é possível que Valverde tenha se aprofundado na proposta do autor norte-americano (surgida, inicialmente, em 1939) por dois caminhos complementares: num deles, de início, adquiriu proximidade com ela informalmente, quer pelos diálogos que conduziu com Jorge Zarur, quer por meio das orientações que assimilou de Waibel, ambos mantenedores de contato pessoal com aquele que ficou conhecido como o “Hettner americano”; no outro, quando em 1945 seguiu com outros geógrafos para os Estados Unidos, certo é que, além de ter estudado com Leo Waibel, teve contato direto com Richard Hartshorne (BUSS et alii, 1991:224).

A influência das idéias de Hartshorne não foi diminuta entre os geógrafos brasileiros surgidos nas cercanias geracionais de Orlando Valverde. Isso é corroborado por MONTEIRO (1980:14-15) quando, em seu estudo tornado clássico sobre a história da Geografia brasileira, considera que as formulações do geógrafo norte-americano, embora fossem de influência menos clara, de modo algum podem ser consideradas

desprezíveis naquele contexto²¹. Monteiro, rastreador das tendências geográficas que afluíram às comunidades brasileiras de pesquisadores entre 1934 e 1977, fez essa observação correlacionando-a com as mudanças ocorridas em 1948 na Divisão de Geografia do CNG, sobre as quais, aliás, tecemos alguns comentários anteriormente. Assim, cabe apenas complementar, ainda segundo Monteiro, que, na ocasião de comemoração do 11.º aniversário do órgão, Fábio de Macedo Soares Guimarães patenteou a proposta hartshorniana de justapor o sistemático ao regional, num discurso dedicado àquele evento²².

Tomando por base a relevância dessas inspirações concernentes à Geografia brasileira de um modo geral e, mais especificamente, uma vez demarcados os contornos de contato entre a formação geográfica valverdiana e as postulações de Hartshorne e Waibel, o cruzamento desses três itinerários merece ser considerado com mais vagar para que seja possível esclarecer suas repercussões na obra de Valverde. Tal enfoque, aliás, não aparenta ser equivocado, pois, no plano teórico, com efeito, todos eles atestam afinidades em função da valorização que deram ao resgate do pensamento de Alfred Hettner. Na verdade, cada qual assim procedeu de maneira específica, com maior ou menor intensidade e de acordo com intenções diversas que remontam ao caráter ou modalidade de seus trabalhos. As diferenças transparecerão oportunamente na seqüência, porém é importante frisar que não obstruíram uma comunhão de visões a respeito da natureza e do objeto de estudo propriamente geográficos.

Sem perder de vista o que já foi afirmado sobre as novas demandas geográficas surgidas no segundo pós-guerra, conforme aponta MORAES (1983:84) foi somente a partir da definição da Geografia como o estudo da “variação de áreas” (*areal differentiation*) que a terceira grande corrente do pensamento geográfico dentro da Geografia tradicional²³ pôde ser estruturada, valorizando um pouco mais o raciocínio dedutivo e constituindo-se pelo pressuposto de que a singularidade da análise geográfica estaria assegurada por trabalhar com as inter-relações dos elementos, e não com seu isolamento, como nas demais ciências particulares²⁴. Essa seria, ainda segundo MORAES (1983:87), a “última tentativa de agilizar a Geografia Tradicional, mantendo-lhe a essência de busca de um conhecimento unitário, e dando-lhe uma versão mais moderna”. Não saberíamos excluir desse parecer os motivos da insistência valverdiana em certos princípios basilares de sua concepção acerca da especificidade do conhecimento geográfico, tais como o de um saber perquiridor da totalidade, o de

assumir ser a Geografia uma ciência de síntese, e a manutenção da visão espacialista de região.

Mesmo de forma sucinta, vale debruçarmo-nos sobre essas orientações, a fim de aclarar os pontos convergentes e complementares entre as obras de Orlando Valverde, Richard Hartshorne e, como não poderia deixar de ser, Leo Waibel.

Desse modo, tomando como ponto de partida a obra de Hartshorne, *Questões sobre a natureza da Geografia* (1959), consubstanciadora de um aprimoramento das propostas que haviam sido dispostas naquela exposta em *A natureza da Geografia* (1939), poderíamos dizer sinteticamente que os principais pontos desenvolvidos na análise do geógrafo norte-americano apontaram para algumas direções básicas que nortearam vários trechos argumentativos da obra de Valverde, a partir do estudo sobre a colonização italiana e alemã no Sul do Brasil.

Em primeiro lugar, Hartshorne sublinhou as contradições e as fraquezas das escolas que conferiam muita ênfase à ecologia, tendência que, a seu ver, terminava por sacrificar toda a análise geográfica, restringindo-a ao estudo das relações do vivente com o inanimado. Além disso, ele procurou sistematizar em seu trabalho a concepção de que o foco de interesse da Geografia estava no estudo da “variação de áreas”, ou seja, no mosaico de paisagens distintas da superfície da Terra. Nesse caso, na esteira de seu pensamento, o objetivo do estudo geográfico deveria assentar-se no estabelecimento de uma síntese ou integração de características relevantes na análise da região, com vistas a fornecer uma descrição mais próxima possível da totalidade do lugar, identificável em virtude da combinação particular de suas características. Desse modo, a Geografia seria, em seu entender, uma ciência integradora dedicada à descrição ordenada da superfície da Terra²⁵, com vistas ao estabelecimento de uma Geografia Geral.

Diante do exposto, cabe assinalar duas observações. Em primeiro lugar, essas idéias se desenvolveram no pensamento do geógrafo norte-americano da Escola do Meio-Oeste pela retomada por ele de certa tradição geográfica alemã, que remonta a Hettner e que também serviu de substrato para a visão da disciplina assumida por Leo Waibel²⁶. Além disso, muito embora essas afirmações pareçam indicar que, na concepção hartshorniana, à Geografia é reservado um papel totalizador de interpretação e síntese entre os diversos fenômenos concorrentes na análise dos lugares, é preciso que

se reconheça que tal orientação não é completamente corroborada por ele. Na verdade, conforme o autor tratou de esclarecer, tal projeto não deveria ser postulado como alvo teórico pela disciplina, pois isso não seria completamente realizável. Insistiu o autor na necessidade de se encontrar uma “*base racional e consistente a fim de se considerar*”, nos estudos de cunho geográfico, “*algo menos do que o número total de aspectos variáveis compreendidos no complexo total de um lugar*” (HARTSHORNE, 1969:50). A seu ver, tornava-se necessária, assim, uma ponderação acerca dos limites da disciplina, quando considerou que nem todos os aspectos concorrentes à formação do caráter variável de uma área são significativos para uma justa compreensão desta. Conseqüentemente, ele defendia a necessidade do estabelecimento de um “critério positivo de seleção” daquilo que pudesse dar maior relevância ao esforço de síntese da disciplina não somente no estudo das inter-relações fenomênicas presentes numa área como também na comparação entre diversas áreas, sendo que o mesmo critério deveria ser alcançado na prática por meio de uma série de tentativas segundo o método do ensaio e erro²⁷.

De posse desses delineamentos, já é possível demonstrar a forma como a abordagem da variação de áreas e seus desdobramentos por Hartshorne aparece diversas vezes no trabalho de Orlando Valverde. Para tanto, basta observar sua aplicação no artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” (1948), representativa das demais ocorrências desse recurso de método ao longo de sua produção. Nesse escrito, além de ter se debruçado especificamente sobre o tratamento dos tipos de paisagem, das faixas de paisagem ou, ainda, das zonas, de acordo com sua terminologia, Valverde paralelamente zelou em associar essa orientação metodológica ao movimento argumentativo de seu raciocínio geográfico. Isso ocorreu na descrição, comparação e explicação das paisagens, procedimentos bastante usuais em seu trabalho investigativo colocado em movimento quer pelo cotejo entre as mais diferentes características das distintas áreas excursionadas, quer pela comparação de aspectos internos das regiões que classificou.

A aplicação desse recurso pelo autor é observado em inúmeros trechos do estudo em questão, fato que inviabiliza apresentá-los todos aqui. De qualquer modo, apenas para ilustrar, convém destacar alguns exemplos representativos do emprego pelo autor dessa abordagem, em função da assimilação da preocupação básica de Waibel, dever a variação espacial da vida econômica como objeto de estudo do geógrafo. Nesse sentido,

o trecho a seguir demonstra que os pressupostos hartshornianos foram apropriados ou adaptados no discurso valverdiano:

“Além do elemento pròpriamente fisiográfico – pobreza dos solos – outros fatôres concorreram para essa verdadeira vocação industrial desta zona. Dentre êsses fatôres, um de grande relevância é a mão de obra especializada dos colonos alemães. [...] Também a proximidade e a facilidade de comunicações com Pôrto Alegre vieram favorecer a evolução industrial desta zona.[...]”

Mas, na minha opinião, a pobreza dos solos também concorreu muito para que os habitantes da faixa de São Leopoldo a Saporanga abandonassem a lavoura e se dedicassem à indústria. Porque em outros lugares em que os colonos também eram alemães e as facilidades de comunicações com Pôrto Alegre era semelhantes, tal como em Caí e Dois Irmãos, a fertilidade das terras atraiu os colonos para a agricultura, relegando a indústria para um plano secundário” (VALVERDE, 1948:6-8).

A tônica das ponderações no trecho acima ilustra a preocupação de Valverde em analisar a “vocação” das áreas excursionadas sob o prisma econômico de análise, isto é, expressa parecer compartilhado por Waibel, segundo o qual a Geografia Econômica, ao incorporar a teoria da diferenciação espacial da vida econômica, tinha como horizonte de estudo a descrição e a explicação das variações espaciais. Essa incumbência, para ambos, permitiria definir determinados princípios e regularidades à semelhança de qualquer outra ciência, o que permite aproximá-los de Hartshorne, que expressava preocupação semelhante. Por essa via, ao aderir à compreensão da Geografia como o estudo da variação de áreas, na esteira do contributo de Hartshorne, que não contrariava os ensinamentos de Waibel, Valverde assumiu, por sua vez, uma visão da disciplina que teve em Hettner seu mais importante defensor. Discípulo de Ritter, Hettner definiu a Geografia “*como todo o seu histórico desenvolvimento em direção da Länderkunde (Geografia Regional)*” ou, em outras palavras, enquanto a ciência dos diferentes espaços da superfície terrestre. Contudo, passo adiante do geógrafo norte-americano, ao seguir as orientações de Waibel, Valverde posicionou-se na linha de sua reformulação da noção de *morfologia cultural*, substituindo-a pela de *formação econômica*. Foi sob esse prisma que ambos, mestre e discípulo, atenderam à necessidade de estabelecimento de um critério positivo de seleção preconizada por Hartshorne, elegendo as variáveis econômicas, e não outro critério, em seus trabalhos, a fim de viabilizar aquilo que pudesse representar maior significância ao esforço de síntese da disciplina no estudo das

inter-relações fenomênicas presentes tanto numa única área como na comparação entre várias. A compreensão desse critério, queremos crer, é o que permite adentrar o âmbito argumentativo de ambos ao tratar dos problemas atinentes ao uso da terra, à colonização e ao povoamento.

Outro exemplo ilustrativo de recurso à comparação entre áreas pode ser entrevisto quando Valverde evidenciou sua aplicação consoante ao caráter cumulativo de seus conhecimentos sobre o território nacional. Tendo participado em 1947 da excursão científica ao Planalto Central com Leo Waibel e outros técnicos, em ocasião posterior, quando então elaborou o estudo sobre as áreas de colonização antiga do Rio Grande do Sul, ele remeteu o leitor para as diferenças fisiográficas entre ambas as regiões da seguinte forma:

“Se compararmos êstes campos limpos com os do Planalto Central, há uma particularidade que distingue perfeitamente uns dos outros. No Sul, a vegetação dos campos forma uma cobertura contínua de relva e tem geralmente uma altura de 30 a 50 centímetros. Os campos limpos do Planalto Central são constituídos por tufo de capim, separados entre si por trechos de solo desnudo. Os tufo têm aproximadamente a altura de 50 a 100 centímetros. O próprio aspecto da vegetação sugere que os campos limpos do Sul são mais ricos que os do Planalto Central. Certamente, para isso, a diferença entre o clima do Planalto Central e o do Sul do Brasil tem uma influência decisiva. Neste as chuvas são regularmente distribuídas durante o ano todo e o capim fica sempre verde. No Planalto Central, a estiagem pronunciada que ocorre durante o inverno, deixa as pastagens duras e requeimadas” (VALVERDE, 1948:30).

Não deixa de ser interessante atentar para esta exposição, pois ela permite esclarecer que o recurso à comparação com base no critério da variação de áreas não se restringiu somente à sua aplicação aos aspectos econômicos, tanto neste quanto em outros escritos do autor. A convivência com Waibel não implicou a superação da tradicional divisão dos estudos geográficos da época – parte dedicada aos aspectos físicos e outra aos aspectos humanos e econômicos –, estrutura na qual transparece a adoção do recurso de método defendido por Hartshorne. Porém, quando se trata de fazer a síntese entre os dois trechos apresentados, pela perspectiva histórica da disciplina é plausível afirmar que a adoção do pressuposto da variação de áreas, que remonta a Hettner e foi recolocado na cena dos debates geográficos por Hartshorne, em vez de representar um entrave ao desenvolvimento da Geografia em nosso meio, configurou-se,

antes, como um avanço em relação ao legado geográfico herdado por Valverde e sorvido na linhagem lablacheana²⁸. Esse é um aspecto fundamental para uma compreensão mais circunstanciada da obra do autor. Isso quando se considera que representou, num momento datado da história da disciplina no país e mesmo dos pontos de vista político e institucional, uma necessidade diante das tarefas que se antepunham à primeira geração de geógrafos em âmbito nacional. Considerando que esse pressuposto foi utilizado nos estudos valverdianos, sobretudo para realçar as diferenças entre as áreas mais “modernas” e as “atrasadas” ou “estagnadas” do território, é adequado admitir que ele serviu para subsidiar o Estado com medidas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e provê-lo de um conhecimento de base científica atinente ao quadro físico do território nacional para a identificação dos limites e possibilidades de exploração de seus recursos. Não saberíamos interpretar os dois trechos anteriormente apresentados fora desse eixo interpretativo, que oferece, ademais, a compreensão sobre a adequação do critério positivo de seleção com o qual Waibel e Valverde revestiram a proposta hartshorniana²⁹.

4.3.2. O lugar da teoria de Von Thünen no labor geográfico de Orlando Valverde

Cabe precisar que a primeira utilização da teoria de Von Thünen nas pesquisas de Orlando Valverde ocorreu no trabalho “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” (1948), numa época na qual esse procedimento era ainda pouco disseminado na Geografia brasileira³⁰. No momento tanto das observações de campo (fevereiro e março de 1948) quanto da elaboração (abril a outubro) desse escrito, o autor já dispunha do artigo de Waibel intitulado “A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra: sua aplicação à Costa Rica”, publicado na *Revista Brasileira de Geografia* em janeiro do mesmo ano. Esse tema mereceu lugar privilegiado nas análises de Waibel, e não foi diferente com Valverde, a partir de fins da década de 1950. Sua assimilação na obra deste último deu-se também a partir de outro trabalho do mestre alemão, “A Lei de Thünen e a sua significação para a Geografia Agrária”, originalmente publicado em 1933, no livro *Probleme der Landwirtschaftsgeographie (Problemas da Geografia Agrária)*.

No caso do estudo valverdiano em evidência, cabe registrar inicialmente que o autor realizou o que poderíamos chamar de uma adaptação da teoria. Isso é refletido quando se observa que realizou sua aplicação em escala microgeográfica, isto é, transpondo-a para o interior das propriedades agrícolas analisadas em seu trabalho, ao tratar da ocupação da terra pelos colonos alemães na zona de Dois Irmãos, na encosta inferior da Serra. Ele assim escreveu a respeito:

“A casa está sempre colocada na frente do lote. Os sistemas agrícolas usados dentro de cada propriedade se vão tornando cada vez mais extensivos à proporção que aumenta a distância da casa. A teoria de von THÜNEN sobre o uso da terra em função da distância do mercado, tem aqui aplicação dentro de cada propriedade, numa escala por assim dizer ‘microgeográfica’” (VALVERDE, 1948:19)³¹.

Tomando esse trecho como ensejo para outras considerações, ao que parece o posicionamento e o esforço do autor para aplicar Von Thünen no estudo sobre a colonização estrangeira no Sul do Brasil se mostraram inicialmente tênues, marcados ainda pelo positivismo que se manifestou, em proporções diferentes, tanto no determinismo como no naturalismo geográfico. Na continuação da análise que acompanha o último trecho citado, lemos:

“A ocorrência dêste tipo mais extensivo de agricultura aqui poderia ser explicada, no caso presente, simplesmente pela topografia. Mas não resta dúvida de que a distância da casa tem também um papel capital. A distância que o lavrador tem de caminhar para ir ao fundo de sua propriedade é enorme. Se lá fôsse aplicado um tipo intensivo de lavoura, ele teria de fazer diariamente êste enorme percurso várias vezes: para ir e voltar do trabalho e para ir e voltar do almoço. Isto seria um grande desperdício de esforços e de tempo. Por outro lado, a topografia por si só não explica absolutamente a disposição das faixas de hortas e de rotação de culturas, em relação uma à outra” (VALVERDE, 1948:20).

Ao que tudo indica, o trecho transcrito oferece margem para duas ordens de considerações. Em termos de encaminhamento analítico adotado pelo autor, ele constituiu a parte final do procedimento descrição/comparação/explicação, aliás muito recorrente tanto neste quanto em seus trabalhos prévios. De outro lado, atesta que, mesmo adotando o modelo interpretativo em questão em sintonia com a orientação científica de Waibel, Valverde não deixou de valorizar a importância dos fatores naturais (no caso, a topografia) para buscar explicações oportunas aos fatos observados

na paisagem, mesmo que isso tenha sido realizado por intermédio da ponderação ou descarte de seu peso segundo os casos analisados. Quando comparado com os escritos anteriores, este último traço de seu encaminhamento analítico permite compreender que, em vez de desconsiderar totalmente a concorrência dos fatores físicos na interpretação dos fatos observados na paisagem, Valverde, ao contrário, passou a situá-los de duas maneiras: seja na posição secundária, como último recurso para lacunas que não foram elucidadas pela nova teoria, seja dotando-os de um estatuto equivalente às variáveis provenientes do modelo econômico incorporado e que, por esse motivo, sempre deveriam merecer a investigação do pesquisador de campo.

Feita essa observação, importa demonstrar como certos aspectos do estudo em questão foram explicados por Valverde em função do fato econômico-histórico da distância dos mercados. Isso é válido para os trechos nos quais abordou o povoamento e os sítios urbanos ou para a avaliação que empreendeu sobre o maior ou menor desenvolvimento das áreas agrícolas ocupadas pelos colonos europeus (no caso, alemães e italianos) nas áreas de colonização da porção meridional do Brasil.

Desse modo, após frisar um conjunto de variáveis não favorecedoras do desenvolvimento industrial que era averiguado durante o trabalho de campo em Caxias do Sul – cidade afastada dos grandes mercados, com fretes onerosos no transporte das matérias-primas pelo fato de estar situada na parte superior da escarpa da Serra, distante das fontes de matérias-primas, mal localizada relativamente às fontes de energia –, Valverde indagou: *“Por que se obstinou então o homem em fazer de Caxias do Sul um centro industrial importante, apesar de tantas circunstâncias desfavoráveis?”* (VALVERDE, 1948:36). Sua resposta a essa questão estava na disponibilidade de mão-de-obra abundante, barata e especializada dos colonos italianos, no “espírito empreendedor” de alguns deles e na construção da estrada de ferro, no início do século, e de estradas de rodagem, durante o governo de Getúlio Vargas, que teriam permitido um estreitamento no tempo de transporte de Caxias do Sul a Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro.

A nosso ver, a resposta encontrada pelo autor a essa questão demonstra claramente uma ampliação de sua visão interpretativa em relação a seus trabalhos até então publicados, isto é, em alguns casos é nítido seu rompimento com as matrizes geográficas prevalecentes em seus anos de formação (o determinismo e, sobretudo, sob

a influência dos mestres franceses, o possibilismo). Em que pese certas oscilações, observa-se, assim, que Valverde passou a atribuir maior peso às variáveis econômicas para explicar as paisagens analisadas, tendo levado sua análise para além do naturalismo, que concedia aos fatores “propriamente geográficos” um lugar de destaque, decerto não os descartando de todo, mas já como elementos complementares numa abordagem que passou a privilegiar a aplicação de um modelo interpretativo enfatizador do papel desempenhado pelos fatores econômicos na explicação da maior ou menor prosperidade econômica das áreas estudadas³².

Em seu esforço para compreender e reconhecer as regiões visitadas, o autor também enveredou para outras questões. Adquiriu saliência no trabalho comentado a busca das causas explicativas do povoamento. Nisso residiu o exemplo mais claro de sua intenção de oferecer uma forma compreensiva e ao mesmo tempo engajada de desvendar os fatores que influíram no processo de ocupação de porções meridionais do território nacional, tendo destacando os elementos responsáveis pelo sucesso ou fracasso das políticas de colonização levadas a termo pelo Estado. À semelhança de outros geógrafos de sua geração³³, quando tratou de radiografar os condicionantes do “progresso” ou “atraso” das áreas de colonização italiana e alemã, Valverde manteve-se fiel à particularidade dos casos, analisando-os individualmente e sem aprisioná-los nas malhas de um modelo explicativo unívoco ou inflexível. Assim operou, concedendo peso ora aos fatores físicos ou naturais, ora aos fatores econômicos e históricos, nos quais de qualquer modo fez sobressair a influência do fator *transportes*. Essa última variável, a seu ver, estava correlacionada diretamente e de forma determinante com o desenvolvimento cultural dos colonos e, por conseguinte, segundo sua interpretação, com o processo histórico-econômico das áreas percorridas. Isso pode ser observado no seguinte trecho, no qual o autor, ao mesmo tempo, utilizou-se do recurso comparativo para demarcar a diferença de povoamento entre duas regiões:

“Quando se percorre a encosta da Serra entre Emboaba e Alto Feliz, tem-se a impressão de que há mais prosperidade que no trecho atravessado pela rodovia Getúlio Vargas. É verdade que aqui a encosta tem declives mais suaves, porque estando esta parte mais próxima do vale do rio principal, o Caí, alcançou um ciclo de erosão mais avançado. Não se vêem aqueles vales estreitos, profundamente encaixados, semelhantes a cañons, que oferecem obstáculo ao povoamento.

Além da topografia, os colonos desta parte gozaram de outra vantagem: sendo o vale do Caí a via tradicional de acesso ao Planalto, nêle houve sempre maiores facilidades do que nas outras partes da encosta para a exportação dos produtos e para o contacto cultural com os centros mais adiantados” (VALVERDE, 1948:26-27).

Ou ainda:

“O êxito que tiveram as colônias alemãs na baixada, é uma prova de que os fatores econômicos são mais significativos para o progresso de uma colônia do que os pròpriamente geográficos. Entretanto, a falência da colonização nas encostas íngremes é uma prova de que os elementos geográficos não são desprezíveis” (VALVERDE, 1948:28).

Outra ordem de considerações de Valverde referiu-se ao estudo que fez sobre as cidades surgidas com as colonizações alemã e italiana, em que investigou os fatores que teriam concorrido para a escolha dos sítios urbanos. Essa preocupação já havia se manifestado em 1944, no estudo *Dois ensaios de Geografia Urbana: Pirapora e Lapa*. Convém, contudo, chamar a atenção para o fato de que, nesse trabalho, ao lado do tratamento da questão dos sítios urbanos, não se notou uma dedicação tão significativa como no de agora à posição das cidades. A hipótese que adotamos para elucidar minimamente tal fato é a de que Valverde, na ocasião desse estudo sobre as duas cidades mineiras, não havia incorporado a intenção de inseri-las num quadro de análise regional, privilegiando antes, como vimos, as questões do espaço interno, investigando principalmente a gênese, a formação, a estrutura e as funções de tais centros urbanos. Ao contrário disso, a abordagem sobre os sítios urbanos das áreas de colonização na porção meridional do Brasil, fazendo-se acompanhar do estudo sobre suas respectivas posições, permitiu ao autor imprimir em seu estudo o significado econômico desses sítios, selecionando um suporte adicional de variáveis para esclarecer a relevância que os fatores dessa natureza adquiriam quando se pretendia interpretar as paisagens culturais e, em termos de uma geografia preocupada com a utilidade do conhecimento que produzia para a modernização do país, demonstrar a racionalidade daqueles mesmos fatores e, por outro lado, sua vulnerabilidade diante das ações de um Estado até então pouco atuante, mas que almejava e, acreditava-se, poderia vir a ser mais.

Imerso ainda na concepção fundamental da ciência geográfica que dava o suporte básico a seus estudos, ou seja, a da Geografia enquanto conhecimento dirigido à

compreensão da totalidade dos fenômenos e à identificação das interdependências destes, Valverde analisou os casos particularizando-os, visando oferecer subsídios científicos capazes de lapidar a intervenção do Estado nos três âmbitos político-administrativos (municipais, estaduais e federal) para a modernização do território, tarefa de primeiro plano que exigia a organização deste último, a fim de torná-lo mais compatível com as exigências da implantação do capitalismo nessa fase da história do país. Torna-se assim possível compreender a ênfase dada pelo autor à posição das cidades, deixando transparecer timidamente, no caso de Vila Seca, os pressupostos de um modelo teórico (Von Thünen) proveniente da economia. Valverde assim se referiu ao sítio e à posição de Galópolis e de Vila Seca, duas cidades situadas na região colonial antiga do Rio Grande do Sul.

“A posição de Galópolis está relacionada à mão-de-obra dos colonos, embora afastada da matéria-prima.

Nada mais claro, entretanto, do que o critério que presidiu à escolha do sítio da cidade. É um exemplo didático. Ela está instalada num fundo de vale, justamente onde se inicia o ciclo de erosão mais antigo [...]. A erosão remontante, atuando sobre as camadas aproximadamente horizontais do trapp, formou uma queda d’água vertical, a jusante da qual o rio se entalha num cañon. Essa cachoeira foi aproveitada para fornecer energia à fábrica. Por isso, tanto esta quanto o núcleo estão localizados junto ao salto e a montante deste, onde o relêvo é menos enérgico” (VALVERDE, 1948:46).

“A posição da Vila Sêca é, por conseguinte, fácil de explicar: ela está na borda do campo, fazendo intercâmbio com produtos comprados na zona da mata, para vendê-los ao pessoal das fazendas de criação. O sítio escolhido foi o primeiro de relêvo suave a partir do limite da mata” (VALVERDE, 1948:51).

Preocupado em oferecer um conhecimento sistematizado sobre o maior ou menor dinamismo econômico das áreas visitadas e visando, em última instância, não só reconhecer o território, mas também as eventuais fragilidades do Estado em suas iniciativas desenvolvimentistas, Valverde observou a mudança das paisagens promovida pela abertura da rodovia Getúlio Vargas:

“Quando chegamos a Caí, ficamos surpresos de ver como hoje em dia quase não há comércio na cidade; as casas residenciais chegam até o centro urbano. Contaram-nos que a chegada dos trilhos a São Leopoldo foi um golpe de morte no comércio de Caí. São

Leopoldo fez uma captura econômica, semelhante a uma captura de rio. Quase todo o hinterland de Caí passou a drenar para São Leopoldo. A navegação fluvial perdeu sua importância em relação à estrada de ferro. O prolongamento da ferrovia até Caxias do Sul, que foi concluído em 1910, tornou o próprio vale do Caí e o planalto, independentes do seu antigo pôrto. A recente construção da rodovia Getúlio Vargas veio consolidar ainda mais a vitória de São Leopoldo sobre Caí.

Parece que os administradores compreenderam este fato. Uma estrada de rodagem concretada está sendo construída entre Caí e São Leopoldo, em substituição à atual estrada de terra batida. Caí passará de uma vez por todas à categoria de ‘afluente’ de São Leopoldo, mas o seu comércio certamente ressurgirá” (VALVERDE, 1948:17)³⁴.

Outra relação estabelecida por Valverde referiu-se às transformações da paisagem processadas pela implantação das redes de transporte, ferroviárias ou rodoviárias. Nesse caso, ele atentou para as mudanças operadas tanto no revestimento vegetal e no uso da terra como também nas atividades econômicas. Chamam a atenção suas considerações gerais sobre as relações entre “progresso” cultural e econômico, facilidades de transportes e transformação do sistema agrícola quando discorreu:

“Assim como na Baixada e na Encosta da Serra, as zonas providas de comunicações puderam progredir mais na agricultura ou na indústria, também na região de Serra Acima a superioridade econômica da Borda do Planalto sobre as outras áreas rurais, pode ser explicada pelas facilidades de transportes.

Nos lugares mais afastados que ficam ao norte e a leste da cidade de Caxias do Sul, as comunicações com os centros mais adiantados são escassas; as populações vivem isoladas culturalmente. Em consequência, o sistema agrícola aí usado, manteve o seu caráter primitivo. Ele apresenta notável semelhança com o sistema adotado pelos alemães da parte superior da Encosta da Serra. À medida que os contactos culturais vão sendo feitos nas cidades mais importantes e ao longo das principais estradas, este sistema agrícola vai sendo gradualmente removido das suas redondezas. Entretanto, é chocante observar como a primitiva rotação de terras se tem mantido mesmo nas proximidades de Caxias do Sul, ao lado da cultura da uva” (VALVERDE, 1948:43)³⁵.

O sentido interpretativo das considerações até aqui realizadas não se mostra obliterado, quando se torna oportuno, passo adiante, esmiuçar o significado e o verdadeiro lugar ocupado pela teoria de Von Thünen no escrito de Valverde³⁶. O posicionamento diante da ampla utilização desse modelo teórico no estudo das

colonizações alemã e italiana na porção meridional do país não poderia ser outro que não o de a compreender como instrumento de análise bastante eficaz para permitir ao autor demonstrar a suscetibilidade do território à modernização, preconizando forte atuação do Estado. No último trecho citado, percebe-se que o autor ficou surpreso com a manutenção de um sistema agrícola “primitivo” nas redondezas de Caxias do Sul, apesar do estreitamento dos contatos culturais com outros centros proporcionado pelas estradas, e que ele manifesta subliminarmente sua frustração por não encontrar um modelo explicativo geral que pudesse fornecer as fórmulas para o desenvolvimento econômico das regiões excursionadas.

Numa visão de conjunto, a adequação do referencial teórico de Von Thünen à maior parte dos casos que encontrou em suas pesquisas de campo permitiu a Valverde remover o peso das influências naturais na explicação do povoamento e da organização produtiva do território, orientação até então bastante em voga, alçando, ao contrário, o fator econômico-histórico da distância dos mercados a causa primeira do maior ou menor desenvolvimento das áreas urbanas e agrícolas ocupadas pelos colonos. Essa nova postura interpretativa, quando colocada em prática nos estudos de campo, averiguando sua pertinência ou eficácia na análise particular de cada caso, possibilitou ao geógrafo, *pari passu* com sua busca pela edificação de um conhecimento geográfico das regiões brasileiras, ganhar motivações e respaldo científicos capazes de racionalizar a atuação do Estado, afastando por conseguinte os eventuais “fatalismos” que poderiam advir se a viabilidade econômica do caso fosse vista unicamente sob o viés das determinações naturais. Já com relação aos pressupostos da Geografia vidalina, a adoção de um modelo teórico mais abstrato aliou-se ao esforço por dotar a Geografia de um discurso capaz de identificar certas leis gerais sobre a dinâmica econômica do território para, a partir delas, promover a ação interventora no sentido de sua modernização³⁷.

Os elementos até aqui reunidos permitem, passo adiante, compreender outros referenciais metodológicos abraçados por Orlando Valverde a partir do escrito comentado.

4.3.3. A luta contra o determinismo e a ênfase na abordagem histórica

A partir das considerações tecidas, torna-se possível compreender o significado de outros dois procedimentos metodológicos assumidos por Valverde a partir do estudo sobre as áreas meridionais de colonização. Tanto neste quanto em outros escritos, a luta contra o determinismo e a ênfase à abordagem histórica despontaram como eixos condutores básicos de seu labor.

A luta contra o determinismo pode ser explicada pela credibilidade concedida por Waibel e Valverde aos condicionantes histórico-econômicos da distância dos mercados como principais causas do maior ou menor desenvolvimento das áreas coloniais urbanas na porção meridional do território brasileiro. No tocante à ênfase dada à abordagem histórica, contrariando a corrente vidalina até então predominante nos círculos geográficos, o destaque dado aos processos econômicos, ainda que com base num modelo específico de interpretação (teoria de Von Thünen), possibilitou que a corrente histórica em Geografia, ao menos nos quadros do CNG do final da década de 1940, comesse a priorizar e a aspirar ao enfoque dos temas sistemáticos em escala nacional, onde se destacam os estudos sobre a colonização e os sistemas agrícolas.

A compreensão da oscilação, ainda que equilibrada por parte do geógrafo, entre as variáveis físicas e as econômicas como responsáveis pela feição das paisagens que analisou, exige atentar para a totalidade de seu escrito. É necessário visualizar essa questão considerando o esforço do autor, subjacente ao longo do trabalho, em *refutar as teses deterministas*, o que permite delimitar a posição nada cômoda enfrentada por ele, diante de uma disciplina em busca de aperfeiçoar seus pressupostos de análise, e que certamente definiu os matizes de sua análise do desenvolvimento das colônias italianas e alemãs no sul do país. Com efeito, aqui também se notabiliza a influência de Leo Waibel sobre Valverde, sobretudo entre 1948 e 1957.

Na parte final do trabalho, isto é, em suas conclusões, Valverde declarou:

“São, portanto, três os fatores que condicionam o progresso de uma colônia, que podem ser assim classificados de acordo com a sua ordem de importância:

1. Comunicações.

2. História.

3. Relêvo.

São pois os elementos econômicos e históricos, mais do que os puramente geográficos, os que devem ser considerados no estudo da colonização.

Os princípios que deduzimos de nossos trabalhos de campo estão, por conseguinte, em inteiro desacôrdo com a tese determinista, e, a meu ver, constituem para esta mais um sério revés” (VALVERDE, 1948:53).

Tomando-se como parâmetros a Geografia brasileira e o contexto histórico-político do período, cabe nos determos um pouco no significado dessas afirmações e procurar desvendar, ao menos minimamente, o que elas representavam na época em que foram enunciadas. O que primeiro desperta a atenção é a dissonância relativamente à obra de outros geógrafos predecessores a Valverde, como, por exemplo, Delgado de Carvalho. Se concedermos crédito à análise feita por PEREIRA (1997:5), afirmando ser possível detectar uma ambigüidade em Delgado de Carvalho, expressa nos trechos de sua obra em que este evita explicitamente tomar posição na querela determinismo *versus* possibilismo³⁸, não seria arriscado afirmar que Valverde, em suas citadas conclusões, começava a demarcar outra posição, contrastando com a Geografia ainda predominante em seus anos de formação.

Em sentido corroborativo, MACHADO (1995a:325-326) atenta para o fato de Delgado de Carvalho ter mesclado idéias e autores, freqüentemente sem as devidas referências, o que configuraria uma estratégia bastante hábil do autor em questão para assegurar a legitimação da disciplina, evitando discussões teóricas, tão somente selecionando as matrizes do pensamento (a antropogeografia de Ratzel e as formulações da Escola Geográfica Francesa) que considerava “adaptáveis” ao país. A par desses elementos, cabe salientar que Orlando Valverde, em sentido oposto, se distanciou dessa postura na medida em que se engajou na refutação mais pronunciada das teses deterministas.

Queremos crer que a explicação para tal posicionamento de Valverde advém, em parte, da base social e institucional na qual germinou seu pensamento geográfico. No estudo sobre a colonização da porção meridional do país, em sua oposição ao determinismo geográfico, ele procurava rechaçar os eventuais diagnósticos que pudessem sugerir a inviabilidade de medidas modernizantes do Estado diante dos

problemas constatados. Nesse particular, apesar de o escrito comentado datar de 1948, é possível detectar uma consonância entre os objetivos do autor e aqueles perseguidos pelos ideólogos do Estado Novo. Com efeito, conforme salienta DINIZ (1993:214-215):

“[...] é significativo notar que os ideólogos do Estado Novo, embora se utilizando do determinismo ambiental para pensar os problemas nacionais, não assumem essa perspectiva num sentido unicausal. Com efeito, atribuir a origem dos problemas brasileiros apenas aos fatores ambientais implicaria a impossibilidade de superar o ‘atraso’ do país em relação ao modelo dos povos mais ‘avançados’.

[...]Assim, ao negar a idéia de determinismo unicausal, enfatizando a capacidade humana de agir sobre o espaço, o regime podia relativizar a negatividade do meio e afirmar seu poder de criar uma nova organização territorial e uma nova sociedade.”

Admitindo que essa era a postura predominante no seio da instituição na qual Valverde estruturou seu pensamento e, de outra monta, considerando a proximidade pessoal do autor com os profissionais que compartilhavam desse ideário no âmbito interno do CNG, é plausível admitir que seus esforços para refutar as teses deterministas cumpriram importante papel para reiterar sua aderência ao campo intelectual e político daqueles que lutavam para relativizar a negatividade do meio e tributavam ao Estado a capacidade de modernizar o território. Porém, do flanco metodológico, é necessário frisar que essa bandeira foi reforçada por intermédio de Waibel, conforme atestam suas considerações a respeito do problema da localização da futura capital. Quando, nessa querela, se levam na devida conta as reflexões deste acerca do estágio da Geografia na Alemanha e, em sentido corroborativo, as afinidades que manifestou com os geógrafos dos Estados Unidos preocupados com o planejamento e a economia, constata-se que a oposição valverdiana ao determinismo configurou-se como valoração ao mesmo tempo metodológica e política para atender a uma crença fundamental incrustada em seu labor, qual seja a de que a ciência poderia subsidiar o Estado em sua tarefa de organizar e remediar os males da sociedade.

Situado nos marcos de 1948, esse quadro de referência do embate contra as teses deterministas torna incontestável o fato de que a influência de Waibel foi propícia para imiscuir, no interior da obra de Valverde, novas orientações metodológicas que somente alguns anos mais tarde se alastrariam e se firmariam para o conjunto da comunidade geográfica brasileira. Conforme salienta MONTEIRO (2000:13), em meados dos anos

1950, quando ainda era vigorosa a influência lablacheana, novas tendências foram sinalizadas. Em 1952, no Congresso Internacional de Geografia de Washington, realizado pela UGI, o valor do econômico foi enfatizado com a indicação da suplantação do enfoque determinista, na esteira do qual ainda eram praticados os estudos sobre “gêneros de vida” nas paisagens biogeográficas. No conclave da UGI de 1956, ocorrido no Rio de Janeiro (UGI), testemunha o autor que, além da ênfase nos processos econômicos, também a própria ação tecnológica já era projetada sobre o “natural”³⁹.

Desse modo, a notoriedade da qual se reveste o posicionamento de Valverde na questão advém, nesse particular, de certa visão alvissareira, da qual ele foi um dos portadores nos fins dos anos 1940, a respeito da renovação da ciência geográfica, assumindo posições em sintonia com as principais discussões metodológicas dos congressos internacionais de Geografia organizados pela UGI na década seguinte. Sua aderência aos novos pressupostos que adquiriram notoriedade e legitimação nesses congressos se perpetuaram para além do escrito de 1948⁴⁰.

A partir do estudo sobre as áreas de colonização estrangeira no Sul do país, a assunção valverdiana de uma perspectiva antideterminista colaborou, por sua vez, para o arraigamento da abordagem histórica em seus escritos. Também nessa adoção metodológica, a influência de Waibel exerceu seu peso e foi decisiva.

Cabe esclarecer que a aplicação do método da interpretação histórica, também conhecido como *historical approach* pelos geógrafos de língua inglesa, já constituía um procedimento utilizado por Valverde antes do contato com Waibel e, igualmente, foi por ele apropriado antes da eventualidade de qualquer contato com a obra historiográfica caiopradiana. Não obstante, a partir das orientações de seu mestre alemão, é fato notório que o recurso à história dos lugares deixou de ter a mera função de complementar informações sobre os lugares e assuntos enfocados pelo autor em suas pesquisas de campo para passar a ter um papel analítico bastante específico no interior de seus trabalhos, tendo sido utilizada segundo a noção de *formação econômica* priorizada por Waibel em detrimento da de *morfologia cultural*. A abordagem histórica, portanto, atendeu ao objetivo de auxiliar o pesquisador na compreensão da gênese e dos condicionantes do desenvolvimento dos espaços geográficos brasileiros, constituindo-se, mais especificamente, enquanto bases para o estudo dos processos econômicos⁴¹.

Entre fins da década de 1940 e início da de 1950, a perspectiva histórica dos lugares, colocada em marcha por Valverde e que se amparava na reconstituição dos processos econômicos, ainda encontrou outras fontes motivadoras. Sua obra nesse período passou a receber as influências de certa aproximação entre a historiografia de Caio Prado Júnior e o entendimento da formação econômica das paisagens brasileiras preconizado por Waibel. Estimulado pelo segundo a ler as obras do primeiro e de outros intelectuais brasileiros⁴² preocupados em oferecer as grandes interpretações sobre a formação econômica e o sentido do país, Valverde assim procedeu, ancorado na convicção compartilhada com seu mestre de que a Geografia, sobretudo a Geografia Humana, se aproximava da Economia e da Sociologia.

Em que pese a valorização da abordagem histórica, segundo referenciais teórico-metodológicos diversos assumidos seja por Waibel (idealismo historicista), seja por Caio Prado Júnior (materialismo histórico-dialético), a produção valverdiana passou nesse período a angariar elementos para o desenvolvimento de uma Geografia despojada de sua carga naturalista. Nesse particular, num movimento de intersecção entre orientações essencialmente inconciliáveis, seguindo as de Waibel e os reclamos geográficos de seu tempo, Valverde passou a valorizar a necessidade de aproximar a Geografia da Economia e da Sociologia, distanciando-a, cada vez mais, do determinismo ambiental, redimensionando, ao lado disso, o significado do recurso à História para os estudos geográficos. Nesse sentido, sua atribuição de um grande valor à “evolução” histórica dos fatos não foi desprovida das contradições metodológicas já devidamente analisadas por OLIVEIRA (1978) mas que, em si mesma, no interior de seus escritos, representou uma opção ideológica bastante afeita ao campo político no qual transitava a estruturação de sua carreira pública de pesquisador. Somente mais tarde, ao final dos anos 1950 e início dos 1960, pode-se afirmar que o autor passou a trabalhar com os princípios da Economia Política, tendo-os como principal vetor de análise. No entanto, isso não representou o abandono de sua herança historicista.

Nesse novo contexto, ainda que tenha prevalecido esse encaminhamento híbrido, decerto a valorização dos processos econômicos em perspectiva histórica foi tributária da crescente politização do autor, que acompanhou, não resta dúvida, o ambiente político, social e cultural do país, onde, como é sabido, a partir da década de 1960 as questões do subdesenvolvimento passaram a figurar entre os principais temas da sociedade⁴³.

Sem entrar, no momento, tanto nas minúcias atinentes a esse contexto quanto nas posições metodológicas e políticas assumidas por Valverde perante seus desdobramentos, cabe complementar ainda que o recurso à História como traço proeminente de sua metodologia foi aplicado indiscriminadamente seja em estudos regionais de planejamento, seja naqueles especificamente elaborados para o campo da Geografia Agrária ou que se relacionaram aos problemas de povoamento. De fato, a assimilação desse pressuposto se solidificou como procedimento básico ao longo de toda a produção valverdiana, transcendendo as quadras dos anos 1940 e 1950 nos quais passou a ser aplicado.

No trabalho *Planalto Meridional do Brasil* (1957), por exemplo, embora não seja o primeiro em que isso tenha acontecido, é possível vislumbrar a adoção da “interpretação histórica” por Valverde associada ao estudo dos ciclos econômicos, em que o autor adota, portanto, um enfoque a partir da história econômica, e não pura e simplesmente de qualquer prisma historiográfico⁴⁴.

De igual maneira, a “interpretação histórica” também se fez presente enquanto recurso metodológico auxiliar no artigo “Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá”, publicado em 1972 na *Revista Brasileira de Geografia*. Embora nesse trabalho a intenção do geógrafo tenha sido a de fornecer subsídios para o planejamento rural das áreas que mantinham relação com a referida cidade, o autor demonstrou nitidamente a pertinência do *historical approach*, mesmo em se tratando de um estudo voltado para fins planejadores. Isso foi realizado seja para melhor interpretar aspectos da área estudada, seja para averiguar as “continuidades” do passado no presente, ajudando a compreender a organização do espaço e a propor sua reorganização sem negligenciar os condicionamentos das causas pretéritas.

Tanto no escrito em evidência quanto em vários outros, dedicando-se a trabalhos pontuais, com propósitos bem demarcados, e dispondo de tempo relativamente curto entre as excursões e a redação, ainda assim Valverde, a seu modo e dentro de sua especificidade enquanto geógrafo de campo, imprimiu ênfase aos aspectos históricos. Isso foi efetivado particularmente no que tange à riqueza da abordagem histórica sobre o processo de povoamento das áreas que pesquisou⁴⁵.

Capítulo 5

ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA, POVOAMENTO E AGRICULTURA NO GOVERNO DUTRA (1946-1951)

No capítulo anterior, afirmamos que o artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” (1948) representou um verdadeiro “divisor de águas” na trajetória científica de Orlando Valverde, em virtude de haver demarcado uma transposição de sua fase formativa inicial. Cuidamos, então, de elucidar uma das razões capaz de respaldar esse parecer, ou seja, tratamos da adoção de uma perspectiva geográfica pelo autor voltada à valorização dos aspectos econômicos, em conformidade tanto com os aportes metodológicos provenientes de Waibel, que souberam atender às demandas de renovação da Geografia, quanto com o discurso do “reaparelhamento econômico” prevalecente na época em que redigiu esse escrito.

Transpostos esses caminhos parciais, tomados para fundamentar a asseveração dessa idéia, doravante é necessário considerar outro aspecto que ajuda a explicitar motivo diverso para reforçar sua aceitação. Vale lembrar, havíamos afirmado que o referido escrito também merecia tal apreciação em função de haver traduzido o ingresso de Valverde num registro específico de estudo, qual seja o da Geografia Agrária¹. Salientamos que tal fato ocorreu numa época em que existiam fortes motivos contextuais para tanto, sujeita às injunções e apelos exalados do temário colonização, cuja valorização, de um lado, já prevalecera durante os anos do Estado Novo (como vimos no capítulo 3) e, de outro, também foi mantida atendendo aos condicionantes mais prementes da época na qual aquele trabalho foi efetivamente elaborado. Cabe, portanto, desbravar as inflexões dos anos de reborda do escrito valverdiano de 1948, cujos desdobramentos político-ideológicos – até aqui pouco explorados – somente podem ser compreendidos penetrando-se no meandro histórico mais próximo de sua publicação.

Desse modo, sem descartar a ressonância dos aspectos abordados nos capítulos anteriores, é indispensável entrar, ainda que o mais sucintamente possível, no ambiente

intelectual e político mais imediato em que esse escrito foi articulado. Na verdade, o préstimo dado pelo geógrafo aos temários colonização, uso da terra e pequena propriedade exige também compreendê-los relativamente ao que era primordial naquele momento. Somente por essa via torna-se possível trazer à superfície as respostas que seu escrito provocou diante das apreensões e expectativas de grupos ou indivíduos com relação a seus principais objetos de estudo.

Embora tenha sido confeccionado com o atilho da disjuntiva política/ciência, não é possível embargar o sentido prático contido nessa contribuição do autor. Sem sombra de dúvida, o estudo desses temários por Valverde buscou responder a certas indagações prementes daquele momento sobre cujo teor importa passar revista. Se, conforme visto no capítulo anterior, o estudo valverdiano inaugurou uma segunda fase de pesquisa em sua trajetória, em razão das transformações teórico-metodológicas pelas quais passou a Geografia nos anos do governo Dutra (1946-1951), importa agora compreender por que a dinâmica da sociedade e das transformações que se processavam naquele momento também contribuiu para essa virada. Para tanto, teceremos nossas considerações, de agora em diante, por assim dizer, em “camadas” aproximativas sucessivas, cotejando, sempre que possível, as sutilezas ideológicas que marcaram as alternativas histórico-estruturais referentes à questão agrária no período do governo Dutra com as insinuações do texto do geógrafo. Nesse percurso, que tomará as linhas tanto deste quanto dos próximos capítulos, para se estar de acordo com o enquadramento até agora adotado, é necessário não se perder de vista que a visão de Valverde e de seu orientador científico a respeito das técnicas agrícolas praticadas pelos colonos estrangeiros no Sul do Brasil foi nutrida pela preocupação com o que estas poderiam revelar para a propositura de novos encaminhamentos para as políticas de povoamento do território como um todo, de acordo com a orientação assumida desde o Estado Novo, sob a afirmação da tríade “valorização integral do homem brasileiro”, “progresso” industrial e salvaguarda da defesa do território brasileiro².

5.1. Entre povoar territórios desertos e recolonizar os devassados

Abrindo o procedimento sugerido, é importante chamar a atenção para o fato de que a segunda metade da década de 1940 transcorreu num país recém-democratizado.

Após quase oito anos de regime discricionário, instalaram-se os trabalhos da Constituinte de 1946, elegera-se um presidente pelo sufrágio universal e promulgara-se uma Constituição liberal, fatos que sinalizaram a tentativa de criação e recriação das instituições políticas adequadas à vida democrática aos olhos de muitos de seus contemporâneos (SARETTA, 2002:100).

Para um autor como Caio Prado Júnior, por exemplo, sobremodo loquaz a respeito dos problemas nacionais mais candentes para influir na opinião pública de seu tempo, os ventos da democratização foram propícios para que elaborasse o texto intitulado “Problemas de povoamento e divisão da propriedade rural”³. Nesse trabalho, cuja aparição deu-se no ano da chegada de Waibel ao Brasil, o geógrafo e historiador chamou a atenção para a necessidade de “*uma ação consciente e uma política orientada*” de povoamento. À sua maneira, traduziu as preocupações de sua época a respeito do assunto e, perspicaz, abordou-o em associação com a problemática fundiária do país que, seguramente, ascendeu vivificada ao cenário político em decurso.

Com relação ao primeiro problema, o do povoamento, no momento para o qual convergiram as inquietações do espírito de “balanço” que semelha haver norteado os trabalhos dos geógrafos ibegeanos ante os resultados insatisfatórios da instalação das colônias e núcleos coloniais, aquele alerta do historiador na verdade buscava superar certo patamar de discussão sobre a questão que, lançada ao primeiro plano, ficou enclausurada por decisões negativas da parte do governo, isto é, restritivas à imigração⁴. Ao contrário disso, aproveitando-se da abertura política do país e muito provavelmente consciente dos discursos parlamentares proferidos durante os debates da Constituinte de 1946⁵, Prado Júnior advogou uma inversão de perspectiva indispensável: propôs trazer para o primeiro plano a atenção a um programa positivo e geral acerca dos assuntos centrais e paralelos relativos ao povoamento. Munido desse reclamo, defendeu um programa que abrangesse não somente os diferentes capítulos de orientação sobre as correntes migratórias internas e externas como, também e principalmente, elementos concretos sobre a localização de povoadores. Nessa disposição explicitamente apresentada em seu texto, o intelectual paulista identificou um antídoto contra as fórmulas vagas da célebre Marcha para o Oeste, que, a seu ver, embora fossem sedutoras, muito haviam deixado a desejar com relação à propositura de normas eficazes e férteis de atuação⁶.

Recuperando um pouco do que ficou para trás, é possível perceber que Caio Prado Júnior, assim como a comunidade ibegeana e a opinião pública de sua época, contou para a redação de seu trabalho com a consciência desperta quanto aos descaminhos assumidos pela política de povoamento durante o Estado Novo. Se esta havia edificado seus objetivos iniciais sobre as determinações legais que regulamentavam a instalação das CANGs e até então buscara uma solução para a questão agrária por meio do estímulo à expansão da pequena propriedade – seguindo nisso, ademais, as formulações de Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna e do próprio Getúlio Vargas (DINIZ, 1993:180) –, os exemplos colhidos até o final da primeira metade dos anos 1940 haviam demonstrado que tal desígnio não fora plenamente realizado. Além disso, as medidas tomadas para sua realização não haviam logrado colocar em xeque os privilégios das elites rurais que, em grande parte, se não as haviam inviabilizado completamente, por certo as tinham tolhido. Quando muito, os esforços do regime discricionário haviam consolidado a visão de autores, como Oliveira Vianna, para quem a divisão de terras num país com tantos espaços vazios era desprovida de sentido. Efetivamente e para além dos intentos que proclamaram, as políticas do Estado Novo apenas haviam reafirmado os interesses dos setores tradicionais junto ao Estado. Acobertando-os, por fim, o estímulo à ocupação dos fundos territoriais, desencadeada na Campanha Marcha para o Oeste, quando não sonegou ao menos desviou a atenção para o fato de que a especulação ensejava a improdutividade de muitas terras supostamente ocupadas pela agropecuária e, sob essa chancela, os discursos do governo espargiram o lema da distribuição de terras devolutas como um dos eixos fundamentais das políticas concretas de interiorização.

Segundo alguns estudiosos, como ESTERCI (1972:88), essa estratégia populista foi endereçada a angariar apoio ao regime junto à população de pequenos lavradores que, naquele tempo, praticamente ainda não contava com os benefícios da legislação trabalhista. Dessa maneira, para muitos contemporâneos conhecedores dos estratagemas subjacentes às políticas de povoamento do Estado Novo – como é o caso de Caio Prado Júnior –, sem contemplar uma reforma agrária distributiva, o governo havia conduzido a questão agrária por via conservadora sem nada modificar um brasão freqüente na história brasileira (VELHO, 1976:150; apud DINIZ, 1993:182).

De fato, nas cercanias da publicação do texto caiopradiano em referência, sob o ímpeto de alguns ante o deslindamento desse engodo, o latifúndio já havia despontado

como um dos primeiros temas a ser atacado tanto pelos estudiosos quanto por setores reformistas na cena política nacional da redemocratização. Sem dúvida, nessa época ele tornou-se a configuração execrável e a fonte de quase todos os males existentes no país e até então não controlados, impedindo avanços econômicos e sociais. Dessa forma, as tentativas de explicação dos rumos do desenvolvimento brasileiro não poderiam escapar da dicotomia, tão em voga naquele momento, traduzida nas interpretações dualistas da sociedade, que trataram de repudiar o latifúndio em favor das virtualidades da pequena propriedade familiar, aspecto que, desde os anos 1930, constava em inúmeros discursos e em torno do qual haviam se aglutinado visões políticas antagônicas⁷.

Nessas quadras, embora mais tarde viesse a abrandar sua posição, o intelectual paulista compartilhou visão semelhante em seu texto. Na verdade, no momento em que escreveu o citado trabalho, Caio Prado Júnior não declinou desse fulcro de análise. De resto, não obstante com implicações diversas, essa tendência interpretativa dicotômica também se fez presente no âmbito interno das produções geográficas do CNG. Amanhados na contracorrente da leitura do pensador paulista sobre a realidade e o campo brasileiros, desaguados nas imediações da publicação de seu texto, dois trabalhos surgidos nesse órgão técnico estatal podem ser considerados um indício significativo da prevalência desse arcabouço discursivo. Em 1945 e 1946, respectivamente, apareceram no plano interno da instituição os textos *Arrendamento de terras na agricultura* (CNG, 1945) e *A questão dos latifúndios* (CNG, 1946), cujo foco de discussão consistiu nos aspectos positivos do latifúndio. Apresentados sem autores, esses trabalhos apareceram na “Seção Resenhas e Opiniões” do *Boletim Geográfico*, na qual eram tratados assuntos de interesse do momento, com base em artigos de revistas e jornais.

Irradiando contendas para além-muro do CNG, o primeiro desses trabalhos se utilizou das proposições de autores de linha marxista, como Kautsky, Lenin e Marx, e defendeu que a manutenção do arrendamento como uma forma de exploração da terra era desnecessária, já que provocaria a permanência do pequeno produtor, implicando uma agricultura sem trabalho assalariado e, assim, sem desenvolvimento. Ao final da primeira metade dos anos 1940, para chegar a tal conclusão, o CNG avaliou estatisticamente qual era o papel representado pelo sistema de arrendamento na agricultura brasileira, tomando como referência a cultura do algodão, e determinou uma diferença pequena entre o

número de proprietários (52.423) e o número de arrendatários (44.680). Para além dessas injunções de método, que não vem ao caso detalhar, segundo o texto,

“[...] o combate que acaso se mova ao trabalho assalariado sob a alegação de que compele o operário rural à miséria, não tem fundamento objetivo no Brasil e nem em qualquer país capitalista [...] As condições aqui são diversas. O de que precisamos, na verdade, é de impulsionar a grande propriedade, facilitando-lhe a adoção de técnica moderna” (CNG, 1945:1087).

O segundo texto da instituição, por sua vez, surgiu como um adendo a essas palavras favoráveis à grande propriedade, no embalo do temor ao comunismo que passara ao primeiro plano após a derrocada do nazismo, debatia a afirmativa de que, no Brasil, haveria tendência a “muita terra em poucas mãos”, advinda em última instância de uma crítica às ideologias políticas da Revolução de 1930. O texto afirmava que o problema básico brasileiro estava no povoamento e que isso era consequência do latifúndio. Aparentando uma missiva para acalmar os ânimos dos setores agrários mais conservadores, em suas linhas sublinhava não ser aconselhável a divisão de terras no país, pois o pequeno proprietário não teria capital para produzir nem mesmo para transportar e vender seus produtos. O panorama econômico do Brasil na década de 1940 foi traçado nesse texto de acordo com quatro pontos principais: a pequena propriedade rural, a ínfima densidade populacional, os capitais diminutos e a renda individual insignificante. No cômputo desse diagnóstico, sem esgotar ou passar em revista as controvérsias político-ideológicas sobre o assunto e, ao que parece, endossando os interesses mantidos incólumes nas políticas de interiorização do povoamento do Estado Novo, esse estudo do órgão concluiu, em tom de aparente neutralidade e resgatando antigos chavões do imaginário geográfico brasileiro, que *“diante desta realidade, os nossos olhos se voltam para as imensas riquezas inexploradas, para os recursos que jazem inertes à espera do homem e do capital, a fim de se converterem em fatores de prosperidade econômica”* (CNG, 1946:1295).

É muito provável que o diapasão dessas métricas ideológicas e as condições contextuais colocadas *in limine* tenham desempenhado papel importante para a confecção do viés ponderativo de Caio Prado Júnior, em seu escrito de 1946, sobre o verdadeiro alcance que as políticas de povoamento haviam logrado atingir até aqueles anos. Seus argumentos a respeito indicam tanto o mal-estar quanto o apreço que muitos

intelectuais de estirpes diferenciadas sentiam pelo tema da ocupação do território brasileiro naquelas quadras, antevendo-o não como um assunto isolado, mas umbilicalmente entrelaçado com os destinos da organização agrária brasileira.

Em realidade, em vez da “fórmula vaga” da Marcha para o Oeste, Caio Prado Júnior propunha definir a questão do povoamento a partir de dois aspectos principais: a “dispersão” da população diante da extensão do território e sua “mobilidade”, problema responsável pela instabilidade contínua do homem brasileiro⁸. Tomando como parâmetro esses dois pilares interpretativos – “dispersão” e “mobilidade” –, o pensador paulista forjou uma idéia de “interior” com o significado de povoamento e movimentos migratórios, contemplando nisso, aliás, uma preocupação figurante em sua época a respeito do crescimento do êxodo rural. Não foi por outra razão que associou a questão do povoamento às virtualidades da pequena produção familiar, extraindo a partir daí a proposta de “recolonização” das regiões já constituídas, juízo que despertaria simpatias e objeções nos anos seguintes, conforme será demonstrado em tempo.

Explicando melhor o encadeamento de raciocínio que esteve na origem dessa formulação, Caio Prado Júnior fez despontar, em seu texto de 1946, a idéia de que o pequeno proprietário representava um elemento demograficamente estável diante das vicissitudes instáveis e precárias da ocupação histórica das terras brasileiras. De acordo com esse autor, ao contrário das outras classes extremas da população rural (o fazendeiro e o assalariado), este não tratava sua propriedade meramente como um negócio (ETGES, 2000:126-127), mas nela buscava constituir mais solidamente tanto suas raízes quanto sua reprodução social valorizando “*sua habitação, o seu lar, a sua fonte de subsistência*” (PRADO JÚNIOR, 1977:216). Pautado nesse registro interpretativo, Caio Prado Júnior avançou sua argumentação no sentido de realçar a importância da “zona colonial” do Rio Grande do Sul, onde, para todos os efeitos, a agricultura familiar aparecia como “*um fator de estabilidade rural; muito superior neste sentido, em todo caso, que a fazenda*” (PRADO JÚNIOR, 1977:220). Partindo desse entendimento, compartilhado por vários autores da época, ele apontou a realidade dessa região como um exemplo a ser perseguido e estudado em pormenores⁹. De acordo com esse viés avaliativo, quando preocupado em pensar a reforma agrária, o autor manteve bastante vivas as expectativas de sua época a respeito das experiências de colonização tidas como bem-sucedidas no Sul e no Sudeste brasileiros. Foi assim que a elas se

referiu como modelo de um novo programa para “*refundir a nossa estrutura agrária*” (PRADO JÚNIOR, 1977:230), isto é, um programa que não mais deveria conformar-se ao objetivo de “*povoar territórios desertos*” (PRADO JÚNIOR, 1977:230), mas, inversamente, conservando o sentido da palavra de ordem da Marcha para o Oeste, lançar-se a “recolonizar” os territórios já devassados.

Conforme sintetiza SANTOS (2001:44), num excelente texto dedicado a comentar esse escrito caiopradiano de 1946, seu autor nele postulou que “*ao invés de uma ação de penetração mais profunda rumo ao interior (onde, como ele dizia, certamente ficam as ‘reservas futuras a serem oportuna e progressivamente aproveitáveis’), trata-se de levar adiante a colonização em ‘zonas velhas’ onde já existem sistemas instalados (transportes, aparelhamento urbano, indústria, comércio, etc.) e onde ela poderá se afirmar mediante processos de retalhamento das grandes propriedades e fazendas, constituindo, afinal de contas, um programa de ‘transferência da propriedade’ como início para uma reorganização ‘em tais bases’ da economia agrária*”. Segundo o mesmo Santos, cuja maior proximidade com a obra do autor é incontestável, foi nesses moldes que este defendeu um programa de reforma gradual do capitalismo mediante a valorização do trabalho, programa no qual, aliás, sem rejeitar desassossegos conservacionistas, desfechou oposição à tendência brasileira da “*secular e tão onerosa caça ao humo*”. Propugnou, ao contrário disso e acima de tudo, a necessidade de se lastrear o campo do país com “*uma população densa e estável, capaz de aproveitar todos os recursos da terra e viver uma vida digna da espécie humana*” (PRADO JÚNIOR, 1977:231).

5.2. As contendas parlamentares e públicas sobre reforma agrária e colonização

Uma vez colocado à vista o veredicto caiopradiano sobre povoamento e organização agrária, não é difícil imaginar o seu abalroamento naqueles idos de restauração da democracia no país. Com efeito, para os estudiosos da história política brasileira, o quadro de mudanças políticas no qual ele talhou suas opiniões é interpretado sob a aceitação difundida de que a expressão “*democratização controlada*” contenha a conotação exata do que se pretendeu com a consolidação da nova estrutura agrária na Carta Magna de 1946.

Na verdade, se assegurava a liberdade de expressão e a representação popular em geral, a nova Constituição sustentava, sem ambigüidades, exceção no tocante aos aspectos que pudessem intimidar a propriedade privada e a acumulação de capital, ou, em outros termos, abria trânsito livre para qualquer medida “*salvo no que diz respeito às relações fundamentais do sistema entre o capital e o trabalho*” (BIELSCHOWSKY, 2000:263). Como tradução dessa ressalva rija, vários epítetos desse célebre ordenamento legislativo mantiveram-se oriundos do arcabouço corporativista herdado do regime anterior, dentre os quais cabe destacar, apenas em caráter ilustrativo, a ossatura de regulamentação da organização dos sindicatos e aquela respeitante à *Consolidação das Leis do Trabalho* de 1940. Ainda abastecida desse continuísmo, embora recomendasse a reforma agrária, a Constituição de 1946 praticamente a impedia com a salvaguarda da “justa indenização em dinheiro ao proprietário”.

Não obstante a firmeza desses lastros nitidamente revessos às expectativas caiopradianas daquele momento, o governo Dutra alvoreceu e conduziu seus primeiros anos dando a conhecer suas promessas de ruptura com o passado. Porém, a exemplo das frustrações apontadas, outras igualmente aviltaram suas esperanças de teor reformador propiciadas pelas possibilidades abertas pela democratização do país.

Nesse compasso, embora na Constituição de 1946 estivesse prevista a garantia ao registro e funcionamento de todos os partidos, em março de 1947 surgiu a base legal da cassação do Partido Comunista Brasileiro. Introduzida no parágrafo 13 do artigo 141, essa emenda consistiu em vedar a criação de partidos cujo programa ou ação contrariasse o aventado regime democrático. O processo de cassação do registro do PCB e de seus deputados tomou praticamente todo o decorrer desse ano, seguido de uma significativa repressão ao movimento operário, do rompimento das relações diplomáticas brasileiras com a União Soviética e do alinhamento incondicional do país com os Estados Unidos¹⁰. Em maio, finalmente, o Supremo Tribunal Eleitoral arremessou o PCB na ilegalidade e, em janeiro de 1948, os mandatos dos deputados comunistas foram cassados (BRANDÃO, 1992).

Nas raias de consumação desses atos, em abril de 1947, uma proposta de reforma agrária foi apresentada ao Congresso pelo deputado Nestor Duarte (UDN-BA). Segundo seu propositor, essa tinha como objetivo resgatar o “espírito do reformismo constituinte”, cujo privilégio consistia no combate à grande propriedade e nas atenções

voltadas para o desenvolvimento da policultura. Essa reforma agrária deveria abrir caminho para combater o latifúndio monocultor, propiciando o surgimento da pequena propriedade voltada à produção de alimentos e ampliar as oportunidades de acesso à terra para camponeses não-proprietários (TAPIA, 1986:108). Marcando a cena política brasileira do período com uma das primeiras iniciativas legislativas propondo a reforma agrária no país¹¹, o congressista baiano não somente contemplou nitidamente a defesa da pequena propriedade familiar como também frisou a importância de se levar na devida conta o argumento de que as melhores terras ao redor das cidades deveriam ser reservadas para a pecuária leiteira e para a lavoura de subsistência. Nesse sentido, seu projeto previa a possibilidade de desapropriação das propriedades próximas às vilas e cidades, visando destinar os produtos dessas duas atividades para o consumo das populações desses centros. No entanto, essa iniciativa não encontrou águas calmas e, decerto, também suscitou contendas que não passaram despercebidas para muitos de seus contemporâneos interessados nas discussões a respeito das vias de desenvolvimento capitalista da nação.

Um de seus principais críticos foi o ex-secretário da Agricultura da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, o então deputado Lauro Montenegro (PSD-AL). Detentor de raciocínio simples, ele colocou aos brados sua oposição à proposta tornada notória naquele momento na cena política do país. A seu ver, os princípios e idéias contidos na proposta de Duarte destoavam das tarefas imediatas a serem realizadas para se imprimir um melhor rumo à organização da agricultura brasileira, quais sejam as de combate aos problemas que esta apresentava: uso de técnicas rudimentares; cultivo predatório (que provocava a erosão dos solos); falta de vias de transporte e de crédito; a falta de incentivo ao cooperativismo; mecanização insuficiente; baixa utilização de adubos e fertilizantes; falta de insumos para o combate às pragas; e carência de uma política e de medidas mais fortes para assegurar o estabelecimento de uma rede nacional de silos e armazéns. Para esse homem de grande influência no Nordeste, todas essas medidas visavam recuperar a agricultura e diminuir o desajuste entre esta e a indústria. Sem perder o prumo de suas premissas, acatou que somente após essa “etapa”, em condições de desenvolvimento equilibrado, é que se tornaria possível examinar a necessidade de uma profunda transformação no campo. Ao contrário do alvo de suas críticas, amparado por esse parecer, Montenegro bramiu que o fundamental no país não era a divisão das terras, mas antes a implantação da indústria pesada da qual carecia. Nesse formato

avaliativo, projetou um desenvolvimento lento para a industrialização sem assumir entretanto uma posição antiindustrializante. Ao mesmo tempo, não deixou de preconizar transformações morosas e graduais na estrutura agrária brasileira, baseadas, largamente, no reforço da grande propriedade (TAPIA, 1986:113-114).

Além dessas divergências, abastecendo-se de argumentos ecológicos a respeito da diversidade dos solos, para Montenegro carecia de fundamento a proposta do deputado baiano, de divisão de terras visando ao aproveitamento daquelas localizadas nos arredores das grandes cidades para incentivo da agricultura de alimentos e a destinação de um quarto das propriedades em geral para a policultura. Formando coro com Costa Porto (UDN-PE) e mesmo com José Jofilly (PSD-PA), um parlamentar mais sensível à reforma agrária, o ferrenho opositor ao projeto de Nestor Duarte afirmou repetidas vezes que este se equivocara ao conceituar latifúndio apenas em função da extensão rural, confundindo-o com a grande propriedade. A partir dessas nuances, derivou imperativas objeções à desapropriação das grandes propriedades convenientemente trabalhadas, defendendo-as, antes, como o verdadeiro fundamento para a organização agrária do país. Ainda com relação ao problema fundiário, intercedeu a favor da ocupação dos “vazios” territoriais (zonas de fronteira) por meio de planos de colonização e de imigração (TAPIA, 1986:114).

Reações à eloquência de Montenegro não tardaram. Rebelando-se contra os dualismos ácidos de seu raciocínio, que denegava à pequena propriedade qualquer papel importante na organização agrária brasileira, os integrantes da bancada comunista trataram de verter os seus em sentido inverso. Estes assumiram a defesa da pequena propriedade, mas sem acatar em suas intervenções o projeto Nestor Duarte, considerando-o demasiadamente tímido e moderado diante da gravidade dos problemas agrários no país. Nesse tom, asseveraram ser a pequena propriedade economicamente superior e socialmente mais justa comparativamente à grande propriedade. Em contraponto às insinuações de Montenegro, vários congressistas dessa linhagem política patentearam ser ela sinônimo de fartura, e não a responsável pela miséria no campo; nas atividades agrícolas a responsabilidade pela pobreza e a baixa produtividade descendia do predomínio do latifúndio (TAPIA, 1986:114).

Em maio de 1947, sob o surto dos espasmos causados por essa querela, transposta avidamente à sociedade pela imprensa, Teixeira Leite, o então influente líder ruralista e

2.º vice-presidente da SNA (Sociedade Nacional da Agricultura)¹², fora da lapa parlamentar, defendeu com afínco a grande propriedade exportadora no artigo intitulado “Reforma agrária e reorganização agrícola”, publicado no *Correio da Manhã*. Aproveitou o ensejo e alegou as contrariedades que, a seu ver, figuravam na proposta de desapropriação das propriedades próximas às vilas e cidades, considerando que tal medida acarretaria o aumento do êxodo de capitais e braços para as indústrias e as cidades (TAPIA, 1986:131-132). Ao lado disso, fixando alvo nas críticas de Nestor Duarte ao latifúndio, trouxe à cena das contendas o argumento de que o caso brasileiro diferia da experiência dos países europeus, onde havia “muita gente para pouca terra”. Tratou de inverter o lugar dos substantivos nessa expressão, ressoando o mote antigo. Para o articulista, em síntese, o país carecia de uma política agrícola que realmente amparasse os produtores e o estímulo à produção adviria não do combate às grandes propriedades, mas de medidas que as auxiliassem (TAPIA, 1986:133-134). Advertiu, ainda, que o aumento da produção da agricultura deveria ter por meta o mercado interno e que essa expansão lograria êxito caso estivesse baseada tanto na ocupação das terras virgens (exploração extensiva) quanto na tecnificação das grandes propriedades (exploração intensiva).

Em junho do mesmo ano, dando maior relevo ao debate concernente à questão agrária no período Dutra, o deputado Apolônio Sales, ex-ministro da Agricultura de Vargas e membro da diretoria da SNA durante o Estado Novo, fez coro com os opositores à proteção da pequena propriedade pelo Estado. Em seu artigo “A subdivisão das terras”, vindo a lume numa publicação da entidade que dirigia, entendeu que uma política voltada para a subdivisão das grandes propriedades representava orientação arriscada, pois obrigaria o Estado a voltar-se decisivamente para proteger a pequena propriedade, cujas condições naquela ocasião tratou de colocar em dúvida (TAPIA, 1986:134).

No mesmo período em que posicionamentos semelhantes se avolumavam e continuavam a afluir às páginas dos jornais, o governo Dutra remeteu ao Congresso um projeto de reforma agrária no qual procurou obrigar as grandes propriedades a produzirem de forma mais racional. Estribando-se na propositura de meios preferencialmente indiretos, tais como tributação e medidas de conservação do solo, o governo adotou uma posição de respeito à grande propriedade, na qual, contudo, para

certos casos, assentiu sobre a possibilidade de desapropriação por interesse social. Tal encaminhamento, a seu turno, animou forte reação de repúdio da parte dos setores agrários (TAPIA, 1986:96-97) a esse que ficou conhecido como Projeto Afrânio de Carvalho. Elaborado sob inspiração do Ministério da Agricultura, o início de sua circulação nas ante-salas do Congresso se deu em 30 de junho de 1947.

Sem tardar, o projeto governamental insuflou novo ânimo nos debates públicos sobre a questão agrária naquele período, arregimentando igualmente oposições acaloradas dos setores agrários que travavam combate contra a proposta reformista que tramitava no Congresso. Assim, a SRB (Sociedade Rural Brasileira)¹³, importante entidade da burguesia agrária, notadamente da cafeicultura paulista, a partir dele espicou os membros de seu Instituto de Economia Rural para elaborarem pareceres sobre os projetos Nestor Duarte e Afrânio de Carvalho. Esses, sob a intensa movimentação de críticas cunhadas nessa fuma conservadora, passaram a figurar como alvos de mira de vários de seus analistas ainda em 1947.

Nessa vaga, em outubro, na publicação *A Rural*, da SRB, Luiz Amaral trouxe ao conhecimento do público seu artigo “A reforma agrária (aspecto econômico do Projeto de Reforma Agrária de Nestor Duarte)”. Nele repeliu o favorecimento da pequena propriedade e a reserva das melhores terras a ela nos arredores das cidades, tal como previsto enfaticamente no projeto alvejado. Segundo o analista, a solução para os problemas de estrutura agrária não estaria em sua disseminação, pois, conforme fez questão de acautelar, cada vez mais a organização econômica da agricultura se assemelhava à da indústria. Guiando-se nesse contexto presumido, Amaral defendia que a pequena propriedade teria chances diminutas de sobrevivência, isto é, não seria apta o bastante para enfrentar com êxito os desafios antepostos por uma agricultura em vias de industrialização. No tocante à reserva das melhores terras circunvizinhas das cidades para a pecuária leiteira e a lavoura, como peças-chaves para o sustento urbano, o articulista manifestou sua oposição em virtude de considerar fracassadas as tentativas nesse sentido. Amaral pugnou contra a essencialidade das idéias do deputado baiano, pois, a seu ver, elas eram afeitas em demasia ao que chamou de “igualitarismo romântico”. Ademais, exacerbou sua distância em relação a essas idéias mesmas quando, no mesmo texto, afirmou que a solução para a questão da produção estaria num adequado aparelhamento do sistema de transportes e na valorização do homem. Passo

adiante, em nítida reiteração da tese fundamental das correntes conservadoras, golpeou o argumento de Duarte com o de que o desenvolvimento da policultura implicaria a divisão da terra, sustentando que tal feito ocorreria gradualmente ao longo do tempo sem desobedecer ao processo econômico-social. Arguto em seus propósitos, finalmente enlaçou essas considerações opondo-se à afirmação de que havia falta de terras para os trabalhadores rurais (TAPIA, 1986:136-138).

Ainda em outubro do mesmo ano, procedente da mesma cepa opinativa, José Ignácio Benevides de Rezende ofertou um parecer à SRB cuja publicação ocorreu na *Revista Rural Brasileira*. Em “Apreciação sob o ponto de vista social do Projeto Nestor Duarte”, desfechou que a aplicação das medidas do proponente reformista acarretaria queda na produção agrícola e um agravamento das precárias condições de vida dos trabalhadores (TAPIA, 1986:138-139). No rastro dessa sentença, Virgílio dos Santos Mangane, outro proponente da entidade, tornou mais áspera a oposição da entidade ao mesmo foco de críticas. Ele registrou a desafeição dos setores agrários à proposta de subdivisão da terra, içando como primordial a defesa do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição de 1946. Sublinhou que o mesmo não admitia o confisco ou a subdivisão da terra de modo violento, de feição marxista, preconizado pelo projeto Nestor Duarte.

Dilatando o fio dessas contendidas, contudo sem esgarçar a qualidade de suas fibras ideológicas, entre novembro e dezembro do mesmo ano, Luiz Vicente Figueira de Mello analisou os aspectos políticos do projeto de Nestor Duarte. Em seu artigo “A reforma agrária (aspecto político do Projeto Nestor Duarte)”, imiscuído nas páginas da mesma *Revista Rural Brasileira*, aderindo a um clichê tão comum à época, esse crítico classificou o projeto de comunista e aprumado no sentido de subverter a organização política do país. Tal como nos “vários discursos de ilustres homens da lavoura” e nas posições oficiais das entidades agrárias, Figueira repeliu a tese da necessidade da reforma agrária, assumindo a disjuntiva reforma agrária/código rural (TAPIA, 1986:140)¹⁴. Apoiado na exclusividade da segunda proposição, asseverou que a correção das distorções sociais existentes no campo dependia da adoção de um código rural, instrumento jurídico-legal que seria capaz de regulamentar as relações entre proprietários e as diversas categorias de trabalhadores rurais (assalariados, parceiros, meeiros e arrendatários). Contornando dessa maneira os traços inquietantes das propostas de Nestor Duarte e de Afrânio de Carvalho, que apontavam para a

necessidade de alteração no uso e posse da terra, o emissário sublinhou a exigência da delimitação de direitos e deveres.

Transpostas as barreiras do ano de 1947, no mês de janeiro do seguinte seria a vez de Malta Cardozo expressar-se contra o projeto de Afrânio de Carvalho. Presidente do Instituto de Economia Rural da SRB e principal ideólogo do pensamento conservador sobre a reforma agrária no período, Cardozo pôs seus argumentos à vista de todos num artigo intitulado “Direito rural, reforma agrária e código rural”, cuja análise mais detida desenvolveu-se no livro *Democracia ou servidão rural* (1949). Em seu preâmbulo, detido nos moldes sugeridos pelo projeto, analisou as alegações do ministro da Agricultura em prol da realização da reforma agrária. De passagem, lembrou que este último, no anteprojeto da referida proposta, havia argüido sobre o combate à crise alimentar no país como justificativa para a reforma agrária, apontando a necessidade de correção de algumas distorções existentes na estrutura agrária por intermédio do incentivo à melhor utilização das terras e à prática de atividades de conservação dos solos. Descartando essas premissas, Cardozo tratou de identificar outras causas econômicas e políticas para o empobrecimento da agricultura. A seu ver, realmente indispensáveis para o aumento da produção agrícola eram o incremento de capitais, a elevação da disponibilidade de braços, as máquinas, os adubos, os transportes organizados, a estruturação bancária, o armazenamento, os horizontes de preços compensadores e os mercados internacionais. Somente por meio do franco atendimento a essas condições seria viável elevar o nível de vida no campo e promover a desproletarização dos trabalhadores e, por fim, o acesso à propriedade da terra.

Apenas dois meses depois, uma locução deveras peculiar sobre a questão agrária surgiu na arena das discussões da SRB. Em março de 1948, representando uma alternativa tanto aos projetos de reforma agrária como à intransigência dos setores agrários, Álvaro Machado teceu alguns comentários a respeito na *Revista Rural Brasileira*, num artigo intitulado “A política agrária (Subdivisão de terras e colonização)”. Ao contrário de seus pares, desviou-se das reiterativas hostilidades endereçadas por eles às propostas de reforma agrária. Mais regrado ao realizar o exame do problema, Machado não endossou a visão largamente divulgada pela entidade, constituindo por isso mesmo uma exceção que merece atenção. Ele sondou a questão agrária amparado na visão de que a ação colonizadora do Estado representava a diretriz

básica de uma política agrária voltada para propiciar um número maior de oportunidades de acesso à terra. Em moldes diversos daquele tantas vezes propugnado por expressivos setores agrários, defendeu um amplo programa de colonização dirigido pelo poder público sem limitar seu alcance ao aproveitamento das terras públicas de fronteira. Contemplou sua extensão para o “estoque de terras potencialmente colonizáveis” localizadas nas zonas de ocupação antiga (TAPIA, 1986:150). Alinhavou e desdobrou os efeitos dessa opinião tomando atalho no que tange à polêmica, tão corriqueira no período, da grande propriedade *versus* pequena propriedade, isto é, sem acolher a tese da burguesia agrária acerca da superioridade da primeira e sem adotar a reformista, que imputava o mesmo qualificativo à segunda.

Nesse registro discursivo, as premissas de Álvaro Machado não comungaram da opinião de que seria justificável a subdivisão necessária de toda e qualquer propriedade, pois, de um lado, existiam terras suficientes para o programa de colonização e, de outro, não se atribuía à grande propriedade uma negatividade intrínseca. Ele complementou que a existência das grandes propriedades, em muitas circunstâncias, resultava da baixa densidade demográfica do país e, moderado, advogou a validade de as desapropriar em zonas densamente povoadas, caso não fossem apropriadamente exploradas. Para tanto, entendia que o Estado poderia utilizar os dispositivos de desapropriação por interesse social quando se deparasse com proprietários portadores de práticas anti-sociais, tais como ausência da aplicação de métodos modernos e parco nível de produtividade.

No que diz respeito à pequena propriedade, essa distinta vocalização oriunda da SRB observou que sua existência era não somente viável como também desejável, e afixou que seu aproveitamento dependia das condições econômicas regionais. Considerou indispensável sua alocação nas zonas próximas de um mercado consumidor, pois tal medida proporcionaria produtos de qualidade na dependência de trabalho intensivo. Mantendo-se fiel às suas proposições, Machado afirmou que a utilidade da pequena propriedade subordinava-se, portanto, à disponibilidade de terras em zonas outrora povoadas e providas de alguma infra-estrutura (TAPIA, 1986:151). A seu ver, essas terras próximas aos centros urbanos eram as melhores para dar início ao programa de colonização, cujo maior benefício consistiria na elevação do contingente de proprietários rurais. De acordo com esse encadeamento reflexivo, também sugeriu o apoio à pequena propriedade em substituição às fazendas das zonas velhas, detentoras

de terras cansadas e de benfeitorias abandonadas em função do processo de involução surgido com o pastoreio. Arrematando a trama de seu raciocínio, Álvaro Machado apontou que o baixo preço das terras nas zonas antigas de povoamento também era uma vantagem adicional para a proposta de recolonização por ele aventada. O governo deveria contar com preferência na compra das mesmas, a fim de resguardar seu aproveitamento no plano de colonização¹⁵.

Quanto às terras devolutas nas zonas de fronteira, Machado considerou que cabia ao Estado a formulação de um plano dedicado a seu aproveitamento futuro. As terras mais longínquas deveriam se tornar disponíveis econômica e socialmente por medidas hábeis a serem tomadas pelo poder público, visando nelas instalar programas vindouros de assentamento para trabalhadores sem terra.

Afora o interlúdio representado por essas palavras em relação àquelas emitidas pelos setores agrários tanto nos diversos pareceres da SRB quanto nos discursos parlamentares, o tom usual dos comentadores dessa estirpe voltaria à cena com o deputado paulista Plínio Cavalcanti. Enlaçado com os interesses dos cafeicultores de seu Estado, em setembro de 1948 este tratou as questões sumariadas anteriormente sob a têmpera do “despovoamento dos campos”, da “falta de braços”, seguindo nisso, aliás, a entoação figurante com destaque não somente nos posicionamentos dos agricultores como também nos órgãos de imprensa e nas entidades rurais (TAPIA, 1986:147).

Ainda em 1948, para além do caldo das discussões até aqui passadas em revista, a questão agrária também mereceu considerações significativas em duas propostas globais de desenvolvimento oficiais. Formuladas sob a égide do governo Dutra e bastante afeitas às injunções do quadro político internacional do período sobre a condução dos destinos econômicos do país, o Plano Salte e o Relatório da Missão Abbink delinearam propostas concernentes ao assunto que carecem ser consideradas com mais vagar.

5.3. O Plano Salte e o Relatório da Missão Abbink

Transpostos os anos de ditadura do Estado Novo e com o término da Segunda Guerra Mundial, o governo Dutra compartilhou das expectativas fiadoras das supostas normalização das atividades econômicas e regularização dos fluxos comerciais e de

capitais¹⁶. Ainda no bojo delas, semelha ter nutrido uma aventada necessidade em reduzir a forte presença estatal no âmago do sistema econômico interno (SARETTA, 2002:102 e 116), alimentando assim de esperanças tanto aqueles que persistiam na oposição doutrinária ao planejamento quanto outros, não necessariamente inscritos nesse registro, que julgavam ser o Estado brasileiro despreparado para levar adiante o desenvolvimento econômico do país nesses parâmetros¹⁷. Afinal, se nos anos anteriores o conceito de planejamento começou a ser dissociado da experiência soviética, passando a figurar como pré-requisito para os países aspirantes ao rol das nações capitalistas mais desenvolvidas, nesse outro contexto, no qual a Guerra Fria passara a ser coadjuvante, tal inclinação sofreu revés, propiciando que viesse à tona certo vazo aparentemente renovador relativo às propostas de redução da participação do Estado na economia. Além disso, naqueles anos, essa forte presença estatal foi identificada no Brasil com a própria ditadura recém-terminada, atitude oportunista bastante comum entre certos interlocutores da cena política nacional, que souberam responsabilizá-la por regular demasiadamente a atividade produtora e também pelos elevados índices inflacionários da época¹⁸.

Entrementes, as tendências descritas apenas configuram uma silhueta bastante magra ante as interpretações de corpos analíticos distintos que marcaram os anos do governo Dutra e tomaram como alvo as principais questões concretas do desenvolvimento econômico brasileiro. Contrabalançando as vocalizações favoráveis à redução da participação do Estado na economia e a antipatia pelo planejamento, posições divergentes e não menos variadas emanaram dos núcleos de reflexão coletiva nos bastidores das numerosas agências de planejamento geral e setorial que haviam sido geradas no primeiro governo Vargas. Reunindo uma elite emergente de técnicos e militares que buscava sua inserção no universo das elites brasileiras, vários interlocutores procedentes desses escalões também se debruçaram sobre a problemática das vias do desenvolvimento do capitalismo nacional. Apesar das variâncias de posições dentro do setor público, nos anos do governo Dutra inúmeros sujeitos se esforçaram em participar na restrita esfera do poder decisório sobre os destinos nacionais, inscritos ainda numa época na qual perdurava a possibilidade histórica aberta pela Revolução de 1930, que inaugurara a crescente valorização do conhecimento técnico e da segurança militar (BIELSCHOWSKY, 2000:257).

De qualquer modo, a par das divergências entre os debatedores das controvérsias do desenvolvimento brasileiro, a prédica do “reaparelhamento econômico” surgiu como moeda corrente no período 1946-1951, traduzindo o valor que então era atribuído a todos que se embrenhassem na busca de soluções técnicas ou científicas dos problemas econômicos. Em particular, independentemente das filiações políticas da época, era bem aceita qualquer sugestão visando solucionar o problema da modernização da infraestrutura (estradas, portos e ferrovias) no país, bem como aquelas que propusessem meios para dotá-lo de energia suficiente para trilhar rumos fundamentais para o seu crescimento aliado à diversificação do sistema econômico, principalmente da indústria.

Nesse particular e de modo geral, vários autores destacam freqüentemente que a natureza do governo Dutra pode ser identificada em seu cunho conservador, liberal e antiindustrializante. Apesar de existir um consenso pródigo entre eles, no tocante ao conteúdo conservador da base social e política do governo, igualmente, porém, ressaltam não ser apropriado sustentar avaliação congênere da orientação da política econômica encetada por este. Analisando o tratamento dado pelo governo à questão agrária e munido de uma revisão da literatura atinente ao período, TAPIA (1986) argumenta que sua direção econômica se distanciou de uma regressão liberal, ainda que a industrialização não tenha sido contemplada como prioridade de seu projeto econômico e tenha extinguido ou neutralizado os órgãos potencialmente capazes de cumprir uma função de planejamento, na contramão do movimento constatado no regime político anterior. Advoga o pesquisador que, muito embora não tenha sido industrializante, o governo Dutra tampouco optou por uma postura antiindustrializante. Ao demarcar essa ambigüidade, considera que

“no governo Dutra não houve um desarmamento da capacidade regulatória e intervencionista do Estado, e um retorno ao formato institucional do Estado Liberal do pré-trinta. O que se verificou foi a elaboração de um projeto de desenvolvimento com um conteúdo conservador, expresso no fato de que não foi contemplado de forma precisa um projeto de industrialização” (TAPIA, 1986:99).

O qualificativo de conservador, segundo a mesma fonte, também se aplica quanto às formas como o Estado, sob a vigência do governo Dutra, procurou intervir na problemática agrária. Na verdade, desde o início de sua gestão, setores administrativos importantes manifestaram inquietação com relação à situação da agricultura. Assim,

numa reunião promovida com seus secretários em dezembro de 1946, o então ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, notabilizou a preocupação desse ramo do Poder Executivo com o atraso da agricultura brasileira em relação à indústria. Nessa ocasião, ele ressaltou principalmente o sobressalto relativo à situação da produção de gêneros alimentícios, havendo concluído que a crise de abastecimento se devia menos à escassez de produção do que às deficiências dos meios de transportes.

Também sem deixar de traduzir esse alarma e propondo meios para resolvê-la, ao fim e ao cabo as intenções e as ações do governo se substanciaram em dois momentos e planos distintos que remontam ao programa “Alimentação” do que ficou conhecido como Plano Salte e aos resultados do Relatório da Missão Abbink. Na verdade, esses dois corpos de propostas podem ser vistos como uma exposição concisa sobre o modo como a gestão Dutra compreendeu a questão agrária e, desse modo, exigem algumas considerações adicionais.

O primeiro deles foi elaborado em 1948 com as britas do Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público) e com vigência prevista para cinco anos¹⁹. Seu lançamento, ainda que sob o clima liberalizante do governo Dutra, manifestou dentro da administração pública a força daquele órgão, que era afeito à ideologia desenvolvimentista do governo precedente, o que também seria expresso ao longo de outros episódios nos quais ele esteve envolvido e que tornaram notórias as dificuldades com as quais se deparou a gestão Dutra para equacionar conflitos intraburocráticos oriundos de certas continuidades do governo antecessor²⁰. Imerso na prevalência de tensões dessa natureza dentro do aparato técnico e burocrático, o Salte representou um projeto econômico no qual os impasses valorados como os mais urgentes vividos pelo país se exprimiram e mereceram prioridade.

De modo que, na dianteira das prerrogativas do Plano, não sem deixar de apresentar certa complementaridade com a visão do Ministério da Agricultura já mencionada, listou-se o caso da aguda crise de abastecimento constatada no período, perspectiva que colaborou para que o problema agrário nele despontasse como uma questão de produção de alimentos. Exteriorizando a preocupação governamental com as crises de abastecimento freqüentes nos centros urbanos e problemas no comércio exterior, esse plano central do governo Dutra deu a conhecer seu intento com relação à questão agrária, dirigido sobremaneira para o incremento da produção de alimentos e

dos produtos de exportação. Conforme a mensagem que o acompanhou, o governo programava ajustar a produção de exportação visando melhorar o balanço de pagamentos, muito embora seus esforços também estivessem voltados para os problemas da agricultura de mercado interno. Desse modo, o setor da alimentação contava com o estabelecimento de um programa de investimentos para crédito e melhoria das condições de produção na agricultura, incluindo as de consumo interno e de exportação. Provido dessas balizas e no que tange especificamente à produção vegetal, o Salte apregoeou incentivos para as culturas de trigo, feijão, mandioca, arroz, milho, cacau, mate e café. Em analogia, metas parelhas foram anunciadas com relação à produção animal, englobando especialmente a pesca, as carnes e derivados, a avicultura, a apicultura, o leite e os laticínios, a sericicultura e a lã. Outro conjunto de medidas preconizadas pelo Salte dizia respeito aos fertilizantes e corretivos, à defesa sanitária vegetal, à mecanização, às pesquisas, ao seguro agrário, aos armazéns e silos, à imigração, à colonização e à conservação do solo (TAPIA, 1986:100).

Assim como o Plano Salte, um outro conjunto de propostas também exprimiu a inclinação dominante na época quanto à questão do desenvolvimento, refletindo a tônica do período Dutra. Durante sua vigência, foi formada uma Comissão Técnica-Mista Brasileira-Americana de Estudos Econômicos, composta por técnicos dos dois países e chefiada por John Abbink e Otávio Gouveia de Bulhões. Esses mentores, havendo realizado um amplo diagnóstico da economia brasileira e transposto a apuração dos resultados a que chegaram, fizeram publicar o Relatório da Missão Abbink, documento com várias sugestões para o desenvolvimento dos diversos setores produtivos do país.

Na parte relativa à agricultura, seguindo de perto os comentários do chefe da delegação brasileira, o objetivo do referido Relatório consistiu em identificar os obstáculos conjunturais e estruturais do desenvolvimento brasileiro, visando dispor as partes de uma versão do Plano Marshall para a América Latina (TAPIA, 1986:99). Entre suas concepções basilares a respeito dos empecilhos ao desenvolvimento, constou a indicação da inexistência de um mercado nacional unificado e o deficiente sistema de transportes (DRAIBE, 1985:159). Afora esses eixos fundamentais, no conjunto de seus argumentos, o atraso da produção agropecuária mereceu associação aberta com as dificuldades identificadas no balanço de pagamentos e na inflação do período. Asseverou o Relatório que a principal implicação dessa situação era a pouca atenção

dispensada à agricultura de alimentos, proposição que colaborou para que Bulhões mencionasse o acentuado retardamento da agricultura de mercado interno como uma das variáveis responsáveis pela elevação dos preços agrícolas, levando ao aumento da inflação (TAPIA, 1986:103-104).

Ainda de acordo com o Relatório, o penoso estado da produção de gêneros alimentícios prendia-se ao fato de que a maioria dos produtores era composta por pequenos lavradores, meeiros, arrendatários e colonos. Estes, privados de capital e de conhecimentos e meios financeiros para promover a modernização de seus métodos de cultivo, subvertiam a produção em virtude do predomínio de técnicas agrícolas atrasadas. A favor delas o referido documento ainda fez constar as deficiências de armazenamento e de transportes e a ação dos intermediários, fatores adicionais que contribuíam para elevar o custo dos alimentos em relação à renda da população das pequenas e grandes cidades (TAPIA, 1986:104). Nessa moldura apreciativa, Bulhões escorou, ao fim e ao termo, a necessidade de um desenvolvimento equilibrado entre indústria e agricultura. Este consistiria, fundamentalmente, em um aperfeiçoamento da produção agrícola por meio da incorporação de técnicas modernas de produção e de uma melhoria nos sistemas de transportes e de comercialização.

Sem deixar de lado esses apontamentos, mas antes mantendo o esquadro de análise por eles aberto, merecem registro certas afinidades e dissensões que conservam quando deparados com as avaliações que Waibel e Valverde compartilharam em fins da década de 1940 a respeito da colonização européia na porção meridional do país, principalmente com relação à colonização rural. Caminhando na direção do aclaramento dessa assertiva, no próximo capítulo será resgatado o relevo concedido à época pelo governo aos destinos do país com pronunciada ênfase na importância da agricultura para escorá-la adequadamente. Com efeito, subsistem certas embaçaduras entre ele e os escritos dos geógrafos merecedoras de maior atenção.

Além desse eixo interpretativo, procedimento análogo será esquadrinhado entre os trabalhos dos autores e as discussões sobre a questão agrária até aqui apresentadas, concernentes ao campo intelectual e político do período, nos quais os temários pequena propriedade e colonização adquiriram expressão notória.

Na verdade, esses dois feixes comparativos, como outros já delineados nos capítulos precedentes, também auxiliam a compreender o movimento súbito e ascendente da obra valverdiana em direção ao estudo do tema *uso da terra*, a partir do artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul”. Somados à relevância que o referido enquadramento recebeu nos trabalhos de Waibel, eles por certo também tornam verossímil a idéia de que Valverde tenha seguido seu mestre, desembaraçado, isto é, consciente da franca adequação e prestígio que a adoção desse enfoque representava perante os reclamos oficiais do período – Salte e Missão Abbink –, às vistas de seus quadros técnico-burocráticos ocupados em esboçar os destinos do país sem romper com as matrizes de significado demarcadas no regime anterior e, igualmente, diante dos demais debatedores da cena política e cultural.

Capítulo 6

AS IDÉIAS DE WAIBEL E VALVERDE

PARA ALÉM-MUROS DO CNG

6.1. O Estado e a ocupação dos fundos territoriais: uma aporia valverdiana?

Deslizadas as cortinas sobre as propostas públicas, parlamentares e oficiais concernentes à questão agrária no âmago do período Dutra, há bastante espaço para se entrever que os sons emitidos nessa quadra a respeito dos assuntos perfilados forjaram uma epígrafe ou antecâmara contextual ao discurso encontrado nos textos de Valverde e Waibel sobre a colonização européia no Sul do Brasil. Na verdade, o viés dos argumentos e as nuances ideológicas por eles entreabertas favorecem uma interpretação mais acurada a respeito das condições de elaboração de seus textos naqueles anos finais da década de 1940. Além disso, é justamente pelo fato de estes estarem visivelmente implicados nas propostas de povoamento do território como um todo, que o teor das querelas apresentadas no capítulo anterior proporciona também uma compreensão mais circunstanciada das idéias de ambos os autores sobre o assunto e, como se procurará demonstrar, no caso específico de Valverde, ajuda a contemporizar certas ambigüidades que manifestou.

Apenas dando início ao enfoque sugerido, cabe demarcar que o artigo “Excursão à região colonial antiga ao Rio Grande do Sul” (1948) encerra, ao menos aparentemente, uma conclusão politicamente asséptica sobre o que o autor advogava em geral em relação às diretrizes a serem tomadas na questão do povoamento do território brasileiro como um todo. Vale disponibilizar as últimas palavras de Orlando Valverde nesse artigo, referindo-se aos “*fatores que condicionam o progresso de uma colônia*” (em ordem de importância, comunicações, história e relevo), quando assevera em tom conclusivo, que:

“Êstes princípios dão também um golpe de morte nas idéias que ainda hoje circulam, de que o Brasil deve ser povoado em núcleos espalhados por todo o interior; êste nosso

interior a distâncias incríveis dos mercados e da civilização e geralmente servido por péssimas estradas...

Estas idéias têm tido aceitação por parte daqueles que não conhecem o interior do nosso país, ou, se o conhecem, não souberam organizar suas idéias partindo da observação direta” (VALVERDE, 1948:53).

Quando interpretado detidamente, o fragmento transcrito revela embaraços nada desprezíveis decorrentes de certa ambigüidade. Analisando-se o entroncamento de sua natureza técnica com o contexto de idéias no qual foi emoldurado, o texto revela-se vacilante quanto à identificação clara do posicionamento ideológico do autor sobre as políticas e propostas de povoamento, o que, em grande parte, fundamenta os vários distanciamentos tênues que parece ter tomado com relação à orientação de Waibel.

Com efeito, é possível afirmar que Valverde manifestou, no trecho acima, uma interlocução ainda que tímida com a Campanha Marcha para o Oeste. Como se observa, se não o fez criticando-a diretamente e chamuscando vigorosamente seus pilares de sustentação – o que, por sua vez, não permite afirmar que se opusesse ferrenhamente à continuidade desse programa no momento político em que escrevia –, ao menos parece haver fixado alguns limites às declarações de caráter público ou interpessoal que, segundo o tom de suas palavras, cobravam agilidade na execução dos objetivos da Campanha que, como visto, haviam sido até então parcamente alcançados. Na verdade, ainda que visto tão somente como mera ressalva, o juízo de valor emitido pelo autor nessa rara fração de seu texto aberta às opiniões pessoais, não oferece fagulha de discordância quando remetida mais especificamente aos anúncios que o próprio Getúlio Vargas fez, por exemplo, em 1941¹. Naquele ano, o dirigente da nação esclareceu que o “*rumo ao oeste*” consistia no “*verdadeiro sentido de brasilidade*”, tendo arrolado, sob essa veste evocativa, a defesa e a integração econômica do território como artefatos inseparáveis de seus propósitos. Ao salientar o contraste entre suas “*ilhas de prosperidade econômica e industrial*” e os “*espaços vazios*”, ajustou o foco sobre a questão da “*falta de toda uma série de medidas elementares*” que sua administração almejava suprir para dirimir esse impasse. Essas “*medidas elementares*” incluíam saneamento, educação e, com alto e nítido eco nas palavras de Valverde, tal como havia sido nas ações de Bernardo Sayão, no caso da CANG², transportes. Percebe-se, assim, que o geógrafo, como Vargas oito anos antes, não deixou de frisar em seu trecho o imperativo em se dotar o “interior” – leia-se “*espaços vazios*” – de todos esses

elementos, como condição básica do povoamento e da abertura do caminho para sua integração quer ao “mercado” interno, quer à “civilização”, expressão também utilizada outrora pelo líder político, associada à idéia da disseminação dos “*modernos processos de cultura*”³.

O exposto permite afirmar que o trecho acima, peça-chave da conclusão do trabalho de que faz parte, revela-se fiel às representações valverdianas acerca do território no início da carreira profissional do autor. Sem muita suspeita, esse viés interpretativo bem poderia prestar-se a puxar uma diligência de argumentos para asseverar, nesse moldes, um entendimento razoável sobre o lugar político ocupado pelo texto valverdiano. Nele, como se observa, não há contestação aos principais pilares da Campanha Marcha para o Oeste, que já foram frisados em outra altura do presente trabalho. Desse modo, resumindo, apesar de ter publicado seu escrito durante a gestão do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), poupando suas linhas de valorações que pudessem acentuar seu parentesco com o campo político antecessor, por certo esse fragmento recende aromas do governo precedente e revela a ambigüidade mencionada.

Cabe aqui, porém, para evitar o risco de uma compreensão incompleta ou parcial do posicionamento valverdiano relativo à ocupação de outras parcelas do território nacional, atentar para o tom acanhado do trecho citado e mesmo para sua aparição repentina somente ao final do trabalho de que faz parte, considerando, ademais, que nada indicara nele anteriormente sobre o assunto. Esse cuidado é necessário quanto mais nos aproximamos da particularidade dessa fase de sua trajetória, ao que parece trespassada pela confluência talvez um tanto conflituosa das representações ideológicas assumidas pelo autor no início de sua formação e das ressalvas valorativas waibelianas com as quais travou contato na lida com o mesmo conjunto de questões. Com efeito, a consciência que Valverde e seu mestre alemão tinham dos resultados indesejáveis aos quais haviam aportado as políticas de interiorização do Estado Novo abre uma clareira interpretativa complementar àquela já sugerida, cujas relações merecem distinção quando se deseja elucidar apropriadamente certa hesitação no texto valverdiano comparativamente aos de Waibel⁴.

Nesse horizonte, tomando-se a coerência exposta há pouco entre o trecho de Valverde e o discurso de Vargas de 1941, é possível extrair certa tensão das palavras acanhadas do geógrafo quando se considera que alguns princípios básicos da Campanha

Marcha para o Oeste já haviam sido indiretamente criticados nas vocalizações da equipe coordenada por Waibel, na ocasião da polêmica sobre a localização da nova capital do país. Convém notar que, como um dos membros destacados, o geógrafo ibegeano já havia compartilhado parecer igual ao contido na conclusão de seu trabalho de 1948. Ou seja, é possível admitir que ele tenha nutrido, nas duas oportunidades, uma visão positiva do interior a ser povoado, desde que seus rincões fossem aqueles mais próximos das áreas desenvolvidas do país e aparelhados de antemão com infra-estrutura viária capaz de impedir seu isolamento econômico. Essas avaliações, claro está, adquiriram seu mais importante fundamento na utilização da teoria de Von Thünen por Waibel, cujos princípios começavam apenas a chamuscar a reflexão de seu orientando eminente. No caso deste último, embora, na polêmica sobre a localização da nova capital política, a correlação indicada no trecho citado não tenha deixado de ser tênue, já que não é encontrada diretamente em seus próprios registros – de fato, como visto no capítulo 3, Valverde não foi “escalado” para ser o porta-voz das sentenças políticas ou técnicas proferidas por aquele grupo –, ela não é totalmente aleatória. Se naquela circunstância, o referido programa governamental não mereceu crítica franca do grupo de pesquisadores que trabalharam ao lado do geógrafo alemão, ao menos seus intentos, calcados na idéia de “imperialismo” interno, já haviam sido indiretamente relativizados pela adoção de um modelo teórico que, não obstante tenha sido mantido velado, ao menos nessa querela, apresentou-se bastante operacional. Contudo, a despeito da relativização aventada, ela não contrariou de fato a proposta de Vargas preconizada na Campanha Marcha para o Oeste. As ressalvas que lhe foram feitas pela equipe de Waibel embasaram-se num instrumental metodológico apto o bastante para justificar seus princípios de avanço do povoamento, embora, ao que parece, fazendo ponderações em sentido contrário apenas quando se tratou de alertar que a colonização dirigida deveria orientar-se em função de argumentos econômicos, e não, como contemplava o programa, geopolíticos.

É sob os vestígios do rumo geral dessas orientações que se torna possível distinguir com maior clareza o segundo sentido do trecho valverdiano em questão, o qual gera a ambigüidade pressuposta. Na verdade, eles desenlaçam outros fatos circundantes que viabilizam não tomar como definitivo o alinhamento incondicional, conjecturado de início, de seu conteúdo com o discurso de Vargas. Para aclarar esse ponto, cabe fazer uma pequena incursão às idéias do orientador científico de Valverde a

respeito da Campanha Marcha para o Oeste sobre os caminhos a serem percorridos pela colonização dirigida.

Apesar de Waibel não ter assinalado oposição ao referido programa em seu artigo “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil”, em outro, posterior, ele o questionou valendo-se dos seguintes argumentos:

“[...] é sem dúvida necessário que o Brasil, na idade do avião, tome as medidas necessárias para explorar o seu oeste desconhecido e pouco desenvolvido e o coloque sob uma administração organizada. Mas isto, a meu ver, é mais uma necessidade de ordem militar do que econômica. Economicamente não se justifica, isto é, não trará recompensas, estender a colonização cada vez mais continente a dentro, antes que o povoamento do leste tenha progredido e que se tenham desenvolvido aí, à maneira do centro-oeste dos Estados Unidos, mercados locais e centros industriais. Se se empreende o povoamento do oeste remoto sem a garantia de uma colocação lucrativa dos produtos agrícolas, então se reincidirá no velho erro da colonização no Brasil, isto é, de colocar os colonos em plena mata e depois deixá-los entregues ao seu destino. Com isto se cria um novo sertão e uma nova leva de caboclos. Não se pode chamar a isto de uma marcha para o oeste. [...] O futuro do Brasil não está no oeste, e sim no leste. E o grande lema, na minha opinião, não deveria ser ‘marcha para o oeste’, e sim ‘tomar pé firme no leste’. Esta expressão é menos teatral, mas creio que corresponde melhor à realidade brasileira. [...] O geógrafo e escritor brasileiro CAIO PRADO JÚNIOR, em 1943 manifestou-se acerbamente contra a impensada divulgação da expressão de ‘marcha para o oeste’. Parece lógico que antes de ir adiante, devassando sertões meio inacessíveis, se deva tratar do que ficou para trás. Há muito que fazer aí. A ‘marcha para o oeste’, preconizada assim como uma política de estímulo à penetração do interior, é evidentemente reincidir no nosso erro de séculos: a dispersão e instabilidade do povoamento” (WAIBEL, 1955:29-30).

No trecho em evidência, fruto de trabalho elaborado quando Waibel ainda trabalhava no Brasil, que permaneceu incompleto em virtude de seu falecimento em 1951, quando retornou para a Alemanha, e cuja publicação somente vingou em outubro-novembro de 1955, ou seja, somente após o fim do segundo governo Vargas (1951-1954), o autor mencionou as idéias de Caio Prado Júnior expressas no artigo “Problemas de povoamento e a pequena propriedade”, publicado em 1944, no *Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio*. De um lado, considerando-se o teor do texto caiopradiano e o meio de sua divulgação – no mesmo ano, o referido artigo foi

publicado também no *Boletim Geográfico* do IBGE⁵ –, a informação descolada desse breve avanço temporal permite entrever que realmente existiu certo espaço, nas publicações do órgão acolhedor dos trabalhos de Valverde e Waibel, para autores mais críticos e não necessariamente alinhados com o regime do Estado Novo. De outro, esse dado torna razoável admitir que, ao menos informalmente e na época da elaboração de seu escrito sobre a extensão gauchesca do território nacional, Valverde esteve inteirado acerca seja das fontes gestacionais, seja da coincidência entre as ressalvas que Waibel e Caio Prado Júnior endereçaram publicamente à Campanha Marcha para o Oeste⁶.

Cientes disso, talvez encontremos na referida permuta científica a razão para o retraimento de Valverde quando, num único lance, ao final e em poucas linhas de seu trabalho, fez referência ao programa, colocado à época sob o crivo de críticas. Em outras palavras, se, por um lado, os aportes teóricos de Waibel, dentre os quais se destaca a utilização de Von Thünen, autorizaram-no a indicar o “tomar pé firme no Leste” como medida essencial para ladrilhar caminhos mais racionais na ocupação do interior, de outro, tudo leva a crer que, justamente em função de sua posição institucional, caso tenha concordado com esse diagnóstico, ele tenha preferido manter o referido desfecho de seu escrito desprovido de literalidade para não prejudicar seus créditos junto ao governo. Certo está que essa ponderação do autor, ponta aguçada do segundo sentido inerente à ambigüidade em questão, não foi de todo equivocada, uma vez que ele, ao contrário de seu orientador científico, não dispunha do trunfo da crítica aberta proporcionada pelo fato de pertencer transitoriamente ao aparato técnico do Estado e tinha consciência das possibilidades de contrariedades pessoais futuras derivadas de um tal posicionamento⁷.

Uma vez admitidos esses intercâmbios e condições, duas inferências se apresentam. De um lado, é notório que a tomada em consideração de quaisquer dos sentidos exalados do trecho valverdiano não resulta em necessário distanciamento do trabalho do autor em relação à perenidade do pano de fundo que marcou outros similares no mesmo período. No geral, conforme mencionado, nessa época os estudos apurados na investigação dos temas colonização e imigração ainda reverberavam a tônica dos debates anteriores acerca dos propósitos da Campanha Marcha para o Oeste. As contendas que a cercearam ao menos constaram muito vivas na reflexão dos autores que se esforçavam para estudar alguns dos temas afeitos a essa problemática e, como se

nota, independentemente dos termos valorativos deliberadamente ou não escamoteados em seu trabalho, Valverde foi um deles, em função da própria natureza de seu estudo, que abordou temas pertinentes ao povoamento, como pequena propriedade, colonização estrangeira e uso da terra. De outro lado, também é possível admitir que se o geógrafo, não obstante o aventado caráter inconfesso de suas convicções pessoais, a salvo no escrito de 1948, e o lugar por ele ocupado institucionalmente, acatou sem reservas as considerações de Waibel e de opositores da esquerda sobre o referido programa, ele nada registrou de fato com veemência que pudesse aproximá-lo das restrições subscritas por aqueles a respeito⁸.

Queremos crer que a aporia demarcada elimina a necessidade de circunspecção com vistas a remover as dificuldades que ela antepõe a uma compreensão mais ajustada do lugar político ocupado pelo texto valverdiano de 1948 na época de sua escrita. Ainda que os termos por ela arremessados sejam antevistos sob a clivagem apresentada – que, aliás, não vem ao caso resolver absolutamente, dado que lhe é inerente –, para aquele que se debruça sobre a obra do geógrafo brasileiro o impasse interpretativo que ela representa aumenta o desafio de se fazer uma opção de análise daquilo que, conforme demonstrado, o autor julgou oportuno e de bom tom manter oculto. Para que esse objetivo seja mantido em mira, torna-se imprescindível ladear as dificuldades sugeridas, arregimentando-se os diversos posicionamentos político-ideológicos e intelectuais em relação a assuntos essenciais ou correlatos do povoamento no decorrer do governo Dutra que, fora de dúvida, permearam a confecção das pesquisas geográficas. É disso que trataremos na seqüência, resgatando os elementos disponibilizados no capítulo anterior de acordo com o significado que assumiram para Valverde.

6.2. As idéias-força de Caio Prado Júnior, Waibel e Valverde sobre colonização

É possível admitir que já estejam claras as condições para encetar o resgate ao qual nos referimos. Ou seja, o assentimento de Valverde em estudar as regiões meridionais brasileiras ao lado de Waibel sugere por si mesmo que, para além da turbidez de sentido da conclusão de seu escrito de 1948, seus esforços refletiram nessa época certas críticas desfechadas contra aqueles que defendiam sem reservas a ocupação desenfreada e sem mais cuidados do interior do país. Não obstante, com relação ao povoamento do território, diante da impossibilidade demonstrada de se emparelhar o

escrito valverdiano em sua plenitude com a oposição explícita de Waibel ao avanço incontido do Estado em direção aos fundos territoriais, torna-se impossível admitir que Valverde tenha, à maneira de seu orientador, endereçado crítica severa aos argumentos daqueles que viam na ocupação rápida a concretização da defesa da segurança nacional.

Apenas dando início ao desvendamento desses horizontes de análise, que polirá as linhas restantes tanto deste capítulo quanto do seguinte, ETGES (2000:127), por exemplo, partindo de certas ilações do texto caiopradiano de 1946, cujos traços mais gerais foram tratados no capítulo anterior, salienta que Waibel, desde seu desembarque no país, se deparou com uma ambiência cultural na qual prevalecia forte inquietação em povoar o território e “*um relativo consenso em colocar o modelo da pequena propriedade do Sul do país como modelo ideal nesse processo*”. Tomando assento nesse parecer, é possível explorar seu caráter sugestivo mantendo fidelidade aos liames alicerçados no capítulo precedente e àqueles que nos prendem ao escrito valverdiano.

Nesse sentido, é de bom grado reconhecer que, uma vez transpostos os tempos de euforia da proclamada Campanha Marcha para o Oeste, foi de acordo com o mesmo movimento caiopradiano de releitura do que até então havia sido realizado quanto ao assunto que Waibel e Valverde também tomaram parte no debate sobre colonização. Contudo, e aí surge uma diferença fundamental com relação ao historiador paulista, à primeira vista os dois geógrafos assim procederam no segundo pós-guerra de acordo com os limites e contrariedades então prevalentes na instituição na qual exerciam suas atividades e, não menos importante, segundo um modo específico, ou seja, estribados nos aportes metodológicos dos quais então dispunha a Geografia e limitados pelas reservas que esse campo disciplinar julgava conveniente manter ante as controvérsias políticas. Noutra face da questão, há que se atentar também para uma diferença substancial entre os dois geógrafos e o historiador: enquanto Caio Prado Júnior tratou do assunto fazendo oposição política a Vargas, atitude semelhante não parece ter sido adotada por Waibel e Valverde.

Mais pronunciadamente no caso de Valverde, um primeiro ponto que merece destaque nesse aspecto é que, enquanto o texto caiopradiano de 1946 interpelou diretamente os equívocos do “espírito bandeirante” estatal de ascendência ricardiana (VELHO, 1979:147), imiscuído na Campanha Marcha para o Oeste, o geógrafo, ao contrário, jamais mencionou abertamente as insuficiências do programa na totalidade de

seu trabalho de 1948. Tal constatação certamente não deve causar surpresa, levando-se em consideração o fato de o historiador ter buscado, com suas formulações, a estruturação de um pensamento político que estimulasse o debate público, enquanto o geógrafo, embora tivesse, ao lado de Waibel, o mesmo objetivo, perseguiu-o no interior de uma área científica aclimatada aos reclamos da disjuntiva política/ciência e de um órgão técnico do Estado. Inserido numa instituição governamental sintonizada em alimentar outros braços estatais com informações a respeito do território e sobre a qual recaía a tarefa de fornecer suporte para as políticas levadas a cabo pelo Estado, Valverde guardou distância do criticismo dos argumentos caiopradianos para, ao que tudo indica, não contrariar seus créditos governamentais. A descendência intelectual e institucional de Orlando Valverde e os constrangimentos por ela acarretados a seu labor já foram enfocados nos capítulos anteriores, mas aqui readquirem igual peso e importância.

Quanto a Caio Prado Júnior, visando tornar mais claras as diferenças entre o *locus* de origem de suas locuções de 1946 sobre povoamento e pequena propriedade e o daquelas emitidas por Valverde dois anos depois, cabe atentar que, em 1943, ao lado de Monteiro Lobato e A. Neves, o historiador já havia fundado a Editora Brasiliense e estruturado a Gráfica Urupês. Esses empreendimentos traduziram as intenções do intelectual paulista de influir na formação da opinião pública de sua época e impulsionaram sua inserção nas mais diferentes esferas sociais. Por meio deles, Caio Prado Júnior consolidou as bases de uma conduta que não mais deixaria de praticar nos anos seguintes, qual seja a de expandir e tornar popular o universo daquilo que, seguindo em parte os passos de Oliveira Vianna, chamou de “opinião pública organizada”⁹. Assim, amparado não somente nesse momento como também ao longo de sua vida pública, ele envidou esforços em prol da democracia e defendeu o estabelecimento de laços “orgânicos” entre a sociedade e a política. Sob o revestimento dessa causa primária, com sua obra e militância na imprensa, no mercado editorial e na política, buscou incessantemente dialogar com os diferentes segmentos da sociedade brasileira¹⁰.

Foi de acordo com essas motivações de fundo que, no meado da década de 1940, o historiador paulista publicou seu texto “Problemas de povoamento e divisão da propriedade rural”, cujos argumentos capilares foram comentados no capítulo anterior.

Diante das informações fornecidas, o que importa ressaltar é que, nesse trabalho, em sentido inverso ao do estudo valverdiano sobre as áreas gauchescas de colonização antiga, o autor pautou sua prática intelectual em torno da formação da “opinião pública”, enquanto o geógrafo ibegeano elaborou seu trabalho bastante distante desses horizontes. Na segunda metade dos anos 1940, essas discrepâncias entre a natureza dos “lugares de fala” dos dois autores guarneceram diferenças substanciais entre suas respectivas abordagens sobre os assuntos fundamentais concernentes ao temário colonização e povoamento, das quais ressaí a maior liberdade e soltura caiopradiana para associar tais assuntos à discussão sobre a organização agrária, enquanto Valverde, por seu turno, esquivou-se claramente do problema¹¹.

Conservando em mente as singularidades estremadas, mostra-se oportuno passar a um outro conjunto de considerações, visando complementar seus efeitos nos escritos desses autores. Desse modo, apesar das diferenças entre as condições de produção de Caio Prado Jr. e de Valverde, o fato de o discurso deste último não trazer menções claras das controvérsias da organização fundiária naqueles idos não significa que não possamos extrair dele mais acuradamente certo substrato político-ideológico. Na verdade, perscrutando-o em comparação tanto com o texto do historiador quanto com a tônica das demais propostas da época concernentes à pequena propriedade e ao povoamento, queremos crer que o discurso valverdiano assumiu posicionamento indireto diante desses assuntos, mesmo estando submetido aos constrangimentos antepostos por aqueles interditos institucionais e metodológicos já frisados.

Enveredando no registro apreciativo lançado, convém em primeiro lugar esclarecer que a própria natureza do trabalho do geógrafo de 1948 semelha constituir-se numa razão para se conceder crédito ao deslindamento do exame em pauta. Ou seja, embora tenha deixado de mencionar literalmente as polêmicas ideológicas de sua época a respeito desses assuntos, tal característica discursiva não destitui seu escrito de significado político, mesmo diante daquele quadro de debates acirrados. Valverde, de fato, buscou preservar seu escrito dessas tensões conjunturais, acreditando poder mantê-lo numa suposta neutralidade científica capaz de legitimar sua visão sobre a colonização européia na porção meridional do país ante a comunidade científica e institucional da qual participava. No entanto, antes de obscurecer o significado de seu trabalho naquele contexto, isso ajuda a esclarecê-lo, merecendo por isso alguns detalhes.

A despeito de conservarem particularidades valorativas, seja entre si, seja com relação ao intelectual paulista, ao menos é possível acatar que Valverde e Waibel também assumiram a incumbência de produzir orientações mais concretas para o povoamento do território por meio de suas pesquisas. Não obstante essa tônica comum e de acordo com algumas sinalizações apresentadas no capítulo anterior, claro está que, na época em que escreveram seus trabalhos, ambos assumiram essa meta num *locus* laborativo, ao que tudo indica, avesso a proposituras reformistas mais avançadas atinentes ao campo brasileiro, seguindo nisso, ademais, a timidez das investidas seja estadonovistas, seja dos anos Dutra na questão. Como será possível desvelar oportunamente, em função desses elementos não é possível deixar de encarecer o papel que essa ambiência cumpriu na asfixia de entoações mais veementes dos geógrafos a respeito dos conflitos sociais no campo brasileiro, quando, no cerne do período considerado, era esse o flanco de discussões que ensejava as alterações relativas ao povoamento do território.

Apesar disso, por enquanto atendo-nos somente ao que interessa destacar, de qualquer forma percebe-se que, na visão dos dois geógrafos, atendendo ou ressoando o chamado da época tão bem captado por Caio Prado Júnior, os levantamentos de campo foram considerados como o subsídio de maior significado¹² para amenizar as aflições decorrentes do desapontamento relativo às medidas de ocupação do território encetadas durante o Estado Novo e, mais largamente, aos reveses históricos assumidos durante a obra colonizadora no país. Ao mesmo tempo, esse movimento de releitura compartilhado por Prado Junior, Waibel e Valverde parece ter se mostrado assaz promissor para a frutificação de novas propostas concernentes ao assunto, oportunidade da qual souberam tirar partido de acordo com suas respectivas áreas de conhecimento.

Esse primeiro ponto comum entre os três autores merece ser visto em seus desdobramentos. Em proporções diferentes, é justo afirmar que eles travaram oposição similar às formulações expressas tanto no livro de Cassiano Ricardo quanto em outros surgidos durante o Estado Novo, nos quais tintas loquazes foram versadas sobre os temários colonização e imigração. Conforme aponta ESTERCI (1972:54), estes visavam *“muito mais a veicular uma teoria política do que a discutir a eficiência destas práticas administrativas com relação a povoamento, criação de pequena propriedade, amparo a trabalhadores nacionais e produtividade econômica”*. Não condizendo com essa

tendência, o segundo parágrafo do trecho de Valverde apresentado mais atrás expressa o afastamento que este assumiu diante dessa casta discursiva, na qual a abordagem do assunto era desprovida de apontamentos práticos elaborados por meio de levantamentos empírico-indutivos. Atitude igualmente destoante foi certificada por Waibel quando, nas primeiras linhas do escrito publicado apenas em 1955, exprimiu acreditar ser o geógrafo o profissional capacitado para “*a tarefa de analisar cuidadosamente, em face dos conhecimentos que tem do país, o que no lema ‘marcha para o oeste’ é uma realidade e o que é frase vã*”, tendo alertado que disso dependia “*o julgamento das possibilidades futuras do país e a sua política de povoamento*” (WAIBEL, 1955:4).

Observa-se que os dois geógrafos, embora alocados nas fileiras técnicas governamentais e movimentando-se em bases epistêmicas e eixos argumentativos diversos, abraçaram referendo similar àquele que Caio Prado Júnior assumiu em certo momento de sua produção intelectual, livre desses constrangimentos e em solo paulista. Com efeito, este havia se colocado à frente da modulação entoada por Valverde e Waibel, e tomado em punho os contornos desse incitamento “revisionista” naquele texto de 1946, exigindo um conhecimento mais confiável e fundamentado empiricamente sobre a colonização no Sul do Brasil. Esse registro de análise valorizado pelos autores certamente guarda distância expressiva diante da estirpe de trabalhos mencionada logo atrás, no início do parágrafo anterior.

Delimitadas essas congruências ao menos operacionais entre o ideal perseguido pelos autores, chama a atenção um outro ponto de convergência entre eles. Ao que tudo indica, é possível admitir que, tal como o historiador paulista, pouco a pouco, conscientemente ou não, a equipe dos pesquisadores que trabalharam ao lado de Waibel fez coro pela necessidade da expansão paulatina do povoamento a partir das áreas econômicas mais desenvolvidas do país contra o avanço desordenado e varonil do Estado em direção aos fundos territoriais. Assim, não é de se estranhar que, em certa medida, o teor da vocalização caiopradiana de 1946 também tenha estado presente nos textos da equipe de Waibel sobre o problema da mudança da capital do país, no arremate final do artigo de Valverde e no artigo de Waibel de 1949, publicados apenas dois a três anos depois do escrito do intelectual paulista.

Convergindo com certas pontuações caiopradianas, o estudo de Waibel sobre a colonização européia no Sul do Brasil contestou explicitamente a eficácia das medidas

restritivas centradas na imigração, apontando-as como insuficientes para carrear uma obra de povoamento harmônica com as aspirações desenvolvimentistas que, naquele momento de democratização, ainda encaixavam o “destino nacional” na moldura bem-sucedida do Oeste incorporador norte-americano. Diante desses pareceres compartilhados pelo geógrafo alemão e pelo historiador paulista, talvez não seja descomedido afirmar que as dubiedades apontadas no trabalho valverdiano de 1948 podem ser interpretadas com o mesmo viés. Em outras palavras, apesar de o autor ter se expressado nele de forma furtiva sobre esses temas, porque não se dispunha a refutar, ao menos de forma declarada, as posições que encampara durante o Estado Novo a respeito dos assuntos paralelos ao binômio povoamento-imigração, seu trabalho pode ser considerado um sinalizador mais discreto da necessidade de se ampliar o entendimento desses temas por meio de estudos mais rigorosos cientificamente. Mas, por outro lado, esse acanhamento é também capaz de atestar o não-comprometimento valverdiano para discutir, ao menos nesse momento de sua trajetória, o significado político de tal opção, o que não permite alinhar as suas com as proposituras mais reformistas da época sobre a organização do campo brasileiro.

Seguindo consoante esses limites colocados entre os três autores e o terreno de semeadura comum no qual parecem ter surgido seus respectivos trabalhos, nota-se entre eles não somente outras congruências como algumas discrepâncias essenciais, que permitem trazer à tona suas singularidades políticas e valorativas específicas. Para tanto, tendo em mente o que até aqui foi afirmado, é preciso adentrar um pouco mais nos meandros de seus respectivos textos.

Ainda em relação às questões apontadas, observa-se que o enquadramento caiopradiano da instabilidade do homem brasileiro mereceu sem retoques a anuência de Waibel ao final do trecho citado de sua obra (1955:29-30), que mereceu nossa transcrição no item anterior. No entanto, tal como no caso de Valverde, isso não permite alinhar a contribuição do geógrafo alemão nas áreas de colonização e povoamento com as matrizes de significado mais amplas do texto Caio Prado Júnior, no qual se nota que a realocação do temário da instabilidade do homem brasileiro em associação direta com a problemática específica do interior demarcou nítido contraste de suas formulações com as da Campanha Marcha para o Oeste. O historiador paulista assim procedeu ligado aos reclamos de sua tradição intelectual, isto é, exigia naquele momento um

equacionamento da questão do povoamento segundo a utopia emancipatória do desenvolvimento das forças produtivas, havendo empreendido uma leitura sobremodo política das iniciativas de colonização dirigida colocadas em marcha pelo Estado Novo.

Guardadas as devidas proporções entre o caráter científico do texto waibeliano e o ensaístico de Caio Prado Júnior, no que há de geral nessa afirmação, mais do que nos caminhos que serviram como fio condutor para que o historiador paulista a ela afluísse, não resta dúvida de que Waibel endossou juízo análogo em seu esforço para ajudar a formar uma opinião que servisse de amparo ao Estado sobre como deveriam ser colonizadas futuramente as áreas desabitadas do Brasil. Nisso, no entanto, embora tenha se utilizado da mesma idéia-força caiopradiana – a instabilidade do homem brasileiro –, convém notar que Waibel passou ao largo, ao menos frontalmente, daquelas incongruências relativas ao campo brasileiro alvejadas no escopo de análise de Caio Prado Júnior. Ou seja, não fez uso das balizas teóricas mais amplas contidas no texto do historiador que, tomadas em sua plenitude, descortinavam os impasses sociais e fundiários, e não meramente espaciais e econômicos, decorrentes da constituição histórica brasileira vista sob o prisma mais longo do “sentido” de sua formação.

Em outras palavras, à semelhança do que ocorre com o de Valverde, nada de concreto se encontra no texto de Waibel que possa contrariar a afirmação de que ele se valeu das idéias caiopradianas sem delas extrair seu conteúdo político *vis-à-vis* os debates dicotômicos então em voga sobre a questão agrária brasileira. Se com essa fração de seu itinerário analítico, Caio Prado Júnior pôde estruturar uma de suas construções mais gerais sobre a formação social brasileira¹³, traduzindo-a numa reflexão geográfico-agrarista em constante busca pela constituição, integração e homogeneização *social* de uma população que, não obstante já estivesse constituída no território, nele ainda figurava movediça, Waibel dela se apropriou tão somente de esquelito, ou seja, embora decerto considerando-a, não levou às últimas conseqüências suas implicações mais gerais, o que poderia conduzir a criticar a condução oficial da questão agrária na época de seu escrito.

De qualquer modo, apesar dessas diferenças substanciais, é justo afirmar que a comunhão mantida por Waibel com certas bordas discursivas caiopradianas o levaram a não compreender o problema da nacionalidade sob o viés então vigente das “três raças”¹⁴ ou de uma “brasilidade” recôndita a ser valorizada a todo custo ou, ainda, do

argumento da defesa do território¹⁵, que teve ressonância em Valverde. Ademais, assim como o historiador paulista, Waibel também apontou o conhecimento dos métodos e princípios até então empregados na colonização como pré-requisito indispensável para se adquirir uma visão mais clara dos caminhos a serem percorridos na obra colonizadora e, depois de os ter rastreado, aceitou o parecer caiopradiano, de se “tomar pé firme no Leste” em vez de perpetuar os equívocos inerentes ao moderno bandeirantismo do Estado brasileiro, em direção à salvaguarda da soberania nacional. Contudo, nesse movimento, embora, como Caio Prado Júnior, levasse em conta também a qualidade de vida das populações interioranas como princípio norteador em suas valorações mais reservadas com relação ao avanço do povoamento, Waibel sobrepujou, ao mesmo tempo, o caráter reformista desse aspecto ao conceder grande ênfase aos ditames da integração econômica do território como pré-requisito para aquela tarefa adiada pelo Estado brasileiro. Tal rubrica, conforme apontado e apesar das nuances demarcadas, ao menos no nível das especulações acerca das possibilidades de colonização do país pertencentes à tradição de escritos dos ideólogos do Estado Novo, resultou no distanciamento do geógrafo alemão em relação a certa modalidade de compreensão do problema até então vigente. Além disso, permitiu-lhe sustentar que o estudo apenas das condições físicas do território deixaria sem fundamento a postulação de qualquer proposta aspirante à resolução da questão do povoamento, reiterando nisso o que já havia anunciado na querela da escolha do sítio da nova capital do país. De maneira diversa, apontou a análise da “evolução” econômica e social das terras já colonizadas como procedimento absolutamente necessário para uma visão mais esclarecida sobre o assunto (ETGES, 2000:137), passando ao largo, em todo caso, de uma crítica à estrutura agrária do país.

Se por um lado, além de certa valorização da pequena propriedade, essa lida foi eleita por Waibel para ser o esteio-mestre da contribuição para o problema do povoamento, que ele almejava oferecer no período tanto ao público quanto ao governo brasileiros, por outro ela é igualmente capaz de explicar certos traços do artigo de Orlando Valverde de 1948 e de ajudar a entender algumas das razões de sua elaboração. Tal como o historiador paulista, os dois geógrafos se inspiraram no Oeste incorporador norte-americano, no qual a pequena propriedade desempenhou papel crucial para a democratização da terra, e disso decorreu a opção para seus estudos detalhados na porção do território nacional onde era predominante. Assumir a validade desse ponto

não contraria o que antes foi afirmado, em função de alguns discernimentos complementares que merecerão atenção no próximo item.

6.3. O significado político interno de uma excursão

Embora raras e pulverizadas, as centelhas de teor ideológico disponíveis no texto valverdiano de 1948 não vaporizaram as modulações de sua época relativas ao lugar ocupado pela agricultura no porvir da nação. Mais do que isso, essas acanhadas chispas manifestadas durante o governo Dutra revelam, ainda assim, uma visão mais clara a respeito dos posicionamentos político-ideológicos com os quais Valverde se entrelaçou nesse momento de sua trajetória, em franca complementação daqueles por ele recolhidos no período político anterior. Basta um olhar atento sobre o prisma valorativo com o qual tanto ele quanto Waibel julgaram por bem radiografar os fatores concorrentes para o sucesso ou o insucesso dos projetos de colonização e uso da terra por descendentes europeus na porção meridional do território nacional.

Com efeito, no caso específico do estudo de Valverde, suas conclusões mais gerais a respeito não destoaram do parecer do geógrafo alemão no artigo “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil”, em que, ao discorrer sobre os projetos de colonização nos três estados do Sul do Brasil, ele deu como certo que a “prosperidade” ou a “estagnação” destes mantinha relação direta com o tipo de uso da terra praticado pelos colonos estrangeiros. Teve nesse enfoque a principal chave de interpretação científica para se compreenderem as diferentes paisagens culturais com as quais se deparou nas áreas de colonização do território brasileiro, atitude que, fora de dúvida, também se nota claramente no artigo de Valverde publicado um ano antes.

É possível compreender melhor a tônica das contribuições de Valverde e Waibel ao estudo da temática ressaltando as estreitas aproximações e alguns leves distanciamentos entre os escritos de ambos. Cabe não descuidar dessa comparação, porquanto tais escritos guardam afinidades não somente metodológicas como, para os fins específicos que ora nos interessam, também ideológicas, nas quais transparecem certas inflexões capitais do período Dutra.

No trabalho “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil”, Waibel classificou os três principais sistemas agrícolas que observou nas pequenas propriedades da região em foco, na segunda metade da década de 1940, empregando como critérios o uso da terra e o tamanho das propriedades: a rotação de terras primitiva, a rotação de terras melhorada e a rotação de culturas associada à criação de gado. No entendimento do geógrafo alemão, esses três sistemas correspondiam teoricamente a estágios sucessivos de desenvolvimento da paisagem agrária colonial. Ele enfatizou o resultado de suas pesquisas chamando a atenção para o predomínio da rotação de terras (primitiva e melhorada). De acordo com seu estudo, 50% destes praticavam o segundo sistema, em terras ainda não esgotadas, 45% utilizavam o primeiro ou estavam na fase de decadência e estagnação do segundo, e apenas 5% haviam alcançado o terceiro. Segundo Waibel, a rotação de terras extensiva era encontrada em propriedades cujo tamanho médio era de 15-20 hectares e constituía uma das principais causas das precárias condições de vida da maioria dos descendentes de imigrantes europeus no Sul do Brasil¹⁶.

Na verdade, esses apontamentos de Waibel a respeito do estado de adequação ou não da estrutura fundiária prevalecente entre os colonos europeus inscreveram-se na linhagem de uma preocupação já constante entre certos autores que, elaborando propostas sobre a dimensão da propriedade agrária para diversos contextos de análise, discutiam o problema no âmbito interno da Geografia. No que tange não somente a esse como também a outros assuntos, Afrânio de Carvalho, isto é, o próprio autor do Projeto ao qual foi dado seu nome, elaborado em 1947, sob inspiração do Ministério da Agricultura (ao qual nos referimos no capítulo anterior), merece ser comentado mais detidamente tomando-se como base um texto de sua autoria publicado em 1948 na *Revista Brasileira de Geografia*, intitulado “A Lei Agrária e a Geografia”.

Nesse texto, Carvalho demonstrou sua preocupação com a aplicação dos conhecimentos geográficos na elaboração da Lei Agrária brasileira, cuja promulgação ocorrera um ano antes. Analisando o projeto de lei, elucidou com mais vagar seus fundamentos e demonstrou que a consideração aos fatores geográficos não esteve ausente em sua elaboração. Trabalhando alguns temas centrais, o autor destacou a atenção dispensada às particularidades regionais e buscou estabelecer as interdependências entre o quadro físico do território do país e sua ocupação, sobrepondo a paisagem humana à natural. Preocupado com os fatores geográficos que

determinariam ou condicionariam a exploração rural em todo o país, Carvalho esclareceu que, naquela causa de repercussões políticas, havia evitado a adoção de proposições que poderiam se mostrar inaplicáveis devido à influência de variações regionais (CARVALHO, 1948:537). Para o autor, certos elementos da Lei Agrária sofriam influência geográfica direta, uma vez que eram determinados pelos fatos geográficos e humanos. Ele considerou que a instabilidade da agricultura no país, decorrente da busca contínua de novas terras, era causada pelo desgaste dos solos de outras que nem sempre eram tão adequadas aos cultivos e às formas de cultivar¹⁷.

Ao lado do problema da conservação dos solos, Carvalho ainda enfatizou a questão da distribuição da terra, explicando as razões concorrentes para não ter sido estabelecida na Lei Agrária uma rigidez quanto à variação do tamanho da propriedade. Segundo seu raciocínio, o fator quantitativo (tamanho das propriedades) poderia assumir os mais diversos valores em virtude da variação do qualitativo, sendo necessário partir desse pressuposto para uma adequada determinação da “unidade econômica rural”. Essa última noção era composta de dois elementos, quais sejam o tempo integral de dispêndio de trabalho do dono da terra e dos membros de sua família e, em função disso, a capacidade de quem trabalhava a terra de assegurar o sustento (CARVALHO, 1948:543).

É possível observar que Afrânio de Carvalho, tal como Waibel, Valverde e mesmo Caio Prado Júnior, apresentava uma postura menos acalorada relativamente à ocupação de novas terras no interior do país, utilizando argumentos semelhantes, postulando, ao contrário, um conhecimento científico capaz de subsidiar a correção dos equívocos que haviam sido cometidos no Leste do país, área de povoamento mais antigo. Decerto, é mais importante, nessa altura da exposição, fazer notar que suas preocupações com a inadequação do tamanho das propriedades rurais nas diversas realidades regionais do país e com os métodos agrícolas empregados, responsáveis pelo manejo mal conduzido dos solos, sem dúvida revelam afinidades com a contribuição waibeliana acerca dos mesmos assuntos. Com efeito, em seu artigo de 1949, Waibel não deixou de demonstrar a mesma preocupação, propondo que o tamanho das propriedades fosse definido pela noção alemã de *minimale Ackernahrung*, cujo sentido consistia na “*mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente*”, na dependência sobretudo das

“*características físicas da terra*” e do “*sistema agrícola que o lavrador deverá aplicar*” (WAIBEL, 1949:239).

No mesmo período, outros geógrafos agrários seguiram de perto essa tendência da qual Waibel, como Carvalho, não se desviou. CÂMARA (1949: 516), por exemplo, num estudo sobre a concentração de terras no país, esforçou-se no mesmo sentido, a não ser pelo enfoque mais abrangente e geral de seu trabalho comparativamente ao de Waibel. Apoiando-se numa metodologia baseada em técnicas estatísticas, concordando com os princípios mencionados de Afrânio de Carvalho e do geógrafo alemão, esse autor defendeu que seria um erro estabelecer limites numéricos para o tamanho das propriedades, como, por exemplo, metros absolutos, uma vez que a localização, o fim e as condições do meio também seriam variáveis concorrentes para a definição da dimensão das propriedades agrícolas.

Ao que tudo indica, essas notórias inquietações a respeito do tamanho da propriedade rural podem ser consideradas como um efeito das tendências dos participantes do debate sobre a questão agrária no âmbito dos estudos geográficos do período. No feixe mais amplo do contexto político da época, na verdade esse assunto quase não mereceu menções da parte das versões agrárias conservadoras. Isso se explica pelo fato de que seus arautos pensavam a colonização como o aproveitamento das terras devolutas, principalmente nas zonas de fronteiras, para fins de criação de núcleos de pequenos proprietários, proposta que por si só explica seu desvio do foco de análise usado pelos geógrafos citados no parágrafo anterior. Não teríamos problemas em reconhecer que tanto Waibel como Valverde parecem tê-la rechaçado, ainda que indiretamente. Com efeito, para a burguesia agrária, qualquer iniciativa de lançar mão da desapropriação das terras dos particulares para este fim era inaceitável; daí não haver concedido atenção ao problema do tamanho da área que seria adequado para a alocação da pequena propriedade.¹⁸

Esses apontamentos permitem, de um lado, atribuir certa tonalidade reformista à preocupação manifesta por Waibel em estabelecer um tamanho mínimo para as propriedades rurais, levando-se na devida conta as “*características físicas da terra*” e o sistema agrícola que o lavrador deveria aplicar. De outro lado e a despeito disso, é necessário reconhecer também que essa iniciativa do geógrafo alemão não contrariava a valorização da pequena propriedade, tal como a ocorrida na Campanha Marcha para o

Oeste, mas também não é razão suficiente para asseverar sem ressalvas que essa sua contribuição tenha representado um posicionamento político inovador.

É preciso considerar que a defesa de um programa de recolonização das zonas velhas, seguramente por Waibel e menos enfaticamente por Valverde, não constituiu um privilégio seja dos dois geógrafos, seja de Caio Prado Júnior. Apenas a título de exemplo, em julho de 1949, na II Conferência Nacional das Classes Produtoras de Araxá, a mesma vindíça foi asseverada. Há que lembrar, ainda e no mesmo sentido, a particularidade das idéias defendidas por Álvaro Machado apontadas no capítulo anterior. A perspectiva desse autor quanto à cena política do país não limitava a colonização ao aproveitamento das terras públicas de fronteira, destoando das posições mais ferrenhamente conservadoras: englobava terras particulares localizadas em zonas densamente povoadas, detalhe que o aproxima dos outros três. Basicamente, Machado incluiu no “estoque de terras potencialmente colonizáveis” aquelas localizadas nas zonas de ocupação antiga. Bastante interessante também, conforme visto, era seu posicionamento diante da polêmica entre grande propriedade e pequena propriedade. Em termos gerais, a burguesia agrária defendia enfaticamente a superioridade econômica da grande propriedade, apresentando esse ponto de vista de forma até reiterativa. Sem adotar a tese reformista (para os limites da época) da superioridade da pequena produção, ao mesmo tempo Machado afastava-se de posições demasiado vinculadas à inviabilidade da pequena produção, acenando, portanto, com uma posição moderada ante os inflamados debates da época entre reformistas e conservadores.

Com efeito, Álvaro Machado partiu da premissa de que não se justificava a subdivisão necessária de toda e qualquer propriedade e apresentou duas razões para a sua posição: de um lado, haveria terras suficientes para o programa de colonização; de outro, discordava daqueles que viam na grande propriedade algo intrinsecamente negativo. Complementava que, em muitos casos, a existência desta última se devia à baixa densidade populacional do país. Contudo, realçava que aquelas localizadas nas zonas densamente povoadas poderiam ser desapropriadas, caso não estivessem sendo devidamente exploradas.

O que há de importante a destacar nessa posição moderada de Machado é o fato de que, embora conservadora, representou a atitude mais apta a conciliar pontos de vista acerbamente divergentes sobre a questão agrária no período¹⁹. Mais significativo ainda é

entrever que, embora Valverde e Waibel não tenham consignado observações contundentes a respeito naquele momento, não muito mais tarde, ou seja, no início dos anos 1950, ao menos o primeiro parece ter assumido posição muito próxima da de Álvaro Machado, como, aliás, também o faria no início dos anos 1960²⁰. Em visão prospectiva, portanto, seus escritos posteriores mais imediatos ajudam a situá-lo no período de que ora nos ocupamos, dando margem a uma interpretação segundo a qual, na finalização de seu texto de 1948, o autor tenha emitido parecer semelhante.

Em suma, a proposta esboçada por Machado, cuja minudência de pontos não necessariamente transpareceu no escrito valverdiano de 1948 mas nos posteriores, baseada na redistribuição de terras por meio de planos de colonização, pode ser interpretada como uma alternativa tanto aos projetos de reforma agrária como à intransigência dos setores agrários. Essa proposta tinha as vantagens de permitir certa redistribuição da terra em zonas integradas economicamente e de que o custo inicial da colonização era relativamente baixo, ensejando que o preço da terra fosse aceitável aos compradores, com o Estado contornando eventuais dificuldades para a execução de desapropriações. E também de, mesmo não afetando muito os interesses da grande propriedade territorial, permitir a utilização das fronteiras internas dos estados – por exemplo, São Paulo. Certamente, essa proposta era, do ponto de vista de sua viabilidade política, muito mais promissora do que a da reforma agrária *strictu sensu*.

Em contrapartida, um olhar mais atento sobre essa questão específica, somado ao esboço dos embates políticos travados em torno dela na época, é de suma valia para se compreender o papel proeminente que adquiriu não somente nos escritos de Caio Prado Júnior, como também naqueles de Waibel e Valverde ora comentados. A atenção que estes últimos dispensaram à pequena propriedade – ao menos na época em que escreveram seus trabalhos e de acordo com os limites neles expressos, em virtude de comungarem até certo ponto das demandas revisionistas mais amplas já salientadas – deveu-se muito mais ao problema representado pelo vazio demográfico e pela territorialidade na vida social do que propriamente à questão da luta pela terra. Além disso, há que se entrever que, no enredo apresentado no capítulo anterior, a respeito das formas como o Estado sob a vigência do governo Dutra buscou intervir na problemática agrária, fizemos despontar o fato que, desde o princípio dessa gestão, setores administrativos relevantes não escamotearam suas preocupações com relação à situação

da agricultura. Decerto, esse ponto merece ser destacado nesse esforço comparativo entre o que se apresentou sobre o período e o tratamento conferido por Valverde à problemática agrária em seu estudo sobre as áreas de colonização antiga do Rio Grande do Sul.

Sabendo-se que, em seu escrito de 1948, o autor tratou do uso da terra e que sua trajetória de vida nos reporta para uma descendência técnica e intelectual vinculada não somente às políticas territoriais estadonovistas como também a certo agrupamento político interno do CNG, o qual manteve relações estreitas com o Ministério da Agricultura, mostra-se relevante abordar a visão desse segmento sobre a problemática agrária para apurar um pouco mais a especificidade de seu contributo nas discussões de sua época sobre os assuntos pequena propriedade, povoamento e colonização.

Esse intento, de acordo com esses indícios, somente pode ser mais bem aclarado por intermédio do Projeto Afrânio de Carvalho, cuja forja se deu no agrupamento político, ao que tudo indica, mais próximo das idéias valverdianas. Não nos esqueçamos, por outro lado, do fato de que as propostas consubstanciadas no Plano SALTE também mereceram algumas anuências do Ministério da Agricultura. Tomando-se como base explanativa esses dois referenciais de conjuntura, é possível extrair deles algumas singularidades valorativas adicionais entre Waibel, Valverde e Caio Prado Júnior.

No caso de Valverde, é interessante notar que suas considerações a respeito dos sistemas agrícolas ou sistemas de exploração da terra, no escrito de 1948, foram associadas à teoria de Von Thünen. Assim ele procedeu ao discorrer sobre o sistema de rotação de culturas nas áreas próximas às cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, identificando previamente os chamados “‘*anéis*’ de criação de gado leiteiro”, o “‘*anel*’ de horticultura (*truck farming*)” e o “‘*anel*’ de agricultura melhorada” (VALVERDE, 1948:6, 19 e 48 respectivamente). Como faixa de *truck farming* ele identificou aquela onde se praticava a rotação de culturas, fornecendo a seqüência geral dos tipos e o rodízio das culturas, e outra designada como “rotação de terras melhorada” (VALVERDE:1948:19-20). Nesse percurso, mais adiante em seu texto refere-se às relações entre essa tipologia e a teoria de Von Thünen:

“Êsse sistema de lavoura, que denominamos ‘rotação de terras melhorada’, trouxe mais prosperidade, apesar do solo ser pobre. Há mesmo campos de milho arados. Êste aperfeiçoamento no uso da terra está relacionado à proximidade da estrada de ferro, bem como às condições de mercado.” (VALVERDE, 1948:40).

Cabe observar, nesse trecho, dois pontos de vista bastante caros a Valverde. De uma parte, patenteia sua visão de que o aprimoramento das técnicas agrícolas era pré-requisito incontornável não somente para carrear “prosperidade” à lavoura como também para suplantar as eventuais dificuldades advindas do meio físico. De outra, exemplifica a relação de dependência entre o aperfeiçoamento dos sistemas de uso da terra, as comunicações (sobretudo as vias de transporte) e o mercado, de acordo com a concepção de Von Thünen. Tomando esse parâmetro avaliativo, ele não mais deixaria de considerar o tipo de agricultura mais intensivo o mais “evolucionado” em contraposição ao sistema agrícola “primitivo” (VALVERDE, 1948:36 e 40), parecer, aliás, consoante com o de Waibel e que, a partir de então, marcou profundamente a trajetória de Valverde²¹.

Ainda mais significativo, o traçado dessas pontuais e rápidas congruências de método e de terminologia entre os dois trabalhos (“Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil” e “Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul”) desimpede o trânsito para uma aproximação mais circunstanciada entre o texto valverdiano e o contexto mais imediato de sua elaboração cujos balizamentos principais já foram fornecidos. Com efeito, os elementos relacionados *in limine* por Valverde não permitem andar às escuras quando se trata de averiguar quais eram outras de suas afinidades e móveis ideológicos ao dissertar sobre o uso da terra nas áreas de colonização antiga por ele excursionadas. Deixar de indicar certas convergências desses elementos com as metas almejadas no Plano SALTE e no Relatório Abbink prejudicaria de antemão a compreensão da natureza valorativa contida nos termos e expressões dos quais ele se utilizou.

Dessa forma, não parece estranho depreender que o viés avaliativo de Valverde denotou paridade de propósitos com o arranjo de argumentos lançados à época pelas duas iniciativas governamentais mais importantes do período Dutra. Ele se aproximou destas inicialmente em virtude de haver considerado imprescindível para o desenvolvimento econômico da nação a concorrência do aperfeiçoamento dos sistemas

de uso da terra, dos transportes e do mercado, que eram tidos como os mais usualmente aceitos como fundamentais nas propostas governamentais. Outrossim, esses elementos faziam parte de um relativo consenso da época, sendo portanto “neutros” quando comparados às questões mais candentes ligadas ao significado da política colonizadora ante a reorganização da estrutura fundiária no país. Tal encaminhamento, por sua vez, constitui um primeiro ponto indicativo de como os propósitos do autor estavam voltados a minorar os males da agricultura brasileira, com o enfoque estritamente colocado sobre a problemática agrícola, numa abordagem que não saberíamos descolar do teor conservador de muitas avaliações encontradas no Plano SALTE e no Relatório Abbink sobre os impasses da agricultura brasileira naquele momento histórico.

Ainda a partir dos elementos concisos fornecidos e coletados no escrito do autor, a própria tipologia dos sistemas agrícolas que Valverde empregou em consonância com Waibel corrobora a interpretação de que ele não permaneceu imune a algumas das propostas oficiais, procurando, dessa forma, evitar adentrar no manancial conflituoso das propostas debatidas na cena política nacional (principalmente no fórum parlamentar). Assim procedendo, ele de fato não se furtou de empregar na essencialidade o enfoque dado pelo Plano SALTE à agricultura, contemplando seus aspectos de política agrícola e não necessariamente agrária, considerando-se que era por meio desse plano que, de um modo geral, a administração Dutra acenava com um programa de modernização da agricultura enfatizando a necessidade de incorporar técnicas e métodos modernos de cultivo e criação de animais²². Quando vista dessa perspectiva, a tipologia mencionada, que se fez acompanhar da inerente valorização de seus estádios mais avançados, sugere a adequação da metodologia empregada por Valverde e também por Waibel ao ideário político-econômico caro ao período e, em última análise, conservador no que tange ao tratamento da questão agrária.

Ademais, a própria adoção do modelo de Von Thünen pode ser vista como um sinal indicativo dos elementos contextuais do período no qual Valverde redigiu seu escrito. Na verdade, isso não representou, naquele momento, uma atitude divergente com a ambiência política e técnica do autor. É de largo conhecimento o fato de que, nos anos finais do governo Vargas e iniciais do governo Dutra, prevaleceu não somente a valorização da profissão de economista como também o préstimo de qualquer reflexão sobre os destinos do país que portasse os ares da ciência econômica. Nessas quadras,

afinal, ao lado do surgimento de um caudal de publicações especializadas a respeito, com forte penetração nos quadros técnicos estatais, mesmo os mais modestos contemporâneos puderam assistir às diversas declarações coletivas de princípios sobre economia brasileira, que foram uma das marcas registradas daquela singular conjuntura de democratização²³.

Além dessas considerações de ordem geral, outras podem igualmente ser tecidas, a fim de permitir um avanço na compreensão sobre o lugar ocupado pelo escrito valverdiano entre algumas reflexões emanadas no período da administração Dutra.

Em fins da década de 1940, ao contrário da opinião prevalecente entre os intelectuais brasileiros, as contribuições de Valverde e Waibel revelaram, ainda que com proporções e nuances diferentes, a oposição que fizeram à idéia de que a colonização dos europeus no Sul do Brasil havia sido totalmente exitosa. Os dados já mencionados de Waibel, por exemplo, cumpriram o papel de pôr em xeque essa visão. Ademais, ao considerar como inadequado o limite dos lotes de terra cedidos aos colonos por intermédio da noção de *minimale Ackernahrung*, o geógrafo alemão não somente aclarou alguns dos equívocos da colonização no Sul do Brasil como também criticou indiretamente aqueles cometidos na CANG a partir da implantação desse projeto, iniciada no Estado Novo, em 1941. Como ambos frisaram em seus textos, perseguir um conhecimento científico do problema exigia a observação direta da realidade estudada e valorizar as excursões de reconhecimento para estudá-lo segundo os aportes da geografia e da economia agrícolas. Por esse motivo, talvez não seja inadequado afirmar que as contribuições do mestre alemão e de seu discípulo brasileiro representaram um fato inédito, se comparadas ao teor das pesquisas até então realizadas sobre o assunto, que freqüentemente careciam de respaldo empírico.

Sem admitir que tal postura não colabore para situar melhor os dois autores diante das injunções ideológicas do período, o fato é que ambos apresentaram um progressivo detalhamento das questões pertinentes ao objeto de estudo a partir de suas pesquisas de campo, havendo traduzido essa busca em princípios gerais capazes de oferecer um entendimento científico do problema. Isso foi realizado com o espírito de fornecer uma versão, a respeito, que fosse mais aproximada da definitiva, ensejada pelo grupo de pesquisadores que gravitaram em torno de Waibel²⁴. No entanto, em que pese a natureza similar dos trabalhos desses dois autores quanto aos fins perseguidos, utilizando-se dos

mesmos instrumentais teóricos e metodológicos já referidos no trabalho de Valverde, Waibel, em seu trabalho de 1949, ampliou o tratamento das questões de povoamento e uso da terra havendo recorrido, por exemplo, à comparação entre a colonização nas terras brasileiras e aquela processada nos primeiros povoados de colonos dos Estados Unidos, sobretudo no Meio-Oeste²⁵. A ausência dessa particularidade no texto de Valverde é suficiente para ilustrar o teor preferentemente empírico que adotou, apesar dos vínculos íntimos de suas contrapartes de método e valorações com as orientações de Waibel. Não apenas essa discrepância entre ambos deve ser ressaltada, mas também suas implicações.

Dessa forma, constata-se que o trabalho de Waibel, embora não seja desprovido de uma análise pormenorizada dos casos, depositou maior ênfase no insucesso de certas áreas de colonização estrangeira. Isso talvez seja devido à preocupação em estabelecer especialmente princípios gerais capazes de oferecer uma visão de conjunto da obra de colonização, almejando uma síntese e destoando nisso das filigranas e minudências próprias do texto valverdiano.

De fato, apenas um ano depois da publicação de seu escrito de 1949, apesar de ter partido dos mesmos pressupostos de análise legados a seu discípulo e em franco contraponto com seu estilo e enfoque, Waibel foi mais enfático quando concedeu um parecer sobre a colonização européia no Sul do Brasil em seu relato “O que aprendi no Brasil”, tendo nele indicado as principais razões de seu resultado insatisfatório:

“No artigo sobre ‘Princípios da colonização européia no sul do Brasil’ reuni provisoriamente os resultados dos meus estudos e posso, por isso, declarar aqui que a colonização do Brasil meridional pelos europeus está longe de constituir o grande êxito geralmente descrito na literatura. Três fatores são responsáveis por isso.

Primeiro: os colonos, entre os quais havia poucos agricultores experimentados foram quase sempre fixados no sertão, afastados de qualquer centro urbano. Faltou-lhes com isso a possibilidade de colocarem os seus produtos e ao mesmo tempo de progredir econômica e culturalmente.

Segundo: só foram estabelecidas colônias em terras de mata, que permitiam a aplicação do sistema indígena da rotação de terras primitiva que não compreende a criação de gado.

Terceiro: *para este sistema extensivo, os lotes de 20 a 30 hectares dados aos colonos eram pequenos demais. O resultado era diminuição das colheitas e o êxodo dos colonos, especialmente nas áreas montanhosas*” (WAIBEL, 1950:71).

Inversamente ao veredito de seu orientador científico e, ao que parece, mais atado às preocupações industriais e ao nacional-desenvolvimentismo, Valverde ponderou notoriamente sobre o malogro econômico de áreas de colonização européia em contraposição com a prosperidade de outras, revelando nesse aspecto uma autenticidade que implica outras considerações sobre sua imersão no período dos anos Dutra. Investido dessa preocupação, considerou a especificidade dos casos em que esse parecer apresentou-se deflacionado de generalizações:

“Fazendo um balanço nos resultados obtidos na área colonial alemã, somos levados a concluir que a obra de colonização foi coroada de êxito, apesar de tôdas as restrições que se poderão fazer. Deve-se levar em conta os inúmeros obstáculos que os colonos encontraram no caminho do êxito. Dêsses obstáculos, o maior parece ser o clima [...].

O êxito que tiveram as colônias alemãs na baixada, são uma prova de que os fatores econômicos são mais significativos para o progresso de uma colônia do que os propriamente geográficos. Entretanto, a falência da colonização nas encostas íngremes são uma prova de que os elementos geográficos não são desprezíveis” (VALVERDE, 1948:27-28).

E, mais adiante no mesmo escrito, aparelhado com outras nuances, ele reafirma também o cuidado com um “balanço” mais próximo da realidade acerca da obra de colonização, sem descartar certo otimismo, transpondo-o igualmente para o caso dos colonos italianos:

“Os colonos italianos aproveitaram brilhantemente toda a oportunidade para o desenvolvimento industrial. Já a situação atual da agricultura não é das mais animadoras, exceção feita da viticultura. O trigo, por exemplo, embora produzido em condições primitivas, tem a sua indústria correlata. O município de Caxias do Sul conta presentemente com 35 moinhos de trigo. Dentre eles, só um importa grão da Argentina para a moagem, a fim de complementar a produção local. No ano passado, pela primeira vez, o trigo produzido excedeu o consumo interno.

Ora, uma indústria nos padrões modernos não pode estar baseada numa agricultura de tipo obsoleto. Talvez a futura concorrência nos mercados leve os produtores de trigo

de Caxias do Sul, a cultivá-lo intensivamente. A administração deve orientar nesse sentido os colonos, tal como procedeu com a cultura da uva” (VALVERDE, 1948:51).

As estacas batidas nos dois trechos reproduzidos sugerem as lentes com as quais o autor ajustou sua ótica acerca dos empecilhos vividos por muitos setores econômicos que derivaram da colonização estrangeira no Sul do país. Sem dano, sugerem contigüidade principalmente com algumas medidas advogadas pelo Plano SALTE. Um olhar atento sobre os dois parágrafos do último trecho permite afirmar que foi a partir tanto das prerrogativas gerais desse programa quanto dos laços de origem a que esteve atado que Valverde revelou sua preocupação em fornecer alguns aconselhamentos ao Estado para dinamizar determinados setores produtivos nas áreas de colonização antiga. Suas considerações sobre a produção de trigo em Caxias do Sul não destoou, aliás, de outras que fez sobre o estado da arte da produção pecuária nas áreas excursionadas. Com efeito, além dos aspectos colonização e imigração, o SALTE também contemplou de forma saliente a necessidade de cuidados referentes aos armazéns e silos, tópico este, como se observa, também transparente no estudo valverdiano em questão, o que sugere que ele não esteve distante das intenções do Plano.

Todavia, o alvitre de Orlando Valverde ao final da segunda parte do mesmo trecho suscita outros apontamentos de igual monta para subsidiar a interpretação até aqui sustentada sobre suas afinidades com a política agrária do governo Dutra. Em seu início, a afirmação enfática de que *“uma indústria nos padrões modernos não pode estar baseada numa agricultura de tipo obsoleto”* permite identificar certa parecença entre suas convicções e as de Daniel Carvalho, ministro da Agricultura de Dutra. Este, que talvez tenha se revelado como o economista liberal mais radical da época, compartilhou do parecer de Valverde quanto ao aspecto citado, afastando-se dele tão somente por haver atenuado em retórica o impacto do radicalismo de sua opinião de que a *“lavoura próspera”* fosse condição *“prévia e indispensável para o desenvolvimento das indústrias”* (BIELSCHOWSKY, 2000:2271)²⁶.

Atentando para a sincronia dos dados arrolados nos dois últimos parágrafos, cabe precisar que a aproximação de Valverde com o pensamento liberal do período delimita-se ao caso da produção de trigo rio-grandense, relacionado à preocupação com o incremento nacional, que remonta ao contexto de centralização política e regionalização das políticas agrárias entre 1930-1946, período que encerra justamente os dois primeiros

momentos em que a cena política nacional era controlada por Vargas. Comentando esse processo, DELGADO (2002:210) chama a atenção para um fato que permite situar melhor a preocupação expressa por Valverde em relação à produção de trigo nas colônias estrangeiras do Sul do país. Ressalta o mencionado pesquisador que, na continentalidade do espaço rural brasileiro, que nesse lustro ainda não estava integrado em espaço econômico nacional, a combinação ocorrida na década de 1930 entre a crise geral da economia mundial e a superprodução cafeeira resultou numa certa introversão do sistema econômico nacional, gerando condições críticas para sua transformação. Entre estas, no extremo sul do país experimentou-se com maior vigor o incentivo à produção nacional do trigo e o incremento oficial à produção do arroz. De fato, em período anterior, que remonta à República Velha, os governos estaduais alinhados com o Partido Republicano Rio-Grandense já apontavam para as prioridades da agricultura voltada ao mercado interno e mobilizavam recursos para o incentivo à produção nacional desses gêneros agrícolas. Com a ascensão de Getúlio Vargas e com a criação, em 1938, do Serviço Federal do Comércio de Farinhas, posteriormente transformado no Serviço de Expansão do Trigo do Ministério da Agricultura (1944), essa política regional também se federalizou com a clara prioridade de fomento à produção nacional (DELGADO, 2002:212).

De posse desses esclarecimentos, a complementaridade entre os dois últimos conjuntos de elementos permite compreender melhor, mais uma vez, a aproximação de Valverde com certas prerrogativas do pensamento liberal no período Dutra e com aquelas vislumbradas no Plano SALTE. Considerando que, ao menos normativamente, o Plano não deixou de contemplar certos setores aos quais já eram endereçadas medidas corretivas no regime anterior ao de Dutra, Valverde parece ter se sentido à vontade para aderir a alguns aconselhamentos surgidos durante a gestão deste último. Além disso, o papel subsidiário tributado à agricultura, tendo o aperfeiçoamento de seus métodos produtivos como condição para se alcançar a almejada industrialização, não era apenas um parecer compartilhado entre liberais, mas também afeito às propostas dos nacional-desenvolvimentistas. Desse modo e em síntese, depreende-se que, tanto nessa quanto em outras questões já salientadas, o texto valverdiano de 1948 apresentou forte tendência não somente a tematizar como também a tomar posição quanto a problemas sobre os quais, de certo modo, prevalecia relativo consenso no espectro político da época²⁷.

Apenas para não absolutizar essa última afirmação, no flanco das discrepâncias de Valverde quanto ao Plano Salte e ao Relatório Abbink, compete notar que a “*indústria nos padrões modernos*” almejada pelo geógrafo e a maneira como esse assunto foi mencionado em suas linhas não permite deduzir que ele concordava com a lentidão prevista nessas propostas para a decolagem do processo de industrialização no país, o qual era aspiração fortemente pulsante entre os nacional-desenvolvimentistas. De fato, em termos gerais, subsistiram alguns pontos de identidade entre o Plano Salte e o Relatório Abbink que, ao que parece, não foram assumidos sem ressalvas por Valverde, em virtude da discrepância que mantiveram com a essencialidade das matrizes de significado que ele havia colhido no regime estadonovista. Se alguns analistas interpretam a ausência de um plano de aceleração da industrialização, nesses dois projetos, como projeção de uma via conservadora de avanço do capitalismo, somente assim poderíamos conceder crédito à idéia de que Valverde teria destoadado dessa tendência. Não obstante, aceitar tal posicionamento diante do seu escrito de 1948 carece efetivamente de fundamento quando o remetemos às relações que o autor parece ter mantido com a política estadonovista relativa ao campo brasileiro, assentada num conservadorismo moderado ao menos nessa fase.

Além disso, tomando prospectivamente os escritos do geógrafo, admitir a idéia sondada implicaria ônus interpretativo sobre as determinações históricas que jogaram importante papel em sua produção. Com efeito, os dois programas dedicaram atenção prioritária à modernização da agricultura, enfatizando a necessidade de recuperar a agricultura de alimentos. Nesse sentido, eles apontaram para um conjunto amplo de medidas, que abarcou variadas sugestões, tais como programas de educação rural, mecanização, práticas de conservação do solo, uso de fertilizantes e adubos, crédito agrícola especializado e armazenagem e conservação dos produtos agrícolas. Não obstante, não só deixaram de detalhar um plano de prioridades como também foram negligentes quanto às formas de articulação e de coordenação das várias medidas e tampouco definiram um horizonte temporal de realização do programa de modernização da agricultura (TAPIA, 1986:106)²⁸.

Ao contrário dessas deficiências nos dois conjuntos de propostas, os trechos antes apresentados de Valverde atestam que ele, passo à frente delas ou procurando nutri-las de subsídios mais concretos para a compreensão da realidade nacional, esforçou-se em

detectar concretamente no território os pontos de estrangulamento de certos setores produtivos da economia nacional. Foi, de fato, com esse pano de fundo valorativo que Valverde teceu suas argumentações a respeito das atividades econômicas encontradas entre os colonos estrangeiros no Sul do Brasil. Aliás, conforme nosso entendimento, isso também ajuda a explicar a ênfase que concedeu, no mesmo trabalho, à prosperidade industrial encontrada entre alguns grupos de colonos e aos métodos rudimentares de cultivo que, a seu ver, não estavam à altura para acompanhar ou impulsionar o setor industrial dedicado ao beneficiamento de certos produtos.

Finalmente, diante desse quadro, cabe dizer que o fato de Valverde não haver feito menções ao latifúndio e à reforma agrária no escrito de 1948 não é de todo surpreendente. A principal razão disso residiu em que suas considerações e visão avaliativa sobre a colonização estrangeira partiram, sobretudo, da constatação de que as condições técnicas e econômicas da produção rural brasileira haviam evoluído muito lentamente no período anterior à Segunda Guerra Mundial, o que de fato somente seria revertido praticamente a partir dos anos 1950 e 1960. Como implicação dessa perspectiva, há que se pontuar que Valverde se distanciou de quaisquer resquícios daqueles que advogavam ser a “vocação agrária” do país o esteio salvacionista para remediar seus males, de resto uma idéia também abandonada no período²⁹, embora tivesse sido um mote bastante valorizado na década de 1920 e com resquícios na de 1930. Ao menos nesse momento de sua produção científica, a inquietação do autor diante da agricultura brasileira voltou-se muito mais para a necessidade de se incorporarem mudanças técnicas “modernas” nas atividades agrícolas como meio de atender à arrancada do processo de industrialização nos termos aspirados por Vargas anos antes e consubstanciados na Campanha Marcha para o Oeste.

Cabe ressaltar também que, ao menos nesse momento de sua trajetória, outros motivos explicam o fato de o autor não ter focado o latifúndio e a reforma agrária. Embora, conforme visto no capítulo 5, esses temas figurassem à época nas discussões do Congresso e mesmo nos estudos e relatórios do Ministério da Agricultura, há que se lembrar que Valverde excursionou em áreas típicas de pequenas propriedades resultantes do próprio processo de colonização. Tal universo de estudo e o cargo que ocupava, no período, na hierarquia interna do CNG não permitem afirmar necessariamente que comungava com os integrantes da bancada comunista, os quais, à

época, polemizavam a posição expressa por Montenegro, segundo quem a pequena propriedade era um dos males do país. Como visto, tudo leva a crer que o interesse de Valverde pelo estudo da pequena propriedade se deveu muito mais ao fato de ser justamente esta a categoria de estabelecimento rural já antevista nas propostas estadonovistas do que propriamente ao de pretender alçar a questão para a seara política que a cingia. Em suma, se, ao contrário dos conservadores, os comunistas viam a pequena propriedade como economicamente superior e socialmente mais justa do que a grande, no escrito do geógrafo de 1948 a questão foi colocada em cena por outro motivo, isto é, o de ser lastro de contínua reflexão sobre as bases da colonização dirigida advogadas no regime político anterior.

Capítulo 7

O MELTING POT NACIONAL VALVERDIANO: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E ASSIMILAÇÃO CULTURAL

Nos anos 1940 e também em suas balizas derradeiras, os estudos relativos ao binômio povoamento/imigração no Brasil foram fortemente estimulados pelas questões acumuladas e mal resolvidas a respeito da imigração no panorama da tradição política do país¹. Mais especificamente durante os anos do segundo conflito bélico mundial, essa lacuna veio à tona no compasso dos desafios então lançados para o Estado brasileiro atinentes aos rumores de esfacelamento da integridade territorial do país. Talvez influenciado por essas seqüelas e em sentido cumulativo, em 1945 também surgiram indicações de que havia, ao menos no espírito do legislador, alguma preocupação com o nível de vida do colono. O Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro desse ano, tratando de imigração e colonização, dizia em seu Artigo 46 que “*colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais*” (TAVARES, 1972:33). Coincidência ou não, em meio aos elementos apontados, esse estandarte também foi apregoado nos escritos de Waibel (1949) e Valverde (1948) como justificativa para seu interesse no estudo das áreas de colonização estrangeira no Sul do Brasil.

Nesse aspecto, ademais, convergindo para o sentido aludido, não constitui equívoco aceitar que os dois geógrafos seguiram de perto certo entendimento a respeito da situação dos colonos europeus no Brasil apregoada pelo sociólogo Emílio Willems, autor de importantes obras a respeito², de reconhecida importância naqueles tempos. Em 1946, portanto, no limiar dos anos Dutra, Willems reiterou os resultados de seus estudos realizados na década de 1930 sobre a colonização alemã nas áreas meridionais brasileiras. Um dos pontos por ele apontados relacionava-se à existência de uma concepção étnica contida na “germanidade teuto-brasileira”³, cujos fundamentos eram buscados na noção de distintividade cultural e social. Salientou o estudioso que esse modelo de etnicidade disseminado entre os colonos também incluía pressupostos de

superioridade racial, e asseverou esse diagnóstico até mesmo para os casos em que a palavra “raça” não surgia diretamente no discurso, mas vinha travestida de representações do “trabalho alemão”. O pioneirismo dos colonos e a eficiência do colonizador alemão, conforme notou o sociólogo, eram contrapostos com frequência a uma imagem estereotipada do brasileiro rural, este desqualificado como caboclo por todo um conjunto de características desabonadoras que o remetiam a uma condição de inferioridade racial.

GERTZ (1980:211-212), comentando a contribuição de Willems, salienta que outro ponto destacado por ele foi o de que, não obstante no Brasil se escrevesse e se falasse muito em assimilação, passados mais de cem anos de imigração européia nunca havia sido realizada uma tentativa para se reunir, por intermédio de uma exata pesquisa de campo, a imprescindível base factual que pudesse levar a um conhecimento objetivo dos diferentes grupos de imigrantes. Vista esta ressalva, refletora de uma carência, em conformidade com a preocupação legislativa de 1945, percebe-se como a segunda metade dos anos 1940 foi alumiada com esse pleito, na verdade um dos esteios justificadores abraçados por Valverde e Waibel para a realização de seus estudos geográficos no Sul do Brasil.

Tomando-se os trabalhos dos dois geógrafos sobre colonização da perspectiva das influências recebidas, convém esclarecer inicialmente que a colonização propriamente oficial no Brasil foi promovida por razões econômico-sociais e político-militares. Entre as primeiras alinharam-se preocupações atinentes à justiça social, como dar acesso à propriedade da terra; ao emprego, como incentivar as migrações inter-rurais em contraposição às rurais-urbanas; às propriamente econômicas, como atender melhor à demanda de alimentos, promover o progresso econômico de uma região; e aos aspectos relacionados ao deslocamento da fronteira agrícola (TAVARES et alii, 1972:27)⁴. Entre as segundas, podem ser incluídas basicamente os objetivos de ocupação do território e de garantia de fronteiras⁵. Não seria errôneo afirmar que o Estado Novo, responsável por atender a cada um desses objetivos ou a vários deles ao mesmo tempo, arregimentou todos esses lados da questão em suas iniciativas colonizadoras. Com relação ao último conjunto de razões, no imediato segundo pós-guerra – portanto já sob o governo Dutra – , subsistiram motivos suficientes para um interesse senão persistente ao menos restaurado pelas colônias européias no Sul do Brasil.

Para se compreender essa pontuação é preciso considerar que, anos antes, com o advento da Segunda Guerra Mundial, os nacionalistas de direita da Argentina ganharam novo alento, traduzido no revigoramento de suas organizações e publicações. Detentoras de um projeto auspicioso de industrialização do país, comparativamente aos de outros do subcontinente, e pregadoras do anti-semitismo desde os anos 1930 (BEIRED, 1999:128-129), várias de suas vertentes manifestavam forte simpatia pelas idéias do Terceiro Reich (BEIRED, 1999:59-61), advogando até mesmo a aproximação da política argentina com os intentos expansionistas alemães. O governo alemão, por seu turno, encarava os nacionalistas como aliados da causa do Eixo e estimulou suas atividades, chegando a dar apoio financeiro à sua imprensa. Nesse contexto, todos os nacionalistas de direita passaram a almejar a vitória do Eixo e se engajaram em intensa campanha para que o governo argentino não cedesse às pressões dos Estados Unidos e abandonasse sua posição de neutralidade em relação ao conflito mundial (BEIRED, 1999:59) ⁶.

Ressalte-se que foi justamente nesse contexto de ascensão do pensamento autoritário na Argentina que a questão geopolítica tornou-se mais relevante para o Brasil. Imersos na acirrada competição pela hegemonia na América Latina ou, ao menos, na América do Sul, os nacionalistas argentinos demonstravam especial preocupação com a aproximação do Brasil com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra. Contra o que afirmavam ser uma postura expansionista e hegemônica do Brasil, reclamavam iniciativas argentinas, em algumas de suas publicações. Para eles a Argentina e, mais precisamente, Buenos Aires, é que deveria ser o pólo da bacia do Prata, incluindo a Bolívia. A vitória do Eixo, para muitos pensadores dessa estirpe, almejada desde o início da guerra, tornou-se ainda mais imperativa com a adesão do Brasil aos Aliados. Quanto à rivalidade com o Brasil, consideravam-na inevitável e que só poderia ter fim quando a Argentina ocupasse o lugar que lhe correspondia como potência principal da América do Sul. Em suma, apenas um regime identificado com certos atributos da nova ordem – militarismo, autoritarismo e expansionismo – poderia reverter a decadência do país, devolver-lhe a grandeza do passado e inseri-lo na revolução mundial em curso (BEIRED, 1999:145-146).

No compasso dos atritos diplomáticos em torno desses assuntos (aspecto que seria aqui impossível esmiuçar dada a sua amplitude), conforme analisou CERVO (2001:87) e tantos outros estudiosos dedicados à história da política externa brasileira, a inserção

da América Latina na ordem do pós-guerra teve, na Argentina, seu nó górdio a desatar e, no ano de 1946, o momento decisivo. Duas forças, radicais e intransigentes, confrontavam seus pontos de vista e, enquanto não chegassem a harmonizar-se o suficiente, o indispensável consenso continental não seria alcançado: de um lado, o governo norte-americano, para o qual a união continental estava na dependência do aniquilamento de Perón e do peronismo argentino; de outro, o peronismo crescia, organizava-se e triunfava democraticamente com a consagração das urnas nesse mesmo ano. À diplomacia brasileira repugnava, no imediato pós-guerra, acompanhar os Estados Unidos em sua tentativa de isolamento da Argentina no continente, apesar de reconhecer que o país irmão incorria em freqüentes fracassos e *maladresses* devido ao descuido em manejar a arte diplomática pelas razões indicadas (CERVO, 2001:90-91).

Mais especificamente no que concerne ao escrito valverdiano de 1948, não obstante tenha surgido igualmente após o término do conflito bélico mundial, mormente sob a égide do governo Dutra e embora não conserve sequer vestígio de nota incidental aos perigos do isolamento dos colonos com relação ao fortalecimento de uma identidade étnica teuto-brasileira, que buscou sua legitimidade na noção de *Deutschtum* (germanidade), é plausível admitir que o ideal de fusão das culturas estrangeiras no Sul do país, que vicejara com mais ímpeto durante o Estado Novo, tenha sido expresso em seu trabalho seguindo ao menos o rastro dessa inclinação que fora tão marcada em seus anos iniciais de formação profissional e em conformidade com as inquietações suscitadas pelos propósitos expansionistas argentinos. Quer parecer-nos que, ao menos no escrito de 1948, essa aspiração se manifestou indiretamente, ou seja, em vista do prisma econômico de análise adotado e da ressonância dos ruídos de sua época relacionados às prescrições de defesa nacional diante da reafirmação da postura expansionista argentina.

É plausível admitir que Valverde, esquivando-se de um discurso geopolítico – o que de fato nem de longe seria o caso, considerando-se suas “credenciais” de pesquisador e sua trajetória de preparo científico até então na contracorrente dessa área de conhecimento –, não passou distraído por essas questões. Isso pode ser explicado, ainda, pelo fato de que, seguindo Waibel de perto, o geógrafo ibegeano não deixou de tributar os malogros da colonização estrangeira à alta percentagem de propriedades submetidas ao sistema de roças, que para ele era o sistema agrícola mais primitivo. Além disso, superando o tom empregado pelo mestre alemão, ele aponta tal sistema

como avesso à concretização do “espírito nacional”. Esse tipo de relação estabelecida por Valverde pode ser mais bem compreendido voltando-se os olhos para as idéias predominantes na intelectualidade brasileira a respeito da imigração no Sul do país, durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. Nesse particular, em apanhado de síntese, SEYFERTH (1999:219) considera que a defesa do Estado brasileiro nessas quadras foi buscada por intermédio tanto do expurgo das influências externas, cuja referência básica assestava o nazismo e o fascismo, quanto da nacionalização econômica, à qual recorreram ainda as conhecidas iniciativas estadonovistas em defesa do significado simbólico da língua vernácula e o papel atribuído à educação nos processos assimilacionistas com o propósito de pôr a salvo a nacionalização cultural. Nesse mesmo estudo, a pesquisadora também ressalta a segurança nacional como um dos formatos de discussão que estava em jogo no entrelaçamento dessa temática com a da formação da nação.

Diante desses elementos e se for plausível a conjectura na qual nos baseamos, apesar da falta de indícios mais diretos decalcados do próprio escrito valverdiano de 1948, queremos crer que foi também em função da sintonia e da atenção dedicadas por Valverde a esses fóruns de discussão que, uma vez publicado seu estudo, ministrou no dia 2 de dezembro de 1949 uma conferência na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, a qual intitulou “A Geografia Agrícola e suas repercussões na colonização do Sul do Brasil”⁷. Do mesmo modo, alguns anos mais tarde, em cinco de maio de 1951, quatro meses antes do falecimento de Waibel na Alemanha e transpostos pouco mais de três do início do segundo governo Vargas (1951-1954), Valverde apresentaria outra conferência atinente ao assunto, agora na Escola Superior de Guerra⁸, no Rio de Janeiro, intitulada “A colonização do Sul do Brasil e problemas correlatos”.

Na verdade, uma visão mais transparente do geógrafo ibegeano sobre esses “problemas correlatos” somente veio à tona depois de transcorridos nove anos da publicação de seu estudo seminal sobre as áreas de colonização estrangeira no Rio Grande do Sul. Isso ocorreu com a publicação de sua obra *Planalto Meridional do Brasil*, em 1957, na qual dedicou uma seção para os problemas do povoamento da região título, permitindo, assim, descortinar um pouco do sentido das duas conferências acima citadas. Nessa ocasião tardia, alertou o autor que, em se tratando de questões práticas sobre as quais cada um detinha geralmente seu ponto de vista firmado, era necessário analisá-las com “a máxima isenção de ânimo, sem preconceitos de qualquer

natureza e com base nas observações realizadas” (VALVERDE, 1957c:154), reiterando, dessa forma, para além dos condicionantes históricos de seu labor, a perenidade da disjuntiva política/ciência ainda no final dos anos 1950.

Em verdade, na obra *Planalto Meridional do Brasil*, mais à vontade e transparente na exposição de suas idéias, destoando de atitude impressa no escrito de 1948, Valverde teceu considerações sobre a inflamada questão dos quistos étnicos e sobre os equívocos da política brasileira de colonização que remontam aos meados do século XIX. Desse modo, num único lance, ele resgatou tanto os mencionados apelos de Willems quanto o significado daqueles temores, patenteando de certa forma a capilaridade adquirida pelos mesmos em sua produção anterior. De um lado, munido do teor do Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945, ademais bastante compatível com o alvitre de Willems, Valverde crivou os administradores brasileiros de críticas e procurou demonstrar sua desaprovação à colocação dos colonos estrangeiros em áreas remotas, o que se dera no transcurso de diversas administrações que, ao fim e ao cabo, a seu ver, foram responsáveis por conduzi-los ao pronunciado isolamento indesejável. Subsidiado pela teoria de Von Thünen e ancorado na ênfase concedida à questão da integração quer dos vazios, quer do território nacional como um todo, reafirmando a necessidade da maior articulação das comunicações, Valverde fez coro nítido com as formulações pelas quais Waibel havia sido expurgado da Alemanha, pois também alinhavou que a carência de maior articulação das comunicações nas políticas colonizadoras representara a “condenação” dos colonos, uma vez que tão somente viabilizara que estes mantivessem contatos mais estreitos com seus compatriotas e com os caboclos luso-brasileiros, vistos como de notória “inferioridade cultural”. Levando esse problema às últimas conseqüências, percebe-se que o geógrafo brasileiro endossou as palavras e o raciocínio de seu orientador científico, fazendo alusão à regressão dos colonos a uma situação de “decadência econômica e social” em virtude da situação descrita, cujo corolário mais expressivo foi a transformação dos mesmos em “caboclos de origem européia”. Aproveitou seus argumentos para identificar o agravamento desse “problema sociológico” durante a obra colonizadora, apontando para os erros cometidos por certos governos, como o do Rio Grande do Sul, no meado do século XIX, que “*permitiram que o ensino nas colônias fosse ministrado por professores estrangeiros, os quais davam suas aulas na língua do seu país de origem e – o que é mais escandaloso – recebiam do governo deste os seus vencimentos*” (VALVERDE, 1957c:155-156)⁹.

Segundo Valverde, as soluções para a diluição dos efeitos indesejáveis desses percalços acumulados no decorrer da política de colonização brasileira haviam sido fornecidas por Waibel em seu artigo de 1949. Valendo-se de outras visitas às áreas meridionais de colonização antiga, ocorridas depois da publicação de seu escrito de 1948, e resgatando as idéias mestras do trabalho do geógrafo alemão, o brasileiro elogiou sua “*análise imparcial dos interesses do país e dos colonos*” e, sem contradizer suas conclusões, corroborou a idéia por ele defendida a respeito da necessidade de uma “colonização étnica disseminada”. Entretanto, a assunção dessa idéia não foi feita por Valverde nos tempos da Segunda Guerra ou em seu escrito de 1948, mas tão somente transcorridos nove anos de sua publicação, de modo que é possível afirmar que a visão expressa pelo autor nada oferece no sentido de o afastar da comunhão com ideais assimilacionistas prevalecentes naquele contexto mundial conturbado e, até mesmo no imediato pós-guerra, de o aproximar da concepção de trabalhador rural brasileiro advogada por Vargas e pelas correntes nacionalistas.

Com relação ao último ponto, nota-se que o geógrafo ibegeano ofereceu um contraponto à concepção estadonovista apenas tardiamente, assumindo como seu o aconselhamento para que os pequenos núcleos de povoadores fossem formados com uma “*só nacionalidade e uma só religião, intercalados entre si de modo tal que o conjunto seja heterogêneo*” (VALVERDE, 1957c:156-157). Sem esconder sua filiação à visão ocidentalista detida por Waibel sobre o assunto e, ao mesmo tempo, sem relativizar uma visão preconceituosa acerca do trabalhador rural brasileiro, Valverde ainda frisou que o referido princípio havia sido seguido espontaneamente pelos colonos dos Estados Unidos, onde a problemática dos “quistos étnicos” não existiu em função disso.

Como se nota, imerso nesses referenciais de análise da obra colonizadora do Estado, Valverde se manifestou claramente apenas a respeito dos problemas dos colonos europeus no Sul do Brasil, nessa ocasião extemporânea a seu estudo de 1948. Nesse sentido, como complementando-o ou deixando vir à tona algumas de suas motivações mais recônditas, considerou:

“*Com um problema desta ordem [quistos étnicos] foi o Brasil arrastado a duas guerras mundiais, sendo que a Segunda, devido à exacerbação da mística racista, causou sérias preocupações aos brasileiros. Surgiu então a chamada ‘campanha de nacionalização’, cujas conseqüências foram geralmente benéficas, embora certas*

autoridades, em casos isolados, tivessem abusado dos poderes que lhes tinham sido conferidos. Além das medidas propriamente de segurança, merecem menção especial a campanha educacional promovida pelo governo do Estado de Santa Catarina, cujos efeitos salutareos se fazem sentir até hoje.

Por outro lado, certos países de origem dos colonos tomaram uma atitude abertamente imperialista em relação ao sul do Brasil, procurando insuflar neles e nos seus descendentes o menosprezo pela cultura luso-brasileira, idéias de superioridade racial e cultural, e, inclusive, medidas de sabotagem às atividades econômicas brasileiras, quer fossem diretamente ligadas à guerra ou não.

No meio dessas duas correntes que cometeram erros desse calibre, estavam os colonos que, só eles, tiveram a perder, embora, como era de se esperar, não tivessem reagido de maneira uniforme, de acordo com qualquer uma das correntes.

Agora vencidas as dificuldades da guerra, já é tempo de se fazer uma revisão na política do governo em relação ao colono europeu. A campanha educacional deveria ser ampliada e a vida cultural e social dos colonos estimulada. Com este incentivo, muitos elementos da cultura luso-brasileira seriam introduzidos, o que viria facilitar a assimilação dos colonos. Não deve interessar absolutamente ao Brasil esmagar a cultura dos colonos, nem concorrer para que eles se envergonhem da sua origem diferente da luso-brasileira, pois indivíduos que assim procedam nunca poderão vir a ser bons cidadãos. Deve-se-lhes, ao contrário, proporcionar uma cultura luso-brasileira alargada, enriquecida com muitos elementos culturais de outras regiões. É essa a tese do sociólogo Emílio Willems, no seu livro ‘A aculturação dos alemães no Brasil’ ” (VALVERDE, 1957c:157-158).

Percebe-se que a totalidade das afirmações do autor não contraria nem o ideal mais geral de assimilação cultural nem as medidas práticas por intermédio das quais o Estado Novo erigiu suas políticas com respeito aos colonos europeus. A divergência de Valverde com relação a isso, nesses trechos, está apenas em implicitamente retificar a idéia de que a “colonização étnica disseminada” seria indesejável, abrandando ou desmistificando os argumentos contrários de seus opositores que nela haviam se amparado naquele contexto de “ameaça externa”. Isso, contudo, não desautoriza excluir Valverde do rol daqueles que assim pensavam, tendo o mesmo tão somente “atualizado” sua posição num contexto no qual não mais vigoravam aquelas preocupações candentes durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra.

De modo geral, o que há de significativo nesses e em outros fragmentos da obra *Planalto Meridional do Brasil* é o fato de comportarem locuções mais veementes do autor sobre os problemas da colonização estrangeira que não aparecem de modo algum em seu escrito de 1948. A par dessas observações, compete dizer que, mesmo naquela ocasião, apesar de simpatizantes da germanidade, por razões culturais que remontam em parte à sua inscrição em linhagens geográficas alemãs, Waibel e Valverde traziam em suas trajetórias dados que sugerem que, no plano político-ideológico, foram decerto contrários à idéia da superioridade racial ariana acentuada na ascensão nazista, embora, de qualquer modo, tenham valorizado os estrangeiros em geral em detrimento dos trabalhadores nacionais. Esse fato certamente desempenhou papel relevante no enfoque e nas conclusões a que chegaram sobre o problema da colonização estrangeira no Sul do Brasil em seus escritos do final da década de 1940. No entanto, de maneira complementar e sem contrariar esse posicionamento interpretativo, o que de fato parece ter prevalecido nesses dois trabalhos nos remete à convicção de que o intento de ambos consistiu em subsidiar com estudos cientificamente fundamentados a integração econômica do território, a qual já vinha sendo conduzida pelo aparato estatal varguista, utilizando-se, para tanto, de metodologia aprumada nesse sentido (assunto que mereceu tratamento no capítulo 4). Disso decorre, a nosso ver, o contraponto acima identificado entre suas verbalizações e a concepção que havia sido aceita durante o Estado Novo, contrária à idéia de “colonização étnica disseminada”. Segura, ao menos no caso de Valverde, essa intenção decerto não contrariava, mas antes respaldava em outras bases e implicitamente o ideal de fusão cultural em prol do ideal de formação da nação, redimensionando o debate, colocando-se acima de seus termos raciais/étnicos e minimizando seu peso para fazer despontar, em seu lugar, um discurso mais interessado no desenvolvimento econômico nacional.

Tal como Waibel, Valverde se distanciou da tônica ensaística, tão comum à época, no trato do problema da colonização estrangeira. Por isso seu discurso, pelo próprio peso dado às razões econômicas, pode ser visto pela ótica de uma orientação mais voltada ao desenvolvimento econômico nacional. Num único lance, por intermédio desse enfoque, ele afastou a generalização do determinismo ambiental como principal razão para o insucesso de certas áreas – atendendo, assim, a um dos princípios metodológicos caros a seu labor –, assim como esvaziou os móveis da ideologia racista da superioridade ariana como explicação para o sucesso de outras.

Esse último apontamento também é válido para o caso de Waibel e, sendo assim, indica que também ele se manteve fiel ao posicionamento assumido em outra fase de sua trajetória quando, no livro *Problemas de Geografia Agrária* (1933), havia estudado os *Treckburen* na África do Sul. Com efeito, à semelhança do diagnóstico central do qual Waibel se valeu nesse seu estudo anterior, isto é, de que a decadência cultural e estagnação econômica dos colonos e descendentes de holandeses naquele país eram tributários antes do isolamento no qual haviam sido mantidos, e não passíveis de explicação pelos argumentos racistas, Valverde também se apropriou desse juízo gravitando em torno dele para argumentar em seu texto sobre a situação dos colonos italianos e alemães no Rio Grande do Sul. Isso permitiu-lhe tecer críticas ao isolamento econômico e cultural ao qual estiveram submetidos alguns grupos desses colonos ao longo da história da política imigratória brasileira, considerando essa variável como um dos principais fatores explicativos para o fracasso de muitas colônias estrangeiras, imputando ademais ao Estado a responsabilidade de reverter o quadro, que contrariava suas intenções nacionalistas, por meio de medidas de suporte e regulamentação econômicas e infra-estruturais. Esse pleito, ademais, abraçado pelo geógrafo no artigo de 1948, no segundo pós-guerra, também ganhou importância diante dos intentos expansionistas da Argentina, justificando também por isso a tentativa de oferecer ao Estado subsídios para alargar sua presença até então parcial ou ineficiente nas colônias européias rio-grandenses, área sobremodo vulnerável àqueles intentos.

Nesse sentido, em síntese, no caso específico do estudo valverdiano, o epicentro de suas considerações *in limine* indicado a respeito da colonização alemã e italiana no Sul do Brasil não se distanciou dos esforços estatais assimiladores de sua época. Embora revestido do registro de “reconhecimento geográfico”, o que sugere o divórcio pretendido pelo autor entre ciência e política, Valverde assim procedeu de forma transfigurada e sutil, quando se considera que, na verdade, a partir de sua pesquisa derivou sugestões e apontamentos que sinalizaram vias concretas para a mudança do heterogêneo para o homogêneo, quando esse trânsito é entendido enquanto a própria definição do processo de assimilação. O fato de haver emoldurado essas questões em formato que não era o mais enfatizado, nas discussões sobre os “perigos” advindos com grupos estrangeiros no Sul do país (imposição da língua nacional, por exemplo), e seguindo as regras próprias do discurso inerente à sua área de atuação, não descarta, mas antes revela a presença dessa mentalidade por intermédio de outra tônica menos

privilegiada nos debates assimilacionistas, qual seja a da nacionalização econômica entendida como integração territorial das áreas meridionais, apontando, aliás, para um dos sentidos da “presença multiforme” do Estado brasileiro, conforme formulado por Ribeiro Couto no início da década de 1940.

PARTE III

A AGRICULTURA BRASILEIRA NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO VALVERDIANO (1951-1964)

Brasileiros nós somos fiéis,
Nós formamos um exército civil,
Nossos órgãos são como quartéis.
Vigiando o porvir do Brasil!
Não há mata, cidade ou sertão
Onde nós não tenhamos nossa gente,
Onde impera o auriverde pendão
Um dos nossos é certo estar presente!

*(Hino do Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística – 2ª Estrofe)*

Capítulo 8

O ITINERÁRIO INSTITUCIONAL VALVERDIANO: OBRAS E ATIVIDADES GEOGRÁFICAS (1951-1964)

8.1. O temário uso da terra e seus fertilizantes políticos (1951-1956)

Como referido no capítulo anterior, em 5 de maio de 1951 – portanto, quatro meses antes do falecimento de Waibel na Alemanha e transpostos pouco mais de três do início do segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) –, Orlando Valverde apresentou uma conferência na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, intitulada “A colonização do Sul do Brasil e problemas correlatos”¹. De um lado, não somente nessa ocasião como também em outras sucessivas até 1964, seu horizonte de pesquisa e de atividades geográficas manteve-se vividamente impregnado temática e metodologicamente de sua formação com Waibel. De outro, porém, afastando-se das questões candentes que haviam emoldurado sua prática no período anterior e sintonizando-se com os estampidos político-sociais dos novos tempos, a partir de 1952 o geógrafo brasileiro abandonou o temário “colonização” como eixo central de seus trabalhos e, sem fender as raízes mais vigorosas dessa herança científica, passou a privilegiar mais especificamente o temário uso da terra na maior parte de seus trabalhos.

Sem hesitação, pode-se ao menos parcialmente considerar que essa guinada na pesquisa do geógrafo deu-se em conformidade com um quadro social em que se intensificaram as reivindicações distributivas emanadas do campo brasileiro. Além disso, decerto acompanhou o maior vulto da questão agrária ocorrido durante o período do segundo governo Vargas em comparação com a atenção que lhe fora dada durante o Estado Novo. Se, durante o Estado Novo, a questão agrária havia sido tratada unicamente sob a forma de políticas de interiorização, impondo a Valverde pesquisas relativas ao temário colonização, nesse novo período Vargas a saliência adquirida pela problemática lhe fez conferir uma atenção redobrada a seus impasses mais aflitivos e polêmicos.

Uma vez estando a par dessas congruências, por ora tão somente indicadas entre a obra do geógrafo relativa ao período 1951-1956 e o núcleo contextual mais importante

de sua sementeira, não seria exagero afirmar que, durante o segundo mandato de Getúlio Vargas, vários de seus escritos foram dedicados a esse campo de análise comum, isto é, o uso da terra. Essa orientação de pesquisa foi demarcada na produção de Valverde relativa ao intervalo indicado, enquanto, ao menos nos primeiros anos da gestão em pauta, outros geógrafos de sua geração ou próximos o bastante dela prosseguiram publicando trabalhos específicos sobre colonização ou até mesmo voltando decididamente seus esforços para o estudo das cidades². Afora essa peculiaridade, dentre os escritos valverdianos surgidos nesse período político, no qual a questão concernente à situação dos trabalhadores no campo ganhou maior relevância, tanto nos setores governamentais como também e sobretudo nos populares³, existiram aqueles mais afeitos a certas indagações já prenunciadas na segunda metade dos anos 1940, mas que mereceram resgate no fórum de discussão das políticas para o campo brasileiro preconizadas por Vargas. Cabe destacar, entre eles, os seguintes: “O sistema de roças e a conservação dos solos na Baixada Fluminense” (1952a) e “Aspectos geográficos e econômicos da agricultura no Município de Itaboraí” (1953b), publicados, respectivamente, no *Boletim Carioca de Geografia* e no *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Além desses, ainda existiram aqueles talhados com a mesma perspectiva metodológica e temática indicada pouco atrás, mas que afloraram, nitidamente, na dependência dos fertilizantes políticos do segundo governo Vargas com relação à questão agrária. Nesse segundo conjunto de escritos, importa destacar: “O Sertão e as serras – o centro-norte do Ceará; Estudo geográfico para a localização de uma missão rural” (1952b), “Relatório técnico da excursão ao Rio Grande do Norte” (1953a), “A Geografia Agrícola e seu interesse para os trabalhos da CNER” (1954) e, após o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, “Reconhecimento geográfico no município de Pompéu-M.G.” (1955a) e “O uso da terra no leste da Paraíba” (1955b)⁴.

Tomando-se em consideração esses dois conjuntos de escritos valverdianos, as características básicas de sua reunião sob um viés interpretativo comum são o fato de resultarem de excursões de reconhecimento geográfico, realizadas sem a presença diligente de Waibel, e o de terem sido produzidos sob as lufadas de um mesmo período político⁵. Mais especificamente quanto aos últimos trabalhos citados, em sua maioria francamente dedicados ao estudo do uso da terra no Nordeste brasileiro, apresentaram, além desse, outro elo comum: foram lavrados em função de um objetivo prático bem definido, qual seja a delimitação ou escolha de locais nas áreas excursionadas que

pudessem ser destinados à implantação das chamadas Missões Rurais, uma das modalidades de intervenção no campo da CNER (Campanha Nacional de Educação Rural), levada a efeito na época pelo Ministério da Educação e Saúde. Ademais, em conformidade com essa orientação específica, Valverde também realizou suas pesquisas de campo entre setembro de 1953 e fevereiro de 1954 para elaboração do importante estudo sobre o uso da terra no leste da Paraíba⁶. Nesse escrito, publicado apenas em 1955, mas cujos trabalhos preparatórios ocorreram em pleno mandato Vargas, o autor fez sobressair não somente a preocupação de apresentar sugestões para um planejamento rural como também a de caracterizar e representar cartograficamente os sistemas de utilização da terra e os regimes de propriedade na região. Para tanto, dispôs de um recurso adicional ou auxiliar bastante valorizado à época pelos geógrafos ibegeanos, isto é, a interpretação de fotografias aéreas no sistema trimetrogon, que passaria a ser recorrente em seus trabalhos a partir de então.

Tendo em vista esses apontamentos iniciais, é possível perceber que o ingresso de Orlando Valverde na produção geográfica acerca da agricultura brasileira na primeira metade dos anos 1950, operou-se no âmago de mobilizações governamentais atinentes ao assunto, seguindo nisso, ademais, tendência perene de sua produção desde o ingresso no CNG. No período em pauta, essa modalidade de inserção do autor nos estudos geográficos agrários permite entrever duas de suas contrapartes essenciais, cuja elucidação adequada ocupará também as linhas dos demais capítulos desta terceira parte. De um lado, a despeito da manutenção dos laços institucionais mencionados, tudo indica que, do início da década de 1950 até 1964, Valverde se deparou com uma ambiência institucional interna menos favorável à consecução de seus trabalhos, fato importante para se compreender por que muitos deles foram elaborados não somente a fim de subsidiar os propósitos da CNER, mas também como oportunidade de subsistência ou de complemento de renda. De outro, em vista das razões inerentes ao lugar institucional ocupado pelo geógrafo e das características dos pressupostos ideológicos e filosóficos próprios da referida campanha educacional – aspecto que merecerá a atenção no capítulo 9 –, desvela-se, em seus escritos, que, à parte de certa incapacidade de dar à reforma agrária o caráter de elemento articulador das diferentes lutas sociais que se travavam no campo, o autor confere ressonância ao assunto, mesmo que sem dar-lhe os significados a ele atribuídos pelas organizações de trabalhadores rurais mais à esquerda do espectro político.

Tendo, por ora, somente o cuidado de abordar o primeiro aspecto indicado e reservando o tratamento mais conveniente do segundo para mais tarde⁷, no mesmo mês em que Valverde apresentou sua conferência sobre os problemas correlatos da colonização no Sul do Brasil aos ouvintes da ESG, o general Djalma Polli Coelho – antigo contendor do grupo de geógrafos aliados a Waibel na querela mudancista –, assumiu a presidência do IBGE e permaneceu nesse cargo por um ano e quatro meses (02/05/1951 a 09/09/1952), tendo à frente do CNG nesse período dois secretários-gerais – Virgílio Alves Corrêa Filho (12/07/1950 a 28/04/1951) e Edmundo Gastão da Cunha (03/05/1951 a 29/09/1952). A nomeação deflagrou uma disputa de poder com o CNE (Conselho Nacional de Economia), uma vez que o general e engenheiro-cartógrafo mantinha fortes laços com o Serviço Geográfico do Exército. Além disso, em função de portar concepções divergentes de outras quanto às orientações das atividades estatísticas ibegeanas, ainda referenciadas à figura de Mário Augusto Teixeira de Freitas, a nomeação do novo presidente do órgão foi vista com desconfiança e repúdio pelos típicos profissionais de Estado que o compunham, entre os quais se incluía Valverde. Ao fim e ao cabo, a posse de Djalma Polli Coelho resultou em inquérito administrativo, do qual sobrevieram posteriormente sua exoneração e seu prematuro falecimento (ALMEIDA, 2000:47-48).

A bem da verdade, as mudanças internas de direção do IBGE e, conquanto também ligeiramente tardias, outras realizadas a reboque no CNG resultaram na destituição das lideranças ligadas ao campo político do qual provinha Valverde e com o qual este mantinha fortes afinidades pessoais e realizava a tarefa de articular a tônica dos trabalhos a serem realizados no Conselho. Conforme explicitado no capítulo 3 do presente trabalho, certas prerrogativas de pesquisa defendidas pelo grupo político ligado ao regime varguista e adepto do ideal de construção de um Estado forte foram mantidas depois da queda do Estado Novo, adentrando solidamente o governo de Eurico Gaspar Dutra, graças à manutenção, na presidência do IBGE, de José Carlos de Macedo Soares, cuja gestão estendeu-se pelo longo período de 29/05/1936 a 30/01/1951, e, na direção da Secretaria Geral do CNG, de Cristóvão Leite de Castro, que ocupou o cargo num intervalo de tempo igualmente nada desprezível, entre 07/04/1937 a 12/07/1950.

Com os elementos sugeridos, é possível desatar o assunto de que por ora nos ocupamos, ou seja, de como os primeiros anos da década de 1950 representaram o preâmbulo de uma ambiência menos propícia ao trabalho de Orlando Valverde nos

bastidores do CNG. Na verdade, José Carlos de Macedo Soares voltaria à presidência do IBGE apenas em 17/11/1955, ocupando o cargo somente até 03/05/1956. Por outro lado, Fábio de Macedo Soares Guimarães, sobrinho daquele e outro interlocutor privilegiado do geógrafo aqui analisado, assumiria a posição de secretário-geral do CNG somente em 30/09/1954, respondendo por ela até 22/11/1956⁸. Percebe-se, desse modo, que os pares político-intelectuais de Orlando Valverde estiveram majoritariamente alijados das decisões na condução das atividades de pesquisa durante a administração Vargas e, tomando-se como parâmetro o arranjo de poder mais homogêneo a seu favor, que prevalecera antes do quadro aqui delineado, no âmbito interno da Geografia praticada no IBGE-CNG, decerto foram menos influentes na afirmação de suas deliberações.

No âmago das alterações apresentadas entre as lideranças institucionais que tomaram a frente da geografia estatal praticada no período em referência, o exame do *curriculum vitae* de Orlando Valverde (VALVERDE, 1999) oferece informações importantes quando se trata de identificar suas atribuições nesse momento. De fato, ele atesta sua participação em bancas e concursos, e sua posição, no período entre setembro de 1954 e janeiro de 1955, de presidente da banca examinadora do Concurso para Ingresso na Carreira de Geógrafo do IBGE. Valverde foi também membro da banca examinadora do Concurso para a Cátedra de Geografia do Brasil na Universidade de São Paulo, atividade que consta de seu currículo sem precisão de data e que sinaliza as relações por ele mantidas com os geógrafos paulistas, as quais, arriscaríamos dizer, foram estreitadas em virtude das vívidas atividades da AGB nas cercanias desse período.

No plano mais geral, ou seja, no que tange à tonalidade dos estudos geográficos desse momento, importa salientar a persistência destacada da matriz francesa tanto nos do IBGE-CNG quanto nos daqueles fecundados na universidade. No caso particular de Orlando Valverde, ela também foi persistente em sua obra, mesmo quando se considera que isso tenha se firmado em entrelaçamento com a influência de Waibel. Todavia, cabe destacar que Valverde não realizou traduções de artigos ou trabalhos originalmente publicados por geógrafos estrangeiros, nesse período de atividades (1951-1956?), diferindo, assim, do precedente. Tal fato, por sua vez, de fato coincidente com uma fase de amadurecimento da Geografia brasileira elaborada no aparato de Estado, denota a nosso ver a própria inserção do geógrafo nesse movimento interno da disciplina.

A despeito das mudanças hierárquicas no CNG, aqui sublinhadas, decerto menos afeitas ao conforto institucional de Valverde, e de posse das informações fornecidas até aqui, quer sobre os trabalhos publicados pelo geógrafo, quer sobre as atividades por ele realizadas no período 1951-1956, é apropriado lembrar, para uma compreensão mais ajustada a respeito, as afinidades que guardaram com relação a algumas características internas da consolidação da Geografia no país. Na avaliação elaborada por MONTEIRO (1980) a respeito das tendências que marcaram o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil no período 1934-1977, consta, entre os quatro intervalos de tempo que estabeleceu⁹, o relativo ao de 1948-1956, justamente o de maior interesse para o caso aqui analisado. O autor mencionado, valendo-se, entre outras, das temáticas dos estudos atinentes à Geografia Agrária como parâmetro para a definição de sua periodização, caracterizou o período em questão como tendo sido perpassado pela saída dos franceses do país e pela quantidade bastante expressiva de trabalhos de campo efetuados sob os auspícios da AGB. Esse intervalo foi definido por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro como o da “cruzada agebeana de difusão nacional”, o que, em parte, sustenta a afirmação feita mais atrás sobre os laços de troca entre Valverde e os geógrafos paulistas. Porém, embora seja oportuno situar Valverde e certos traços de sua obra no bojo de um movimento mais amplo relativo ao desenvolvimento da pesquisa geográfica no país, há que se fazer a ressalva de que, na interpretação de Monteiro, subsiste uma consideração que encontra pouca aderência quando reportada para o caso dos trabalhos valverdianos surgidos entre 1948-1956. Segundo a mesma fonte, para o caso específico da Geografia Agrária, esse momento afirmou a consecução de trabalhos sobre a distribuição espacial dos produtos agrícolas, viés de estudo contemplado, também, com sua representação por intermédio de cartogramas e comentários interpretativos.

Na verdade, para compreender a essência dos escritos valverdianos surgidos no intervalo de tempo ora vislumbrado, mais válido é seguir outro autor, que também avaliou trabalhos geográficos baseando-se nas temáticas abordadas, relacionando-as com o tipo de enfoque dado pela Geografia à atividade agrícola. Ao tratar das focalizações preferenciais dos estudos rurais no Brasil, GUSMÃO (1978) assinalou uma organização cronológica composta de três fases¹⁰. A primeira delas, desenvolvida a partir da década de 1940 e cuja extensão alcançou o início da de 1970, caracterizou-se pelos estudos rurais de diferenciação de áreas, traço, a bem da verdade, extremamente

válido para uma caracterização geral da obra valverdiana não somente para o período aqui diretamente contemplado (1951-1956), mas igualmente aquém e além.

Uma vez delimitado esse aspecto da obra do geógrafo, que revela, ao menos metodologicamente, certa congruência entre seus trabalhos e outros congêneres surgidos no período, mister também se faz reconhecer que a obra valverdiana vinda a público nesse lustro já denotava um viés de análise mais crítico comparativamente àqueles. Ou seja, os escritos de Valverde patentearam em larga medida a preocupação de oferecer sugestões cientificamente fundamentadas para o planejamento rural de cunho estatal, cujas prerrogativas serão apresentadas oportunamente no capítulo 9, valendo-se de valorações atinentes aos sistemas de utilização da terra e a regimes de propriedade nas regiões percorridas, traço distintivo e, deveras verossímil, firmado em seus escritos no tino das controvérsias então figurantes na cena política a respeito da questão agrária.

Estando por ora frisados esses apontamentos, cuja intenção foi tão somente esboçar traçado um tanto grosso a respeito das vicissitudes institucionais, obras e atividades de Orlando Valverde relativas ao período 1951-1956, convém passar à visualização do momento seguinte da trajetória do autor, tomando a mesma perspectiva.

8.2. As desventuras institucionais no “período áureo” da Geografia brasileira (1956-1961)

No início da década de 1980, Orlando Valverde redigiu e publicou uma carta-texto endereçada ao geógrafo português Orlando Ribeiro. Verdadeiro relato de sua visão sobre as vicissitudes político-econômicas pelas quais passou o Brasil de 1934 até aquele momento, esse texto conserva principalmente algumas idéias e avaliações caras ao geógrafo ibegeano sobre as transformações ocorridas na Geografia brasileira durante este intervalo de tempo. Nesse breve, porém substancioso relato, Valverde considerou o período 1956-1964, um “período áureo” da pesquisa geográfica no país, em virtude do fato de que nele “*a primeira geração de geógrafos profissionais brasileiros, treinada por seus professores estrangeiros*” logrou alcançar a “*maturidade científica e começou a fazer pesquisas sob sua própria responsabilidade*” (VALVERDE, 1983:8)¹¹. Uma vez desfechado esse parecer – aliás, coincidente com os emitidos por MONTEIRO (1980), ABREU (1994) e ALMEIDA (2000) –, Valverde ressaltou a afluência de vários

geógrafos estrangeiros ao certame da UGI e dedicou alguns parágrafos aos principais acontecimentos ocorridos nos anos JK.

Esse evento, o XVIII Congresso Internacional de Geografia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1956, estreitou ainda mais as relações entre os geógrafos do IBGE e a Geografia européia. Sua estruturação esteve nas mãos de Hilgard O'Reilly Sternberg e, na ocasião de sua realização, sobretudo os laços com a Geografia francesa foram merecedores de ânimo renovado. Isso ocorreu por meio da atuação de vários professores, dentre os quais cabe destacar Michel Rochefort e Jean Tricart. O primeiro, por ocasião daquele encontro científico internacional, iniciou contatos com os geógrafos ibegeanos para colocá-los a par de seu doutorado, relativo aos métodos de trabalho sobre redes urbanas; o segundo, por sua vez, encontrou na ocasião a receptividade dos geógrafos brasileiros para disseminar suas idéias sobre os métodos de pesquisa em Geomorfologia tropical.

ALMEIDA (2000:47-48) ainda faz notar que um dos reflexos dos esforços empreendidos para a realização desse Congresso consistiu na publicação pelo CNG de um conjunto de obras que talvez tenha sido o maior e mais completo relativo aos trabalhos geográficos sobre o Brasil em curto espaço de tempo. O estudioso indica como expressão desse veredito a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, as coleções *Grandes Regiões*, *Atlas do Brasil* e a *Carta do Brasil ao Milionésimo*. A primeira publicação citada, a seu ver, assumiu a feição de uma obra colossal, tendo envolvido um grande número de profissionais procedentes de diversas disciplinas. O gerenciamento da elaboração desses materiais organizados no final dos anos 1950 esteve a cargo dos geógrafos Speridião Faissol e Antônio Teixeira Guerra, que eram, na época, secretário-geral e chefe da Divisão de Geografia do CNG, respectivamente.

As mobilizações internas do CNG, tais como as sublinhadas, dirigidas especificamente para o certame em evidência, podem ser explicadas em virtude de esse órgão ter sido um dos principais membros da Comissão Organizadora Nacional formada para sua realização, tendo compartilhado responsabilidades com a Universidade do Brasil. Ainda no intuito de subsidiar suas atividades, o CNG organizou e publicou nove Guias de Excursões, dos quais tão somente três foram elaborados por autores não pertencentes ao quadro profissional da instituição. Todavia, tomados em sua totalidade, todos eles foram vistos tanto pelos geógrafos estrangeiros quanto pelos pátrios como resultado bastante expressivo da alta qualidade científica alcançada pelos profissionais

do IBGE até aquele momento. Nesse particular, importa ressaltar que Orlando Valverde, aquiescendo aos reclamos desse importante evento da época, elaborou um de seus trabalhos de maior fôlego, *Planalto Meridional do Brasil*, formando coro, assim, com outros geógrafos brasileiros que também se dedicaram à mesma tarefa e que viriam adquirir renome nos anos posteriores¹².

Sem prejuízo de avaliação, pode-se dizer que, até a elaboração da obra mencionada – o que nos reporta para o ano de 1956 –, Orlando Valverde já era detentor de um extenso conhecimento a respeito do território nacional. Este foi efetivamente adquirido em caráter cumulativo por intermédio de sucessivas pesquisas por ele realizadas até então, dedicadas, ao mesmo tempo, ao levantamento dos problemas nacionais nas áreas excursionadas e ao registro descritivo de suas principais características fisionômicas e humanas. Não menos verdade é que, a partir desse ano, a obra por ele estruturada denotou certo esforço de sistematização desse saber geográfico angariado em diversos estudos de campo. Com isso queremos dizer que foi justamente no contexto do nacional-desenvolvimentismo juscelinista (1956-1961) que Valverde parece ter apresentado uma inflexão para a realização de outras modalidades de trabalhos, como a de cunho compilativo *vis-à-vis* sua produção anterior e a de teor mais propriamente histórico. Exemplos iniciais desse torneio em sua produção foram justamente a obra *Planalto Meridional do Brasil; guia da excursão n.º 9*, realizada justamente por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, vinda à estampa em 1957, e o livreto *A velha imigração italiana e sua influência na agricultura e na economia do Brasil*, publicado em 1959¹³.

No que se refere a este último trabalho, vale frisar que Valverde acompanhou nele certa tendência também refletida no de outros autores do mesmo período, dedicados ao estudo de um determinado espaço regional, sem desprestigiar o direcionamento do enfoque de pesquisa para um setor produtivo ou atividade específicos ou para os aspectos culturais advindos de grupos étnicos minoritários. Tal foi, entre outros, o caso do trabalho de Walter Alberto Egler sobre a cultura fumageira do Recôncavo Baiano (EGLER, 1952). No caso de Valverde, tal orientação é visível na interpretação que conferiu à influência da imigração italiana nas modificações dos processos agrícolas em algumas regiões brasileiras e suas implicações no crescimento econômico do país¹⁴.

Por ora, importa assinalar que a agregação de novas orientações expositivas aos textos elaborados pelo autor não implicou o abandono do traço distintivo e ao mesmo

tempo próprio do *métier* de geógrafo de sua época, qual seja, o de realização de estudos empírico-indutivos de fôlego, realizados em diversas regiões brasileiras. Durante o governo JK, Valverde redigiu e publicou seis artigos de acordo com essa orientação perene, solidificando-a ao lado de um revigoramento da abordagem econômica já prenunciada em seu contato com Waibel. Publicados com esse teor, os trabalhos que merecem destaque são: “Geografia econômica e social do babaçu no meio norte” (RBG-1957b), “Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (RBG-1958); “O Noroeste da Mata pernambucana; a região de Timbaúba” (*Boletim Carioca de Geografia*-1960b). Além desses, ele trouxe a lume outros dois artigos, em colaboração com Myriam Gomes Coelho Mesquita: “Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema; relatório preliminar” (*Boletim Baiano de Geografia*-1960) e “Geografia agrária do Baixo Açu” (RBG-1961). Ainda nesse conjunto de trabalhos, em 1960, mantendo acesas suas ligações com os programas de educação rural ativados no segundo mandato Vargas, mas ainda vigentes nesse período, o geógrafo elaborou e trouxe ao conhecimento do público o texto “Os distritos meridionais de Colatina – Espírito Santo”, publicado na *Revista do Serviço Social Rural* (SSR).

Se tomados em conjunto, todos esses escritos podem ser considerados o pináculo de tendências firmadas na Geografia brasileira nos anos antecedentes e que encontraram eco manifesto no labor valverdiano de então. DINIZ (1984), em seu livro *Geografia da Agricultura*, atento à definição clara de seus períodos, esquadrinhou cinco escolas com base nos conteúdos teóricos e metodológicos que marcaram os estudos geográficos sobre agricultura para diferentes épocas. Ao iniciar com a chamada Geografia da Paisagem Agrária, esse autor asseverou que ela foi a responsável pela demarcação do desenvolvimento da Geografia científica entre o século XIX e o desfraldar do XX. Dentre as características dessa escola, salientou quatro, quais sejam “*a busca da síntese pela observação da paisagem, a compreensão da paisagem agrária como reação do homem ao meio, a associação com a história e a preocupação com as formas do ‘habitat’ rural*” (DINIZ, 1984:36). Ao discorrer particularmente sobre o desenvolvimento dessa corrente no Brasil, ele asseverou que os primeiros centros geográficos brasileiros foram fundados sob a influência dessas idéias em virtude do pouco conhecimento que se tinha acerca do espaço brasileiro nas décadas de 1930 e 1940. Em função disso e tomando-se essas quadras, em suas palavras:

“as pesquisas produzidas no âmbito universitário ou no antigo Conselho Nacional de Geografia tinham, naturalmente, uma grande preocupação com a descrição; os lugares precisavam ser conhecidos e excelentes monografias foram então produzidas. Assim, é muito natural que os estudos geográficos sobre a agricultura brasileira tenham sido, durante muito tempo, voltados à descrição da paisagem rural e de sua gênese” (DINIZ, 1984:42, apud FERREIRA, 2002:60).

Embora não saibamos desdizer essas observações quando se trata de conferir sua pertinência ao caso dos escritos de Orlando Valverde surgidos na segunda metade dos anos 1950, certo é que, ao lado dessas continuidades metodológicas de fundo, neles prevaleceu sobremaneira outro aspecto de peso. Conforme ressalta o mesmo autor, contemporânea à escola da paisagem agrária, a Geografia Econômica da Agricultura constituiu uma segunda corrente dos estudos sobre a atividade agrícola. Suas características fundamentais, fora de dúvida, também se fizeram presentes nos trabalhos valverdianos do período aqui em pauta.

O que cabe destacar é que a realização desses estudos por Orlando Valverde e a inflexão apontada mais atrás no interior de sua produção – estudos de caráter compilativo e histórico – coincidiu com um quadro de transformações de grande monta no panorama político brasileiro, cujas repercussões não foram miúdas no caso de suas implicações territoriais¹⁵ e, também, no caso específico da Geografia praticada no IBGE-CNG, na hierarquia e na orientação das diretivas de trabalhos da instituição na qual nosso geógrafo desdobrava sua carreira de pesquisador. Ao que parece, esse quadro de mudanças não esteve alijado dos motivos que conduziram o autor a apresentar as novas modulações apontadas em seu fazer geográfico. Todavia, para que esse ponto possa ser visualizado de maneira mais adequada, é necessário percorrer passo a passo um conjunto de informações que, tomadas em conjunto, ajudam a esclarecer as razões que nos levam a apontá-lo.

ALMEIDA (2000:91) estudou as vicissitudes burocráticas que acometeram a Geografia estatal elaborada nos anos JK por meio de consulta aos *Boletins de Serviço* (BS) do CNG, editados entre agosto e dezembro de 1956, os quais abrangem, na verdade, um momento crucial para o entendimento desses problemas. Sem dúvida, apoiado nessas fontes, ele reconstitui os antecedentes mais próximos de uma disputa pelo poder expressiva então travada entre geógrafos da instituição mais ou menos comprometidos com a administração JK. Uma vez que a contribuição em pauta constitui

a única fonte restauradora desse quadro de desavenças institucionais, vale disponibilizar uma síntese a respeito, tendo como alvo prioritário entender parte dos fatores que levaram Orlando Valverde a manifestar seu desagrado em relação a esse período político e, principalmente, a suas repercussões hierárquicas na instituição na qual transcorria sua trajetória de pesquisador.

Desse modo, entre 1956-1961, após o segundo mandato de José Carlos de Macedo Soares, o IBGE contou em sua presidência com a figura do piauiense Jurandir Pires Ferreira, cuja gestão estendeu-se de 08/05/1956 a 31/12/1961. Pode-se dizer que esse episódio deu início às contendas internas no órgão, que terminaram por envolver, num primeiro momento e de forma pronunciada, Orlando Valverde e, na seqüência, outros profissionais que com ele mantinham relações mais estreitas. Para o melhor entendimento dessas pelepas, é interessante voltar os olhos para o teor de alguns BS publicados logo no início da referida gestão.

No BS 213, datado de 10/08/1956, consta a relação de delegados do IBGE para o XVIII Congresso Internacional de Geografia da UGI, realizado no Rio de Janeiro naquele mesmo mês. Nessa listagem, surgem os nomes dos principais geógrafos da DG (Divisão de Geografia) escalados para serem os colaboradores técnicos naquele certame. Pouco mais de mês depois, quando o encontro já havia sido finalizado, na “Seção Noticiário da Presidência do IBGE”, o BS 218, de 15/09/1956, exibiu uma carta de Jurandir Pires Ferreira confirmando Fábio de Macedo Soares Guimarães para o cargo de secretário-geral do CNG. Nela, Ferreira esclarecia a existência de um pacto selado tempos antes entre ele e seu antecessor – o embaixador José Carlos de Macedo Soares – pelo qual se previa a manutenção de Fábio na SG (Secretaria Geral) do CNG até a conclusão daquela importante reunião internacional. Todavia, aclarava que, por considerar de extrema valia o trabalho desenvolvido por aquele no trâmite do referido encontro, havia decidido conservá-lo no cargo.

Aproximadamente dois meses após essas diligências, algumas decisões tomadas anteriormente pelo então diretor do DG, Orlando Valverde, e deliberadas na OS (Ordem de Serviço) de 08/11/1956, foram veiculadas com a publicação do BS 228 (23/11/1956). Na “Seção de Instruções e Ordens de Serviço”, a referida OS anunciava a criação de oito grupos de trabalho para:

“executarem as tarefas mais urgentes da DG, a saber: Grupo 1 – Mapas de População (chefes: Elza Coelho de Souza Keller e Héldio Xavier Lentz César); Grupo 2 – Planalto

Centro-Occidental (chefe: Pedro Pinchas Geiger); Grupo 3 – Fitogeografia (chefe: Luiz Guimarães de Azevedo); Grupo 4 – Geografia dos Transportes (chefe: Ney Strauch); Grupo 5 – Clima (chefe: Ruth Simões); Grupo 6 – Relevo (chefe: Alfredo Porto Domingues e Antônio Teixeira Guerra); Grupo 7 – Geografia das Indústrias (chefe: Míriam Mesquita); Grupo 8 – Geografia Urbana (chefe: Lísia Bernardes)”.

Essa OS levava ao conhecimento de todos que cada grupo fosse integrado por cinco membros em média e, nos parágrafos finais, determinava que:

“Os geógrafos e estagiários que não estejam inscritos na relação supra e, estando em exercício na DG, e não tiveram ainda entendimento com o Diretor da Divisão, deverão fazê-lo imediatamente, a fim de serem engajados em algum dos grupos ora constituídos. Os grupos de trabalho iniciarão suas atividades imediatamente e é recomendado aos respectivos chefes que estabeleçam desde já prazos, ainda que provisórios, para a conclusão das tarefas atribuídas ao grupo respectivo. Estes são, portanto, de caráter episódico. Serão concedidas aos grupos de trabalho todas as facilidades administrativas possíveis para a pronta e eficiente execução de suas tarefas” (apud, ALMEIDA, 2000:91).

Transcorridos sete dias apenas da publicação dessas obrigações – na verdade, todas relativas à organização da obra *Geografia do Brasil* em três volumes –, o BS 229, de 30/11/1956, instaurou o começo de um processo de alterações na estrutura das chefias da SG e da DG. Nele foram expostas as portarias 70-72 de 22/11/1956 que exoneravam Fábio de Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde de seus respectivos cargos de liderança. Ademais, nesses dois atos administrativos foi comunicada a nomeação de Virgílio Alves Corrêa Filho para ocupar a chefia da SG do CNG. Na sequência, no mesmo BS 229, consta a portaria 74, de 26/11/1956, responsável pela nomeação de Speridião Faissol para a direção da DG.

Na verdade, as razões envolvidas nessas decisões estavam estreitamente ligadas a um primeiro episódio de alteração administrativa, qual seja o referente à destituição seguida do pedido de exoneração de Orlando Valverde do cargo de diretor da DG e sua substituição por Speridião Faissol. Tanto assim que, no BS 231, de 14/12/1956, foi publicada a Ata da 327.^a Reunião Ordinária do Diretório Central do CNG – em verdade, a derradeira presidida por Fábio –, na qual o secretário-geral comunicou suas despedidas e leu a carta dirigida ao presidente Jurandir, que continha em um de seus trechos, os seguintes termos:

“[...] Quando Vossa Excelência, há pouco mais de dois meses, teve a bondade de anunciar-me pessoalmente sua decisão de confirmar-me no cargo de Secretário Geral deste Conselho, tive ocasião de manifestar-lhe o meu desejo de que o fossem também os meus auxiliares diretos, aos quais me acho ligado por estreitos laços de admiração e afeto, fortalecidos durante longo período de leal e eficiente colaboração.

Tal não foi, entretanto, possível realizar-se por motivos que somente a Vossa Excelência cabe apreciar, conforme se verifica em sua carta de 7 do corrente, hoje entregue ao Diretor da Divisão de Geografia.

Desejando, pois, colocá-lo absolutamente à vontade para que possa dispor dos cargos de direção deste Conselho sem o menor constrangimento, venho respeitosamente reiterar a solicitação verbal, que já lhe fizera recentemente, para que se digne conceder-me exoneração do cargo de Secretário Geral [...]” (ALMEIDA, 2000:93).

Na mesma Ata também se encontra a resposta dada por Jurandir Pires Ferreira a essa carta, na qual se nota a dubiedade quanto ao real motivo do pedido de exoneração. Nela, o então presidente do IBGE fez constar:

“[...] Lamento profundamente o caráter irrevogável do seu pedido de demissão, porque desejava poder contar com sua colaboração como, pessoalmente, tive ensejo de manifestar. Acresce, entretanto, a falta de um motivo ponderável para que pudesse compreender e extensão de sua decisão, não me cabendo, contudo, evidentemente entrar nas razões de foro íntimo que motivaram o seu afastamento - mesmo porque, em nossa conversa há quase dois meses, tive ensejo de expor claramente a orientação que, estou certo, não veio a sofrer alteração em nenhum instante de nossas relações administrativas [...]” (ALMEIDA, 2000:93).

Como se não bastasse, animado com a destituição de Orlando Valverde do cargo de diretor da DG, o pedido de exoneração de Fábio de Macedo Soares Guimarães, em solidariedade ao diretor da DG ainda deflagrou, como em cascata, uma crise administrativa expressiva, que se fez acompanhar de vários pedidos de demissão de geógrafos da instituição que eram de sua confiança. Esse episódio foi lembrado pelo próprio Faissol, que teceu os seguintes comentários a respeito:

“Em 1956 eu voltei dos Estados Unidos com doutoramento, fiquei lá meio solto, aí houve o Congresso da UGI e foi passando. Passado aquele congresso da UGI, o Presidente do IBGE naquela época, o Prof. Jurandir Pires Ferreira, era engenheiro, matemático, etc., não estava conseguindo se dar muito bem com o Fábio e muito menos com o Orlando Valverde que era o chefe da Divisão de Geografia. Ele acabou me

convidando para ser o diretor da Divisão de Geografia, foi uma coisa complicada porque eu estava muito habituado ainda àquela noção que a gente tinha de que o Fábio era o pai de todos, aquela coisa, mas ele me disse: ‘Você não fala isso com o Fábio, porque naturalmente eu é que quero falar com ele.’ Eu tive algumas dificuldades, mas acabei aceitando. Isso acarretou uma reviravolta, porque eu fui substituir o Orlando e o Fábio largou em seguida. Eu era solidário com o Orlando e tal, ele me chamou e disse: ‘Não é nada contra você.’ A maior parte do pessoal se demitiu, a Lisa [Lísia Bernardes] era chefe de seção, pediu demissão, o Miro [Nilo Bernardes] era secretário e assistente do Fábio, foi uma crise braba” (Depoimento de Speridião Faissol concedido a Roberto Schmidt de Almeida; apud ALMEIDA, 2000:143).

Os apontamentos de Faissol sobre a “reviravolta” que se seguiu à sua nomeação para o cargo de diretor da DG sinalizam, na verdade, apenas um espectro diminuto das reações ao ocorrido. O mesmo BS 231, há pouco mencionado, apresentava outros pedidos de exoneração desencadeados pelo episódio. Nele, na área referente aos atos do secretário-geral do CNG, consta a exoneração, citada por Faissol, de Nilo Bernardes do cargo de secretário-assistente da SG do CNG e a nomeação do contador Olmar Guimarães de Souza para substituí-lo. Ainda nesse registro burocrático são acatados os pedidos de exoneração de outros quatro geógrafos de suas respectivas chefias da DG: o de Hédio Xavier, da Seção de Atlas e Ilustração; o de Lísia Bernardes – também citado por Faissol –, da Seção de Estudos Sistemáticos; o de Lindalvo Bezerra, da Seção Regional Nordeste; e o de Lúcio de Castro Soares, da Seção Regional Norte. No caso de Alfredo Porto Domingues (Seção Regional Sul), foi determinada sua exoneração seguida da designação dele próprio para a Seção Regional Nordeste. Em substituição ao grupo de profissionais aqui citados, o mesmo BS designava os seguintes geógrafos: Antônio Teixeira Guerra (Seção Regional Norte), Eloísa de Carvalho (Seção de Estudos Sistemáticos), Dora Romariz (Seção Regional Sul), Solange Tietzmann (Seção de Atlas e Ilustração) e Edgar Kuhlmann (Seção Regional Centro-Oeste).

Apenas sete dias antes da proliferação desses pedidos de exoneração, a “Seção Informações Diversas” do BS 230 (07/12/1956) trouxe a ata com os comentários do presidente do IBGE, Jurandir Pires Ferreira, e o discurso proferido por Speridião Faissol na cerimônia de sua posse na DG. Em sua alocução de posse, conforme ali está exposto, Faissol versou elogios ao governo JK e à gestão de Jurandir no IBGE, arrematando-os com um apelo aos geógrafos em torno da união para a consecução da obra *Geografia do*

Brasil, empreendimento para cuja organização Valverde, como visto, desde meses antes já envidava esforços¹⁶.

Tomando esses acontecimentos como sola, cabe por fim complementá-los, frisando o fato de que, durante a gestão de Jurandir Pires Ferreira à frente do IBGE, tanto o engenheiro Virgílio Alves Corrêa Filho como também o geógrafo Speridião Faissol ocuparam o cargo de secretário-geral do CNG, cumprindo suas gestões, respectivamente, entre 22/11/1956 e 08/12/1958 e 09/12/1958 e 10/02/1961. A ascensão de Faissol para essa posição, conforme já é possível concluir, foi antecedida por sua nomeação à chefia da DG, em 26/11/1956, que teve papel capital para a efetivação desta última, pois, de um lado, suscitara o imediato pedido de exoneração de Orlando Valverde, que antes ocupava a função e, por sua vez, o de Fábio de Macedo Soares Guimarães da secretaria-geral (SG) do CNG, desobstruindo o caminho de Faissol em direção a um cargo ainda superior na estrutura hierárquica do órgão.

Essas mudanças no poder da instituição podem ser compreendidas de forma mais apropriada tomando-as como a manifestação expressiva de uma antiga disputa entre os aliados do geógrafo Jorge Zarur e aqueles afeitos à liderança de Fábio de Macedo Soares Guimarães. Conforme cita ALMEIDA (2000:142), sem disponibilizar outros detalhes, para observadores privilegiados dos bastidores da instituição, como Pedro Pinchas Geiger e Elza Coelho de Souza Keller, a proposta de substituição de Orlando Valverde por Speridião Faissol no cargo de diretor da DG apenas precipitou este último para a liderança do grupo até então chefiado por seu cunhado Zarur, o que finalmente se consumou quando este faleceu repentinamente em 1957. Diante disso, ao que tudo indica e a quem das questões políticas envolvidas, a reação indignada e desfavorável de Valverde a esse episódio, que o precipitou a pedir exoneração, pode também ser relacionada com uma certa indisposição pessoal sua em relação à figura de Speridião Faissol. Na verdade, essa antipatia havia surgido tempos antes, conforme esclarece a entrevista concedida por Valverde a ADAS (2001), devida ao fato de aquele ter publicado indevidamente, ou seja, em seu nome, um seminário originalmente elaborado pela equipe de Waibel, na ocasião das pesquisas dedicadas à localização da nova capital política do país¹⁷.

Seja como for, ao menos aprofundando o primeiro flanco de questões indicado no parágrafo anterior, a sucessão de eventos aqui retratada realmente parece ter estado associada com certas questões de fundo político tributárias da subida de Juscelino

Kubitschek à presidência da República. De acordo com ALMEIDA (2000:142), a atuação de Jurandir Pires Ferreira descerrou e possibilitou, na ambiência do IBGE, a organização de uma estrutura de trabalho deveras voltada aos grandes projetos que pudessem garantir proventos de reconhecimento tanto para sua gestão no comando da instituição quanto para o período JK. Para certificar-se disso, era inadiável a substituição dos nomes vinculados aos métodos de trabalho do antigo líder político do país – Getúlio Vargas –, dentre os quais o principal era o do embaixador José Carlos de Macedo Soares. Essa configuração de forças era evidente, pois, como se comprova pela reconstituição de fatos ora percorrida, a robustez das ações deste último à frente do CNG – bem como a das de seu sobrinho, Fábio de Macedo Soares Guimarães, na SG do órgão –, ainda ressoavam no trâmite do XVIII Congresso Internacional de Geografia da UGI e, conforme visto, pouco tempo depois, continuaram a ser sentidas por Jurandir, dando ensejo à sua tentativa de manter este último à frente da SG como forma de evitar a eclosão da crise administrativa passada em revista. Porém, conforme assinala a mesma fonte, desde que Jurandir assumiu a presidência do IBGE, esse estado de coisas não perdurou por muito tempo. Para a implementação de projetos de maior porte, apresentou-se como incontornável a necessidade de se valer de pessoal de confiança, ou seja, de recorrer aos profissionais dentro do órgão reconhecidamente articulados e favoráveis à política posta em marcha por Juscelino Kubitschek. A destituição seguida de exoneração de Orlando Valverde do cargo de diretor da DG foi, portanto, numa palavra, a maneira encontrada pelo presidente do IBGE para alcançar esse objetivo, afastando, por assim dizer, um típico representante do profissional de Estado que nutria para com a instituição espírito semelhante àquele nela plantado seja por Mário Augusto Teixeira de Freitas, seja por Christóvão Leite de Castro, nos anos finais da década de 1930 e durante a década de 1940. Além disso, de acordo com os aspectos da obra valverdiana assinalados no tópico anterior, que a colocam em certa paridade com as políticas relativas à agricultura do segundo mandato de Vargas, observa-se o quanto Valverde era indesejável na instituição naquele momento em que prevalecia a omissão da questão agrária no plano governamental¹⁸.

A reunião desses elementos, na verdade, auxilia uma melhor compreensão acerca da acolhida pelo presidente do IBGE à figura de Speridião Faissol, em substituição a Orlando Valverde, no referido cargo de liderança, uma vez que as ligações familiares e políticas daquele remetiam-no para a figura de Jorge Zarur – geógrafo de peso na

instituição e que conservava, além disso, vinculações de monta com o estamento militar ligado ao PSD (Partido Social Democrático) mineiro, tendo sido o principal articulador dos intercâmbios técnico-científicos com os Estados Unidos na década de 1940 – o que vinha ao encontro dos propósitos que Jurandir perseguia num governo mais francamente aberto à participação do capital estrangeiro e afeito a não tocar energicamente na resolução da questão agrária.

Focando mais de perto esse quadro de embates políticos, pode-se dizer que JK cuidou de imprimir uma outra ordem de prioridades políticas em sua gestão, tendo mantido, junto com seu partido, conhecidas articulações desse teor com outros setores, nas quais prevaleceram prioridades e ações conflitantes entre os dois grupos de profissionais imersos na estrutura de funcionamento do IBGE-CNG. De um lado, as metas e iniciativas de JK despertaram desconfiança e certa rejeição daqueles que se assumiam como profissionais do governo federal do tempo do Estado Novo. De outro, a ascensão do PSD nas urnas desagradou aos partidários da UDN (União Democrática Nacional), reconhecidos rivais políticos do partido de JK. Para o primeiro grupo, ao qual se filiavam Orlando Valverde e outros geógrafos sob a liderança de Fábio de Macedo Soares Guimarães, não obstante não serem necessariamente em sua integridade getulistas do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o vigoroso conteúdo partidário das decisões consideradas técnicas, vindo à baila na gestão de Juscelino, era um retrocesso na função organizadora do aparelho estatal. Já os udenistas do segundo grupo, de características majoritariamente urbanas e que haviam se deleitado com a vitória política quando assistiram à saída de Getúlio Vargas do poder, via suicídio em 1954, incomodavam-se por estarem submetidos naquele contexto aos ditames da política mineira, que sempre havia operado com as articulações e dissimulações típicas dos partidos com forte penetração nas áreas rurais.

Ao fim e ao cabo, essas vicissitudes administrativas, que refletiam uma contraparte essencial do jogo político do período, parecem ter influído para Orlando Valverde tomar pé firme nas atividades de pesquisa a que já se dedicava, favorecendo, no decorrer dos anos, uma guinada decisiva do foco de interesse de seus estudos no sentido da regionalização. Na época dessas contendas, ele já chefiava um grupo de estudos extra-oficial no CNG, o Grupo de Pesquisas da Amazônia, ao qual deu o nome abreviado Gepam e que considerava o “cerne” do que viria a ser a CNDDA (Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia), implementada

posteriormente com sua participação ativa, em 6 de janeiro de 1967, no Rio de Janeiro, congregando profissionais liberais e cientistas de diversas áreas. Quando indagado sobre qual teria sido a época em que iniciou suas atividades junto ao Gepam, Valverde esclareceu:

“Foi lá dentro do Conselho em mil novecentos e... cinqüenta e... 1957-1958. Iam tirando os meus cargos de chefia. Por fim eu deixei uma de minhas assistentes como chefe da Seção Norte, mas esse grupo, que não era conhecido oficialmente, tinha um compromisso: publicava um artigo da Amazônia em cada número da Revista Brasileira de Geografia daquele ano, do ano em que ela fez o Jubileu de 25 anos. Mas eu fui mandado para o Maranhão e o Piauí para que eu... com o intuito de me destruírem porque deram péssimas referências minhas. Isso foi em 1957 porque queriam se ver livres de mim lá no Conselho, porque eu criticava abertamente pelos despautérios, pela compilação de dados que passou a se fazer e... nada de pesquisa original. E me mandaram, então, fazer pesquisas sobre o babaçu. E então... orientado pelo diretor do Instituto de Óleos, que era considerado um homem... uma fera e, no fim, ele ficou meu amigo. Era um professor de... diretor do Instituto Nacional de Óleos, ali, junto do Maracanã, num prédio velho, e era professor de Química de Óleos na Escola Nacional de Química. Foi professor de minha cunhada, irmã de Míriam e... subordinado ao diretor geral, diretor da escola e fundador, José Carneiro Pinto, que era o meu sogro. Mas não foi por causa disso não: foi porque eu levei o método de pesquisa de Waibel para lá e fiz um trabalho, ‘Geografia econômica e social do babaçu do meio-norte’. E aquilo... Depois foi ampliado pelo Instituto Nacional de Tecnologia com um trabalho de cartografia temática do Rodolfo Pinto Barbosa, que é uma espécie de irmão meu” (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01)¹⁹.

Percebe-se, no depoimento acima, a ausência de referências sobre o quadro político da época. De um lado, se tal lacuna é capaz de fortalecer a visão de que Orlando Valverde encarnava sua atividade com o espírito de funcionário público, de outro, ela também evidencia o cuidado de não revelar suas tendências ideológicas naquele contexto. Na verdade, tomando o trecho acima, queremos crer que subsistia um “deslocamento” da parte do geógrafo em relação aos acontecimentos e contendas que o haviam cercado, privando deliberadamente sua narrativa de referências mais seguras às suas simpatias e aversões ideológicas, em fidelidade ao preceito de que sua prática científica não se confundiu com a política. Entretanto, a nosso ver, de acordo com os elementos investigados e apresentados, suas inclinações políticas eram notadamente mais propensas às propostas trabalhistas, sobretudo no que admitiam para o campo

brasileiro. Seja como for, de posse de nossa investigação e dos elementos até aqui angariados por ela e que merecerão detalhamento nos próximos capítulos, somos levados, ainda que sob risco de engano, a reiterar esta última interpretação sugerida e a assumi-la doravante como esteio de nossa análise.

8.3. A “reforma metodológica” nos anos de crise (1961-1964)

Se, conforme visto para o período relativo ao governo JK, Orlando Valverde passou a mesclar seus trabalhos de reconhecimento geográfico com outros de natureza diversa, pode-se dizer que a mesma tendência também foi firmada em seus escritos elaborados entre 1961 e 1964, período no qual publicou principalmente trabalhos dedicados à discussão dos aspectos metodológicos da Geografia Agrária, sem abandonar, contudo, a cena dos debates a respeito da reforma agrária já prenunciada na década anterior, mas que adquiriu maior vulto nesses anos.

Entre os textos de sua autoria publicados nesse momento, despontam: “A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica” (*RBG*-1961); “Reflexões sobre uma reforma agrária para o Brasil; limites máximo e mínimo da propriedade da terra” (*Revista de Estudos Sociais*-1962)²⁰; e sua obra, tornada célebre, *Geografia Agrária do Brasil* (INEP-1964a), na qual, em sua parte inicial, consta o texto “Metodologia da Geografia Agrária”²¹.

Quanto aos estudos de cunho empírico, feitos em algumas viagens a campo nesse tempo politicamente agitado, o autor publicou o artigo “Geografia Econômica do nordeste potiguar” (*RBG*-1962), em co-autoria com Myriam Gomes Coelho Mesquita e Léa Scheinvar. Ainda nesse mesmo período, constando como único autor, confeccionou outros três trabalhos da mesma natureza, quais sejam: “Revolução da economia açucareira e intervenção do Estado” (*Revista Jurídica*-1962), “O arroz no Maranhão” (*Boletim Carioca de Geografia*-1963); e “Reconhecimento da bacia leiteira do Rio de Janeiro” (*RBG*-1964d). E, ao lado dos textos indicados, de cunho metodológico, de reconhecimento geográfico ou dedicados à questão agrária, o autor também expressou suas idéias e conhecimentos em dois outros, cuja aparição se deu em 1964: “Geografia tropical” (VALVERDE, 1964b), pertencente ao Curso de Informações Geográficas do IBGE e dedicado naquela época aos professores de Geografia do Ensino Médio²², e

“Relatório dos membros do CNG à XIX Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada em 1964 na cidade de Poços de Caldas” (RBG).

O rol de trabalhos acima permite reconhecer que, ao menos na primeira metade da década de 1960, Valverde concentrou-se nos aspectos conceituais e na exemplificação de alguns temas de Geografia Agrária. Essa característica pode, de fato, ser tida como proeminente em sua produção no período. Afora essa peculiaridade, o interesse do autor pelas áreas rurais nordestinas não deixou de existir totalmente, como atestam os dois textos datados de 1962, mas é justo afirmar que foi minimizado em número de trabalhos, tomando como parâmetro a ênfase que o autor lhes dedicou nos anos precedentes. Provavelmente isso se deveu ao fato de ele ter se voltado incipientemente à Amazônia brasileira, cujo prenúncio, conforme tratado pouco atrás, efetivou-se com as reuniões do Gepam durante o governo JK²³. Além disso, não constitui engano avaliar todos os trabalhos mencionados como representativos de um segundo esforço de sistematização das idéias e conhecimentos geográficos do autor. Tal movimento no interior de sua produção somou-se àquele de mesma envergadura realizado por ocasião do XVIII Congresso da UGI, de 1956, que também ajuda a explicar o número de trabalhos reduzidos sobre o Nordeste nos anos das reformas de base. No entanto, o motivo mais expressivo para a redução de seus esforços dirigidos à análise das áreas rurais nordestinas parece ter sido a prevalência mencionada das preocupações metodológicas em sua produção no período 1961-1964.

Sem dano avaliativo, o que emerge nesse novo momento da trajetória valverdiana é a preocupação com conceitos desde muito utilizados em sua produção, como *sistema intensivo* e *sistema extensivo*, *latifúndio produtivo*, *latifúndio improdutivo* e *plantation* e, como não poderia deixar de ser, o *sistema de roças*. Ademais, na totalidade dos trabalhos vindos à estampa nessas quadras, vale destacar a presença de um notório esforço do autor para demonstrar a atualidade da contribuição de Leo Waibel, naquele momento de relevância das questões distributivas. Isso pode ser atestado observando-se, por exemplo, o tratamento que concedeu à discussão do então candente problema da reforma agrária no artigo “Reflexões sobre uma reforma agrária para o Brasil; limites máximo e mínimo da propriedade da terra”, no qual ressaltou a noção de *minimale Ackernahrung* proposta por Waibel no final da década de 1940 (VALVERDE, 1980a).

De modo geral, talvez em virtude da projeção do tema da reforma agrária nesse contexto, também é justo afirmar que Valverde abandonou em seus textos o tratamento

dos aspectos geográficos das cidades, furtando-se de utilizar, como o fizera no período anterior, as noções tradicionais de *sítio* e *posição* e o método Rochefort de redes urbanas²⁴. A despeito disso, conforme atesta o artigo “Reconhecimento da bacia leiteira do Rio de Janeiro” (VALVERDE, 1964d), nota-se que ele não renunciou ao estudo das áreas produtoras próximas dos centros urbanos, voltando-se, ao que parece, para um foco de preocupação já contemplado em sua produção do início da década de 1950, que, conforme será possível elucidar nos próximos capítulos, estava ligado às propostas reformistas relativas ao campo brasileiro da década de 1940²⁵, as quais foram retomadas nas políticas do segundo governo Vargas. Após essas impressões, resta apenas sugerir que Valverde parece ter restituído antigas reivindicações ao panorama de acirramento dos reclamos distributivos desse período conturbado da história brasileira. Contudo, diferentemente do que ele e seu agrupamento político haviam feito outrora, nesse novo momento conferiu certo redimensionamento ao problema das áreas próximas dos centros urbanos, ou seja, voltou-se para o estudo da pecuária, e não, como antes, unicamente dos aspectos fundiários.

A última particularidade pontuada parece ter sido reflexo de um projeto antigo, com Waibel, relativo a uma Geografia da Pecuária no Brasil. Ainda nesse apanhado geral sobre as obras valverdianas do período em foco, vale dizer que o esforço de sistematização aludido não foi consubstanciado somente nos aspectos frisados: em verdade, a própria obra *Geografia Agrária do Brasil* (VALVERDE, 1964a) resultou de suas atividades de pesquisa anteriores, pois que já constituía um projeto antigo, junto com seu mais importante orientador científico, no qual havia sido vislumbrado um volume sobre a pecuária que ficaria a cargo de Valverde. Dessa forma, o estudo sobre a bacia leiteira do Rio de Janeiro parece ter sido um dos passos em direção a esse objetivo, mas que, por motivos outros a serem detalhados, não foi devidamente efetivado.

Ainda a respeito do perfil temático da obra valverdiana elaborada entre 1961 e 1964, não menos interessante é pontuar algumas das atividades nas quais esteve envolvido o autor nesse período. Em 1963, Valverde participou da Semana de Geografia da Faculdade Fluminense de Filosofia, em Niterói, tendo ministrado a conferência “Regionalização da reforma agrária”, que refletia o momento histórico vivido. No mês de julho do mesmo ano, ele assumiu o cargo de vice-presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no qual permaneceu até

julho de 1973, quando a referida Comissão foi transferida para o Canadá (VALVERDE, 1999). Nas atividades geográficas de Valverde no período, a AGB figura com certo destaque. É preciso concordar com ALMEIDA (2000:159), quando considera o papel fundamental desempenhado pela AGB na democratização do conhecimento geográfico no IBGE, que evitaria a ampliação de uma estrutura de “castas” entre os profissionais mais jovens da instituição. A importância da AGB foi, de fato, registrada por muitos outros geógrafos, dentre os quais consta Valverde, que fez menções significativas à AGB carioca, de que tratou especificamente na publicação *Terra livre* (VALVERDE, 1992), e à AGB geral, numa entrevista que concedeu à revista *Geosul*, na qual falou das atividades agebeanas no Brasil. Nessa última, de forma esparsa, o geógrafo fez considerações sobre vários períodos de atuação da Associação e sobre os modelos de atividade da agremiação, salientando alguns fatos expressivos, como a Assembléia de Penedo, ocorrida em 1962 (XVII Assembléia Geral da AGB):

“[...] Em 1962, a Assembléia de Penedo, que foi talvez a mais proveitosa, no tempo em que Manuel Correia de Andrade era o presidente, eu fiz excursão ao baixo São Francisco, encarregado de estudar a parte agrária; Aziz Ab’Saber fez a parte da Geomorfologia, e Caio Prado Jr. a parte econômica. O relator foi nada menos que o Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, que fez um primor de exposição, com a presença do Bispo de Penedo [...]” (BUSS et alii, 1991:240).

Dentre os diversos aspectos a serem ressaltados desse comentário, não contemplaremos aqui a importância das assembleias gerais da AGB para a consolidação e amadurecimento da Geografia brasileira, cujo tratamento foi devidamente dado por literatura específica, como atesta, por exemplo, as linhas conferidas ao tema por ABREU (1994:215-220). No marco das preocupações de nosso estudo, o que importa reter das informações fornecidas por Valverde é a plausibilidade da idéia de que tenha sido justamente na Assembléia de Penedo que ele fruiu um contato mais importante com Caio Prado Júnior. Como se pode depreender da entrevista que concedeu ao autor do presente trabalho, tudo que Valverde conhecia até então do historiador paulista eram suas obras, cuja leitura lhe havia sido sugerida por Waibel, num período em que suas preocupações e as de seu mestre alemão estavam mais estritamente dirigidas para o temário colonização. Posteriormente, já na década de 1950, de passagem por Santa Catarina, Valverde comenta ter adquirido e lido avidamente uma edição da *História econômica do Brasil* e outra da *Formação do Brasil contemporâneo*. Nessa entrevista, após fazer tais referências, embora não tenha precisado a data exata, Valverde ainda

comentou sua decisão de visitar o “paulista quatrocentão de família tradicional” em sua casa na cidade São Paulo. A visita, ocorrida quando ainda engendrava as idéias para a confecção da obra *Geografia Agrária do Brasil*, foi assim relatada:

“Primeiro, eu fui visitá-lo na casa dele, na Avenida Paulista, e deixo tocar a campainha no portão e aí veio um empregado: afastava os cachorros e aí conduzia a gente. Era uma sala com coisas de cristal, uma empregada uniformizada, chamada por campainha. Eu digo: ‘Meu Deus, essa é a casa do paulista quatrocentão tradicional e socialista? E um pensador socialista...’ Bom, eu perguntei se ele queria publicar uma Geografia Agrária do Brasil. Ele não se interessou, demorou a me dar uma resposta... Agora, ele era um sujeito de uma beleza...” (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01).

Ainda na mesma entrevista, quando indagado sobre as eventuais razões que teriam levado o editor Caio Prado Júnior a não aceitar aquela proposta, Valverde complementou: “Não se interessou. Ele achou muito... tipo livro escolar, livro para universidades, textos, não um livro de pesquisas. Não se interessou, mas ele era um personagem, uma inteligência fora do comum”. O que cabe reter é que, afora essa justificativa – que não é de todo improvável, dado que a referida obra resultou de um curso de “Geografia Agrária Geral e do Brasil”, ministrado pelo geógrafo anos antes, em 1957, na AGB do Rio de Janeiro –, tudo indica que Caio Prado Júnior tenha se apoiado, para sua decisão, na aproximação de Valverde com as propostas getulistas de desenvolvimento do capitalismo, ponto por demais sensível e diferenciador entre os dois autores, apesar de ambos, não obstante conservarem grande afinidade com o pensamento nacionalista dos anos 1950 e, em geral, terem pouca simpatia pelo governo JK.

Deixando para mais tarde a retomada dessa questão, de posse dos comentários até aqui apresentados acerca das obras e atividades de Orlando Valverde durante o período 1961-1964, é oportuno esclarecer certos aspectos frisados nesse trajeto. Na verdade, é muito provável que alguns destes tenham sido subsidiários do recrudescimento das tensões político-sociais que o país vivia então, de modo que é preciso considerar a permanência dos constrangimentos na vida do geógrafo dentro do IBGE. Tudo leva a crer que certas circunstâncias internas de pesquisa no órgão não se compatibilizavam com o *modus faciendi* da produção de Valverde. Para esclarecer essa questão, faz-se necessária uma pequena incursão no panorama dos trabalhos do IBGE, e em certas singularidades da trajetória do geógrafo, no intervalo em questão.

Alguns dados passados em revista sobre as características temáticas e sobre as atividades do geógrafo no período em pauta podem ser, de certo modo explicados levando-se em conta o quadro político da época, mas interessa esclarecer, por ora, que tais dados coincidem, ademais, com certas mudanças ocorridas entre a saída de Jurandyr Pires Ferreira da presidência do IBGE e as curtas gestões sucessoras de Rafael da Silva Xavier (10/02/1961-09/11/1961), José Joaquim de Sá Ferreira Alvim (13/11/1961-01/10/1963) e Roberto Bandeira Accioli (14/10/1963-31/03/1964). Durante os mandatos citados, o CNG contou, no mesmo período, como secretários-gerais com Waldir da Costa Godolphim (21/11/1961-21/10/1963), Speridião Faissol (21/11/1963-06/04/1964), novamente Waldir da Costa Godolphim (14/04/1964-06/10/1964) e René de Mattos, este último tendo assumido o cargo em 06/04/1964.

Na análise empreendida por ALMEIDA (2000), a combinação dessas gestões na presidência do Instituto com aquelas advindas com os dois períodos pós-golpe de 1964 – o do general Agnaldo José de Senna Campos (10/04/1964-03/04/1967) e o de Sebastião Aguiar Ayres (04/04/1967-23/03/1970) –, criou para a Geografia ibegeana um ambiente bem diferente daquele prevalecente na década de 1950. Segundo esse pesquisador, parte substancial dessas mudanças pode ser tributada ao que chamou de “integração do IBGE às demandas do planejamento urbano-industrial” e de “divórcio entre as geografias física e humana”. Na verdade, o período focalizado na análise de Almeida encontra-se inserido naquele da alternância de postos de poder entre os grupos de Fábio de Macedo Soares Guimarães e Jorge Zarur ou, conforme ele destaca, mais modernamente, de Lísia Bernardes e Speridião Faissol, ocorrida entre 1956 e 1968. O autor destaca como o golpe militar de 1964 e seus desdobramentos até 1968 constituíram um momento “sensível” no jogo de poder interno da instituição. Quando da criação do Departamento de Geografia, ocorrida nesses tempos, Lísia Bernardes alçou-se como a principal representante do grupo de Fábio, tendo assumido a direção da Divisão de Geografia. Uma vez no cargo, ela realizou mudanças gerenciais significativas, dentre as quais despontaram as novas oportunidades de chefia para os geógrafos que haviam ingressado no órgão no final da década de 1950 (ALMEIDA, 2000:144).

O que importa distinguir é que essas alterações hierárquicas ajudam a compreender as obras e atividades geográficas desenvolvidas de Orlando Valverde entre 1961-1964. De um lado, de forma semelhante à do período 1951-1961, elas indicam a

não-hegemonia no IBGE do grupo ao qual pertencia Valverde durante a breve passagem de Jânio Quadros e de João Goulart na presidência do país²⁶. Tal fato, por sua vez, auxilia em parte a compreender a mudança principalmente metodológica na obra do autor naquele momento, considerando-se que muito provavelmente tenha estado então desprovido de cargos de chefia ou de outras diligências institucionais de fôlego, como também, ao que parece, que estivesse sendo menos solicitado para a realização de pesquisas de campo previamente delimitadas. Além disso, tendo-se em vista a estirpe geográfica de Valverde, isto é, sendo ele um importante representante da chamada “Geografia tradicional” desenvolvida nos anos anteriores, cabe considerar que mesmo seus pares ideológicos, quando destituídos ou não de poder na estrutura interna do IBGE, já depositavam esforços consideráveis para os estudos de redes urbanas e de regionalização. Por conseguinte, isso sugere certa distensão entre ele – que prosseguiu em seus estudos sobre a questão agrária, o que indica, não se deve negar, suas expectativas em relação aos aspectos reformistas do período, deixando de incorrer nos estudos urbanos então vigentes – e seus próximos. Ademais, se a tendência prevalecente entre seus pares descortinou, conforme sugere ALMEIDA (2000:144), o divórcio entre a Geografia Humana e a Geografia Física, seguindo nisso o crescimento da importância dos estudos urbanos e industriais nos programas de planejamento de governo, ela não abrangeu Valverde, cuja produção estribava-se, tanto nesse momento quanto aquém ou além, num esforço de conciliação entre as duas áreas disciplinares.

Por fim, uma última consideração. Na verdade, diante dos elementos reunidos torna-se plausível aceitar a idéia de que o esforço de sistematização metodológica empreendido por Orlando Valverde no período 1961-1964, dedicado exclusivamente ao campo de estudos agrários, constituiu de fato um modo de afirmação de seu entendimento acerca da disciplina, num contexto em que não somente a Geografia Agrária como também os pressupostos nos quais o geógrafo havia sido formado perdia espaço institucional. Similarmente, fora do âmbito do IBGE, a busca em que Valverde se empenhou também se contrapunha, voluntariamente ou não, a outras tendências de estudos agrários emergentes. ALMEIDA (2000:190) argumenta que, na década de 1960, uma outra vertente de estudos foi iniciada por Elza Keller, quando ainda professora da Unesp-Rio Claro. Ela orientou, em 1964, um grupo de docentes e alunos de especialização principalmente nos estudos de tipologia agrícola, sob a orientação da Comissão de Levantamento Mundial de Utilização da Terra da UGI. Contou, na

ocasião, com o apoio metodológico do polonês Jerzy Kostrowicki, que assumiria posteriormente a presidência da referida Comissão. Os contatos de Kostrowicki com Elza Keller resultaram em linhas de pesquisa que enfocavam preocupações com a qualidade dos dados estatísticos a serem trabalhados nos futuros trabalhos. Em 1968, de retorno ao IBGE, Keller ficou conhecida como uma pesquisadora que, nas palavras de Alexandre Felizola Diniz “lançou as bases de um movimento de profundas mudanças na Geografia Agrária Brasileira” (DINIZ, 1984: 84; apud ALMEIDA, 2000:190). Certamente, em virtude das balizas tanto metodológicas quanto políticas que sedimentou em sua trajetória geográfica, durante os anos 1951-1964, Valverde em muito se distanciaria dessa nova vertente de análise que, nos anos seguintes, viria a ser fortalecida. A fim de melhor compreender as raízes dessas diferenças, cabe averiguar com maior acuidade a natureza das buscas quer técnico-científicas como também políticas que alicerçaram e deram impulso à produção geográfica valverdiana no período em questão. Tal esforço será realizado ao longo dos próximos capítulos²⁷.

Capítulo 9

O CAMPO POLÍTICO DA INSERÇÃO VALVERDIANA NA QUESTÃO AGRÁRIA (1951-1964)

9.1. O reviçamento da questão agrária no segundo governo Vargas (1951-1954)

Após havermos percorrido o período 1951-1964, debruçando-nos sobre as vicissitudes institucionais vividas por Orlando Valverde, convém fixar a atenção no campo político ou, em outras palavras, na maior ou menor expressividade das políticas agrárias governamentais surgidas durante o respectivo intervalo. Dessa forma, inicialmente, cabe dedicar atenção para o tratamento dirigido à questão agrária durante o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) para, posteriormente, fazer o mesmo tomando como referência os anos 1956-1964. Convém esclarecer que esse percurso expositivo, somado àquele abordado no capítulo anterior, permitirá a retomada de uma análise mais direta sobre a obra de Orlando Valverde a partir do capítulo 10, ajudando a esclarecer aspectos substanciais da interpretação à qual chegamos a respeito.

Após contar com uma vitória eleitoral quase lastreada em maioria absoluta, Vargas iniciou seu segundo governo em janeiro de 1951, após eleições diretas. O dirigente político, ao contrário do país que governara durante o Estado Novo, nesse novo momento deparou-se com um Brasil diferenciado, no qual, como nunca, os processos de industrialização e urbanização despontavam pronunciados, fazendo-se acompanhar ainda pelo surgimento de uma classe média urbana. Nessa realidade dinâmica, o nacionalismo enquanto política econômica e o conceito de *desenvolvimento nacional* adquiriram destaque, estimulados em grande parte a partir da campanha de criação da Petrobrás, na qual estiveram envolvidas circunstâncias internas e externas à sociedade nacional que se revelaram propícias à definição final de uma solução nacionalista do problema do petróleo (COHN, 1968:183).

Embora esse período político seja prenhe de significados, para os fins de análise perseguidos é adequado enquadrá-lo sob o flanco da questão agrária em sua articulação com a da industrialização. Assim, do ponto de vista da problemática agrária, o segundo mandato de Vargas foi um período que marcou a gestação de um “projeto novo para a

agricultura” relativamente ao governo Dutra e, como se verá oportunamente, mais abrangente do que viria a ser o de Juscelino Kubitschek. Assim, pelo menos da ótica da questão agrária, o segundo governo Vargas não pode ser visto como simples desdobramento das propostas do governo anterior, como tampouco se pode identificá-lo com as medidas posteriormente adotadas por JK, pois o tratamento varguista da problemática agrária se distinguiu justamente pela forma de articulação com o projeto mais global de industrialização.

Na verdade, o “ineditismo” assinalado não estava na novidade das propostas, mas em seus instrumentos – órgãos tais como a CNPA (Comissão Nacional de Política Agrária) e o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) – e na articulação dessas medidas com o plano geral de aceleração da industrialização capitalista. Mais especificamente, a peculiaridade do projeto de Vargas consistiu em pensar simultaneamente a questão agrária e a questão agrícola, num esforço amplo visando impulsionar o avanço das formas capitalistas no campo e a integração das massas rurais pela concessão, sobretudo, de assistência social e educacional, ainda que estivesse preso ao esquema monolítico do trabalhismo getulista¹. Essa orientação contrastou com a timidez e a falta de articulação entre a problemática agrária e o plano de industrialização encontrada no período Dutra, e, como teremos a ocasião de precisar mais adiante, com a pouca atenção dispensada à questão agrária no governo Juscelino, o qual privilegiou nitidamente a problemática agrícola (TAPIA, 1986:177-178).

Evitando tergiversar das considerações já expostas, se desejássemos caracterizar num apanhado de síntese as iniciativas do segundo governo Vargas atinentes ao equacionamento dos problemas agrários, poderíamos concordar com CAMARGO (1986:147-154), quando afirma que elas representaram uma “ofensiva estatista” voltada para tanto. Do mesmo modo, amparando-nos em DRAIBE (1985:180), podemos admitir que esse governo tenha sido marcado pela aspiração de industrialização acelerada – entendida como condição essencial para atingir o progresso social e assegurar a autonomia nacional –, alinhavando para atingir esse alvo “*um projeto político e econômico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mais profundo e complexo, mais abrangente, ambicioso e integrado que aquele que se delineara ao final da década de 30*”. Embora Vargas não tenha traduzido várias das medidas tomadas durante essa gestão num plano formal escrito, o elenco das mesmas representou, ainda de acordo com DRAIBE (1985:182), um projeto de desenvolvimento urbano e de vinculações

orgânicas entre o campo e as cidades. Ainda seguindo essa mesma fonte, a concepção varguista de desenvolvimento do capitalismo estava assentada em cinco eixos: 1) a industrialização deveria ser um processo rápido, contando com grandes inversões públicas e privadas nos setores de infra-estrutura e indústrias de base, cabendo à empresa pública um papel dirigente; 2) esforço concentrado de modernização da estrutura agrícola por meio de inversões estatais, visando oferecer melhorias técnicas, mecanização, créditos e financiamentos às empresas agrícolas (enfim, tratava-se de modernizar a estrutura agrária e aumentar a produção agrícola); 3) medidas capazes de melhorar as condições de vida das massas urbanas e rurais, entre as quais se destacava a política de redistribuição de renda; 4) solução para a questão do financiamento com a criação de um banco estatal central e de bancos regionais, e o aumento da racionalização da arrecadação tributária; 5) e, finalmente, concepção de uma forma de articulação entre o capitalismo nacional e o internacional por meio da definição de condições preferenciais para a entrada de capital estrangeiro nas áreas consideradas prioritárias.

Em relação à agricultura, considerada como anteparo aos propósitos mais amplos mencionados, o diagnóstico de Vargas identificava mais especificamente quatro obstáculos importantes: a falta de aplicação de técnicas modernas; o uso predatório do solo; a falta de organizações associativas no campo; e a inexistência de um sistema de crédito adequado. Diante disso, Vargas preconizava um conjunto de medidas visando elevar a produção agrícola. Entre as principais colocadas em mira para resolvê-los, constaram: a difusão de técnicas modernas de cultivo, mecanização da agricultura, elevação da produção para o consumo interno e a exportação, crédito para o pequeno e o médio produtor, uma política de preços mínimos, criação de seguros rurais, investimentos públicos em transporte e armazenamento, colonização das terras incultas, uma política de reforma agrária e extensão da legislação trabalhista ao campo (TAPIA, 1986:180). Todas essas intenções eram antevistas pelo dirigente apoiando-se enfaticamente no dinamismo dos médios e dos pequenos empresários rurais – verdadeiros horizontes dos objetivos getulistas para a agricultura –, ampliação da produção dos bens primários para o consumo interno e o reforço do setor exportador por meio de medidas de capitalização e modernização impossíveis de serem levadas a cabo sem investimentos simultâneos no setor industrial (DRAIBE, 1985:197).

Conforme afirmamos, no período Vargas houve a incorporação da problemática agrária no projeto global de avanço do capitalismo no país. Entre as diretrizes principais

dessa articulação, constou a modernização da estrutura agrária, entendida como uma exigência colocada pela aceleração do ritmo da industrialização brasileira². Na Mensagem Presidencial enviada ao Congresso no início de 1951, entre várias questões ressaltadas, Vargas chamou atenção para a ampliação do comércio exterior e considerou que o crescimento da produção agrícola ocorria num ritmo não proporcional ao crescimento demográfico. Nessa mesma ocasião, asseverou que o rendimento médio por área estava conhecendo uma queda para a maioria dos produtos e, entre os fatores responsáveis pela queda da produção agrícola, frisou a falta de aplicação de técnicas modernas na agricultura e de um sistema adequado de crédito especializado principalmente para os médios e pequenos produtores, o uso do solo e de outros recursos naturais que estava conduzindo à dilapidação das regiões novas e às zonas de fronteira e, por último, a desorganização associativa e econômica dos agricultores, criadores e industriais rurais (Mensagem Presidencial, p. 162-163; apud TAPIA, 1986:182-183).

Em primeiro lugar, como medidas capazes de reverter esses fatores indesejáveis, pleiteava-se vividamente, nos círculos governamentais, a necessidade de incentivar a difusão de técnicas modernas para o cultivo do solo e a criação de gado, superando, assim, os métodos rotineiros e empíricos largamente utilizados até então. Alegava-se a necessidade do uso mais racional da terra, ligada à da criação de um núcleo de indústrias produtoras de tratores, implementos agrícolas e insumos no país. Ou seja, o próprio esforço para o progresso técnico na agricultura passava pela aceleração da industrialização (TAPIA, 1986:183). Ainda na mensagem de 1951, Vargas acenou com a extensão de um programa de assistência e com uma legislação social específicos para os trabalhadores rurais, frisando a revisão e efetivação do salário mínimo, e a extensão a estes dos benefícios e vantagens de que gozavam os trabalhadores urbanos, de modo a eliminar a disparidade de tratamento entre essas categorias, o que, a seu ver, era em grande parte responsável pelo êxodo rural (TAPIA, 1986:188).

A expressividade das questões sublinhadas e a importância por elas assumida no segundo mandato Vargas pode ser entrevista ainda no famoso discurso proferido pelo líder político da nação, em abril de 1952, quando convocou os “brasileiros” para a “Batalha da Produção”. Na cruzada da produção agrícola, sublinhou a necessidade de estimular a capitalização dessas atividades por meio do crescimento da inversão de capitais no meio rural e a necessidade da parte do governo de abraçar a implementação

de iniciativas no nível da comercialização dos produtos agrícolas para coibir a ação dos intermediários gananciosos e dos financiadores inescrupulosos. Falou, ainda, da necessidade de organização da classe rural em cooperativas e de uma rede efetiva de associações rurais nos diversos níveis (municipal, estadual e federal) e, finalmente, defendeu com igual ênfase a elaboração de um programa amplo de educação rural de base que, como será brevemente elucidado, mereceria um tratamento específico e nada diminuto durante sua gestão. Também com relação a este último apontamento, no mesmo discurso, Vargas também observou que a adoção de novos processos de trabalho e a melhoria das condições de vida das populações rurais não poderia prescindir de um programa de educação rural de base abrangente (TAPIA, 1986:186), o qual seria elaborado em conjunto pelos ministérios da Educação e da Agricultura. Esse programa educativo caberia ao Serviço Social Rural, órgão cuja criação estava prevista e que tinha como objetivo:

“proporcionar aos trabalhadores do campo a estabilidade econômica, o bem-estar social e a organização racional das pequenas comunidades, não só para incentivar a produção agropecuária, mas também para preservar os recursos naturais, de saúde, de economia doméstica e indústrias rurais e caseiras, de aprendizagem, e artesanato, da educação e das atividades cívicas e sociais, sem prejuízo de outras iniciativas igualmente necessárias à educação do nível de vida das populações rurais” (VARGAS, 1952:314).

Entre as medidas apresentadas para aumentar a produção agrícola, é importante acrescentar que Vargas destacava a necessidade de resolução da questão alimentar, sobretudo o problema do abastecimento dos centros urbanos³. Outra preocupação governamental recaía sobre o oferecimento de amparo ao homem do campo, pois, segundo o Presidente, dois processos o relegavam a uma situação dramática: de um lado, o que chamava de “desenraizamento” dos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e assalariados rurais, em função da difícil situação vivida por essas populações; de outro, a rápida e intensa urbanização – fundamentalmente devida à migração camponesa – bastante superior ao crescimento demográfico da população rural (TAPIA, 1986:187). Por isso, o governo pretendia facilitar o acesso à terra própria por meio de uma reforma agrária e de planos de colonização. Essas iniciativas visavam fixar os trabalhadores rurais no campo, obstando o inquietante fenômeno das migrações – aliás, um receio antigo do líder político – e dando condições para a organização de pequenas e grandes propriedades próximas aos centros de consumo. Em relação à terra, tratava-se de ampliar a oferta de alimentos, por meio da criação de cinturões verdes em

torno das cidades, e de incentivar um melhor aproveitamento das terras acessíveis, com a melhoria nos transportes, horizonte de intervenção que também contribuiria para a recuperação econômica das terras que marginavam as estradas de ferro e outras vias. Munido dessas prerrogativas, Vargas advertia que não era mais possível identificar imigração e colonização, porque esta última estava vinculada “ao problema da acessibilidade e dos usos da terra, da valorização do homem rural e do soerguimento da agricultura nacional” (VARGAS, 1954:298). Ao mesmo tempo, dizia que iria prosseguir na experiência das colônias agrícolas iniciada durante o Estado Novo, porém sublinhando que ela era insuficiente para resolver o problema do acesso à terra. Daí haver a necessidade, além da reforma agrária, de um amplo programa de colonização com a participação dos governos estaduais e dos particulares.

Na Mensagem Presidencial de 1952, Vargas ainda reiterou a disposição de seu governo de fazer avançar a industrialização ao responder às críticas dirigidas pelos setores agrários contra os efeitos negativos trazidos pelo desenvolvimento industrial. Os setores agrários, por intermédio de suas principais entidades – Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo e Sociedade Rural Brasileira –, responsabilizavam o desequilíbrio de tratamento entre indústria e agricultura pela situação de desamparo dos produtores e pelo inquietante aumento do êxodo rural. Algumas vezes, as críticas atribuíam ao crescimento industrial um caráter artificial resultante do protecionismo estatal. Vargas, por seu turno, respondia às críticas indo além dos argumentos expostos quando da apresentação do “Plano Geral de Industrialização”, ocorrida em 1951. A seu ver, havia problemas, mas estes não estavam do lado da indústria, mas, sim, do lado da agricultura; o desequilíbrio alegado entre indústria e agricultura tinha como causa a insuficiência de desenvolvimento desta última. A solução por ele apontada, portanto, entou a prédica da necessidade de se modernizar a agricultura para acompanhar o ritmo e as exigências da industrialização. Vargas insistia, também, no caráter inevitável, mas passageiro, desse desequilíbrio. Asseverou, naquela ocasião, que a obtenção do almejado crescimento “equilibrado” entre esses setores dependia fundamentalmente da introdução de técnicas modernas capazes de permitir elevação da produtividade, o que implicava a mudança da base técnica da agricultura. Na mesma Mensagem de 1952, o líder político identificava na “via conservadora”, lenta, de desenvolvimento capitalista, preconizada pelos setores agrários, uma alternativa que tenderia a agravar os problemas de desajuste entre

indústria e agricultura, de acesso à terra, das condições de vida das populações rurais etc. (TAPIA, 1986:183-185)⁴.

Uma vez passados os olhos nas intenções estatais, no segundo mandato de Getúlio Vargas, em relação ao campo brasileiro e justamente ao período no qual Orlando Valverde volveu mais afirmativamente sua produção para o estudo do uso da terra, convém reunir outros aspectos com ela relacionados de fundamental importância para a compreensão do patamar discursivo no qual se inseriu o geógrafo enquanto funcionário do Estado. Se afirmamos, no capítulo anterior, que parte significativa dos escritos elaborados e publicados por ele entre 1951-1956 esteve atrelada aos trabalhos da CNER (Campanha Nacional de Educação Rural), mister se faz adentrar mais detidamente no escopo de questões suscitado por esse fato que pungiu sua trajetória de pesquisador.

Na verdade, germinada a partir do estabelecimento de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos envolvendo diretamente a educação rural⁵, a CNER foi fundada em 1952 e encerrou suas atividades em 1963⁶. Nos anos 1950, essa Campanha se constituiu no fenômeno mais importante em termos de educação rural capitalista no Brasil (BARREIRO, 1989:89) e, aprumada com as orientações mais gerais passadas em revista das políticas do segundo governo Vargas com relação à questão agrária, representou para este uma extensão de suas intenções modernizantes reservadas ao campo brasileiro.

É interessante atentar para o fato de que a criação da CNER esteve relacionada aos interesses nacionais e internacionais na expansão do sistema capitalista e na modernização do meio rural. Pautado igualmente nas técnicas de “Desenvolvimento de Comunidade”⁷, preconizada pelos organismos supranacionais, esse programa floresceu em consonância com os intentos de preservação do “mundo livre” das “ameaças” dos regimes e ideologias comunistas. Nesse sentido, basta lembrar sua contemporaneidade com o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, assinado durante o segundo governo Vargas, resultante das preocupações geradas pela Guerra Fria. Já para fins internos, a natureza do projeto de trabalho da Campanha vinha ao encontro de certa visão compactuada por Vargas sobre as populações rurais. Em outras palavras, tanto o governante quanto inúmeros setores da intelectualidade e da burocracia estatal do período representavam essas populações como “atrasadas”, “incultas” e “desajustadas”, características que despertavam a função auto-imposta de integrá-las e adaptá-las à sociedade. O político acreditava que os chamados “setores atrasados” poderiam pôr em risco a harmonia e o equilíbrio da sociedade e, desse modo, entre outros recursos,

buscou na Campanha uma forma de estimular o consenso entre as classes para dirimir esse suposto receio (BARREIRO, 1989:98), aliás também não de todo descabido diante do quadro social cada vez mais agravado no campo brasileiro nesse lustro⁸.

Desenhada com essas tintas e nesse contexto, a CNER passou a desenvolver sua pedagogia centrando foco na Educação Fundamental, conforme definições a respeito veiculadas pela Unesco, entre as quais atribuíam-se a essa modalidade de ensino o qualificativo de poderosa para a mudança cultural, destinada a arrancar da “inércia” e da “rotina” populações inteiras. Desse modo, a Educação Fundamental era entendida como instrumento de combate ao “atraso camponês” e, visando expandi-la no território nacional, foi proposta a criação de várias modalidades organizacionais de trabalho, tais como Missões Rurais, Fluviais, Litorâneas e Suburbanas, Centros Regionais de Educação de Base e tantas outras, entre as quais se destaca os Centros de Treinamento de Cooperativismo. Na visão dos idealizadores da CNER, esse tipo de educação e suas principais formas de difusão não deveriam ser associados à idéia de “assistencialismo”, uma vez que sua implementação seria capaz de levar o indivíduo a compreender o valor dos bens e a obtê-los por si mesmo⁹.

Quanto ao objetivo lapidar encerrado na proposta das Missões Rurais, asseverou-se a necessidade de se levantar o nível da comunidade onde operavam, lançando mão, exclusivamente, de técnicas educacionais. Entre elas, no plano operacional, a educação sanitária constou como uma medida essencial. Entre outros de seus objetivos, constavam: levar às comunidades e indivíduos do meio rural os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, visando alcançar o progresso econômico e social; elevar os níveis econômicos da população rural; e promover o emprego de técnicas avançadas de organização e de trabalho. Numa palavra, havia da parte de seus monitores a convicção de que a educação resolveria os problemas sociais existentes entre as populações rurais.

De acordo com a perspectiva passada em revista¹⁰, percebe-se que a educação rural era colocada como um fim em si mesma, servindo para acobertar os determinantes estruturais da condição a que estavam submetidos os camponeses dos anos 1950. Resumindo, em vez de se abordarem os problemas dos camponeses no contexto estrutural da luta de classe, eles eram deslocados ao nível do individual e da comunidade. O referido aspecto, conforme análise a respeito empreendida por BARREIRO (1989:111-112), pode ser sintetizado nos seguintes moldes:

“[...] questões que determinavam a existência daquelas condições de precariedade e pobreza entre os camponeses, como a exploração capitalista da força de trabalho agrícola e a expropriação da terra, advindas com a organização agrária dos anos cinquenta eram aprovadas pela CNER, que explicava sistematicamente a origem da penúria dos camponeses pelo primitivismo e atraso de sua cultura. Assim, pois, a Campanha Nacional, comprometida com os interesses do Estado, cuja tarefa era a de preservar as estruturas dominantes e favorecer o desenvolvimento do capitalismo, pela via da modernização do meio rural, vê na educação a solução para os problemas sociais dos camponeses”.

Uma vez a par desses elementos, importa por ora perfazer ainda os horizontes contextuais relativos ao tratamento político da questão agrária no período 1956-1964.

9.2. A questão agrária no auge e na crise do desenvolvimentismo (1956-1964)

No Brasil, a partir de 1954, assistiu-se a uma crescente convergência das posições assumidas pela burguesia industrial e pelos setores agrários modernizantes sobre a questão agrária¹¹. Essa aproximação entre industriais e proprietários rurais constituiu-se num dos marcos do período 1954-1964, quando o contexto das relações políticas sofreu importantes mudanças, com a ascensão dos movimentos rurais e a radicalização das forças políticas urbanas no país, principalmente dos trabalhistas e dos comunistas. De certa maneira, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a industrialização, que seria consolidada com o conhecido Plano de Metas, encerraria uma etapa da discussão pela reforma agrária, em que o eixo da luta estava fortemente ligado aos anseios de avanço da industrialização e ao combate contra o agrarismo antiindustrialista. Foi ainda nessa administração que se abriu um novo período no qual a problemática agrária, especialmente a reforma agrária, sofreu transformações de vulto. De um lado, novas alianças e novos protagonistas surgiram em cena; de outro, algumas questões passaram a ser equacionadas pelo avanço da industrialização, ao mesmo tempo em que outras foram recolocadas com mais agudeza. Deslindar esse contexto, ainda que um tanto sucintamente, é de bom grado perante a necessidade anteposta em nosso trabalho de circunscrever melhor as condições então colocadas para a elaboração da contribuição geográfica valverdiana e de seu respectivo registro ideológico na discussão dos destinos do campo brasileiro concernente ao período 1956-1964.

9.2.1. Anos JK: omissão da questão agrária e modelo oligárquico de apropriação territorial (1956-1961)

Tomado no plano mais geral de suas diretrizes, é de largo conhecimento que o governo de Juscelino Kubitschek inaugurou uma linguagem nacionalista com o rechaço do xenofobismo, voltando-se decididamente para o propósito da industrialização acelerada associado à ampliação da capacidade de geração de energia, da siderurgia e das redes de transporte. Além disso, às expensas do antimudancismo assumido por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, nele também mereceu resgate a marcha para o interior, um componente geográfico significativo aclamado em outros idos políticos. Reavivada durante os anos JK como também o seria em ocasião posterior da história brasileira¹², a “nova Marcha para o Oeste”, insuflada nos meios políticos e na opinião pública durante esse período, elevou à primeira cena dos debates a decisão de construir a nova capital do país, Brasília, em um quadrilátero situado no estado de Goiás. Além do novo Distrito Federal e de acordo com o plano mais geral de desenvolvimento propugnado para o país nessas quadras, a marcha para o interior também contou com a concretização das estradas Belém–Brasília e Cuiabá–Porto Velho, descerrando novas oportunidades de acesso à terra e de comercialização de produtos.

Não menos importante do que essas obras, durante a campanha de JK à presidência da República (1955) e sobretudo durante sua administração, o desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo foi consolidado como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil, cujos traços essenciais consistiram no compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista. Apenas para dar uma idéia do teor dessa colocação, José Joffily, influente político do período, teve a justeza de observar que não fazia parte do estilo da época a “linguagem do desenvolvimento”, então grassada a partir dos círculos governamentais. Decerto, deveras matizada por números, metas e estatísticas, vale lembrar que ela não esteve presente, por exemplo, nas duas campanhas presidenciais que antecederam a de JK, isto é, as de Dutra e Vargas (MOREIRA, 2003:159).

Um tanto resumidamente, pode-se dizer que as três características indicadas *in limine* e que conferiram o perfil mais realçado da administração JK consubstanciaram-se no conhecido Plano de Metas, documento essencialmente econômico dividido em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12),

alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). Para os fins aqui perseguidos, considerando não ser essencial adentrar nas minudências desse assunto, cabe apenas balizar que Juscelino tirou todos os proveitos políticos da execução do referido Plano, cujo êxito, baseando-se na literatura dedicada ao assunto, foi inegável¹³. Com efeito, no transcurso de seu governo e tomando-o no conjunto, a ampliação do parque industrial multiplicou efetivamente os empregos para os trabalhadores urbanos e ofertou às camadas médias, do mesmo modo, novos produtos de consumo antes pouco acessíveis, pois caros e obtidos pela via da importação. Aliás, para muitos contemporâneos de JK, o impressionante desenvolvimento econômico assim atingido justificava considerar o projeto nacional-desenvolvimentista como a concretização da tão esperada e chamada “revolução industrial brasileira”.

Todavia, importa salientar que o modelo de industrialização adotado por JK, à parte certa especificidade, isto é, baseado na maior presença do capital estrangeiro, não era algo novo no Brasil. Ao contrário, o mesmo padrão já estava claramente em andamento pelo menos desde o Estado Novo. Realizava-se, além disso, graças ao apoio político do Estado, no sentido de promover a produção interna de industrializados que eram mais freqüentemente importados pelo país. Eis por que, um tanto de passagem, tal modelo recebeu a alcunha de “industrialização substitutiva de importações” (SINGER, 1983:214). A bem dizer, tal modelo de industrialização também não se esgotou com o encerramento do governo JK ou com o fim da experiência democrática, pois, no regime autoritário iniciado em 1964, o modelo recobriria fôlego, sendo, até mesmo, aprofundado (SINGER, 1983:225).

De posse dessa particularidade e diante do quadro até aqui esboçado, é preciso determo-nos um pouco mais no fato de que, nos anos JK, a implementação desse modelo de desenvolvimento emparelhou-se com um aspecto de grande importância que também lhe conferiu certa especificidade. Na verdade, o nacionalismo veio a somar-se ao perfil desenvolvimentista da política modernizadora de Juscelino, e esse lado do presidente e de sua administração expressou-se também por meio de uma linguagem específica, defensora do *desenvolvimento nacional*, dos *interesses nacionais*, das *forças nacionais*, da *integração nacional* etc. Entretanto, ao ser visto quanto à base de sustentação e elaboração ideológica que o acompanhou, o tônus desse discurso foi derivado, sobretudo, da aliança política estabelecida entre JK e partes significativas do

chamado movimento nacionalista que, ao fim e ao cabo, garantiu à sua plataforma política o epíteto de “nacionalista” (MOREIRA, 2003:161).

Em análise ampla do assunto, com a preocupação dirigida especificamente para a compreensão das implicações territoriais das políticas desenvolvimentistas de JK, que se amparou numa visão isebiana da sociedade brasileira¹⁴, BESSA (1994:115) frisa que os anos dessa administração se caracterizaram pela afirmação de relações entre o plano de desenvolvimento propugnado e os esquemas de legitimação ideológica da política de modernização. Conforme ressalta o estudioso, esse campo de análise é de difícil definição, pois não deixa de ser paradoxal que uma política de internacionalização da economia tenha sido compatibilizada com um discurso de corte nacionalista de larga amplitude no cenário político-ideológico da década de 1950. Após haver percorrido a tese do colonialismo interno de Celso Furtado, o tratamento dedicado à “questão regional” na *Revista Brasiliense*, pela atuação vivaz de intelectuais como Caio Prado Júnior e de seu primo Elias Chaves Neto¹⁵, e as várias posições nacional-desenvolvimentistas emanadas do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), Bessa assevera conclusivamente em seu trabalho não ser adequado entender que as propostas nacionalistas das correntes de esquerda e centro-esquerda tenham sido completamente obliteradas pela dinâmica dos acontecimentos que ensejaram a modernização do país. Esse parecer é fundamentado tomando-se em conta a própria implementação das políticas territoriais implícitas no programa de desenvolvimento imposto a partir de 1956.

Contrariamente ao que se constata nas análises correntes sobre o tema, BESSA (1994:116) ainda defende que o aspecto da ideologia nacionalista na política econômica se impôs no que se refere à legitimação da gestão territorial imposta pelo Estado. Portanto, se é verdade que os rumos da política econômica ensejados pelo governo JK transformaram o país pela “internacionalização da economia”, não é menos verdade que a construção de Brasília ou o montante de investimentos destinados à configuração de uma nova rede de transportes, aliados ao início das políticas regionais com a Sudene (1959), ratificaram o posicionamento daqueles setores nacionalistas cujas demandas pareciam deslocadas na estratégia de modernização do Estado (BESSA, 1994:117).

Assim, interessa ressaltar que, nos anos JK, as teses nacionalistas no movimento de “construção da nacionalidade” ganharam plausibilidade a partir de um conjunto de diretrizes que organizaram a estrutura territorial do país de acordo com as indicações

prescritas no Programa de Metas. Apesar das diferenças de nuances, por exemplo, entre isebianos e cepalinos, pode-se afirmar que o projeto de modernização conservou uma face redistributivista, tendo postulado a impossibilidade de se consignar o desenvolvimento do país valendo-se de uma aliança com as “forças do atraso”. O radicalismo desse argumento, compartilhado por várias tendências intelectuais do período, singularizou-se justamente por uma profunda crítica à estrutura sócio-econômica alimentada pelo padrão de desenvolvimento nacional imposto pelas oligarquias regionais e pela institucionalidade estatal patrimonialista daí advinda, destacando a necessidade de se abrirem novas formas de inserção de uma sociedade que se urbanizava rapidamente no encaminhamento das questões nacionais (BESSA, 1994:117).

Ainda com relação à “construção da nacionalidade”, seria imperdoável não considerar outra de suas faces, que possui significância geográfica. Conforme atenta MORAES (2002:171-172), se, num período anterior ao aqui analisado, a concepção de identidade brasileira defendida por Getúlio Vargas estivera constituída pelo somatório de suas “culturas regionais” e, fato notório, fora acompanhada por implicações nada diminutas na emergência dos regionalismos e na solidificação do recorte regional como principal leme dos estudos geográficos, a partir dos anos 1950 o entendimento da realidade regional sofreu transformações. Até mesmo num percurso extensivo à década de 1970, assistiu-se no pensamento social brasileiro a transmutação da realidade regional que, de elemento cultural, passou a figurar como objeto da economia. Em outras palavras, na variação sincrônica de sua conotação valorativa, de identidade simbólica ela passou a ser concebida como estrutura material, deixando de ser uma entidade positiva e benéfica de roupagem ancestral, tributada à cultura regional. A partir de então, a questão regional passou a ser revestida de uma avaliação negativa. Colocado nesses termos, esse trâmite valorativo terminou por alçar a particularidade regional ao estatuto de problema econômico, impasse cuja solução adviria, sobretudo, do planejamento regional¹⁶.

Uma vez estando a par da revalorização da questão regional processada a partir dos anos 1950, é relevante por demais hastear um aspecto corolário dessa mudança. Na verdade, a visão desenvolvimentista operou a passagem valorativa em questão sem descurar da reafirmação da prédica referente à ocupação dos fundos territoriais, colocando esse problema, a bem dizer, como central, dissimulando os interesses nele

implícitos e por ele viabilizados sob o apanágio de ser aquela uma estratégia fundamental a fim de derrocar o subdesenvolvimento e construir uma ordem capitalista de base nacional. Servindo a essa visão, operou-se igualmente a reafirmação da ruralidade como a causa dos males do país, tributando-se concomitantemente ao meio urbano a qualificação de *locus* privilegiado da modernidade almejada. Esse enquadramento simbólico atestou sua eficácia principalmente nos anos JK, quando então guarneceu de argumentos favoráveis a construção de Brasília e favoreceu o grande adensamento da rede urbana e da malha viária brasileira. Todavia, tidos como peças do impreterível esforço modernizante do qual importava não se desviar, todas essas metas e realizações geraram ao mesmo tempo inúmeros impasses políticos, “*em parte ocasionados pelo sucesso da iniciativa num contexto estrutural pautado por sucessivos processos de modernização conservadora*” (MORAES, 2002:174). Ao término, pouco mais adiante, a ordem democrática e os imperativos do crescimento econômico vieram a combater na resolução desses impasses, resultando na deflagração da conhecida crise institucional cujo ápice foram os eventos do golpe militar de 1964.

De posse dos elementos até aqui reunidos, compete clarificar suas conseqüências e relações para a questão agrária propriamente dita. Seguindo os intentos de nosso trabalho, é necessário considerar que, dentro do projeto de modernização capitalista encerrado na almejada “revolução burguesa”, as contradições do campo brasileiro foram parcamente tratados. Cabe ressaltar que esse projeto desenvolvimentista de modernização foi fundamentalmente industrial. Na verdade, nos anos JK, mesmo tendo estado presente no discurso oficial, o problema agrário ocupou lugar secundário na agenda governamental. Basicamente e de certo modo acompanhando o redimensionamento da questão regional, as iniciativas do Executivo no período foram indiretas, como a Openo (Operação Nordeste), que acarretou a criação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). CAMARGO (1979:166), por exemplo, enfatizou o papel político da estratégia Nordeste-Sudene, que teria expressado, a seu ver, a intenção do governo de deslocar a atenção da questão social (reforma agrária) para a questão regional. Tal deslocamento seria expressado no abandono da proposta do Estatuto do Trabalhador Rural e na concentração das atenções na Sudene. Já no âmbito do Congresso, afora o projeto do recém-mencionado Estatuto, de Fernando Ferrari, TAPIA (1986:470) atesta ter encontrado poucas propostas importantes a respeito da questão agrária nas fontes de sua pesquisa colhidas no Senado

Federal. Entre elas, merece menção um projeto do petebista Josué de Castro, que visava à regulamentação dos dispositivos constitucionais referentes à desapropriação por interesse social, e uma outra proposta propugnada por Útimo de Carvalho (PSD), mineiro e importante figura nos meios conservadores, que defendia o aumento da produtividade agrícola.

A tomar como referência e sola as fontes especializadas consultadas, pode-se dizer, em outras palavras, que, durante os anos JK, o salto de desenvolvimento verificado no país não foi acompanhado por transformações igualmente aceleradas no campo institucional (onde permaneceram esquemas de cooptação de corte claramente clientelista ao lado de racionalização do aparelho do Estado), como também não se avançou com a mesma força sobre a própria questão agrária ou as conseqüências advindas da própria exploração capitalista. Portanto, não é desprovido de sentido afirmar, ao menos nesse particular, que a aspiração redistributivista nesse projeto não contemplou a crítica das formas de exploração subjacentes à proposta de modernização capitalista, fazendo com que o discurso nacional-desenvolvimentista tenha se constituído via uma “modernidade acrítica” (BESSA, 1994:117-118)¹⁷.

De qualquer forma, no que tange ao nacional-desenvolvimentismo, cabe dizer que, ao haver pontuado a impropriedade de se pensar o Brasil a partir das matrizes teóricas conservadoras, estivessem estas ligadas a uma antropologia racista ou a qualquer determinismo geográfico de caráter geopolítico, essa corrente de pensamento ponderou a viabilidade de se pensar a “nacionalidade” enquanto um projeto positivo, a ser posto como alternativa estratégica dos estratos médios, dos proletários e da burguesia progressista contra a hegemonia oligárquica em suas relações de subordinação no cenário internacional. Assim, se, de uma parte, o nacional-desenvolvimentismo, como é amplamente reconhecido, não consentiu numa alternativa revolucionária para a superação do subdesenvolvimento, de outra, suas atividades estimularam um reformismo de corte “radical” de acordo com as possibilidades políticas então colocadas no cenário daquele período. Na verdade, atento aos problemas sócio-econômicos, o nacional-desenvolvimentismo soube difundir um conjunto de propostas que se constituiu enquanto contrapeso diante das idéias conservadoras antiindustrialistas e oligárquicas ainda remanescentes na década de 1950 (BESSA, 1994:118-119) e, tomando-se por base a colocação enunciada logo no início do tópico

ora apresentado, não esteve imune à aproximação verificada entre industriais e proprietários rurais.

Ademais, por ora adentrando um pouco mais nas filigranas políticas desse período, cabe sublinhar que a sustentação política e partidária do governo JK baseou-se na aliança entre o PSD (Partido Social Democrático), de Juscelino, e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), do vice-presidente João Goulart. Se, numa ilharga, o PSD detinha um perfil conservador, nitidamente ruralista, na outra, o PTB altercava-se em defender os interesses trabalhistas, com inserção, sobretudo, no meio urbano. A aliança PSD-PTB conferiu à administração JK um aspecto de governo de “centro”, pois veio a combinar setores políticos com agendas bastante diversas. Ainda no espectro político, a maior legenda de oposição era a UDN (União Democrática Nacional), combatente ostensiva da herança política e ideológica de Getúlio Vargas claramente presente na aliança PSD-PTB. Este último partido defendia, ademais, o *slogan* da “moralidade pública” como sua bandeira número um. Aliás, foi desse modo que, no referido período, esse partido conquistou eleitores urbanos sensíveis ao discurso da moralidade política, enquanto, todavia, nas áreas do interior onde possuía também uma forte base ruralista, disputou a hegemonia com o PSD (MOREIRA, 2003:165).

É de interesse destacar que o PTB, ao lado do PSD e da UDN, firmou-se como a terceira maior legenda do período democrático (1946-1964). No entanto, conforme se encontra bastante disseminado na literatura, cresceu em ritmo muito mais acentuado, em detrimento dos demais partidos (HIPPÓLITO, 1985:58-59; DELGADO, 1989:202). Com efeito, a ampliação das bases sociais e as políticas petebistas lograram êxito, principalmente graças à defesa dos interesses dos trabalhadores e de reformas sociais que atendiam aos estratos menos favorecidos da população. A bandeira trabalhista repercutia entre os setores populares das cidades enquanto, no campo, ampliava-se a atuação do partido, organizando diretórios e influenciando na expansão do sindicalismo rural (HIPPÓLITO, 1985:191; DELGADO, 1989:203). A despeito da ausência de ênfase com relação à questão agrária no desenvolvimentismo juscelinista, o crescimento do partido no meio urbano e sua presença cada vez mais significativa no interior incomodou as elites tradicionais e sinalizou uma maior radicalização do panorama político nacional¹⁸.

Em meio a esses processos de caráter político-partidário e às características mais gerais da administração juscelinista, cabe chamar a atenção para o fato de que a própria classificação sumária de Brasília como símbolo do governo Kubitschek pode ser vista

como uma das peças deliberadas do desprestígio da questão agrária ao qual nos referimos há pouco. Para alguns analistas, o andamento e concretização dessa iniciativa podem ser enquadrados como tendo sido uma forma de reiteração exclusiva de certas funções dessa cidade em detrimento de outras questões não menos importantes na época. Em extensivo e interessante estudo sobre o tema, MOREIRA (1995:12), por exemplo, defende que, ao se constatar o êxito do governo em efetuar a transferência da capital para o Centro-Oeste, a historiografia tende a interpretar a política mudancista como um fato consumado já no próprio período de construção da cidade. Adverte a historiadora, porém, que a questão não é pensada a partir dos problemas, ambigüidades e contradições que suscitou, sobretudo quando entrevista do flanco da questão agrária. Assim, a seu ver, tal política pode ser compreendida ao mesmo tempo como um fato e um êxito que, ao contrário, serve para explicar outros fatos e êxitos do então governo de Juscelino Kubitschek, em que se inclui o tímido – para não dizer impróprio – equacionamento do referido problema¹⁹. De modo que, se esse tipo de avaliação exige uma descrição do conteúdo ideológico subjacente à construção da nova capital, esse intento foi devidamente realizado em duas ocasiões por MOREIRA (1995 e 2003), quando explicou o governo JK a partir das inter-relações políticas estabelecidas entre o projeto social nacional-desenvolvimentista – defendido e implementado por Juscelino – com dois outros projetos importantes no período e que, além disso, faziam face ao programa juscelinista à direita e à esquerda do panorama político: o ruralista, nitidamente conservador e autoritário, e o nacionalista econômico, crescentemente reformista e abertamente popular (MOREIRA, 2003:158).²⁰

Finalmente e passo adiante, uma vez cingidas essas tintas contextuais, cremos ser possível ir ao encontro de uma complementação do quadro político-econômico relativo ao período 1956-1964.

9.2.2. Alternativas moderadas de reforma agrária e reformas de base (1961-1964)

O período do governo Kubitschek, de acelerado crescimento econômico e, para os padrões brasileiros, de estabilidade política, foi também de auge do desenvolvimentismo no pensamento econômico nacional. Em contrapartida, não se pode dizer o mesmo sobre o período subsequente, pois, de 1961 até o golpe militar de

1964, irromperam diferenças substanciais com relação aos aspectos mencionados. Na realidade, nessa físga temporal, a sociedade brasileira conviveu com forte instabilidade política, presenciou inédita mobilização a favor de reformas sociais e esteve embrenhada em grandes dificuldades monetárias, financeiras e cambiais; ademais, como complemento agravante, a partir de 1962 e principalmente 1963 o país deparou-se com acentuado declínio nas taxas de crescimento. Somadas, essas características também precipitaram uma crise no chamado desenvolvimentismo tradicional, cujos termos serão logo precisados.

Mantendo o leme nessa direção, cabe lembrar inicialmente que, ao lado dos condicionantes contextuais frisados e mais especificamente no plano político, após o período desenvolvimentista de JK o Brasil adentrou na efêmera era Jânio Quadros, trafegou nas indefinições de João Goulart e foi lançado para as malhas dos governos militares. Quando tomada em conjunto, essa fase também se caracterizou por ser altamente conturbada, pois esteve carregada de ideologias e extremismos. Nela, num apanhado simplório, porém ilustrativo, pode-se dizer que a luta político-discursiva esteve prenhe de expressões constantes quer na imprensa quer nas conversas, tais como as de “Reformas de Base”, “imperialismo”, “capital estrangeiro”, “forças populares”, “comunismo”, “subversão”, “República Sindicalista”, entre outras.

Na verdade, pouco antes do início do período em evidência, o quadro anteriormente descrito de “esfriamento” da questão agrária vigente nos anos JK começou a sofrer modificações nada desprezíveis. Com efeito, tal movimento já havia sido prenunciado no final da década de 1950, quando despontou o tema das reformas de base, instaurando um patamar discursivo deveras peculiar que cumpriria papel proeminente nos anos seguintes. A esse respeito, é CAMARGO (1979:167) quem afirma que uma inusitada mentalidade emergiu na cena política de então,

“com a tomada de consciência que se delineia ao final do período juscelinista, favorável a amplas reformas de estrutura – as reformas de base – entre elas, à frente delas, a integração das camadas rurais ao processo econômico – o desenvolvimento – e político à cidadania”.

Aliás, convém precisar que essas novas condições sociais e políticas já estavam presentes na campanha presidencial de 1960, quando tanto o candidato das ditas forças progressistas, Marechal Lott, quanto o Sr. Jânio Quadros, apoiado pela UDN, defenderam em suas respectivas plataformas de governo a realização de transformações

na estrutura agrária²¹. Na verdade, essa entoação manifestou-se não somente como reflexo da nova conjuntura mencionada mas também da maior politização alcançada pela sociedade brasileira. Foi justamente de acordo com essas condições colocadas que se assistiu, no mesmo período, a uma crise no pensamento desenvolvimentista, expressa na literatura de então e que teve como um de seus desdobramentos notórios o início de um esforço de reciclagem quanto ao processo de planejamento.

Adentrando, por ora, tão somente na especificidade da crise pontuada, importa destacar que o projeto de industrialização planejada, que vinha orientando de forma cada vez mais intensa, por exemplo, o pensamento dos economistas brasileiros, deixou de ser, no bojo das inflexões mencionadas, o núcleo ideológico das propostas e análises econômicas. Apenas para citar um exemplo, ao tomar esse flanco de análise, BIELSCHOWSKY (2000:409-410) teve por bem sintetizar o referido quadro de crise sumariando alguns de seus termos mais importantes. Vale, assim, deixar ressoar alguns de seus apontamentos a respeito.

Quanto à reflexão econômica, o autor sustenta em seu trabalho que ela esteve submetida majoritariamente a duas questões. A primeira delas, gravitava em torno dos problemas conjunturais de inflação e crise do balanço de pagamentos da economia brasileira. Ao lado disso e como segundo esteio determinante do pensamento econômico da época, sobressaiu neste o acalorado tema das “reformas de base”, justamente por não ter estado imune ao acato de mudanças expressivas da respectiva conjuntura social. Na verdade, a temática das reformas sociais, com destaque para a agrária, adquiriu particularidade incontestada nessa fase do debate econômico nacional, pois, pela primeira vez, ela passou a constar como elemento básico de um quadro geral de avaliação sobre a experiência recente de industrialização no país e que passou a ser entrevisto na perspectiva das possibilidades de desenvolvimento no longo prazo da economia nacional.

A par dessas pontuações e não menos importante, BIELSCHOWSKY (2000:409) ainda sustenta que as duas questões anteriores acabaram por reduzir sobremaneira a ênfase das inquietações desenvolvimentistas tradicionais, ou seja, o planejamento das inversões industriais e o crescimento da economia como um todo. De um lado, estribadas na primeira delas, as atenções de curto prazo do pensamento econômico estavam dirigidas para a busca de soluções para os problemas monetários e do balanço de pagamentos. De outro, amparado e estimulado pela segunda questão, o debate

econômico passou a entender que o desenvolvimento estava a exigir acentuadas mudanças de caráter institucional no país ou, em outras palavras, as reformas de base, condição alegada para se viabilizar o alcance do estágio do progresso econômico e social aspirado pelos defensores da industrialização.

Como consequência desses pólos margeadores da reflexão econômica de então, uma nova dimensão política e um inédito conteúdo social foram instaurados no interior da vertente desenvolvimentista não-conservadora, cuja característica mais importante foi a de se distanciar do projeto desenvolvimentista original, isto é, daquele tal qual se havia afirmado nas décadas anteriores. Todavia e em todo caso, embora essa última corrente tenha sido apaziguada nesses termos, isso não permite afirmar que ela tenha sofrido um abandono devastador. Mais justo é afirmar que se tratava, no mínimo, do irromper de um desenvolvimentismo profundamente alterado, decerto absorvido pelas campanhas “reformistas” e, nesse sentido, menos otimista. Na verdade, espalhava-se a concepção de que, no âmago das estruturas institucionais prevalecentes, a continuidade do desenvolvimento não era tarefa fácil para não dizer inviável em vista da conjuntura financeira e das estruturas sociais vigentes. Conforme era divulgado na época, acima de tudo estaria faltando uma equação financeira que possibilitasse um crescimento desacompanhado de graves desequilíbrios monetários. Outra consideração vertida e bastante comum era o reconhecimento crescente de que, salvo por uma reforma na estrutura da propriedade rural e de uma alteração no padrão de distribuição de renda, o desenvolvimento industrial não conseguiria resolver, conforme havia sido pensado e alegado, o problema do desemprego e da pobreza da maioria da população e de vastas regiões do país. No comboio de sinais do tempo, que não faziam senão afirmar essas concepções, 1963 foi, entre os anos aqui analisados, particularmente sensível a esses temores, pois nele se iniciou uma recessão econômica responsável por ampliar o pessimismo, o que de fato contribuiu para fragilizar ainda mais a perspectiva desenvolvimentista tradicional, colocando-a definitivamente em crise profunda.

Ademais, no cerne e decurso das tendências apresentadas, concomitantemente à crise em pauta, certa perspectiva recém-introduzida em outros países latino-americanos dava seus primeiros passos no Brasil, ajudando a minar o desenvolvimentismo anterior. Tratava-se da difusão do entendimento de que a superação da recessão e o próprio crescimento econômico de longo prazo encontravam-se na dependência de reformas institucionais capazes de promover a redistribuição de renda no continente. Nesse

movimento renovador da história do pensamento econômico do qual o brasileiro não escapou, não tardou o aparecimento das primeiras manifestações analíticas asseverando a inviabilidade de crescimento econômico sem a articulação das reformas distributivas e de justiça social. Sob a pedra de toque dessa premissa, de fato abriu-se um novo período de debates econômicos, em que as correntes de pensamento passaram a se caracterizar não mais pela posição que assumiam no que dizia respeito à interação de crescimento e distribuição de renda. A partir desse momento e até fins dos anos 1960, de um lado os economistas reformistas manteriam por demais acesa a crença de que a única via economicamente viável de desenvolvimento consistiria na melhora da distribuição de renda. Noutra ponta do debate econômico e por sua vez, os economistas conservadores não descuraram em amadurecer uma estratégia de aprofundamento do capitalismo, afastando-se de preocupações mais pesadas com as questões de cunho distributivo. Por último, no que concerne aos economistas da extrema esquerda, estes trataram de contestar tanto os conservadores como os reformistas, firmando-se no solo da recusa de aceitar a viabilidade de qualquer estratégia de desenvolvimento econômico e social capitalista no país.

Apenas para alinhar o quadro até aqui descrito de crise do desenvolvimentismo, finalmente cabe dizer que ele também foi aprofundado por dois aspectos ideológicos importantes. Primeiro, pairava a visão de que a “industrialização” já era, até certo ponto, um fato consumado e de que, mesmo entre boa parte dos economistas conservadores, o “planejamento” passara a ser um conceito de ampla aceitação. Perante tais circunstâncias, a mensagem vanguardista das décadas anteriores, baseada na prédica da “industrialização planejada”, passou a não mais contar com o apelo ideológico desfrutado no passado. Segundo, como desdobramento da marcha das esquerdas, o recrudescimento do nacionalismo nos anos 1961-1964 contribuiu para acender as contendas sobre as perspectivas de longo prazo da economia brasileira, ao estimular a discussão sobre a afirmação econômica e política da nação (BIELSCHOWSKY, 2000:410).

No que tange ao último aspecto, quando particularmente colocado em feixe comparativo com as orientações da política externa brasileira do período, o estudo de VIZENTINI (2003) atesta ter se chegado ao ápice de um esforço de independência relativo ao assunto justamente nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Conforme frisa e fundamenta esse especialista, partindo da constatação de que a política externa

brasileira desde pouco antes (1951-1964) já vinha apresentando características novas que a diferenciaram das fases anteriores, pode-se igualmente afirmar que os projetos com ela relacionados durante o nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo-associado de JK e a política externa independente daqueles outros dois líderes conservaram acentuados traços compartilhados, o que permite considerar que entre eles tenha sobressaído certa continuidade. Na verdade, ainda que caracterizada por certas ambigüidades e interrompida por um hiato após o suicídio de Vargas, a política externa brasileira apresentou, nesses três períodos mais amplos, um aprofundamento contínuo, que atingiu seu máximo com a conhecida PEI (Política Externa Independente) lançada por Jânio Quadros, o que fez com que ela passasse, a partir desse momento e no curto intervalo 1961-1964, a superar várias limitações dos governos Vargas e Kubitschek (VIZENTINI, 2003:202).²²

Não obstante os avanços nesse setor, no que diz respeito ao plano interno, Jânio Quadros, que viria a sair vitorioso com 48% dos votos nas eleições à presidência da República, defendera durante sua campanha, a extensão da legislação social às populações rurais e a elaboração de uma lei agrária objetivando o acesso à terra, alegando visar com isso assegurar à propriedade o seu sentido social. E, uma vez empossado no cargo, ele continuou a defender mudanças na estrutura agrária. Em sua Mensagem de 15 de março de 1961, mencionou a intenção do governo de adotar um conjunto de medidas visando transformar a estrutura agrária. Entre as cogitadas se destacaram: a) o envio de uma proposta para apreciação do Congresso disciplinando o trabalho rural; b) a elaboração de um estatuto da terra voltado para o incremento da produção agrícola; e c) a incorporação das massas rurais à economia nacional. Nessa Mensagem, o Presidente recém-eleito ainda advertiu os especuladores e os absenteístas que o governo pretendia coibir, com emergência, a retenção anti-social da terra. Nesse sentido, os acenos de Quadros foram anunciados com um conjunto de medidas, as quais iam da tributação rigorosa à desapropriação por interesse social²³.

Ainda no cômputo das orientações esboçadas na referida Mensagem, algumas delas viriam a se materializar rapidamente. Conforme já constara naquele seu pronunciamento, o novo Presidente criou, em 15 de abril de 1961, um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um estatuto da terra. Presidido pelo senador Milton Campos (UDN-MG), esse grupo foi composto pelos deputados Barbosa Lima Sobrinho (PTB-PE), Nestor Duarte (PL-BA) e Fernando Gomes (UDN-MG) e por economistas e

técnicos governamentais e de outros setores, como Inácio Rangel e Thomaz Pompeu Accioly Borges, D. Hélder Câmara (secretário-geral da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Edgar Teixeira Leite (vice-presidente da Confederação Rural Brasileira), Ângelo de Sousa (Ministério da Fazenda) e Ivan Luz (Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização). Os trabalhos desse grupo ficaram conhecidos como pertencentes ao “Grupo de Trabalho Milton Campos” e somente viriam a ser concluídos no ano seguinte, em fevereiro de 1962, durante o primeiro gabinete parlamentarista.

Ao mesmo tempo em que o Executivo manifestava sua intenção de incentivar a realização de mudanças na estrutura agrária, o PSD, no Congresso, tomava a iniciativa de propor um projeto de reforma agrária. O Congresso criara uma “Comissão Especial de Reforma Agrária”, com a incumbência de elaborar um substitutivo, mediante a análise de projetos existentes na casa, como era o caso daqueles propugnados em diferentes épocas pelos parlamentares Nestor Duarte, Coutinho Cavalcanti e Último de Carvalho. Para relator dessa Comissão foi designado o deputado paraibano José Joffily, pessedista, pertencente à “Ala Moça” e à Frente Parlamentar Nacionalista (ver, sobre estas, a nota 18 do presente capítulo).

Considerando as duas iniciativas citadas, vejamos primeiramente alguns pontos do teor relativo ao Projeto da Comissão Milton Campos para, em seguida, tecer algumas considerações igualmente apenas essenciais sobre o substitutivo José Joffily.

Cabe dizer, de início, que a Comissão Milton Campos, quando criada em 1961, exprimiu o ambiente político, naquele momento favorável a soluções reformistas moderadas. Todavia, na ocasião da entrega do projeto ao Conselho de Ministros, o referido ambiente sofrera modificações. Paulatinamente e de forma crescente, com o avanço da mobilização dos setores nacionalistas, a favor das reformas de base, e dos movimentos camponeses, empunhando a bandeira “Reforma agrária na lei ou na marra”²⁴, as propostas de reforma agrária tenderam a se radicalizar em alguns pontos polêmicos, tais como a necessidade de emenda constitucional e a tese da redistribuição da propriedade fundiária. Ao mesmo tempo, o Executivo, nesse momento, não tinha interesse em encampar o projeto. Nascido com a chancela do governo, o projeto Milton Campos iria ser, na prática, abandonado à própria sorte. O desinteresse do gabinete Tancredo Neves não se devia apenas ao fato de que o tom da luta pela reforma agrária mudara. Segundo TAPIA (1986:485), é preciso levar em conta os objetivos políticos do

presidente João Goulart, que buscava, em 1962, reforçar sua posição, visando recuperar seus plenos poderes, o que de fato viria a ocorrer somente no ano seguinte.

De qualquer forma, o anteprojeto de lei relativo ao projeto Milton Campos foi enviado oficialmente ao primeiro-ministro Tancredo Neves em 17 de janeiro de 1962. Em sua “Exposição de motivos”, o senador Milton Campos apresentou as finalidades principais da proposta: aumentar a produtividade da terra e democratizar o acesso à terra. A natureza moderada do projeto, sublinhada por seu relator, foi colocada nos seguintes termos:

“[...] uma reforma agrária que não seja paliativa nem expropriativa, eis o que orientou o grupo de trabalho. Daí as soluções propostas, muitas vezes moderadas, mas sempre eficazes como aconselham as linhas da nossa formação e as indicações da nossa realidade. Inspirou-nos, sobretudo, a preocupação de dotar o poder público dos instrumentos de atuação que lhe permitam intervir na vida agrária em benefício da terra e do homem. De resto não é da lei que nasce, de súbito, qualquer reforma efetiva e, muito menos, a reforma agrária, mas sim, da sua leal e correta aplicação e dos aperfeiçoamentos que a experiência irá indicando. O essencial, para início dessa longa caminhada, é ter o governo da lei, os meios de executar uma política agrária renovada e fecunda” (CAMPOS, 1962; apud TAPIA, 1986:485-486).

Destacado o tom moderado do projeto Milton Campos, consubstanciado nas linhas acima, cabe dizer que ele conceituava a reforma agrária como um processo de modificação da estrutura agrária voltada para ampliação das oportunidades de acesso à terra e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Seus principais objetivos podem ser sintetizados pautando-se em três elementos: a) promover a distribuição das terras por meio de programas regionais, levando em conta as condições de exploração econômica, o tipo de produção e as modalidades de uso das terras; b) estimular o aumento da produtividade agrícola e incentivar a formação de uma classe média rural; c) estender a legislação social ao campo, respeitando as especificidades do trabalho rural. Já quanto às formas de acesso à propriedade, o projeto previa: desapropriação por interesse social, doação, compra e venda, arrecadação de bens vagos e reversão à posse pública de terras públicas indebitamente ocupadas e exploradas. A desapropriação por interesse social incidiria, preferencialmente, sobre as terras inexploradas ou mal-exploradas, sobre as beneficiadas por investimentos públicos e sobre aquelas que, embora exploradas, fossem indispensáveis ao abastecimento dos

centros urbanos e à manutenção de posseiros que explorassem as terras havia mais de cinco anos.

Uma vez destacadas as principais orientações do projeto Milton Campos, importa atentar para o fato de que sua propositura não usufruiu de repercussão livre de contundentes críticas da parte de parlamentares procedentes de vários partidos, quer aqueles inclinados às propostas reformistas, quer outros mais afeitos ao nacionalismo do período. Embora não creiamos ser viável explorar essa vereda nos limites de nosso trabalho²⁵, ao menos cabe citar que, com esse crivo, após ter tramitado nas diversas comissões da Câmara, finalmente em agosto de 1963 o referido projeto foi discutido e votado pela Câmara dos Deputados. Graças a uma aliança entre o PTB e setores do PSD, que negociavam naquele momento uma fórmula aceitável para a aprovação da emenda constitucional proposta por Goulart – que será vista mais adiante –, esse projeto foi derrotado por 164 votos contra 69. Na verdade, o que é possível depreender desse fato incide sobre a percepção de que a mencionada inviabilização do Projeto Milton Campos esteve atrelada a um descompasso entre o momento inicial de sua elaboração e as características daquele outro no qual foi colocada em votação na Câmara. Ou seja, se, no começo dos anos 1960, principalmente no curto governo de Jânio Quadros, existira o predomínio de alternativas moderadas de reforma agrária, entre as quais se incluía a própria formulação do referido projeto, sendo ainda aquele um momento em que as condições políticas e o debate agrário estavam ainda longe da radicalização e da polarização político-ideológica dos anos 1963-1964, o projeto contou, ao ser votado, com as condições mencionadas dessa última quadra, esbarrando em resistências existentes no aparelho de Estado, no interior dos partidos políticos e em setores da sociedade civil.

Aliás, o mesmo pode ser entrevisto para o caso do substitutivo José Joffily, a proposta de maior repercussão no ano de 1961. Sintetizando suas diretrizes mais destacadas, pode-se dizer que nele foram retomadas algumas das principais teses defendidas ao longo da década de 1950, nos debates e projetos do Congresso. Não é de todo equivocado entender o substitutivo como tendo sido um esforço de unificação de algumas propostas reformistas, certamente de cunho moderado, buscando, desse modo, viabilizar a aprovação da reforma agrária pelo Congresso.

Descendo um pouco mais para os detalhes do assunto, Joffily defendia, em seu parecer, a reforma agrária como instrumento para provocar alterações na estrutura da

economia em direção à promoção da justa distribuição da riqueza social; sua aplicação revestia-se de triplo imperativo: econômico, social e político. O pessedista considerava como sintomas da decadência do mundo agrário a baixa produtividade agrícola – responsável pelo encarecimento dos bens agrícolas consumidos pela população urbana –, a expansão das Ligas Camponesas e a crescente mobilização das forças intelectuais, espirituais e políticas a favor de uma revisão agrária.

Do ponto de vista econômico, Joffily enfatizava o avanço da industrialização e, sobretudo, os maciços investimentos públicos nas áreas de energia e transportes. Seu argumento-chave era o de que o país dependeria, por muito tempo, dos produtos agrícolas e, sendo assim, a produtividade agrícola era um aspecto crucial. Dela dependeria, ademais, a própria indústria, não existindo a possibilidade de uma indústria sólida sem a expansão do mercado interno, que dependia, em grande parte, da elevação da renda da população rural. Todavia, dizia Joffily, a recente expansão industrial do país havia favorecido alguns grandes proprietários, com a valorização de suas terras. Somado a isso, a seu ver, subsistia um agravamento do contraste cidade-campo, que deveria ser combatido. Como resultado desse problema persistente e mesmo agravado, boa parte da população rural vivia em condições praticamente vegetativas e, desse modo, um dos objetivos da revisão agrária deveria ser o de elevar a produtividade da agricultura, incorporando as populações rurais ao mercado interno e incentivando a própria consolidação da indústria.

No que tange ao ponto de vista político de Joffily, a ascensão das Ligas Camponesas, de modo análogo ao ocorrido décadas antes com o movimento operário, também era outro fator impositivo de mudanças na estrutura agrária. Ele reconhecia as Ligas e o movimento camponês como movimentos políticos legítimos – na verdade, considerava-os como expressão do processo de ascensão social do povo brasileiro –, cabendo às elites dirigentes encará-los da mesma maneira. Temia e alertava que uma atitude de recusa ou mesmo de repressão às mobilizações envolvidas poderia fornecer a pólvora para a revolução agrária. Diante disso, Joffily pleiteava a tarefa dos legisladores em evitar que esse ponto de saturação fosse atingido e, para tanto, defendia que seriam eles quem deveriam dar o primeiro passo visando à realização da reforma agrária.

O terceiro aspecto sublinhado por Joffily como sintoma de decadência do mundo agrário consistia na mobilização de amplos setores (intelectuais, organizações internacionais, opinião pública) em apoio à realização da reforma agrária no país. Em

seu entendimento, essa tendência era fruto do sentido e das características mais marcantes do campo brasileiro que o substitutivo visava combater. De um lado e em apanhado de síntese, ele via a situação agrária, seu atraso e a baixa produtividade como obstáculos à própria consolidação da indústria. Esse quadro tinha reflexos sociais graves, com a condenação de grande parte das populações rurais à miséria e sua exclusão do mercado consumidor. A causa principal da miséria e do abandono das populações rurais estaria na própria estrutura agrária, defasada do surto de industrialização vivido pelo país. Daí o reconhecimento da parte do pessedista da legitimidade do movimento camponês, especialmente o das Ligas Camponesas, e sua advertência da necessidade de as elites serem sensíveis a essas reivindicações e ao movimento político vivido pelo país, perante o qual a intelectualidade igualmente se inquietava e com razão.

Quando tomado em seu contexto histórico e segundo as condições nele prevalecentes, pode-se dizer que o projeto de Joffily configurou uma tentativa de romper a inércia nas ações do Congresso e abrir caminho negociando para a reforma agrária. Por isso, o propositor observava que não tinha a pretensão de apresentar uma regulamentação ampla que contemplasse os vários aspectos envolvidos na questão. Em sua opinião, qualquer tentativa de promover uma ampla reforma estaria condenada ao insucesso e, dessa maneira, os reforços iniciais no tocante à reforma agrária deveriam estar concentrados no combate ao latifúndio improdutivo, ao qual ficariam subordinados os outros aspectos envolvidos na discussão da reforma agrária.

Ao fim e ao cabo, não menos importante é referendar que o substitutivo recebeu várias críticas de parlamentares tanto do PSD como da UDN, que se opunham à idéia de realização da reforma agrária, mesmo que estribada no tom moderado do deputado da “Ala Moça” do PSD. Essa reação anti-reformista estava dirigida para cinco questões básicas: 1) a utilização das terras devolutas para a realização da reforma; 2) a manutenção incólume dos dispositivos 141 (parágrafo 16) e 147 da Carta Magna de 1946; 3) o uso ilimitado do dispositivo de desapropriação por interesse social; 4) a rejeição do arrendamento temporário; e 5) o cálculo das indenizações, levando em conta a declaração do imposto territorial rural²⁶.

Nessa altura de nossa exposição, quando se trata de ver os projetos Joffily e o da Comissão Milton Campos no contexto político que os emoldurava e de acordo com suas principais orientações, nota-se que eles podem ser interpretados como tendo expressado

posições moderadas dentro do conjunto de propostas de reforma agrária do período. Com relação aos objetivos gerais da reforma agrária, na verdade subsiste certa coincidência entre eles, na medida em que ambos privilegiaram a produtividade agrícola e a incorporação das populações rurais à economia nacional. O mesmo ocorreu quanto ao alvo principal da reforma: as terras ociosas, inexploradas, mantidas para fins especulativos. Contudo, paira uma diferença significativa entre o reformismo moderado de um e de outro. Há que ser observado que a proposta Joffily representava um reformismo mais avançado, porque admitia a desapropriação temporária e o cálculo do valor da indenização pelo valor fiscal declarado para o pagamento do imposto territorial rural. Ao contrário, o anteprojeto da Comissão excluía estes pontos, o que reduzia a capacidade do Estado de efetuar uma redistribuição da propriedade.

Considerando o teor das propostas de reforma agrária que acabamos de percorrer e anteendo outras que as sucederam, é possível visualizar o período 1961-1964 como tendo estado dividido em três momentos: aquele que se estendeu do governo Jânio Quadros até o fim do primeiro gabinete parlamentarista, presidido por Tancredo Neves; o que compreende o período que vai do segundo gabinete parlamentarista, presidido por Brochado da Rocha, até o decreto da Supra, ocorrido em março de 1964; e, finalmente, aquele que correspondeu ao período entre a deposição de João Goulart e a aprovação do Estatuto da Terra, em novembro de 1964.

Conforme detalhado pouco atrás, o período que cobriu do governo Jânio Quadros até o fim do primeiro gabinete parlamentarista caracterizou-se pelo predomínio de soluções moderadas de reforma agrária, consubstanciadas seja no substitutivo José Joffily, seja no projeto Milton Campos. Numa palavra, essas propostas apresentaram soluções que prescindiam de reforma constitucional e enfatizaram o combate ao latifúndio improdutivo por intermédio dos princípios constitucionais da Carta Magna de 1946. Todavia, como sublinhamos, havia entre os projetos diferenças importantes. Desse modo, o reformismo moderado de Joffily era mais avançado do que o de Milton Campos. O substitutivo contemplava a desapropriação temporária e o cálculo das indenizações a partir da declaração utilizada para pagamento do imposto territorial rural, enquanto a proposta Milton Campos, por sua vez, seguiu à risca as disposições dos artigos 141 (parágrafo 16) e 147. Do ponto de vista político-partidário, ambas as propostas receberam vetos de parte dos principais partidos, PTB, UDN e PSD: o substitutivo foi hostilizado, principalmente por setores do próprio PSD e da UDN, ao

passo que o projeto Milton Campos foi atacado pelo PTB e pela cúpula do PSD. Esses vetos mútuos aos projetos já apontavam para o quadro de radicalização e polarização político-ideológica que marcou o período 1963-1964, fissa temporal sobre a qual importa tecer algumas considerações sucintas.

No que diz respeito à fase acima indicada, cujo início se deu com o gabinete “à esquerda” de Brochado da Rocha e foi até o decreto da Supra, em 13 de março de 1964, ela se caracterizou pelo recrudescimento da mobilização nacionalista pelas reformas de base e pela explicitação do projeto “janguista” para a questão agrária. A orientação de Jango visava adequar o direito de propriedade à sua função social e a fornecer assistência técnica e creditícia aos produtores. Pode-se dizer, ainda, que a pretensão do governo consistia numa realização gradual de seu projeto, qual seja a de transformar em terras produtivas as terras inexploradas ou mal-exploradas. Nesse sentido, a intervenção estatal, coibindo a retenção anti-social da propriedade, estaria dirigida inicialmente para as áreas de maior conflito e tensão social. A expectativa oficial era de que os proprietários tornassem produtivas suas propriedades e, caso estes assim não procedessem, o governo sinalizava estar disposto a intervir aplicando o estatuto da desapropriação por interesse social. Ao mesmo tempo, deixava-se claro que o Estado buscava reaglutinar os minifúndios e estava disposto a realizar o loteamento das terras públicas próximas aos centros de abastecimento. Não obstante, um ponto básico dentro do projeto janguista consistia na preservação das propriedades capitalistas produtivas.

O começo da tentativa de implantação da estratégia governamental para a realização da reforma agrária teve por centro justamente o gabinete Brochado da Rocha, do qual partiu a solicitação de delegação de poderes para efetuar as reformas de base. Brochado solicitou delegação para a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, a regulamentação do dispositivo da desapropriação por interesse social, o disciplinamento dos arrendamentos e a criação de um órgão específico para formular e executar o plano de reforma agrária. Na mesma ocasião, o primeiro-ministro não deixou de afirmar a necessidade de emenda constitucional para alterar os artigos 141 (parágrafo 16) e 147.

Com a queda do gabinete Brochado da Rocha pela recusa do Congresso de conceder-lhe os amplos poderes que solicitara, a investida janguista hibernou até o plebiscito que devolveu ao presidente seus plenos poderes. Assim, a partir do Plano Trienal, mais especificamente depois de março de 1963, o governo retomou a ofensiva pelas reformas de base, especialmente pela reforma agrária. Depois de apresentar o

esboço de um anteprojeto, Jango e o PTB concentraram suas atenções na aprovação de uma emenda constitucional que, entre abril e outubro, foi o foco das atenções gerais. Foi nesse debate que se desenvolveram os principais esforços de negociação para encontrar uma proposta viável no Congresso. Apesar dos esforços do PSD, do PDC e de Jango, o clima de polarização estreitou as margens de negociação e o resultado final foi o rompimento entre o PTB e o PSD.

Se tomados em conjunto, percebe-se que, a despeito das dificuldades mencionadas, entre os anos 1961-1963 subsistiu uma ampla margem de negociação entre os principais partidos com relação à questão agrária, na qual se avançaram pontos polêmicos, como o pagamento das desapropriações por meio de títulos da dívida pública, desde que protegidos com correção monetária plena. Obviamente esse espaço de negociação foi se estreitando à medida que crescia a radicalização da questão, sob o influxo da mobilização das Ligas Camponesas, nas zonas rurais, e das forças nacionalistas, nas cidades. Contudo, conforme é possível constatar, certo é que, no referido período, a reforma agrária não deixou de ser aprovada por ausência de propostas ou por falta de negociação entre os partidos políticos.

Já no que diz respeito aos anos 1963-1964, o desenvolvimento das questões passadas até aqui em ligeira revista (tomando-se como parâmetro a riqueza e a complexidade do período), pode ser visualizado tomando-se uma terceira fase, correspondente ao período aberto com a deposição de João Goulart, em 31 de março de 1964. O governo recém-instalado após esse evento dramático para a história do país passou a ser presidido pelo marechal Castelo Branco, que, apesar do estigma negativo então tributado à reforma agrária, acabou por retomar os esforços para a aprovação de uma lei agrária. Depois de enfrentar resistência de parte de seus aliados, Castelo Branco conseguiu aprovar, em novembro de 1964, o Estatuto da Terra. Quanto a seu teor, visto numa ótica comparativa com as propostas dos anos 1960, esta foi sem dúvida uma proposta modernizante moderada. No referido Estatuto, havia claramente duas vertentes: uma voltada para a realização da reforma agrária e a outra dirigida para o desenvolvimento agrícola. O elemento central da mudança da estrutura agrária passou a ser a empresa agrícola capitalista, a partir da qual se buscava modificar o padrão tecnológico das atividades agrícolas, elevando a produtividade e atendendo à demanda interna crescente de alimentos e ao objetivo de diversificação da pauta de exportações. Para além de sua entrada em vigor e sem julgar ser conveniente abraçar uma análise de

suas principais prerrogativas em função dos objetivos de nosso trabalho, um rápido balanço da política agrária entre 1965 e o começo dos anos 1980 mostra que a orientação imprimida privilegiou a vertente do desenvolvimento agrícola, com total prioridade aos empreendimentos capitalistas. Em contrapartida, a parte referente à reforma agrária praticamente não foi aplicada, tendo como consequência mais séria um processo intenso de concentração da propriedade fundiária e de exclusão social de vastos contingentes de pequenos proprietários.

Capítulo 10

LINHAS MESTRAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA VALVERDIANA: SISTEMAS AGRÍCOLAS E CONSERVACIONISMO

Introdução

As dificuldades institucionais vividas por Valverde no início da década de 1950 (assunto tratado no capítulo 8) parecem ter contribuído sobremaneira para seu envolvimento nos trabalhos da CNER, cujo significado político à época de sua concretização foi apresentado no primeiro tópico do capítulo anterior. Na verdade, o âmago dessas iniciativas educacionais, que, como se procurou demonstrar, guardaram um sentido pronunciadamente político, firmou-se ao mesmo tempo em que ocorria a “consolidação” da pesquisa científica no IBGE. Ao lado delas, entre 1951 e 1956, os quadros técnico-científicos da instituição, sobretudo aqueles procedentes do regime político anterior, não estavam unicamente submetidos às demandas do segundo governo Vargas como também se esforçavam para dotar a Geografia brasileira de maturidade. Frisado esse ponto, vale lembrar CHRISTOFOLETTI (1982), quando afirma que os problemas enfrentados pela sociedade ocasionam mudanças tanto no contexto sócio-econômico quanto no conhecimento científico (apud FERREIRA, 2002:65).

Essa afirmação e os elementos disponibilizados no capítulo anterior adquirem maior significado quando remetidos para a particularidade do caso valverdiano, pois, ao que tudo indica, mesmo após a conclusão um tanto tumultuada do segundo mandato de Getúlio Vargas, Orlando Valverde manteve, em seus escritos do período 1954-1964, certas reivindicações e valorações bastante próximas das propostas para o campo brasileiro formuladas durante o citado mandato, entre as quais se incluem, como teremos a oportunidade de ver, tanto neste quanto nos próximos capítulos, certas semelhanças com os propósitos da CNER.

Apenas sinalizadas essas fisgas interpretativas e depois de ressaltadas as particularidades institucionais e de atividades realizadas por Orlando Valverde relativas ao período 1951-1964¹, convém distinguir, dentre as informações dispostas, a maior expressividade de algumas quando se deseja compreender tanto o caminho pessoal

como, principalmente, as linhagens de idéias assumidas pelo autor nesse momento da história do país e da Geografia.

Conforme já mencionado, a forma de inserção valverdiana no campo institucional-político referente à questão agrária nos anos 1950 esteve atrelada substancialmente às políticas nesse setor preconizadas durante o segundo mandato de Getúlio Vargas. É razoável supor que o fato de Orlando Valverde ter publicado vários estudos sob a chancela da CNER apenas indica a validade dessa colocação, não autorizando, contudo, ao menos sem um confronto mais rigoroso com esses textos, afirmá-la peremptoriamente². Todavia, a associação em pauta adquire interesse quando se coteja o teor desses estudos com os pressupostos assumidos pela CNER com relação ao campo e aos trabalhadores rurais brasileiros. Caminhando para o horizonte de análise sugerido e levando em consideração o quadro contextual brevemente esboçado, cabe precisar um primeiro ponto.

Embora não conste, nos depoimentos concedidos por Valverde sobre sua trajetória, um esclarecimento conveniente acerca dos motivos que o conduziram a assumir a feitura de trabalhos para a CNER, é possível aceitar que estes tenham representado uma alternativa de renda pessoal num momento conflituoso de seu itinerário com relação às posições científicas e políticas que ele sustentava diante da nova estrutura de comando do IBGE-CNG. Nas poucas palavras que dedicou ao assunto, o geógrafo apenas deixou transparecer certa descrença relativamente aos intentos proclamados pela CNER no tocante à transformação do campo brasileiro:

“[A CNER] era uma organização do Ministério da Educação. Era uma coisa ligada... Eles pretendiam, os americanos, por meio de orientação dos líderes, fazer evoluir a agricultura e a própria estrutura agrária do interior do Brasil. Era, ao invés da Reforma Agrária, um negócio de colaboração, sei lá... Ponto 5, sei lá... Aquela história de... então... Quem acreditava nisso era José Artur Rios que era ligado, era o presidente daquilo. Bom, o fato é que ele me deu liberdade para fazer pesquisa! Então, eu aproveitei. Quando consegui ser, enfim, requisitado para o... mas aquilo me custou muito, porque eu era durante toda a época da ditadura militar... eu não consegui nada. Intervenção do General Polli Coelho, essas coisas, eu não pude sair do IBGE de jeito nenhum...” (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01).

E, quando indagado sobre se acaso tinha liberdade para escolher seus temas de pesquisa nos trabalhos elaborados para a CNER, Valverde redargüiu afirmativamente,

esclarecendo, ainda, não ter sido o responsável pela escolha das áreas a serem pesquisadas, sendo estas, ao contrário, determinadas pela própria Campanha. No trecho a seguir da mesma entrevista, entre suas parcas palavras dedicadas ao assunto, proferidas, como é perceptível, um tanto confusamente e com lapsos de silêncio lacunar, o geógrafo ainda salientou quais foram as reais motivações que o levaram a realizar aqueles estudos para o desenvolvimento das Missões Rurais:

“Aí bem, eu ia para o campo, eu era independente. No campo eu era dono de mim, né!? Eu estava feliz. Também tinha o seguinte: não podia ter cargo de chefia porque era um elemento perigoso, então, eu compensava com aquelas magras diárias de campo que o Conselho [CNG] pagava ou a entidade que me contratava, então... Agora, graças a isso, eu fiz, e naquele tempo... Eu fui mandado para o Maranhão... Era estudar a geografia agrária da região, e isso eu jamais acreditei que aquilo pudesse mudar a estrutura agrária, o que é aquilo?! É coisa de americano mesmo. Então, viu... O José Artur Rios acreditava piamente naquilo. Mas ele me deu oportunidade de pesquisar em campo, fazer pesquisa de campo. Para o Pantanal, a primeira vez eu fui mandado para lá foi para estudar a possibilidade de utilizar a Floresta do Pantanal para produzir carvão para a Siderurgia de lá. Eu digo: - Aceito! Fiz a pesquisa e concluí que não podia” (Entrevista concedida a Sérgio Adas, em 19/05/01).

Como se nota nos dois trechos citados, apesar dos distanciamentos assumidos pelo geógrafo diante dos lastros ideológicos subjacentes à instalação das Missões Rurais – *“É coisa de americano mesmo!”* –, para aquém de sua descrença nos propósitos envolvidos e da ênfase dirigida à Reforma Agrária, à independência, ao interesse na realização dos estudos de campo e às vicissitudes pessoais enfrentadas naquele momento, é forçoso reconhecer que seu envolvimento nesse programa não contrariava pontos essenciais do ideário no qual havia sido formado nos anos anteriores³. Na verdade, justamente um dos objetivos substanciais perseguido pela CNER era bastante antigo, tendo sido contemplado já na “Campanha Marcha para o Oeste” – ou seja, a idéia de um novo tipo de trabalhador rural, disciplinado e produtivo⁴. Esse trabalhador, de acordo com a visão mais ampla de Vargas, não se encontrava “pronto” e deveria, sim, ser reeducado pelo Estado. Sua formação seria dada pela construção de uma política colonizadora baseada, como já tratado em outra altura do presente texto, na pequena propriedade. Pequena propriedade esta, na frente de conquista, que, de acordo com Vargas, deveria ser adquirida e paga pelo pequeno proprietário brasileiro, por meio do fruto de seu trabalho familiar⁵. Para o líder político, tal medida evitaria que a

pequena propriedade fosse destinada somente a uma pequena produção para a subsistência. A política colonizadora se revestia, dessa forma, de um caráter de instrumento de construção de um novo trabalhador rural. Tais considerações, ao pelo menos indicarem a ação reguladora do Estado na construção de um novo padrão de propriedade para seu “*hinterland*”, indicavam, também, de acordo com ZORZENON COSTA (1999:74), a necessidade de se construir, em conjunto, um novo tipo de trabalhador rural brasileiro, adequado a um novo padrão de desenvolvimento que, ao anexar novas áreas, o fizesse tornando-as produtoras e consumidoras de mercadorias.

É interessante observar que as questões apontadas não deixaram de constituir um fator de construção de uma nova política colonizadora, alicerçada numa crítica, e, portanto, numa análise negativa das políticas colonizadoras pré-1930, movimento mais amplo no qual, ao que parece e conforme sustentamos nos capítulos iniciais de nosso trabalho, Valverde também esteve inserido quando são tomadas conjuntamente as diferentes fases de sua trajetória institucional e de sua obra. Todavia, aceitando que foi justamente nesse registro histórico que ocorreu a aderência mais ou menos convicta de Valverde aos trabalhos para a CNER, importa averiguar o significado por ela adquirido no contexto mais imediato e, por essa via, buscar estreitar um entendimento, ainda que compreensivo e por isso mesmo sujeito a eventuais equívocos, sobre o papel que a referida Campanha desempenhou em seu labor.

É importante esclarecer que o trabalho das Missões Rurais, criadas para atuarem em âmbito nacional, dividia-se primeiramente numa fase que poderíamos chamar de “preparatória” e, posteriormente, se desdobrava em outras três. Inicialmente competia à Coordenadoria da Campanha o estabelecimento da política geral de ação do programa e a indicação das possíveis regiões para sua instalação nas diferentes regiões do Brasil. Isso explica, aliás, a afirmação de Valverde passada em revista de que não era ele quem decidia quais as áreas a serem pesquisadas. Dado esse primeiro passo, o setor de Estudos e Pesquisas da CNER analisava as regiões indicadas por sua Coordenadoria, avaliando se elas tinham condições econômicas e culturais para receber seus ensinamentos dentro dos critérios estabelecidos, que deveriam estar vinculados a duas idéias fundamentais: “1) o trabalho na área escolhida deveria dar o máximo de resultado no menor tempo possível para os valores investidos; 2) o trabalho realizado deveria ter um máximo de possibilidade de difusão espontânea nas zonas próximo-vizinhas”. Era de acordo com esses parâmetros que se desenvolviam as três fases

sucessivas de trabalho, após o estabelecimento da política geral de ação do programa: diagnóstico da região, com o levantamento dos problemas; planejamento dos trabalhos; atuação dos técnicos até o ponto em que a comunidade poderia “caminhar sozinha”⁶.

Dentre as três fases indicadas, Valverde participou ativamente apenas da primeira delas, confeccionando estudos segundo os objetivos traçados. Diagnosticadas as regiões, competia à Coordenadoria da CNER decidir sobre a conveniência ou não de se iniciarem os trabalhos nas regiões apontadas pelo setor de Estudos e Pesquisas. Em caso positivo, cabia ao setor de Missões Rurais, em cooperação com o de Estudos e Pesquisas, indicar as comunidades que deveriam receber os trabalhos da CNER (BARREIRO, 1989:160-161). Para se chegar a essa indicação, levava-se em consideração o sistema de utilização das terras, cuja interpretação refletia as condições de vida das populações rurais e os níveis econômico e cultural, possibilitando, com isso, uma avaliação mais segura com vistas aos objetivos perseguidos. Para tanto, a Campanha distinguia três tipos de estabelecimentos agrícolas predominantes no Brasil: o de tipo *plantation*, a grande fazenda de economia agropecuária de tipo mineiro e a pequena propriedade agrícola.

Para a realização de seus trabalhos, a CNER tinha nas regiões que abrigam pequenas propriedades o principal foco de preocupação. Na verdade, após um exame exaustivo dos critérios, a CNER concluiu que sua atuação deveria incidir sobre a pequena propriedade, porque ela assegurava condições favoráveis a seu trabalho. Não é demais lembrar que tal aspecto conservou estreita vinculação com aquele detido por Valverde desde seus tempos de formação, o que talvez explique sua aderência aos propósitos da CNER para além daqueles de natureza pessoal mencionados. Apesar de certas diferenças entre as expectativas de Orlando Valverde e as da Campanha, as áreas escolhidas para a implantação das Missões Rurais foram aquelas que, na avaliação da CNER, podiam responder mais rapidamente às novas orientações educacionais: aquelas onde predominavam os pequenos proprietários, que, pelo fato de serem moradores fixos, asseguravam melhor a permanência de valores a serem introduzidos, sendo que o mesmo não acontecia com os “parceiros e rendeiros”, em vista de sua itinerância (BARREIRO, 1989:117). Em outras palavras, as pequenas propriedades, segundo a Campanha, condicionavam a existência de maiores densidades de população, facilitando a propagação do ensino, além de que qualquer mudança nos processos de trabalho refletiria de imediato na vida dos camponeses, já que os interesses eram comuns dentro

de uma mesma zona. Contando com o apoio do prefeito, da Igreja e dos fazendeiros, a Missão Rural instalava-se já com a preocupação de formar no povo uma mentalidade associativa, de cooperação, despertando dessa forma a consciência do princípio do “*self-help*”. Aliás, é levando-se na devida conta tal formato de trabalho – contando com a participação de autoridades e de outros setores locais – que se torna compreensível a grande recorrência encontrada, nos escritos valverdianos produzidos entre 1951 e 1964, de nomes de pessoas que enriqueceram suas pesquisas com informações.

Cabe aprofundar o sentido da orientação da CNER passada em revista com relação aos parceiros e rendeiros. Na verdade, acreditava a Coordenadoria da Campanha que a intensa mobilidade a que estavam sujeitas essas duas categorias de camponeses constituía sério obstáculo ao trabalho que se pretendia desenvolver. A seleção das regiões e das comunidades, após a análise do tipo de produção e da estrutura da propriedade, para a atuação da CNER, como vimos, implicava não somente uma escolha geográfica, espacial, como também decisão política e dominação de classe. Porém, não se pode dizer rigorosamente que a Campanha excluiu os “parceiros” e os “rendeiros”. Para trabalhar com eles, precisaria torná-los aptos a assimilarem as representações sociais disseminadas pelo programa, ou seja, a Campanha teria que acabar com a itinerância dos camponeses parceiros e rendeiros, tendo desenvolvido para tanto uma política de assentamento (BARREIRO, 1989:162-163). Todavia, contraditoriamente, apesar de promover a fixação temporária do camponês, o próprio conteúdo modernizador do programa da Campanha contribuiu para a intensificação da concentração fundiária, o desenvolvimento técnico da agricultura e a transformação do camponês em trabalhador sazonal ou “bóia-fria”. O trabalho de assentamento da Campanha não se desenvolveu a partir de um questionamento político da estrutura fundiária injusta e não assumiu nenhum compromisso político mais amplo em relação ao problema (BARREIRO, 1989:164) e caminhou mais no sentido de atenuar tensões e conflitos do que de os resolver, quando não de os canalizar.

Da mesma forma, é possível dizer que a escolha das localidades a serem trabalhadas pela CNER priorizou, pelas mesmas razões, o trabalho nas regiões onde existiam conflitos sociais pela posse da terra. BARREIRO (1989:165-166) afirma que, no decorrer de sua leitura sobre a documentação da CNER, não encontrou nenhuma referência aos movimentos populares dos camponeses dos anos 1950, que questionavam a dominação capitalista, nem mesmo nas localidades onde eles foram mais ativos,

embora houvesse uma “coincidência temporal” e “espacial” entre sua atuação e os trabalhos da CNER. Todavia, conforme ressalta a pesquisadora, isso não significa que esta não se preocupasse em contrapor-se ao desenrolar desses conflitos sociais. A atuação da Campanha nas áreas de conflitos camponeses não foi neutra e teve o objetivo – nunca declarado, mas real – de desarticular as lutas populares dessas regiões. Em várias revistas, a CNER informa sobre os diferentes congressos ligados ao mundo rural, mesmo aqueles de que não participou, mas, curiosamente, não noticiou os congressos dos trabalhadores nos lugares onde desenvolveu seus trabalhos.

Indo ao encontro do que nos interessa demarcar, é possível entrever certa adequação entre essa omissão e o discurso valverdiano empregado nos textos vertidos para a CNER. Na verdade, é importante notificar que o geógrafo jamais empregou o termo “camponês” em sua obra do período 1952-1964, havendo optado pela utilização larga e sem explicitação mais exata de sentido pelo emprego do termo “lavradores”, certamente mais neutro diante das vicissitudes políticas e ideológicas do período. A nosso ver, tal característica pode ser tomada, por assim dizer, como sendo indicativa de uma aproximação de sua visão de mundo com aquela disseminada e encampada nos propósitos da CNER⁷.

Apresentadas essas particularidades, compete frisar que a CNER voltava-e também para a formação filosófica e ideológica de seu corpo técnico por intermédio de seus Centros Regionais de Educação de Base e do Centro de Treinamento de Educadores de Base, nos quais se traduziu com mais propriedade a identificação capitalista do trabalho da Campanha. Tal identificação, como não poderia deixar de ser, associou-se à difusão da técnica do “Desenvolvimento de Comunidade” no Brasil, que, a partir dos anos 1950, também estimulou o surgimento de intelectuais brasileiros representando o pensamento subjacente a essa técnica, cuja produção influenciou decisivamente o trabalho da CNER.

Uma das primeiras publicações desse teor surgiu em 1952, quando o Ministério da Agricultura editou a obra *Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna*. Esse trabalho forneceu elementos que propunham indicar, em âmbito nacional, diretrizes técnicas de processo educativos e assistenciais visando às melhorias de vida econômica e social do meio rural, tendo como método de trabalho o de organização social da comunidade (BARREIRO, 1989:124). No cômputo dos trabalhos publicados pela Campanha, é importante ressaltar aqueles de autoria do sociólogo José Arthur Rios,

o mesmo protagonista frisado por Valverde em trechos de seu depoimento apresentado mais atrás e com o qual, ao que parece, manteve contatos pessoais e que lhe descerrou, à parte suas convicções político-ideológicas, a realização de suas pesquisas com a liberdade que almejava. O fato é que, entre 1950 e 1951, Rios compôs a primeira equipe que organizou os trabalhos da CNER e, conforme tudo leva a crer, foi justamente nesse período que travou contatos com Orlando Valverde, convencendo-o a participar de suas atividades (ADAS, 2001)⁸.

De posse dessas relações e apenas para arrematar o teor da exposição ora percorrida, convém assinalar que a CNER edificou-se a partir da coexistência entre diversas correntes de pensamento que estavam a serviço da expansão do capitalismo, tais como o “Desenvolvimento de Comunidade”, apregoado pelos organismos internacionais, a filosofia tomista de depuração norte-americana, o positivismo e o funcionalismo. No dizer de BARREIRO (1989:134), tais influências teóricas, aliadas à ideologia desenvolvimentista vigente no período e que veio a adquirir ímpeto renovado com o advento dos anos JK, ao integrarem o suporte ideológico e filosófico da CNER, permitem defini-las como tendo sido um programa de Educação Rural Capitalista que, mesmo no despontar desse novo momento político do país, nele continuaria a exercer um papel proeminente na “educação” do homem do campo.

10.1. O estudo dos sistemas agrícolas

Após haver esboçado nos dois capítulos precedentes alguns quadros de conjuntura dentre os mais afeitos para o entendimento da obra geográfica valverdiana elaborada entre 1951 e 1964, cabe finalmente, tomando-os como referência, voltarmos a atenção para os trabalhos do geógrafo produzidos nesse lapso de tempo. Encetando um esforço que visa indagá-los de acordo com as balizas institucionais e contextuais mais amplas já percorridas, é possível trazer à tona alguns traços importantes da identidade político-ideológica de Valverde dentro do panorama mais abrangente de idéias e de processos sócio-políticos relativos à questão agrária que estiveram em voga no período em evidência.

Dando início à perseguição desse intento, devemos primeiramente atentar para o fato de que, à semelhança do que produziu antes do início dos anos 1950, Orlando Valverde não deixou de conferir peso importante aos fatores econômicos em seus

estudos posteriores. Ao contrário, pode-se sem engano afirmar que tal traço acentuou-se em seus escritos a partir de então.

Levando-se na devida conta tal característica, é oportuno dispor alguns desdobramentos da análise realizada por BIELSCHOWSKY (2000:264) sobre a conjuntura política do período 1945-1947, que esse historiador econômico bem afirma não só ter tido importância decisiva até 1964, mas também exercido influência decisiva sobre a própria evolução posterior do pensamento econômico, foco de análise central de seu trabalho. Com base nisso, ele ainda considera que, por um longo período, ou seja, até o despontar dos anos 1960, o debate econômico “*centrou-se na problemática do desenvolvimento das forças produtivas, deixando-se em plano secundário as questões mais diretamente sociais, como distribuição de renda e da propriedade*”.

Isso traduz uma de nossas preocupações basilares, tanto neste quanto nos próximos capítulos, uma vez percorridas as injunções contextuais sócio-políticas que cercearam a produção geográfica valverdiana entre 1951 e 1964. A nosso ver, não é descabido afirmar que as considerações de Bielschowsky têm certa ressonância na particularidade do discurso geográfico de Valverde. De um lado, a confecção dos escritos do geógrafo no período 1951-1964 contou com o registro metodológico por ele angariado seminalmente junto a Waibel nos anos Dutra; de outro, conforme explicitado no início deste capítulo, o autor dirigiu seu olhar mais especificamente aos impasses do campo brasileiro com as lentes das políticas agrícolas e agrárias colocadas em marcha durante o segundo governo Vargas (1951-1954). É na encruzilhada dessas características teórico-metodológicas e filiações político-institucionais adotadas ou vividas pelo geógrafo que se percebe que o sentido mais geral expresso nas palavras de Bielschowsky parece ter se refletido na produção científica de Valverde. Nisso, aliás, o geógrafo acompanhou um movimento de fundo de sua época, cujas características já revisitadas requerem, por isso mesmo, doravante uma atenção de entroncamento com trechos significativos de sua produção. Tal tarefa será o principal eixo norteador das linhas do presente capítulo⁹ e pode ser iniciada voltando-se a atenção para o tratamento dado pelo geógrafo ao tema dos sistemas agrícolas, aspecto notoriamente valorizado em seu labor geográfico.

Com efeito, Valverde firmou-se enquanto geógrafo extremamente dedicado ao estudo dos sistemas agrícolas, definindo seus “estádios” ou fases um tanto fidedignos à contribuição de Leo Waibel nesse assunto. Entender a razão da ênfase dada por ele ao

conjunto de questões suscitado pelo tema exige considerar que, de acordo com sua visão, o melhoramento dos sistemas agrícolas guardava estreita relação com a idéia de aperfeiçoamento da agricultura brasileira como um todo, vendo-o, grosso modo, pela ótica desenvolvimentista inerente a seu modo de pensar o agro brasileiro. Ademais e na verdade, essa perspectiva também se impunha como conciliadora de dois pólos bastante caros ao campo de conhecimento por ele praticado: num deles, estava o científico, voltado para a busca de rigor metodológico e factual para firmar a legitimidade desse saber perante outros igualmente dirigidos a subsidiar as iniciativas planejadoras estatais; e, no outro, a despeito da neutralidade científica defendida com rigor pelos geógrafos da época, estavam as filiações políticas às quais se pretendia fazer servir o saber adquirido.

O esclarecimento acerca do emprego da metodologia dos sistemas agrícolas e de seu significado e importância aos olhos de Valverde atingiu formulação aberta e lapidar tão somente na obra *Planalto Meridional do Brasil*, ou seja, um tanto tardiamente, visto que ele já a empregava largamente em sua produção anterior. Nessa obra, Valverde registra a respeito do assunto ora tratado:

“Vimos anteriormente como os sistemas agrícolas estão na base do desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, bem como das indústrias ligadas à agricultura nos centros urbanos. Assim, o aperfeiçoamento dos sistemas agrícolas viria corrigir em parte os erros econômicos cometidos no passado. Muitos deles não poderiam ser, entretanto, sanados sem transformações radicais, posto que estão ligados a questões intrincadas como o tamanho dos lotes, educação, transportes, etc. Conforme frisou Waibel, o abandono de sistemas agrícolas mais intensivos se faz facilmente com a conseqüente quebra dos padrões culturais, mas o reerguimento do colono e sua família a esses padrões mais elevados, por meio da adoção de um sistema agrícola mais evoluído, seria tarefa hercúlea” (VALVERDE, 1957c:160-161).

No encalço de explanar o raciocínio assim planteado, no qual desponta a importância e o valor dos sistemas agrícolas mais “evoluídos”, visando tanto o “desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, bem como o das indústrias ligadas à agricultura nos centros urbanos”, o autor ainda assevera – note-se, já num momento político posterior ao suicídio de Vargas e submetido a uma guinada do trabalhismo para uma atuação mais despregada da figura daquele líder político – que subsistiam, porém, “*certos problemas agrícolas que poderiam ser facilmente resolvidos com a introdução de técnicos estrangeiros e de agricultores experimentados*” (VALVERDE, 1957c:161), ou seja, não necessariamente pátrios, conforme apregoava a

política colonizadora e de reformas no campo sustentada por Vargas desde o Estado Novo. Contudo, a despeito disso, observa-se facilmente, nas passagens aqui transcritas de entoação mais forte, que o geógrafo coloca a questão inerente ao tema dos sistemas de cultivo em conformidade com a perspectiva da industrialização do país. Ou seja, ao menos nesse particular, ele não destoou da orientação subjacente às políticas agrárias e agrícolas de Getúlio Vargas, condizente com a busca de uma articulação com o projeto mais global de desenvolvimento da indústria nacional. Mas o trecho acima evidencia também, embora um tanto timidamente, uma idéia reformista, comum entre os círculos dessa estirpe política, de que o *“aperfeiçoamento dos sistemas agrícolas viria corrigir em parte os erros econômicos cometidos no passado”*, ou seja – e aqui abre-se uma concessão interpretativa ao autor, talvez um tanto condescendente –, Valverde parece haver compartilhado da concepção depreciativa do passado colonial ou recente da história brasileira, a qual não teria feito senão reiterar o caráter de rapina na apropriação do território, em função da prevalência de interesses exógenos em detrimento dos nacionais. No entanto, percebe-se como essa denotação que poderia ser atribuída ao texto valverdiano é, de qualquer modo, frágil, uma vez que, no mesmo trecho comentado, o autor não adotou apenas uma variável central de análise, mas inúmeras (tamanho dos lotes, educação, transportes etc.) para sustentar a necessidade das *“transformações radicais”* na precariedade dos sistemas agrícolas vigentes na realidade agrária brasileira.

Frisadas essas particularidades que, na verdade, engrossam o caldo de dificuldades para se atingir a almejada identificação da veia político-ideológica do discurso valverdiano, importa, sem esquecê-la, adentrar na especificidade da caracterização pelo geógrafo das modalidades de sistemas agrícolas que ele identificou na realidade agrária brasileira. De acordo com os aportes fornecidos por Waibel, Valverde delimitou-as em quatro, ressaltando que elas não se sucediam necessariamente no tempo¹⁰: rotação de terras primitiva (1.º estágio), rotação de terras melhorada (2.º estágio), rotação de culturas primitiva (3.º estágio) e rotação de culturas melhorada (4.º estágio)¹¹ Vejamos, pois, as características de cada um desses sistemas, não descurando, é claro, de os analisar de acordo com as relações que parecem guardar com os propósitos mais gerais das iniciativas varguistas endereçadas ao campo brasileiro.

10.1.1 Rotação de terras primitiva

Quando tratou do “sistema de roças” ou de “agricultura itinerante”, denominando-o também “nômade” ou, ainda, de acordo com a terminologia empregada por Waibel, de “rotação de terras primitiva”, Valverde ocupou-se em descrever suas respectivas etapas. Desse modo, inventariou suas seguintes fases: 1) derrubada da mata virgem ou em reconstituição; 2) queimada; 3) cultura por um ou dois anos; 4) abandono do terreno; e, por último, 5) capoeira. Na maior parte dos casos em que ocorria esse sistema, o geógrafo o considerou herança cultural dos índios (VALVERDE, 1957c:144 e 146), dando tratamento mais aprofundado à vida dos “colonos pioneiros” em contato com paragens distantes de suas origens geográficas, deparados com a lida árdua de conviver e aprender a tirar proveito de plantas nativas, estruturar uma economia de subsistência em condições de isolamento com repercussões significativas, de acordo com Waibel, para sua vida cultural e social (VALVERDE, 1957c:144-145). Nos casos em que constatou a prevalência desse sistema entre os colonos europeus (30%), Valverde demonstra os malefícios de sua persistência entre eles quando: não poucas vezes critica os efeitos nefastos de seu emprego sobre a qualidade das trocas comerciais realizadas entre colonos e outras categorias sociais; considera o emprego do sistema de roças um dos indícios inquestionáveis da “caboclicização” dos colonos, referendando a visão de Waibel e nisso imbuindo-se da visão eurocêntrica de seu mestre e, ao mesmo tempo, afirmando o viés desenvolvimentista de seu próprio pensamento.

Os trechos abaixo transcritos, enleados com o cerne de suas considerações a respeito do sistema de roças ou “rotação de terras primitiva”, denunciam respectivamente as duas questões pontuadas:

“As trocas comerciais se fazem todas através do vendeiro, o ‘vendista’ dos colonos alemães. É a ele que o colono vende os seus escassos produtos, e dele que adquire os utensílios, fazendas e gêneros indispensáveis. É assim que o ‘vendista’ prospera, explorando os colonos que vegetam numa vida miserável” (VALVERDE, 1957c:145).

“Mesmo quando comparado com o caboclo luso-brasileiro, o colono europeu ‘caboclicizado’ parece levar desvantagem; porque o caboclo autêntico é um tipo social que resultou de uma adaptação prolongada, durante gerações e gerações, à vida no isolamento, de maneira que é um indivíduo extremamente adaptado ao meio, que sabe tirar partido dele, da floresta principalmente; ao passo que o europeu e os seus descendentes que não puderam vencer o primeiro estágio são indivíduos ainda

inadaptados, que apresentam aquele ‘ar apalermado’ da criatura que perdeu os seus padrões culturais e não adquiriu novos.” (VALVERDE, 1957c:145-146).

Outro ponto a ressaltar é que, segundo o autor, nos lugares onde esse sistema prevalecia, geralmente não existia propriedade da terra – *“a roça tem dono, a terra não”* –, caracterizando uma economia rudimentar de subsistência, em que, na maioria dos casos, ele constatou o cultivo de produtos de ciclo curto. Essa característica, na visão do geógrafo, é o que permitia considerá-lo um “sistema agrícola”, muito embora estando submetido a *“práticas mágico-religiosas”*, ocorrendo em *“ranchos ou abrigos provisórios próximos”* e valendo-se de *“instrumentos agrícolas os mais primitivos”*, e sem a utilização de animais de trabalho (VALVERDE, 1952a:5-6).

As valorações apresentadas acima, inerentes à dissertação do geógrafo sobre o sistema de rotação de terras primitiva, acompanharam-no em toda a sua produção. No entanto, no início dos anos 1950, nota-se uma diferença no que tange às relações que estabeleceu entre o sistema de roças e outras variáveis de análise. Nesse momento de sua trajetória, Valverde parece ter concedido maior atenção às relações entre o referido sistema e as questões densidade demográfica e esgotamento dos solos, talvez nisso demonstrando a influência e a importância adquiridas por esses assuntos durante o segundo mandato de Getúlio Vargas. Em tom alarmista, considerou, por exemplo, no artigo “O sistema de roças e a conservação dos solos na Baixada Fluminense”, que a continuação da prática desse sistema, quando associada ao aumento populacional, poderia acelerar os processos de degradação dos solos, como os erosivos. Isso ocorreria em virtude da volta freqüente ao mesmo local da antiga roça antes que a capoeira tivesse tempo suficiente para restaurar naturalmente a fertilidade original da terra. Daí o geógrafo concluir e insistir na necessidade de se conhecer a densidade de população em que o sistema de roças passaria a se tornar destrutivo, considerando de suma importância a busca de resposta para essa indagação (VALVERDE, 1952a:6). Não obstante essa questão tenha sido colocada efusivamente em vários escritos do autor, ela transparece de forma bastante ilustrativa no artigo “O sertão e as serras – O centro-norte do Ceará – Estudo geográfico para a localização de uma missão rural”. No referido trabalho, o geógrafo registrou:

“Em consequência do uso dêste sistema agrícola tão primitivo, as terras têm dado sinais de cansaço. Algumas encostas íngremes com solos rasos ou pedregosos mostram vestígios de erosão” (VALVERDE, 1952b:45).

“Estas condições da agricultura acarretam, como é natural, uma aceleração da erosão, especialmente nos declives mais fortes, conforme se pode observar em alguns lugares” (VALVERDE, 1952b:49).

De acordo com essas balizas, as críticas e o repúdio de Valverde à permanência do sistema de roças na realidade agrária brasileira não se deveram somente a seus efeitos nefastos para a vida cultural e econômica dos colonos, mas também a uma grande preocupação conservacionista, aspecto, aliás, para o qual reservamos um tratamento mais detido no próximo tópico deste capítulo. Além da preocupação de conceituar o sistema de roças e de o relacionar com questões despertadas ou candentes no cenário político da década de 1950, Valverde empreendeu largo esforço também para delimitar as áreas onde ele era predominante, talvez nisso revelando mais abertamente o caráter geográfico de seu raciocínio e os critérios espacialistas de pesquisa de campo nos quais se baseava. Embora essa colocação nos pareça pertinente, quando remetida para a conjuntura na qual parece ter sido exercida com maior nitidez pelo geógrafo, também é possível afirmar que ele assim procedeu atento às demandas políticas referentes a uma melhor organização fundiária e da produtividade agrícola nas áreas próximas dos centros urbanos, visando ao abastecimento destas, reforçando com isso as demandas varguistas e da CNPA (Comissão Nacional de Política Agrária) relativas à questão¹². A nosso ver e ao menos nos dois escritos iniciais da década de 1950, a propositura pelo autor da extinção do sistema de roças ou de rotação de terras primitiva não pode ser dissociada dos reclamos governamentais, aos quais visava responder com o fornecimento de informações as mais fidedignas sobre as particularidades regionais ou, em alguns casos, corroborá-las por intermédio dos resultados obtidos em suas pesquisas de campo¹³.

10.1.2. Rotação de terras melhorada

Conforme mencionado, é na obra *Planalto Meridional do Brasil* que Valverde cuida de detalhar exaustivamente as características dos sistemas agrícolas, levando em conta seus estádios e características. Quando se dedica a explicar o segundo deles, isto é, o de “rotação de terras melhorada”, identifica como um dos incentivos para seu advento o incremento das vias de comunicação, atribuindo-lhes, por isso, um valor

positivo. Apegado a uma análise de teor retrospectivo acerca dessas mudanças, isto é, histórico, o geógrafo assevera que o melhoramento das estradas promovia geralmente o “surto de progresso” na região onde ocorria, pois com ele facilitava-se o acesso aos lotes dos colonos. A melhora nas vias de comunicação acarretava também o surgimento de pequenos centros comerciais nos cruzamentos de estradas, nos quais permitia que fossem fundados moinhos “*para o processamento dos produtos vendidos pelos colonos*”, muito embora fossem estes “*estabelecidos, em sua maior parte, pelos antigos vendeiros*” (VALVERDE, 1957c:146-147)¹⁴.

Ponderando sobre os efeitos salutareos ou outros insuficientes dessas mudanças sobre a vida dos colonos, Valverde considera que o estímulo por elas fornecido para que o sistema de roças fosse abandonado, cedendo lugar ao de rotação de terras melhorada era de qualquer modo desejável diante da situação anterior. Dois trechos representativos da avaliação do geógrafo a respeito dos aportes benéficos da maior ocorrência ou adoção desse segundo sistema agrícola¹⁵ podem ser aqui disponibilizados:

“[...] Nestas condições, além das culturas indígenas anteriormente citadas, os colonos passam a cultivar também o trigo, o centeio, a batata-inglesa, o arroz de terra enxuta. Uma área maior é posta em cultivo; isto leva o colono a adquirir um arado (um aradinho, pequeno em geral) e uns poucos cavalos para puxá-lo, bem como uma carroça de quatro rodas com que leva suas mercadorias para vender e sua família à missa dominical” (VALVERDE, 1957c:147).

Em sentido complementar, já debastando os limites ou os aspectos insatisfatórios da mudança em pauta, o autor afirma:

“[...] Esta situação econômica mais folgada permite-lhes ainda comprar umas 3 ou 4 vacas para fornecer leite e manteiga à sua casa. Não obstante, estes animais não são utilizados nem para o trabalho, nem para produzir estrume para as plantações. A agricultura e a pecuária permanecem ainda separadas uma da outra. O colono não aduba o solo. Conforme o nível dos seus conhecimentos, ele pode queimar as capoeiras ou não, antes de passar o arado” (VALVERDE, 1957c:147).

E, revelando suas preocupações conservacionistas, o autor as coloca no seguinte trecho:

“[...] Então os primeiros sinais de esgotamento do solo se manifestam: ravinas causadas pela erosão, invasão de plantas daninhas, como a ‘barba-de-bode’ (Aristida sp.). As colheitas começam a ser menos compensadoras, obrigando o colono a pôr sob

cultivo uma área maior. Sendo limitado o lote de que ele dispõe, vê-se obrigado, em consequência, a reduzir o período da rotação de terras, o que vem acelerar o processo de esgotamento do solo” (VALVERDE, 1957c:148).

Não obstante tenha tratado do sistema de rotação de terras melhorada destacando seus efeitos positivos para a vida econômica e social dos colonos italianos e alemães no Rio Grande do Sul (VALVERDE, 1957c:148)¹⁶, percebe-se de que modo o autor relativizou sua importância quando tratou de discorrer sobre suas consequências ambientais. Isso porque a adoção desse sistema no Sul do Brasil, ocorrida já com os “*agricultores indígenas dos Sete Povos das Missões, com os quais os colonos europeus não tiveram nenhum contacto cultural*” (VALVERDE, 1957c:150), não impediu, contudo e em virtude daqueles desdobramentos, que os colonos enveredassem para uma alarmante estagnação econômica e social, sobretudo em certas partes do referido Estado, “*tais como a região colonial italiana ao norte do rio das Antas (alto Taquari), e as alemãs dos arredores de Panambi (antiga Neue-Württemberg) e da serra dos Tapes*” (VALVERDE, 1957c:148). Vê-se, assim, como Valverde referencia a insuficiência da adoção desse sistema agrícola para se alcançar melhores condições de vida e, com a permissão da palavra, “sustentabilidade” na agricultura praticada pelos colonos europeus nessas paragens do território nacional.

10.1.3. Rotação de culturas primitiva

Após dissertar sobre o sistema de rotação de terras melhorada, o geógrafo discorre sobre o terceiro estágio agrícola, cunhado como “rotação de culturas primitiva”, presente em 10% dos casos analisados, portanto, de incidência bem menor quando comparado aos dois anteriores. Sem ser privilégio das zonas novas de imigração, nelas esse sistema era comum em virtude da afluência de colonos que se achavam no segundo estágio agrícola. Nesse terceiro sistema, o húmus remanescente da mata recém-derrubada permitia, às vezes, o cultivo do solo por uma série de anos sem aplicação de adubo nem o recurso à rotação de terras. No que tange às plantas cultivadas, ele apresentava uma variedade tão grande ou maior de culturas quando comparado à do estágio anterior; além das plantas relacionadas com o segundo estágio, eram cultivadas, ainda, ervilhas, amendoim e alfafa (VALVERDE, 1957c:150).

Comparando esse sistema com os anteriores, Valverde insiste diversas vezes em seus benefícios. Entre os mais importantes ressalta, sem abandonar suas preocupações conservacionistas, o fato de ele permitir a manutenção da fertilidade das terras naquelas regiões de colonização antiga. O fator ou inovação responsável por tal efeito, segundo o geógrafo, não foi o emprego do arado, mas sim a inclusão constatada de leguminosas no ciclo da rotação de culturas, cuja propriedade de fixar o nitrogênio no solo contribuía, em parte, porém de maneira expressiva, para a restauração da fertilidade. Nesse terceiro estágio, a agricultura ainda estava divorciada da pecuária, de modo que o colono aplicava, em certos casos, adubo químico especialmente para certas culturas valorizadas, como, por exemplo, a da batata e a do algodão. Valverde acalenta a hipótese de que uma das condições essenciais para a instauração do terceiro estágio agrícola consistiu na existência de terras naturalmente férteis, pois, a seu ver, somente elas podiam “*suportar uma rotação de culturas por um número prolongado de anos, sem a aplicação de adubo orgânico em grandes quantidades*” (VALVERDE, 1957c:150).

10.1.4. Rotação de culturas melhorada

A exemplo de Waibel, Valverde dedicou atenção nada diminuta aos benefícios do emprego deste quarto estágio dos sistemas agrícolas. Embora constasse em apenas 10% dos casos reconhecidos e analisados, o sistema de “rotação de culturas melhorada” era referido pelos agricultores e colonos como o mais desejável para a melhoria de suas condições de vida e como o mais indicado para se evitarem os danos edáficos. De origem inglesa e predominante na Europa Ocidental, esse sistema compreendia a aragem e a adubação dos campos com o uso de no mínimo um ou dois cavalos nas atividades rotineiras de cultivo e de 10 ou 20 cabeças de gado para produzir adubo suficiente para a lavoura. Essas inovações, que exigiam um emprego de capital maior comparativamente aos sistemas anteriores, acarretavam uma série de modificações salutaras, quando relacionadas ao imperativo e ao ideal de “modernização” das atividades agrícolas, visando à articulação entre elas e a indústria. A esse respeito Valverde se pronuncia nos seguintes termos:

“A fim de tirar maior partido deste emprego de capital, o colono adquire gado leiteiro, de preferência holstein, holandês ou suíço. Para alimentar o seu gado, já relativamente numeroso, o colono tem que cultivar, além das culturas citadas

anteriormente, plantas forrageiras. Se os animais ficassem soltos no pasto, sofreriam com o frio durante a noite, especialmente no inverno; mas, o que é mais importante: impossibilitaria a armazenagem de esterco. O colono precisa então construir um estábulo sólido, onde ele recolhe o leite e o estrume, e protege o gado. Além disso, para evitar a perda do adubo, o colono constrói um telheiro. Por aí vemos que a aplicação de adubos requer uma aplicação de capital e um plano econômico e social muito mais elevado que o simples emprego do arado.

Na rotação de culturas melhorada tudo gravita em torno da criação de gado. Conforme foi dito acima, além das culturas já citadas nos sistemas anteriores, o colono planta forragens, tais como a alfafa, o feijão-de-porco, a aspérgula, e às vezes também verduras, como o repolho e o nabo. É também usual a intercalação de leguminosas na rotação das culturas.

Nas regiões que se encontram no 4º estágio, a paisagem se apresenta com uma grande variedade de campos de cultura bem tratados, limpos, sem capoeiras. A produção agrícola é muito maior, mais estável e mais variada. Para processar toda esta produção, os velhos moinhos que servem aos colonos no 2.º estágio já são insuficientes; tornam-se necessárias grandes e modernas fábricas. Estas, por sua vez, exigem um emprego muito maior de capital, que só pode ser fornecido por boas cooperativas, capitalistas ou bancos. A rotação de culturas melhorada vai assim desenvolver os próprios centros urbanos” (VALVERDE, 1957c:151-152).

Percebem-se vários pontos significativos, na passagem acima, capazes de revelar o sentido político e a visão de país nas valorações do geógrafo a respeito desse quarto sistema agrícola. Sobretudo no último parágrafo, nota-se como o geógrafo valoriza positivamente os efeitos do emprego desse sistema, pois, ao fim e ao cabo, ele enseja o aumento da produção agrícola, requer investimentos para a substituição dos “velhos moinhos” e incentiva o surgimento de “grandes e modernas fábricas”, além de exigir o “emprego muito maior de capital” via cooperativas e o desenvolvimento dos centros urbanos. Ora, todas essas características faziam parte dos objetivos perseguidos no rol de medidas implementadas e colocadas em prática desde o segundo mandato de Getúlio Vargas para o campo brasileiro, cujo teor passamos em revista no capítulo 10. Pode-se até retroceder um pouco mais no tempo e vê-las contempladas nos argumentos do Plano Salte e da Missão Abbink atinentes à agricultura brasileira, o que faz perceber que Valverde, ao menos nesse ponto, parece ter se mantido bastante próximo do sentido da colocação do economista BIELSCHOWSKY (2000:264), apresentada mais atrás, de

que o debate econômico, entre 1945 e o início dos anos sessenta, “*centrou-se na problemática do desenvolvimento das forças produtivas, deixando-se em plano secundário as questões mais diretamente sociais, como distribuição de renda e da propriedade*”. Valverde, embora situado no campo disciplinar geográfico, não declinou dessa tendência, incorporando-a magistralmente por intermédio do tratamento e da importância concedidos ao tema dos sistemas agrícolas, revelando em seus “estádios” o que era ou não pertinente aos anseios da “modernização” da agricultura brasileira, tendo em vista um projeto mais amplo ou global de industrialização do país.

Aliás, se o trecho acima pode ser enquadrado nessa interpretação, percebe-se como ele também ajuda a entender as razões que levaram Valverde a afirmar que os colonos que adotavam esse sistema eram os únicos no Sul do Brasil que podiam ser comparados aos camponeses europeus e aos *farmers* americanos (VALVERDE, 1957c:153). O ideal subjacente às valorações do geógrafo reportava-se, na verdade, à ocidentalização do mundo rural brasileiro, a partir dos exemplos e modelos fornecidos pelos casos por ele citados e tidos em ponta de mira para inspirar a superação dos “atrasos” (cultural, social, econômico e, ao mesmo tempo, técnico e ambiental) identificados no *modus operandi* da agricultura brasileira. O próprio lamento do geógrafo, quando afirma que o sistema de rotação de culturas melhorada era, “infelizmente”, encontrado em áreas reduzidas e praticado por poucos colonos (VALVERDE, 1957c:153), reforça a identificação desse fulcro valorativo em sua produção. A despeito de haver compartilhado de hipóteses explicativas para tal fato já apontadas por Waibel¹⁷, o próprio Valverde avaliou como sendo “decepcionante” essa conclusão, visto que o Sul do Brasil gozava “*de uma reputação invejável no panorama agrícola e social brasileiro*” (VALVERDE, 1957c:153-154), dando a entender, portanto, o quão distante ainda se mantinham as demais regiões daquele ideal-mestre subjacente à sua visão de país, cravadas disparadamente no fosso de um “atraso” recalcitrante e de transposição árdua. Não somente isso, visando superar os percalços da agricultura nas mesmas paragens nas quais havia estudado em pormenores com Waibel os sistemas agrícolas, Valverde ainda afirmou, por exemplo – e isso, note-se, já na segunda metade dos anos 1950, portanto, segundo o mesmo patamar valorativo assumido por ele na década de 1940 – como uma das soluções governamentais para o impasse a introdução de “*técnicos e colonos experimentados na cultura do trigo*” para que “*dentro de alguns anos*” pudesse vir a ser verificada “*uma transformação gradual*

para a rotação de culturas” (VALVERDE, 1957c:161). Isso deveria dar-se nos moldes que ele valorava como os mais adequados para a “prosperidade” e o “progresso” nacionais, livres dos riscos de “declínio”, “atraso” ou “estagnação”, termos estes ratificadores de uma realidade incompatível com o destino “modernizante” que se almejava imprimir no agro brasileiro em comunhão com as políticas oficiais desde muito preconizadas para o campo brasileiro¹⁸.

10.2. A ótica conservacionista

Em 1952, apenas dois anos após o retorno de Leo Waibel à Alemanha, Orlando Valverde publicou dois estudos: “O sistema de roças e a conservação dos solos na Baixada Fluminense” e “O Sertão e as serras – o centro-norte do Ceará – Estudo geográfico para a localização de uma missão rural”. Nesses dois trabalhos, como em outros que ele produziu dos anos 1950 até 1964, alguns elementos significativos podem ser destacados para situá-lo no rol de posicionamentos relativos à questão agrária, predominantes quer nas propostas políticas, quer nos trabalhos de outros geógrafos agrários do período.

Com efeito, numa visão retrospectiva necessária para se adquirir o enfoque de conjunto, esses dois primeiros trabalhos de Valverde na década de 1950 ainda continham as mesmas orientações metodológicas presentes no estudo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” (1948). Neles são visíveis os ensinamentos do mestre alemão, principalmente pela aplicação de suas considerações sobre o sistema de roças ou de rotação de terras primitiva constantes no estudo “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil” (1949).

As análises e valorações de Orlando Valverde no trabalho sobre a Baixada Fluminense estiveram também pautadas na *refutação do determinismo geográfico*, outra preocupação igualmente herdada de Waibel, e nele se evidencia, ainda, um tanto nitidamente, a manutenção da concepção que considerava ser a Geografia uma “*ciência a serviço do homem*”, ou seja, aplicável e, em virtude disso, “ativa” para ajudar os órgãos administrativos na resolução dos problemas regionais ou mesmo locais e mais pontuais do território, concepção esta já preconizada em 1944 por Jorge Zarur.¹⁹ Quando comparado aos demais publicados após o contato direto de Valverde com o mestre alemão, o estudo sobre a Baixada Fluminense apresenta certas particularidades

que merecem ser ressaltadas, sobretudo no que diz respeito à preocupação conservacionista do autor, pois demarca e inaugura, no fluxo de sua trajetória, a incorporação dessa temática que, diga-se de passagem, a exemplo do tema dos sistemas agrícolas, doravante não mais deixaria de estar presente em seus trabalhos.

Inicialmente a apropriação do temário conservacionista e a ênfase que lhe foi dada pelo geógrafo estiveram relacionadas com um movimento favorável no âmbito interno da Geografia então praticada, movimento esse representado por certa linhagem de autores que sobre ele se debruçavam. Quais eram, especificamente, as linhagens ligadas à abordagem do problema da conservação dos solos nas produções dos geógrafos do CNG, no momento tanto da elaboração do trabalho de Valverde sobre a Baixada Fluminense quanto antes? Como se desenvolvia o tratamento desse problema na década de 1940, anos nos quais Orlando Valverde travara contato com a grande diversidade de profissionais que compunham os quadros da instituição? Para o esclarecimento dessas questões, podemos nos aproximar sem maiores delongas de suas respostas sabendo que o contexto pós-Segunda Guerra abrigou certo movimento interno à Geografia brasileira bastante favorável ao aprofundamento do tema envolvido. Partiremos inicialmente dos subsídios contidos na pesquisa de FERREIRA (1998), quando, ao abordar o rol das contribuições de geógrafos que, nas décadas de 1940 e 1950, enfatizaram em seus estudos os fatores naturais na relação agricultura e meio ambiente, oferece um levantamento apropriado e exaustivo de alguns trabalhos significativos para embasar essa afirmação. Em seguida, serão oferecidas apenas algumas complementações²⁰.

Conforme salienta essa autora, a degradação ambiental já se apresentava nos anos 1940 como uma preocupação dos geógrafos que passaram a traduzi-la por intermédio de trabalhos sobre o manejo dos solos. Inicialmente, ao menos dois exemplos nesse sentido podem ser apresentados. De um lado, TÔRRES FILHO (1949)²¹, por exemplo, conceituava a “degradação do solo” a partir da erosão, apontando os métodos que poderiam minimizar esse problema. O estudioso em questão afirmava ser possível a conservação dos solos desde que seu aproveitamento se realizasse pautando-se em métodos racionais de cultivo que poupariam a fertilidade. Envolto nas concepções geológica, pedológica e agrônômica, ele definia *solo* segundo os fatores intervenientes – clima, topografia, vegetação natural e alteração da rocha-mãe –, evidenciando em sua análise uma forte preocupação com o papel desempenhado pelas condições naturais,

considerando-as fator essencial para o pleno desenvolvimento da atividade agrícola. As intervenções humanas, também responsáveis pela degradação, quase não mereceram tratamento em seu texto. De outro lado, caminhando em sentido contrário, DEFFONTAINES (1949)²² – um dos formadores de Orlando Valverde –, num célebre texto que não passou despercebido a toda uma geração de geógrafos, realizou a análise das técnicas agrícolas pouco racionais e que eram quase invariavelmente adotadas em áreas de floresta equatorial, mas que, ao seu ver, não deveriam ser empregadas nas áreas tropicais. Ao descrever as formas de uso das florestas tropicais e equatoriais, o mestre de ultramar demonstrou comparativamente que, em países tropicais, a exploração assentava-se na coleta dos bens naturais, na derrubada e queima dos arbustos, o que considerava irracional. Expressava o autor, dessa maneira, forte preocupação ecológica ao considerar o quanto, na definição de bons tratos, era essencial a atitude do agricultor para com a terra (FERREIRA, 1998:151).

Considerando que o escrito de Valverde sobre a conservação dos solos na Baixada Fluminense foi publicado em 1952 e que, na década de 1950, a temática da preservação dos solos e a postulação de práticas agrícolas mais adequadas, como instrumento para a conservação dos recursos naturais, foram alçadas como assuntos dos mais significativos²³, o que é comprovado pelo grande número de trabalhos publicados a respeito no campo da Geografia Agrária (FERREIRA, 1998:152), vale sumariar também alguns desses trabalhos para se compreender a ambiência geográfica que ajuda a explicar a presença e valorização desse traço no escrito do geógrafo brasileiro.

DUQUE (1950)²⁴ elegeu como marco de análise o Nordeste brasileiro, onde uso inadequado da terra foi, segundo ele, iniciado durante o período colonial. Esse autor, que tinha como uma de suas preocupações centrais o planejamento adequado do uso do solo, define-o da seguinte forma:

*“[...] o uso eficiente da terra, sobre os diversos sistemas agrícolas, é a salvaguarda do empobrecimento. A conservação implica no aproveitamento de cada lote da fazenda para o fim que ele melhor possa servir tendo em vista as necessidades do proprietário, a topografia, a fertilidade, etc., de modo que se mantenham em produtividade.”*²⁵

Em suas avaliações, o autor ainda destaca os elementos imprescindíveis para o processo de conservação do solo, defendendo o planejamento e as técnicas de engenharia para sua proteção.

Ainda no início dos anos 1950, a mesma temática surgiu como foco de preocupação no trabalho de STERNBERG, intitulado “Manual de conservação do solo”, que foi publicado em partes entre 1951-1952, nos números 103 a 111 do *Boletim Geográfico*. Nele, o autor enfatiza os aspectos agronômicos ligados à conservação do solo, salientando os métodos mais adequados para esse fim, entre os quais figuram a construção de terraços e a irrigação. Essas considerações, feitas num momento em que Orlando Valverde elaborava seus dois escritos iniciais da década de 1950, não parecem ter passado despercebidas por ele. Além da orientação desse trabalho pelo critério da capacidade de uso dos solos, também o cuidado e a atenção dedicados por Sternberg à apresentação de classificações, definindo, para cada classe de solos, a forma de uso e o cultivo mais apropriado, também parecem ter influído na maneira como Valverde tratou desse tema em seus escritos.

Complementando a ênfase dada ao tema nas proximidades da publicação dos dois escritos valverdianos em 1952, SETZER publicou, em 1951, um estudo que teve forte repercussão na comunidade geográfica²⁶. Nesse trabalho, o autor caracteriza o trabalho humano como fator de aniquilamento dos solos, criticando o nomadismo na agricultura que, em sua concepção, seria derivado em última instância do desrespeito aos princípios conservacionistas em relação a esse recurso natural, segundo os quais o homem deve ser não apenas um consumidor dos solos mas também um agente regenerador de sua fertilidade. Como fatores determinantes da formação dos solos, Setzer considera as variáveis clima, rocha, topografia, organismos e tempo; mas, segundo sua visão, a partir das atividades agrícolas, o homem também passou a ser um fator participante do processo de modificações do solo e, como se verá mais adiante, esse viés também parece estar presente no enquadramento dedicado à questão por Valverde. Esse autor, que, desde 1941 se dedicava a levantamentos agrogeológicos no estado de São Paulo, tendo publicado vários trabalhos a respeito, defendia, ademais, que o estudo geográfico dos solos não se restringia às condições físicas e químicas e também não deveria pautar-se na avaliação da riqueza natural que aqueles apresentavam. Segundo ele, geógrafo devia compreender o agricultor e sua relação com a terra, isto é, o grau de cultura do grupo humano que trabalhava o solo e os variados modos de uso da terra – visão igualmente fortemente presente na maneira de Valverde debruçar-se sobre o assunto, em conformidade com os ensinamentos de Waibel. Setzer considerava o agricultor enquanto elemento inserido em seu contexto demográfico e, nesses termos, o

compreendia como agente definidor das paisagens agrárias, dos gêneros de vida e dos habitats rurais. Foi de acordo com esses princípios que, em particular na agricultura paulista, o caboclo era visto pelo autor como fator (humano) na diagênese de seus solos²⁷.

De maneira nítida e conforme será explicitado em breve, se, de um lado, a repercussão ou influência dessas considerações de cunho conservacionista pode ser visualizada nos escritos de Orlando Valverde, a partir do trabalho sobre a Baixada Fluminense, de outro, ela também é incontestada na obra *Planalto Meridional do Brasil* (1957), em que o autor, ao fazer uma abordagem sobre a degradação dos solos na região título, compara a prática das queimadas, levada a cabo pelos caboclos da região título, à atitude conservacionista dos ervateiros “civilizados”, particularmente na superfície do terceiro planalto paranaense. O autor coloca nos seguintes termos as diferenças substanciais entre os dois grupos mencionados:

“Na vanguarda da civilização, vai o caboclo que, embora vivendo em isolamento, é capaz de perturbar a vegetação numa escala superior à de tribos inteiras de selvagens. A arma principal do seu ataque à natureza é o fogo. Como geralmente o caboclo não abre aceiros na floresta, o incêndio incontrolado devasta áreas imensas. Forma-se, assim, as chamadas ghost landscapes, paisagens mortas, de destruição, onde no meio dos samambaiais erguem-se ainda os restos de alguns pinheiros e imbuiais calcinados [...].

A intervenção do homem que chamamos civilizado, às vezes é mais benigna. No caso dos ervais, por exemplo, a poda trienal das plantas, não as extingue. Eliminá-las seria um prejuízo sério para o seu proprietário. Então, este, quer seja um grande ervateiro, quer seja um colono, cuida bem do seu erval: elimina as árvores concorrentes ao redor de cada pé de erva-mate, faz caiações no seu tronco, planta grama para evitar a invasão das ervas daninhas. A exploração do mate adota, portanto, espontaneamente, no seu próprio interesse, uma atitude conservacionista em relação à erva e também ao solo” (VALVERDE, 1957c:87-88).

E, mais adiante, no mesmo trabalho, relativizando a visão exposta acima sobre os “civilizados”, o geógrafo teve o cuidado de complementar:

“Quando ele se dedica ao pastoreio nos campos limpos, queima as pastagens naturais, todos os anos ou em anos alternados. Com isso, obtém pastos tenros mais apreciados pelo gado. Mas paulatinamente, os solos vão ficando ácidos, pobres em matéria orgânica e em substâncias minerais. O pasto vai sendo tomado pela barba-de-

bode, ou vai cedendo lugar a formas biológicas do campo sujo ou do cerrado. Ademais, o fogo vai fazendo recuar os limites entre a mata e o campo, em detrimento da primeira.

[...] Não vamos concluir daí que o homem seja um animal nocivo, o que seria ridículo, mas age – bem ou mal – em função de um sistema econômico.

Só quando o sul estiver empobrecendo em madeiras, as leis e as medidas protetoras poderão surtir algum efeito” (VALVERDE, 1957c:90).

Com o exemplo fornecido, cremos que o mais importante a ressaltar é que as preocupações conservacionistas que passaram a se solidificar na obra valverdiana, a partir do início dos anos 1950, adentraram em sua produção das cinco décadas posteriores, nas quais Valverde exerceu suas atividades de geógrafo, sendo encontradas em vários de seus trabalhos. O destaque por ele conferido à interferência do homem sobre a vegetação, a crítica aos incêndios “indiscriminados” dos caboclos, a demarcação do tempo longo dos processos naturais confrontado com o tempo curto dos processos sociais, os efeitos devastadores sobre a vegetação derivados da abertura de estradas, entre outros aspectos, passaram efetivamente a compor o olhar valverdiano no estudo das realidades regionais brasileiras a partir dessas quadras. Todavia, esse traço ou orientação de sua obra estruturou-se em composição híbrida, ou seja, não como foco principal, mas aliado intimamente com sua preocupação em buscar caminhos para uma valorização e maior integração econômica do território por intermédio da radiografia de seus recursos naturais e das formas de exploração e comercialização nele processadas. Com isso, torna-se manifesto a um só tempo tanto a discrepância quanto a particularidade da abordagem conservacionista nos escritos valverdianos, quando comparada àquela empregada seja por TÔRRES FILHO (1949) – para o qual as intervenções humanas, embora também fossem responsáveis pela degradação, quase não mereciam tratamento – e a de SETZER, para quem o estudo geográfico dos solos não se deveria pautar na avaliação da riqueza natural que eles apresentavam.

Apenas para ilustrar a condução dessas questões no interior dos escritos de Orlando Valverde vindos à estampa entre 1951 e 1964, e também para apoiar as diferenças de nuances aqui apresentadas entre ele e outros autores, vale disponibilizar certos trechos, ainda, na obra *Planalto Meridional do Brasil* (1957). Nela, o geógrafo ibegeano notifica o tempo longo dos processos naturais em descompasso com o tempo curto dos processos sociais nos seguintes termos:

“As paisagens que acabaram de ser descritas estão longe de serem estáticas. Mas a sua dinâmica se conta por séculos, por milênios. Enquanto se desenrolavam estas cenas ‘em câmera lenta’, chegou o homem que denominamos civilizado. Antes, naturalmente, já existiam os índios, que exerciam uma influência reduzida, porque eram pouco numerosos e dotados de instrumentos rudimentares, como os machados de pedra polida” (VALVERDE, 1957c:86-87).

O hibridismo das propostas e avaliações em prol da valorização econômica do território e as preocupações conservacionistas se manifestaram na mesma obra, comportando um raciocínio que, longe de ser unilateral, podendo enfatizar um dos aspectos com um aprofundamento adequado, congregou esses aspectos num todo oscilante que, de um lado, não permite aproximar o autor ao pensamento ambientalista propriamente dito, nem, de outro, oferece condições para caracterizá-lo como um planejador displicente com os “impactos ambientais” oriundos da intensificação das atividades humanas. De acordo com essas balizas, vale disponibilizar o trecho que, embora longo, exemplifica de forma cabal a intercalação dessas características do discurso do autor:

“O consumo de pinho no Brasil é cinco vezes inferior à sua produção. Esta se destina, por conseguinte, principalmente à exportação. Cada vez que uma guerra assola o mundo, redobra-se o ritmo da exploração madeireira na fase de recuperação dos países. Os bons preços alcançados pela madeira são os móveis do ataque.

O governo brasileiro procurou remediar a situação, criando o Instituto Nacional do Pinho. Infelizmente, até agora, a atuação desse órgão tem sido irrisória, ante a gravidade do problema.

A tal ponto que, hoje em dia, o Paraná só dispõe de reservas apreciáveis de pinheiros lá para oeste, do vale do Ivaí em diante.

O Rio Grande do Sul, mais povoado, dispõe de reservas muito menores. As últimas, que não são grandes, estão sendo agora exploradas no vale do rio Pelotas.

O Estado que parece possuir atualmente as maiores reservas de araucárias é Santa Catarina. Não porque o governo ou particulares de lá tivessem tomado qualquer medida preventiva; mas simplesmente por falta de estradas. Agora, porém, a situação está se modificando radicalmente: a rodovia Rio-Pôrto Alegre abriu uma grande região de pinhais, até então quase fechada; ao mesmo passo, o extremo oeste é alcançado por estradas precárias pelo norte do Rio Grande” (VALVERDE, 1957c:88).

E continua o autor um pouco mais adiante:

“Começou então a devastação em massa. Ao longo da rodovia citada havia entre Santa Cecília e Papanduva, uma serraria a cada 8 a 9 quilômetros, em média, no fim de 1955!

Quando se viaja no planalto meridional por zonas novas e longínquas e se encontra uma estrada boa, é quase certo que ela conduz a uma serraria.

O planalto é, hoje em dia, uma espécie de reservatório de madeira, sangrando por diversas vias. Pela estrada da Graciosa e pela rodagem que acompanha o vale do Itajaí descem, numa sucessão interminável, caminhões carregados de tábuas, com destino a Paranaguá e Itajaí, respectivamente.

Já o pôrto de São Francisco do Sul é abastecido pelo ramal da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, por onde descem composições inteiras de pranchas carregadas de tábuas, desde União da Vitória.

A rodovia Rio-Pôrto Alegre drena a madeira que é destinada ao mercado interno, sobretudo para o Rio e São Paulo.

No oeste de Santa Catarina, o pinho é exportado de preferência em toras, que descem pelo rio Uruguai abaixo, reunidas em balsas, com destino aos mercados do Prata” (VALVERDE, 1957c:88-89)

E, quando se poderia esperar um posicionamento do autor sobre os meios que poderiam remediar os “impactos ambientais” da exploração madeireira, lê-se:

“Nessa parte do Brasil estabeleceram-se grandes emprêsas de capitais rio-grandenses, que compraram vastas glebas, e, à medida que vão explorando os pinhais, fracionam as terras em pequenos lotes que são vendidos a colonos.

Entretanto, a exploração comercial dos pinhais não é o aspecto mais triste dessa devastação, porque em todo caso, as araucárias novas são poupadas e o seu pleno desenvolvimento requer 20 ou 30 anos” (VALVERDE, 1957c:89).

De um lado, tomados em conjunto, embora se note nos trechos acima a inquietude do geógrafo adiante da parca e ineficiente regulamentação da extração madeireira na região pesquisada – “o planalto é, hoje em dia, uma espécie de reservatório de madeira, sangrando por diversas vias” –, na verdade igualmente neles se percebe uma minuciosa radiografia acerca dos destinos internos e externos dessa exploração comercial em detrimento de uma tomada de posição mais clara a respeito. Seguramente distante de uma abordagem preservacionista, Valverde presta-se a reconhecer a dilapidação dos recursos naturais, deixando a cargo de outras instâncias governamentais a tomada de

decisões solucionadoras. De outra parte, os exemplos apresentados sucintamente até o momento poderiam se estender para outros, não menos relevantes, que auxiliariam igualmente o estabelecimento de um quadro mais amplo de referência, a fim de demonstrar a credibilidade da hipótese aqui sustentada, segundo a qual Valverde, imbuído dessas preocupações conservacionistas, que já avultavam na comunidade geográfica desde os anos 1940, as teria abraçado enquanto preocupação propriamente geográfica para a elaboração do estudo sobre a Baixada Fluminense e daqueles que o sucederam. Em síntese, é possível afirmar que, no esteio de uma linhagem de autores interessados no estudo da degradação dos solos, Valverde compartilhou dos princípios conservacionistas que não fariam senão crescer em termos de aceitação ao longo da década de 1950, reverberando para outros aspectos, somando-se não somente aos debates sobre a pressão demográfica exercida pela utilização dos recursos naturais – travados no âmbito do XVIII Congresso Internacional de Geografia de 1956 –, como também e mais remotamente aos incentivos e ênfase oficiais endereçados à questão desde, ao menos, com maior ênfase, a partir do segundo mandato de Getúlio Vargas.

Com isso queremos dizer que, ao lado do temário conservacionista valorizado pela comunidade geográfica nos anos 1940, outro elemento de fundo e não menos importante concorreu igualmente e decididamente para a incorporação desse tema de estudo nos estudos lavrados por Valverde a partir do início da década de 1950. Em outras palavras, pode-se dizer que o legado acumulado de geógrafos quanto ao tema veio a ter uma influência apenas relativa na maneira como o autor debruçou-se sobre a temática da conservação dos solos como também da vegetação, a partir de então e para toda a extensão do período 1951-1964. Isso porque, de posse dos elementos passados em revista, quando lembramos a tônica das políticas agrárias e agrícolas do segundo governo Vargas e da CNER para o campo brasileiro (capítulo 9), também é oportuno frisar que o conservacionismo também fazia parte do repertório de medidas oficiais aventadas para a melhoria da agricultura. Na verdade, pode-se ir mais longe dizendo que, justamente por se constituir num flanco de abordagem um tanto “neutro” e não catalisador de maiores dissensos no cenário político, porque temática contemplada em grande parte nas diversas entoações partidárias e oficiais, o conservacionismo parece ter sido uma via de abordagem um tanto segura para a meta de Valverde de levar adiante a prática do ideal de uma Geografia que fosse imune a se enredar nas polêmicas ideológicas acirradas.

Nesse sentido, vale também lembrar que não somente para o geógrafo mas também para as mais variadas vertentes políticas do início da década de 1950 – se bem que com maior ênfase para as conservadoras agrárias –, a “agricultura racional” era tida como aquela que não degradava o solo (VALVERDE, 1952b:43)²⁸. No caso de Valverde, em seu estudo sobre o Centro-Norte do Ceará abundam as considerações do autor sobre a conservação do solo (VALVERDE, 1952b:54), trazendo a lume uma preocupação que jamais o abandonaria, embora por vezes tenha sofrido atenuação, sem deixar de lado sua postura conservacionista mais geral. É assim que, no estudo de 1953, “Relatório técnico da excursão ao Rio Grande do Norte”, seus posicionamentos com relação ao temário em pauta aparecem não isoladamente, mas, sim, coadunados com intervenção humana, solos e vegetação.

“Estou convencido de que a destruição da mata acarreta a remoção das duas camadas superiores menos resistentes.

A intervenção humana certamente perturbou profundamente a fisionomia da vegetação desta região, visto que o povoamento é muito antigo e até hoje há, por toda parte, exploração de lenha que é vendida em Natal” (VALVERDE, 1953a:37-38).

Em primeiro plano nesse trecho, está a semelhança entre a abordagem utilizada por Valverde e aquela renunciada mais atrás por Duque quanto ao fato de que o uso inadequado da terra guardava relações com processos de colonização antigos. Já com relação à primeira parte do Relatório, técnica por assim dizer, a passagem acima evidencia traço de análise acerca do problema que não mais seria abandonado por Valverde quando cuidou de expressar suas inquietações conservacionistas.

No estudo mais tardio sobre o leste da Paraíba, o autor dedicou atenção mais detida à lixiviação e tratou de explicar em pormenores os aspectos físico-ecológicos com ela relacionados (VALVERDE, 1955a:9-10). De qualquer forma, mesmo nesse caso, toda a análise dedicada ao tema veio a desembocar naquela sua preocupação seminal angariada junto aos geógrafos da década de 1940 e de acordo com o sentido dos apelos políticos do período, ou seja, a da “exploração irracional” dos solos (VALVERDE, 1955b:64). A mesma questão enveredou adiante no tempo de sua obra, povoando-a demasiado, estando relacionada e fazendo-se relacionar com as características “atrasadas” dos sistemas agrícolas reinantes no campo brasileiro que, em larga escala e numericamente tidos como inapropriados perante outros almejados, não asseguravam a restauração da fertilidade dos solos em função de não obedecerem a um

tempo de repouso adequado do solo, causando, portanto, o empobrecimento deste e, com isso, a pauperização dos colonos e “lavradores”²⁹. Percebe-se nisso (preocupação com a manutenção da fertilidade), ademais, a estreita relação entre o modo valverdiano de ver a questão e aquele propugnado por Leo Waibel e José Setzer.

Com efeito, o “*caráter imprevidente, ou melhor, predatório da agricultura*”³⁰ constituiu-se numa notificação recorrente nos escritos de Valverde produzidos entre 1952 e 1964. Além disso, cabe pontuar que ele não somente o relacionou com os lugares percorridos em sua trajetória de pesquisador e segundo uma *démarche* analítica sobejamente naturalística e empírico-indutiva³¹ como também, não poucas vezes, demonstrou sua persistência desde os tempos coloniais, relacionando-o com os ciclos econômicos, responsáveis, por exemplo, por processos tais como erosão acelerada em ravina e em lençol (VALVERDE, 1958:40-43)³².

Para os casos nos quais, municiado de preocupação conservacionista compartilhada tanto pela comunidade científica geográfica quanto pelas iniciativas governamentais e pelos discursos políticos, Valverde a notificou sem mantê-la aprisionada ao tratamento dos solos. Ele não somente radiografou o que hodiernamente chamamos de “degradação ambiental” como também fez propostas para minimizar seus “impactos”. No artigo “O uso da terra no leste da Paraíba”, coerente com essa tendência basilar de sua atuação geográfica, o autor comentou em tom propositivo:

“O estado da Paraíba ainda não tomou conhecimento de que a devastação indiscriminada está a exigir uma política florestal severa em futuro próximo.

Neste caso, a única solução seria mesmo a desapropriação das referidas matas e a sua imediata organização em reservas florestais e áreas de experimentação de silvicultura” (VALVERDE, 1955b:82).

Tal como no caso acima, fiel ao conservacionismo e sem jamais debandar para uma atitude avaliativa preservacionista, a devastação florestal também veio a ser foco de preocupações do geógrafo em escritos posteriores ao aludido. Foi assim que, na obra *Planalto Meridional do Brasil*, ao tratar sobre a “secção Florianópolis-Lajes”, após delimitá-la em termos regionais e adentrar para o caso dos Campos de Lajes e de Vacaria (VALVERDE, 1957c:273-274), ao descrever o Vale do Pelotas asseverou que a devastação em suas matas havia “*modificado sua fisionomia pela extração dos pinheiros grandes pelas serrarias*” (VALVERDE, 1957c:276). Há que se destacar que,

nessa ocasião explanativa, contrariando o que fizera no escrito anteriormente citado, Valverde não chegou a aventar possíveis soluções para o problema em foco, limitando-se apenas a apontá-lo sem maiores digressões planificadoras. O mesmo pode-se dizer para o caso da saliência da mesma questão no artigo “O noroeste da Mata pernambucana (A região de Timbaúba)”, no qual o autor criticou a remoção do revestimento florestal pela queimada e o rompimento do equilíbrio entre o solo e o meio na região pesquisada (VALVERDE, 1960b:20), revelando, por assim dizer, o viés de denúncia muitas vezes inerente às suas observações de campo, porém sem ultrapassá-lo com maior rigor por intermédio de propostas efetivas, a fim de orientar saídas estatais ou de caráter público para os problemas ambientais, muitas vezes tão somente inventariados.

De qualquer modo, para o momento e os estudos até aqui enfocados, pode-se dizer que, para além das inflexões internas do fazer geográfico relativas ao tratamento do tema conservacionista, o geógrafo também contava com razões adicionais para enfatizar a questão em pauta, nutrindo-a de interesse em função não somente de sua valorização na comunidade geográfica da qual participava, mas também de ela ter contado com aportes contextuais legitimadores para contemplá-la no discurso programático oficial e no fazer científico daqueles interessados em subsidiar o Estado com informações úteis para remediar seus fatores agravantes.

Dito isso e demarcados, portanto, o momento em que as idéias conservacionistas passaram a participar de forma mais pronunciada nos escritos do autor e a maneira como passaram a impregnar seus escritos relativos ao período 1951-1964, interessa agora retomar uma indagação articulada por Valverde no início do trabalho sobre a Baixada Fluminense, como meio para introduzir outros aspectos de seu discurso geográfico.

10.3. Reforma agrária, conservacionismo e regime de propriedade

Valverde iniciou o trabalho sobre a Baixada Fluminense definindo o que Waibel havia designado como sistema de roças, ou ainda, agricultura itinerante, nômade, todos sinônimos de rotação de terras primitiva. Para avivar a memória e facilitar o entendimento do argumento que o autor teceu a partir da retomada desse ponto, importa lembrar que, sendo típico de regiões tropicais e embora tenha sido constatado em

regiões temperadas, esse sistema compreenderia as seguintes etapas: a derrubada da mata virgem ou em reconstituição; queimada; cultura por um ou dois anos; abandono do terreno; capoeira. Salientou ainda o geógrafo que onde ele predominava, geralmente não havia propriedade da terra – “*a roça tem dono, a terra não*” –, caracterizando uma economia rudimentar de subsistência. Nele, em geral, Valverde constatou que eram cultivados produtos de ciclo curto, de modo que se tratava de um “sistema agrícola” típico de comunidades envoltas em práticas mágico-religiosas, vivendo em ranchos ou abrigos provisórios próximos à roça, utilizando instrumentos agrícolas os mais primitivos, sem o emprego de animais.

Após uma breve mas clara descrição do sistema de roças, Valverde apresentou o verdadeiro móvel do trabalho em questão, tendo explicitado as intenções ou objetivos que nele foram perseguidos. Nesse sentido, suas considerações não deixam dúvidas:

“Com a continuação da prática dêste sistema, se a população se tornar numerosa, haverá aceleração da erosão e empobrecimento dos solos, em consequência da volta freqüente ao mesmo local da roça antiga, antes que a capoeira tenha tido tempo suficiente para restaurar naturalmente a fertilidade original da terra.

Saber qual a densidade de população em que o sistema de roças passa a ser destrutivo, é uma questão de suma importância [...]” (VALVERDE, 1952a:6).

Como pode ser facilmente observado no trecho acima, o autor não se esquivou de demonstrar a preocupação conservacionista de sua pesquisa e o viés planificador de seus desígnios, ao indagar quais seriam as soluções para minimizar o empobrecimento dos solos e a aceleração da erosão causados pela prática do sistema de roças correlacionado com a densidade de população³³. Ensaando inicialmente uma aproximação do que poderia vir a ser uma solução para esses problemas, o autor disponibilizou exemplos de outros países, como Sumatra, Java e Birmânia, onde haviam sido realizadas tentativas para equacionar a incompatibilidade entre o sistema de roças e as áreas de grande densidade de população. Conforme ele próprio ressaltou, a seu ver os casos analisados eram pertinentes para o entendimento da questão no Brasil, pois constituíam ambientes tropicais e neles ocorriam as mesmas espécies vegetais da área estudada.

Tomando-se o percurso realizado por Valverde, percebe-se que ele trilhou um trajeto de análise que, partindo da escala global e nacional, passou logo em seguida para a abordagem de um caso específico e circunscrito. Ademais, ao apresentar os casos dos países citados, ele não deixou oculto certo desconforto ao constatar a dependência dos

agricultores em relação aos mercados internacionais após as iniciativas que lhes permitiram modificar o sistema agrícola empregado. Embora apenas tenha constatado tal fato, não lhe imprimindo nenhuma valoração interpretativa ou digressão analítica, deixou transparecer, num único lance, porém de forma tênue, seu nacionalismo, a atenção que dispensava à questão da segurança alimentar e às condições de vida dos pequenos produtores, traços que, no transcurso da década de 1950, passariam a ser paulatinamente mais marcantes em seu pensamento e dos quais nos ocuparemos mais tarde. No entanto, é bom precisar, nenhum desses aspectos suscetíveis de serem valorados politicamente foram efetivamente abordados pelo autor, pois a essa altura de sua trajetória ele decerto ainda não expunha suas avaliações sobre os fenômenos constatados em termos de economia política ou por intermédio de uma análise do subdesenvolvimento que então já começara a esboçar-se em outros meios intelectuais como, por exemplo, nas idéias estruturalistas da Cepal. O conjunto dessas considerações se baseia no seguinte trecho de seu artigo citado sobre a Baixada Fluminense:

“Uma das conseqüências desta modificação no sistema agrícola foi a dependência em que ficou o agricultor dos mercados internacionais. O agricultor nômade, quase auto-suficiente e independente do comércio mundial, passa dêste modo a fazer parte dos que dependem da moeda para obter alimentos. Com a difusão dêste sistema de lavouras permanentes de tipo comercial, houve diminuição das áreas de culturas alimentares primitivas, que em certos lugares forçou a destruição das culturas permanentes” (VALVERDE, 1952a:7).

Não obstante a roupagem meramente descritiva do trecho acima relativamente à natureza polêmica do assunto ao qual se refere, se, por um lado, no artigo “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” (1948), Valverde havia destacado o fato de esse sistema de rotação de terras primitiva ser encontrado entre pequenos proprietários – em regiões de relevo acidentado ou em áreas de terras devolutas, praticado pelos caboclos, distantes dos centros povoados e principais mercados consumidores –, por outro, no estudo sobre a Baixada Fluminense, ele se mostrou surpreso com a constatação de que tal sistema se fazia predominante na área excursionada, zona de grandes propriedades e a menos de 50 km do Grande Rio de Janeiro³⁴. A partir de então, no referido estudo, grande parte do esforço argumentativo do autor voltou-se decididamente para perscrutar as razões capazes de explicar a persistência desse sistema agrícola numa região com características que, até então, sob o filtro da metodologia empregada, não eram tidas como favoráveis para a sua

permanência. Aproveitando a ocasião para afastar-se de possíveis explicações que poderiam assentar-se nas teses deterministas e apenas lançando mão de um recurso subsidiário para lhe proporcionar a exposição de seus argumentos contrários àquela orientação, Valverde indagou: *“Como se explica a existência dêste sistema de roças nestas condições? Haverá um determinismo geográfico? Seria o relêvo o fator determinante da existência do sistema de roças na região?”* (VALVERDE, 1952a:9).

Assim colocada a questão, ao fim de seu desdobramento o autor viria a contrariar a impressão logo acima mencionada a respeito do caráter acrítico de sua abordagem. Se essa inclinação sustenta-se no que tange a suas considerações sobre a dependência dos agricultores em relação aos mercados internacionais e sobre a questão da segurança alimentar, noutra ponta ela não se aplicou integralmente para o caso da resposta dada pelo geógrafo à última indagação aqui sublinhada. Com efeito, para tanto, ele empreendeu inicialmente a análise empírica das variáveis físicas da área excursionada, no decurso da qual fez até mesmo o reconhecimento geral dos solos e a classificação preliminar de suas séries – ambos procedimentos realizados em colaboração com Moacyr Pavageau – para endossar sua rejeição às teses deterministas. Ainda na busca de equacionamento para seu espanto diante da prevalência do sistema de roças nas áreas excursionadas na Baixada Fluminense, Valverde evitou identificar o problema como resultante do relevo da região, distanciando-se de uma interpretação determinista que, conforme mencionado, consistiu num de seus objetivos nesse trabalho. Em seguida, extraíndo uma conclusão parcial, fazendo-se acompanhar de uma síntese explicativa, após afastar de igual maneira o fator distância dos mercados como uma outra variável provável para o caso, o autor deslocou a argumentação para um fator que até então não havia sido aventado ou mesmo considerado em seus trabalhos anteriores, ou seja, o regime de propriedade. Nesse percurso, ao circunscrever a questão da utilização do sistema de roças no município de Itaboraí, lê-se:

“Se nem as condições de relêvo nem as de solo podem ser apontadas como causa da existência de um sistema agrícola tão primitivo, tampouco o clima, quente e úmido com uma estação chuvosa no verão e outra seca no inverno, pode ser responsabilizado.

Seriam então causas econômicas? A grande distância dos mercados poderia influir neste sentido, se fosse êste o caso. Na verdade, não somente a distância é pequena como as estradas são relativamente boas. Aliás, fato interessante, são raros, na paisagem, os sinais desta proximidade dos grandes centros consumidores. Apenas alguns meeiros

fazem pequena agricultura de legumes, enquanto que as capoeiras são aproveitadas para fabricação de carvão. Exceptuando-se êstes dois tipos de uso da terra, só o loteamento indica a proximidade e facilidade de acesso a uma grande metrópole.

O fator econômico da mais alta relevância que vem explicar a situação de atraso da agricultura no município é o regime de propriedade. Trata-se de uma zona de grandes fazendas, algumas já desmembradas, mas sempre grandes propriedades, onde a cultura é feita por meeiros e parceiros obtendo assim os proprietários remuneração sem emprêgo de capital e sem trabalho” (VALVERDE, 1952a:11).

Ao haver encaminhado a interpretação do problema do atraso da agricultura praticada na Baixada Fluminense, particularmente no município de Itaboraí, identificando o latifúndio como seu principal fator responsável e ressaltando as relações de produção entre proprietários da terra e meeiros e parceiros, atribuindo a esses fatores explicação para a adoção do sistema de roças, Valverde indicou a reforma agrária como solução para esse problema. Nesse sentido, o autor assim concluiu o seu trabalho:

“Estando o sistema de roças intimamente ligado na Baixada Fluminense à existência da grande propriedade, a única solução para combatê-lo seria a reforma agrária. Não se pode esquecer, no entanto, que êsse agricultor nômade dificilmente abandona seu sistema. Embora com a posse da terra, continuará a fazer da mesma maneira a sua roça. A única forma de fazê-lo mudar, seria dar-lhe apenas o usufruto de seu lote durante um prazo longo, dez anos talvez, ao mesmo tempo que iria pagando em pequenas anuidades e aprendendo a cultivá-lo por métodos racionais, orientado por agrônomos competentes. Do contrário, continuará a cultivar pelo mesmo sistema, o que será mais calamitoso ainda do que agora, pois dispondo apenas de um lote pequeno, será forçado a encurtar o ciclo da rotação de terras, o que provocará um mais rápido esgotamento dos solos” (VALVERDE, 1952a:12).

De posse dos trechos e considerações reunidos, nos quais desponha, aliás, a abordagem interdependente entre fenômenos de natureza diversa, queremos crer que, ainda nessa fase da produção valverdiana, a última passagem transcrita esclarece como seu posicionamento a favor da reforma agrária se moveu quase que unilateralmente centrado na preocupação conservacionista, pois, conforme se nota, nele não encontramos uma discussão mais acurada ou exaustiva acerca das relações de trabalho vigentes na grande propriedade. Certo está que a correlação expressa no binômio latifúndio (regime de propriedade) e “atraso da agricultura” desembocou na proposição de reforma agrária, até mesmo com aconselhamentos da parte do autor sobre o suporte

técnico necessário e sobre a forma de cessão dos lotes, ambos aspectos que o aproximam de outras propostas atinentes às vias de desenvolvimento capitalista para o campo brasileiro do mesmo período, tais como aquelas preconizadas pela CNPA. No entanto, ao menos nesse momento da trajetória do geógrafo, seu enquadramento do problema fundiário não evidenciou uma visão mais politizada sobre a questão, mas tão somente traduziu a prédica um tanto comum à época acerca da necessidade de superar um sistema agrícola incompatível com o “avanço do progresso” da nação e avaliado como nefasto à conservação dos solos, numa entoação, por assim dizer, muito afinada com o pensamento liberal e de acordo com certa “neutralidade” política inerente às proposituras de cunho ambiental que já se faziam presentes nos debates públicos e parlamentares da época³⁵.

Ademais, descendo aos miúdos, quando se trata de emparelhar essa característica ou modulação discursiva com o contexto sócio-político mais particular na qual foi emitida, nota-se que, no início da década de 1950, Orlando Valverde esteve muito próximo das políticas agrárias e agrícolas manifestadas nas mensagens presidenciais de Getúlio Vargas (de que tratamos no capítulo anterior). Aliás, se, para o conjunto mais imediato dos escritos posteriores de Valverde constata-se a aplicação do mesmo enfoque na análise de realidades regionais diversas, não é de todo equivocado sustentar a perenidade de certa prevalência ou sobrevida da aproximação aludida para além do segundo mandato de Vargas, ou seja, nos escritos produzidos pelo geógrafo durante os anos JK.

Em todo caso, sem perder de vista as relações estabelecidas, pode-se dizer que há espaço para aceitar uma gradação inovadora na trajetória científica do geógrafo a partir do estudo sobre a Baixada Fluminense. Explicando um pouco melhor esse ponto, foi a partir desse trabalho que os escritos de Valverde parecem ter sofrido um salto por demais qualitativo a despeito das amarras metodológicas e políticas mencionadas. Ou seja, é possível admitir que, a partir dele, o geógrafo tenha angariado indagações para seu arcabouço de questionamentos que se associavam à questão da reforma agrária e que, até então, não haviam sido absolutamente contempladas em sua obra. Ainda que a questão da reforma agrária, conforme visto, tenha despontado na obra valverdiana tendo como nascedouro a relação estabelecida pelo geógrafo entre regime de propriedade e conservacionismo, paulatinamente e com o avanço dos anos 1950 e 1960, a partir dessa “brecha” (ao mesmo tempo interpretativa e discursiva) Valverde faria constar em seu

texto certos temas mais polêmicos, entre os quais se destacam: estrutura fundiária, relações de trabalho na agricultura, salários e distribuição da riqueza produzida no campo, o papel dos latifundiários e do monopólio da terra em face do desenvolvimento da economia nacional e a importância da reforma agrária como corretora das distorções agrárias. Em outras palavras, a partir do referido estudo e da resposta à indagação principal nele contida, foram constituídos os eixos em torno dos quais seus estudos passaram a gravitar, muito embora isso tenha ocorrido em moldes diversos ao do tratamento a eles conferido por outros autores atuantes fora do campo da Geografia³⁶.

Capítulo 11

A ALIANÇA ENTRE PLANIFICAÇÃO RURAL E GEOGRAFIA: ANTÍDOTO PARA OS MALES DO CAMPO

11.1. As obras de açudagem e a “incúria dos particulares”

Dando prosseguimento à análise iniciada no capítulo anterior a respeito dos escritos valverdianos elaborados entre 1951 e 1964, visando confrontá-los com as balizas institucionais e contextuais já percorridas, vale pontuar que, dentre os temas polêmicos à época, constou o atinente às obras de açudagem realizadas pelo governo federal nas áreas nordestinas. Como é de largo conhecimento, o problema das secas no Nordeste é um fenômeno secular e, mesmo antes desse período, já constituía um chamariz das atenções daqueles situados na capitalidade do país. Com efeito, desde o século XIX existem registros de calamidades climáticas e sociais naquela região onde, quase tão antiga como a existência das secas, é a presença de iniciativas dos órgãos públicos para seu combate. Em particular na época na qual Valverde voltava sua atenção para os problemas dessa região – e mesmo depois dela –, as soluções perseguidas se orientavam, em geral, ou para a construção de açudes, buscando-se com isso irrigar as áreas localizadas no chamado Polígono das Secas, ou para abrir frentes de trabalho nos períodos mais críticos da estiagem.

A partir dos anos 1940, essa velha questão reapareceu com a seca prolongada que atingiu sua maior dramaticidade entre 1950 e 1952. Nesse período, havia uma intensificação do fluxo migratório nordestino em direção à região Sul, particularmente para os estados de São Paulo e do Paraná, processo que chamava a atenção de setores da opinião pública nacional e governamentais. Somente a título de exemplo, quase na mesma época em que o geógrafo começou a fazer algumas referências a esses fatos, uma série de reportagens publicadas na influente revista *Observador Econômico e Financeiro* denunciava a angustiante situação das populações nordestinas situadas na área do Polígono das Secas. Na edição de maio de 1953, não foram poucos os escritores que fizeram afluir suas letras para a acalorada temática, dando o tom de sua importância

aos olhos da época. Apenas para ilustrar essa tendência, Antônio Callado apresentou aos leitores o artigo “1.250 km de seca” e Vinícius Fonseca, outro texto, intitulado “Donos da terra, donos da água”. Mais tarde, em 1955, um dos membros da CNPA (Comissão Nacional de Política Agrária), Pompeu Borges Accioly, também abordou a questão nordestina no texto “Migrações internas no Brasil”, nele tendo tomado como um dos eixos expositivos a acentuação do fluxo migratório para os estados do Sul do Brasil em decorrência dos problemas enfrentados pelas populações rurais do Nordeste.

Esse assunto, afora sua proeminência nos círculos da opinião pública, passou também, desde o início do segundo governo Vargas, a ser contemplado entre os membros e proposições da CNPA. Segundo a ala do reformismo agrário alocada no interior desse órgão governamental, era preciso promover a cultura intensiva nos terrenos irrigados, estimulando-se neles a presença da pequena propriedade. Era preciso também construir silos e armazéns para depositar gêneros nos períodos de abundância, em quantidade capaz de atender às populações nas épocas de carência. O aproveitamento dos vales úmidos para a lavoura, assim como a instalação e expansão de colônias agrícolas nas zonas nordestinas e em outras regiões do país, eram tidos, por muitos membros do governo, como medidas capazes de contribuir para assegurar aos flagelados a fixação no solo e as necessárias condições de vida e de subsistência.

Cevada nesses termos e dispondo sobre eles, uma proposta elaborada pela CNPA foi enviada à apreciação de Vargas em novembro de 1952. Ao incidir sobre a utilização das terras irrigáveis do Nordeste, seu grande objetivo era o de promover o aproveitamento agrícola intensivo das terras suscetíveis de irrigação e já beneficiadas por obras hidráulicas do governo federal. O principal instrumento acenado para tanto era a desapropriação por interesse social das propriedades localizadas na área do Polígono das Secas. O artigo 2.º da proposta, por exemplo, discriminava: as terras suscetíveis de desapropriação e de irrigação e drenagem; as terras compreendidas no perímetro inundado dos açudes; os terrenos da faixa de contorno da bacia hidráulica até 200 metros de largura; as terras compreendidas no perímetro irrigável, isto é, as dominadas pelos canais de irrigação; e os sequeiros circunjacentes ao perímetro irrigável até uma área duas vezes maior do que a compreendida por ele. Quanto ao cálculo das desapropriações, conforme advogava a proposta, seria feito com base em uma classificação dos solos – elaborada a partir de mapas agrológicos e cadastros prévios – segundo o seu valor agrícola, excluindo a valorização resultante das obras

hidráulicas do governo. Na exposição de motivos, se sublinhava que agrônomos do Departamento de Secas defendiam a desapropriação e a passagem para o domínio do Estado das terras, alegando que os proprietários, via de regra, não aceitavam orientação técnica¹.

Diante das controvérsias passadas em revista, mantendo-se fiel a uma postura técnica de reconhecimento territorial com relação aos açudes, muito condizente com as prerrogativas e intenções governamentais mencionadas, Valverde preocupou-se em identificar as condições físicas favoráveis ou facilitadoras para a construção de açudes nas regiões de clima semi-árido do Nordeste brasileiro². No entanto, ao que tudo indica, ele fez ressalvas à afirmação um tanto generalizante de que a existência e a manutenção de latifúndios nessas paragens do território nacional era imprópria. Opondo-se a esse parecer compartilhado pelos setores reformistas da CNPA, ao tratar em paralelo desses dois assuntos, no artigo “O Sertão e as serras – o centro-norte do Ceará; estudo geográfico para a localização de uma missão rural” (VALVERDE, 1952b:36, 40, 45, 48, 55), o geógrafo acabou por empregar um raciocínio, de um lado, avesso ao que era tido como certo na CNPA e, de outro, novamente distante da perspectiva crítica sobre as relações sociais.

A fim de se compreender o alcance e o significado dessa questão, é interessante comparar determinados trechos do escrito referido³ com outro procedente de artigo do mesmo período, “O sistema de roças e a conservação dos solos na Baixada Fluminense” (VALVERDE, 1952a:12). Na verdade, ainda que neste último tenha despontado, conforme demonstrado no último tópico do capítulo anterior, a tomada de posição favorável do geógrafo à reforma agrária, tanto nele quanto no estudo sobre o centro-norte cearense nota-se como a discussão da questão fundiária por ele efetuada não ultrapassou os limites de uma abordagem calcada nos aspectos físicos. Ou seja, no estudo sobre as áreas próximas do Rio de Janeiro, a questão fundiária subjaz a uma perspectiva quase estritamente ambiental – ou seja, levando em consideração a inviabilidade da manutenção do sistema de roças porque conduzia ao esgotamento dos solos e à erosão e também repercutia de forma desfavorável para o abastecimento daquele importante mercado consumidor; e no estudo a respeito da realidade agrária cearense, a grande propriedade é justificada pelo geógrafo em virtude das razões de ordem física.

De um lado, essa ótica avaliativa – baseada, fundamentalmente, em fatores fisiográficos – revela decerto o cuidado de Valverde em não generalizar diagnósticos ou assumir afoitamente à risca a tintura política reformista presente na CNPA. Isso porque, a nosso ver, nesse importante debate, ele se mantinha, ao contrário dos membros daquela Comissão, orientado pelo critério da observação particularizada dos casos e apegado ao sentido técnico-científico de sua contribuição perante o importante debate. De outro lado e ao mesmo tempo, essa reserva do geógrafo explica como a aplicação desses preceitos que conferiam identidade à sua disciplina acabou por distanciá-lo das formulações abrangentes, oriundas do espectro quer partidário quer intelectual, que tratavam de difamar o latifúndio a qualquer preço. Aparentemente o geógrafo, embora estimulado a se debruçar sobre a questão por saber que os oponentes da grande propriedade assim procediam de acordo com suas visões políticas, se afastou deles pelo fato de que esses debatedores, na verdade, não respaldavam seus discursos com informações fidedignas e mais rigorosas acerca das condições físicas da diversidade regional brasileira.

Na toada dessa constatação, diante da crítica generalizada ao latifúndio no semi-árido e da questão do papel político, social e econômico dos açudes, tudo leva a crer que Valverde soube “pinçar” do debate em torno desses temas os elementos incógnitos que cabiam ser reconhecidos para melhor informar a opinião pública e os setores técnicos estatais. Isto é, tudo indica que ele se dirigiu a seus trabalhos de campo para neles distinguir o que poderia pairar de falso ou verdadeiro nas contendas entre reformistas e conservadores na cena política da época – fossem estes moderados ou não e alocados dentro ou fora do aparato estatal –, relativizando ou mesmo rechaçando uns e outros à revelia de suas habilidades persuasivas e a favor do recobro da justeza científica do que afirmavam. Aliás, atitude semelhante parece ter imperado em seus escritos quando nos lembramos como procedeu, não raras vezes, tratando de avaliar ou repercutir os critérios e expectativas governamentais quando estes propunham a execução de projetos ou deles se ausentavam por ineficiência ou omissão.

Tomando-se na devida conta a plausibilidade dessa idéia sobre como Valverde se comportou diante de sua época e de suas atribuições enquanto funcionário do Estado e pesquisador, se admitimos que sua postura foi fundamentalmente a de nutrir com informações científicas aquelas polêmicas, também é justo aceitarmos e sustentarmos que, à semelhança do que fez em sua fase produtiva anterior a 1951, ele também tenha

se esquivado de participar delas diretamente, mantendo-se, antes, distante de suas nuances político-ideológicas porque assentado na “posição de fala” de quem procurava “trazê-las à terra”, ou seja, à realidade dos fatos que cabia à Geografia garantir. Em outras palavras, tanto no assunto do qual nos ocupamos aqui quanto em outros, Valverde parece ter se portado como um observador do cenário político, decerto sensível aos argumentos reformistas e por vezes absorvendo os reclamos deles emanados, mas nem por isso chegando a se envolver por inteiro ou demasiadamente em termos propriamente político-ideológicos. Distanciou-se, assim, da lógica orientadora do jogo de poder, em particular daquela que regia as ações parlamentares ou internas aos setores governamentais, repandindo sobre essas duas instâncias da vida nacional os aportes de uma pesquisa reconhecidamente empírica e mais próxima dos fatos, na qual, não obstante essa postura ser saudável aos olhos de sua disciplina e da comunidade científica, acabou por recolher, em contrapartida, as perdas e ganhos de um discurso sobre a realidade nacional que não se pretendia global ou teórico, ao modo de outros intelectuais e campos discursivos (econômico, sociológico e histórico, por exemplo), mas tão somente e quase estritamente bem informado, como que a pontuar a desinformação na qual pairavam muitos dos que contavam com notoriedade na cena pública e outros com maior poder de decisão no interior do Estado.

Ainda quanto às considerações de Valverde sobre os açudes, outra parcela de sua obra corrobora ou ajuda a compreender melhor o que acabamos de afirmar. Em seu escrito sobre o centro-norte do Ceará, ele deixa pistas incontestáveis de sua aproximação ao que era então advogado em termos de política agrária pelos setores reformistas do segundo mandato Vargas, apesar do distanciamento assumido em sua análise tanto em relação à politização do próprio discurso quanto aos mais inflamados ideologicamente de outros contemporâneos. Em alguns aspectos do artigo em questão, desponta o esforço do geógrafo em subsidiar as iniciativas planejadoras do governo e os propósitos da CNER. Mas, se há espaço para se entrever a subsistência de uma visão ou crítica social nesse escrito do geógrafo, isso se refere ao elo político-ideológico mencionado, do qual não saberíamos excluir o autor e sua produção, apesar das observações feitas mais atrás. Nesse trabalho, até mesmo as críticas que o geógrafo dirigiu ao governo em meio a suas considerações acerca do tema dos açudes devem, a nosso ver, ser vistas como sinais de comprometimento e filiação político-ideológica.

Visando esclarecer um pouco mais essa afirmação que, ao menos na questão em foco, conduz nosso autor para uma linha de contato com o reformismo agrário presente em correntes do próprio governo, oportuno se faz apresentar o seguinte trecho de seu estudo sobre o centro-norte cearense:

“A análise dos dados acima demonstra o grande valor econômico e social do açude. Uma região outrora ocupada por latifúndios que só possuía umas rocinhas e algumas cabeças de gado, com população rarefeita e que quase nada rendia ao govêrno, tornou-se, após a construção do açude, uma região densamente povoada, com mais de 7.000 habitantes fixados no campo e que pagam impostos ao govêrno num total de cêrca de 160 contos por ano.

Só isto justificaria a construção do açude. É preciso, porém, levar em conta o que êle representa em época de crise de sêca. É uma imensa multidão que deixa de emigrar.

A grande produção de peixes vem alterando inclusive os hábitos alimentares do sertanejo.

A obra de açudagem tem um enorme alcance social. Por isso, é preciso que de cada açude se tire o máximo proveito que cada um poderá dar. Assim, não se justifica de modo algum o fato de não se fazer, até agora, a desapropriação das bacias de irrigação. Nas circunstâncias atuais, só em General Sampaio 1.200 hectares deixam de ser cultivados por pequenos lavradores para beneficiar meia dúzia de latifundiários com uma obra pública, isto é, paga com o dinheiro do povo. Nestas condições o povo vem contribuindo, por intermédio do govêrno, para a própria exploração” (VALVERDE, 1952b:40).

Percebe-se, a partir desse trecho, que na visão valverdiana os açudes adquiriam “alcance social” e “valor econômico” para a nação, pois causavam modificações nos hábitos alimentares das populações por eles beneficiadas, funcionavam como uma espécie de tamponamento das migrações, redundavam na geração de impostos e estimulavam não somente a fixação dos pequenos lavradores em áreas de domínio dos latifúndios como também o adensamento populacional em áreas antes demograficamente rarefeitas. Isto é, essas palavras do geógrafo em nada divergiam das entoações de membros da CNPA e de escritores preocupados com a “questão do Polígono das Secas”, de que tratamos no início deste tópico. Ademais, nota-se claramente e sem maiores dificuldades como Valverde empregou o termo “povo” e “exploração”, dísticos bastante disseminados tanto nos discursos de Vargas⁴ quanto no linguajar fluente e combativo dos setores reformistas atuantes então nos setores governamentais e na opinião pública. Se não deixa de ser verdade que, sobretudo nas

últimas linhas, abre-se brecha interpretativa para se visualizar uma crítica de Valverde à desarticulação ou incompetência estatal na solução da apropriação privada de poucos dos benefícios de uma obra pública de envergadura, não menos verdadeiro é que, tomada no conjunto argumentativo maior no qual está enquadrada, essa crítica não se sustenta. Cabe, antes, vê-la apenas como uma advertência da parte do geógrafo ao governo, mas tão somente de caráter técnico-administrativo, no que tange, ao que parece, à falta de rapidez ou eficácia para resolver a questão, sem significar, contudo, uma divergência ideológica.

Ainda estribando-nos no trecho acima, ao tomá-lo em conjunto com o início do raciocínio do geógrafo exposto antes de sua transcrição, relativo a ser o sertão o domínio do latifúndio em função de suas características físicas inibidoras do surgimento e vida das pequenas propriedades, essa última passagem ainda revela como, por intermédio de uma arraigada crença no planejamento e no intervencionismo estatal, o geógrafo buscou nortear suas propostas para a transformação do campo brasileiro. Propostas estas, aliás, ao menos nessa fase de sua trajetória, seguramente concordantes com aquelas emanadas da CNPA e balizadas, igualmente, na “ofensiva estatista” de Vargas para o campo brasileiro à qual nos referimos no capítulo 9, ocorrida desde o início de seu segundo mandato presidencial, mas que encontrava, conforme mencionado naquela altura de nosso trabalho, resistências da parte das correntes conservadoras dentro do próprio governo (nominalmente as do CNE). A fim de sustentar essa afirmação, é suficiente reconhecer a coincidência da ênfase dada por Valverde à desapropriação das bacias de irrigação no semi-árido cearense com aquela, não menos acentuada e já mencionada, conferida ao mesmo problema nas propostas governamentais de cunho reformista.

Para além dessas congruências e em sentido que corrobora a interpretação aqui defendida, percebe-se o duplo assentimento do geógrafo aos pressupostos da CNPA e da CNER quando, no mesmo escrito e após haver concluído a linha de raciocínio passada em revista, ele se ocupou em estruturar recomendações à atuação das missões rurais na área pesquisada:

“Na peneplanície semi-árida, só as áreas beneficiadas pelos açudes surgem como oásis artificiais, em que a população rural se fixa.

Assim, no açude General Sampaio, o maior do Estado, cêrca de 1.400 famílias, num total de mais de 7.000 pessoas, tiveram sua subsistência assegurada. O acesso a essas famílias seria muito fácil por meio de veículo automóvel ou embarcação a motor.

Entretanto, a população ribeirinha ainda não é suficientemente grande para merecer a prioridade máxima no trabalho de u'a missão rural e, além disso, o nível de vida dos ribeirinhos ainda é muito baixo.

Futuramente, quando estiver terminado o açude Pentecostes, ora em construção, e que lhe fica próximo, mòrmente se desapropriadas e distribuídas a pequenos lavradores as bacias de irrigação dos açudes, conforme é pensamento de certos setores do govêrno, então haverá um campo magnífico para a atividade da missão rural” (VALVERDE, 1952b:53).

Lapidar quanto a demonstrar o terreno ideológico no qual o discurso do geógrafo vicejava, o trecho acima deixa transparecer a dupla filiação de suas valorações – ou seja, nos pressupostos da CNPA e CNER –, cravada em meio ao contexto de sua argumentação científica, cuja matriz de significados remonta na verdade às iniciativas varguistas para o campo. Ou seja, na passagem em evidência se percebe a anuência de Valverde quanto a ser a rarefação ou o adensamento de população o fator determinante para a atuação e instalação das chamadas missões rurais – corroborando, conforme explicado nos capítulos 9 e 10, a posição da CNER, que as recomendava para as localidades ou regiões onde se constatava a existência da segunda situação – e, em sentido complementar, o elo estabelecido pelo geógrafo entre esse parecer e a importância da construção do açude Pentecostes e da desapropriação/distribuição das bacias de irrigação que dele estivessem próximas para os “*pequenos lavradores*” (políticas defendidas pela CNPA), ambos requisitos por ele asseverados para se viabilizar a expansão dos trabalhos da referida Campanha. Tal orientação indica, de um lado, a concordância de Valverde quanto à pretensão da CNER de se levar ao maior número de pessoas seus aportes educacionais bastante particulares e, de outro, seu consentimento – reformista para os limites da época – a que se evitasse que poucos fossem os beneficiários das obras públicas de açudagem. Aliás, na verdade, a assunção dessa visão pelo geógrafo já estava presente naquela proposta elaborada pela CNPA sobre o “Polígono das Secas”, que fora remetida à apreciação de Vargas em novembro de 1952. Valverde, modulando-a com entoação incontestavelmente parelha à abordagem a ela concedida pela CNPA aproximou-se, igualmente e desse modo, do entendimento de Vargas a respeito do assunto⁵.

Todavia, a despeito dessas aproximações de cunho distributivista entre os discursos valverdiano e varguista, nota-se também como o geógrafo se alinhou aos princípios liberais da CNER, perfilados em detalhe em trechos anteriores do presente trabalho (capítulos 9 e 10), nos quais a preocupação central consistia em formar no “povo” uma mentalidade associativa, de cooperação, despertando dessa forma a consciência do princípio do *sel-help*. Nota-se também como, dessa forma e segundo as injunções contextuais internas e externas às quais a referida Campanha esteve submetida, Valverde assumiu igualmente uma posição que não contradizia a tentativa governamental de buscar eliminar, por intermédio da referida Campanha, os riscos de propagação do comunismo em áreas rurais até então desamparadas e, assim, suscetíveis a pender para uma inclinação ideológica contrária à meta de consolidação do capitalismo no país. De qualquer modo e havendo salientado esse aspecto, colaborando para desvelar as questões pontuadas, cabe dispor os critérios nos quais se baseou o geógrafo para recomendar ou não a instalação de missões rurais.

11.2. Os critérios para a localização de missões rurais e o hábitat rural

Quanto aos critérios nos quais Valverde se baseou para recomendar ou não a instalação de missões rurais, embora ele os tenha estabelecido a partir de considerações derivadas de seu entendimento pessoal e do campo disciplinar a que pertencia, eles em nada diferiram daqueles aceitos pela CNER. Sua primeira menção a respeito aparece no artigo “O Sertão e as serras – o centro-norte do Ceará; estudo geográfico para a localização de uma missão rural”, porém de forma um tanto breve (VALVERDE, 1952b:32), não refletindo propriamente um pensamento articulado nesse particular. Já no artigo “Relatório técnico da excursão ao Rio Grande do Norte”, os critérios em pauta são expostos com maior detalhamento, merecendo, desse modo, nossa atenção. Nessa obra, os “*elementos de importância para a escolha de um sítio adequado*” à instalação de missões rurais foram referenciados pelo geógrafo quando tratou de avaliar os casos de São Paulo do Potengi e de Nísia Floresta, amparando-se no seguinte raciocínio:

“Não são as condições geográficas, mesmo se consideradas no seu sentido mais amplo, os únicos elementos de importância para a escolha de um sítio adequado à instalação de u’a missão rural. Existem certas instituições públicas e sociais que têm que ser necessariamente levadas em linha de conta nessa escolha [...].

Naturalmente, as condições supramencionadas têm valores relativos que não devem escapar ao exame crítico dos organizadores de missões rurais. Nesse exame, deve-se considerar, certamente, que essas instituições sociais poderão ser melhoradas num curto espaço de tempo; que as condições econômicas e antropogeográficas poderão também variar, embora geralmente com maior lentidão, e que, por fim, as condições fisiográficas são imutáveis para todos os efeitos práticos. Assim, estas últimas assumem um valor fundamental.

No caso presente, os fatores geográficos mais importantes são: as facilidades de transporte e o clima [...] (VALVERDE, 1953a:47).

Em escrito posterior, intitulado “Reconhecimento geográfico no município de Pompéu, M.G.”, seguindo o recrudescimento das demandas sociais para a reforma do campo brasileiro no transcurso dos anos 1950, Valverde viria a considerar a “velha estrutura agrária” como fator impróprio para a instalação de uma Missão Rural (VALVERDE, 1955a:31), passando a ser mais incisivo e claro, assim, quanto àquilo que no trecho logo acima chama de “instituições sociais” ou “condições econômicas”. Aliás, desse modo, deixou transparecer que, enquanto esteve mais próximo de uma época reconhecidamente marcada pelo trabalhismo envolto no personalismo de Vargas, ele se manteve mais cuidadoso quanto ao emprego de suas palavras, não deixando que elas exalassem denotações políticas mais arrojadas. A despeito disso, seja além ou aquém desse período, certo é que, ao lado de algumas congruências que manteve com o reformismo agrário presente nos bastidores governamentais, o discurso valverdiano não se manteve totalmente ileso da perspectiva assistencialista que também o compunha e vastamente impregnado nas propostas da CNER. No artigo “Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema (relatório preliminar)”, versando sobre o mesmo conjunto de questões – critérios para a escolha dos lugares onde poderiam ou deveriam ser instaladas as missões rurais –, o geógrafo comentou:

“Nenhuma das duas regiões acima descritas parece apresentar condições adequadas para que nelas se realize, com sucesso, um serviço de assistência aos trabalhadores rurais. Na região dos latifúndios carvoeiros a população rural é rarefeita e miserável, as propriedades são grandes; as relações de produção são atrasadas e o êxodo dos campos acentuado” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:10).

Ou, ainda, no mesmo escrito, refletindo suas diligências diante as orientações e mentalidade assistencialistas integradas às propostas da CNER:

“No litoral lagunar, a agricultura é praticamente igual a zero, e assim permanecerá para o futuro, porque o loteamento está dividindo as terras em unidades de dimensões suburbanas, e, na restinga, a maioria da população está ligada à exploração das salinas. Qualquer trabalho social que se efetue junto a esta deve ter, portanto, muito maior semelhança com o que se faz nas áreas industriais, e não em áreas agropastoris” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:10).

Com se observa no trecho acima, a preocupação de Valverde esteve dirigida para orientar a CNER sobre quais seriam os lugares mais indicados para o desenvolvimento de suas atividades. Somado a esse preceito e contribuindo para sua efetivação, cabe decerto observar que alguns traços da metodologia geográfica empregada pelo autor foram bastante adequados. Pode-se, assim, considerar sua atenção para o estudo dos habitats rurais como uma das peças dessa engrenagem na qual paradigmas científicos serviam a propósitos político-ideológicos específicos e próprios de uma época. Embora sua preocupação em deslindar quais seriam os “padrões” de habitats encontrados nas áreas excursionadas nunca tenha sido relacionada por ele mesmo com os critérios aceitos pela CNER para a instalação das missões rurais, a nosso ver tal metodologia colaborou para atender a essas demandas avaliativas da referida Campanha. Na década de 1950, a primeira ocorrência e atenção do geógrafo para a questão do “padrão do habitat” rural ocorreu no estudo sobre o Leste da Paraíba (VALVERDE, 1955a:30) e estendeu-se de forma pronunciada até o artigo “Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (1958). Casos onde ocorriam o habitat disperso e o nucleado foram registrados pelo geógrafo em inúmeros trabalhos de campo⁶ e, conforme cremos, de modo a constituir um instrumento de pesquisa bastante afeito a catalogar quais eram as regiões adensadas em termos populacionais e de pequenas propriedades, com isso permitindo subsidiar os propósitos da CNER⁷.

11.3. O cooperativismo

O cooperativismo aparece em diversas passagens dos trabalhos de Orlando Valverde lavrados entre 1951 e 1964 e, de forma semelhante aos aspectos frisados anteriormente, também manteve, quanto à forma de tratamento conferida pelo geógrafo, relações com o entendimento que tanto a CNPA quanto a CNER tinham do assunto. Tomando a obra valverdiana em conjunto, esse tema recebeu maior ênfase e foi mais referido nos trabalhos elaborados na primeira metade da década de 1950. No estudo

“Reconhecimento geográfico do município de Pompéu, M.G.”, o geógrafo o exprimiu de forma clara, talvez a mais ilustrativa dentre todas, relacionando-o à questão da viabilidade da pequena propriedade, patenteando, assim, uma vez mais, sua herança de certo ideal perseguido desde a Revolução de 1930, mas igualmente reafirmado, embora em moldes diferentes, durante o Estado Novo (sob o registro colonização) e o segundo mandato de Getúlio Vargas (sob o registro reforma agrária). Nessa ocasião, a hipótese do cooperativismo foi aventada por Valverde após haver percorrido um movimento interno de texto dedicado a explanar as razões da existência de solos pobres no cerrado. Além disso, ele a abordou valendo-se de um raciocínio similar àquele aplicado à existência de latifúndios no estudo a respeito da realidade agrária do centro-norte cearense, isto é, em virtude das razões de ordem física do meio. Num movimento argumentativo assim emoldurado, o geógrafo o referendou:

“O solo pobre do cerrado é, de fato, um obstáculo sério à formação de pequenas propriedades agrícolas e pecuárias. Na hipótese de se manterem os sistemas extensivos de uso da terra, o fracionamento conduziria à miséria os pequenos proprietários, que teriam suas terras absorvidas pelos latifúndios. O emprêgo de sistemas intensivos exigiria, por outro lado, um empate vultoso de capital em máquinas e adubos, de maneira que só seria compensador se empregado em grande escala. Ora, a grande lavoura é incompatível com a pequena propriedade. Esta última hipótese só se verificaria se êsses lavradores fossem organizados numa forma muito adiantada de cooperativismo” (VALVERDE, 1955a:29).

O raciocínio vertido acima pelo geógrafo também se fez presente em diversas ocasiões tanto aquém quanto além do referido trabalho. Dele se utilizou, na verdade, para reafirmar a prédica da pequena propriedade. Os argumentos disponibilizados revelam igualmente outra questão inerente a seu discurso geográfico que, tomada em conjunto com as demais que o constituem, talvez seja uma das poucas não necessariamente inscritas nas amarras de um ideário francamente desenvolvimentista. Trata-se da negação da necessidade de se dotar, a qualquer custo, a agricultura brasileira de máquinas, tratores e implementos agrícolas, assim de como adubos e fertilizantes produzidos em escala industrial. Ou seja, cabe apenas pontuar que Valverde não insistiu ou mesmo não defendeu com afincos o propósito da mecanização das atividades agrícolas tão à moda até mesmo entre os setores reformistas moderados do segundo governo Vargas, antes tendo manifestado cuidados diante da reafirmação dessa idéia então propalada, ao que tudo indica em virtude de estar consciente dos limites dessa

opção para os pequenos produtores⁸. Estes, uma vez estando desarticulados, ou seja, não constituídos em “*uma forma muito adiantada de cooperativismo*”, que lhes pudesse viabilizar a utilização efetiva de instrumentos de agricultura intensiva, sobretudo em regiões onde vigorava um uso extensivo da terra, sofreriam conseqüências devastadoras com a implantação desse modelo. Na verdade, como se nota no trecho acima e também em outros de sua produção, Valverde não adentrou explicitamente o problema, isto é, não tocou em seus aspectos técnicos e macro-estruturais, como os técnicos governamentais e os setores industriais tiveram por bem sustentar. Como no escrito sobre Pompéu, naquele dedicado ao uso da terra no leste da Paraíba (VALVERDE, 1955b:82), Valverde igualmente não enveredou ou discorreu sobre a referida questão, mas parece tê-la tangenciado ou mesmo dela haver discordado, na medida em que apenas conferiu ênfase à discussão sobre a questão das cooperativas em virtude do diminuto fôlego econômico dos pequenos produtores e da esperança de que eles pudessem a vir empregar sistemas intensivos.

A mesma questão foi acompanhada com tratamento de mesmo formato no escrito “Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (1958), no qual o geógrafo emitiu opiniões pessoais a respeito, sem contrariar, entretanto, o viés planejador de seu pensamento. Nesse trabalho, após discorrer sobre a criação de gado e a capacidade dos pastos⁹, depois também de reconhecer o “domínio do latifúndio” na área excursionada, ele sinalizou para a viabilidade da criação de gado leiteiro nas pequenas propriedades pautando-se, mais uma vez, nas cooperativas, precondição, a seu ver, para a adoção dos sistemas agrícolas intensivos. Nesses moldes, patenteou:

“A criação de gado leiteiro não é privilégio das grandes propriedades; há inúmeros exemplos, no mundo, de sítios e granjas leiteiras perfeitamente eficientes, dependendo, é verdade, de cooperativas bem organizadas e do emprego de sistemas agrícolas intensivos” (VALVERDE, 1958:48).

Nota-se com isso como, em primeiro plano, na visão do autor, sistemas intensivos não eram sinônimo de mecanização da agricultura, mas sim e antes representavam a aplicação de métodos mais racionais nas atividades rotineiras da agropecuária, em vista do pouco fôlego dos pequenos proprietários. Em segundo lugar, diante do cômputo do que até aqui foi avençado, é bom que se reconheça que Valverde manteve-se fiel à visão a respeito do assunto detida por Waibel, que, ao estudar os colonos no Sul do Brasil, constataria ainda nos anos finais da década de 1940 que os adubos produzidos por

muitos deles já era suficiente para colocá-los em melhores condições produtivas com a respectiva manutenção da fertilidade dos solos (rotação e culturas melhorada).¹⁰

11.4. O combate às manifestações comportamentais de “atraso”

Diante do tratamento dado à questão do cooperativismo no discurso geográfico valverdiano, há margem para vislumbrar como o geógrafo, ancorado num só tempo no ideal de democratização da organização agrária e no revestimento economicista dessa aspiração, não a afirmou em descompasso com outros ideais perseguidos pela CNER relativos à transformação do “homem rural” brasileiro. Valverde, assim como as obras fundadoras das atividades da referida Campanha, não expressou em suas linhas qualquer preocupação com relação às concepções de vida e de trabalho daqueles entregues às atividades agrícolas. Ao contrário, distanciando-se dessa seara e preso, por assim dizer, ao ideal de uma Geografia “missionária”, cujos esteios de valoração projetavam-se a partir do centro político da nação para seus rincões, representados estes, no que detinham de potencialidades, à imagem e semelhança de uma modernização pleiteada e que era tida como capaz de salvar as “estagnadas” comunidades rurais, o geógrafo encorpou o coro de convicções políticas que já vinham se afirmando na tradição brasileira com relação ao trabalhador rural pátrio¹¹.

Sem abandonar as considerações disponibilizadas mais atrás e ilustrativas da posição de Valverde quanto ao cooperativismo, mas, antes, mantendo-as em riste, vale lembrar que, no tocante ao voluntarismo da CNER para com os trabalhadores rurais, ao advogar a carência destes no tocante a um “aparelhamento espiritual” e à “reorganização de seus lares”, a referida Campanha julgou cumprir a função de “*recuperação do homem rural pela elevação de suas condições de vida*” (BARREIRO, 1989:179-180), entendida pelos técnicos como “*elevação dos padrões culturais das comunidades rurais*”. Depreende-se disso o quanto a CNER conteve de processo educativo intervencionista, pleiteando, segundo suas convicções, a necessidade de racionalizar os processos de trabalho no meio rural. Para tanto, em nítida conformidade com as políticas dirigidas ao setor no segundo governo Vargas e sem destoar do teor do texto valverdiano, a Campanha incentivou a tomada de medidas baseadas no sistema de cooperação, acreditando que elas seriam responsáveis por alterar as relações de trabalho estabelecidas pelos camponeses.

Nesse sentido, o discurso de Valverde, como o da referida Campanha, parece ter advogado um ou outro termo dessa orientação, resvalando do sentido de que a cooperação também é uma forma de organização do trabalho, na qual estão implícitas relações de dominação, controle e disciplina. Entre algumas questões passíveis de serem levantadas a partir desse fato, sobressai a do tempo anteposto aos camponeses para a afirmação da prédica do cooperativismo que, justamente por derivar de concepções de trabalho calcadas nas aspirações nacional-desenvolvimentistas, não é mais o tempo cíclico estabelecido pela natureza e usado por eles. Em outras palavras, percebe-se nessa aproximação um tanto rápida entre os pressupostos da CNER e o discurso geográfico valverdiano que, para ambos, fez-se inexistente uma reflexão fora dos parâmetros estritamente econômicos e instrumentais da realidade agrária. Mais do que isso, ambos impuseram, de forma mais ou menos pronunciada, a necessidade de se instaurar o tempo contábil, produtivo. No caso da CNER, pode-se afirmar que isso se inseria num conjunto de atitudes disciplinares desenvolvidas na escola e no lazer formativo, que se encaminharam no sentido do estabelecimento de novas relações de trabalho e representaram um conflito com as concepções de tempo, espaço e movimento veiculados pelos camponeses com os quais a Campanha trabalhou. Com efeito e levando ao limite as implicações da comparação até aqui guarnecida, cremos ser possível afirmar que tanto a CNER quanto Valverde objetivavam transformar o camponês “tradicional” no homem produtivo, mesmo que, no último caso, isso tenha se solidificado em composição com o ideal de “*organização em novos moldes da organização agrária brasileira*” e com a defesa da pequena propriedade, numa linhagem de pensamento reformista da época, segundo os limites políticos vigentes e na esteira dos ideais desfraldados a partir da Revolução de 1930, de combate à ordem oligárquica até então imperante no país.

Se aceita essa interpretação, em sentido complementar também é possível considerar outro ponto aproximativo entre o discurso geográfico de Orlando Valverde e certas representações do mundo rural inerentes à CNER e suas atividades. Se essa Campanha, conforme análise de BARREIRO (1989:205), objetivava combater, sob a mesma ideologia da racionalidade, alguns hábitos de vida por ela considerados como vícios, eis um outro ponto de convergência entre ela e a visão valverdiana. Embora sem delongas, no artigo “Geografia econômica e social do babaçu no meio norte”, Valverde não deixou de referir, em tom de repúdio, “*o movimento nos antros de jogatina, de*

bebedeira e de prostituição” nos rincões que percorreu para a elaboração do referido escrito (VALVERDE, 1957b:9). É interessante notar essa peculiaridade de seu trabalho, pois, sem dúvida, embora não o tenha elaborado nos marcos temporais de suas ligações mais intensas com a CNER nem mesmo o tenha redigido para orientar seus trabalhos, embora diminuta, a locução do geógrafo sobre o tema guarda semelhança com os princípios advogados pela CNER quanto ao lazer formativo. Por intermédio deste, com efeito, essa Campanha procurou combater o uso do álcool entre os camponeses e, quando subsistiram resistências da parte destes, elas foram vistas como manifestações de seu “atraso” (BARREIRO, 1989:195-196;205) e fizeram aventar a necessidade de transformação cultural dessa população. Foi valendo-se de uma representação imaginária, que associava a figura do camponês pobre à doença, ao perigo pestilencial, aliada à necessidade de o transformar culturalmente que a CNER justificou a aplicação dessa educação modernizadora no meio rural dos anos 1950. O sentido dessa visão educativa, nos moldes dos interesses da educação rural capitalista na formação social brasileira, e a exemplo do que ocorreu no século XIX, era ensinar hábitos “racionais” de comer, vestir, de morar ou de se divertir aos camponeses¹².

Ainda que as letras e os valores dessa compreensão não apareçam explicitamente no discurso geográfico valverdiano, tudo indica que não foram nele refutados, mesmo quando se considera que, ao lado dessa “omissão”, o autor tenha se inclinado a ver que pobreza e sujeira não eram determinantes diretos de doenças no camponês, mas consequência da própria estrutura econômica dominante, fechada e opressora, que lhe impossibilitava uma vida mais digna. Em outras palavras, ao menos aquela associação parece ter ecoado em seus escritos ainda que coexistente com esta última, derivando uma “tensão” valorativa no âmago de sua visão de mundo acerca da realidade agrária brasileira. Cabe, doravante, pontuar se essa aproximação também teve repercussões em outras temáticas abordadas nos estudos do geógrafo, procedimento que será levado adiante tanto no próximo tópico quanto nas linhas do próximo capítulo.

11.5. Das “choças miseráveis” à rede urbana

Não pouca tinta foi usada por Orlando Valverde para a descrição minuciosa das habitações rurais. De um lado, as razões para tanto podem ser identificadas na necessidade contemplada no próprio paradigma geográfico então predominante em sua

época, que ele utilizava, oriundo da ênfase no estudo dos gêneros de vida, típico da linhagem vidalina de sua formação. Ademais, cremos que essa preocupação do geógrafo também derivou ou foi deveras fortalecida em função de seu aprendizado com Waibel, cuja trajetória pessoal havia permitido a convivência com outros geógrafos dedicados à Geografia Cultural nos Estados Unidos. Valverde, ao mesmo tempo em que falava em “*gente paupérrima*” morando em “*choças miseráveis*” (VALVERDE, 1953a:43) ou em “*casas pobres*” (VALVERDE, 1957b:3), eparece ter se lembrado de suas filiações com essa estirpe metodológica ao considerar que “*a casa rural é um dos traços mais representativos da cultura de um grupo*” (VALVERDE, 1955a:30). Ou seja, imerso numa insolúvel oscilação avaliativa acerca das moradias do homem rural brasileiro – tidas por ele ora como indicativos de sua cultura, ora como consequência de suas condições de vida –, o geógrafo terminou por não as assumir sem rodeios e enfaticamente como um indicador social que pudesse conduzir a valorações políticas de cunho distributivista sobre o assunto. Ao contrário, ora incorrendo em descrições minuciosas e assépticas sobre as “casas rurais”¹³ ora reproduzindo sobre as mesmas ideais de modernização¹⁴, Valverde, ao menos nesse particular, não soube ou não desejou revestir a questão da entoação contestatória que o pudesse aproximar do reformismo agrário da década de 1950.

Sem contrariar essa tendência, mas antes reforçando-a, num flanco de casos, o geógrafo estabeleceu relação direta entre os tipos de habitação e a tipologia dos sistemas agrícolas que, como visto no capítulo anterior, consistiu num dos pilares básicos e até mesmo centrais de sua Geografia Agrária. De outro lado, a mesma questão foi por ele contemplada segundo o procedimento comparativo ditado pelo critério da diferenciação de áreas. Ao discorrer sobre as “casas rurais” na obra *Planalto Meridional do Brasil*, ele tratou a temática das habitações nos seguintes termos:

“*Nas zonas agrícolas recentemente abertas, o tipo social do colono e a sua habitação se assemelham mais aos do estágio pioneiro; mas nas zonas mais antigas, são comparáveis aos que se encontram na fase próspera do segundo estágio*” (VALVERDE, 1957c:151).

E, em meio à abordagem sobre a paisagem cultural das áreas meridionais de colonização antiga, registrou:

“Em nenhuma outra parte do Brasil avistam-se com tanta freqüência casas de enxaimel. Outro tipo muito comum de habitação na área de colonização alemã é a casa de mansarda. Habitam-na pessoas da cidade ou lavradores que prosperaram.

Outra construção muito divulgada entre os colonos de origem alemã é o galpão com telhado de duas águas: mais inclinado na parte alta, e menos junto às abas” (VALVERDE, 1957c:256).

E, adotando os mesmos critérios, quando dirigiu seu olhar para o caso da Ilha de Santa Catarina e a região de colonização açoreana no continente:

“Os pescadores têm habitação e uma aparência mais miserável que os lavradores em geral” (VALVERDE, 1957c:267).

“Neste trecho, talvez por terem entrado em contacto com colonos alemães mais atrasados que os do vale do Itajaí, os descendentes de açoreanos não sofreram tanta influência deles, como os do Estreito para o norte. A casa açoreana, por exemplo, manteve-se tal como na ilha de Santa Catarina” (VALVERDE, 1957c:273).

Além dessas ocorrências, o olhar de Valverde enfocou as habitações também historicamente. Isso se tornou mais pronunciado no escrito “Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (1958), que guarda, além disso, outra particularidade metodológica que será esclarecida pouco mais adiante. Ao discorrer sobre a zona pioneira e as transformações na estrutura econômica e social da Zona da Mata, ao longo de seu processo de ocupação, e após explanar o caso dos latifúndios cafeeiros baseados na mão-de-obra escrava (VALVERDE, 1958:29-30), apoiando-se na contribuição de Alberto R. Lamago (*O homem e as serras*), Valverde julgou conveniente comparar as “construções rurais” dessa região com os “modelos” do Vale do Paraíba, adentrando nas minudências desse assunto e ressaltando sua localização e papel na estrutura social até a Abolição¹⁵.

Já em outro escrito mais tardio, “Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema (relatório preliminar)”, o geógrafo recuperaria o tônus avaliativo anterior sobre o tema das habitações, isto é, vendo-as sob o crivo dos estudos de hábitat e gêneros de vida, correlacionando-os com os estádios dos sistemas agrícolas, nos seguintes termos: *“sente-se que a lavoura comercial fixou o lavrador à terra quando se vê a estrutura e a solidez das habitações”* (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:15) e relativizando decerto as modalidades de contemplação do tema em seus escritos até aqui passadas em revista.

Com a preocupação de mostrar como esses exemplos recolhidos da obra do geógrafo podem guardar relações com as valorações disseminadas pela CNER a respeito das habitações rurais, somos levados a considerar que essa não é a maneira mais apropriada de o fazer, em vista do contexto histórico no qual foram expressados. De fato, eles não atestam ou fornecem margem para tal aproximação. Valverde, conforme evidenciado nos trechos transcritos, realizou sobretudo uma descrição fisionômica das habitações, pouco tendo valorado a respeito. Tratou-as, na verdade, de acordo com os requisitos antepostos e assumidos por sua prática geográfica, oriundos dos estudos de hábitat e gêneros de vida. Já no caso da CNER, o tema era visto da perspectiva da casa higiênica e da nova moral que ela propunha difundir entre as populações rurais, valendo-se, para tanto, de mecanismos educacionais para a constituição do que poderíamos chamar de “condutas disciplinares”. Um desses aspectos referia-se à instituição de uma nova concepção de habitação. A descrição das casas, seus cômodos internos e a precariedade e a promiscuidade foram analisados em tom pejorativo pelos técnicos da CNER, que chegaram a compará-las pocilgas devido à “imundície”, segundo seu modo de ver, acompanhadas de severas restrições, como o risco de contágio e doenças (BARREIRO, 1989:225-243). Em apanhado comparativo, no compasso desse enquadramento sustentado pela CNER sobre as habitações, nada há de fato nos escritos do geógrafo que permita identificá-lo com essas idéias, talvez nisso tendo a “geograficidade” de seu método cumprido um papel importante para poupar seu discurso dessas valorações depreciativas.

Feitas essas considerações, cabe voltar a atenção para a particularidade metodológica, apenas mencionada mais atrás, presente no “Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (1958). Na verdade, pode-se afirmar que, no artigo em evidência, ao lado da ênfase depositada por Valverde ao estudo dos tipos de habitação rural, desponta a incorporação e aplicação do método Rochefort de redes e hierarquia urbanas. Fixando o olhar nesse aspecto, para se chegar a elucidá-lo quanto ao uso realizado pelo geógrafo brasileiro no referido trabalho, cabe disponibilizar algumas informações sumárias.

No trabalho em pauta, o geógrafo ibegeano explicitou o peso das generalizações quando se tratava de estabelecer limites regionais no âmbito dos estudos de campo por ele realizados na década de 1950, deixando transparecer nitidamente suas dificuldades, enquanto profissional municiado de levantamentos expeditos, para reconhecer os

diferentes tipos de paisagem das áreas estudadas, como manifesta no seguinte trecho do artigo:

“É difícil dizer onde acaba uma região e começa outra, sobretudo com base em excursões de reconhecimento, em que as observações são obrigatoriamente superficiais. É necessário conhecer-se bem as características essenciais de cada uma para se poder opinar sobre os limites, pois a determinação destes exige uma generalização. Nem sempre se encontra um limite brusco, em que dois tipos de paisagem formam contraste. Ademais, se num trecho esse limite é estabelecido sobretudo quanto ao relevo, noutro o poderá ser pela vegetação, pela economia, etc.” (VALVERDE, 1958:22).

De posse desses critérios, ao discorrer sobre os limites da Zona da Mata, mais nítidos a oeste e a sudoeste, o autor constata dificuldades quando se tratava de os definir ao sul da região excursionada, dada as semelhanças encontradas com o Vale do Paraíba. Valverde demonstrou e esclareceu as razões para tanto pautando-se tanto nos aspectos relacionados à vegetação quanto naqueles relativos ao povoamento¹⁶. Fundamentou e concretizou esses esclarecimentos descendo às minúcias da observação empírica dos terrenos pesquisados com sua complementação paralela, por intermédio das fotografias aéreas, inventariando as características estruturais entre as duas regiões, ressaltando nelas, como resultado de sua argumentação, as brechas diferenciadoras relativamente aos traços gerais que as aproximavam. É todo um laborioso construto descritivo pormenorizado colocado em marcha para se atingir esse fim. O trecho seguinte ilustra esse procedimento, ao final acompanhado de considerações de ordem conservacionista que, no contexto dos anos 1950, eram proeminentes em vários geógrafos ibegeanos:

“A própria tectonia das duas regiões é semelhante: uma estrutura apalacheana que forma vales e cristas alinhadas. No Vale do Paraíba, porém, esse tipo de relevo é muito mais pronunciado, tornando-se perceptível até no terreno: sucessão de serras orientadas, grandes estirões de vales retilíneos e paralelos. Na Zona da Mata isto também ocorre, mas de maneira muito mais disfarçada. Em certos trechos, há feixes dessas cristas que atravessam a região, deixando vestígios bem claros na morfologia e na drenagem, observáveis sobretudo nas fotografias aéreas. O exemplo mais perfeito disto é dado pelo alinhamento que cruza a Zona da Mata na direção NE-SW, de um extremo ao outro, e é cortado pelo rio Pomba entre Astolfo Dutra e Cataguases. Mas, de modo geral, esta não é a regra; há longos trechos em que não se pode discernir a estrutura apalacheana, nem no campo, nem na fotografia aérea.

Tais condições no Vale do Paraíba tornam os gradientes muito mais acentuados, favorecendo, assim, a erosão dos solos, uma vez removida a cobertura florestal. Os sinais de erosão acelerada estudados por Sternberg são, portanto, muito mais evidentes e mais típicos do Vale do Paraíba do que da Zona da Mata” (VALVERDE, 1958:23).

Naturalmente, conforme expresso acima, apoiando-se em critérios de regionalização baseados nos diferentes “tipos de paisagem”, o geógrafo refere-se à paisagem característica da Zona da Mata como “paisagem regional” (VALVERDE, 1958:24). Emergem, portanto, delimitações calcadas essencialmente na observação direta dos aspectos fisiográficos e da “morfologia agrária”, em consonância com os objetivos de reconhecimento do território brasileiro, tornando-se de conhecimento público as especificidades de suas feições naturais e humanas, o que até então era incipiente e mantinha-se praticamente velado ou, em outras palavras, parcamente revelado em virtude de poucas pesquisas sistemáticas. Todavia, nos estudos realizados por Orlando Valverde não foram contempladas ou levadas em conta somente as razões naturais da diferenciação entre as áreas. Seus trabalhos quase invariavelmente agregaram, ao lado disso, um levantamento histórico, imbuídos, na sequência, de uma abordagem que primeiramente recolhia, descrevia e explicava as variáveis físicas das áreas analisadas para depois desembarcar na “paisagem” atual. Desse modo, compreender uma “paisagem regional” requeria de Valverde uma mínima informação sobre os fatos que no passado haviam concorrido para sua configuração atual, envolvendo a aplicação do *historical approach* (interpretação histórica) dos geógrafos norte-americanos, principalmente colocado em prática para revisitar o jogo dos fatores concorrentes no processo de povoamento de uma determinada região e, sobretudo, para determinar dentre estes os que haviam contribuído para seu “atraso”¹⁷. Pode-se afirmar que essa foi uma toada constante nos escritos valverdianos, quer naqueles elaborados em seus primeiros anos de formação científica, quer naqueles publicados sobre a Amazônia até, no mínimo, o final dos anos 1990¹⁸.

Ainda no estudo sobre a Zona da Mata de Minas Gerais, uma vez delimitadas as regiões pertencentes à área de estudo, segundo os parâmetros anteriormente frisados, Valverde se debruçou sobre sua rede urbana. E nisso reside uma de suas particularidades de método, quando visto comparativamente ao registro até então hegemônico dos tipos de habitação adotado pelo geógrafo. Ou seja, pela primeira vez em sua obra empregou e explicitou a importância do método de Michel Rochefort

proposto em *Méthodes d'étude des réseaux urbains, intérêt de l'analyse du secteur tertiaire de la population active* (1957) e elogiou sua incorporação aos casos brasileiros realizada por Pedro Pinchas Geiger, em “Exemplos de hierarquia de cidades do Brasil” (1957), publicado no *Boletim Carioca de Geografia* e bastante apreciado na época. Assim, Valverde concordou com e levou adiante o estudo sobre a importância relativa das cidades por intermédio de índices numéricos, considerando o núcleo urbano como centro de funções de relação a partir do qual podia ser auferida sua importância regional “[...] de acordo com expressões matemáticas, dependentes de valores relativos e absolutos do setor terciário de sua população ativa” (VALVERDE, 1958:69). Quando analisou, por exemplo, o caso da cidade de Juiz de Fora, subdividiu sua análise nos seguintes tópicos: 1) “Capital regional”; 2) “Função industrial”; 3) “Centro de funções de relação”; 4) “Círculo de influência”; 5) “Chave das comunicações”; 6) “Nós de comunicação”; 7) “Vida de relações com o campo”; e 8) “Centros industriais secundários” (VALVERDE, 1958:72-73).

Abstraindo outros caminhos interpretativos¹⁹ e diante da incorporação desse traço metodológico até então inédito na obra valverdiana – estimulado decisivamente pela ênfase que a Geografia Urbana passou a merecer nos estudos ibegeanos, a partir do XVIII Congresso Internacional de Geografia, envolto nas vicissitudes político-institucionais que atingiram o IBGE e relacionadas com os novos métodos em questão²⁰ –, depreendem-se duas observações essenciais para a compreensão de sua obra e de sua forma de interação com a geografia ibegeana nos anos 1950.

Em primeiro lugar, atendo-nos especificamente a suas escolhas metodológicas, o método Rochefort, embora passe a fazer parte dos delineamentos de seus estudos regionais, não substitui a ênfase concedida pelo autor à descrição dos sítios das cidades, muitas vezes acompanhada da classificação de seus padrões – *Strassendorf, Stadtplätze, Castrum* –, cuja metodologia Valverde vislumbrou no trabalho “Como se constituiu no Brasil a rede das cidades” (1944)²¹, de Pierre Deffontaines, do qual foi não somente aluno como também tradutor de vários de seus textos.

Feita essa primeira ordem de considerações, o mais importante é salientar que, ao contrário da tendência, que começava a se firmar a partir desse período, de desprivilegiamento da Geografia Física nos estudos regionais, Valverde de fato não aderiu a ela, mantendo os aspectos do meio físico com enorme relevância em seus trabalhos (aliás, até sua aposentadoria no IBGE, em 1982, e mesmo depois dela). O

autor, nesse sentido, destoou, portanto, de outros geógrafos do IBGE, que assim procederam passando à especialização crescente dos estudos urbanos, acompanhada do abandono da relação sociedade-meio, traço importante da tradição da Geografia legada pelos franceses, cuja tônica enfatizava os estudos sobre hábitat e gêneros de vida²². Com eles, porém, Valverde guardou o ponto comum de ajustar seus estudos para questões de planejamento, como no caso daqueles sobre a Região Norte e a Amazônia, que deixam clara a presença dessa orientação. Não obstante a relevância desse elo, é preciso fazer a ressalva de que em alguns trabalhos, como, por exemplo, “Dos grandes lagos sul-americanos aos grandes eixos rodoviários”, publicado em 1971 e republicado em 1982, Valverde viria a articular o tratamento dos fatores físicos mais diretamente com as críticas políticas e sócio-econômicas endereçadas aos órgãos de planejamento do governo, salientando a multiplicidade dos problemas regionais amazônicos surgidos a partir da atuação do Estado brasileiro²³.

Por último, outras razões para a não aderência de Valverde aos métodos de análise regional, que adquiriram vulto a partir do início dos anos 1960, residem em seu engajamento um tanto particular nas questões agrárias, que insuflaram os debates sociais e políticos antes do golpe de 1964, e no fato de que suas pesquisas sempre estiveram predominantemente voltadas à Geografia Agrária, campo de estudo sobre o qual sempre se debruçou sem abandonar os ensinamentos de Waibel.

Em suma, os estudos regionais de Orlando Valverde até o início dos anos 1960 se exercitaram na ênfase ao gênero de vida e à economia, cuja característica marcante consistiu no ecletismo e na amplitude de abordagem proporcionados pelo mesmos, no que tange tanto aos conhecimentos empíricos mobilizados quanto à abrangência espacial. Congregando a abordagem multifacetada de vários assuntos, a serviço de parcelas significativas do território nacional, seus trabalhos evidenciam, à semelhança dos de outros geógrafos que laboravam no mesmo registro metodológico, nítida tendência para a relação entre a Geografia Agrária e os processos de povoamento e de estruturação econômica que acompanham seus assuntos de interesse.

Foi no compasso dessa imbricação de métodos, mas na qual não deixou de prevalecer o “núcleo duro” da metodologia angariada por Valverde em seus anos de formação iniciais, que ele prosseguiu no mesmo registro metodológico de muitos contemporâneos seus, ou seja, logrou empreender análises regionais enfocando espaços numa escala de maior detalhe. Assim como nos trabalhos de Jorge Zarur (1947), sobre a

Bacia do Médio São Francisco, de Speridião Faissol, sobre o Mato Grosso de Goiás (1952), de Lindalvo Bezerra dos Santos (coordenador), em conjunto com técnicos do Ministério da Agricultura (IBGE, 1952), a respeito da zona de influência da Cachoeira de Paulo Afonso, e de Carlos de Castro Botelho, sobre a zona cacauzeira do sul da Bahia (1954), o estudo de Orlando Valverde na Zona da Mata de Minas Gerais (1958) tornou-se ao mesmo tempo clássico e célebre, pois, assim como os demais citados, envolveu vários segmentos da Geografia, em virtude de uma rigorosa formação científica levada a preocupar-se com os aspectos físicos e a estabelecer correlações entre a sociedade e a natureza baseando-se no princípio de totalidade (ANDRADE, 1995:123), conferindo, ademais, “*uma visão privilegiada das áreas estudadas*” (ALMEIDA, 2000:175).

Capítulo 12

MODERNIZAÇÃO E SUPERAÇÃO DO “ATRASO”:

MOTES PERMANENTES DA VISÃO AGRÁRIA VALVERDIANA

12.1. O “atraso” da agricultura e a “prosperidade/decadência” das regiões

Nesta altura da exposição, complementando a análise de entroncamento encetada nos capítulos 10 e 11 sobre o teor valorativo que se depreende das principais temáticas dos escritos valverdianos do período 1951-1964, cabe dedicar atenção à maneira como o geógrafo debruçou-se sobre a questão do “atraso” na agricultura brasileira. Esse assunto pode ser entrevisto em vários trechos da obra do autor do período mencionado, mas é possível considerar que ele foi efetivamente trabalhado seminalmente no artigo “O sistema de roças e a conservação dos solos na Baixada Fluminense” (VALVERDE, 1952a:11) e ganhou feição argumentativa no trabalho “Reconhecimento geográfico do município de Pompéu, M.G.”. Foi neste último que Valverde se esforçou para afirmar sua rejeição às teses deterministas, utilizando-se para tanto da valorização de fatores como comunicações e economia para explicar o “atraso” de Pompéu, como mostra seu seguinte raciocínio:

“Não foram as condições naturais que determinaram êsse atraso. O clima de Pompéu pode ser considerado saudável e ameno. A malária, hoje quase totalmente extirpada ou controlada pelos modernos processos de saneamento, era endêmica nos vales do S. Francisco, do Pará e do Paraopeba. A devastação das matas e a conseqüente desobstrução dos leitos, fê-la desaparecer dos ribeirões, como o Canabrava, o Pedro Moreira e o Pari.

Pompéu não progrediu, porque permanecia à margem da vida e da evolução econômica brasileira. As suas fazendas eram quase auto-suficientes, como é ainda hoje a fazenda Diamante. Os contactos com o resto do Brasil e, mais tarde, com Belo Horizonte, faziam-se através de longos e penosos percursos.

Assim sendo, o emprêgo de sistemas agrícolas e pecuários intensivos tornar-se-iam anti-econômicos, mesmo admitindo-se que os lavradores tivessem um nível educacional que os capacitasse a adotá-los.

Por outro lado, a tradicional ocupação da terra por vastos latifúndios, não estimulava a massa de lavradores, ignorante, pobre e privada da propriedade da terra, a melhorar as suas técnicas de trabalho [...] (VALVERDE, 1955a:28-29).

Quando indagadas tendo em vista seu contexto histórico, as considerações do geógrafo no trecho acima revelam a ausência de tensões suas com relação ao que era advogado nas políticas agrárias e agrícolas do segundo mandato de Getúlio Vargas. Na verdade, percebe-se que ele não entrou em discordância com os principais pressupostos dessas políticas, apenas tendo reafirmado ou endossado um ideário favorável à integração infra-estrutural do território como forma de derrocar o isolamento de suas paragens mais distantes¹. Sem isso, como o próprio trecho acima evidencia, não haveria modernização das técnicas de trabalho agrícola. Nota-se, nesse particular, que Valverde, à semelhança de seu entendimento anterior (década de 1940) sobre os motivos de “decadência” dos colonos no Sul do Brasil, veio então a atualizar uma peça-chave de seu pensamento (aliás, coerente com os ensinamentos de Waibel), segundo a qual o isolamento cultural decorrente do físico conduzia inevitavelmente para o de tipo econômico. Contudo, mais do que isso, “atualizar” aqui significou também para Valverde complementar seu raciocínio tendo em vista os ares contestatórios reformistas de seu tempo e, sem abandonar esse “núcleo duro” valorativo, trazer seu endosso à questão do latifúndio. Do ponto de vista do contexto, esse adendo fundiário, instaurado pelo autor desde os primórdios de seu discurso, não contrariava o ideário getulista quanto às transformações necessárias para o campo brasileiro. Nesse ponto, é possível também indagar até onde a afirmação por ele sustentada derivou realmente da pesquisa de campo realizada para o estudo de caso de Pompéu ou da ideologia com a qual se municiou para realizá-la.

Ainda quanto ao arrazoado valverdiano sobre o “atraso” na agricultura, cabe ressaltar que a reiterada aparição desse tema nos escritos do geógrafo e a forma de tratamento que ele lhe dedicou tiveram sempre como centrais as expressões “prosperidade” e “decadência” em referência às regiões pesquisadas. Seguindo a dicotomia avaliativa imperante em seus escritos desde o contato com Leo Waibel, Valverde prosseguiu, na década de 1950, utilizando o binômio “prosperidade/decadência” como fulcro de análise proeminente em sua abordagem regional. De fato, no estudo sobre o centro-norte do Ceará, ele avaliou as áreas percorridas dotando-as de significado de acordo com o critério bipolar de “regiões submetidas a um grande surto de prosperidade” e “regiões em decadência econômica”

(VALVERDE, 1952b:33 e 54). Mantendo-se fiel a esse viés interpretativo, aliás concorde com a reavaliação acerca da realidade regional processada no pensamento social brasileiro do mesmo período, continuou a adotá-lo para diversos estudos. Foi assim que, no “Relatório técnico da excursão ao Rio Grande do Norte”, ele empregou não somente a expressão “região em progresso” (VALVERDE, 1953a:47-49) como também a de “regiões flageladas” (VALVERDE, 1953a:42) para referir-se àquelas em “atraso”. A mesma atitude terminológica, na verdade uma consequência direta do horizonte valorativo desenvolvimentista do geógrafo, foi utilizada no estudo “Reconhecimento geográfico no município de Pompéu, M.G.”, no qual o autor trocou o termo “região” por “ambiente”, qualificando este, em alguns casos, como “estático” ou “sem progresso” (VALVERDE, 1955a:31). Atitude discursiva similar foi adotada pelo autor quando, na obra *Planalto Meridional do Brasil* (1957), ao discorrer sobre o caso de Terra Nova e Augusta Vitória, precisou o sentido econômico inerente ao emprego dessas expressões² para, logo em seguida, estribando-se no paralelo entre os dois casos analisados e com base no primeiro deles, postular os fatores indispensáveis para o “progresso” de uma colônia: “1) conhecimento da lavoura por parte dos colonos; 2) crédito, necessário especialmente na fase inicial, em que o colono ainda não obteve lucros;” e “3) proximidade da estrada de ferro, que favoreceu decisivamente Terra Nova” (VALVERDE, 1957c:217).

Esses apontamentos a respeito da terminologia adotada pelo autor reforçam a inclinação metodológica historicista que serviu como substrato para seus horizontes avaliativos acerca das realidades por ele estudadas em inúmeros estudos de campo. Denotam, ao mesmo tempo, a prevalência no interior de seus estudos de uma visão francamente espacialista e de base econômica que, embora sensível às desigualdades espaciais também em termos sociais e culturais, ao menos até o final da década de 1950 não foi trabalhada em conformidade ou aproximação com métodos de pesquisa dialéticos. O empreendedorismo ou, para nos atermos à letra do geógrafo, o “*espírito empreendedor*” (VALVERDE, 1953a:46 e 49) de alguns foi noção sobremodo valorizada em seu discurso acerca dos destinos da nação, vista esta em suas parcelas regionais ou mesmo locais e em contraposição à falta dessa característica para outros casos ou coletividades com os quais travou contato.

É importante também atentar para o fato de que, tomada a obra do geógrafo em conjunto, essa perspectiva avaliativa foi usada não somente para a análise por ele

realizada sobre os temas associados à atividade agrícola, mas também esteve presente e foi aplicada para um leque variado de assuntos, quer direta ou indiretamente com ela relacionados, tal como o comércio varejista e as atividades industriais. Foi assim que, no estudo “O noroeste da Mata pernambucana (A região de Timbaúba)”, ele a aplicou com modificação ligeira após observar diretamente e detalhar descritivamente o comércio varejista da cidade de Timbaúba (VALVERDE, 1960b:31-32). Já no que se refere à indústria, Valverde começaria, nesse mesmo escrito, a romper com uma visão de mundo dualista, relativizando, por assim dizer, o emprego demasiadamente dicotômico dos termos “atraso” e “progresso”. Certamente num contexto de politização mais pronunciada, ou seja, o do início dos anos 1960, ele começaria a romper com esse esteio valorativo, passando a atenuar o antagonismo nele presente. Assim, ao tratar da atividade industrial no Nordeste brasileiro, ainda que procurando delinear um modelo de seus “estágios evolutivos”, valorizou o fato por ele constatado de que, no Nordeste, *“só as emprêsas industriais estatais ou de capitais mistos avançaram muito, quer no plano técnico, quer no econômico e social”*, denunciando, afora esses casos, as indústrias nas quais, a despeito de prevalecerem condições “adiantadas” quanto ao capital e à técnica, vigorava o “atraso” no que dizia respeito às condições sociais (VALVERDE, 1960b:39)³.

Por último, merece ser mencionada outra questão presente na obra do geógrafo do período 1951-1964 relacionada ao tema do atraso no campo brasileiro. Trata-se da atenção por ele dispensada ao tema do analfabetismo. Quando tratou de explicitar as circunstâncias de elaboração do artigo “Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (VALVERDE, 1958:3), o geógrafo esclareceu que os objetivos desse estudo eram servir de base para o planejamento da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, à época conduzida pelo Ministério de Educação e Cultura. Vê-se, assim, que, diante das preocupações coetâneas internacionais que acompanharam a CNER e com nítida repercussão nas políticas do Estado brasileiro dedicadas ao problema, Valverde não somente correspondeu a um foco de inquietação corrente no final dos anos 1950 em organismos como a ONU e a Unesco, como também voltou a compartilhar, agora por essa via, preocupação já presente desde os anos 1930 e no segundo mandato de Vargas. Em outras palavras, ao entrever a persistência desse temário no escrito de 1958 e a iniciativa de envolvimento do geógrafo com ele, pode-se supor que, ao menos nesse particular, a tônica ali empregada não destoou de sua linhagem formativa em termos de fontes problematizadoras da realidade brasileira. O analfabetismo, problema por demais contemplado à mesma época, por exemplo, entre

os educadores brasileiros, constituiu-se de fato numa temática condizente com as interpretações dualistas da sociedade brasileira. Assim, a pesquisa de campo realizada na área enfocada pelo estudo do geógrafo, resultante de um reconhecimento geográfico de vinte dias e posteriores pesquisa de gabinete e interpretação de fotografias aéreas via sistema Trimetrogon, longe de ser iniciativa aleatória, constituiu resposta sua a uma preocupação corrente na época e, mais do que isso, não contrariou os alicerces de seu discurso geográfico baseado no ideal de modernização e de supressão do atraso.

Estabelecidas essas referências, vejamos nos próximos tópicos como a questão central do “atraso” inerente ao discurso geográfico valverdiano também ressoou no tratamento de outras temáticas.

12.2. Os males da saúde no campo

Se, no tocante a vários temas e suas formas de abordagem, o texto valverdiano guarda ressonâncias quando circunstanciado aos propósitos da CNER e ao espírito da letra dos pronunciamentos e iniciativas presidenciais de Vargas para o campo brasileiro, no que diz respeito ao plano interno disciplinar, sem abandonar essas filiações ideológicas as preocupações de Valverde quanto aos aspectos sanitários parecem ter refletido também semelhanças com a linhagem inaugurada por Max Sorre relativamente à Geografia da Saúde. No entanto, remetendo os escritos do nosso geógrafo lavrados entre 1951 e 1964 para os contextos onde foram elaborados, talvez seja mais apropriado dizer que tal inclinação não tenha sido necessariamente adotada em função de um conhecimento profundo da obra de Sorre, incluindo, na verdade, a influência das obras do petebista, geógrafo e médico pernambucano Josué de Castro, cujas idéias e celebridade já eram fartamente reconhecidas na época.

Embora as relações aventadas acima não contem com vestígio confesso da parte de Orlando Valverde, seu artigo “O uso da terra no leste da Paraíba” sinaliza nítida comunhão ao menos com esse flanco de preocupações que foi tão caro aos dois geógrafos citados. Nesse trabalho, quando discorre sobre o Brejo paraibano, Valverde parece apenas pinçar a formulação de Josué de Castro de que não somente a fome como também outras doenças eram produtos da organização econômica e social, e não de condições biológicas. Ainda que de forma tênue e sem esclarecimentos aprofundados, o

geógrafo ibegeano parece ter refletido essa inclinação de pensamento quando considerou que:

“Com sua altitude que alcança os 600 e poucos metros, sua drenagem fluvial num ciclo de erosão juvenil e seu revestimento florestal conservado numa elevada proporção, o Brejo goza de clima saudável. Nêle são escassas as ocorrências de malária e tuberculose.

As moléstias mais comuns registradas no Brejo resultam de deficiências nas condições econômicas e sociais. São elas: as moléstias venéreas, a verminose e a gastroenterite, esta afetando em taxa elevada as crianças. Por isso, a mortalidade infantil é forte.

Só no inverno se fica submetido lá a um tipo de tempo que pode ser considerado desconfortável. Nessa época são comuns as gripes e os resfriados” (VALVERDE, 1955b:82).

Embora essa passagem possa parecer singela, o que cabe depreender dela (como também de outras escritas pelo autor sobre o mesmo problema) é o fato de permitir uma relativização da aproximação que tecemos mais atrás entre sua obra e os propósitos da CNER em relação aos aspectos sanitários ou de saúde das populações rurais. Vale, portanto, pontuar essa observação para evitar que se considere único aquele primeiro ponto de contato estabelecido entre o geógrafo carioca e as condições então colocadas para a elaboração de seus trabalhos. A importância dessa ressalva, ademais, pode ser atribuída até mesmo a outras passagens em que o autor menciona o mesmo tipo de questões. Na obra *Planalto Meridional do Brasil*, por exemplo, ele evidenciou não conservar elos aproximativos com a referida Campanha ou com Josué de Castro quando, ao tratar da Ilha de Santa Catarina e dos colonos açorianos que inicialmente a ocuparam como também de seus descendentes, valeu-se dos relatos do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire como fonte de consulta histórica para explicar o “aspecto doentio” desses contingentes, cuja causa a identificou na alimentação essencialmente baseada no peixe e na farinha de mandioca⁴. Com esse procedimento, em função de evocar um tipo de explicação histórica para a subalimentação não somente dos antigos ocupantes como também de seus descendentes, queremos crer que o geógrafo eximiu-se de uma análise mais crítica acerca da situação destes últimos, o que, a nosso ver, demonstra a fragilidade de sua apreensão acerca do problema. Decerto sensível às mazelas do caso, Valverde não se ocupou em discuti-lo com o rigor e o enfoque analítico utilizado, por exemplo, nas obras de Josué de Castro⁵.

De qualquer forma, tomando-se como parâmetro as ocorrências levantadas no que concerne aos temas sanitários e aqueles relacionados com os aspectos de saúde, a abordagem de Orlando Valverde em seus escritos apresenta apenas uma forma ligeira e acentuadamente descritiva. Pode-se dizer que, nesse particular, sem descer às raízes dos problemas aventados, ele tão somente parece ter deixado aos leitores informados de sua época a tarefa de avaliar a gravidade dos problemas meramente relatados ou apontados. Pode-se dizer o mesmo quanto ao prisma valorativo com o qual os revestiu, na verdade parcamente explicitado por ele. Em outras palavras, ao que tudo indica o geógrafo parece ter se furtado de um esclarecimento mais profundo das possíveis filiações quer intelectuais quer mesmo ideológicas de sua denúncia dos males da saúde no campo quando, em seus escritos, tomou nitidamente a referida temática como subsidiária da questão do “atraso”. Nesse sentido, traduzindo um pouco essa impressão, no artigo “O noroeste da Mata pernambucana (A região de Timbaúba)”, lê-se:

“Noções de higiene proporcionariam uma educação sanitária, maneira indireta para incutir na massa a reivindicação por uma rede de esgotos; maneira também de concorrer para a extinção das verminoses” (VALVERDE, 1960b:68).

Nesse trecho, em que pese o teor favorável e prospectivo do autor do estímulo às reivindicações que poderiam ser despertadas a partir da disseminação das “noções de higiene”, percebe-se que sua abordagem é um tanto lacunar, talvez fruto das exigências próprias de uma *démarche* investigativa centrada na tarefa hercúlea auto-imposta de tudo reconhecer geograficamente segundo critérios majoritariamente espacialistas, de largo escopo descritivo e por isso mesmo vertida em tom de “inventário”, pulverizando o tratamento problematizador dos temas. Ademais, tal característica de seu discurso geográfico, ao estar baseada na ênfase aos aspectos fisiográficos e econômicos – os dois pilares mais rígidos ou esteios-mestres cuja densidade é notória em seus escritos –, veio a resultar num abandono da abordagem mais pormenorizada de outros aspectos que, à semelhança do temário saúde e alimentação, nem por isso deixaram de ser citados, muito embora o tenham sido em posição secundária.

Independentemente das observações sublinhadas e para todos os casos de ocorrência, identifica-se no tratamento conferido pelo geógrafo aos temas relacionados à saúde da população rural o mesmo viés planejador por ele dedicado a outros assuntos em sua obra. Explicando um pouco melhor esse traço de seu discurso, nota-se, em sua pena de escrita – sem dúvida minuciosa – a busca ou zelo permanentes em radiografar

os efeitos da ausência de intervenções estatais nas áreas de estudo relacionadas a esses temas. É assim que, no artigo “Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema (relatório preliminar)”, Valverde teve o cuidado de dispor os benefícios de obras de saneamento levadas a termo pelas iniciativas públicas em outra área que não aquela estudada, como que a indicar a necessidade de as aplicar como possível solução para um problema constatado na região da qual se ocupava. Vale disponibilizar o trecho em pauta para tornar claro o estilo do autor com relação ao tópico aqui pontuado, no qual se nota, ademais, que o critério comparativo de áreas também foi empregado por ele nas questões relacionadas à intervenção estatal:

“A topografia de baixada combinada com a ocorrência do clima tropical úmido favoreceu o desenvolvimento da malária, especialmente na bacia do rio São João, onde a drenagem se torna difícil em muitos lugares [...].

As obras de saneamento iniciadas pela antiga Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (repartição que deu origem ao atual Departamento Nacional de Obras de Saneamento) consistiram na retificação do leito de diversos rios e na abertura de canais de drenagem. Essas obras tiveram um efeito decisivo na extirpação do impaludismo, porém os lavradores das áreas de terra arenosas queixam-se hoje em dia do ressecamento excessivo do solo durante o mês de julho, quando a estação seca chega ao auge.

É possível que, em certas partes, o calibre demasiado largo dos leitos retificados e dos canais de drenagem tenha feito baixar em excesso o nível do lençol freático” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:5).

Tomadas em conjunto, as passagens acima revelam sucessivamente as etapas argumentativas usuais encontradas no discurso valverdiano, quais sejam: a identificação ou constatação de um problema; a posterior emissão de opiniões pessoais orientadas pela têmpera planejadora; e, por último, o recurso do autor a hipóteses para complementar o quadro explicativo ou elucidativo sobre a questão por ele pontuada inicialmente. Outrossim, no parágrafo intermediário, nota-se uma atitude ponderativa rara do geógrafo, ou seja, a de deixar ecoar a opinião dos “lavradores” a respeito das consequências colaterais nem sempre louváveis advindas com as obras de saneamento na área tomada como exemplo para a solução dos problemas observados em paragens mais distantes do país. Essa entoação revela que Valverde se ocupou com alertar os órgãos públicos sobre suas imprevisões e sobre o caráter inacabado de intervenções já levadas a termo, procurando com isso evitar a possível reincidência em equívocos semelhantes na área radiografada, se obras similares viessem a ter lugar nela.

12.3. Subsídios técnico-geográficos para um melhor governo do Estado

Ainda no que tange às opiniões de cunho planificador ou, em outras palavras, pró-interventoras com o intuito de subsidiar o Estado quanto à necessidade de realização de obras públicas, orientando-o sobre onde e como efetivá-las, é preciso esclarecer que Valverde não o fez somente para esse destinatário certo – e até seria possível dizer, “natural”. Em “O uso da terra no leste da Paraíba”, o autor não somente reafirmou o atendimento a esse chamado⁶ institucional no papel de funcionário público como também, ampliando-o, dedicou-se também a outros setores estatais de atuação porventura interessados. Numa visão realista acerca dos limites organizacionais e financeiros do aparato de Estado, nesse trabalho ele pontuou em tom de advertência:

“É fácil dizer o que se deve fazer para melhorar as condições de uma região; difícil é dizer como se deve fazer. Geralmente, acha-se uma solução simplista atirando-se tudo às costas do governo. Não deixa de ser meio ridículo, num país em que o governo mal pode manter as instituições já existentes, vê-lo ameaçado pela criação de novos encargos.

Estas sugestões para um planejamento rural não devem, por isso, ter um enderêço certo. Elas poderão, eventualmente, ser aproveitadas, isoladas ou em grupos, por administradores, legisladores, capitalistas particulares” (VALVERDE, 1955b:80-81).

Nesse trecho, percebe-se não somente que Valverde não fez do governo o único destinatário dos subsídios fornecidos por ele, e nisso reside uma das marcas mais importantes da obra do geógrafo, mas assumiu e reiterou diversas vezes a perspectiva de que à ciência geográfica competia estar a favor da sociedade em sentido amplo, e não apenas dirigida para a satisfação de um determinado grupo ou interlocutor. O emprego pelo geógrafo da expressão “poderes públicos” não deixou, contudo, de estar presente em seus escritos (VALVERDE, 1957b:3), assim como também a referência constante ao “governo federal” (VALVERDE, 1957c:206) e, indicador significativo, também não raro ele fez críticas aos órgãos do próprio Estado quando julgou apropriado desfechá-las. Tais críticas podem ser exemplificadas por duas passagens significativas. A primeira delas, encontra-se na obra *Planalto Meridional do Brasil*, em que em referência a Vila Velha, no Paraná, vociferou:

“Todos os aspectos grandiosos da paisagem de Vila Velha que fazem o encanto do turista e o prazer intelectual do geógrafo, estão em parte ameaçados pela iniciativa do governo, que lá colocou um Horto Florestal. Dentro de poucos anos, Vila Velha estará

encravada no meio de bosques artificiais. Nada recordará as amplas pastagens ondulantes, que lá encontraram os primeiros colonizadores brancos” (VALVERDE, 1957c:231).

A segunda crítica pode ser constatada na mesma obra, quando o autor, após tratar dos sistemas agrícolas e da particularidade formativa geo-histórica dos sambaquis, existentes na baixada litorânea paranaense, destaca:

“Outrora, os particulares aproveitavam o material dos sambaquis para fabricar cimento ou corretivo para a agricultura. Hoje em dia estão impedidos; os únicos contraventores da lei são órgãos do próprio Estado – prefeituras e secretarias de Viação –, contra os quais não há sanções, e que utilizam as ostras e conchas para a pavimentação de estradas, destino menos nobre e menos apropriado que elas poderiam ter” (VALVERDE, 1957c:244).

A mesma atitude registrada acima, questionadora e relativizadora dos acertos e erros das iniciativas estatais, foi igualmente estendida por Valverde à atuação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), no artigo “Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (VALVERDE, 1958:46-50) e em outro posterior, “O Noroeste da Mata pernambucana – A região de Timbaúba” (1960b:52)⁷.

Mais especificamente com relação à atuação dos cartéis e dos órgãos do governo na produção agrícola brasileira, Valverde manteve ao menos dois posicionamentos distintos que estiveram na dependência dos casos analisados em suas pesquisas. O primeiro deles conserva certa neutralidade, sem maiores ressalvas quando se entende que o geógrafo compartilhava de uma visão nacionalista sobre a economia brasileira ainda que, seguindo tendência assumida até mesmo por Vargas na primeira metade dos anos 1950, não necessariamente contrária à participação de capitais estrangeiros. Trata-se, nesse caso, das opiniões emitidas pelo geógrafo quando analisa a região de Santa Cruz e a questão da produção e comercialização da cultura fumageira no Rio Grande do Sul na obra *Planalto Meridional do Brasil*. Após discorrer sobre a utilização da terra e as principais culturas, ele adentra no caso da atuação das companhias de cigarros Souza Cruz e Sinimbu, abordando ademais as zonas produtoras de fumo mais importantes do estado, a distribuição das grandes e pequenas propriedades, assim como a mão-de-obra disponível para a cultura e secagem do fumo (VALVERDE, 1957c:307-313). Contrastando as duas empresas mencionadas, a primeira estrangeira e a segunda nacional, ele explica como a presença e atividades desta última viabilizou a existência de compradores (intermediários) que não esterilizavam o fumo, criticando a ação

especulativa dos mesmos sobre as flutuações de preço e mostrando-se satisfeito pelo fato de serem, a despeito disso, minoritários (VALVERDE, 1957c:314)⁸.

Sem rechaçar certa tendência valorativa nacionalista, Valverde apresentou o caso da Companhia Sinimbu, empresa associada a outra, de nome Hennig, como exemplo de contraposição aos cartéis internacionais do setor, lembrando que ela havia sido estruturada nos moldes da própria empresa Souza Cruz, ou seja, subdividida em duas partes, cada uma sendo responsável por uma das etapas da produção, isto é, a esterilização do fumo e a fabricação do cigarro⁹. Após afirmar que não prevalecia uma “situação de guerra” entre as empresas principais do setor na região investigada, ele escreveu em tom de assentimento e valoração positiva sobre o quadro constatado na produção da cultura fumageira e na fabricação de cigarros no Rio Grande do Sul, alegando que sua configuração mista sob as rédeas de “grandes organizações capitalistas” – note-se, tanto nacionais quanto estrangeiras – resultava numa “estabilidade pouco vulgar” na economia brasileira. Assim procedeu ancorado tão somente nos benefícios tributários, sem tecer nenhuma contraposição valorativa para a coexistência de capitais nacionais ou estrangeiros no país, desde que em casos em que os últimos não se impusessem em detrimento dos primeiros¹⁰.

Se, durante a ambiência política dos anos JK, percebe-se certo esforço do autor em formular uma visão mais amistosa ou ao menos áspera com relação à participação dos capitais estrangeiros na economia brasileira, já em outro momento ele parece ter se distanciado dessa inclinação. No artigo “Geografia agrária do Baixo Açu”, publicado em 1961, quando então reivindicações nacionalistas e sociais mais corpulentas eclodiam na sociedade brasileira, Valverde não somente fez ressalvas como também mostrou desacordo com relação à maneira como ocorria a comercialização do algodão em algumas áreas da região pesquisada. Decerto em atitude avaliativa distinta da mencionada acima, seja em função das possíveis ressonâncias do contexto ou da particularidade do caso analisado¹¹, ele dirigiu críticas à atuação de cartéis cujas atividades lesivas aos interesses nacionais, a seu ver, eram aceitas pelo governo. Tais críticas foram acompanhadas de uma proposta que evidencia seu esforço para subsidiar o Estado com informações úteis, visando, em última instância, explicar ao governo a necessidade impreterível de dotar o país de infra-estruturas territoriais capazes de atender a uma expansão capitalista de caráter nacional. Mantendo-se fiel à prerrogativa indicada mais acima, segundo a qual, nos casos em que os cartéis ou empresas

estrangeiras não viessem representar a derrocada das nacionais, não haveria razão para impedi-las de atuar no território brasileiro, Valverde a transpôs também para a situação de risco da indústria têxtil nacional e, de forma complementar, também dos agricultores nordestinos. Para a afirmação desse salto ligeiramente qualitativo em seu discurso, por não derrocar totalmente o tom liberal de suas idéias, Valverde valeu-se de análise dedicada à questão da distribuição das sementes¹² de algodão na área estudada, explicitando, em larga digressão explanativa, as razões para sua proposta:

“Existem, em Açu, seis grandes compradores de algodão, todos nacionais, com exceção da Cook, firma inglesa. Antigamente, a Anderson Clayton e a SANBRA estavam instaladas nessa praça, mas se afastaram. Várias são as razões invocadas para explicar êste ato. Uns, dizem que os americanos não gostam de instalar-se em locais não servidos por estrada de ferro. Esta razão não procede, porque quando êles vieram as ferrovias aí eram inexistentes. Outros, culpam a lei promulgada no govêrno Getúlio Vargas que regulou a remessa de juros e dividendos para o exterior. Ora, se essa fôsse a verdadeira causa, os referidos cartéis ter-se-iam afastado de todo o Brasil. Isto, porém, não se verificou, já que, em São Paulo, êles fortaleceram suas posições no pós-guerra. Não obstante, êles permanecem operando em outros lugares do Estado e do Nordeste.

Outrora, as firmas compradoras selecionavam sementes e davam-nas gratuitamente aos agricultores. Hoje em dia, entretanto, o caroço vale muito, e os compradores querem transformar tudo em óleo. Por isso, essas firmas não vendem semente, ou vendem, no máximo, 10% dos caroços que adquirem, aos seus melhores fregueses, apenas.

Vem muito a propósito lembrar, nesta altura, que os cartéis internacionais agem no mundo inteiro, e que nos últimos anos, tem havido imensas quantidades de excedentes em estoque. Há, por conseguinte, conveniência para essas organizações em converter certas áreas, onde seus interêsses são menores, em produtoras de caroço de algodão para óleo.

Esta situação não é contrabalançada pelo govêrno. A estação que vende sementes, existente no Seridó, não tem uma organização para distribuí-las na época apropriada, do plantio. Quase sempre, chegam ao mercado tarde demais.

A falta de seleção acarreta uma degenerescência do algodão; daí, difundirem-se o ‘emacacado’ (mocó x verdão) e o ‘algodão branco’ (verdão x herbáceo).

A serem mantidas as condições atuais, as fibras nobres (sedosas, resistentes e longas) que tornaram o Nordeste e o Rio Grande do Norte, em particular, famoso e indispensável à indústria têxtil nacional, serão banidas. E os agricultores nordestinos serão produtores de caroço de algodão.

Medidas governamentais eficientes devem pôr côbro a essa tendência, por meio de um melhor zoneamento agrícola e instalando um bom sistema distribuidor de sementes” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1961:20-21).

O trecho acima, que deve ser referenciado com tendências anteriores do pensamento do autor, revela que sua visão da agricultura brasileira reportava-se ao esforço para dotá-la de patamares produtivos mais condizentes com a industrialização do país. Com efeito, para os casos em que chegou a constatar a ausência de conflitos, como os passados em revista – empresas estrangeiras e nacionais –, Valverde voltou-se mais propriamente à discussão sobre as chances de implementar o processo de modernização da agricultura brasileira e a viabilidade de investimentos, entre outros aspectos. Esse teor é mais bem visualizado quando ilustrado por outras passagens de sua obra, escritas ainda durante o governo JK. Foi assim que, embora municiado com tons de denúncia, o discurso valverdiano também soube abranger problemas sem necessariamente desferir juízos contra os órgãos estatais e sem cobrá-los para ampliar sua esfera de atuação. Isso pode ser constatado, num único lance, no trabalho do geógrafo, a partir da explanação que deu à produção e comercialização do fumo em localidades da Zona da Mata mineira:

“O comércio de fumo em corda está nas mãos de empresas nacionais. Em Astolfo Dutra existem cerca de 60 compradores de fumo; em Ubá, muito mais.

A solução para as dificuldades dos lavradores será, a nosso ver, a sugerida pelo Dr. José Sebastião da Paixão, diretor da Estação Experimental de Rio Pomba: passar à cultura do fumo em folha.

Já vimos que as firmas compradoras de fumo em corda requerem um investimento muito menor; são organizações comerciais e não industriais, e, dentro desse limite acanhado, a parte relativa ao capital constante (máquinas, instalações), é muito reduzida, enquanto a do capital variável (empregados, material de consumo) é, relativamente, muito grande; isto explica a proliferação das pequenas empresas compradoras” (VALVERDE, 1958:55).

Além do que acabamos de expor, outro aspecto ajuda a estabelecer as formas de interação entre o texto valverdiano e o avanço ou falta de iniciativas estatais na dinamização da realidade econômica agrícola: o da alocação de infra-estruturas físicas no território. Vejamos no próximo tópico como essa questão foi tratada pelo autor.

12.4. Os efeitos da alocação de infra-estruturas físicas no território

O impacto do aparelhamento infra-estrutural nas regiões estudadas por Valverde constituiu outro elemento ao qual conferiu grande e quase permanente importância. Sobretudo com relação às comunicações – abertura de estradas, caminhos vicinais, entre outros –, ele se dedicou ora a apontar os males ocasionados pela ausência de maior integração física do território, ora a ressaltar os efeitos mais ou menos salutares da alocação das obras desse teor. Por exemplo, no caso das regiões agrícolas próximas à Fortaleza (CE), abordou suas dificuldades de acesso à capital estadual durante a estação chuvosa, na qual os obstáculos tornavam-se sérios o bastante para comprometer demais a estabilidade das trocas (VALVERDE, 1952b:46 e 55).

Ainda no que tange a esse aspecto particular da obra do geógrafo, cabe apontar que o elemento *distância* adquiriu saliência na malha argumentativa de seus escritos, não somente em função da importância inicial a ele atribuída por Waibel, que, por sua vez, a assumiu a partir da visão de Von Thünen a respeito, mas também, é justo que se reconheça, consoante à demonstração de como esse elemento contribuía para a manutenção da “velha estrutura agrária” em algumas áreas (VALVERDE, 1955a:31). Tomando-se como referência a cronologia dos fatos, é possível identificar que esse dado novo na obra do autor aparece nela justamente no momento da formação das Ligas Camponesas, que refletiu um acirramento das reivindicações sociais no campo.

Com relação ao tema das comunicações e a aspectos com ele relacionados na obra de Valverde, cabe dizer ainda que, em termos de crítica às iniciativas estatais, ele abordou a questão da integração física do território para refutar alguns equívocos cometidos pelo governo na busca de superação desse problema. Foi assim que, no artigo “Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte”, parece ter sintetizado muito de sua visão sobre a questão da alocação de estruturas de transporte quando, sem abandonar, mas antes reafirmando sua têmpera planejadora enquanto funcionário de um órgão técnico do Estado, considerou que o:

“[...] relatório do Conselho Nacional de Economia apresenta, entre as págs. 24 e 25, duas fotografias de babaçuais densos ao longo de uma rodovia-tronco e de uma ferrovia para provar documentadamente que os transportes não são um dos elementos fundamentais para o problema do aumento da produção de babaçu. Esse argumento é falaz, porque, de fato, uma boa estrada de rodagem pouca influência tem para a solução do problema, já que atende somente às necessidades de uma estreita faixa, correspondente

à região por ela diretamente servida [...]. O que é de importância primordial é a rede de caminhos vicinais, quanto mais densa, melhor, que drena a própria área produtora, embora num curto período em cada ano [...]” (VALVERDE, 1957b:9-10).

No contexto a que se refere o trecho acima, há que se observar que a valorização da “rede de caminhos vicinais” pelo geógrafo baseou-se na utilização de analogias entre o corpo humano e a rede viária, no conhecimento *in loco* do problema estudado, que, tomados em conjunto, vieram possibilitar a emissão de sua proposta. Percebe-se com isso que Valverde, ao mesmo tempo em que avaliou e criticou o modo como havia sido concebida a instalação da infra-estrutura pelo Estado, também não deixou de empreender a revisão de sua eficácia, guarnecido igualmente de um referencial valorativo desenvolvimentista, no qual predominaram reduzidas frestas analíticas para se pensar os conflitos fundiários derivados daquele problema.

Ao apontar, para os órgãos competentes, alguns equívocos de sua atuação, municiado com a mesma orientação e de posse de uma Geografia sobejamente atenta às potencialidades ou contrariedades físicas do território para a instalação das comunicações, o geógrafo, no mesmo trabalho ora comentado, não deixou de reconhecer a situação da navegação fluvial na região maranhense estudada. Baseando-se no caso da drenagem fluvial composta pelos rios Mearim, Pindaré, Itapecuru e Munim, a qual convergia para o golfo maranhense e para o rio Parnaíba, Valverde considerou justo identificar e chamar a atenção do governo para os fatores não favorecedores do incremento da navegação fluvial. Desse modo, sumariou tanto os obstáculos naturais quanto as “leis sociais” vigentes nas diversas áreas que poderiam vir a ser focos de futuros projetos (VALVERDE, 1957b:10-11). Foi assim que, nesse mesmo escrito, ele demonstrou claramente seu esforço ao radiografar as infra-estruturas instaladas, aqui de novo no sentido de alimentar o planejamento estatal com elementos obtidos por meio de observações de campo, chamando a atenção para a parca e inadequada organização dos transportes marítimos na região enfocada. Embora essa tônica tenha sido majoritária e ocupado a maior parte das linhas redigidas por Valverde, ao fim desses apontamentos ele se preocupou em salientar, ainda que de passagem, os efeitos sociais dessas circunstâncias, atentando para o fato de que elas elevavam “*ao extremo o custo de vida do Meio Norte, fazendo baixar ainda mais o salário real dos trabalhadores*” (VALVERDE, 1957b:12).

Mais uma vez, seguindo escritos precedentes, o geógrafo reiterou uma das estacas metodológicas mais presentes em seu labor, qual seja o critério hartshorniano da diferenciação de áreas, aplicando-o nesse caso tanto quanto já o havia feito em outras ocasiões para deslindar os impactos da alocação de infra-estruturas de transportes. Isso pode ser exemplificado pela comparação que faz do ocorrido no Vale do Mearim com o que se verificara nas áreas contempladas com a Rodovia Rio–Bahia (VALVERDE, 1957b:15)¹³. E, após transpor esse movimento de cotejo entre as duas experiências ou realidades, parte para a consideração da importância das rodovias para o escoamento da produção e a integração das regiões brasileiras, demonstrando como poderiam promover quer a expansão econômica do Maranhão quer conferir novo impulso de povoamento ao Vale do Mearim.

Em outros trechos ou ocasiões de sua obra, Valverde reafirma e recupera igualmente a importância das comunicações estendendo-a para casos nos quais imperavam adversidades físicas não favorecedoras do desenvolvimento econômico. Assim procedeu quando analisou o caso de Joinville (SC), tendo afirmado que:

“Apesar de ter sido a sede da colônia construída sobre um brejo, numa baixada quente e úmida, a colônia prosperou por duas razões principais: tinha fáceis comunicações pelo mar com o Destêrro, para onde exportava muita farinha de mandioca, e fôra constituída por colonos possuidores de conhecimentos e que traziam capitais” (VALVERDE, 1957c:136).

Percebe-se, desse modo, o lugar central assumido pelo tema em foco no raciocínio do geógrafo quando se trata de explicar os fatores responsáveis e até mesmo desejáveis para fazer despontar a “prosperidade” econômica nas regiões por ele analisadas. Nisso ele sempre coloca o tema e sua forma de tratamento como subsidiário daquele outro, também central, relativo ao “atraso”. Na verdade, abundam os exemplos, em sua produção relativa aos anos 1951-1964, em que Valverde atribui um valor positivo ao incremento das vias de comunicação. Tal traço também se observa nos casos em que ele tece análises de cunho histórico das realidades regionais que investigou. Na obra *Planalto Meridional do Brasil*, conforme já tivemos a ocasião de frisar no capítulo 9, o tema das comunicações também guarda relações estreitas com o relativo ao melhoramento dos sistemas agrícolas¹⁴.

No conjunto das análises históricas feitas pelo geógrafo, computando com préstimo a importância das vias de comunicação no sucesso ou derrocada econômicas

das regiões estudadas, dois artigos de sua autoria deixam bem evidente esse que foi um traço marcante de sua produção, quais sejam “Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (1958) e “Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema (relatório preliminar)” (1960).

No primeiro deles, quando analisa o caso do café na Zona da Mata mineira do século XIX, o geógrafo ressalta como o “*primitivismo do sistema de exploração e das relações de produção*” se combinava com o do sistema de transportes¹⁵. No mesmo estudo, discorre sobre o papel do trem no avanço da frente pioneira¹⁶. Porém, quanto a esse avanço, salienta o caráter desfavorável do crescimento desordenado das estradas de ferro valendo-se, nessa análise, da interdependência dos fatores técnicos, políticos e físicos¹⁷.

Diante desse breve apanhado acerca da proeminência dada pelo geógrafo ao tema dos impactos ocasionados pela abertura de rodovias – tanto federais quanto estaduais e outras –, pode-se dizer que, com efeito, isso esteve presente na maioria de seus escritos elaborados entre 1951 e 1964. Embora tenham variado em termos de casos analisados, o formato ou forma de abordagem não diferiu das nuances analíticas até aqui esclarecidas. No “Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais” (1958), Valverde dirige a atenção para a abertura da Rodovia Paralelo 20, que, naquela época, encontrava-se em vias de finalização e, segundo suas avaliações, iria melhorar “*muito as comunicações na direção leste-oeste, no extremo norte da Zona da Mata*” (VALVERDE, 1958:38). Numa palavra, se fosse o caso de dispor uma síntese, pode-se sem dúvida dizer que esse trabalho do geógrafo exemplifica o modo básico como abordava a questão dos meios de transporte, ou seja, em relação direta tanto com a dinamização econômica como também com o surgimento e desenvolvimento dos “tipos de paisagem” nas regiões por ele estudadas. Ao discutir a “esfera de influência” das rodovias na Zona da Mata, Valverde asseverou em sentido ilustrativo o que acabamos de afirmar:

“*A evolução dos meios de transporte, bem como dos regimes de propriedades e dos sistemas de utilização da terra na Zona da Mata deram origem aos seus tipos atuais de paisagem, que representam outras tantas unidades regionais. Embora tão próxima da capital da República, estas paisagens da Zona da Mata são, quase sempre, generalizadas de forma excessivamente esquemática*” (VALVERDE, 1958:38).

Ainda exemplificando a importância dada pelo autor aos meios de comunicação, cabe ressaltar que esta adquiriu registros recorrentes em seus trabalhos em virtude de franquearem o acesso aos mercados à produção agropecuária. Um desses registros

encontra-se no seguinte trecho, em que trata da zona dos latifúndios de pecuária de corte na Zona da Mata mineira:

“[...] Mais ao norte, entretanto, a falta de boas estradas e as longas distâncias não asseguravam um mercado para a produção de leite. A regressão nas áreas rurais alcançou, por isso, um estágio mais avançado” (VALVERDE, 1958:49).

No segundo artigo citado acima, “Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema (relatório preliminar)”, Valverde utiliza as rodovias também para ajudá-lo na delimitação das zonas compreendidas em seus estudos regionais. Foi o caso, por exemplo, da zona dos limoeiros abordada no artigo, no qual, ademais, o autor tece considerações sobre o cruzamento das estradas Amaral Peixoto e Saquarema, destacando o bom “padrão econômico dos proprietários” locais e o fato de que, em suas proximidades, a lavoura comercial havia fixado o lavrador à terra, diagnóstico a que chegou levando na devida conta a “estrutura e a solidez das habitações” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:14-15). Ainda sobre esse aspecto, o autor analisa a convivência do “sistema de corvéia” com o salariedade no entorno das estradas e concede ênfase à presença e atuação dos intermediários, criticando abertamente suas estratégias para a sonegação de impostos, atestando, desse modo, o caráter por vezes “contestatório” de seu discurso quando trata dos fatores relacionados com os meios de comunicação¹⁸. Aliás, nota-se como, nesse particular, embora o tenha demarcado em 1960 e passados mais de seis anos de suas relações mais estreitas com os pressupostos da CNPA, Valverde veio a reiterar a expressividade da polêmica questão dos intermediários em sua obra. Conforme visto no capítulo 9, este foi um assunto de reconhecida importância no segundo mandato Vargas e que foi frisado no célebre discurso proferido pelo líder político da nação em abril de 1952, quando então havia convocado os “brasileiros” para a “Batalha da Produção”. Nesse discurso, dentre os pontos ressaltados na cruzada da produção agrícola, constituiu ponto-chave a necessidade da parte do governo de abraçar a implementação de iniciativas voltadas à comercialização dos produtos agrícolas visando coibir a ação dos intermediários, considerados gananciosos e inescrupulosos. Ao lado disso, foi igualmente assumida a necessidade de estimular a capitalização das atividades agrícolas por meio do crescimento da inversão de capitais no meio rural.

12.5. Absenteísmo dos proprietários rurais

No desfraldar da década de 1960, o geógrafo ibegeano teceu considerações significativas a respeito desta questão, sintonizado, ao que tudo indica, com os novos reclamos advindos com o despontar presidencial de Jânio Quadros e, posteriormente, reforçados com as entoações de João Goulart¹⁹. No caso do primeiro, lembramos que, durante sua campanha presidencial, o então candidato não somente defendeu a extensão da legislação social às populações rurais e a elaboração de uma lei agrária possibilitando o acesso à terra por aqueles como também alegou visar com isso assegurar à propriedade seu sentido social. Ao assumir o cargo, respaldado nesses pleitos, Quadros prosseguiu defendendo mudanças na estrutura agrária e, em sua Mensagem de 15 de março de 1961, apenas recém-eleito, dirigiu advertência aos especuladores e aos absenteístas de que o governo pretendia coibir, com urgência, a retenção anti-social da terra. Apoiado nessa prédica, lançou um conjunto de medidas envolvendo desde a tributação rigorosa até a desapropriação por interesse social. A questão do absenteísmo viria a povoar todo o cenário político dos primeiros anos 1960, isto é, mesmo após a renúncia de Quadros. Ela esteve igualmente presente durante o recrudescimento da mobilização nacionalista pelas reformas de base e a explicitação do projeto “janguista” para a questão agrária. Nesse movimento de contornos políticos e sociais expressivos, o absenteísmo foi colocado em ponta de mira quando partiu de Jango a orientação de adequar o direito de propriedade à sua função social e firmou-se a pretensão do governo de realizar gradualmente a transformação das terras inexploradas ou mal-exploradas em terras produtivas. Nesse sentido, a intervenção estatal, coibindo a retenção anti-social da propriedade, estava dirigida inicialmente para as áreas de maior conflito e tensão social. A expectativa oficial era de que os proprietários absenteístas tornassem suas propriedades produtivas e, caso assim não procedessem, o governo sinalizava estar disposto a intervir aplicando o estatuto da desapropriação por interesse social.

Conforme cremos, mobilizado pelos reclamos em evidência, Valverde veio a tratar do assunto de forma mais expressiva do que o fizera anos antes, em *Planalto Meridional do Brasil*, no artigo “Geografia agrária do Baixo Açu”, publicado em 1961 e elaborado com a colaboração de Myriam Gomes Coelho Mesquita (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1961:29), e em outros três trabalhos posteriores, dentre os quais apenas um foi lavrado no calor da proeminência do tema no cenário político do início da década de 1960: “Reconhecimento da bacia leiteira do Rio de Janeiro” (VALVERDE, 1964d:127), no qual o autor aborda o absenteísmo dos médios produtores. Afora a particularidade contextual do surgimento desse último estudo, para

além dele a questão do absenteísmo também veio a merecer abordagem histórica do autor no trabalho “A fazenda de café escravocrata no Brasil” (VALVERDE, 1967:55)²⁰ e, ainda mais adiante no tempo, uma ponderação mais detida de sua parte em “Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá” (VALVERDE, 1972:117, 122 e 125).

Sem risco de equívoco, a maior ênfase dedicada pelo geógrafo ao tema do absenteísmo logrou ser efetivada neste último escrito, no qual, ao fim e ao cabo, destacando seus aspectos tanto negativos quanto positivos, o geógrafo chegou a tecer uma ponderação politicamente menos ríspida quando comparada à que fez relativamente ao tratamento dado ao assunto nas gestões de Quadros e de Goulart. Nele, Valverde explica como, em função da maior facilidade de transportes, “*os fazendeiros se tornaram absenteístas, indo morar naquelas capitais de Corumbá*” (VALVERDE, 1972:117). Valendo-se das próprias constatações que fez em visita às fazendas do município de Corumbá, ele salienta a predominância de proprietários na verdade citadinos, residentes na sede municipal ou, quando muito abastados, no Rio de Janeiro ou em São Paulo (VALVERDE, 1972:122), não sendo raro encontrar entre eles pessoas que detinham nível de educação superior. A seu ver, tal fato se explicaria em virtude de que “*a velha ascendência de Cuiabá como centro educacional desapareceu completamente do município de Corumbá, depois que a estrada de ferro e as linhas aéreas deram fácil acesso às metrópoles do Sudeste*” (VALVERDE, 1972:122)²¹. Após essas considerações, argumenta no sentido de demonstrar como o absenteísmo, nesse caso, em vez de ser totalmente nefasto, também continha uma função apaziguadora do “atraso” das regiões onde ocorria, pois abria caminho para a assimilação de “impulsos renovadores” e de um “tipo humano modernizado” no Pantanal. Embora longo, vale dispor a passagem em que trata do assunto em questão para deixar transparecer o raciocínio adotado pelo geógrafo:

“Lamentam alguns o absenteísmo do fazendeiro, responsabilizando-o pela baixa rentabilidade do criatório, entregue a administradores que, embora interessados, têm baixo nível de conhecimentos, os quais são ditados pela prática, eivada de espírito de rotina.

O fazendeiro não quer geralmente residir em sua propriedade rural, em decorrência do próprio sistema de pastoreio extensivo. Requerendo este mão-de-obra muito escassa, visto que o gado é criado à lei da natureza, daí resulta uma densidade demográfica muito baixa. Torna-se, assim, inviável a organização de uma rede escolar adequada. Permanecendo então o fazendeiro agarrado à sua fazenda, só terá uma alternativa,

relativamente ao problema da educação dos filhos: ou se separa deles, internando-os em colégios nas cidades ou hospedando-os em casa de parentes, quando possível, ou os deixa sem educar, hipótese que, em geral, recusam admitir.

Ele mesmo, o fazendeiro, permanecendo isolado no meio rural, se embrutece na rotina.

É forçoso, porém, reconhecer que o absenteísmo tem um lado positivo: da cidade vêm os impulsos renovadores e o acesso ao crédito bancário. Lá os jovens adquirem educação até o nível superior, se quiserem, e da melhor qualidade. Se um dos filhos ou uma das filhas, por influência do matrimônio resolver retornar à fazenda, pode não ter prática suficiente, mas por certo, traz espírito inovador. Com ele está quebrado o individualismo, causa fundamental do espírito rotineiro, do atraso.

O fazendeiro hodierno do Pantanal é um tipo humano modernizado, que tem geralmente curso superior ou secundário, assim como os seus filhos adultos. Reside no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em Corumbá. Esta classe social teve clarividência bastante para compreender, nas décadas de 1920 a 1940, que era economicamente vantajoso trocar o gado pantaneiro pelo zebu (mesmo contrariando a propaganda oficial) e abandonar o mercado regional das charqueadas pela venda do gado vivo, na porta da fazenda, aos frigoríficos de São Paulo” (VALVERDE, 1972:125).

Quando remetido ao sentido geral dos ataques ao absenteísmo do início da década de 1960, o trecho acima guarda uma modulação discursiva distinta em termos do conteúdo ideológico afirmado naquela época. Percebe-se que o geógrafo não consentiu em demasia com os efeitos nocivos desse estado de coisas justamente por considerar, em franca concordância com o que já havia afirmado ao lado de Waibel, na década de 1940, a importância do rompimento do isolamento cultural das classes agrárias brasileiras a fim de adquirirem maior capacidade de inovação nas atividades agrícolas. O “espírito inovador” que, conforme atestado pelo autor, seria responsável pela “quebra” do individualismo e, por conseguinte, do “espírito rotineiro” e do “atraso”, também dependia, a seu ver, desse outro lado favorável do absenteísmo que, aliás, não era reconhecido nas críticas a ele dirigidas pelos discursos de tonalidade reformista no período 1961-1964. Ainda que se tome o trecho em questão como deslocado em relação ao tempo dessas vocalizações – trata-se de estudo publicado somente em 1972 –, de qualquer forma é nele que encontramos um posicionamento veemente do autor em face da referida questão e, embora com alguma margem de erro interpretativa em função disso, é nele que nos apoiamos para desfechar este parecer.

Uma vez feitas essas considerações tanto sobre o tema do absenteísmo quanto sobre os demais que foram objeto deste e dos dois últimos capítulos, cabe esclarecer que muitos deles também podem ter um esclarecimento mais adequado em relação ao dado por Orlando Valverde, na medida em que foram contemplados por outros intelectuais no mesmo período, não necessariamente pertencentes ao campo disciplinar da Geografia. Somente a título de exemplo, o economista Ignácio Rangel dedicou atenção ao tema dos intermediários, em seu livro *A questão agrária brasileira* (1962), quando esboçou um programa de ação cuja ambição era obter o mais amplo consenso social em torno dos destinos do campo brasileiro. Isto é, na mesma época em que a questão dos intermediários aflorou robusta tanto nos discursos de Jânio Quadros quanto nas iniciativas políticas de João Goulart com reflexos notórios nos textos valverdianos, Rangel discorreu igualmente sobre o que chamava de “oligopólio dos intermediários” (veja Apêndice VI), indicando a necessidade de o combater como uma das medidas salutaras para se alcançar o fortalecimento da posição do pequeno, médio e grande agricultor. Do mesmo modo, Caio Prado Júnior, em seus escritos, nos quais se refere às obras beneficiadas por obras públicas, citou como passíveis de desapropriação as propriedades localizadas nas zonas canavieiras do Nordeste e as propriedades e lotamentos favorecidos pelos investimentos em irrigação, açudagem, entre outros.

Sendo assim, visando complementar o percurso de análise até aqui percorrido, no qual se buscou cotejar o sentido do texto valverdiano com seus respectivos contextos de aparição, bem como encerrar o movimento de análise encetado nos capítulos precedentes desta terceira parte de nosso trabalho, cabe-nos doravante considerar o discurso geográfico do autor em face das possíveis aproximações e distanciamentos que sofreu em relação às formulações de alguns intelectuais não-geógrafos do período a respeito da agricultura brasileira e de seu lugar no processo mais amplo de industrialização do país.

Capítulo 13

ONDE IMPERA O AURIVERDE PENDÃO UM DOS NOSSOS É CERTO ESTAR PRESENTE?

13.1. Os traços “feudais” do “atraso” e a distribuição da renda e da propriedade

Quando analisa a estrutura econômica e social do município de Pompéu, ao discorrer sobre sua população rural “*rarefeita, instável, pobre e ignorante*”, VALVERDE (1955a:28-29) afirma que “*a grande maioria*” estava “*num nível da escala social*” semelhante “*ao do servo da gleba, da Idade Média*”. O revestimento das considerações do geógrafo com traços feudalizantes também foi aplicado em outro trabalho publicado no mesmo ano, no qual caracteriza as relações entre moradores, parceiros e proprietários das terras do leste da Paraíba (VALVERDE, 1955b:57). Nesse estudo, após discorrer sobre o índice de melanização da população pobre (VALVERDE, 1955b:55), o geógrafo dedicou-se a explicar os fatos relativos às relações de trabalho nas “*fazendas pré-capitalistas*” nas quais a maior parte da população não era de proprietários mas, sim, de moradores e arrendatários. No caso dos moradores, salientou que davam três dias de trabalho ao dono da fazenda:

“[...] pelos quais recebem a importância de Cr\$ 24,00. É interessante notar que os fazendeiros não alegam pagar Cr\$ 8,00 por dia, como seria matematicamente certo; declaram, sim, que dos 3 dias de serviço pagam apenas dois, a Cr\$ 12,00 cada um. Esta é uma forma disfarçada de corvêia, bem característica das fazendas pré-capitalistas do Brasil tropical” (VALVERDE, 1955b:55).

E sobre os arrendatários, comentou como pagavam ao proprietário:

“[...] entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 1 000,00 ao ano, cada 50 braças em quadro (mil covas). Para agravar tudo, as terras são pobres. A situação dos agricultores é má, e tem havido muitos malogros. Daí ser geral o desânimo. [...] Há uma exploração voraz à gente pobre da região: antigamente um fazendeiro permitia que seus empregados apanhassem caibros e palha nas suas matas para construir um barracão, sem nada cobrar. Hoje em dia, tudo é vendido. As próprias folhas de palmeira para a cobertura das casas são

compradas, saindo aos empregados a quase Cr\$ 1,00 cada uma, na hora de colocar, depois de tudo pago” (VALVERDE, 1955b:55).

Com base nesses trechos, vale dizer que, no decorrer dos anos 1950 e início dos 1960, os escritos de Orlando Valverde apresentaram uma atenção crescente às categorias ou classes agrárias “desfavorecidas”. Na verdade, baseando-se em várias passagens de seus artigos, não há como negar o comprometimento do autor em retratá-las com detalhes. Com efeito, constata-se a atenção por ele dedicada a isso quando, no trabalho “Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte”, traz a lume a situação de grilagem de terras e de foragem no Maranhão (VALVERDE, 1957b:17). O mesmo pode ser dito no que tange a seu empenho discursivo para ressaltar as condições de vida dos pequenos sítiantes cearenses (VALVERDE, 1952b:43, 54) e daqueles do Rio Grande do Norte com “*nível de vida baixíssimo*” e por ele comparados aos “*servos da gleba*” (VALVERDE, 1953a:41-42)¹.

Em ocasião posterior a esse último escrito, isto é, no artigo “Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema (relatório preliminar)”, o geógrafo baliza seus argumentos de acordo com o feixe ao mesmo tempo interpretativo e valorativo dos “restos feudais”, quando, por exemplo, se refere à coexistência do sistema de “corvéia” com o do salariado (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:15). Ainda nesse trabalho, ao estudar a região de transição de Aurora e Latino – na qual, em virtude da mistura de propriedades de dimensões variadas constatou maior densidade populacional e diversidade produtiva –, avalia a prevalência do “*sistema semifeudal do morador*” nos seguintes termos:

“Aqui se interpenetram pequenas propriedades, até 3-4 alqueires, com propriedades médias, de 6 a 8, misturadas com grandes, até 10 alqueires. Em outras partes do Brasil, todas elas seriam consideradas pequenas. Do ponto de vista sócio-econômico, entretanto, mesmo as de 6-8 alqueires (30-40 hectares) devem ser consideradas médias, porque não são do tipo ‘homestead’, isto é, empregando somente mão-de-obra familiar; muito pelo contrário, usam ainda o sistema semifeudal do morador, com um dia de trabalho gratuito por semana para o dono da terra” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:14).

Nesse escrito, no qual, ao que parece, ao lado do aspecto ora frisado, Valverde passou a empregar com mais vigor linguajar e noções próprias da economia, ele ainda se dedicou a explanar sobre a “*estrutura de latifúndios agropecuários semifeudais*”

(VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:7), debruçando-se sobre a questão ao lado de suas considerações a respeito do intenso êxodo rural e de alguns casos de “*penetração do capitalismo*” no campo, em empreendimentos de maior “*capital constante*” e com a presença de métodos de trabalho tayloristas (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:7-9). Apesar da diversidade de temas angariados pelo geógrafo, o que realmente chama atenção é a ênfase dedicada à situação dos moradores² caracterizando seus traços feudais, a qual, salvo engano, aparece nesse estudo como em nenhum outro de sua lavra³.

Nesse registro de abordagem, ao tratar sobre a “*lavoura branca*”, isto é, a de culturas alimentares realizadas em roçados, em sua maior parte com o uso da enxada e dedicada ao cultivo da mandioca para ser transformada posteriormente em farinha com o emprego de máquinas, Valverde salientou os “*métodos de trabalho muito primitivos*”. Atingiu a situação dos moradores ao apontar o baixo preço do aluguel/hora do arado e do trator aos “*lavradores*” do município de Araruama pela Associação Rural, demonstrando como, na prática, essa vantagem restringia-se aos fazendeiros, “*porque os moradores, que quase nada possuem, não podem dar-se ao luxo de alugar arado, m̀ormente para cultivar produtos destinados quase totalmente à subsistênci*a” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:6-7). Não obstante ter o autor mostrado essa preocupação social, vale dizer que ela não se firmou com o abandono de seus tradicionais procedimentos de pesquisa, como, por exemplo, o enfoque reiterado em seus escritos sobre os tipos de cultivo existentes nas áreas estudadas e sobre os sistemas agrícolas nelas empregados, tendo-os até reafirmado, recorrendo constantemente ao caráter cumulativo de seus conhecimentos, ou seja, comparando o que encontrava em situações novas de análise com o já reconhecido ou radiografado em outras anteriores. Além disso, se, por um lado, conforme apontado, o autor começou a empregar traços feudalizantes para avaliar tanto a situação sócio-econômica dos “*lavradores de condiçã*o”⁴ quanto os sistemas de cultivo, por outro lado a mobilização desse prisma valorativo também ocorreu coetânea ao oferecimento de sugestões para a instalação de “*serviços de assistência aos trabalhadores rurais*”, na verdade outra marca quase perene em seus trabalhos da década de 1950 e início da de 1960. Para esse fim e não somente no estudo sobre Araruama e Saquarema, acatando as orientações básicas da CNER, o geógrafo desaconselhava a realização desses serviços para os casos onde prevalecia uma população rural “*rarefeita*” e “*miserável*”, com grandes propriedades e

nas quais as “*relações de produção*” fossem “*atrasadas e o êxodo dos campos acentuado*” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1960:10).

Ao que tudo indica, foi com a descrição e caracterização nesses moldes do “atraso” das relações de produção que Valverde ingressou nas questões candentes da passagem dos anos 1950 para os 1960, ou seja, naquelas mais diretamente sociais, como distribuição de renda e da propriedade. Um ano após a publicação do trabalho sobre Araruama e Saquarema, o geógrafo voltaria ao tema em artigo vindo à estampa na *Revista Brasileira de Geografia*, intitulado “A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica” (VALVERDE, 1961). Quanto ao assunto, nele registra quais aspectos e como deveriam ser estudados pela Geografia Agrária. Desse modo, esclarece suas preocupações relativas à rentabilidade das atividades econômicas na agricultura, apontando a necessidade de as estudar “*não só em relação ao proprietário dos meios de produção, mas relativamente a cada grupo profissional empenhado nessa produção, a fim de se poder discernir a participação de cada classe social na distribuição da riqueza*”, ressaltando o caráter fundamental desse fator “*para se compreender a estratificação social numa região qualquer*” (VALVERDE, 1961:172). Nessa passagem de sua obra, dedicada a formalizar o que já vinha exercendo como método em seus trabalhos anteriores, o geógrafo ainda referendou a importância por ele tributada à Economia Política, ressaltando sua pertinência para os estudos agrários, pontificando-a, decerto, de modo um tanto inusitado e inédito comparativamente à tonalidade dada a ela não só em seus escritos anteriores como também em outros congêneres no mesmo período. A respeito do assunto, ele o exprimiu do seguinte modo:

“Assim como o geomorfólogo invade os domínios da geologia para explicar as formas do relevo, também ao agrogeógrafo deve ser permitido ir buscar na economia política as leis que vão explicar os traços da atividade agrícola numa determinada área da superfície da Terra.

A economia política é teórica. O geógrafo, melhor do que ninguém, poderá verificar a aplicação de suas leis na atividade econômica das diversas regiões. Ele deve procurar caracterizar bem, para uma certa área, as ‘formas de economia’, as ‘relações de produção’ e os ‘modos de produção’. São, por exemplo, as relações de produção que nos vão dar a chave para explicar a clivagem social que se estabeleceu numa certa região” (VALVERDE, 1961:172).

Se nesse texto o geógrafo se ocupa em explanar seu entendimento a respeito dos focos de interesse de sua área de pesquisa, noutro, surgido no mesmo ano, ele demonstra a aplicação dos pressupostos defendidos em associação com o caráter indutivo de seu método. Assim, no artigo “Geografia agrária do Baixo Açu”, exerce os princípios acima alegados para o caso dos trabalhadores envolvidos na colheita do algodão da área excursionada, salientando seus ganhos parcos *“não só em relação ao proprietário dos meios de produção, mas relativamente a cada grupo profissional empenhado nessa produção”*, concluindo que, *“de qualquer forma, o cálculo é feito de maneira que o trabalhador sempre receba pouco”* (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1961:20).

Embora essa orientação discursiva e metodológica tenha sido atestada com nitidez no trecho ora comentado, cabe precisar, contudo, que ela nem sempre esteve acompanhada de valorações críticas da parte do autor conforme a especificidade dos casos analisados. Vale pontuar essa observação para dirimir a impressão de um suposto engajamento acentuado do geógrafo nessas questões ou, ainda, o equívoco de se considerar que ele tenha aplicado os princípios da Economia Política com profundidade. Ao contrário, mantendo-se fiel ao caráter descritivo de sua disciplina, ele decerto representou quase que uma “voz isolada” no seio dos estudos de Geografia Agrária do período ao introduzir preocupações sociais em seus trabalhos, mas, por outro lado e com o mesmo peso, quando tratou de fazê-lo, mais comumente se manteve numa posição de neutralidade diante de alguns casos, limitando-se meramente à constatação das situações. A nosso ver, isso fica claro quando, no mesmo estudo, ele tece considerações sobre as condições de contrato dos “vaqueiros”, descrevendo-as sem as valorar⁵. É o que fica demonstrado no seguinte trecho:

“Antigamente havia ‘vaqueiros’, caracterizados por perceber a ‘quarta’, isto é, ¼ dos bezerros criados na fazenda. Ficavam também com todo o leite que não fôsse necessário ao consumo da família do fazendeiro, como ainda tinham direito a fazer cultivos para o uso exclusivo de si e sua família. Como o rebanho da fazenda Itu monta a 1.500 cabeças, ela dispõe de três ‘vaqueiros’ e três auxiliares. Excluindo-se a ‘quarta’, tôdas as demais condições de contrato dos ‘vaqueiros’ foram mantidas. A terra para cultivar, que cada um recebe, tem, no máximo, 2 hectares, mais um pedaço de vazante. Além do ordenado de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 2.200,00 por mês, recebe o ‘vaqueiro’ um

gibão, roupa de trabalho e aviamentos” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1961:25).

Apesar do avanço representado pelo aparecimento dessa modalidade discursiva nos escritos de Valverde, como consubstanciada no trecho acima, no entanto não podemos deixar de perceber, em seus congêneres, o resguardo – ou talvez fosse melhor dizer, disciplina – do autor diante de outros debatedores dos problemas agrários no mesmo período⁶. Decerto significativamente, Valverde se debruçou sobre a situação contratual desfavorável para os trabalhadores rurais, acompanhando nisso uma vocalização prestigiada do período histórico conturbado, no qual, ao menos decisivamente, voltou-se para tais temas e formas de abordagem. Contudo, tanto nesta quanto em outras ocasiões de sua obra⁷, apegado às “formas” e aos “traços” a serem caracterizados, parece ter ficado aquém de uma postura reivindicatória mais veemente de transformação das estruturas sociais, pois não rompeu com a mera constatação e descrição, evitando politizar ou ao menos deixar transparecer sua “paixão” diante dos problemas relatados.

Afora esses aspectos, cabe esclarecer que a atenção dispensada pelo autor às condições de vida e de trabalho já constituía elemento antigo de seus estudos anteriores, não tendo sido esse, portanto, um viés de abordagem inovador arremessado para o interior de seus escritos da primeira metade dos anos 1960. Na verdade, há margem suficiente para visualizar estes últimos como sendo portadores de antigas questões já prenunciadas na obra do geógrafo e sem uma mudança substancial quanto à forma de tratamento de temas mais polêmicos ou que estavam na ordem do dia. Em 1957, por exemplo, na obra *Planalto Meridional do Brasil*, Valverde já havia deixado claro que, em sua visão acerca da realidade agrária brasileira, “*o norte do Paraná constituiu-se o mais forte reduto de uma democracia rural do Brasil*” (VALVERDE, 1957c:182). A importância de se destacar essa passagem de sua obra consiste em que nela se torna possível entrever fortes semelhanças entre seus patamares avaliativos adotados na segunda metade da década de 1950 – que, conforme visto nos capítulos precedentes, guardaram relações expressivas com o entendimento varguista a respeito da questão agrária – e aqueles presentes em seus escritos do início dos anos 1960. Nesse sentido, a própria arguição ou atenção do autor sobre as formas de contrato e de relações de trabalho já havia sido assunto contemplado naquele escrito quando, baseando-se em informe verbal de um de seus entrevistados, descreveu a situação encontrada no Norte

do Paraná. Após revelar a existência de três tipos de contrato de trabalho para o caso citado, o autor conclui:

“[...] pode-se afirmar que a sociedade rural do Norte do Paraná é mais democrática do que a do planalto paulista em geral, embora esteja baseada no mesmo produto agrícola: o café. O regime de propriedade predominante no primeiro gera contratos e relações de trabalho entre os proprietários da terra e os trabalhadores rurais em que quase não há superioridade econômica entre uns e outros. A riqueza está mais bem distribuída e a classe mais pobre tem oportunidade de ascender econômica e socialmente. Esse é um fenômeno raro no Brasil. O Norte do Paraná é, por isso, a terra da esperança” (VALVERDE, 1957c:188).

Quando se coteja o trecho acima transcrito e seu contexto com outros de mesmo teor publicados na primeira quadra dos anos 1960⁸, depreende-se como o autor advogava cautela com relação a uma radicalização discursiva ou à incorporação de terminologia polêmica no trato das questões sociais. Isso fica claro quando, no artigo “Geografia agrária do Baixo Açu”, ele discorre sobre os meeiros⁹ e a diferenciação social nos carnaubais. Após identificar e relacionar os tipos de empregados na produção de cera de carnaúba e discriminar a relação de despesas do carnaubal grande e do “pequeno produtor” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1961:16-18), ele disserta longamente sobre a diferenciação econômica entre proprietários e trabalhadores da seguinte forma:

“Vê-se, pelo exposto acima, que os carnaubais têm uma rentabilidade apenas superada pelos cafêzais das zonas novas de terras rôxas, no planalto paulista e no norte do Paraná, porém aí, o emprego de capital, é muito mais elevado, os tratos culturais e as respectivas despesas incomparavelmente maiores, e a cultura ainda está sujeita aos azares das geadas e de flutuações de preços excessivamente violentas; mas por outro lado, os salários dos trabalhadores dos carnaubais são iguais ou pouco inferiores ao de uma cozinheira no Rio ou em São Paulo; esta entretanto, não tem geralmente encargos de família tão pesados e desfruta uma vida social muito mais intensa.

O sustento das vastas proles dos empregados de carnaubais não é muito facilitado pelas lavouras de subsistência, porque destas eles são obrigados a dar a terça. Fora do período da coleta da cêra, eles voltam à triste condição de meeiros.

Seria lógico esperar que, devido à forte diferenciação econômica, a clivagem social fôsse muito acentuada, algo de semelhante à sociedade do açúcar. Nada disso. A maioria dos proprietários traja de maneira semelhante aos empregados, trata-os quase de igual para igual, habita casas um pouco melhores, mas com hábitos de higiene e níveis de educação ainda muito baixos. Poucos são os que possuem automóvel ou caminhão, geladeira a querosene, e até mesmo rádio. Tais circunstâncias resultam, pois, de condições puramente sociais, e não de condições econômicas” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1961:18).

E, prosseguindo, complementa:

“A camada intermediária da estrutura social é representada pelos proprietários médios, pelos arrendatários, donos de caminhão e marchantes.

Já foi mencionado acima que, sob certos aspectos, torna-se difícil diferenciá-los da classe pobre, como no vestuário, por exemplo; mas, relativamente à alimentação e à habitação, há diversidades substanciais. Suas casas são de paredes revestidas, cobertas de telha e sensivelmente maiores que as dos pobres” (VALVERDE & COELHO MESQUITA, 1961:29).

Nota-se, nos dois trechos acima, o apego do autor às habitações como evidência concreta para se auferir o tipo de estrutura social na área pesquisada, incidindo, por assim dizer e como já apontado no capítulo 11, num critério bastante valorizado por ele em estudos da década de 1950. Ademais, passando da rentabilidade dos carnaubais para a situação salarial e de subsistência dos trabalhadores e para a relação destes com os proprietários e com a “camada intermediária da estrutura social”, percebe-se o que afirmamos há pouco. Assim, a nosso ver, em que pese a ênfase dada pelo geógrafo à importância dos princípios da Economia Política para os estudos geográficos agrários, quando se entra nos limites de sua exposição não é possível esperar que tenha sido realmente apurada nessa linha ou que tenha extraído desta algo além de uma descrição pormenorizada dos casos¹⁰.

Na verdade, sem negar suas preocupações de cunho social, vale ao menos registrar e chamar a atenção para o fato de que o geógrafo muitas vezes a resguardou de posicionamentos políticos claros diante da profusão ideológica que cercou a produção de seus textos. Ele se reservou em larga medida a alertar o poder público ou os órgãos estatais competentes para problemas do tipo, mas sem dar-lhes uma orientação

ideológica controversa nos limites políticos de sua época. Valverde, ao contrário, esteve preocupado, assim como outros debatedores, com a consolidação do capitalismo no campo, sem nada indicar, entretanto, a respeito de um horizonte vindouro socialista que pudesse advir da concretização dessa meta, nisso contrastando de certos intelectuais do período¹¹. Essa postura é patente no artigo “O uso da terra no Leste da Paraíba”, quando, por exemplo, após discorrer sobre as características do sistema capitalista (VALVERDE, 1955b:54), afirma ser “*evidente, por aí, que uma vez atingido o estágio capitalista, o produtor, mesmo desprovido dos meios de produção, pode ter suas condições melhoradas*” (VALVERDE, 1955b:70). Isto é, em que pese a ênfase dada pelo autor à situação social dos “*lavradores paraibanos*”, nessa como em outras passagens de sua obra em geral, ele não revestiu esse flanco de abordagem com pretensões outras que não liberais e ancoradas numa crença fervorosa em ver esses problemas resolvidos pela atuação do Estado, que era devedor da concretização dos ideais instaurados com a Revolução de 1930.

13.2. O “anticampesinismo” caiopradiano e valverdiano

Tomando-se como sola os elementos reunidos, cabe destacar que, enquanto Caio Prado Júnior dirigiu interpelações diretas tanto sobre o agrarismo camponês das Ligas Camponesas quanto a respeito do “sindical” do PCB (veja Apêndices IV e VI), Orlando Valverde, ao contrário, nunca mencionou, na totalidade de seus trabalhos do período 1951-1964, as propostas que então eram defendidas por essas organizações. Certamente, essa constatação não é novidade nem deve causar surpresa, levando-se em consideração que o historiador movia-se na estruturação de um pensamento político dirigido a estimular o debate público, enquanto o geógrafo, por sua vez, nunca demonstrou esse mesmo propósito, tendo se conservado mais afeito a um discurso técnico-científico dirigido fundamentalmente para o reconhecimento do território e para o aconselhamento do Estado. Em outras palavras, ao que tudo indica, isso ocorreu em virtude da atadura de seu discurso com os pressupostos da Geografia “clássica” e de sua inserção institucional, aspectos já tratados neste trabalho.

A ausência de menções explícitas na obra do geógrafo a respeito dos movimentos sociais não significa, todavia, que não possamos extrair dela os aspectos que

efetivamente o distanciaram dessas tendências. Queremos crer que Orlando Valverde, consciente e inserido nas polêmicas agrárias de seu tempo, acabou por se posicionar mesmo que indiretamente em relação aos movimentos sociais e forças político-partidárias então atuantes. Tudo indica que essa atitude valorativa – cuja evidência torna-se inconteste mais por uma negativa do que por um posicionamento ofensivo de sua parte – veio a ser solidificada no labor do geógrafo em virtude do método geográfico por ele adotado e de seu já aqui reconhecido senso de “responsabilidade” para com seu campo profissional e institucional. Tudo leva a crer que o geógrafo ibegeano, poupando-se de mencionar em seus textos aqueles interlocutores literalmente ou sob a denominação genérica “as esquerdas” – como, aliás, o fazia Caio Prado Júnior –, buscou conservar seu discurso livre dessas tensões, acreditando poder mantê-lo numa suposta neutralidade científica capaz de legitimar seus estudos ante a comunidade científica e institucional da qual participava, enquanto o historiador paulista, como é largamente conhecido, deliberadamente ingressara no debate político por intermédio da *Revista Brasiliense*, voltando-se para a formação da “opinião pública” de seu tempo.

Caio Prado Júnior, em sentido inverso ao de Orlando Valverde, ao pautar sua prática intelectual em torno da formação da “opinião pública”, liberou-se dos constrangimentos aos quais então estavam atadas as atividades laborativas de Orlando Valverde. No decurso dos anos 1950 e 1960, as diferenças de perspectiva entre o historiador paulista e o geógrafo carioca fundou-se justamente no fato de que este último elaborou seus estudos inserido numa instituição governamental deveras dedicada a alimentar outros órgãos estatais com informações sobre o território, tarefa sobre a qual ainda recaía a de fornecer suporte técnico-científico para as políticas levadas a cabo pelo Estado. Com efeito, conforme esperamos ter demonstrado nos capítulos 10, 11 e 12, as especificidades do autor e de suas considerações a respeito da questão agrária no transcurso do período 1951-1964 emergiram tanto da natureza dos métodos de pesquisa e dos referenciais teóricos por ele adotados quanto dos aspectos político-ideológicos subjacentes à sua forma de inserção no contato com o campo brasileiro, fincados, sobretudo, no ideário da CNPA e da CNER, cujo lastro filiativo em seus trabalhos parece ter transcendido a primeira metade da década de 1950. Desse modo, nesta altura do presente estudo não nos furtaríamos de afirmar que, visto como um todo, o discurso ou diagnóstico que Orlando Valverde estruturou acerca dos problemas da agricultura esteve atrelado ora ao viés planejador do IBGE e aos desígnios assumidos pela

instituição conforme as oscilações do quadro político-institucional do país no período, ora às ações do segundo governo Vargas (1951-1954) e às da gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961) expressas, respectivamente, nas propostas do reformismo agrário da CNPA e nas iniciativas de instalação de Missões Rurais, como parte da CNER (1952), e, posteriormente, embora com menos ímpeto, na Campanha de Erradicação do Analfabetismo (1957).

Em outras palavras e procurando objetivar essa síntese parcial, enquanto Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, elaboraram suas interpretações sobre o campo brasileiro a partir das relações que mantinham, respectivamente, com o PCB e o Iseb (veja Apêndice VI), e Caio Prado Júnior, por sua vez, o fez alocado na solidão de seu trabalho intelectual *vis-à-vis* dos trâmites teóricos que vigoravam no interior do “partidão”, aos quais se contrapunha em virtude de uma compreensão e aplicação diferenciados do materialismo histórico para a realidade brasileira, o contributo de Orlando Valverde ao debate sobre o campo e agricultura na passagem dos anos 1950 para os 1960 trouxe a marca tanto de sua participação numa instituição do “aparelho de Estado” quanto dos fundamentos que nortearam as políticas governamentais. Se é verdade que, durante os anos JK, poucas foram as iniciativas voltadas para as questões agrícolas e sobretudo agrárias, não menos verdade é que, no entroncamento das desventuras institucionais vividas por Valverde nesses idos¹², seu discurso geográfico parece ter mantido alumiada a chama da “ofensiva estatista” de Vargas para o campo brasileiro arremessada à cena política entre 1951 e 1954, fazendo-a chamuscar até (não seria exagero dizer) 1964.

O essencial a ser extraído dessas considerações é que, malgrado as diferenças substanciais das trajetórias de vida e intelectuais entre o geógrafo ibegeano, o historiador paulista e outros participantes do acalorado debate agrário, não seria equivocado afirmar que principalmente os dois primeiros demonstraram certo desconforto ante a reforma agrária radical então preconizada pelas Ligas Camponesas, que almejavam fundamentalmente a criação de uma economia camponesa, orientação esta que, aliás, não estava consubstanciada nem nos programas do PCB nem nas formulações teóricas da intelectualidade empenhada em interpretar o campo brasileiro. Com isso queremos dizer que o “anticampesinismo” de Caio Prado Júnior se situava na contracorrente do discurso comunista e de Francisco Julião, bem como daquele de

outros setores da esquerda, entre os quais constavam os autores nacional-desenvolvimentistas e cepalinos. Em relação às Ligas Camponesas, embora não criticasse seu agrarismo, o historiador aludia o risco de elas estarem reproduzindo o estilo de “agitação estéril” da velha política brasileira. O que se depreende é que o agrarismo do autor foi definido a partir de sua arguição historiográfica contrária à tese feudalista e calcado na crítica à práxis centrada no tema da terra, apontando a negligência ante a luta em prol da legislação trabalhista no campo como erro tanto dos movimentos sociais quanto do PCB, de acordo com os limites políticos daquele período. Ademais, o que singularizou o pensamento de Caio Prado Júnior foi a defesa de que a prioridade concedida pelo PCB e pelos autores dele partidários ao fracionamento do latifúndio não guardava correspondência estratégica na “dialética econômica” do mundo rural brasileiro.

Já no caso de Orlando Valverde, a ausência do termo “camponês” em seus escritos é capaz de revelar mais do que o caráter aleatório do uso da linguagem num momento da história do país para o qual convergiram densas lutas reivindicatórias, denunciando, como é muito provável supor, uma opção ideológica quando se arrolam outros elementos de sua obra, os quais um primeiro pode ser identificado na tensão metodológica da qual é portadora e na qual se moveu, já analisada por OLIVEIRA (1978). Apesar de seu “anticampesinismo” o aproximar dos demais participantes do debate sobre a questão agrária, Valverde se afastou destes porque a razão desse posicionamento político de seu discurso – malgrado suas intenções de neutralidade – estava na utilização de conceitos marxistas de forma secundária e encontrava-se em conflito com a linhagem historicista de seu método, apesar ainda dos limites e peculiaridades do labor geográfico pautado na descrição que quase tudo se propunha abarcar de posse do enfoque regional e suas relações com a visão preconizada por Vargas sobre o campo brasileiro.

Em síntese, se Caio Prado Júnior traduziu sua rejeição à existência de um “campesinato” no país remontando às razões de ordem histórica por ele assumidas, revelando no cômputo geral de seus escritos as razões teóricas e políticas da preferência pela denominação de “trabalhadores rurais”, Valverde, por sua vez, não explicitou o largo emprego do termo “lavradores” em seus escritos entre 1951 e 1964, deixando

margem, assim, para que ele fosse vinculado com o que era manifestado e divulgado nas mensagens presidenciais de Vargas.

Claro está que as influências ideológicas sofridas pelo geógrafo procederam das campanhas governamentais e da Geografia praticada no IBGE, duas portas de entrada através das quais ele estruturou um entendimento próprio da realidade agrária brasileira. Ainda que se possa divergir dessa afirmação, argumentando-se que o geógrafo, relativamente a outros autores pertencentes ao mesmo ramo disciplinar, esteve na dianteira de uma “politização” da Geografia ou a dotou de um sentido questionador – o que, de fato, parece aceitável –, há que se reconhecer que seu discurso em muito permaneceu acanhado quanto ao assunto, ainda mais quando se considera o teor das mobilizações sociais que acompanharam a estruturação de sua obra entre 1951 e 1964 (reveja Apêndice IV). De outra parte, se os três campos (institucional, político e disciplinar) da inserção valverdiana na questão agrária do período são capazes de revelar as influências ideológicas exercidas sobre o autor e os limites metodológicos aos quais se enquadrou sua obra, eles também auxiliam a compreender o peso dessa peculiar combinação quando se constata a escassez de menções aos trabalhos do autor em obras de outros profissionais para além da comunidade de geógrafos. Se é verdade que Valverde não os cita em seus escritos, sua produção também não veio a se constituir numa fonte valorizada nos trabalhos desses autores.

Apenas a título de contraponto, estendendo a questão à obra de outros geógrafos, vale lembrar o caso da obra de Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste* (1963). Ao contrário dos trabalhos publicados por Valverde, a desse geógrafo pernambucano veio a ser citada largamente por estudiosos brasileiros de várias áreas após sua primeira publicação, talvez por ter rompido, conforme afirma BRAY (1987:10), a “neutralidade” tão acalentada por outros que o haviam precedido ou, quando lhe eram coetâneos, sorviam sua “flama varonil” naqueles “órgãos” ou braços do Estado que eram como “quartéis”. Como é de largo conhecimento, embora tenha sido elaborada com uma estrutura não negligente quanto à abordagem regional, a obra citada mereceu o prefácio de Caio Prado Júnior, talvez por haver condensado em uma de suas partes – ao contrário dos escritos valverdianos – rica abordagem sobre os movimentos sociais agrários do período, não descurando ou evitando o emprego da terminologia à qual nos referimos. Em cotejo, talvez possa ser dito que esse intercâmbio

entre o geógrafo pernambucano e o historiador paulista subsistiu em função de o segundo ter notado o rompimento do primeiro com certas amarras da Geografia até então praticada e que, inversamente, no mesmo período, tenha se negado a publicar a obra *Geografia Agrária do Brasil* (1964) do geógrafo ibegeano em virtude de nela não haver encontrado, a despeito de seu didatismo e reconhecido rigor científico, a “politização” necessária ou ao menos por ele desejada naquele momento ideologicamente conturbado do país.

Pelo que foi exposto até aqui, pode-se afirmar que a obra de Orlando Valverde, tomada em conjunto ao menos até 1964, não refletiu as lutas sociais no campo, mantendo-se distante, portanto, da abordagem conferida ao assunto pelo geógrafo pernambucano na parte intitulada “Tentativa de solução do problema agrário” dessa sua obra vinda à estampa em 1963. Conforme referenda com justeza RIQUE DA SILVA (2004:79), nela Manuel Correia de Andrade demonstrou,

“sem dizer, que a partir da questão central da renda fundiária, isto é, da negação do pagamento do foro, na qual os foreiros saíram vitoriosos com a expropriação das terras do engenho Galiléia em Pernambuco para eles, desencadeou-se uma luta entre trabalhadores, pequenos produtores com ou sem terra e grandes proprietários, que tomou um vulto político inédito na história agrária brasileira – a formação das Ligas Camponesas – a qual expandiu-se não só no Estado de Pernambuco e Paraíba, como por todo o Nordeste e penetrou em outras regiões do país.”

Nessa perspectiva, pela qual se nota ademais a preocupação do autor em descrever os fatos desde sua origem até seus desdobramentos finais, que desaguaram nos primeiros tempos da ditadura militar, percebe-se como o sentido de sua Geografia representou uma guinada ao mesmo tempo decisiva e bastante distinta em face das influências geográficas por ele recebida – aliás, compartilhadas por qualquer geógrafo de sua época. Esse sentido de ruptura ou relativização adveio justamente da leitura dos fatos sociais, ainda que com uma pitada de historicismo e de fenomenologia racionalista, quando o pernambucano estabelece as relações entre os fenômenos sociais para edificar um discurso geográfico engajado não somente cobrando ao Estado suas responsabilidades relativamente à organização agrária brasileira – como parece ter sido o caso de Orlando Valverde – como também, indo além do ibegeano, fazendo-o a partir das lutas no campo, sem desprestigiar os motivos e a lógica subjacente a seus embates.

Para arrematar essas considerações, vale dizer que, na vasta produção de Orlando Valverde, não se encontram referências abundantes sobre a obra do geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade, da qual o geógrafo ibegeano fez referência, num de seus trabalhos, apenas ao artigo “O Vale do Siriji (Um estudo de Geografia Regional)”, publicado no Recife em 1958. Essa referência encontra-se no estudo “O noroeste da Mata pernambucana (A região de Timbaúba)”, realizado entre 1958 e 1959 sob os auspícios do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura. Nele, Valverde acerrou-se da fonte em questão ora fazendo pequenos reparos de ordem terminológica quanto à denominação empregada para as massas de ar atuantes no Nordeste brasileiro¹³, ora referenciando as constatações registradas por Manuel Correia de Andrade a respeito dos deslizamentos de terra no Vale do Siriji que, ao contrário, não foram verificadas por ele na área na qual realizou seu estudo¹⁴. Com efeito, tendo em vista esse registro no estudo citado de Valverde e os demais aspectos antes sugeridos, não deixa de causar estranhamento o fato de que, recorrentemente nas conversas informais que mantivemos, ele tenha mencionado não raras vezes as fortes afinidades, não somente pessoais como também científicas, com o pernambucano no decorrer de sua trajetória (e, talvez, o tenha feito com maior ênfase a respeito do geógrafo paulista Aziz Nacib Ab’Sáber)¹⁵.

Cabe, em seguida, delimitar a abordagem conferida pelo geógrafo ibegeano ao problema do fracionamento do latifúndio, tomando-a como meio para lapidar um pouco melhor as características de sua produção até aqui assinaladas.

13.3. A *plantation* e o fracionamento do latifúndio

Embora destoando de Caio Prado Júnior e aproximando-se de outros autores do período situados fora do campo disciplinar da Geografia (Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Ignácio Rangel) – cujas contribuições são abordadas no Apêndice VI –, no que diz respeito à apropriação e à aceitação da idéia de traços feudalizantes na agricultura brasileira, Valverde também relativizou o problema do fracionamento do latifúndio. Em virtude das semelhanças do geógrafo ibegeano com Caio Prado Júnior no tratamento desse temário, surge um ponto de aproximação entre ambos que merece ser abordado. Associado à caracterização da evolução das pequenas

propriedades, esse tema somente pode ser explicado recorrendo-se às definições atribuídas por esses dois autores ao conceito de *latifúndio*. Façamos essa incursão para depois retomar o problema aventado.

Em 1962, Valverde citou Caio Prado Júnior, salientando e assumindo sua definição de *plantations*, a partir da qual, empreendeu a diferenciação entre latifúndio improdutivo e pouco produtivo, considerando-os como os verdadeiros “inimigos do Brasil”, adotando, por assim dizer, uma linguagem corrente naqueles idos de radicalização das lutas no campo. Complementando sua abordagem desqualificadora desses tipos de propriedade, o geógrafo tratou de as contrapor à *plantation*, unidade econômica agroindustrial que, em seu entender, não devia ser fracionada (VALVERDE, 1980a:63). Em 1964, na ocasião do Curso de Informações Geográficas destinado aos professores do ensino médio, após ressaltar que “*a inferioridade dos trópicos resulta muito menos de condições naturais que da falta de técnicas adequadas à sua valorização*” e que “[se montaram] *nas regiões tropicais estruturas econômicas de rapina e não de povoamento*” (VALVERDE, 1964b:47), o geógrafo fornece elementos mais detalhados para a caracterização da *plantation* quando afirma que ela era uma forma de economia, considerando-a um grande empreendimento ao mesmo tempo agrícola e industrial¹⁶.

Considerando os efeitos das *plantations* sobre as economias e o meio ambiente das regiões onde elas predominavam, concluindo que eram instáveis tanto no tempo quanto no espaço¹⁷, Valverde complementou sua caracterização a partir da distinção feita por Pierre George acerca de seus dois tipos e respectivas conseqüências. Em outras palavras, o geógrafo carioca se apropriou das definições do historiador paulista e do geógrafo francês para fazê-las convergir em sua caracterização da *plantation*. Consciente das amarras do subdesenvolvimento, preocupação então pronunciada na intelectualidade latino-americana nos fins do anos 1950 e início dos 1960, o autor julgou por bem chamar a atenção para as conseqüências dessa forma de exploração agrícola para os antigos territórios coloniais ou “semicoloniais” e, num arremate de raciocínio, distinguiu entre aquela tipificada como de “especulação espontânea” e como de “especulação autoritária”¹⁸.

Pela caracterização da *plantation* assumida por Valverde, é possível afirmar que ela constitui um dos pontos fundamentais que o aproximam da visão de Caio Prado

Júnior a respeito do mesmo assunto. Em primeiro lugar, porque essa caracterização gera a congruência entre os dois autores no que concerne à relativização do peso concedido pelas “esquerdas” ao fracionamento da grande propriedade. Desse modo, a tal aproximação não reside somente na observação de como ambos aliaram a conceituação da *plantation* à interpretação político-ideológica diuturna e compartilhada referida no tópico anterior, da qual eles são portadores. Na verdade, outro traço que os aproxima parece residir na tentativa de oferecer respostas concretas e menos ideologizadas para a construção de um futuro estádio melhor do que o passado e o presente da “nação” brasileira. Nesse particular, ao que tudo indica, as abordagens de Orlando Valverde e Caio Prado Júnior parecem ter contrastado com as de Alberto Passos Guimarães e de Nelson Werneck Sodré, intelectuais que souberam incutir na elaboração de suas idéias maior viço ideológico. Assim, se, por essa via e com relação à questão do fracionamento do latifúndio, chegamos ao caráter menos ideologizado dos discursos valverdiano e caiopradiano, queremos com isso dizer que ambos parecem ter se agarrado com maior ímpeto ao reconhecimento das realidades nacionais concretas como esteio do olhar interpretativo sobre o campo brasileiro. Foi de acordo com esse critério que suas contribuições articularam propostas relativas ao assunto polêmico tratado. Na verdade, ambos chamaram a atenção para as peculiaridades nacionais, procurando evitar generalizações que os pudessem levar a propor medidas monolíticas e inflexíveis de reforma agrária para todo o território nacional à revelia dos condicionantes geográficos. Parece ter sido a partir dessa disposição analítica própria, talvez proporcionada pela cultura geográfica de que ambos se embeberam no decurso de suas trajetórias específicas, que eles buscaram reconhecer quais seriam os critérios objetivos capazes de viabilizar a modernização do campo embora também tivessem no horizonte, cada qual a seu modo, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais/lavradores. Todavia, e o que é mais importante, o cuidado com a objetividade da análise e o zelo com a diversidade empírica do território presentes nos escritos de Orlando Valverde e de Caio Prado Júnior não chegaram a isentá-los do toldo ideológico ao qual nos referimos há pouco. Ou seja, aliada às respostas concordantes a que chegaram sobre o problema do fracionamento do latifúndio – defendendo-o salvo alguns casos e com ressalvas – esteve subjacente em seus escritos também certa defesa do que chamaram de “introdução” ou “penetração” do capitalismo no campo. Melhor seria dizer que a questão pontuada acabou por conduzi-los a essa posição.

No caso de Orlando Valverde, o trabalho “A Geografia econômica do Nordeste potiguar” (1962) ilustra de forma exemplar como essa orientação foi por ele seguida quando avaliou a produção de agave numa *plantation* da área estudada. Nesse escrito, publicado na *Revista Brasileira de Geografia* e confeccionado em co-autoria com Myriam Gomes Coelho Mesquita e Léa Scheinvar, torna-se clara sua preocupação em fornecer um “juízo” que, embora não definitivo, buscava averiguar os méritos da *plantation* em conformidade com a perspectiva modernizadora que ele próprio assumia em face das políticas territoriais. O trecho a seguir é dos mais significativos nesse sentido:

“Talvez seja muito cedo para se formular um juízo definitivo a respeito do empreendimento representado pela SACKRAFT. A atividade agro-industrial apenas começou e ainda não completou dois anos de realizações. O investimento de capital é imenso: atinge uma cifra da ordem de 1 bilhão de cruzeiros, dos quais já foram gastos cerca de 117 milhões. A produção prevista, quando a plantation estiver em pleno funcionamento, será o dôbro da do maior grupo produtor de agave do mundo inteiro. Habitantes locais lamentam que os agricultores da região ficassem privados de suas terras; os fazendeiros das proximidades queixam-se, com veemência, da ‘falta de braços’; os sitiantes ribeirinhos da lagoa do Boqueirão temem que a plantation vá, no futuro, tirar-lhes a água ou poluí-las. (Isto seria o fim da rica área agrícola do Boqueirão; a liquidação do próprio centro comercial de Boacica). Pessoas de visão mais ampla e não diretamente interessadas na questão temem na SACKRAFT uma intromissão maciça do capital estrangeiro no meio rural brasileiro. Existe, de fato, a possibilidade de que os diretores brasileiros sejam meros representantes de algum poderoso cartel internacional de fibras têxteis. Nesta hipótese, temem alguns que a SACKRAFT represente uma intromissão do capital internacional no Brasil numa plantation de tipo colonial, semelhante às da United Fruit, na Centro-América. A conjuntura mundial é das mais significativas. As grandes potências coloniais, de modo particular a Inglaterra, estão temerosas de investir maiores capitais nas plantations africanas, devido à exacerbação do espírito nacionalista no continente negro e na Ásia. Volvem-se então para a América do Sul. O vulto do capital, as técnicas adiantadas, as relações de produção evoluídas parecem confirmar estas suspeitas. Basta citar como exemplo o sistema de Halsey, adotado no pagamento dos trabalhadores, que é característico dos países em que o sistema capitalista está muito avançado. Todas as restrições e suspeitas têm que basear-se, entretanto, em fatos. E êstes dão um grande saldo favorável à SACKRAFT, porque ela é um magnífico exemplo de introdução do capitalismo no campo.

Isto onde imperava até agora, sem competidoras, relações de produção pré-capitalistas. A SACKRAFT está revolucionando estas relações. Além disso – caso talvez único no mundo – ela se instalou numa região miserável, quase totalmente despovoada, sem água” (VALVERDE, COELHO MESQUITA & SCHEINVAR, 1962:28).

Como se percebe, o trecho acima enaltece o imenso investimento de capital e antevê, assumindo certos pressupostos desenvolvimentistas, que “*a produção prevista, quando a plantation estiver em pleno funcionamento, será o dôbro da do maior grupo produtor de agave do mundo inteiro*”. Ou seja, nota-se como Valverde aplicou nitidamente a visão espacial de desenvolvimento preconizada pela Cepal – aliás, também compartilhada pelo Iseb –, segundo a qual a ocupação dos fundos territoriais constituía um argumento central para a estratégia de superação do subdesenvolvimento e um elemento-chave para a construção de uma ordem capitalista de base nacional (MORAES, 2002:173) mas não necessariamente exclusivista, que, entre outras esperanças, ajudaria a afastar os males do campo e a projetar o país para o rol das nações desenvolvidas. A passagem em questão denota, ademais, o apego de seus autores a esse quase ufanismo e laivo de otimismo, encaminhando um crescendo de considerações que, ao final da abordagem aqui comentada, desfecha um golpe ensurdecidor sobre as inquietações dos habitantes locais (agricultores, fazendeiros e sitiantes ribeirinhos), indicando-as como sendo temores ilusórios, ainda que não adentrando em pormenores na análise das conseqüências da *plantation* tanto na economia quanto no meio físico locais.

Ainda a respeito desse escrito, cabe perguntar: quais foram os fatos priorizados pelos autores e, uma vez selecionados estes, quais foram as razões de sua valorização? Fica evidente que o trabalho em pauta não escamoteia aqueles fatos que emergiram da triagem realizada pelo geógrafo e por suas co-autoras: o vulto do capital, as técnicas adiantadas, as relações de produção evoluídas (o sistema de Halsey), os patamares produtivos mais elevados, entre outros. Todos foram avaliados como convergentes para proporcionar um “*saldo favorável*” à *plantation* de agave analisada, considerada um “*magnífico exemplo de introdução do capitalismo no campo*”. Porém, se é verdade que a avaliação valverdiana esteve norteadada pela prioridade partilhada com outros autores do período, de se desobstruir o desenvolvimento capitalista da agricultura, considerando positivas as intervenções capazes de “*revolucionar*” e de dirimir as “*relações de produção pré-capitalistas*”, também é que o autor se afastou dessa priorização,

aproximando-se nisso de Caio Prado Júnior, quando, como atesta o trecho acima, não generaliza a tese do fracionamento do latifúndio que então dominava grande parte do pensamento de esquerda no país. Aliás, esse é um dos aspectos de sua obra que, em virtude de sua recorrência em todos os seus escritos, porém manifestando-se com maior veemência naqueles do período 1951-1964, fortalece a impressão de que, por intermédio de suas viagens no exercício do labor geográfico, Valverde garimpou na realidade as brechas promissoras para o “progresso” segundo a ideologia nacional-desenvolvimentista (incipiente no segundo governo Vargas e robusta nos anos JK), indicando as porções do território mais aptas a receber os influxos modernizantes e fornecendo respaldo empírico para as intervenções estatais, sem que, ressalte-se, isso representasse um direcionamento propriamente nacionalista (BESSA, 1994:32).

É somente tomando-se em conta os referenciais metodológicos, contextuais e ideológicos pelos quais trafegou o discurso do autor que se torna viável compreender melhor como ele analisou a questão do fracionamento do latifúndio. Os antigos procedimentos metodológicos por ele utilizados desde o meado dos anos 1940 (como a diferenciação de áreas, antes restrito principalmente a comparações fisiográficas) foram retomados em seu discurso em conformidade com o teor planificador do período JK, passando a adquirir novos moldes, isto é, voltados a extrair do confronto das particularidades regionais os problemas econômicos a serem solucionados, a fim de que fosse atingida a meta de equalização do espaço nacional, concepção aliás também presente nas formulações de Celso Furtado nos anos 1950 (MORAES, 2002:72)¹⁹.

Em síntese, à semelhança de Caio Prado Júnior, Valverde se opunha ao fracionamento da grande propriedade no caso de ela ser uma *plantation* incorporadora de técnicas e cuja funcionalidade estivesse assentada em relações de produção que contribuíssem para o assalariamento da força de trabalho. Mas este não foi o único pressuposto de que ele se valeu para se posicionar desfavoravelmente ao reclamo do parcelamento do latifúndio. Já em 1955, ele advertira sobre a inadequação do fracionamento em pequenas propriedades de áreas de solos pobres para a prática de sistemas extensivos de uso da terra e também sobre a necessidade da implantação do cooperativismo que pudesse permitir aos pequenos proprietários em geral o uso de técnicas intensivas. Esse caso é exemplificado pelo autor em seu mencionado estudo

sobre as áreas adjacentes ao município de Pompéu (MG), onde, segundo ele, uma divisão fundiária que representasse o fracionamento do latifúndio seria malsucedida²⁰.

Não obstante as considerações até aqui apresentadas, cabe ressaltar que o debate de questões tais como as que vínhamos apontando na obra do geógrafo não foi nela incluído com muita frequência e com a veia polemizadora comparativamente aos demais participantes das contendas intelectuais a respeito do campo brasileiro e de suas vias de desenvolvimento capitalista. Atentar para tal característica de sua obra é por demais importante, pois, embora nela se encontrem pontos que permitem entrever um diálogo com a dos demais autores citados no decurso deste capítulo (e apresentados no Apêndice VI), é preciso não perder de vista que as prerrogativas de Valverde eram outras. Na verdade, a Geografia praticada por ele esteve preocupada em aviar o conhecimento do território e de seus problemas, de modo que guardou enfoques e abordagens prioritários muito particulares, devidos em grande parte ao atrelamento de sua disciplina a essas exigências. Exemplo disso é que nenhum dentre os autores citados realmente veio a se debruçar, tal como o ibegeano, sobre a descrição dos processos produtivos na agricultura. Se aqueles dirigiam seus textos segundo fins políticos, o geógrafo, por sua vez, os estruturava por meio do detalhamento minucioso dos processos produtivos, neles detectando os fatores favoráveis ou não para a “penetração do capitalismo no campo”. Isso pode ser corroborado, por exemplo, pela atenção por ele dedicada às etapas de beneficiamento de várias culturas, flanco de preocupações pronunciado em seus escritos desde o início dos anos 1950. O artigo “O Sertão e as serras – o centro-norte do Ceará; estudo geográfico para a localização de uma missão rural” é aquele em que mais exatamente se verifica essa atenção. Nele, utilizando-se de inquéritos, Valverde relata em pormenores as etapas do beneficiamento de agave (VALVERDE, 1955b:64-71). Já mais adiante, no “Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais”, voltou a deixar claros seus esforços de pesquisa e descrição dos processos produtivos, abordando, no caso, os da cafeicultura local (VALVERDE, 1958:45). Nesse estudo, chega a explicar as diferenças entre o chamado café “cereja” ou “fundo”, de melhor qualidade, e o “bóia”, denominações dadas em conformidade com o próprio processo de beneficiamento²¹. E, sem se distanciar do critério de diferenciação de áreas, aplicando-o para seu foco de estudo e valendo-se da consulta de fontes ou relatos históricos, Valverde também revela que o processo (úmido) de beneficiamento do café na Zona da Mata mineira era semelhante ao utilizado no do Vale do Paraíba,

distinguindo-o, entretanto, do adotado nas Índias Ocidentais²². Outros aspectos foram por ele contemplados a respeito da cafeicultura da região estudada com a minudência marcante de sua redação, como o tempo de sobrevida dos cafezais, os rendimentos obtidos e tipo de colheita realizado, além da identificação espacial de outras culturas, como as de ciclo curto, e das atividades agropecuárias.²³

Pode-se dizer, em síntese, que todos esses elementos angariados pelo geógrafo estiveram aglutinados em torno de sua alocação específica no panorama mais geral dos debates intelectuais da época, respondendo aos impasses da agricultura brasileira não em conformidade com uma elaboração teórica que se pretendesse global acerca da realidade agrária do país, mas antes preenchendo as lacunas e os erros dos discursos e trabalhos que a tinham como foco, municiado de uma ciência interessada em revelar, quase invariavelmente, o empírico e o particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repelimos o erro e a mentira,
O Brasil nos compete retratar,
Não importa a verdade a quem fira,
Indicamos o rumo a trilhar.
Auscultamos a marcha da História,
Pesquisando sem tréguas a verdade,
Nosso anseio maior, nossa glória,
É trazer ao Brasil felicidade!

*(Hino do Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística – 3.ª Estrofe)*

No decurso do presente trabalho, o intento perseguido de maior envergadura foi o de trazer à baila as principais marcas político-ideológicas do discurso geográfico valverdiano do período 1942-1964. Para viabilizar essa meta, julgamos proveitoso persegui-la amparando-nos quer nas variações como também em certos motes contínuos político-sociais que perpassaram as épocas nas quais germinaram as nuances valorativas empregadas pelo geógrafo para referir-se aos problemas nacionais. Buscamos, assim, esquadrihar um pouco melhor de que modo a obra de Orlando Valverde esteve historicamente permeada pelas mentalidades vigentes que geraram as formas de pensar e representar a “realidade nacional” e suas questões espaciais associadas, no período em questão. Em resumo, buscamos averiguar como os escritos valverdianos elaborados nesse intervalo de tempo sofreram e por vezes resistiram a acatar, por assim dizer e conforme os casos, as influências contextuais às quais estiveram expostos. Podemos dizer que esse procedimento norteou e assumiu centralidade em nossa análise, possibilitando depreender características essenciais do “olhar geográfico” do autor e entrever os pontos de consenso ou dissenso entre, de um lado, o que ele registrou em

textos e artigos científicos e, de outro, os contextos políticos e institucionais nos quais surgiram.

Inicialmente, cremos ter revelado como é possível asseverar que os ares colhidos pelo geógrafo em seus anos pueris não foram totalmente dirimidos ao longo de sua trajetória de pesquisador. Com efeito, sua meninice floresceu envolta numa ambiência onde diversos segmentos da sociedade brasileira da Primeira República encetavam um esforço de conhecimento do país, a fim de capacitá-lo a enfrentar seus problemas, e, para além dela e no decurso dos anos, Valverde se defrontou com uma sucessão de períodos políticos nos quais, a despeito das nuances diferenciadoras entre eles, essa prédica continuou a ressoar alto para a primeira geração de geógrafos ibegeanos. Digno de nota, apesar das mudanças entrevistas de cunho político ou institucional ocorridas no CNG-IBGE, interessa demarcar que, para toda a extensão dos escritos do autor arvorada entre 1942 e 1964, ele acabou não se distanciando da essência dos apelos feitos pelo engenheiro Francisco Bhering, nos anos iniciais do século XX, com os quais, em nome da necessidade de se preencherem as lacunas e de se corrigirem os erros dos trabalhos sobre o Brasil, o chefe da Comissão da Carta Geográfica da Sociedade de Geografia do Rio Janeiro incitou seu público ouvinte a engajar-se num exercício patriótico em prol da *Geografia Brasilis*. A despeito do lastro mantido pelo geógrafo ibegeano a essas demandas científicas, que acabaram firmando-se no decurso de uma laqueadura temporal de longo fôlego, ele passou a persegui-las e procurou atender-lhes num momento da história brasileira de crescente fortalecimento da atuação estatal conduzida pelo regime discricionário estadonovista. Sem ser de somenos importância, tal fato favoreceu da parte do geógrafo o exercício daquele chamamento, munindo-o mais, no transcurso dos anos, do espírito de tornar a Geografia um dos instrumentos capazes de estender o braço do poder até as paragens distantes do território nacional. Aliás, nesse sentido, pode-se entender por que Valverde reiterou vívida e igualmente o ideal rondoniano de que aos homens práticos estaria reservada a missão de fazer algo positivo pelo país. A nosso ver, esse referendo a respeito do teor da Geografia que praticou adquire maior saliência quando se nota, ao fim do percurso aqui descerrado, que, embora tenha conservado profunda preocupação com o rigor científico de suas pesquisas, Valverde não as realizou meramente pelo flanco de exigências acadêmicas, mas sobretudo, e daí uma de suas particularidades, em sintonia com as demandas relativas à produção de um conhecimento geográfico distante do diletantismo, de cunho pragmático e dedicado ao planejamento regional. Em verdade, numa visão de conjunto,

transparece na obra valverdiana a articulação de um saber voltado para fornecer respostas e soluções aos problemas nacionais basicamente endossando, mas também, por vezes, apresentando reservas em relação às políticas governamentais.

Mais particularmente, neste trabalho, procuramos evidenciar como os escritos de Orlando Valverde publicados entre 1942-1948 refletiram alguns esteios das políticas territoriais que perpassaram a história do país nesse lustro. Tal assertiva pôde ser compreendida principalmente quando os escritos do geógrafo foram contextualizados e interpretados diante das políticas territoriais estadonovistas, nas quais se destacou a valorização dos temários transportes e energia, pequena propriedade associada com industrialização e colonização dirigida. Conforme cremos ter revelado paulatinamente em nossa investigação, sob a chancela das matrizes de significado recolhidas pelo geógrafo durante seus anos iniciais no CNG, esses temários perduraram no interior de sua obra a despeito das circunstâncias históricas que alçaram o general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) à presidência do país. A partir de então, num movimento histórico caracterizado como “populista”, de acordo com diversas fontes historiográficas e da literatura política, a nosso ver o geógrafo acompanhou um movimento de fundo de sua época, em que aquelas preocupações foram redimensionadas no segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954). Se, naqueles dois momentos políticos anteriores, as demandas governamentais foram contempladas nos escritos valverdianos sem o abandono de forte lastro de afinidade com as políticas do Estado Novo relativas ao território, a partir desse outro contexto o geógrafo não abandonou quer o agrupamento político dentro do CNG ou os horizontes de preocupações que o mantinham atado à visão de país propugnada por Vargas. Isto é, a partir do segundo mandato de Getúlio Vargas identificamos como Valverde passou a se preocupar em versar juízos científicos e opiniões valorativas, em seus trabalhos, capazes de subsidiar as novas iniciativas planejadoras calcadas num incipiente desenvolvimentismo, sobretudo com reflexos nas políticas agrárias e agrícolas endossadas a partir desse governo.

No compasso dos termos indicados e que podem ser vistos como um dos alicerces fundamentais de nossa análise – ou seja, a constatação da prevalência de um alinhamento político-ideológico entre o geógrafo brasileiro e a progressão e reajustes nas propostas concernentes ao campo brasileiro sustentadas por Getúlio Vargas –, fomos levados a interpenetrar a reflexão sobre seus escritos com o auxílio de outras condições contextuais mais amplas que, ao fim e ao cabo, também colaboraram para

compreendermos as influências recebidas por Valverde no processo de formação de sua visão de mundo e, conforme cremos, foram igualmente responsáveis pela adoção das metodologias geográficas por ele assumidas seminalmente no início de sua trajetória de pesquisador. Apenas para ilustrar o afirmado, vale dizer que, no âmbito interno do desenvolvimento dos estudos geográficos em nosso meio, a adoção da abordagem regional somada à forte influência da vertente lablacheana possibilitou ao geógrafo atender às conclamações de um incipiente desenvolvimentismo do Estado Novo, até mesmo e pretensamente abraçando a disjuntiva política/ciência como uma exigência altamente valorizada pela primeira geração de geógrafos brasileiros.

Em franca continuidade, buscamos, com esses elementos, elucidar as relações estabelecidas entre Valverde e seu mais importante orientador científico, o geógrafo alemão Leo H. Waibel, cujo ingresso no panorama da Geografia brasileira ocorreu em 1946. Vimos que o encontro dos itinerários de pesquisas geográficas de ambos ocorreu quando Waibel desenvolvia sua terceira fase produtiva, particularmente dedicada ao estudo do temário colonização e, portanto, de interesse capital para os geógrafos brasileiros egressos do ambiente estadonovista, no qual o referido tema havia adquirido préstimo notório. Ademais, buscamos demonstrar como esse aspecto constituiu uma das principais motivações para a publicação daquele que pode ser considerado o primeiro artigo de vulto de Valverde, “Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul” (1948). O escrito de Waibel, um artigo tornado célebre, intitulado “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil” (1949), também traduziu essas preocupações de cunho político e, não seria equivocado afirmar, refletiu tal como o citado artigo valverdiano de 1948, o esforço de um movimento de revisão da época ante os resultados insatisfatórios alcançados pela Campanha Marcha para o Oeste, promovida anos antes pelo Estado Novo. Na verdade, cruzando os interesses científicos e políticos de Waibel com os dos geógrafos da primeira geração ibegeana, cuja formação esteve atada aos pressupostos da referida Campanha, buscamos explicar suas divergências com relação a um novo influxo da proposta mudancista ocorrida durante o governo Dutra, perante o qual Valverde também parece ter mantido reservas, sem afastar-se, aliás, de orientação parelha advogada até mesmo pelo próprio Vargas.

No bojo dessas questões, também cremos ter explicitado que a atenção dedicada por Waibel e Valverde ao tema povoamento em associação aos referentes à colonização estrangeira e ao uso da terra, a partir de seus escritos publicados ao final dos anos 1940

pode, na verdade, ser creditada a um conjunto de questões contextuais suplementares. Nesse particular, entre outras conclusões a que chegamos, vimos que o préstimo vigente à época do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) com relação ao discurso econômico – comungado por diversos setores da cena política do país – forneceu condições de legitimação a um dos pilares metodológicos legados por Waibel a Valverde, isto é, a teoria de Von Thünen, tornando-a bastante valorizada numa época na qual ainda subsistiam demandas internas na Geografia brasileira favoráveis a uma relativização da corrente lablacheana. Ademais, fornecemos margens de compreensão para certas posições assumidas pelos dois geógrafos no tratamento do temário colonização, cotejando-as com outras contribuições do período cevasdas em duas frentes (no âmbito intelectual e nos discursos parlamentares), relativas ao mesmo assunto como também dirigidas para outro correlato, ou seja, o da organização agrária. Nessa altura da discussão, julgamos oportuno aprofundar as razões pelas quais Waibel e Valverde estremaram, com maior ou menor ímpeto, os equívocos de um avanço incontido e precipitado do povoamento em direção ao interior do país, tal como se consubstanciara na Campanha Marcha para o Oeste. Para tanto, cremos ter demonstrado como os debates parlamentares e públicos sobre o tema, ocorridos nas cercanias da publicação de seus respectivos escritos, vieram constituir uma importante fonte informativa para aclarar alguns pontos de seus discursos. Contudo, vimos que o exame das ponderações mais ou menos marcantes dos dois autores no que concerne aos aspectos frisados não permitiu excluir certa dubiedade prevalecente no escrito valverdiano, cujos contornos foram de elucidação proveitosa e, em todo caso, não permitiram afastá-lo dos desígnios relativos ao problema conclamados anos antes por Vargas.

Ainda no movimento de análise retomado no parágrafo anterior, nosso trabalho procurou demonstrar que os trabalhos de Waibel (1949) e Valverde (1948) contaram com as inflexões de medidas tomadas durante a gestão Dutra, às quais, deliberadamente ou não, percebe-se, na trama de seus textos, a evidência de que os dois geógrafos ensaiaram respostas, diante do caráter conflituoso que assumiram na época. Com efeito, nesse período político, à semelhança do anterior, em determinadas propostas oficiais desse período – Plano SALTE e Missão Abbink –, os assuntos imigração, povoamento e uso da terra, com realce para a pequena propriedade, não deixaram de estar presentes, advindos basicamente a partir das discussões mais gerais e sinuosas então travadas na cena política brasileira sobre os problemas da agricultura. Nesse particular, cabe ressaltar que tanto o estudo de Valverde quanto o de Waibel acabaram por conferir uma

nova abordagem às questões acumuladas e mal resolvidas a respeito da imigração no país. No caso de Valverde, sobressaiu a paridade de interesses à qual chegamos entre, de um lado, as preocupações do Estado Novo relativas à defesa do território e, de outro, sua própria preocupação em estudar as colônias alemãs e italianas no Rio Grande do Sul, assumindo essa inquietação de fundo político que, ao lado de suas buscas científicas, o motivou enquanto razão adicional para se envolver nesse flanco investigativo. Ou seja, a despeito de suas filiações valorativas com relação à importância da pequena propriedade (que fazia parte das propostas da Revolução de 1930), de sua sensibilidade em relação à situação de abandono dos colonos estrangeiros e de seus interesses científicos, muito colaboraram para essa tomada de rumo fundamental em sua trajetória as injunções ideológicas e políticas derivadas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Isso comportou, de um lado, a ascensão do nazismo e sua influência no pensamento autoritário argentino de cunho expansionista e, de outro, o alinhamento incondicional do Brasil com os Estados Unidos, ocorrido durante o governo Dutra.

Outro conjunto de questões levantadas neste trabalho esteve relacionado à análise dos escritos de Orlando Valverde publicados entre 1951-1964, quando traçamos com mais detalhes o terreno laborativo por intermédio do qual ele adentrou nas discussões sobre o campo brasileiro na década de 1950. Colocamos em mira discorrer acerca do campo político-institucional que desempenhou papel crucial nas modulações e eleição dos temas contemplados nas pesquisas do geógrafo e lavradas no interior do aparato governamental. De forma simplificada, podemos dizer que o desafio suscitado nessa altura da investigação foi o de saber se, a partir do segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954), o Valverde assumiu, ou não, uma postura reformista do tratamento da questão agrária perante o diversificado espectro político então vigente e segundo os limites e constrangimentos institucionais com os quais se deparou. Inicialmente, perscrutando essa indagação básica, indicamos um relativo abandono do olhar geográfico do autor, que antes se mantivera essencialmente dirigido para os assuntos relativos à colonização, tendo passado a desviá-lo com maior ênfase ao temário uso da terra, na primeira metade dos anos 1950. Identificamos, ademais, como essa inclinação esteve em conformidade com a proeminência adquirida pela questão agrária na cena política desse lustro e, fato significativo, com a “ofensiva estatista” de Vargas ao assunto e com o teor das iniciativas governamentais dirigidas a ele durante seu segundo mandato.

Cremos ter demonstrado, nesse percurso, como se pode entender que tenha ocorrido um reviçamento da questão agrária no segundo mandato de Getúlio Vargas e de que forma esse processo esteve consubstanciado nas propostas da CNPA (Comissão Nacional de Política Agrária), além de ter sido incorporado aos pressupostos que estiveram na base da criação e atuação da CNER (Campanha Nacional de Educação Rural). Com base tanto nos objetivos quanto na interpretação de certas passagens dos estudos valverdianos do período, concluimos que o teor das idéias presente nessas iniciativas influenciou, em grande parte, a atenção dedicada por Valverde à seleção de fatos ou problemas que analisou em seus estudos de campo. Voltando-nos para as questões ou a terminologia substanciais apropriadas nos escritos valverdianos relativos ao período 1951-1964, pudemos depreender, ainda, como a pena do autor não somente observou como também valorou as realidades regionais sob o feixe e o prisma de demandas específicas, oriundas principalmente daqueles centros de irradiação de idéias e de suas propostas para o desenvolvimento capitalista do campo brasileiro. A nosso ver, mais uma vez, essa constatação veio a arremessar seu discurso geográfico preponderantemente para o flanco do trabalhismo personificado em Vargas, ainda quando se considera a busca fidedigna que nele se encontra expressa com relação à consolidação de um conhecimento científico rigoroso por intermédio de um ideal perseguido de “imunidade” da Geografia diante da instabilidade das ideologias políticas.

Outro ponto que merece destaque e deriva do afirmado diz respeito à interpretação que demos à ausência do emprego do termo “camponês” nos escritos de Orlando Valverde do período 1951-1964. Conforme cremos ter revelado, há margens para se compreender esse aspecto nos escritos valverdianos considerando as tensões existentes entre o lugar institucional por ele ocupado e o momento da história do país, que apresentava densas lutas reivindicatórias no campo. Depois de arrolados outros elementos de sua trajetória, asseveramos haver razões suficientes para acreditarmos que a ausência do referido termo na obra do geógrafo configurou-se como uma opção ideológica de reafirmação dos propósitos de uma Geografia baseada na disjuntiva política/ciência. Em outras palavras, identificamos que seu discurso em muito permaneceu acanhado quanto ao assunto, ainda mais quando se considera o teor das mobilizações sociais que acompanharam a estruturação de sua obra entre 1951 e 1964.

No entremeio desse prumo expositivo e interpretativo, consideramos necessário percorrer, ainda que de maneira um tanto sucinta, em vista da riqueza do período, as características dos anos JK (1956-1961) e as razões que permitem inferir que neles tenha prevalecido uma atitude governamental omissa quanto à questão agrária, justificada em grande parte não somente pela ênfase dada à industrialização como também por um “modelo oligárquico de apropriação territorial”. Esse enfoque, quando remetido às vicissitudes institucionais de Valverde no “período áureo” da Geografia brasileira, veio na verdade complementar nossa interpretação de que ele, enquanto típico funcionário do Estado, ibegeano convicto e voltado para o estudo do agro brasileiro preponderantemente segundo as filiações políticas mencionadas, acabou por nutrir desavenças hierárquicas na instituição na qual trabalhava, em virtude de sua discordância relativamente a certos rumos políticos trilhados pelo país nessas quadras, como, por exemplo, a menor atenção conferida aos impasses sócio-econômicos do campo. Ainda nesse momento da análise, julgamos oportuno tecer algumas considerações sobre o quadro político concernente às alternativas moderadas de reforma agrária e às reformas de base entre 1961 e 1964, visando, com esse procedimento, ressaltar um momento político bastante específico da história do país, no qual, a despeito de seu caráter conturbado e do engajamento sócio-político de diversos setores da vida nacional, Valverde voltou-se para o que chamamos de “reforma metodológica nos anos de crise”.

Somente depois de percorrer essas searas interpretativas, julgamos oportuno abordar os assuntos tratados nos capítulos de 10 a 13. Neles despontou, com maior detalhe, a preocupação de alinhar as aproximações e/ou distanciamentos que parecem ter existido entre o texto valverdiano e os elementos de conjuntura reunidos. Guiados por tal objetivo, cremos ter demonstrado, no capítulo 10 (intitulado *Linhas-mestras da geografia agrária valverdiana: sistemas agrícolas e conservacionismo*), a compatibilidade entre um traço metodológico central empregado pelo autor – sistemas agrícolas – e as prerrogativas políticas de notória importância que influenciaram seus trabalhos. Nessa altura também destacamos a centralidade adquirida pelo temário conservacionista no raciocínio e discurso geográfico do autor, salientando tanto suas raízes geográficas, isto é, as relações com o pensamento de outros autores do mesmo campo disciplinar, como também a presença quase constante desse tema no discurso de diversas tendências políticas da época, o que veio a revesti-lo de “caráter neutro” e suscetível de ser valorizado segundo os princípios da Geografia então praticada.

Nos demais capítulos do trabalho, estruturados na esteira das intenções do capítulo 10, tratamos de dar prosseguimento à relação contexto/texto da qual nos ocupávamos, descendo, por assim dizer, mais uma vez, às filigranas das linhas de Valverde. Identificamos neles os assuntos contemplados e a forma de tratamento que lhes foi concedida pelo geógrafo em consenso ou dissenso com os elementos institucionais e de conjuntura estabelecidos anteriormente. Apenas para citar um exemplo, após os delineamentos de análise adotados e até aqui explicitados, pudemos afirmar que as valorações e argumentos técnicos de Orlando Valverde sobre as obras de açudagem no Nordeste brasileiro não destoaram daqueles defendidos pela CNPA e consubstanciados nas mensagens presidenciais de Vargas, quando, em ambos os casos, a questão do Polígono das Secas constituiu foco de interesse; o mesmo pode ser aventado quando tratamos das nítidas afinidades existentes entre a visão do geógrafo e essas matrizes de significado com relação ao cooperativismo e à questão dos intermediários; e, mais próximo das conclamações de Jânio Quadros e de João Goulart, Valverde também parece ter articulado suas críticas ao absenteísmo dos proprietários rurais, pautando-se nas modulações de seus discursos políticos. Todavia, há que ser destacado que, afora algumas aproximações verificadas entre o texto valverdiano e seus respectivos contextos de surgimento, também identificamos certos distanciamentos mantidos pelo geógrafo com relação aos diversos focos emissores de modulações discursivas sobre a questão agrária, constatando, assim, que o geógrafo também soube lavrar seus estudos com base em critérios científicos que nem sempre foram concordantes com os referendos ou juízos emitidos quer por protagonistas da cena política do país quer pelo governo.

Em suma, apenas resgatando o essencial do que foi desenvolvido em nossa exposição e sem pretender aqui esgotar todas suas nuances, é justo afirmar, diante dessa característica por demais significativa nos escritos do geógrafo, que sua atuação e postura de pesquisador tenham feito jus à última estrofe do hino do IBGE, segundo a qual aos ibegeanos estaria reservada a tarefa de *“repelir o erro e a mentira”*, competindo-lhes *“retratar o Brasil”* sob o lema: *“não importa a verdade a quem fira”*.

Finalmente deixamos a cargo dos leitores a avaliação da pertinência dos caminhos investigativos e expositivos adotados neste trabalho, de acordo com os fins aos quais se destinou. Decerto, ao estudioso da história social de uma comunidade científica e de seus expoentes cabe apenas a tarefa de *“redescobrir”* o passado. Isso porque, de forma

um tanto inevitável, quando este se lança numa das margens desse rio caudaloso, na verdade não vem saber com justeza se nada a braçadas seguras para chegar à outra, quiçá mais próxima da verdade ou, ao menos, mais verossímil. Em todo caso, nesse desbaste sem garantia, a tarefa auto-imposta de retomar fragmentos e dados por demais esparsos da trajetória de um autor foi realizada com o intuito de registrar e rever seus saberes de modo a preservá-los e, assim, ajudar a resgatar um pouco da história de uma comunidade científica.

APÊNDICES

APÊNDICE I

A criação da Universidade do Distrito Federal (UDF)

Apresentamos neste Apêndice, atinente ao Capítulo 1 (nota 29), uma breve contextualização sobre os delineamentos gerais de cunho político e cultural que acompanharam a criação da Universidade do Distrito Federal. Julgamos válido disponibilizar ao leitor o prumo dessa vereda informativa complementar que, durante o processo de investigação de nosso objeto de estudo, nos ajudou a melhor compreender o teor de alguns trabalhos publicados pelo geógrafo Orlando Valverde após os anos de formação científica incipiente que colheu nessa universidade.

Em novembro de 1935, no momento da revolta da Aliança Nacional Libertadora (a chamada “Intentona Comunista”), a Universidade do Distrito Federal, criada em 4 de abril do mesmo ano e mantida pela Prefeitura do Rio de Janeiro sob a administração do prefeito Pedro Ernesto, contava em sua reitoria com Júlio Afrânio Peixoto e com o educador Anísio Teixeira, considerado por muitos e inclusive por Orlando Valverde como um dos grandes pedagogos brasileiros (BUSS *et alli*, 1991:226).¹

O exame dos estatutos da UDF revela o caráter original dos cursos que oferecia e a maneira como propunha o desenvolvimento da comunidade através da educação. Para Anísio Teixeira a universidade não deveria estar voltada tão somente para a difusão e conservação dos conhecimentos, tarefa a seu ver já cumprida pelos livros, antes necessitando pautar-se numa orientação para a produção do saber. Munido dessa visão e convicto na ação diretiva da educação, o educador baiano e seus pares propunham a formação de um novo tipo de profissional, iniciado na pesquisa científica. O projeto da UDF não vislumbrava, assim, simplesmente a preparação de técnicos e professores, mas estava guarnecido com a pretensão em estimular a formação de um novo tipo de intelectual que fosse capaz de atuar com competência numa sociedade técnico-científica e democrática. Esse ainda deveria ser sorvido com orientações que o levassem a integrar os objetivos da universidade ao sistema

de ensino básico do Rio de Janeiro, contribuindo para a sua vida pública e cultural (FERREIRA, 1999:281).

Edificada de acordo com esse modelo, a UDF enveredou em confronto perante os estatutos das universidades brasileiras de 1931, os quais subordinavam as universidades ao Ministério da Educação e ao governo Federal. Desse modo, ao definir estatutariamente a UDF como vinculada ao poder municipal da cidade do Rio de Janeiro, por intermédio de seu decreto de criação seus idealizadores apresentaram contrariedades em face da orientação oficial.² Com efeito, avaliada pelos educadores atuais como a primeira grande universidade progressista do país, de um lado, no que tange aos meandros de sua articulação interna, a UDF desde o nascedouro esteve permeada pelo conflito estabelecido na política educacional entre o projeto dos liberais representado por Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e o próprio Anísio Teixeira e aquele defendido pelos conservadores, liderados por católicos ativos como Francisco Campos e Alceu de Amoroso Lima.³

Embora, conforme frisado, tenha surgido a partir da iniciativa local da Prefeitura do Distrito Federal, com a intenção de propagar um padrão cultural para todo o país, foi nos embates entre essas concepções díspares que a UDF foi instituída via intervenção direta do Presidente da República por intermédio do Decreto 5.513, permitindo a breve gestão de Anísio Teixeira, na época à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal. A breve anuência do governo citada torna-se compreensível quando se lembra que a criação da UDF coincide com a segunda fase do governo Vargas, conhecida como Governo Constitucional (1934-1937), inaugurada com a eleição à presidência por via indireta de Vargas, na qual veio à tona a figura do chefe de um governo comprometido com um projeto liberal-democrático, respaldado pela Constituição de 1934, que, apesar de conter um capítulo de teor claramente intervencionista sobre a ordem econômica e social, consagrava os princípios liberais embutidos no movimento de 1930 que havia comportado tanto valores liberais quanto autoritários (DINIZ, 1999:23). Quanto ao educador baiano, vale dizer que ele chegou no Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, em 1931, abandonando os entraves da política educacional de seu estado. A partir de então, trilhou uma trajetória que o projetou pouco a pouco, tendo participado da comissão de organização do Regimento do Colégio Pedro II, inscrevendo-se posteriormente em um posto da Inspeção do Ensino Secundário,

vinculada ao Ministério de Educação e Saúde, na qual atuou por alguns meses. Em outubro de 1931, assumiu o cargo de Diretor-Geral da Instrução da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, sucedendo Antônio Carneiro Leão e Fernando de Azevedo na gestão de Pedro Ernesto. No mesmo ano, assumiu o cargo de Superintendente do Serviço-Geral de Inspeção do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde. Em 1932, o educador foi um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* que, em franca oposição às proposições dos pensadores católicos, entre outras causas, advogava a favor da não subvenção do Estado às escolas religiosas e defendia a implantação da escola pública, universal, gratuita e leiga. (NUNES, 2000:227-230).⁴

Demarcadas essas balizas, inicialmente alinhavadas sob certa perspectiva vitoriosa do projeto político dos liberais, segundo MACHADO (2000) as diretrizes educacionais da UDF apoiavam-se no modelo educacional norte-americano aludido por Valverde em seu depoimento citado no capítulo 1 de nosso trabalho, desenvolvido no final da década de 1920 pelo filósofo Jonh Dewey, na Universidade de Columbia (EUA). A pesquisadora ainda comenta: *“Anísio Teixeira, dando continuidade as reformas já iniciadas institui um sistema educacional integral preconizado pela então Associação Brasileira de Educação (ABE). Tratava-se da implantação de um verdadeiro sistema educacional integrado e completo, se estendendo do pré-escolar, passando pelo curso primário, prosseguindo com uma educação secundária e culminado com a cúpula do ensino superior representada pela UDF.”*

Todavia, o surgimento da UDF coincidiu com a ascensão do movimento sindical às vésperas de implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas, deparou-se com as convulsões que se seguiram à ANL, contexto esse que em seus desdobramentos teceria o término de seu breve destino quando, dois anos depois, em 5 de julho de 1937, em seu lugar foi instituída a Universidade do Brasil pela Lei nº 452 e, em 20 de janeiro de 1939, sua existência foi consumada com a assinatura por Vargas do decreto-lei nº 1063, responsável pela criação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil (FNFi) (MACHADO, 2002:69-70). Esse processo esteve sob a articulação política de Gustavo Capanema, constituindo-se exemplo notório do estabelecimento de um modelo nacional de ensino superior assumido sob as rédeas do Governo Federal. As razões que compuseram o seu

substrato político estiveram atreladas, de um lado, ao fato de que o Estado operou uma maior aproximação com a Igreja nesse período, tendo em vista que essa se pautava num ideário e num tipo de atuação que se encontravam em perfeita consonância com a ideologia autoritária e paternalista cada vez mais pronunciadas de Vargas. Nesse movimento, ao menos no centro político do país, os educadores escolanovistas apoiados que estavam na administração municipal, foram privados de dar continuidade à implantação de seus ideais numa época avessa às idéias progressistas e que, ademais, haviam atraído para o seu quadro docente nomes pátrios como os de Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Álvaro Vieira Pinto, Josué de Castro, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Lourenço Filho e Mário de Andrade, além de seu primeiro reitor Afrânio Peixoto e o próprio Anísio Teixeira (AMORIM, 1999:26).

Contemporânea ao recrudescimento das lutas de classe que acarretou o fortalecimento da classe operária, a UDF assistiu experiências no plano social que representaram, pela primeira vez, na história do país, uma ameaça concreta aos interesses dominantes constituídos, vendo-as crescer dia-a-dia. Nessa conjuntura, sofreu as medidas institucionais visando estancá-las no ambiente universitário. Com efeito, a intensificação das propostas políticas que apontavam a possibilidade de um projeto alternativo de desenvolvimento inscrito nos ideais socialistas em substituição ao capitalista contou com a deformação deliberada dos porta-vozes da política getulista que habilmente manobram os meios de comunicação para, cumprindo esse escrutínio, respaldar a implantação da ditadura de sustentação militar. Em realidade, perante a importância crescente e a simpatia generalizada adquiridas pela classe operária inclusive com a adesão de diversos segmentos da classe média e círculos pensantes do país, essas diligências ideológicas foram levadas a termo para deformar e obliterar o fato de que a ameaça da tomada de poder pelos comunistas e socialistas em 1935 não era realmente factível, uma vez que eram os fascistas e a direita os detentores de condições mais propícias para tanto.

Foi nas searas político-ideológicas conflituosas dessa conjuntura que na passagem do Governo Constitucional (1934-1937) para o Estado Novo (1937-1945) desfechou-se implacável golpe no ímpeto progressista da Universidade do Distrito Federal, representado pelo pensamento e idéias livres de Leônidas Rezende, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, entre outros. Simpatizantes do modelo alternativo

socialista e pregando valores democráticos e agnósticos, as propostas educacionais desses homens não foram poupadas num quadro mais geral onde a função precípua do governo federal encarnava a destruição da resistência operária, encontrando fértil pretexto para tanto a partir de 1935, quando o combate ao comunismo tornou-se um mote legitimador para o avanço dos desígnios autoritários e centralizadores almejados (TAVARES, 1991:77). No encalço dessas tensões, tanto o governo central quanto os católicos recrudesceram a interpretação dos pressupostos escolanovistas enquanto brechas para a comunização do país. Desse modo, o eminente representante da corrente educacional conservadora, Alceu de Amoroso Lima, passou a contabilizar mais força política com o suporte proporcionado pela vertente católica, tendo sido um dos principais responsáveis pela demissão de Anísio Teixeira do cargo de Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, efetivada em dezembro de 1935, somente quatro meses após a abertura dos cursos da UDF (MACHADO, 2000).⁵

Não obstante essas especificidades políticas que acompanharam a criação da UDF, cabe ressaltar que seu breve funcionamento não se processou alijado das necessidades propugnadas pelo novo Estado brasileiro que então buscava configurar-se sob um modelo institucional baseado no governo forte e de pronunciada tendência centralizadora. Disposto a combater os particularismos locais defendidos pela aristocracia agrária que resistia aos ideais e iniciativas em marcha de um Estado capitalista-industrial, o Estado recrudesceu a defesa da capacidade de intervir direta e fortemente na economia em esforços cerceados por anseios nacionalistas tão em voga no período, na ascendência de uma crônica inquietação já prenunciada desde os anos vinte com relação à sua debilidade e que atingiram seu ápice com o Estado Novo. Nesse movimento, no campo econômico e de planejamento, o governo federal mobilizou-se em direção à criação de inúmeros órgãos administrativos de caráter regulador, atingindo diversos setores da sociedade. No campo cultural e sob o invólucro dessas prioridades elegidas, a UDF despontou entre as instituições mais importantes implantadas pelo governo federal nas quadras da década de 1930, tendo sido mais tarde incorporada pela Universidade do Brasil, em 1939, exemplo de parte integrante das iniciativas de um Estado que assumia as rédeas promotoras da economia e da cultura.⁶

Em sentido similar, apesar da particularidade ideológica já realçada e manifesta dos mentores da Universidade do Distrito Federal, esses compartilhavam com o governo e intelectuais de tendências diversas não somente a oposição à manutenção dos particularismos políticos regionais como também os pleitos em prol da melhoria das condições sociais e da criação de instituições verdadeiramente nacionais, vistas como pré-requisito para aprofundar o conhecimento da cultura nacional. Esses ideais figuravam em cena desde os anos vinte e eram compartilhados entre os pensadores políticos, ensaístas e várias perspectivas do movimento modernista, tendo adentrado pulsantes a década de 1930.⁷

No esteio dessas valorações, a UDF esteve cingida com um espírito que se outorgava a importância do papel a ser desempenhado pelos homens esclarecidos na redenção dos males do país, visando influenciar a população brasileira na direção de um ideal de transformação de suas estruturas e visando capacitá-la na geração e difusão de um pensamento nacional que tinha nas instituições de ensino superior um lugar privilegiado de fomento. MACHADO (2000), aliás, comenta que: *“Em discurso de inauguração dos cursos da UDF, em 1935, Anísio Teixeira afirmava a necessidade de estabelecimento da relação entre universidade, cultura e aperfeiçoamento da sociedade na direção da superação das distorções presentes nas atividades intelectuais do país, principalmente o isolacionismo acadêmico. Para Anísio Teixeira, a universidade se constituiria como fonte de formação da identidade de um povo e do caráter nacional. Nada mais natural construir isto a partir da UDF, sediada no Rio de Janeiro, então capital do país, indiscutivelmente um dos grandes pólos nacionais de irradiação cultural. Caberia a UDF contribuir no combate ao autodidatismo e ao isolamento intelectuais, constituindo-se em núcleo de formação do quadro intelectual do país, até aquele momento formado ao sabor do mais abandonado e mais precário autodidatismo.”*

Essa orientação manteve-se presente mesmo sabendo-se que a UDF esteve guarnecida de projetos políticos habilmente desfigurados por Vargas no trâmite de consolidação do Estado Novo, com o consequente afastamento dos educadores liberais-democratas de seu projeto a favor da direita católica.⁸ Nesse sentido, em que pesem as nuances político-institucionais, a UDF esteve inscrita no mesmo compasso de representações redentoras nacionalistas e modernistas encampadas na criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e da Universidade de São

Paulo (1934). Vale demarcar que foi sob o manto desse compromisso comum ao mesmo tempo valorativo e moral que recobria tanto a UDF quanto as demais instituições de ensino superior surgidas na década de 1930 que Orlando Valverde enveredou para os ensinamentos geográficos iniciais de cunho científico-universitário.

APÊNDICE II

Visões e políticas imigratórias para o Sul do Brasil

(1824-1945)

Perante a íntima relação entre os trabalhos de Waibel e Valverde sobre colonização e também conservando acesas as proximidades e continuidades político-ideológicas sugeridas nos capítulos 3 a 6 de nosso trabalho entre o patamar reflexivo desses autores e as demandas das políticas territoriais e ideologias geográficas instiladas durante o Estado Novo, este Apêndice complementa o que foi tratado no capítulo 7 de nosso trabalho e encerra o objetivo de aprofundar um derradeiro desdobramento oriundo dessas conexões e que repercutiram no escrito valverdiano de 1948 (“Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul”). De antemão, baseando-se em questões contextuais de profundidade que acompanharam a feitura desse escrito, seu cuidado é unicamente o de ajudar a pôr em boa ordem e em primeiro plano um “recorte” adicional de considerações, porém, a nosso ver, essencial, de acordo com o sentido aludido e capaz de fundamentá-lo satisfatoriamente.

Introdução

Uma vez transpostas as balizas contextuais demarcadas no início do capítulo 7, é necessário aduzir outro conjunto de elementos dessa natureza igualmente importantes quando se pretende alinhar a compreensão sobre os propósitos enviesados do escrito valverdiano de 1948. Para tanto, cabe lançar à baila a afirmação de que, ponto comum, tanto esse quanto o escrito de Waibel de 1949 pertenceram ao grupo de trabalhos de Geografia Humana dirigidos na época para subsidiar as polêmicas que envolviam não somente a peleja da ocupação estatal do território baseada na pequena propriedade como também aquela relativa à sua salvaguarda em termos de defesa e soberania. Conforme se buscará demonstrar, não seria equivocado considerar esse patamar mais geral de discussão vigente à época de redação desses escritos como um dos pólos de atratividade que, não obstante neles foi conservado relativamente oculto, orientou tal como uma bússola alguns de seus argumentos. No caso do escrito de

Waibel, a dimensão indicada permaneceu de certo modo velada porque não a atacou quer diretamente quer incidindo sobre um tema correlato ao problema central em foco, qual seja as valorações de cunho etnicistas que, como se verá, com ele guardou relações importantes. O geógrafo estrangeiro, ao contrário, apenas concedeu grande ênfase aos fatos relativos à colonização com a preocupação de conhecê-los e representá-los objetivamente, centrando, assim, o foco de suas explanações segundo esse intento. Já no caso do escrito de Valverde, a mesma observação é válida, pois que o autor apenas se referiu ao problema da ocupação do território no último parágrafo de seu trabalho, sem incidir sobre o tema elencado. Sendo assim, em ambos os casos não se encontram referências sobre a salvaguarda das áreas meridionais brasileiras em termos de defesa e segurança nacional, o que não implica em aceitar que seus respectivos autores não tenham estado atentos à questão em pauta dada a saliência da mesma na época. Tais apontamentos, portanto, explicam a ausência de trechos para análise nos dois autores que pudessem alardear o problema priorizado no capítulo 7 de nosso trabalho. Tal fato, contudo, conforme os elementos que dispomos e que serão arrolados a contento, não foi capaz de dissuadir em levar adiante o enfoque que ora passamos a adotar, num último movimento compreensivo acerca de seus textos surgidos ao final dos quarenta.

Na verdade, a abertura da vereda interpretativa apontada no último parágrafo não implica em negar que o exame das áreas meridionais de colonização antiga segundo as preocupações com o povoamento mais amplo do território brasileiro tenha sido, fora de dúvida e como procurou-se demonstrar nos capítulos 3 a 6 de nosso trabalho, a raiz mais viçosa do enquadramento temático das reflexões dos autores, cujos incentivos procederam a partir dos continuísmos políticos prevalecentes na própria ambiência institucional do CNG. Ao contrário, a vereda entreaberta procura indicar que, aliás, consorte com esses laços, Waibel e Valverde parecem ter estado expostos, ao final dos quarenta, aos reclames que acompanharam o alinhamento incondicional do Brasil aos Estados Unidos nos anos Dutra e no caráter supostamente expansionista da política exterior argentina no Cone Sul naqueles idos. De fato, ver-se-á que a centralidade assumida por essas problemáticas nas instâncias da vida social pertinentes aos autores não somente apresentou-se robusta nos anos anteriores ao início da convivência entre ambos, mas também depois que Waibel aportou e manteve-se no país.

Todavia, para aclarar como isso ocorreu e qual a forma com a qual esteve revestida, antes de tomar prumo na direção das questões indicadas, convém situar rapidamente alguns dos aspectos marcantes que acompanharam as iniciativas de colonização dirigida no Sul do Brasil. Ao trilhar esse caminho sob a forma de Apêndice e não no corpo-de-texto de nosso trabalho, intenta-se estabelecer um apanhado das condições relativas ao assunto com as quais Waibel e Valverde se depararam em fins dos anos quarenta e frente às quais parecem ter se posicionado a despeito de um discurso técnico e científico pretensamente apartado das questões políticas daquele momento. Cremos que o desdobramento dessa explanação é importante ser realizada aqui, pois traduz o caminho investigativo por nós percorrido e que conferiu base para muitas afirmações e searas interpretativas apresentadas no corpo-de-texto de nosso trabalho (capítulo 7).

Dito isso, inicialmente cabe discorrer sobre as vicissitudes e interesses da colonização dirigida no Sul do Brasil entre 1824-1930.

II.1. Interesses da colonização dirigida no Sul do Brasil (1824-1930)

Seguindo esse registro de investigação, por volta de 1750 teve início no Brasil a colonização dirigida. Nesse lustro, vários trechos do litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram sorvidos com a chegada de casais açorianos, cujo deslocamento para essas paragens distantes de suas áreas de origem integrou as iniciativas do Governo português segundo o objetivo de estabelecer definitivamente seu domínio na ocupação do litoral sul (TAVARES *et alli*, 1972:27-28). A inadaptabilidade desses colonos para a agricultura, o abandono das ilhas ao qual incorreram em virtude da superpopulação e a visão que comungavam considerando a lavoura como atividade de escravo-africano foram aspectos devidamente tratados por SOUTO MAIOR (1968:12). Além dessas vicissitudes que acompanharam a trajetória dos colonos, a geógrafa ressaltou a ingratidão dos terrenos arenosos para os quais se dirigiram, identificando nesse fator outro elemento comprometedor para um desenvolvimento seguro da agricultura por eles praticada.¹

Para além dessas iniciativas iniciais, após a proclamação da Independência a Região Sul continuou a merecer a atenção do governo brasileiro. Deveras interessado

na valorização de suas terras desocupadas, ele passou a dedicar-se à construção de núcleos demográficos densos e, sendo assim, durante mais de um século, entre 1824 a 1930, tomou em riste a tarefa de promover largamente a colonização valendo-se de imigrantes europeus. De acordo com essa orientação, sempre contando com incentivos oficiais, a vagas de colonos dessa origem passaram a afluir para a região sob a promoção tanto dos Governos provinciais quanto do Governo imperial e de companhias particulares geralmente européias.

Mais especificamente, quando se trata de subdividir esse grande período (1824-1930), entre 1824-1870 as colônias do Sul do país assistiram ao predomínio das levas de contingentes alemães e, entre 1870-1930, dos italianos que para elas se dirigiram acompanhados de outros componentes principais como portugueses e espanhóis, presenças assíduas na imigração européia para o Brasil (TAVARES, 1972:28-29). Foram assim criadas áreas compactas de colônias no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo. Apenas a título de complementação, no mesmo período, os Estados do Paraná e São Paulo também assistiram a muitas iniciativas colonizadoras. Em São Paulo, por exemplo, essa época coincidiu com a imigração subsidiada para as fazendas de café. No mesmo período, na Região Norte, o Pará recebeu imigrantes espanhóis, franceses, italianos e açorianos, que se dirigiram à zona bragantina (TAVARES, 1972:29).

No decurso da década de 1840, apenas para se ilustrar a valorização então endereçada no Brasil relativamente ao imigrante europeu, um representante diplomático brasileiro em Berlim chamado Visconde de Abrantes defendera que o modelo ideal de colonização para o país poderia ser aquele implantado na Austrália (*Wakefield*) ou mesmo o norte-americano. Todavia, junto a esse parecer de cunho nitidamente ocidentalista, levantara o alerta que o simples acesso a terra não seria medida hábil o bastante para atrair os imigrantes até mesmo para o Sul do Brasil. Na sua *Memória sobre os meios de promover a colonização*, publicada originariamente em 1846 e, fato significativo, reproduzida na *Revista de Imigração e Colonização* em 1941, entre outros assuntos o autor chamara a atenção para a necessidade de uma legislação própria capaz de instituir normas para a venda de terras públicas e que fosse ainda dotada de maior flexibilidade no que diz respeito à naturalização dos estrangeiros, instituição do casamento civil e liberdade de culto entre eles. Frisara essas observações sem deixar de propugnar ainda o fim do regime escravista e,

vigilante com relação a outros temas de destaque nas discussões travadas em sua época em torno da política de colonização com imigrantes, também alvejou sem distração questões de natureza econômica, tais como ausência de instituições de créditos agrícola, falta de estradas e a distância dos mercados consumidores.

No trâmite desses alertas que, como se verá, continuariam a ressoar um século depois aos interessados em subsidiar o Estado com medidas mais eficientes em apoio aos colonos europeus, um primeiro órgão do Governo central foi criado especialmente para tratar dos assuntos ligados ao povoamento e colonização. Assim, em 1854, quase uma década depois das observações do Visconde de Abrantes, foi criada a *Repartição Geral das Terras Públicas*. Apenas duas décadas depois, em 1876, organizou-se novo órgão, a *Inspetoria Geral de Terras e Colonização* que, entre suas primeiras providências arremessadas em âmbito nacional, ocupou-se com o encaminhamento de flagelados da seca em 1878, havendo sugerido o Vale do Rio Doce como área despovoada para recebê-los. Após a atuação desses órgãos iniciais frente aos assuntos atinentes à colonização, vários outros se sucederam.

Em 1909, apenas um ano antes do preâmbulo da imigração japonesa para o país, inicialmente dirigida apenas à Região Sul, veio à lume o *Serviço de Povoamento*, vinculado ao Ministério da Viação. A partir da segunda década do século esse órgão dedicado a orientar as decisões relativas à colonização deparou-se com a ocupação paulatina do oeste de Santa Catarina e Paraná em virtude, sobretudo, da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Assistiu, ademais, ao extravasamento dos descendentes dos colonos europeus no Rio Grande do Sul em direção noroeste, processo, aliás, em andamento desde o final do século XIX no próprio Estado e que logo assumira rumo norte, causando o desbravamento de áreas florestais naqueles outros dois (TAVARES, 1972:29). Aliás, esses assuntos foram bem estudados por BERNARDES (1964), geógrafo da mesma geração de Orlando Valverde que, entre suas considerações a respeito, frisou o fato de que os empreendimentos nesses Estados contabilizaram iniciativas tanto oficiais quanto, principalmente, particulares, tendo havido também extensa ocupação espontânea.

Demarcados esses processos, compete esclarecer que as áreas de colonização do Planalto Meridional, embora tenham se constituído enquanto foco de acolhida de grande parte dos imigrantes recebidos pelo Brasil até 1914, não foram, contudo, as únicas a recebê-los. Os períodos de grandes entradas como os de 1887-1898 e 1905-

1914 também registraram a tomada de direção dos colonos para São Paulo em virtude de coincidirem com fases de nítida expansão da cafeicultura. Tal tendência, ainda assim, exacerbou-se na década de 1920, período de grande afluência de imigrantes especialmente para o referido Estado, correspondendo a uma fase de expansão da mesma lavoura (TAVARES, 1972:30).

A par desse breve quadro traçado a respeito da colonização, importa extrair algumas balizas interpretativas empunhadas por especialistas no assunto que ajudam a dirigir nosso olhar para o sentido mais amplo contido nas iniciativas governamentais e nas vicissitudes que a acompanharam. Desse modo, LANDO (1980:46) desata a partir dele que as decisões governamentais relativas à colonização durante todo esse período até 1930 foram ditadas por fatores pertinentes à ocupação e à afirmação definitiva da segurança e, arrematando análise dedicada ao assunto, sustenta que a pequena propriedade foi engendrada de acordo com essa orientação principal *“como única forma capaz de vivificar os espaços, sem os vazios indefesos das grandes extensões”*. Sem contrariar o diagnóstico apresentado, mas apenas iterando-o no entroncamento de outros aportes, SEYFERTH (1999:210-211) assevera para o mesmo período que o investimento na imigração européia obedeceu à motivação central de ocupação do território e desenvolvimento agrícola.

No encalço dessas condutas norteadoras das políticas colonizadoras, Seyferth ainda considera que, desde meados do século XIX, insinuou-se no Brasil um dos temas mais recorrentes dos discursos sobre a formação nacional e, portanto, diretamente relacionado à idéia de nação. De início tratada de modo indireto, porém com certa precisão, a questão racial emergiu no discurso imigrantista por intermédio da hierarquização dos imigrantes ideais. Com respeito ao assunto, a pesquisadora articulou a exemplificação de sua afirmação trazendo à baila algumas reivindicações emanadas pelos partidários da colonização com pequena propriedade familiar. Analisando as idéias do próprio Visconde de Abrantes já salientadas no presente Apêndice, tomou-as como não isentas de especulações raciais em função da defesa nelas expressa com relação ao branco europeu, inclusive o protestante dos países germânicos e nórdicos. Ao lado da condenação do poder temporal da Igreja católica, da solicitação da liberdade de culto, do casamento civil e do fim da escravidão para melhorar a imagem do Brasil no exterior, Abrantes debateu-se naquele lustro em prol do juízo de que os estados alemães deveriam ser tomados enquanto o verdadeiro

“viveiro de imigrantes” para o Brasil. Não destoando perante demandas similares de outros autores brasileiros do século XIX, o argüidor mencionado também arrolou uma listagem dos atributos do colono ideal, tributando aos alemães, entre outras, as qualidades de amor ao trabalho, sobriedade e respeito à autoridade (SEYFERTH, 1999:210-211).

Compete dizer que, no fluxo da história brasileira posterior ao início da década de 1930, a concepção aguilhada pelo enviado brasileiro à Berlim a respeito do referido “viveiro” sofreu acentuado revés, tendo sido desqualificada por diversas razões. De um lado, a partir desse período, a grave crise do café desobrigou a vinda de mais e mais braços em virtude de não mais prevalecer uma grande lavoura em expansão que até então determinara sua necessidade. Nesse novo quadro, a imigração européia começou a declinar e a japonesa aumentou suplantando os contingentes de italianos e alemães (cabe, entretanto, a ressalva de que, já em 1908, havia sido permitida a entrada de asiáticos no Brasil, em virtude de uma interrupção do fluxo regular de imigrantes de origem européia; durante o século XIX, a entrada desses contingentes havia sido vigorosamente rejeitada em função dos perigos alegados de mongolização do país) (LUIZETTO, 1975:66). Ademais, regulamentações crescentemente severas sobre a entrada de imigrantes foram erguidas em virtude dos problemas internos de emprego. Em 1931, refletindo esse novo tipo de preocupação e em substituição ao antigo e já mencionado órgão com funções semelhantes cujos laços remontavam ao Ministério da Viação, foi criado o *Departamento Nacional de Povoamento*, vinculado ao Ministério do Trabalho (TAVARES, 1972:30).

Na encruzilhada dessas mudanças e remodelamentos institucionais na primeira metade dos anos trinta, desembocaram também outros caminhos comprometedores daquela idéia empunhada pelo Visconde de Abrantes havia pouco menos de um século. Com efeito, a política colonizadora paulatinamente edificada no período imediatamente posterior a 1930 ganhou uma nova dimensão com um componente significativo daquele contexto, qual seja o nacionalismo. Passando a sofrer suas influências nada brandas, a política governamental nesse âmbito dirigiu-se para a colonização com nacionais, desígnio que, como veremos, manteve-se incólume mesmo para além dos tempos nos quais os escritos de Waibel (1949) e Valverde (1948) foram elaborados.

Apenas a título de exemplo, em dezembro de 1930, o Decreto 19.482 do Governo Provisório vaticinou essa mudança de rumos. Numa época onde se repetia com frequência a afirmação “*é preciso fixar o homem ao solo*”, refletindo a preocupação com a magnitude das migrações nos sentidos rural-urbano e rural-rural, o decreto em pauta limitou a entrada no território nacional de passageiros estrangeiros de terceira classe e ainda cuidou de dispor sobre a localização e amparo aos trabalhadores nacionais. Em seu artigo 7º, determinou que “*os auxílios até agora dados nos núcleos coloniais aos imigrantes agricultores passarão a ser concedidos aos trabalhadores (nacionais) constituídos em família (...)*” (TAVARES, 1972:32).

Delimitadas essas novas orientações da política colonizadora insufladas na década de 1930, convém deixar claro que variados segmentos culturais e políticos acorreram para endossá-las, abraçando a defesa de sua causa principal. Nutridos em última instância pela seiva aglutinadora do nacionalismo, tanto a produção intelectual procedente do pensamento modernista dos anos vinte quanto aquela dos chamados pensadores autoritários sorvidos com seus ares acabaram por refletir a decisiva opção pelo trabalhador brasileiro como agente capaz de viabilizar essa empreitada. Essa escolha, conforme aponta ZORZENON COSTA (1999:68-69), pode ser facilmente compreendida baseando-se nas próprias preocupações daquele momento onde, com afinco, pesadas tintas de raciocínio foram arremessadas contra o fato de que as políticas anteriores haviam privilegiado o trabalhador estrangeiro, gerando o que se denominava de “enquistamentos étnicos”. No desfrute dessas alterações nacionalistas, a opção pelo trabalhador nacional também derivou de outro aspecto importante. No bojo dos receios por elas lançadas à evidência na procura dos destinos da nação, também figurou a acalorada intenção, não raras vezes expressa, de se desenvolver uma ação disciplinadora em relação ao trabalhador brasileiro, agora numa vertente rural.²

II. 2. Os sentidos da política imigratória restritiva na Constituinte de 1934

No limiar dos anos trinta e mesmo naqueles sucessivos, os “enquistamentos étnicos” foram considerados como verdadeiros “bolsões” formados por imigrantes e por seus descendentes estabelecidos no território nacional. Num quadro de crescente

nacionalismo e durante a fase formativa de Orlando Valverde, portanto, atraíram a atenção de muitos debatedores interessados em perfilar os destinos da nação. Criticava-se, de modo geral, o fato dos imigrantes e seus descendentes preservarem as características de seus países de origem tais como idioma e costumes nos núcleos de colonização. Além disso, aos olhos dos interessados na construção de bases intervencionistas e centralizadoras do Estado indutor do desenvolvimento capitalista-autoritário no 1º Governo Vargas, era inaceitável o constato da manutenção de relações econômicas entre os imigrantes e seus descendentes perante seus países de origem, quer por meio do consumo de produtos quer pelo envio de remessas de dinheiro.

Consorte a esses arrazoados, o combate aos “enquistamentos étnicos” foi arremessado à cena dos debates da época eivado ainda por visões preconceituosas relacionadas com outros fatores de ordem mais propriamente política. Cabe esclarecer este ponto em virtude da expressividade por ele assumida nos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1934, importante marco político naquela quadra da história brasileira e que, com relação ao assunto em evidência, desempenhou relevante papel nos anos seguintes.

Sendo assim, a constatação sobre as dificuldades de assimilação dos imigrantes de origem européia no Sul do Brasil e que davam margem àqueles receios adquiriram ímpeto e amplitude renovados ante um tema deveras figurante à época relativo ao apetite territorial de países centrais como a Alemanha que passara ao pleno contexto de ascensão do Nacional-Socialismo. A notificação de um projeto do governo nazista em se criar “Alemanhas Externas” – no caso do Brasil, a criação de uma “Alemanha Tropical” a partir das colônias homogêneas de imigrantes alemães do Sul do país – conduziram o governo federal a temer um possível desmembramento do território nacional, caso não fossem tomadas medidas de impacto no sentido da assimilação dos imigrantes e no sentido da nacionalização da mão-de-obra a ser realizada pela nova política colonizadora. Dessa maneira, ao menos em parte, não é difícil inferir que a opção pelo trabalhador brasileiro alçando-o como agente viabilizador da política colonizadora estava vinculada a uma preocupação com a possibilidade de desmembramento do território nacional e às situações de inadaptabilidade e de possível insubordinação de imigrantes portadores de “ideologias alienígenas” (DINIZ FILHO, 1993:57).³

No emaranhado desses alardes, a manipulação política dos mesmos não constou como aspecto de somenos importância na crítica à imigração realizada na Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Este ponto, decerto, não deve permanecer inculto. Com efeito, uma rápida incursão na tonalidade das propostas que prevaleceram em seus trabalhos permite vislumbrar mais de perto o papel desempenhado por esses temores nas resoluções restritivas então adotadas no tocante aos imigrantes de origem européia.

Segundo LUIZETTO (1975:67-68), portador de reconhecido trabalho sobre o assunto, os posicionamentos altercados contra a imigração naquela ocasião constitui flanco de análise que permite concluir o abalo de certa expectativa até então vigente, fiadora com relação ao trabalho livre baseado nos imigrantes. Havendo desbravado essa seara, o pesquisador explica que a mão-de-obra dos imigrantes, entre os anos 1891-1934, havia sido considerada como fator decisivo para a prosperidade da agricultura de exportação. Todavia, ressalta o pesquisador, o mesmo não pode ser afirmado com relação à esperança de que na agricultura de exportação – ou melhor, de que na rápida recuperação da prosperidade da grande lavoura – encontrava-se a mais viável solução para tirar o país da crise na qual se achava mergulhado.

Estribando-se nessas selas, o Luizetto adverte que a leitura de parte da legislação, ou mesmo de projetos de lei que tratam da entrada de estrangeiros e das restrições que se pretendiam impor para sua permanência no país, permite observar que a imigração já se constituía em problema bem antes de 1930, data que tradicionalmente é considerada como marco do início de uma fase política nacionalista, apontada muito frequentemente como fator para a restrição à entrada de estrangeiros, e, logicamente, antes de 1934, quando foram então tomadas medidas constitucionais em grande escala para conter a imigração.

Caminhando em direção ao desvelo da manipulação política dos constituintes perante aquelas supostas ingerências externas em território brasileiro, Luizetto tratou de arremessar o tratamento da questão ao plano mais conservador da política brasileira naquelas quadras. Nesse sentido, o pesquisador considerou como certo que uma parcela da população da área econômica dominada pelo café e pelas transformações econômicas decorrentes de sua expansão – e mais precisamente, a população trabalhadora onde se destacavam os estrangeiros ou seus descendentes – não se enquadrava perfeitamente nos limites dentro dos quais as classes dominantes

gostariam de vê-la confinada: ou seja, como uma população cuja existência deveria se pautar em função dos interesses dos proprietários (LUIZETTO, 1975:90). De acordo com a análise na qual nos apoiamos, este não enquadramento pode ser observado através de dois ângulos. Por um lado, a parcela da população trabalhadora composta por imigrantes ou seus descendentes frustrava a expectativa que havia em torno da imigração, na medida em que, ao invés de se conformarem em serem agentes da riqueza agrícola tradicional e de enriquecimento particular dos fazendeiros, os imigrantes, ao procurarem romper os laços de dependência à fazenda, tornavam-se pequenos proprietários (no campo ou na cidade), ou mesmo engajavam-se como assalariados fora do mundo rural, transformando-se, assim, em agentes do seu próprio enriquecimento, ou então, agentes da prosperidade de outros setores não agrícolas. Em segundo lugar, a população de origem estrangeira frustrou a expectativa das classes dominantes pelo fato de exigir novas formas de regulação das relações políticas. As tradicionais relações de dominação-subordinação prevalentes à época escravista tornaram-se obsoletas, pois os imigrantes exigiam dos fazendeiros atitudes novas no relacionamento com os trabalhadores (LUIZETTO, 1975:91).⁴

Apoiando-se nesse enfoque, quando se ocupou em extrair o significado mais recôndito da oposição travada contra a imigração nos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1934, LUIZETTO (1975:112) fez questão de pôr à cinta uma das notificações mais significativas de seu trabalho, qual seja a de como um problema político específico – justamente os “enquistamentos étnicos” e os planos relativos à “Alemanha Tropical” aos quais nos referimos mais atrás – foi projetado como um problema de defesa nacional ao lado daquele unicamente concernente às classes dominantes frisado no parágrafo anterior. Demonstrou o pesquisador como esse último foi transfigurado – como um problema de segurança da pátria – contra a intromissão estrangeira nas “questões internas”. A análise dos discursos e debates na Constituinte de 1934 revelam ainda, segundo o mesmo estudo vertical sobre o assunto no qual nos apoiamos, que a campanha anti-imigratória procurou atingir parcela mais ampla de imigrantes. Aliás, nesse sentido, ganharam consistência para LUIZETTO (1975:112-113) principalmente os discursos de Miguel Couto e Teotônio Monteiro de Barros. Do primeiro, o autor abordou suas denúncias não somente ao imperialismo alemão como também ao japonês – outra conhecida ameaça arrolada na época, a do “perigo amarelo”. A denúncia ao imperialismo japonês foi completada

pela denúncia ao imperialismo alemão, esta feita mais veementemente pelo segundo onde, segundo LUIZETTO (1975:115-116), *“alarmado com o fato de que nas cartas geográficas alemãs os núcleos coloniais do Sul do país apareceram com os dizeres ‘zona de influência alemã’, isto o levou à conclusão de que a invasão estrangeira ‘começa assim mesmo: vem, às vezes, pelas leva imigratórias e, de outras, pela penetração do capital. Mas atrás da leva imigratória, da penetração do capital estrangeiro, não raro vem também o cruzador, para garantir esse imigrante e esse capital ao menor pretexto da vida nacional’”* (Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 26 volumes, 1936 - Vol. VI, p. 236; *Apud* LUIZETTO, 1975:115-116).

De acordo com esse flanco interpretativo, a crítica à imigração, formulada em termos de um processo que ameaçava a ordem estabelecida, a partir das tensões que internamente eram supostamente geradas pela presença dos estrangeiros (falta de coesão, perigo com as doutrinas dissolventes, entre outros) foi completada com a referência a uma situação de perigo iminente vindo de fora, calculado e pensado externamente, visando uma dominação direta por parte de uma nação estrangeira. E a idéia de Pátria em perigo iminente, ainda que envolvesse uma noção – Pátria – não menos dúbia que a de raça ou etnia, afastava definitivamente qualquer suspeita de que se tratava de um ato político para a defesa de interesses particulares das classes dominantes.

Estas considerações conduziram o autor no qual nos apoiamos a reconhecer que as afirmações dos indivíduos que estavam empenhados naquela campanha encontravam-se repletas de justificativas convenientes para a melhor defesa de suas posições e interesses. O apelo dos Constituintes à defesa da Nação contra “inimigos” externos – uma das formas com as quais o nacionalismo revestiu-se naquelas vagas temporais – teve, em síntese, o poder de mascarar os verdadeiros móveis da campanha anti-imigratória e, tendo se manifestado justamente numa época coincidente com a juventude de Orlando Valverde, vale dizer que envolveu emocionalmente os brasileiros que acompanhavam os debates pela imprensa. Ademais, conforme ressalta e fundamenta o trabalho do historiador paulista, aqueles que de alguma forma contrariavam estas idéias recebiam uma sanção fulminante, ou seja, eram destituídos do qualificativo de “brasileiros”.

De acordo com essas balizas, percebe-se que a política imigratória restritiva e a política nacionalista da época estiveram frequentemente associadas, a primeira derivando da segunda. O nacionalismo surgiu, assim, como uma categoria absoluta, que pairava sobre as condições reais, e que, a partir de certo momento passou a orientar as ações humanas, não obstante sem contrariar e ajudando a impulsionar a contraparte relativa à salvaguarda de certos interesses específicos. Enquanto “*uma justificativa ideológica de grupos que, por outras razões, já estão em conflito*”, o nacionalismo tanto nesse quanto em outros contextos nada conservou de “natural” ou “espontâneo”, tendo sido, ao contrário, “*imposto de cima para baixo, num movimento intelectual e político*” conforme se nota no caso exposto (LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo, Pioneira, 1969, p. 25; *Apud* LUIZETTO, 1975:116 e 19, respectivamente).⁵

De resto, seria assim que os problemas sumariados passariam à cena política do Estado Novo, transgredindo o período de estorva dos mesmos até aqui percorrido para nele serem arremessados no ruído súbito de medidas destinadas a remediá-los. Desse modo, passo adiante, cabe compreender um pouco melhor as relações que existiram entre o Estado Novo e os núcleos de colonização estrangeira.

II.3. O Estado Novo e os núcleos de colonização estrangeira

Hospedado na vigência perdurável do sentido político anteposto nas manobras constituintes até aqui apresentadas, o ano de 1938 viu emergir a *Divisão de Terras e Colonização* (DTC), órgão criado no Ministério da Agricultura e que duraria 16 anos como foco decisório dos assuntos relativos à colonização no Brasil, deixando uma série de núcleos implantados nos diversos Estados do país, dos quais os mais importantes foram justamente as Colônias Agrícolas Nacionais, tratadas no capítulo 3 de nosso trabalho. Nelas, como visto, vicejou a orientação egressa daqueles embates com relação ao aliciamento de “*cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas*” para fixá-los como proprietários rurais (TAVARES, 1972:32-33). Com relação ao período antecessor, o Estado Novo empenhou-se em reafirmar que as políticas colonizadoras anteriores haviam se voltado para um desenvolvimento para fora e priorizado o trabalhador estrangeiro,

alardeando-as como equivocadas, pois que haviam abandonando o nacional à própria sorte e ao sabor dos estigmas que a ele cabiam naquele momento (aliás, a partir dos anos cinquenta, esse desamparo seria várias vezes bramido nos textos de Orlando Valverde, onde, à semelhança do enquadramento por ele recebido nessa época, considerou-se que sem o respectivo amparo estatal, o trabalhador nacional não poderia ser vislumbrado como agente modernizador). Para os articuladores políticos e segmentos técnicos do Estado Novo, a ação modernizadora, por parte desses nacionais, deveria ser estimulada por meio de iniciativas estatais. O Estado construiria, assim, a possibilidade de modernização racional do interior brasileiro, através da criação do próprio sujeito de sua consecução. Desse modo, não é sinuoso entender o porquê da implementação de um instrumento básico da nova política colonizadora nos primórdios desse regime, ou seja, o Decreto-Lei n. 406, de 04 de maio de 1938, do Governo da União, que também criou o CIC (Conselho de Imigração e Colonização) e definiu sobre a instalação das CANs (Colônias Agrícolas Nacionais). Este Decreto-Lei determinou que nenhum núcleo podia ser formado por estrangeiros de uma mesma nacionalidade, que os brasileiros não fossem, nesse mesmo núcleo, em proporção inferior a 30%, que cada uma das outras nacionalidades não ultrapassasse 25% e que, na sua falta, os brasileiros poderiam, mediante autorização do SIC (Serviço de Imigração e Colonização), serem substituídos por estrangeiros de origem portuguesa (ZORZENON COSTA, 1999:74-75).

Ao que tudo indica, no caldo de questões relativo à tomada de decisões apresentada, em distensão histórica percebe-se que para ela convergiram tanto polarizações ideológicas advindas antes da Segunda Guerra Mundial quanto outras, não menos afins, que a sucederam. Os dois contextos verteram sua contribuição para acirrar o debate que, em território pátrio, baseou-se no receio do enquistamento racial nas colônias européias no Sul do Brasil, temor derivado, sobretudo, do pangermanismo e, em certa medida, do nazismo que haviam lavrado suas vagas em diferentes períodos da história brasileira. Aliás, o historiador e cientista político GERTZ (1980:226) assume outra brenha de considerações, ressaltando a importância que se deve atribuir à difusão do integralismo nas zonas coloniais alemãs. A esse respeito, afirma: *“É certo que, muito antes da forte pressão externa vinda das potências ocidentais, em muitos círculos do governo brasileiro já havia um clima para a intervenção nas colônias alemãs. Ao contrário da opinião largamente*

difundida, responsáveis pelo surgimento deste clima não foram tanto o nazismo ou germanismo (que nunca contestou o status quo), mas sim o integralismo, especialmente devido ao seu sucesso nas zonas coloniais de SC. Um trecho de uma entrevista do governador Nereu Ramos, após as eleições municipais de 1/3/1936 em que os integralistas venceram nos principais municípios de colonização alemã, ilustra isto muito bem: ‘Creio que está na hora de se iniciar um enérgico trabalho de nacionalização naqueles municípios em que a colonização alemã não quer adaptar-se à vida brasileira’.”

Tendo em vista os aspectos apontados, compreende-se como tal contexto de inquietação já alçado à cena dos debates nacionais antes do Estado Novo despertara um renovado interesse para se compreender a obra colonizadora do Estado e as políticas que o mesmo havia endereçado aos colonos estrangeiros, tendência aprofundada no decorrer do conflito bélico mundial agora deflagrado tendo em vista o receio das colônias homogêneas de imigrantes. Levando-se na devida conta esse contexto, entre o final dos anos trinta e mesmo até as paragens mais derradeiras dos quarenta constituiu-se um momento onde os estudos e opiniões gerais sobre colonização estrangeira semelham haver proliferado em diversos campos de produção da intelectualidade do país o que, em sua contraparte geográfica, sugere que os estudos de Valverde e Waibel como de outros geógrafos acerca do problema não fugiram ao ímpeto desse movimento de longa duração. Em realidade, nos antecedentes mais próximos à profusão de estudos dessa natureza, isto é, na década de 1930, a propaganda nazista havia introduzido a noção de compatriota (*Volksgenosse*) que contribuiu sobremodo para o ressurgimento da velha retórica racial do nacionalismo pangermanista.⁶ Se, naquele decênio, esse havia permanecido em segundo plano, no decorrer da escalada do conflito bélico mundial iniciado em 1939 voltou à tona sob nova roupagem ideológica. Nesse contexto conturbado, a noção de *pertencimento* sugerida por tal categoria de identificação adquiriu um significado mais que étnico, sobressaindo nela o sentido de lealdade ao Partido Nacional-Socialista que defendia a “regermanização” de uma população considerada insuficientemente “nacional”. Revestida desse duplo e complementar sentido que sugeria ainda o reconhecimento de um modelo de Estado pluriétnico, a noção de *Volksgenosse* contrapunha-se ao ideal brasileiro de formação do Estado nacional por intermédio de um processo de assimilação e caldeamento de todos os imigrantes e

seus descendentes, orientação, aliás, preconizada desde o início da República, mas de certo modo recolocada em marcha afincadamente no Estado Novo em função das contrariedades do clima de guerra e na esteira dos aspectos passados em revista.⁷

O importante a destacar é que em resposta à disseminação da ideologia pautada na noção de compatriota (*Volksgenosse*), no plano político interno coincidente com o ingresso e os primeiros anos de Orlando Valverde no CNG, sob a palavra de ordem “assimilação” várias medidas haviam sido colocadas em prática durante a ditadura do Estado Novo visando à nacionalização forçada de uma população vista como problemática e excessivamente “alemã”. No que concerne às medidas governamentais, SEYFERTH (1994) referenda: “*Mais uma vez a palavra de ordem era a assimilação; e, para acelerar seu curso, o governo federal determinou a extinção das instituições comunitárias, proibiu o uso da língua alemã e as publicações em alemão e enviou unidades do exército a várias cidades situadas nas regiões de colonização. O processo de assimilação já estava em curso quando a campanha se iniciou, em 1937, pelo fechamento das escolas étnicas.*” BOMENY (1999:163), por sua vez, disponibilizou valiosa síntese acerca do problema da nacionalização do ensino primário levada à cabo durante o Estado Novo e que guardou estreita relação com o medo do “perigo alemão” nas colônias estrangeiras do sul do Brasil. Digno de nota, a autora esclareceu que as medidas tomadas nesse sentido também não pouparam a criação da *Lei Orgânica do Ensino Secundário* (Decreto-Lei n. 4.245 de 9 de abril de 1942) que contou, entre os integrantes de sua comissão especial para a organização dos programas do curso ginasial, com a participação de Delgado de Carvalho.⁸

Com efeito, no período entre 1940-1945, as ambigüidades às vezes racistas que cercearam a discussão sobre a “formação nacional” e que permitiram recaídas para o dogmatismo racial do branqueamento foram bem mais evidentes em textos publicados na *Revista de Imigração e Colonização*. Ali os diferentes autores que postulavam políticas imigratórias não só procuravam estabelecer critérios para selecionar imigrantes adequados aos interesses nacionais, como demonstraram seus receios nativistas diante da situação étnica produzida pelos diferentes grupos já estabelecidos no país, resultando disso uma ênfase na unidade nacional, na ocupação do território e nas possibilidades de sua assimilação.

Um dos contributos expressivos dessa revista foi o artigo “Língua nacional e espírito nacional”, publicado em 1941 e de autoria de Ribeiro Couto (as considerações nas quais nos baseamos sobre esse autor e texto são procedentes de SEYFERTH, 1999). Nele o autor refletira parte das idéias da intelectualidade brasileira a respeito do processo assimilacionista dos colonos estrangeiros no Sul do Brasil. Esse texto que fora publicado após viagem do autor pelas zonas de colonização alemã no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, representou uma súpula das propostas concretas de nacionalização colocadas em prática durante o Estado Novo. Ali seu redator expressou dúvidas sobre a eficácia unívoca da escola pública e da ação do Exército como formas de romper o isolamento cultural dos núcleos estrangeiros vistos como “*um positivo perigo para a unidade nacional*”. No caso, julgou insuficiente “*a campanha educativa pela caserna e pela escola primária*” porque os batalhões do Exército estavam exercendo seu “*nobre mister*” numa atmosfera de “*ocupação militar*”. Tendo como suposto que “*a campanha pela imposição da língua brasileira (...) é o ponto mais grave do trabalho nacionalizador*” e precisaria ir além da escola e da caserna, elencou a necessidade da “*presença multiforme do Estado brasileiro, não apenas na farda do sargento-instrutor e na cartilha da professorinha ‘lusa’, mas em toda a organização da vida social. A começar pela Igreja. A terminar pelos bancos.*”

Afora a tônica dos debates de idéias interno, no plano externo a penetração recrudescida da propaganda nazista no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial e os alardes dela decorrentes também suscitaram iniciativas nas manobras dos serviços de espionagem do governo dos Estados Unidos criados sob a administração Roosevelt. Mobilizações nesse sentido foram tomadas pelo *Office of Strategic Services* (OSS), o serviço de inteligência desse país que atuou durante o conflito e cuja oficialização ocorreu em 11 de julho de 1941 sob a denominação de *Coordinator of Information* (COI), além de terem sido elevadas ao primeiro plano de preocupações do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, criado no mesmo ano e responsável pela disseminação do americanismo na América Latina contra a propaganda do Eixo. Durante a primeira metade dos anos quarenta, tempos nos quais vigorou a “política de boa vizinhança” entre Brasil e Estados Unidos, em todos esses órgãos foram produzidos e circularam vários documentos sobre a situação no Sul do Brasil onde era notória e temerária a presença do grande contingente de origem alemã diante da

idéia nazista disseminada de uma grande *Fatherland* germânica, âmbito de inquietação que estimulou inúmeros estudos relativos à formação dos centros de imigração européia no país entre os séculos XIX e XX.⁹

Afora esses motivos, GERTZ (1980:226) comenta sobre a periculosidade que as potências ocidentais atribuíam aos teuto-brasileiros no Sul do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Ilustra essa questão lembrando que, em 1940, os serviços secretos ingleses julgaram ter indícios de que 6.000 alemães se estavam transferindo ao Brasil para organizar os teuto-brasileiros. Porquanto estivesse às voltas da confirmação dessa suspeita, Roosevelt mandou elaborar um plano que permitiria desembarcar 10.000 soldados americanos por via aérea e 100.000 por via marítima no Brasil, traduzindo por intermédio dessas diligências a disposição de uma invasão física dos Estados Unidos caso viesse a ser ratificada tal desconfiança. O mesmo pesquisador direciona sua argumentação para sustentar que a *“idéia e a prática da anexação de áreas habitadas por descendentes de alemães na Europa teriam coincidido com uma estratégia global naquela área; em outras regiões do mundo, porém, o princípio étnico teria sido obrigado a dar lugar a frios cálculos de perdas e ganhos. Assim se teria reconhecido tacitamente a doutrina Monroe para manter os EUA fora de um provável conflito com a Grã-Bretanha. As citadas pesquisas comprovam que a política exterior em relação à América Latina, em geral, e em relação ao Brasil, em particular, era administrada por escalões inferiores do ministério das relações exteriores. Os interesses da Alemanha nazista em relação ao Brasil eram, sobretudo, econômicos, em virtude do valor atribuído às matérias-primas que o país poderia fornecer”* (GERTZ, 1980:204).¹⁰

Diante desses elementos e tomando-se como contexto os anos posteriores ao término das hostilidades beligerantes no plano internacional, ou seja, justamente o período no qual floresceram as contribuições geográficas de Orlando Valverde (1948) e de Leo Waibel (1949) sobre a colonização estrangeira nos estados situados no Sul do país, cremos não ser possível delas afastar as seqüelas dessas inquietações que atingiram seu ápice tempos antes do momento em que escreveram seus respectivos estudos. Muito embora tenham vindo à lume anos após a derrocada nazista pelos Aliados, as regiões meridionais brasileiras se não foram vistas pronunciadamente em seus trabalhos de acordo com o horizonte do “perigo alemão” sob a ótica confessa ou pertinente dada as novas circunstâncias históricas, por outro lado nem por isso

deixaram de merecer uma atenção proeminente desses geógrafos dada a saliência política que haviam adquirido anteriormente em suas respectivas matrizes de significado, responsáveis em grande medida pela geração de seus processos discursivos efetivos.

Uma proposta de entendimento nesses termos acerca de seus respectivos trabalhos exigiu, portanto, no capítulo 7 de nosso trabalho, maior distensão de análise quando se desejou melhor fundamentá-la. Ao que parece, as idéias a respeito do processo de assimilação cultural, à semelhança da visão estadonovista sobre a ocupação do território, não foram totalmente dirimidas da mentalidade burocrática e dos quadros ibegeanos nos anos imediatos do segundo pós-guerra. No caso do escrito valverdiano de 1948, tal assertiva exigiu averiguação quando salientamos que o geógrafo não se distanciou das principais preocupações estadonovistas atinentes à ocupação do território, preservando, inclusive, sua inquietude com respeito à defesa nacional. Esse recorte de análise, conforme cremos, auxilia compreender melhor a natureza de seu estudo quando confrontado com os elementos anteriormente apresentados.

APÊNDICE III

Reforma agrária e mobilização político-social (1951-1964)

Relativo ao Capítulo 8 (notas 3 e 7), este Apêndice apresenta parte da investigação realizada durante a consecução de nosso trabalho acerca da visão sobre o campo brasileiro propugnada pelos movimentos político-sociais no período 1951-1964. Além de apresentar as orientações gerais do PCB sobre as formas de ação e entendimento da questão agrária e acerca das estratégias e táticas julgadas necessárias para sua transformação, trata sobre a questão das Ligas Camponesas que, no mesmo período, desdobravam-se afirmativamente e com crescente capacidade de mobilização no cenário sócio-político brasileiro. Desse modo, esse Apêndice complementa outros elementos de conjuntura revisitados em nosso trabalho que julgamos válido para melhor acercar-nos da obra de Orlando Valverde.

III.1. As propostas do PCB para o campo brasileiro

Como é largamente conhecido, com o término da II Guerra Mundial os Estados Unidos alçaram-se como potência econômica hegemônica. De um lado, para isso muito contribuiu o financiamento dirigido à reconstrução dos países envolvidos naquele conflito bélico e, de outro, calcado em instrumentos de legitimação ideológica, este país logrou expandir suas empresas e capital por vários países num processo conhecido como a “mundialização do capitalismo”. As estratégias direcionadas para esses esforços estiveram basicamente assentadas no Plano Marshall e na Doutrina Truman, focos privilegiados da consolidação daquele processo amplo.

Conforme salienta BOMBARDI (2004:71), a inserção do Brasil no contexto geopolítico internacional da década de 1950 se fez acompanhar por repercussões internas de monta. Nessa realidade mundial cingida pela Guerra Fria e na qual, como os demais países latino-americanos, o Brasil posicionou-se ao lado da expansão capitalista norte-americana, a postura política predominante esteve calcada nos esforços impeditivos à expansão do comunismo. Em virtude disso, o alastramento dos interesses

políticos e econômicos dos Estados Unidos que conheceu envergadura na década de 1950 determinou, em grande parte, a solidificação de uma visão bastante particular sobre os movimentos sociais internos que então despontavam no campo brasileiro, tendo sido os mesmos, em síntese, interpretados segundo as posições políticas e ideológicas derivadas da Doutrina Monroe. Mais particularmente, esses movimentos foram vistos em função da concretização da “política preventiva” consubstanciada naquela Doutrina, cuja elaboração remonta ao início do século XX, e que lançou as bases para o direito de intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos dos países latino-americanos sob o pretexto de combater as transformações políticas indesejáveis. Inicialmente vivificada com o advento dos regimes do socialismo real, mais tarde suas prédicas ideológicas voltaram-se para o combate à ameaça comunista e contra quaisquer movimentos sociais que pudessem carregar em si a possibilidade de uma revolução nesses moldes.

Foi justamente ao lado dessa configuração de forças no plano internacional, lastreada em grande parte na revivescência daquela propalada Doutrina, que em âmbito interno a questão agrária despontou nos anos cinquenta e sessenta como alvo de um intenso debate, consoante a uma série de transformações que nesse período passaram a colocar-se em movimento no campo brasileiro. Entre as mais importantes, vale frisar a intensificação do avanço da fronteira agrícola com a conseqüente expulsão dos posseiros¹; a progressiva expropriação de colonos e moradores que representou a transformação das relações de produção²; o rápido crescimento dos centros urbanos e o aumento da demanda de produção de alimentos³; e o surgimento de um vigoroso movimento camponês fortalecido em virtude do aparecimento de fissuras nas tradicionais relações de dominação, baseadas no poder local (MEDEIROS, 1982:13)⁴.

Quanto aos últimos acontecimentos (aliás, coetâneos à mudança de foco dos estudos valverdianos do temário colonização para o uso da terra, conforme frisado no capítulo 8 de nosso trabalho), quatro importantes eventos marcaram os movimentos camponeses entre 1948-1954: a guerrilha de Porecatu, surgida em 1950, na margem esquerda do curso médio do rio Paranapanema, divisa entre São Paulo e Paraná⁵; a revolta de Dona Doca ocorrida em 1951, no interior do Maranhão, que contou com a organização de milícias camponesas; a resistência armada dos posseiros do território livre de Formoso contra os latifundiários, estando aqueles sob a orientação do Partido Comunista; e, finalmente, o primeiro “Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas”, realizado

em agosto de 1954 na cidade de Limoeiro, sob a orientação do Partido Comunista de Pernambuco. Tomando-se essas mobilizações como referência, pode-se dizer que o período 1948-1954 – justamente o relativo ao alinhamento dos trabalhos de Orlando Valverde para com os propósitos da CNER – marcou uma fase na qual os camponeses começaram a ensaiar uma ação própria, ainda que de maneira um pouco isolada, isto é, sem profundas ligações com os organismos de operários urbanos, setor que mais tarde lhes ajudariam a criar suas primeiras organizações. Na verdade, ainda em 1954, eram bastante escassas as organizações camponesas que funcionavam e, embora existissem, poucas as que conservavam o nome de Ligas⁶.

À parte essa contextualização sumária, na primeira metade da década de 1950 duas conferências são consideradas por MEDEIROS (2000:218) como tendo sido capazes de elevar a reforma agrária como elemento articulador das diferentes lutas que se travavam no campo, podendo ser consideradas ainda aglutinadoras da socialização dos significados de que ela era portadora. As reivindicações apresentadas na “Iª Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas” (CNTA), realizada simultaneamente nas cidades de São Paulo e Recife, nos dias 6 e 7 de setembro de 1953, contrastou com a tônica daquelas firmadas nos encontros de caráter local que a antecederam e, em alguns casos, a prepararam. Se, de um lado, antes desta Conferência, ainda nos primeiros momentos da organização dos trabalhadores do campo, existiam decisões programáticas e de estímulo à ação de tomada de terras, a ênfase contestatória até então recaía principalmente sobre as condições imediatas de vida e trabalho. Na Conferência, ao contrário, constaram mais abertamente reivindicações no sentido de uma reforma agrária por meio do confisco das terras dos “latifundiários” e das “companhias estrangeiras” e sua entrega gratuita aos “camponeses”. Nessa ocasião ainda, demarcou-se a proibição da meia e da terça, do pagamento *in natura* e do trabalho gratuito e, num contexto de pregação insurrecional cujo principal alvo era a eliminação do “latifúndio”, falava-se ao mesmo tempo em aplicação da legislação trabalhista no campo⁷.

Em sentido complementar, e como segundo evento valorizado pela autora, a *Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas* aprovada na “IIª Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas”, realizada na capital paulista em 1954 (ocasião em que foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB), entendia a reforma agrária como medida de justiça social e que deveria efetivar-se por intermédio da distribuição das terras dos “latifundiários” aos

“trabalhadores agrícolas” e “lavradores” sem-terra ou possuidores de terra insuficiente; da entrega de título de propriedade a “posseiros”, “ocupantes” e “colonos” de terra; de medidas de apoio à produção, da proibição das formas consideradas “semifeudais” de exploração do trabalho, como o trabalho gratuito, a meia, a terça e outras formas de parceria, pagamento em produtos; da garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas.

Nesse mesmo período, concomitante à mobilização dos lavradores e trabalhadores rurais, nas linhas políticas gerais do PCB a reforma agrária também começou a aparecer mais organicamente articulada⁸. No IVº Congresso do partido, realizado em 1954, as teses relativas à questão agrária do Manifesto de Agosto (1950)⁹ foram ratificadas, acrescidas com algumas mudanças de rumo na ação comunista no campo. As novas orientações estavam baseadas nas experiências que haviam sido colhidas até então e, a partir delas, segundo o documento, se diagnosticou que as práticas de luta eram sectárias, o que se traduzia na substituição “da massa pela vanguarda”, no trabalho político somente com setores do “campeinato” já sensíveis às propostas do PCB, no desprezo pela “utilização de todas as formas de luta” e indicação apenas de “formas de luta mais elevadas” (possivelmente referindo-se às ocupações), e no privilegiamento das “camadas mais pobres do campo”. Em contraste com esse parecer, o IVº Congresso reafirmou que o programa do partido correspondia “aos anseios e interesses da totalidade da massa camponesa” e que havia a necessidade de uma “amplíssima linha de frente única no campo”, agregando “camponeses pobres, médios e ricos”¹⁰ com a exclusão apenas da “minoridade dos latifundiários” (MEDEIROS, 2000:219-220).

O processo de elaboração do programa de 1954, marcado pelo radicalismo revolucionário, foi controlado e ultracentralizado e as diretrizes de ação dele resultantes não correspondiam mais ao que os comunistas vinham fazendo e dizendo em público, disso podendo-se extrair, portanto, que já nascera obsoleto no momento mesmo de sua edição. O contraponto capaz de apoiar essa afirmação é a leitura das orientações de alianças políticas que já se estruturavam e eram divulgadas pelo partido no mesmo ano no sentido de uma participação intensa no pleito eleitoral que seria realizado em outubro de 1955, ocasião em que os comunistas ostensivamente apoiaram a chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart (coligação PSD-PTB), em um ano onde sobressaía ainda, no plano internacional, as esperanças do terceiro-mundismo que culminaram na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia¹¹. Se, de um lado, segundo a letra e o

espírito do programa de 1954, rezava-se pela necessidade em derrubar o poder de cunho imperialista e latifundiário, substituindo-o pela “ditadura das forças revolucionárias, anti-imperialistas e anti-feudais”, nas eleições de 1955 e depois das tentativas de golpe e contragolpe de novembro do mesmo ano o PCB acelerou o seu processo de transição de volta à atmosfera da sociedade brasileira, não sem o registro de certa duplicidade entre uma adequação ao quadro político que então se apresentava e a radicalidade de suas propostas (REIS FILHO, 2002:82-83).

No entanto, a revogação formal do Programa de 1954 somente ocorreria após a subversão do PCB com a tomada de conhecimento do relatório proferido por N. Khrutchev contra os crimes de I. Stálin, em fevereiro de 1956, por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A perplexidade em face do referido documento auxiliou o andamento da transição referente aos projetos revolucionários anteriormente expressos nos manifestos de 1948, 1950 e 1954, culminado com a “Declaração sobre a política do PCB”, de março de 1958, novo programa político elaborado por intermédio da execução da Comissão Executiva do partido dos chamados revisionistas de direita (considerados oportunistas) e dos sectários de esquerda (dogmáticos) (REIS FILHO, 2002:84-85)¹². A partir de então, vários elementos passaram a ser caracterizados como “progressistas” pelo PCB, sendo identificados como avanços na sociedade brasileira o desenvolvimento capitalista do país, a ampliação do mercado interno, o surgimento de um importante setor da indústria pesada e o crescimento dos efetivos do proletariado industrial e de uma burguesia comprometida com o desenvolvimento independente e progressista da economia. Mais do que o desenvolvimento capitalista no país, as três contradições básicas da sociedade brasileira passaram a ser identificadas nas relações atrasadas no campo (forças produtivas em desenvolvimento *versus* relações de produção “semifeudais” na agricultura), no imperialismo ianque com seus agentes internos e na oposição entre proletariado e burguesia onde esta última, naquele momento e segundo uma visão geral das etapas da revolução, não requeria uma “solução radical”.

Subscritas essas observações, é interessante observar que a “revolução brasileira” antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, era vislumbrada através da articulação de uma frente única de forças sociais onde até mesmo poderiam ser aceitos como aliados os “setores latifundiários descontentes com o imperialismo norte-americano e grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais”. As

instituições do Estado brasileiro e o governo Juscelino Kubitschek eram vistos como compartimentados entre dois setores, isto é, entreguista e nacionalista burguês, cabendo ao partido fortalecer o segundo para tornar possível a concretização do desenvolvimento econômico independente e a consolidação do regime de legalidade constitucional-democrática (REIS FILHO, 2002:85-86).

Pontuadas essas balizas, em sentido complementar à atuação do PCB no campo, outras forças sociais também passaram a participar mais ativamente no delineamento de propostas acerca de seu destino a partir de 1955, época em que o país esteve às voltas com a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência do país. Sendo assim, importa percorrer sucintamente esse momento dirigindo a atenção para outras forças sociais então atuantes.

III.2. As Ligas Camponesas e a “reforma agrária radical”

Não obstante os elementos até aqui frisados, no marco dos desdobramentos que se encaminhavam quanto às orientações gerais do PCB sobre as formas de ação e entendimento da questão agrária e acerca das estratégias e táticas julgadas necessárias para sua transformação, as Ligas Camponesas desdobravam-se afirmativamente e com crescente capacidade de mobilização no cenário sócio-político brasileiro. Defendendo uma reforma agrária radical e por intermédio de uma concepção própria da revolução brasileira, distinta das predominantes nas principais correntes reformistas e círculos oficiais comunistas, elas foram fortalecidas com o ingresso de Francisco Julião no movimento dos coreiros, em 1955, consolidando-se em âmbito nacional mais tardiamente, ou seja, somente entre 1960 e 1961¹³.

Na verdade, pode-se dizer que as Ligas Camponesas ressurgiram somente entre 20 e 27 de agosto de 1955, quando então realizou-se no Recife o “Congresso de Salvação do Nordeste”, de reconhecida importância não somente para o desenvolvimento posterior do movimento camponês no Brasil como também para a formulação de políticas governamentais dirigidas à região. Foi nessa ocasião que institucionalizou-se, pelo menos em Pernambuco, a pré-dica da reforma agrária. Esse Congresso desenvolveu o processo eleitoral no Estado de sua ocorrência, baseando-se na denúncia permanente do anacronismo das estruturas rurais e na condenação do acentuado atraso econômico

(industrial-urbano) em que a oligarquia agrária “semifeudal” dominante mantinha Pernambuco. Ademais, realizou-se no mês seguinte (setembro), em Recife, o “Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco”, auspiciado pelo Professor Josué de Castro, então Diretor-Geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) (MORAIS, 2002:30).

Nos anos subseqüentes, a influência extraordinária exercida pelo “Congresso de Salvação do Nordeste” na política econômica e social da referida região é avaliação compartilhada na literatura dedicada ao assunto. Uma de suas resoluções foi a realização de um congresso especial para debater os problemas agrários da região. Este foi realizado três anos mais tarde, em 1958, e constituiu o “Encontro de Salgueiro”, que contou com representantes do Presidente da República e de governos estaduais da área. Na ocasião, um dos representantes do Governo Federal, o general Machado Lopes, chegou a informar ao presidente Juscelino Kubitschek que aquela reunião o havia convencido de que o Nordeste era uma “zona explosiva”, merecendo imediatas soluções para seus problemas. No ano seguinte, sob a têmpera desses alardes que adquiriam vulto aos olhos governamentais, realizou-se o “Seminário de Garanhuns”, onde se estudou com profundidade os problemas socioeconômicos da região. O descobrimento da dura realidade nordestina fez surgir o chamado *Conselho de Desenvolvimento do Nordeste* (CODENO), do qual floresceu, imediatamente, a SUDENE – *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste* (MORAIS, 2002:66).

Foi ainda no trâmite do governo JK, anos de ampliação das liberdades democráticas, que as Ligas Camponesas expandiram-se por outras áreas do Estado de Pernambuco e mesmo além de suas fronteiras. Isso ocorreu após uma conquista de grande importância desdobrada naqueles idos. Em 1959, os camponeses exigiram a distribuição das terras do conhecido Engenho Galiléia, onde o movimento das Ligas ressurgiu ainda mais vigoroso após as contendas públicas que exerceram pressão a favor da expropriação daquele engenho. Esse fato consumado acabou consolidando seu prestígio em âmbito nacional e, não muito distante desses acontecimentos, o conteúdo político e o crescimento das Ligas Camponesas ainda passaram a contar com as influências da Revolução Cubana¹⁴. Tanto assim que, em abril de 1960, dois de seus dirigentes – Francisco Julião e Clodomir Moraes – acompanharam o candidato à Presidência da República, Jânio Quadros, em sua viagem a Havana e Caracas, de onde regressaram entusiasmados com a reforma agrária cubana e com o grande movimento rural que se

realizava na Venezuela, com mais de mil sindicatos agrícolas e a atuação de aproximadamente trezentas ligas camponesas.

A despeito de sua crescente expressividade no panorama sócio-político brasileiro, cabe precisar que as Ligas Camponesas assumiram importância política notável apesar de não haverem constituído uma vertente teórica no debate sobre o problema agrário, representando, porém, uma alternativa ao seu encaminhamento¹⁵. Alguns dos seus principais líderes, como Francisco Julião, eram egressos do Partido Comunista Brasileiro, do qual discordavam das linhas programáticas relacionadas à questão agrária. Destoando do PCB, se concentravam na natureza da reforma agrária, no peso e papel do campesinato para sua concretização e nas ações táticas e objetivos estratégicos da revolução brasileira.

Enquanto o PCB concedia prioridade às chamadas “medidas parciais”, cujo procedimento Julião julgava limitador do alcance da reforma da estrutura agrária, o cerne do movimento das Ligas pautava-se a favor da luta pela reforma agrária radical, traduzida no embate sem trégua contra o monopólio da terra. Colidindo, portanto, com as posições comunistas oficiais que, como visto anteriormente, na sua proposta de frente única admitiam a participação dos setores do latifúndio em contradições com o imperialismo norte-americano, os dirigentes das Ligas alçavam o campesinato como a principal força revolucionária do campo, divergindo do PCB que atribuía o papel dirigente aos trabalhadores assalariados organizados em sindicatos rurais. Outra discordância baseava-se no fato de que as Ligas não aceitavam a tese dos comunistas sobre a etapa democrático-burguesa da revolução brasileira, ou seja, não concordavam com a tática de subordinar a reforma agrária à questão nacional-democrática, considerada pelo PCB como expressão da contradição principal que dominava a etapa política do país e que opunha os setores nacionalistas e progressistas ao imperialismo (AZEVEDO, 1982:89).

Na verdade, para Francisco Julião a reforma agrária era a coluna mestra na liquidação das instituições capitalistas e na instauração do regime socialista (VIEIRA, 2002:171). Neste sentido, no entendimento dos dirigentes das Ligas, o combate contra o latifúndio era uma forma de questionamento da ordem burguesa e apontava para a transformação do regime de produção. O conteúdo básico da reforma agrária radical era a criação de uma economia camponesa, orientação esta que, como foi assinalado anteriormente e conforme se explicitará no Apêndice V, respectivamente, não estava

consubstanciada nem nos programas do PCB nem nas formulações teóricas da intelectualidade empenhada em interpretar o campo brasileiro. As Ligas tinham como linha principal de luta a manutenção e ampliação da posse da terra pelos camponeses, nisso destoando de outros atores políticos envolvidos no debate¹⁶. O objetivo principal dessa proposta de reforma agrária consistia na alteração da estrutura da propriedade da terra, sem estabelecer ressalvas quanto a desapropriação dos latifúndios, medidas essenciais para viabilizar o surgimento da propriedade camponesa ou, ainda, da propriedade estatal. Se essas prerrogativas destoavam de outras no mesmo período no que tange a liquidação do “latifúndio” e a defesa do livre acesso à terra¹⁷, à semelhança de outros protagonistas à esquerda, as Ligas também reivindicavam o direito de organização e expressão livre dos sindicatos e o respeito e ampliação da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, visando a melhoria das condições de vida das populações rurais.

Se, como visto anteriormente, a “Declaração sobre a política do PCB” de 1958 apresentava um abrandamento das tendências mais radicalizadas, instituindo deliberações progressistas, porém moderadas e firmemente ancoradas no campo nacional-estatista, um conjunto de circunstâncias no plano internacional apresentaria o duplo viés de instaurar, num só lance, a renovação de suas esperanças e novas dificuldades no quadro das forças políticas à sua “esquerda”. No último caso, a manutenção das orientações de 1958, aliás em suas linhas gerais reafirmadas no Vº Congresso do PCB em agosto de 1960, passaram a sofrer a concorrência crescente dos tradicionais grupos trotskistas em virtude da vitória da Revolução Cubana, em 1959, e de sua radicalização que se estendeu até 1961, quando esse país se proclamou socialista. Esses desdobramentos também influenciaram sobremaneira as convicções em torno da reforma agrária radical já acalentadas pelas Ligas Camponesas.

Mais precisamente, no bojo das discordâncias que os dirigentes das Ligas mantinham frente às diretivas do PCB, a invasão da Baía dos Porcos por exilados cubanos foi verdadeiramente um fato que instaurou mudança de perspectiva nos objetivos então perseguidos por eles. A partir desse evento histórico de reconhecido impacto sobretudo na América Latina, a trajetória das Ligas Camponesas mudaria de rumo. Em 1960, seus dirigentes haviam planejado para cinco ou dez anos uma organização das massas rurais brasileiras a fim de preparar as bases da chamada Aliança Operário-Camponesa, tida como imprescindível para a futura revolução brasileira. Não

tinham até então, seguramente, outras pretensões imediatas. No entanto, ocorre que com a invasão da Baía dos Porcos em abril de 1961 modificaram-se todos os planos. Com a entrada da força de cerca de 1.500 homens treinados na Nicarágua por instrutores norte-americanos e composta por exilados cubanos e mercenários ianques na Praia Girón, na Baía dos Porcos, Estado de Matanzas, no litoral Sul, ao lado do Estado de Havana (SADER, 2001:69), os dirigentes das Ligas admitiram que a derrubada da Revolução Cubana adiaría, sem nenhuma dúvida, a revolução brasileira. Admitiam, também, que, à medida que os EUA estavam decididos a derrotar o Governo de Fidel Castro, derrotariam do mesmo modo os governos amigos de Cuba, incluindo o de Jânio Quadros. E, como persistisse a ameaça de invasão à ilha castrista, as Ligas abandonaram o plano de organizar as massas rurais no longo prazo e passaram a preparar focos de resistência guerrilheira (MORAIS, 2002:41), articulada em campos de treinamento que ficaram conhecidos como “dispositivos militares”. Na encruzilhada desses fatores políticos externos que cingiram novas orientações de atuação para as Ligas Camponesas¹⁸, há que se lembrar, inclusive, que seus dirigentes ainda tinham lembrança bastante viva a respeito das tentativas de golpe contra o regime representativo brasileiro, com a finalidade de implantar uma ditadura militar reacionária¹⁹. Assim, confrontados diante desses fatores, os dirigentes das Ligas decidiram preparar o esquema armado para resistir ao golpe iminente e para oferecer aos camponeses núcleos de proteção contra o terror que, inevitavelmente, seria desencadeado por militares e latifundiários.

Ao lado dessas prerrogativas táticas assumidas pelos líderes das Ligas Camponesas, o desenrolar dos anos 1961-1964 ainda assistiria o advento de outras correntes portadoras de propostas e estratégias de luta em prol da reforma agrária no país. Desse modo, convém, ainda que rapidamente, passar em revista esse quadro social reivindicatório.

III.3. O sindicalismo cristão e a atuação de outras correntes

Além das Ligas Camponesas, outras correntes à esquerda do espectro político flamejaram propostas de mudanças para o campo brasileiro anos antes do Golpe Militar de 1964. No caso específico das organizações de esquerda no Brasil, além da Organização Revolucionária Marxista-Poítica Operária (Orm-POLOP) e do Partido

Comunista do Brasil (PC do B)²⁰, formados em 1961 e 1962, respectivamente, e que exemplificam a corrente trotskista, neste último ano a diversificação da linha aprovada em 1958 pelo PCB operou-se por intermédio do agrupamento de setores católicos radicalizados em torno da Ação Popular (AP)²¹. No mesmo sentido, as dissonâncias também ocorriam através da pulverização das correntes nacionalistas tanto no movimento das Ligas Camponesas empostando a bandeira de transformar-se em partido político, quanto na estruturação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e de outras tendências aglutinadas ao redor de Leonel Brizola já na passagem para o ano de 1964, representadas pelo Grupo de 11 e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)²².

Contudo, no contexto em evidência, a renovação das esperanças do PCB advinha da possibilidade de um governo nacionalista democrático consubstanciado na renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e o acirramento da luta pelas “reformas de base” que se estenderia até fins de 1963, quando João Goulart pareceu decidir-se pela aposta nos movimentos sociais e, por intermédio de San Tiago Dantas, passou a reunir a chamada “esquerda positiva” em prol da articulação do que os comunistas concebiam como um governo nacionalista democrático. Mas não eram somente as expectativas do PCB que nesse lance pareciam ser contempladas. Toda uma conjuntura de radicalização, talvez a mais intensa de todo o século XX na sociedade brasileira, renovava as suas energias e aspirações. A luta pela reforma agrária que se desenvolvia no campo, com as Ligas Camponesas e o movimento pela formação dos sindicatos rurais (mais de 800 sindicatos reconhecidos ou em fase de reconhecimento legal) já havia demarcado sua expressividade nacional, levando à formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), em dezembro de 1963²³. Numerosas ocupações de terra, seguidas de choques violentos, haviam mobilizado os camponeses que entoavam a palavra de ordem “Reforma agrária na lei ou na marra” e que, agora, em face da envergadura de João Goulart e da sinalização em prol da reforma agrária, sentiam as chances de suas reivindicações serem atendidas legalmente (REIS FILHO 2002:90-93).

Entrementes, com o retorno do presidencialismo, João Goulart enfrentaria oposição mais acirrada se comparada ao período anterior. Em face do agravamento da crise econômico-financeira, que elevava a taxa de inflação a níveis alarmantes, e da eclosão de tensões sociais, o presidente Goulart utilizou-se de duas medidas para tentar

equacionar a situação econômica e promover reformas atenuantes ante os mais graves conflitos sociais. Foi assim que o Plano Trienal tornou-se a primeira medida presidencial englobando reformas com um plano de estabilização econômica, ensaiando colocar em prática uma política econômica de centro, baseada em uma coalizão multiclassista²⁴. A segunda cartada política lançada consistiu na apresentação à Câmara dos Deputados, por meio do PTB, de um projeto de emenda constitucional visando permitir a desapropriação de terra sem indenização prévia em dinheiro. Ambas medidas, como não foram capazes de criar um acordo acerca dos problemas substantivos que abrangiam, vieram a falhar num curto prazo (FIGUEIREDO, 1993:90-94).

No âmbito do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), de caráter suprapartidário, defendia as propostas nacionalistas-reformistas, apoiada na União Nacional dos Estudantes (UNE), em diversos sindicatos (sobretudo os dirigidos pelas emergentes lideranças sindicais fora do “peleguismo” sindical), nas Ligas Camponesas e nas comunidades eclesiais de base. Posteriormente, ocorreu a radicalização do movimento pró-reformas em virtude da formação da Frente de Mobilização Popular (FMP), basicamente formada por membros da ala radical pró-reformas do PTB, algumas poucas lideranças de outros partidos e com a presença do líder petebista gaúcho Leonel Brizola. A FMP, portando-se como uma entidade oposicionista, nem mesmo poupando o governo Goulart no que ele tinha de tímido em relação ao reformismo, objetivava mobilizar a massa para pressionar o Executivo e o Legislativo nacionais na rápida efetivação das reformas, contando para tanto com a colaboração ativa da FPN, de sindicalistas urbanos e rurais, de estudantes e de líderes dos soldados e sargentos. Essa inflexão no cenário político do momento fez com que as organizações comunistas encontrassem concorrência junto ao movimento popular (D’ARAÚJO, 1996:147-150)²⁵.

Não obstante, se antes de 1964 o PCB havia fortalecido sua presença na organização e nas reivindicações dos trabalhadores rurais, ao mesmo tempo o partido foi perdendo influência sobre os movimentos camponeses à medida que cresceu em importância conjuntural as políticas de frente única e de aliança entre a classe operária e a burguesia nacional, ambos compromissos atestados em seus documentos. No âmbito dessas orientações, o lugar e a representação políticos do campesinato na constituição de uma democracia burguesa passaram a ser minimizados, configurando uma restrição aos

propósitos de suas lutas à medida que esses acordos adquiriam vulto (MARTINS, 1995:10).

O vácuo de influência do PCB sobre os movimentos camponeses, aberto no marco de sua posição doutrinária a respeito da superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas, somado ainda à progressiva alteração na concepção a respeito do lugar político do campesinato, instituiu as condições para o crescimento da presença da Igreja nesses movimentos, favorecendo, ainda, a consolidação do sindicato no campo. A fragilização da influência do partido sobre os movimentos camponeses seria acrescida ainda e posteriormente com o impacto do advento da ditadura militar expresso na perseguição atroz movida contra os militantes políticos no campo, comunistas e não comunistas (MARTINS, 1995:11-12).

Antes disso, porém, no Nordeste, o crescimento dos sindicatos rurais ligados à Igreja acompanhou a expansão e radicalização das lutas no campo passadas até aqui em ligeira revista. Tendo sido iniciado por volta de 1960, esse movimento derivou da mudança de orientação do Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte (SAR) que, criado em 1949 e com atuação nitidamente paternalista, voltou-se para um trabalho de formação e treinamento de lideranças nas comunidades e de criação de sindicatos em face do crescimento das Ligas. Nos primeiros anos da década de 1960, essa nova orientação da entidade alastrou-se por todo o Nordeste. A atuação básica dos sindicatos cristãos revestia-se da defesa legal dos trabalhadores, lidando com questões tais como: rescisão de contratos de locação por tempo indeterminado e expulsão sem aviso prévio; rescisão dos contratos de exploração agrícola pelo proprietário sem que o parceiro pudesse fazer sua colheita; destruição das culturas pelo gado dos proprietários; falta de cumprimento da legislação trabalhista (MEDEIROS, 1982:56). Contudo, a questão da reforma agrária não foi ignorada pelo sindicalismo cristão, embora fosse tratada por ele em sentido diferente da proposta encaminhada pelas Ligas e pela ULTAB.

A tônica da linha de atuação do sindicalismo cristão em favor da reforma agrária aparece nitidamente nas conclusões do “1º Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte”, realizado em julho de 1963. Além das reivindicações trabalhistas, o movimento sindical propugnava uma reforma agrária segundo os princípios cristãos, onde estivesse contemplado o “cadastramento e requisição de todas as propriedades e terras desocupadas pertencentes à municipalidade, ao estado e à Nação”, indicando

ainda a necessidade da “formação de uma opinião pública favorável a uma justa reforma agrária (facilidade de crédito, assistência técnica, cooperativismo)”.

Conforme referenda CALAZANS (1969:154), estudiosa do sindicalismo cristão no período: *“Nas conclusões da 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, os camponeses sindicalizados falam da reforma agrária em um tom completamente diferente do que as ligas utilizavam quando eles analisavam o problema da terra. Por exemplo: eles pediam que os latifúndios, as terras inexploradas, abandonadas e as que são mal exploradas, fossem desapropriadas por utilidade pública pelo governo e vendidas, a longo prazo, aos legítimos camponeses, isto é, aos que cultivam a vivem dessa terra. Isto sob a jurisdição de um organismo especial do qual devem fazer parte os representantes dos trabalhadores rurais, observando, na distribuição da terra, os problemas de educação, crédito, assistência técnica e respeito à liberdade da pessoa humana, recusando as soluções pela invasão da terra alheia”*.

Ainda segundo a pesquisadora, amparando-se num exemplo importante dessa linha de atuação como as propostas do Padre Melo, em Pernambuco, o princípio que regia a atuação desse setor da Igreja junto ao movimento sindical no Nordeste era o da conciliação, segundo o qual *“tratava-se de trabalhar para o homem e não para a classe, mudar pela educação e não pela luta de classes, organizar e colaborar, trabalhar para todos e não só para um”* (CALAZANS, 1969:170).

Todavia, o sindicalismo cristão não se restringiu a essa modalidade de posicionamento. Os movimentos ligados ao MEB (Movimento de Educação de Base) e a AP (Ação Popular) sofreram uma radicalização bastante significativa entre 1962-1963, marcando o aparecimento de uma nova linha de atuação junto ao movimento camponês.

A AP surgiu em 1962, embora o ato formal de fundação só tenha ocorrido em 1963, na cidade de Salvador. Oriunda da Juventude Universitária Católica (JUC), a AP veio à lume impulsionada por um movimento social que já não cabia nos limites da Igreja e como resposta aos questionamentos perpetrados pelo episcopado à sua ala mais esquerdista. Não era propriamente um partido político, mas antes um movimento dessa natureza, pautando-se em uma filosofia essencialmente humanista segundo a qual o desenvolvimento integral do homem somente seria viabilizado a partir da eliminação das estruturas de dominação e da participação real do pólo dominado da sociedade.

Engajada num esforço de conscientização, permeada com casos de dupla militância entre seus integrantes que ainda mantinham relações com a JUC, a AP pautava-se numa prática voltada para que os homens tomassem eles próprios seus destinos nas mãos²⁶.

Discorrendo sobre a aprovação do *Documento Base* da organização, elaborado na ocasião do seu Iº Congresso, ocorrido em fevereiro de 1963, cujas diretrizes fundamentais norteariam suas ações até 1968, Marcelo Ridenti comenta: “(...) *sob o impacto recente da vitória da Revolução Cubana, as idéias marxistas mesclavam-se à inspiração cristã no documento, que adotava a ‘perspectiva do socialismo como humanismo, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação’*. Defendia-se o caráter socialista da revolução brasileira, embora a análise ainda se prendesse a uma visão dualista da economia e da sociedade: haveria a coexistência de um setor arcaico e feudal em parcelas do campo, com um setor capitalista crescente no conjunto da sociedade; a proposta era lutar contra ‘a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal’, com prioridade para a organização de operários e camponeses, numa política de preparação revolucionária. A proposta de socialismo, contudo, afastava-se da fórmula de ditadura do proletariado, vigente no Leste Europeu” (RIDENTI, 2002:232-233).²⁷

A AP desempenhou um papel significativo tanto no Movimento de Cultura Popular²⁸ quanto nas tentativas de alfabetização das massas, através do MEB, entidade criada em 1961, fruto de um entendimento entre o governo federal e a CNBB. Inscrito na hierarquia católica e apesar de ser um movimento essencialmente educativo sem um projeto político definido, o MEB absorveu, no início dos anos sessenta, integrantes da AP e de católicos de esquerda que priorizavam a organização política de operários e camponeses, valendo-se para alcançar esse objetivo do processo de aprendizagem. Estruturado em um sistema que envolvia aulas radiofônicas, o MEB atingiu 14 estados e um território em 1964, contando com 380 mil alunos que concluíram os estudos entre 1961 e 1965, mobilizando milhares de professores, supervisores e monitores voluntários (WANDERLEY, 1984:60-61; 404).

Em dezembro de 1962, ocasião do “1º Encontro de Coordenadores”, a corrente hegemônica no interior do MEB passou a ser vinculada aos chamados católicos radicais, vinculados à AP. Nesse encontro consolidou-se o princípio de que a educação, razão de ser do MEB, “deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo”. Como instrumento dessa prática elaborou-se a cartilha *Viver é lutar*,

considerada subversiva e imediatamente apreendida pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Com a perspectiva de trabalhar em direção à uma conscientização, os sindicatos passaram a ser considerados extremamente importantes para a AP e para o MEB. Eram entendidos como formas de organização que poderiam levar, em um primeiro momento, à uma transformação revolucionária do campo, e, posteriormente, do conjunto da estrutura social. Por intermédio de sua participação nos sindicatos os trabalhadores rurais iriam desenvolver sua consciência de classe e pensar em termos de ação de classe, ao contrário, portanto, como visto anteriormente, do sindicalismo cristão. Sem um programa definido de ações, a proposta da AP era fazer brotar os interesses de classe e a necessidade de lutar por eles.

No entanto, o movimento no sentido de criar federações e, posteriormente, uma Confederação de Sindicatos Rurais, impôs a AP o abandono de seus princípios. Em 1963, ela também estava envolvida no esforço de criar sindicatos, sem muita preocupação com o nível real de consciência e organização dos trabalhadores. A influência desse setor cresceu tanto e tão rapidamente que, por ocasião da criação da já citada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em dezembro de 1963, o PC e a AP tiveram que fazer um acordo entre si, dividindo os cargos da nova entidade proporcionalmente à força que tinham no controle das federações. A ULTAB ficou com a Presidência e a função de Tesoureiro ao passo que a AP assumiu a Secretaria. Os católicos moderados somente conseguiram dois postos, inexpressivos: a terceira vice-presidência e a segunda secretaria.

Diante do que até aqui foi apresentado, nota-se que a articulação do movimento camponês na passagem da década de 1950 para a de 1960 foi alvo de três principais linhas de força à esquerda. Em síntese, o PCB compreendia a luta pela terra como componente da revolução democrático-burguesa, as Ligas Camponesas enfatizavam o potencial revolucionário da luta pela terra realçando o papel do campesinato, e os católicos radicais, ingressantes no período final do movimento camponês antes de 1964, tinham como proposta básica buscar o “ideal histórico” do movimento.

APÊNDICE IV

Os interesses da educação rural capitalista na formação social brasileira e a CNER (Campanha Nacional de Educação Rural)

No decurso de nossa investigação, quando nos deparamos com as relações estabelecidas entre Valverde e a CNER e que foram explicitadas nos capítulos 8 e 9 de nosso trabalho, julgamos válido indagar o surgimento dessa Campanha no segundo Vargas remontando-se aos interesses da educação rural capitalista na formação social brasileira. Sendo assim, neste Apêndice relativo à nota 5 do Capítulo 9 convém distinguir certos traços marcantes da história da Educação Popular no Brasil a fim de se enquadrar de forma mais apropriada a natureza dos propósitos carreados com o surgimento da CNER no decurso da fase de produção do geógrafo brasileiro que se estendeu entre 1951 a 1964.

Sem sombra de dúvidas, o percurso sobre as condições históricas explicativas do surgimento da CNER (Campanha Nacional de Educação Rural) merecem alguns comentários a fim de revelar seus objetivos, métodos e teor filosófico-ideológico, pois cremos que isso nos ajudou a desvendar seu significado no período que atraiu nosso interesse sobre a obra de Orlando Valverde (1951-1964). Na verdade, embora possa parecer exaustivo, esse itinerário se apresentou incontornável quando se almejou entender mais acuradamente o contributo geográfico de Orlando Valverde produzido nos anos cinquenta *vis-à-vis* das políticas para o campo preconizadas durante o segundo mandato Vargas. Foi somente transpondo o trajeto investigativo desse aspecto que chegamos a ver como os mesmos imprimiram marcas no discurso geográfico valverdiano. Vale dizer que esse percurso nos auxiliou compreender seu envolvimento nos trabalhos da CNER e a visão de mundo mais ampla do geógrafo atinente ao campo brasileiro tal como apresentado nos capítulos 10, 11, 12 e 13 de nosso trabalho.

De acordo com esse registro interpretativo, inicialmente amparando-se em COSTA (1972), é mister frisar que as preocupações atinentes ao assunto floresceram

das formulações liberais, prevaescentes na formação do Estado Nacional brasileiro. Em visão retrospectiva que nos arremete para idos anteriores da fase de produção de Orlando Valverde relativa ao período 1951-1964, de acordo com a contribuição da pesquisadora as elites que tomaram o poder em 1822 expurgaram do pensamento liberal suas feições mais radicais, talhando-o para uso e benefício próprio, extraindo dele uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática¹. Nessa descama, baseado no discurso da universalidade dos direitos, o pensamento liberal assim redimensionado alumiu a questão da Educação do povo como um de seus candeeiros mais luzente. Nesse movimento, a Educação passou a ser identificada como instrumento de progresso econômico e social onde imperava a necessidade em se habilitar o homem comum para o enfrentamento das novas demandas sociais.

No que pode-se chamar como sendo o primeiro momento da Educação Popular no Brasil, justamente aquele desenrolado ao longo do Império e no período republicano, prevaleceu no trato da questão muito mais um discurso sobre a educação do povo do que propriamente a edificação do sistema escolar. Entre 1880 e 1920, um dos interstícios desse primeiro momento, o proletariado urbano brasileiro conheceu um crescimento significativo e por intermédio das greves reivindicou os direitos de cidadãos para os trabalhadores das fábricas. No bojo desse processo, sobretudo a partir da década de 1920, momento de aumento crescente da migração rural-urbana, a educação rural, mais especificamente, passou a merecer atenção das classes dominantes que viam naquele quadro de demandas uma ameaça à estabilidade social.

Conforme destaca BARREIRO (1989:90-91), nessa físga temporal ascendeu à cena dos debates educacionais no país o ideário em torno das possibilidades de uma escola capaz de valorizar a vida no campo. Entrementes, no cômputo de suas formulações, a estrutura determinante das condições de vida da população migrante não foi efetivamente contemplada. Portadora dessa contenção e lacuna, a preocupação das elites em promover o habitante rural via educação arregimentou a idéia de uma escola afeita às orientações do “ruralismo pedagógico”. Segundo esse formato específico na apropriação da questão, apreciou-se uma escola integrada às condições locais, de cunho regionalista, cujo propósito mais importante estaria voltado para promover a “fixação” do homem ao campo. Assim concebida, a educação rural baseada nos horizontes pretendidos pelo “ruralismo pedagógico” atendia tanto aos interesses da oligarquia quanto dos industriais do período, pois, para os primeiros, a

produtividade na lavoura não era reduzida e assegurava-se, além disso, os braços para o trabalho e, para os segundos, promovia-se a “fixação” de contingentes no campo, contornando um temerário “inchaço” dos centros urbanos e a impossibilidade propalada de absorver tal mão-de-obra.

No fio do tempo, já no irromper a década de 1930, o controle do Estado foi assumido por uma nova composição das forças políticas aglutinando setores médios urbanos, a nascente burguesia industrial e elementos das oligarquias. Diante desse entrelaçamento de poder, afigurou-se a necessidade premente em se oferecer respostas hábeis para contornar ou minimizar a crise econômica agudizada em 1929 e consolidar o pólo urbano-industrial do país. No interior desse processo crestado no avanço do capitalismo industrial exigente de mão-de-obra qualificada para as novas funções do trabalho, SOUZA (1999:4) chama a atenção para o fato de que tornou-se primordial renovar as *“proposições de adestramento e disciplinarização dos trabalhadores urbanos, assim como, a reorientação do trabalhador rural, na medida em que, prospectivamente, tecnologias mais modernas atingissem o campo”*².

Para o que interessa mais de perto, a historiografia educacional brasileira reconhece que o sistema educacional no país não passou ileso ante as demandas das transformações sócio-econômicas desses anos. Na verdade, ele foi alvo de mudanças pretendidas, dentre as quais despontou ainda nos anos trinta a proposição de que a Educação seria, no curto prazo, a verdadeira transformadora das estruturas econômicas e sociais. Esse ideário, conforme preza referendar, parece não ter estado ausente das esperanças primevas depositadas por Valverde e seus mestres no Colégio Pedro II no tocante ao papel reservado à educação na transformação da realidade brasileira. Apenas lembrada essa aproximação sugerida no capítulo 1 de nosso trabalho, em sentido complementar e avançando no tempo sem esquivar-se do âmago dessa congruência de ideais, PAIVA (1973:24-25) considera que a Constituição de 1937 forneceu o detalhamento do posicionamento do Estado Novo em relação à educação popular. Nela, segundo a autora, definiu-se uma outra política educacional, destinada, em um flanco, a enfatizar valores ideológicos afeitos a esses reclames do período e, noutra ilharga, também dirigida para oferecer sustentação ao seu projeto autoritário. Em outras palavras, a ampliação da rede de ensino tomada como responsabilidade pelo governo central a partir de então se prestou à uma estratégia nada turva, ou seja, promover claramente a capacitação da mão-de-obra *pari passu*

com a defesa da ordem social estabelecida durante o regime discricionário. Embora algumas bases da educação popular tenham sido fincadas certamente antes do período estadonovista (pense-se, por exemplo, no “Manifesto dos Pioneiros” que, desde 1932, havia introduzido no país a problemática do planejamento educacional), a Constituição de 1937 não se esquivou do assunto visando atender a particularidade desse propósito. Foi em conformidade com ele que nela se esboçaram medidas destinadas em favor da educação popular cujos resultados conduziram à criação de uma Comissão Nacional do Ensino Primário, que culminou em 1938 com a criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a instituição por decreto, em 1942, do FNEP (Fundo Nacional do Ensino Primário). Este último, pela primeira vez no país, garantiu a aplicação dos recursos no sistema de ensino primário visando atingir a maioria da população (SOUZA, 1999:78).

Apenas aproximando-se um pouco mais do contexto de surgimento da CNER, no que tange ao Estado Novo e sua proposta de educação popular relativa aos trabalhadores rurais, LENHARO (1986:67-68) chama a atenção para a dependência da mesma com relação aos pressupostos contidos na “Campanha Marcha para o Oeste”. O autor abordou o assunto sumariando o tipo de colono almejado para os casos das Colônias Agrícolas Nacionais, sobretudo as de General Osório, Dourados e Goiás. Na análise por ele empreendida a respeito das políticas de colonização e trabalho no Brasil dos anos trinta, durante o Estado Novo a especialidade do colono requerido para os intentos daquele programa foi demarcada de acordo com o *“esquadrinhamento disciplinar que o acompanharia e pelas exigências da organização da produção”*, obrigando-o a submeter-se às novas relações de trabalho calcadas no cooperativismo inerente ao chamado “Aprendizado Agrícola”. Nos trâmites da efetivação dessa orientação posta em marcha naqueles casos, temperada com os acepipes da pedagogia do regime, vigorou *“a projeção fantástica de um futuro grandioso e a dignificação pelo trabalho do agricultor”* (LENHARO, 1986:71). Desse modo, na visão crítica do analista, colocaram-se em prática estratégias de poder e disciplinamento sobre o trabalhador rural que tomaram a direção de *“segurá-lo na terra, como objeto de ganância dos proprietários; arrancá-los de seu meio, para esvaziar a tensão social, quando isto se fazia necessário; orientar os fluxos migratórios, com finalidades políticas; impedir o livre movimento dos sem terra, isto é, dificultar e cercar o posseiro, e acima de tudo, criar o ‘novo’ trabalhador rural*

brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado” (LENHARO, 1986:14). Com isso, tanto os intentos daquele programa de ocupação do território quanto o formato da pedagogia do “Aprendizado Agrícola” por ele arremessada ao primeiro plano nas iniciativas do Estado Novo com relação à educação do trabalhador rural podem ser vistos, ainda segundo esse escrutínio analítico, como tendo sido baseados numa colonização múltipla, dirigida não somente aos espaços, mas também aos corpos e mentes.

Apesar do trâmite dessas iniciativas e das mudanças político-institucionais verificadas no decurso dos anos trinta, BARREIRO (1989:90-91) argumenta que a perspectiva do “ruralismo pedagógico” no tratamento da educação rural permaneceu até a década de 1940, quando outras propostas passaram a ser implementadas. Porém, conforme alerta a pesquisadora, isso não acrescentou nada de novo em relação à postura conservadora do movimento até então vigente, ou, em suas próprias palavras, a partir desse lustro “*mudaram apenas os seus promotores*”. Para aclarar essa afirmação, a explicitação das razões contextuais mais gerais do período são bastante elucidativas quando vistas da perspectiva do caso brasileiro.

Nesse campo, é preciso entrever que o tema da educação popular adquiriu dimensões intercontinentais com o advento da Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento, inúmeras agências especializadas na questão passaram a atuar mais pronunciadamente nos diversos quadrantes do globo. A nível interno, em 1942 – apenas dez anos antes do despontar da CNER –, consoante ao alinhamento do Estado Novo com os Estados Unidos diante do conflito mundial, os dois países firmaram um convênio dedicado ao incremento da produção de gêneros alimentícios cuja prorrogação estendeu-se até 1944. Ao que tudo indica, através dessa medida seus governos procuraram minimizar preocupações comuns com relação ao parecer tão trivial à época de que povos famintos seriam mais propensos à assimilação da propaganda política comunista. É de interesse realçar que o próprio movimento do contexto não tardaria em respaldar esse diagnóstico suscitando razões adicionais para que o teor dessa avaliação também fosse estendido ao tratamento dos assuntos educacionais no Brasil. Com efeito, desde 1943, o PCB havia tomado em riste a tarefa de levar a educação popular tanto para as cidades quanto para o campo brasileiros. A investida em ir ao encontro da população com essa bandeira contou com a decisão do partido em atuar sem perder de vista a prioridade na educação de adultos. Abastecido

com objetivos explícitos de conscientização e difusão de idéias comunistas, acreditava na validade desse trabalho considerando-o bastante apto para deflagrar movimentos políticos de combate às estruturas sócio-econômicas internas e externas contra as quais empunhava sua luta. Levando-se na devida conta as repercussões políticas dessas iniciativas, as medidas em favor da Educação Popular tomadas durante o Estado Novo adquirem contornos mais claros.

Uma vez de posse desses elementos, no dizer de SOUZA (1999:78-79) Vargas atribuiu à educação popular papéis bastante demarcados, tais como o de se prestar a ser um “*mecanismo de difusão ideológica em defesa do nacionalismo; o de formação de mão-de-obra atualizada para o trabalho na indústria (explicitado nos convênios com a Confederação Nacional das Indústrias – CNI e com a criação das escolas técnicas como o SENAC e SENAI) e ainda, com as propostas de educação rural para conter o êxodo.*” É diante das mesmas vicissitudes apresentadas que se torna possível vislumbrar o sentido subjacente ao “Acordo sobre Educação Rural”, firmado em 1945 entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a *Inter-American Educational Foundation, Inc.* Nessa cooperação na qual a agência norte-americana estava subordinada ao *Office of Inter-American Affairs*, o Governo dos Estados Unidos aceitava a defesa de uma maior aproximação interamericana mediante intercâmbio intensivo de educação, idéias e métodos pedagógicos entre os países do continente. Com o estabelecimento desse acordo, o Brasil se preparava mais diretamente para ingressar na concepção pedagógica fundamentada no “Desenvolvimento de Comunidade” e que também revestiria os propósitos da CNER. Todavia, evitando adiantar essas relações, do acordo em pauta resultou junto ao Ministério da Agricultura a criação da “Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais” (CBAR), composta por técnicos dos dois países, responsáveis pela execução do programa (BARREIRO, 1989: 94). À disposição da CBAR, os EUA colocaram um corpo de especialistas em educação rural e concederam bolsas de estudo para brasileiros naquele país. Esse corpo de iniciativas, seria desalinho não atentar, processou-se coetâneo com a ida de geógrafos ibegeanos para as universidades norte-americanas, aspecto já tratado no capítulo 3 de nosso trabalho.

O dado mais importante há ser destacado do “Acordo sobre Educação Rural” consiste na técnica de trabalho então aconselhada. Com ênfase, ele sinalizou a adoção de Missões Rurais para o campo como medida imprescindível, cuja constituição

estava em conformidade com a técnica do “Desenvolvimento de Comunidade”. Aliás, como se observa, a confluência desses propósitos foi esmerilhada sem desprestígio ante as tradicionais orientações educacionais vigorantes na formação política brasileira e, muito provável em função disso, veio a conhecer novos impulsos nos momentos finais do Estado Novo e no segundo pós-guerra, o que nos aproxima, finalmente, do cerne do momento do qual nos ocupávamos antes dessa aparente digressão.

Para uma compreensão mais ajustada acerca deste ponto, ajustemos um pouco mais as lentes sobre o contexto específico dessas vagas educacionais em nosso meio. Como é largamente conhecido, com o término do conflito mundial acentuou-se a distribuição global de forças entre os blocos econômico-militares e uma série de organismos supranacionais foi articulada em miríades estratégicas visando controlar a ordem política e os dilemas da exclusão social. Nas malhas desse contexto, nas palavras de BARREIRO (1989:92-93), *“acreditavam os EUA que, na luta ideológica então travada, os povos famintos assimilariam mais facilmente a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas. Convicto de suas idéias, o governo americano inicia após a II Guerra Mundial um extenso programa de assistência técnica aos países pobres, especialmente àqueles situados na América Latina”*. Sob a camuflagem desse pensamento, os EUA edificaram e colocaram em marcha as engrenagens fundamentais para a manutenção de um mecanismo mundial de equilíbrio desigual do domínio econômico e político. Aliás, HOBBSBAWM (1995:223-225), entre tantos outros, tratou devidamente sobre o predomínio do pensamento anticomunista no bloco ocidental capitalista e a sustentação por ele representada durante décadas à consolidação da supremacia norte-americana no mundo. Na verdade constituído como principal espaço de reação definido desde o Plano Marshall, os EUA forneceu lenha ao discurso fundante do bloco ocidental erguido em torno da validade de suas ações anticomunistas. Contando com esse trunfo, os territórios com ele alinhados também foram aprumados no rumo da extirpação das sementes da “subversão” e dentre as necessidades proclamadas, a intervenção junto as classes subalternas mereceu atenta prioridade.

Resgatados esses delineamentos, importa entrever que os planos educacionais não somente no Brasil como também em tantos outros países, doravante submetidos ao formato polarizador dessa cepa ideológica, foram emoldurados nos princípios do

anticomunismo e preparados no interior dos organismos supranacionais do ocidente (SOUZA, 1999:46). Tal tendência, aliás, veio a conhecer seu recrudescimento embrenhando-se na extensividade da Guerra Fria, perante a qual a consolidação do bloco socialista e a sua expansão aos países orientais passaram a representar perigo para os países capitalistas, os quais, ademais, defrontavam-se com as perdas de suas colônias. No que tange o caso dos planos educacionais no Brasil, importa ressaltar que para o bom funcionamento e solidificação do centro acumulador da economia mundial fortalecido naquele momento formaram-se órgãos de gestão supranacionais (ONU, UNESCO e OEA), visando assegurar os nexos mundiais da acumulação e as garantias de controle das economias periféricas³.

Envolto no quadro das heranças educacionais cravadas no aparato público, submetido à lâmina afiada recrudescente desses novos tempos, o governo Dutra alicerçou seu discurso sobre a temática da educação popular amparando-se na redemocratização do país e, com o mesmo objetivo de difusão de idéias, não rompeu abruptamente com os projetos educacionais da fase final do Estado Novo (SOUZA, 1999:78). Paralelamente, durante o curto período de legalidade no qual se manteve atuante e de acordo com certos objetivos que considerava supostamente alcançáveis, o “partidão” participava ativamente das primeiras discussões sobre as Universidades Populares para trabalhadores do campo e das cidades (PAIVA, 1973:174) – aspecto já assinalado na nota 3 do capítulo 8 de nosso trabalho. Diante desse quadro político, o Brasil se mostrou cada vez mais receptivo às importações das ideologias favorecedoras ao bloco ocidental capitalista, cuja tônica esteve devidamente imiscuída nas propostas educacionais por ele sugeridas.

De acordo com os aspectos salientados, é possível compreender como, a partir da década de 1940, o “ruralismo pedagógico” deixou progressivamente de contar com a importância que antes havia desfrutado. Na malha dos acirramentos ideológicos advindos com o fim da Segunda Guerra Mundial e no compasso das formas de gestão supranacionais carreadas em seu âmago, a educação rural passou a constituir-se por intermédio de campanhas comunitárias, fundamentadas pela técnica de “Desenvolvimento de Comunidade” sobre a qual fazemos referência no corpo-de-texto de nosso trabalho, laureada nos convênios estabelecidos no período entre o Brasil e os EUA, para os quais muito contribuiu, vale dizer, não somente o assenso como também o irrestrito apoio da ONU (Organização das Nações Unidas). Com

efeito, no segundo pós-guerra e durante a década de 1950 a ONU empenhou-se em divulgar o “Desenvolvimento de Comunidade” como medida para solucionar o problema da integração das comunidades carentes aos planos governamentais de desenvolvimento. Contou para tanto com intenso apoio da Divisão de Assuntos Sociais da OEA (Organização dos Estados Americanos), criada em 1948. Contudo, conforme analisou BARREIRO (1989:94-95), essa visão de integração preconizada pela ONU não contemplava as contradições e desigualdades das sociedades, colocando o programa referido como meio de integrá-las à vida nacional. Mais tarde, em 1956 a ONU definiu a técnica de Desenvolvimento de Comunidade pautada no conceito societário que se rege pelos supostos da “harmonia” e do “equilíbrio, como um *“processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país”* (AMMANN, 1987:32, *Apud* BARREIRO, 1989:102-103).

Ainda relativo à questão do parágrafo anterior, de acordo com aportes essenciais do estudo de BARREIRO (1989:91-92), sem se limitar estritamente à educação rural, essa nova estratégia de ação voltada para a educação rural também incorporou a tarefa de estendê-la para o trabalhador rural adulto, valendo-se de campanhas comunitárias cujos passos decisivos franquearam decisivamente a institucionalização da referida técnica no Brasil. Na golfada de seus princípios, angariados avidamente pelas classes dirigentes brasileiras para respaldar intentos tradicionais de sua postura diante das questões educacionais do “povo” e contrabalancear a emergência da politização social no campo, a educação popular adquiriu um caráter mais amplo, pois, nesse momento, já não se tratava apenas de garantir a educação primária à população infantil como um investimento a longo prazo no desenvolvimento dos países. De forma complementar, as novas exigências do capital apontavam para uma necessidade imediata de reorganização da mão-de-obra adulta, incorporando a educação de adultos à temática da educação popular (SOUZA, 1999:5)⁴.

Foi na esteira da solidificação dessas propostas educacionais em âmbito nacional e quase às vésperas do irromper da CNER que, em 1949, realizou-se no Brasil o “Iº Seminário Interamericano de Educação de Adultos”. Esse evento ocorreu em Petrópolis, Rio de Janeiro, e mereceu o patrocínio do governo brasileiro, da UNESCO

e da União Pan-Americana. Nele foram levadas a debate várias experiências em “Desenvolvimento de Comunidade” processadas em outros países do continente. Os casos guatemalteco, venezuelano e mexicano, apenas para citar alguns exemplos, foram colocados à cena do certame visando-se extrair a partir deles conclusões para alavancar a adoção de um sistema de trabalho compatível com as idéias internacionais então vigentes em relação à América Latina. Na ocasião, o índice de analfabetismo constou enquanto foco privilegiado das inquietações manifestadas pela OEA e UNESCO, tônica essa, aliás, concordante com certos esforços do governo brasileiro no período. Da ênfase dedicada ao tema, essa sementeira de idéias elaborou o *Manual de Educação de Adultos*, no qual o “Desenvolvimento de Comunidade” foi recomendado, acompanhado de sugestões relativas à implantação de serviços de cooperativas, missões rurais e extensão agrícola. Esse encontro acirrou o parecer de que a orientação das campanhas comunitárias deveria passar da “ação extensiva” para a “ação em profundidade”, ou seja, deveria contar com a ação direta dos governos e da cooperação popular (BARREIRO, 1989:96)⁵.

Foi segundo os moldes até aqui apresentados que foram lançadas as bases no Brasil para a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) que mereceu tratamento no corpo-de-texto de nosso trabalho (capítulo 9), assunto. Por último, vale ainda notificar que o primeiro ensaio para se colocar em prática a “ação em profundidade” foi realizado em 1950. Nesse ano, em Itaperuna, Rio de Janeiro, instalou-se experimentalmente a Missão Rural de Educação de Adultos. Transcorrido pouco mais de um ano desde o início do segundo governo Vargas, em parte decorrente dessa experiência, a CNER foi criada em 9 de maio de 1952. Por outro lado, seu surgimento coincidiu com o reconhecimento oficial a respeito do fracasso estrutural, metodológico e funcional das perspectivas educativas da CEAA de Lourenço Filho. Nesse ano, o Ministério optou por investir em um novo projeto diante das avaliações de que a CEAA encontrava dificuldades para ultrapassar sua fase de “ação extensiva”. Todavia, embora a CNER viesse substituir tal programa, seus preceitos mantiveram-se atrelados àqueles vislumbrados anteriormente na CEAA. Criada para atuar em âmbito nacional, o novo programa buscou tão somente implementar a fase intensiva daquela ulterior campanha, procurando proporcionar a educação de base às populações rurais (SOUZA, 1999:105 e 107).

APÊNDICE V

Agrarismos dissonantes e a superação do “atraso”

Neste Apêndice são esboçados os posicionamentos de intelectuais brasileiros representativos do período 1951-1964 no tocante ao campo brasileiro. O conteúdo nele apresentado visa complementar aspectos tratados nos capítulos 10 (nota 36) e 13 (notas 6, 8 e 11). Vale dizer que a contribuição de intelectuais de estirpes diferenciadas na discussão do assunto ressoou no discurso geográfico valverdiano relativo ao mesmo período (ver capítulo 13, item 13.2, por exemplo), porém o mesmo tendo estado submetido às limitações ou amarras metodológicas de sua disciplina de atuação.

Introdução

Conforme assinalado no capítulo 9 de nosso trabalho, na passagem do final dos anos cinquenta para os sessenta o Brasil presenciava os primeiros sinais da crise do modelo de desenvolvimento capitalista via substituição das importações, empreendido em maior grau durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A implementação do referido modelo nessa administração, além de instalar um quadro econômico de crescente endividamento do país e de altas taxas de inflação, também despertou demandas sociais transcendentais às tradicionais reivindicações por obras públicas e empregos quanto mais os reclames populares no avançar dos anos centraram-se na busca de uma ampliada e efetiva participação econômica, social e política. Dada a incapacidade do governo JK em absorver integral e institucionalmente as novas e sofisticadas demandas do eleitorado urbano em termos socioeconômicos e políticos, a campanha presidencial de 1960 foi marcada pelo descontentamento de segmentos sociais emergentes com o processo político vigente (BENEVIDES, 1985:19-20). Nesse contexto, acompanhando as repercussões político-sociais desse processo antevistas no Apêndice III, a questão agrária também foi contemplada no interior das diversas interpretações sobre a natureza e destino da sociedade brasileira que formaram e

alicerçaram o cenário dos projetos de reforma ou revolução para o Brasil, despertando acirrados debates teóricos ao lado daqueles de teor político-partidário.

Na verdade, na tramitação das décadas apontadas, não somente nas fileiras dos movimentos sociais e nas propostas partidárias como também nos meios intelectuais, o campo brasileiro emergiu nos seus mais variados aspectos – estrutura fundiária, relações sociais de produção, patamares técnicos e produtivos, lugar estrutural ocupado frente ao processo de industrialização, abrangência da legislação trabalhista, entre outros – como foco privilegiado para os interessados em advogar vias de desenvolvimento e efetivar meios de ação capazes de transformar a realidade sócio-econômica e política brasileira (FALEIROS, 1989a:143). Sendo assim, vista como temática de estudos, a atividade agrícola também contou com um fórum de debates bastante particular dirigido para suas questões não necessariamente circunscrito à perspectiva geográfica, havendo merecido e sido foco de outras formas de objetivação que levaram na devida conta o fato de ser possuidora de uma expressão econômica e social considerável no contexto nacional. Aliás, conforme aponta FERREIRA (2002:16-17), pode-se dizer, inclusive, que a atividade agrícola “*sempre ocupou lugar de destaque junto às ciências no Brasil e marcou o discurso de muitas delas*”, não sendo, deste modo, privilégio da Geografia o debruçar-se atento sobre seus aspectos. Nas palavras de um outro geógrafo (BRAY, 1987:4), a observação da própria trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária atesta a importância em se compreender “*o papel desempenhado pelos geógrafos agrários no contexto do movimento da sociedade e na relação com os demais estudiosos da agricultura brasileira*”. Ao notificar esse cuidado, o estudioso esclarece que a Geografia Agrária brasileira não permaneceu ileso ou apartada do movimento da sociedade tendo estado, ao contrário, exposta às influências providas de outros estudiosos do agro brasileiro. Tomando-se esse enfoque em riste, o autor dedicou abordagem sobre a trajetória da Geografia Agrária no Brasil, onde, baseado nas principais características de cada época atinente ao seu desenvolvimento e preocupado em tecer uma síntese, definiu seus principais momentos.

De acordo com a contribuição do geógrafo paulista, uma característica importante do período de estruturação da Geografia Nacional pode ser identificada no fato de que à Geografia foi atribuída tarefa de estudar os fenômenos ligados à agricultura, nela subsistindo, ao lado disso, impedimentos quer para envolver-se com os movimentos agrários do país quer para aproximar-se em face de outros pesquisadores não-geógrafos.

Segundo o autor, a prevalência dos paradigmas dos geógrafos agrários europeus em muito teria colaborado para a persistência desses aspectos. O enlevo dos mesmos ou sua relativização, ainda de acordo com BRAY (1987:10), teriam sido demarcados pelo geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade no início dos anos sessenta quando, sob influência de Caio Prado Júnior, desenlaçou essas amarras ao discutir os movimentos agrários em sua obra tornada célebre, *A terra e o homem no Nordeste* (1963). Avaliando-a como demarcadora de um momento especular de comunhão entre o geógrafo e o movimento da sociedade, o historiador das idéias geográficas no país também o considerou enquanto aquele em que o cientista passou a produzir também como cidadão. Não obstante o irromper dessa nova tendência nos estudos geográficos agrários e afora as influências que a ensejaram, BRAY (1987:10) notifica que as referências teóricas e técnicas européias neles se mantiveram robustas e, ancorado nesse constato, considerou o geógrafo agrário da época como “cientista neutro”.

Apoiado no caráter sugestivo dessa avaliação, nessa altura do presente trabalho é interessante e até mesmo necessário enveredar na validade ou não das pontuações registradas acima pelo geógrafo paulista, procurando averiguar em qual medida elas adquirem ressonância quando remetidas para a particularidade da geografia agrária valverdiana. É pautando-se nessa baliza que convém abordar certos aspectos de sua produção vertida entre 1951-1964 tomando-se como contraponto outros discursos ou formulações a respeito da realidade agrária brasileira, oriundos, não necessariamente, da comunidade geográfica acadêmica ou ibegeana.

Para que seja possível colocar esse encaminhamento analítico em marcha, faz-se necessário delinear, previamente, parte dos posicionamentos intelectuais relativos à discussão do problema agrário brasileiro que acompanharam os debates e as iniciativas políticas para o setor na passagem dos anos cinquenta para os sessenta. Desse modo, o presente Apêndice pretende estabelecer um quadro de referência que será doravante percorrido em sentido complementar ao Apêndice III (relativo ao panorama social) e ao conteúdo desenvolvido no capítulo 9 de nosso trabalho (relativo aos elementos econômicos e políticos concomitantes à elaboração dos escritos valverdianos entre os anos 1951-1964). De um lado, quando com eles tomado em conjunto, esboça na verdade um horizonte mais completo de referências conjunturais que permearam a elaboração dos escritos geográficos de Orlando Valverde entre 1951-1964, complementando, por assim dizer, o que tivemos ocasião de expor e analisar no corpo

de nosso trabalho (capítulos 10, 11, 12 e principalmente 13, nos quais auferimos com mais precisão o teor ideológico da inserção do geógrafo e de suas idéias nessa fase produtiva de sua trajetória, permitindo avançar no desprendimento da tônica política subjacente aos seus trabalhos).

V.1. Os condicionantes teóricos e estruturais de um debate

V.1.1. O problema da transição feudalismo/capitalismo

Paralelamente às lutas sociais, à propositura das políticas agrícolas e aos debates parlamentares agrários atinentes ao período 1951-1964, durante esse período para muitos teóricos e intelectuais a compreensão dos processos de transformação da realidade agrária nacional e até certo ponto do país como um todo passou pelo uso que fizeram do conceito de *feudalismo* dentro da tradição marxista, sendo suas interpretações subsidiárias do elo que estabeleceram entre elas e a “história universal”. Entretanto, conforme afirma DÓRIA (1998:204), a exploração e importância adquirida pelo tema do feudalismo em nosso meio nesses idos não expressaram apenas um aventado “subdesenvolvimento” da teoria marxista no país. Para o estudioso, “*o ‘subdesenvolvimento’ expressa atitudes frente à teoria, não a ausência de teoria: de um lado, nasce da aplicação mecânica de leis ‘universais’ a uma realidade que não se comporta bem no figurino; de outro, floresce ali onde houve o abandono de caminhos que não se conseguiu desbravar através da reflexão criativa*” (Idem *ibidem*).

Prosseguindo com essa ressalva, se a compreensão da lógica formativa e da valorização do espaço dos territórios coloniais mostrou-se preocupação fundamental em certos autores, tal como foi o caso, apenas para citar alguns exemplos, de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, o esforço que realizaram buscando extrair o significado das relações que aí foram tecidas no transcurso dos processos de conquista e colonização guardou sintonia com a inquietude de se compreender os caminhos possíveis e necessários para a superação do atraso brasileiro numa perspectiva socialista onde a questão agrária assumiu grande saliência.¹ Nesse sentido, a referida questão foi arremessada à cena dos debates sobre reforma agrária nos anos cinquenta e sessenta estando submetida à apropriação política de seu uso e significado.

Conforme referenda MORAES (2000:91)², a ampla polêmica envolvendo a diversidade de intelectuais em torno da caracterização dos modos de produção vigentes nas longínquas paragens da “economia-mundo” européia afasta os ânimos da pretensão em se empreender uma revisão exaustiva das posições disponíveis. Contudo, é válido esboçar, embora de forma diminuta, e dentro do espectro de preocupações deste Apêndice, algumas linhas gerais interpretativas que foram elaboradas buscando-se definir o modo de produção reinante na América colonial. Essa abordagem bastante sumária será brevemente realizada visando esclarecer alguns pontos fundamentais para a compreensão dos autores que, debruçando-se sobre a questão, adquiriram notoriedade entre os anos cinquenta e sessenta e com os quais, em alguns casos, Orlando Valverde parece ter travado contato, como é o caso de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior.

Em sintonia com a contribuição do geógrafo e cientista social paulista, alguns estudiosos se aglutinaram no interior de uma primeira matriz de interpretação, sustentando que a ordem feudal esteve plenamente vigente nas colônias americanas desde suas fundações até, ao menos, o final do século XVIII. O movimento colonizador, interpretado a partir de uma perspectiva de projeção, teria transplantado para o além-mar o feudalismo ainda imperante na Europa e ainda mais vigoroso no caso dos países ibéricos. Na esteira dessa concepção, outros autores avançaram, afirmando o revigoramento da ordem feudal em declínio no contexto europeu quando de sua transposição para o solo americano. Em função de sua distância das monarquias absolutistas, este último guardaria na sua maior autonomia frente a elas as condições para acentuar aqueles traços feudalizantes. Nisso consistiria a idéia de “regressão feudal”, postulação que acentua a tese anterior, indicando a reinstauração da feudalidade na colônia em nítido descompasso com a evolução européia, sobretudo no século XVII. Nos horizontes de nosso interesse, esta concepção encontra-se consubstanciada, por exemplo, na visão historiográfica de Nelson Werneck Sodré, tendo ele aplicado este modelo para o caso brasileiro quando diferenciou uma “área açucareira escravista” e um “setor feudal do sertão” que, submetidos à crise do século XVII, conheceram, respectivamente, uma retração e uma expansão que se tornou hegemônica (HIRANO, 1986:87, *Apud* MORAES, 2000:92). Em sentido oposto a este último argumento, subsistiram concepções nas quais apenas o momento inicial da conquista foi considerado como feudal. De qualquer forma, no cômputo das interpretações até aqui

assinaladas, a tônica feudalizante das sociedades das áreas coloniais recaiu sobre a forma de apropriação da terra. Nélson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, por exemplo, assumiriam nitidamente essa interpretação, e, no último caso, a fazenda colonial foi definida como “propriedade agrário feudal” (HIRANO, 1986:85 e 105, *Apud* MORAES, 2000:93).³

Importa salientar que para os autores marxistas brasileiros, conforme aponta Lúcia Osório Silva, a discussão da questão colonial começa na análise das transformações ocorridas na sociedade européia em decorrência da crise do feudalismo. No campo do marxismo, a caracterização da economia e da sociedade européias da Época Moderna apresentou-se como uma questão analisada enquanto parte da problemática da transição do feudalismo para o capitalismo. Dentre as interpretações existentes, a autora demonstrou haver certa concordância explícita entre marxistas brasileiros como Nélson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, entre outros, com a tese geral de Maurice Dobb segundo a qual as razões da desintegração das relações feudais, ao contrário da tese tradicional do historiador francês Henri Pirenne, poderiam ser encontradas nos limites do próprio modo de produção feudal, onde o fator desenvolvimento do comércio foi tido como insuficiente para explicar a transformação da renda trabalho em renda produto ou renda monetária, historicamente associadas ao afrouxamento dos laços servis.⁴

Embora os textos de Marx que se debruçaram sobre os modos de produção pré-capitalistas sejam trabalhos de menor fôlego quando comparados aos textos elaborados na fase de maturidade de sua obra, como *O Capital* e as *Teorias sobre a Mais Valia*, dedicados ao modo de produção capitalista, a aplicação do materialismo na compreensão dos primeiros e o construto de categorias que os pudessem explicar ficou a cargo de seus herdeiros. O feudalismo mereceu inúmeros estudos, pois, em vários países, foi de sua superação que se originou o capitalismo. Nem mesmo as preocupações dirigidas para edificar a anatomia do capitalismo, principal foco tradicional de análise dos marxistas, foram capazes de intimidar ou obstruir esses esforços. No caso específico da economia política brasileira, Lênin, com seu *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Maurice Dobb, com *A Evolução do Capitalismo*, e Paul Sweezy, constam como os intérpretes do feudalismo que mais a influenciaram (MANTEGA, 2002:148-149).⁵ Os dois últimos travaram uma importante polêmica sobre a questão, contida no livro *Do Feudalismo ao Capitalismo*.⁶

Diante dessas condições, os intelectuais marxistas brasileiros foram obrigados a mergulhar na difícil tarefa que consistiu na estruturação de uma análise da economia brasileira desde o descobrimento, lançando mão do marxismo e aplicando-o aos modos de produção pré-capitalistas que julgaram encontrar na história brasileira. Em certa medida, não seria errôneo afirmar que até mesmo Caio Prado Júnior, o primeiro dentro do pensamento de esquerda a contestar a tese amplamente difundida da natureza “pré-capitalista” ou “feudal” de boa parte da agricultura (TAPIA, 1986:454), teve de lidar com categorias pré-capitalistas, embora sustentando a hipótese de que a economia brasileira já nascera capitalista, demonstrando, portanto, que elas não estavam vigorando na economia brasileira.⁷ Assim, um novo veio teórico foi aberto por ele por intermédio da tese do capitalismo colonial, que mais tarde inspiraria uma corrente importante de pensadores brasileiros, entre os quais cabe destacar as contribuições dos historiadores Fernando Novais e Boris Fausto, do economista João Manoel Cardoso de Mello e do sociólogo Sergio Silva.⁸ No lugar das relações feudais de produção, esses autores sustentam que o Brasil tenha surgido como uma colônia implantada para servir aos interesses do capitalismo mercantil do século XV, comportando relações capitalistas adequadas às condições coloniais. De fato, Caio Prado Júnior, em oposição à tese da via clássica para o capitalismo, defendida pelo chamado marxismo vulgar pertencente aos autores brasileiros já mencionados, exerceria sua influência sobre todos os pensadores marxistas brasileiros, particularmente naqueles cujos esforços se dirigiram à discussão da transição, grande questão teórica dos anos cinquenta e setenta (MANTEGA, 2002:152-153).

O que importa extrair desse rápido resgate acerca do debate sobre o problema da transição, sobremaneira em voga no final dos anos cinquenta e início dos sessenta, é que então predominava a idéia de que a agricultura era um obstáculo ao desenvolvimento econômico, noção esta que orientou o sentido das teses feudais expressas em várias obras do período, entre as quais *Quatro séculos de latifúndio* de Alberto Passos Guimarães, e *Fundamentos da revolução brasileira* e *História da burguesia brasileira*, ambas de Nelson Werneck Sodré. No caso dessas posições, é fato largamente conhecido que a noção dos entraves da agricultura para o desenvolvimento capitalista foi influenciada fortemente pelas teses da III^a Internacional Comunista. A idéia básica era a de que a agricultura, cerceada dos arcaísmos das relações de produção e da estrutura fundiária baseada no monopólio da terra, seria incapaz de desenvolver-se tecnicamente

e, por sua vez, contribuir para a elevação contínua da produção. Tal quadro, segundo essa orientação, seria agravado em função da maior parte dos trabalhadores rurais não ter acesso a terra, excluídos, previamente, da participação do processo social de progresso técnico e à margem do mercado. Num só lance, portanto, conforme era amplamente aceito, essas condições determinavam a sua diminuta produção e consumo, relegando-os à situação de não geradores de renda. Assim, impossibilitados de se incorporar ao mercado interno nacional, os trabalhadores rurais também não contribuiriam para o desenvolvimento capitalista no país.

É interessante observar que, com relação a este último delineamento – a impossibilidade dos trabalhadores rurais de participarem do mercado interno –, não se encontram discordâncias da parte de Caio Prado Júnior e Orlando Valverde. Não obstante, em sentido contrário à feição geral dos argumentos sustentados nos autores próximos ao PCB, por seu turno Caio Prado Júnior defendia que carecia de base material a posição que afirmava ser a dinâmica do desenvolvimento brasileiro dada pelo conflito entre feudalismo *versus* capitalismo e disso extrairia as nuances diferenciadoras de sua interpretação da questão agrária que se tornou quase isolada na esquerda brasileira. A análise do historiador paulista, ressaltando a importância dos mecanismos sociais de apropriação da propriedade rural, indicaria que a “defeituosa distribuição da terra” foi básica para a expansão da concentração fundiária, não estando necessariamente atrelada a um processo de concentração econômica, isto é, a uma organização concentrada da produção. Em outras palavras, a concentração da propriedade fundiária não manteria relação direta com o desenvolvimento capitalista da agricultura, podendo esse processo até mesmo conduzir a uma situação na qual seria possível prescindir da concentração de grandes extensões de terra.

Como se verá mais adiante, apesar dessa abordagem permitir um contraponto entre Caio Prado Júnior e os seus interlocutores pecebistas e, de forma semelhante, à Orlando Valverde e Ignácio Rangel que também fizeram uso do termo feudalismo, o historiador advogou cautela quanto à divisão do “latifúndio”, embora provendo esse diagnóstico por vias diversas das percorridas por esses autores. Por melhor dizer, Caio Prado Júnior, coerente com suas críticas à tese dos restos feudais, posicionou-se em sentido inverso à proposta de divisão da grande propriedade sem ressalvas e à transformação da economia agrária numa estrutura totalmente baseada na pequena propriedade, argumentando que, em certos casos⁹, aquela subdivisão teria conseqüências negativas, pois acarretaria uma

desorganização da produção. Desse modo, ao fazer a defesa da utilização de uma estratégia combinada, composta pela aprovação da legislação social e a partilha de grandes propriedades, o historiador paulista atacou a posição de grande parte da esquerda, representada nesse particular, sobretudo, nas Ligas Camponesas e nos setores progressistas da Igreja Católica que apostavam na formação de uma economia de pequenos proprietários conforme visto no Apêndice III.

De posse dessas relações e evitando adiantar conclusões, o que compete reter é que, a partir do início da década de 1950, a compreensão do papel ideológico que a apropriação do termo “feudal” ou “pré-capitalista” cumpriu no interior dos escritos valverdianos somente se torna exegível tendo-se em vista as implicações do debate sobre a transição no interior das posições assumidas por esses autores no interior do debate sobre a questão agrária. Com efeito, o que cabe salientar por ora é que o sentido principal das teses feudais não foi somente empregado pelo geógrafo carioca como também estava inserido nas formulações do PCB e dos autores que lhe eram próximos e até mesmo naquelas preconizadas pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e em diversos segmentos sociais, havendo cumprido, principalmente, um papel proeminente no debate político do período. De um lado, uns como outros entendiam que a agricultura poderia se constituir no lugar de desenvolvimento do mercado interno, visão compartilhada até mesmo pelos não-adeptos das teses feudais, como Caio Prado Júnior, à medida que fosse criada uma classe próspera de agricultores proprietários e, levadas na devida conta as diferenças entre esses centros de reflexão, compete dizer que Orlando Valverde também compartilhou desse denominador comum que os aproximava. Em contrapartida, nesses termos não seria equivocado afirmar que o enraizamento de Valverde nos ares desse contexto de discussão do qual emergiu um ponto comum entre essas tendências à esquerda do pensamento do período também o conduziu a fazer prevalecer o economicismo desenvolvimentista em seu discurso geográfico, para o qual, no dizer de MARTINS (1995:12), *“a possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada.”*

Por ora, somente para ficar nos casos das propostas teóricas, tanto expoentes dos pensamentos cepalino, isebiano e pecebista assentavam-se no esquema interpretativo dos restos feudais, nele amparando suas propostas reformistas ou de uma “revolução democrático-burguesa” vistas como necessárias para exterminar essa característica

residual e não favorecedora dos meios de avanço de um capitalismo nacional. Assim, importa reter que a definição da questão agrária nas décadas de 1950 e 1960 era, portanto, fundamental para a definição dos próprios caminhos da revolução¹⁰, justificada, entre outros elementos, por intermédio da necessária superação de seus traços arcaicos, para o bem dizer da época “feudalizantes”, em prol das aspirações modernizantes de um capitalismo cujas forças produtivas estavam em ascensão e que não havia ainda realizado a sua “revolução democrático-burguesa”. Embora emitindo seus prognósticos sobre a questão agrária e as vias gerais para o desenvolvimento capitalista do país a partir de centros diferenciados de legitimação do saber, levando-se em conta a aproximação e os estreitos laços mantidos por essas vertentes, sobretudo com o governo juscelinista e à exceção caiopradiana, torna-se interessante averiguar suas propostas. Em outras palavras, elas possuem interesse aqui por compartilharem com Orlando Valverde a visão de que os problemas nacionais mereciam soluções a partir de iniciativas que deveriam ser implementadas a partir do Estado.

Antes disso, porém, compete tecer outros elementos que estavam como pano de fundo da discussão sobre a questão agrária na passagem dos anos cinquenta pra os sessenta e que ajudam igualmente na contextualização das propostas emanadas desses centros de reflexão e atuação política no período.

V.1.2. Os entraves e a funcionalidade da agricultura brasileira diante dos impasses da industrialização

Nos fins dos anos cinquenta e início dos sessenta, as mudanças específicas do campo brasileiro e os condicionantes políticos que envolveram a cena brasileira a partir da renúncia de Jânio Quadros, somados ao debate teórico sobre a transição, terminaram por acentuar a discussão e a participação política em torno das perspectivas de desenvolvimento do país, no âmbito de uma época acrescida da busca de definições a respeito da industrialização como centro irradiador das propostas de intelectuais que gravitavam sobre ela.

Como bem sintetiza RICUPERO (2000:119), na segunda metade da década de cinquenta já não se discutia tão apaixonadamente o que era o Brasil, tal como havia ocorrido na década de 1930, tendo sido a questão característica do período a de

determinar qual seria o lugar do país mundo, o que fez com que o tema do nacionalismo aparecesse com toda a força. Conforme referenda o mesmo autor: *“Se antes se tratava de estabelecer a nação, agora o problema é de determinar qual será o destino dessa nação”*. Este cientista político considera ainda que as chamadas teses nacionalistas na América Latina foram identificadas com o populismo¹¹, principal grupo político-cultural do qual participaram, entre outros, o ISEB e a CEPAL, e frente ao qual tanto Caio Prado Júnior quanto o pensamento marxista na América Latina tiveram de exercer sua interlocução. Acrescenta o estudioso que *“todos, de forma geral, identificam o atraso, legado pela antiga dominação oligárquica, como o grande obstáculo a ser transposto, via, sobretudo, uma industrialização a ser promovida pelo Estado, amparado por uma aliança policlassista”* (RICUPERO, 2000:121).

Esses balizamentos acerca dos ares intelectuais que vigoravam na década de cinquenta e perante os quais a geografia praticada por Orlando Valverde também não passou ilesa, também podem ser complementados utilizando-se da interpretação de GONÇALVES NETO (1997:51) a respeito das preocupações existentes no início dos anos sessenta acerca dos aspectos estruturais da economia brasileira naquele momento. Na esteira da tendência já prenunciada na década anterior, a inquietação com a continuidade do processo de substituição de importações era o alvo das atenções, tendo sido necessário efetivar a instauração do chamado Departamento I, relativo à produção de bens de capital. Esses dois eixos de reflexão também concorreriam para a formação do amálgama de questões envolvidas no debate sobre a reforma agrária no período, influenciando os matizes das propostas teóricas para sua efetivação e significado ante o desenvolvimento do país, além de auxiliar, como explicitado, a compreensão do recurso às teses feudais.

Na verdade, a implementação deste setor figurou como parte essencial da continuidade do processo de industrialização do país, tendo sido colocada naqueles idos como problema fundamental a ser equacionado. Entretanto, eram entendidos como persistentes ao menos dois impasses constrangedores para se atingir esse objetivo: de um lado, a não elasticidade da demanda por bens de capital, em função do fato de que as próprias empresas compradoras enfrentavam dificuldades para a ampliação da produção em face das dimensões reduzidas do mercado interno e, de outro, como mais um agravante, as diminutas possibilidades que então prevaleciam de concorrer no mercado

internacional com produtos manufaturados, em virtude da inexperiência e carência de estrutura para conseguir novos mercados.

Nesse contexto, duas alternativas indicaram os caminhos a serem percorridos a fim de resolver o risco de bloqueio do processo de industrialização. Segundo uma de suas tendências, a chance para sua continuidade apontava para a associação com capitais internacionais que o pudessem financiar com a conseqüente manutenção da situação de dependência calcada não mais em produtos acabados ou bens de capital, no todo ou em parte já substituídos, mas em uma dependência financeira, dando prosseguimento ao atrelamento do destino do país às decisões externas. Outros, contudo, defendiam a formação dos estímulos próprios, como poupança e infra-estrutura, necessários ao investimento, alçando como prioridade para tanto a ampliação do mercado interno e a ação do Estado.

É no bojo desse debate que, mais propriamente no contexto do governo João Goulart, se torna possível compreender a multiplicidade dos objetivos que estavam realmente em jogo na propositura do projeto das reformas de base. Em realidade, este programa buscava atingir a continuidade do processo de desenvolvimento em molde autônomo com a forte participação de capitais nacionais e a ampliação do mercado interno, não descurando, no plano político, em tentar furtar-se ao cerceamento de poder que imperava diante de sua subjugação à política de conciliação entre os grupos dominantes, e ainda em construir nova base de sustentação política amparado sobre as massas urbanas e setores modernos da burguesia. O projeto de reformas, ao abarcar campos de atuação diversos – administrativo, político, bancário, fiscal, agrário, entre outros –, atraiu sobremaneira as atenções políticas tanto de partidários de correntes de pensamento conservadoras quanto à esquerda do espectro político, sobretudo quando se observa a proeminência adquirida pela questão agrária.

Conforme demarca GONÇALVES NETO (1997:52), nesse particular duas tendências se firmaram dentro de grandes linhas: a dos que identificavam a agricultura como entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro, e a que demonstrava a sua funcionalidade nesse processo.¹² Para ambas, profundas alterações no meio rural eram necessárias quando se tratava de definir os novos caminhos capazes de conduzir ao aprofundamento da industrialização, independentemente das alternativas em voga que indicavam seja a opção nacionalista ou a aberta ao capital externo. Vicejava a convicção de que a impossibilidade da agricultura em responder à demanda urbano/industrial

remontava à arcaica estrutura agrária brasileira, sobressaindo como argumento central os obstáculos representados pelo latifúndio no sentido de viabilizar ganhos de produtividade capazes de responder às necessidades da indústria em expansão. Estando a produção assentada no monopólio da propriedade da terra, em mãos dos latifundiários, e nas relações de produção antiquadas vigentes, segundo os termos colocados a agricultura se apresentava como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico.

Ao menos três razões despontaram favoráveis para essa visualização do problema. Em primeiro lugar, porque *“não oferecendo produção compatível com a demanda, os preços dos produtos agrícolas tenderiam a subir mais que os preços industriais, forçando uma transferência de rendimentos da indústria para o setor rural”* (GONÇALVES NETO, 1997:53). Mantendo-se como principal fator das leituras que no período se fazia acerca da dinâmica da economia brasileira, esse parecer ainda implicava reconhecer que a produtividade insuficiente da agricultura beneficiava a pulverização deste capital uma vez que os latifundiários, aferrados a formas de produção arcaicas, o convertiam na aquisição de imóveis ou na suntuosidade de seu estilo de vida, não investindo na modernização da produção agrícola. A concentração dos recursos nas mãos dos latifundiários, portanto, não tornava viável a acumulação no pólo industrial, inviabilizando novos investimentos e o aprofundamento da industrialização. Além disso, as condições de vida do trabalhador urbano sofriam a pressão dos preços agrícolas, implicando no aumento dos salários, o que, por sua vez, também passava a obstruir a acumulação na indústria.

Em segundo lugar, a agricultura era vista como entrave ao desenvolvimento porque a manutenção das formas arcaicas de produção mantinha grande contingente da população rural afastada do mercado. Práticas como a parceria, a meação, e mesmo aquelas propriamente servis como o cambão, atestavam a presença ainda incipiente do assalariamento no meio rural, sendo lidas por muitos como prejudiciais e contrárias à expansão do mercado interno de produtos industriais, além de retardarem o processo de urbanização em vista de manterem grande contingente de mão-de-obra no campo. Por último, a prevalência de formas de produção atrasadas não viabilizava, naquele momento, o desenvolvimento de uma agricultura moderna que demandaria do setor industrial o seu direcionamento para a produção de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos, adubos, insumos, entre outros setores (GONÇALVES NETO, 1997:54).

Numa visão de conjunto, a centralidade da discussão em torno das alternativas para a continuidade do processo de industrialização se somaria ao acirramento dos movimentos sociais no campo e à mobilização das forças político-partidárias ao redor da reforma agrária, todos esses movimentos tendo sido conterrâneos no tempo ao empenho político de João Goulart para a concretização das reformas de base. Essa convergência de acontecimentos que se emolduravam num contexto internacional terceiro-mundista e com exemplos de avanços revolucionários significativos concorreu para dotar de vigoroso impulso o debate que havia sido iniciado no final dos anos cinquenta. Embora viesse a sofrer perdas de intensidade após o golpe de 1964 e, posteriormente, viesse a retomar energia no final da década de 1970, conforme aponta a literatura foi no âmbito dos governos Jânio Quadros e João Goulart onde se fixaram com mais ímpeto e maior nitidez os referenciais que nos permitem situar as diversas correntes e propostas de intelectuais que se apresentaram na discussão da questão agrária durante o período considerado.

Desse modo, sem perder de vista os elementos apresentados anteriormente, mostra-se oportuno passar à abordagem sobre as visões sobre o campo brasileiro veiculadas abertamente durante os anos nos quais Valverde pensou esse setor da vida nacional sob a ótica geográfica, estando submetido às condições descritas.

V.2. A intelectualidade e os destinos do campo brasileiro

Diante do tópico anterior deste Apêndice e dos conteúdos explanados no Apêndice III e nos capítulos de 8 a 13 de nosso trabalho, nota-se que no período entre 1951-1964 vários segmentos da sociedade se mobilizaram em torno da questão agrária. A ter em mente as propostas advogadas pelos setores sociais envolvidos diretamente na questão¹³, foi possível desprender que as mesmas não estiveram necessariamente às voltas com a postulação de sistematizações teóricas a seu respeito, muitas vezes apenas exercendo-se no campo das mobilizações dirigidas para a organização dos movimentos sociais. Em sentido complementar, quando se tratou logo atrás de voltar os olhos para a produção teórica sobre o campo brasileiro na época em foco, compete registrar que apesar da agricultura haver sido abordada em autores de procedências metodológicas e ideológicas diversas – pertencentes, ademais, a vários campos de saber –, para o que

aqui nos interessa mais de perto – ou seja, a compreensão das possíveis linhas aproximativas ou diferenciadoras entre eles e Orlando Valverde –, importa recorrer à contribuição mais particularizada daqueles cuja tônica de pensamento e atuação política (atitudes que dificilmente poderiam ser dissociadas no período considerado) exerceram-se nas diferentes vertentes do pensamento marxista, apropriado por economistas, sociólogos e historiadores. Na verdade, a opção em riste justifica-se em virtude do próprio anteparo interpretativo até aqui desprendido de nossa análise e evidenciado nos capítulos da Parte III de nosso trabalho. Isto é, de um lado, baseia-se na própria identificação acerca da tendência político-ideológica encetada por Orlando Valverde – ou seja, conforme sugerimos, mantida mais próxima das propostas trabalhistas para o campo brasileiro no espectro político dos anos cinquenta. De outro, relacionando-a com o cenário político brasileiro nessas quadras, para fins explicativos assume como hipótese que o geógrafo tenha sofrido suas inflexões no sentido de uma aproximação com o pensamento de esquerda do período, acompanhando nisso movimento semelhante ocorrido entre trabalhistas e comunistas a partir do final dos anos cinquenta.¹⁴

Tal intento, aliás, embora se ampare na preocupação de circunscrever a abordagem ao período que se estende de 1961 ao Golpe de 1964, de fato não se furtará em retroceder à década de 1950, pois é largamente conhecido que a preocupação eclodida no início dos sessenta em torno do campo brasileiro foi resultante de acontecimentos ocorridos no transcurso dos anos cinquenta. Somente procedendo assim é que se torna possível vislumbrar certos aspectos no interior dos escritos valverdianos elaborados entre 1951-1964 e que foram objeto do capítulo 13 de nosso trabalho.

Apenas para ilustrar a amplitude do conjunto das contribuições inseridas nesses registros temporal e temático, no período referenciado ao menos três concepções teóricas distintas à esquerda participaram nos debates sobre a questão agrária. Em consonância com a classificação de OLIVEIRA (1998:5-6), de um lado compareceram autores empenhados em defender a tese que associava o desenvolvimento do campo brasileiro ao extermínio das relações feudais ou semi-feudais de produção, para tanto sendo necessário ampliar o trabalho assalariado nas suas áreas mais recônditas. Apegados ao pressuposto segundo o qual teria existido feudalismo nas paragens pretéritas da formação social brasileira, estudiosos como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, entre outros, formularam diagnósticos afirmando que a luta

dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo, os dois primeiros tendo estado ancorados, como já frisado anteriormente, em grande parte na análise de Maurice Dobb sobre o problema da transição. Na esteira desse parecer comum, cada qual se movendo nas nuances próprias de seus respectivos diagnósticos que, como se verá adiante, certamente também os distingue, a luta em prol da reforma agrária, portanto, seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo.¹⁵ Em outras palavras, os arcaísmos e o atraso da agricultura eram tidos por eles como entraves cuja superação era necessária para a promoção do desenvolvimento. De outro lado, ainda no interior do pensamento marxista, Ignácio Rangel chamava a atenção para a falta de uniformidade da estrutura agrária brasileira e considerava as possibilidades de seu desenvolvimento independentemente de ações forçando sua reformulação, oferecendo uma apreciação menos pessimista sobre o papel da agricultura na economia do país, adotando, em dissonância com estes autores, a perspectiva da funcionalidade.

Não obstante, o conjunto das formulações protagonizadas nesses autores a respeito da natureza dos entraves no campo brasileiro e o papel reservado ao camponês para sua superação contrastaram com outra vertente marxista que identificava certo desenvolvimento capitalista em curso em suas estruturas, abdicando de cercear a história pátria com vestes feudais, nisso adquirindo respaldo para afirmar o inevitável desaparecimento dos camponeses, “resíduo social” na visão, por exemplo, caiopradiana, que não resistiria ante o progresso capitalista. De uma parte, no que diz respeito ao tema da transição feudalismo/capitalismo, inscrito e guardando pontos de convergência com as interpretações consubstanciadas em pensadores como Léo Huberman e Paul Sweezy e, noutra ilharga, aproximando-se de Karl Kautsky e Vladimir I. Lênin no que tange ao desenvolvimento do capitalismo no campo, no contexto das discussões brasileiras Caio Prado Júnior conservaria seus aportes baseado no diagnóstico da tese leniniana da diferenciação interna do campesinato e da proletarianização dos camponeses.¹⁶ Ao menos nesse particular, portanto, ele compartilhava de parecer colidente com as propostas e ações manifestadas nos movimentos sociais do período, como era o caso das Ligas Camponesas, que defendiam a reforma agrária como degrau para se atingir a “economia camponesa”.

Ainda segundo OLIVEIRA (1998), a implicação que se extrai destas duas vertentes é a de que nelas não subsiste lugar histórico para os camponeses no futuro da sociedade

capitalista avançada. Uma vez que edificaram a interpretação da questão agrária na sociedade capitalista reconhecendo apenas duas classes sociais, a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados), esses autores não assumiram propriamente a defesa dos camponeses.¹⁷

Em sentido inverso, outra corrente mais recente no campo das Ciências Sociais no Brasil passaria a defender que a agricultura brasileira deveria ser estudada considerando-se a forma contraditória e combinada inerente ao processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro. Ou seja, “*ao mesmo tempo que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo).*” (OLIVEIRA, 1998:7). Nessa vertente poderiam ser incluídos pesquisadores mais recentes e de uma linhagem posterior ao período aqui analisado, tais como José de Souza Martins, Margarida Maria Moura e José Vicente Tavares da Silva.¹⁸

Como é possível desprender das informações sumárias até aqui apresentadas, quando se trata de estudar a agricultura brasileira, não é diminuto o escopo das contribuições que se reportaram às fontes marxistas para tanto. Todavia, fixamos uma meta modesta no âmbito da natureza e limites dos objetivos ora perseguidos, o que faz com que o tratamento recaia somente sobre as duas primeiras vertentes marxistas anteriormente frisadas. Isso se explica por uma razão simples: a terceira vertente, desenvolvida a partir da geração universitária de 1968, originou-se num período posterior à delimitação temporal adequada e ajustada para a compreensão do contexto onde foram estruturados os escritos valverdianos relativos ao período entre 1951-1964. Isso faz com que ela venha a merecer apenas menções indicativas. O posicionamento de Orlando Valverde diante das posições assumidas pela intelectualidade de não-geógrafos do período sobre a questão agrária, objetivo central perseguido, requer um esforço para se desvendar as influências mais ou menos pronunciadas das duas primeiras correntes em seu pensamento em virtude da paridade temporal que as aproxima. Tal meta, por sua vez, conduz à necessidade de averiguar o lugar ocupado por alguns de seus autores no debate sobre a questão agrária, quando então desfechavam suas propostas em estreita relação com as interpretações que concederam ao problema da transição anteriormente tratado, bem como auscultar as nuances de seus respectivos horizontes teóricos e

políticos que os diferenciavam quando se engajaram na busca de caminhos para a concretização da chamada “revolução brasileira”.¹⁹

Tal procedimento, ao invés de solapar a objetividade no tratamento da meta em pauta, antes a ajudam elucidar porque, uma vez transposto, oferecerá os contrastes necessários para uma melhor compreensão das considerações tecidas no capítulo 13 de nosso trabalho, permitindo uma visualização mais acurada sobre os posicionamentos do geógrafo ibegeano que ora se aproximaram ou se distanciaram das formulações em voga. Com efeito, cremos que isso ajuda a situar Orlando Valverde na construção teórica e política da “questão agrária” no pensamento posterior à Revolução de 1930 e que tomou impulso sistemático nos anos cinquenta e primeira metade dos sessenta, circunscrevendo seus aportes geográficos ante os três centros de reflexão da intelectualidade à esquerda que dela participaram – a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Partido Comunista Brasileiro e setores progressistas da Igreja Católica (DELGADO, 2001:158).

Sendo assim e mais especificamente, no campo das formulações teóricas então em voga e que serão apresentadas na seqüência, pretende-se fornecer tão somente subsídios para uma aproximação acerca das nuances diferenciadoras entre o geógrafo ibegeano e Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Caio Prado Júnior no que diz respeito às suas respectivas interpretações e propostas sobre o problema agrário brasileiro. Afasta-se com isso, portanto, qualquer pretensão em esgotar todos os atores envolvidos no debate em evidência e porventura coadunados nos centros de reflexão assinalados anteriormente.²⁰

V.2.1. A visão cepalina e o dualismo conservador de Celso Furtado

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) constituiu uma das principais matrizes do pensamento progressista do pós-guerra, aglutinando alguns dos mais renomados intelectuais e técnicos do continente. A partir da metade dos anos cinquenta, diante das dificuldades crescentes enfrentadas pelas economias latino-americanas, os cepalinos começaram a elaborar a idéia dos “obstáculos estruturais” antepostos ao desenvolvimento e não raros foram seus cursos periódicos de curta duração para especialistas em planejamento econômico, oferecidos no Rio de Janeiro e

outras cidades. Os economistas formados na tradição da CEPAL acreditavam, tal como Simonsen, que os problemas econômicos do Brasil e da América Latina em geral eram de natureza estrutural, o que exigia não somente o controle dos instrumentos monetários, como a afetiva intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. O debate ideológico entre monetaristas e estruturalistas (estes mais identificados com as idéias de Simonsen sobre industrialização e planejamento) remarcaria a vida intelectual brasileira a partir dos anos cinqüenta, contribuindo para que as ciências econômicas, mais do que a sociologia ou a ciência política, passasse ao primeiro plano como a ciência social mais importante.²¹

Tomadas de forma geral, ao longo dos anos cinqüenta a ênfase das análises cepalinas recaiu sobre os problemas inflacionários, cujas raízes estruturais eram localizadas nos problemas enfrentados pela industrialização por substituição de importações. Um pouco mais tarde, no início dos anos sessenta, os estudiosos dessa vertente passaram a direcionar suas atenções para a tendência à estagnação das economias latino-americanas. Neste momento, se elaborou uma nova versão sobre as razões responsáveis pelos “obstáculos estruturais” antepostos ao desenvolvimento, na qual sobressaíram o crescente estrangulamento externo e o atraso da estrutura agrária.

Quanto ao primeiro obstáculo, o mesmo diz respeito à tese clássica cepalina acerca do desequilíbrio do setor externo ao longo da industrialização periférica.²² Na visão dos integrantes da CEPAL, em virtude do avanço da própria industrialização, este fenômeno teria se agudizado na medida em que, estando na sua fase substitutiva, teria acentuado os desequilíbrios dinâmicos entre o rápido crescimento da demanda por importações e as restrições para importar devido ao lento crescimento das receitas de exportação (TAPIA, 1986:444-445). No começo dos anos sessenta, emergia o perigo de um estrangulamento capaz de comprometer o esforço industrializante de décadas como resultado do agravamento do desequilíbrio ditado pela intensificação da própria industrialização.

De outro lado, e para o que nos interessa mais de perto, de acordo com muitos autores da CEPAL a segunda barreira anteposta à industrialização assentava-se na preservação de uma estrutura agrária tradicional, caracterizada por uma extrema concentração da terra e pela difícil assimilação de técnicas produtivas modernas. Sustentavam que o desenvolvimento apresentava riscos de interrupção uma vez que a manutenção da estrutura agrária tradicional concorria para a insuficiência na produção

de alimentos. Não obstante esse enquadramento de análise, o caráter central das teses cepalinas não negligenciava os aspectos sociais envolvidos na preservação de uma estrutura agrária fortemente concentrada. O mais importante representante do pensamento cepalino no Brasil, Celso Furtado, manifestava a sua inquietação em face dos “elevados custos sociais do desenvolvimento”, os quais estavam na raiz do recrudescimento das tensões sociais. De acordo com sua interpretação, existiria um desajuste estrutural entre o setor industrial e o agrícola, respondendo este último de forma inadequada, perpetrando duas conseqüências essenciais: a relativa inelasticidade da oferta agrícola causando uma elevação exagerada dos preços agrícolas e a elevação no preço que tornava muito difícil uma reorganização da política agrária em bases racionais (FURTADO, 1962:44).

O que se percebe entre a posição asseverada por Furtado e outros cepalinos é que a estrutura agrária extremamente concentrada aparecia como um fator limitante do desenvolvimento. Segundo esse viés diagnóstico, duas razões básicas eram apresentadas. De um lado, o monopólio da terra (o latifúndio) se caracterizava por manter faixas de terra não utilizadas, estimulando práticas agropecuárias extensivas, com o predomínio de baixo emprego de mão-de-obra e grau de mecanização. A má utilização dos fatores de produção dotava o latifúndio de ineficiência porque, subutilizando terra e capital, acarretava uma produtividade limitada uma vez que se encontrava associado a um baixo coeficiente tecnológico. O resultado agravante nesse sistema era tornar a oferta de alimentos inelástica, isto é, haveria um estrangulamento na oferta de alimentos dado o crescimento inferior da produção frente ao da demanda originada nas altas de urbanização. Em decorrência deste fenômeno, os preços dos alimentos sofriam uma pressão, exercendo reflexos sobre o crescimento dos salários, ameaçando tornar inviável a continuidade do processo de industrialização.

Num outro flanco complementar de considerações, o baixo grau de mercantilização das relações sociais no campo contribuía para que o mercado interno não fosse ampliado, interpondo dificuldades expressivas para a indústria nascente. Ademais, a persistência de segmentos importantes da economia natural, ou seja, o fato de que muitas fazendas serem quase autosuficientes, com produção interna e artesanal de vários produtos que poderiam ser adquiridos do setor industrial, concorria para a ineficiência da agricultura *vis-à-vis* de um desenvolvimento mais amplo e integrado da economia. A escassa divisão social do trabalho na agricultura resultava na exclusão de grande parcela

da população rural do consumo de produtos produzidos pela indústria nacional e, deste modo, a partir de uma perspectiva da indústria, a manutenção das estruturas básicas da agricultura não favorecia a implementação de um mercado potencial que a pudesse impulsionar. Para a vertente de pensamento aqui em evidência, portanto, o desatamento deste ponto configurava fundamental para o processo de industrialização (TAPIA, 1986:445).

Em termos gerais, sob o crivo do estruturalismo cepalino, a remoção dos entraves postos pela agricultura atrasada sugeria um programa amplo de incentivo às formas modernas (leia-se capitalistas), capazes de aumentar a produção agrícola e trazer mudança significativa na base técnica de suas atividades. O estímulo às formas modernas de produção implicava, necessariamente, na desconcentração da posse da propriedade fundiária, uma vez que o monopólio da terra era o responsável pela manutenção de amplos segmentos de economia natural. Foi no encalço dessa interpretação que a reforma agrária tornou-se um imperativo para o prosseguimento do processo de desenvolvimento, tendo sido transformada numa questão central na agenda de mudanças estruturais preconizadas pela CEPAL como dispositivo para fazer valer e colocar à prova as suas formulações teóricas. A realização de uma reforma agrária que permitisse uma política de desconcentração da propriedade fundiária ainda implicaria necessariamente numa elevação do padrão de vida das populações rurais, já que estas estariam sendo incorporadas ao próprio processo de industrialização, visto então como modernizante das condições não somente materiais como também sociais da sociedade.²³ Em sentido complementar, Raul Prebisch advertia que a satisfação da demanda crescente por gêneros agrícolas vinda das zonas urbanas e a elevação dos padrões de vida das populações rurais só poderia ser alcançada com um aumento da produtividade agrícola (PREBISCH, 1967:52).

Articulado nesses moldes, o pensamento dos cepalinos reconhecia que a reforma agrária envolvia, necessariamente, um antagonismo de classes, no qual os setores atrasados ou “feudais” deveriam perder o seu poder político. Na ocasião da discussão sobre as reformas de base, por exemplo, Celso Furtado asseverava que o sistema político brasileiro era “fechado” aos camponeses, os quais viviam privados dos direitos e de canais para expressão de seus interesses. Atribuindo grande peso ao Senado, no qual os estados agrícolas tinham presença decisiva, o sistema político fazia com que o Poder Legislativo ficasse nas mãos de uma minoria vinculada às regiões onde o

latifúndio era dominante. Enquanto isso, na Câmara dos Deputados imperava o predomínio dos interesses latifundiários, pois a representação proporcional à população de cada Estado estava restrita aos alfabetizados. Este controle da organização política pelo latifúndio resultava no impedimento às mudanças profundas na estrutura agrária que poderiam vir do Executivo e perpetuava a exclusão de amplos setores da população, localizados nas zonas rurais. Diante disso, a reforma agrária adquiria uma inequívoca dimensão política e social, sendo portadora da necessidade de reorganização do sistema político, através de medidas que suprimissem mecanismos de manutenção do poder político dos latifúndios (TAPIA, 1986:446-447).²⁴

V.2.2. A revolução antiimperialista e antifeudal: Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré

As questões que envolvem estrutura, forma de exploração da terra e reforma agrária foram desenvolvidas no interior da esquerda brasileira e, como vimos anteriormente, revestidas do debate conhecido como “feudalismo contra capitalismo”. Os seus principais interlocutores, na passagem da década de 1950 para a de 1960 contaram, de um lado, com a proposta do PCB, consubstanciada, sobretudo, nos trabalhos de intelectuais vinculados ao partido e suas teses como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, e de outro, com a figura dissonante e singular de Caio Prado Júnior.

Baseado no modelo desenvolvido pelo VI Congresso da Internacional Comunista (1928),²⁵ Passos Guimarães resgatou o seu esquema básico, no qual a realização da transição do feudalismo ao capitalismo nos países coloniais, semicoloniais e dependentes somente seria efetuada por intermédio da promoção da revolução democrático-burguesa. Nessa concepção, os proprietários de terras (revolução antifeudal) e os países colonizadores ou dominantes (revolução antiimperialista) seriam duplamente golpeados através da aliança entre a burguesia, o proletariado e o campesinato. Munido desse modelo e aplicando-o à realidade brasileira, Passos Guimarães criticou os autores que viam o desenvolvimento da economia brasileira valendo-se de uma perspectiva capitalista (particularmente Roberto Simonsen). Opondo-se frente essas interpretações a respeito da história brasileira, defendeu que as

estruturas feudais vigentes na Europa foram trazidas para as paragens do país por Portugal, constituindo as bases de sua colonização.

Insurgindo-se contra o questionamento do passado feudal no Brasil e procurando aprofundar as teses do PCB, Alberto Passos Guimarães, em sua obra *Quatro séculos de latifúndio*, publicada em 1963, afirmava:

“O processo evolutivo em curso na sociedade lusa (de desenvolvimento do capital comercial) não veio continuar-se no Brasil Colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da história, embaçada pelo sonho de ver reconstruído o seu passado.” (GUIMARÃES, 1968:23).

Em outro trecho, Passos Guimarães complementa:

“Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento da mão-de-obra (...). Mas em compensação, pôde desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial”. (GUIMARÃES, 1968:29)

Asseverava ainda o autor que o sistema assentado no monopólio da terra (latifúndio) mantinha-se no controle da economia do país em pleno século XX, apesar de profundas transformações pelas quais passou a sociedade brasileira (lei de terras, extinção de sesmarias, reconhecimento do direito de posse, abolição da escravatura, entre outras).²⁶ Resistindo a qualquer esforço de mudança e mantenedor das arcaicas relações de produção em seus domínios, o latifúndio exerceria essas prerrogativas que lhe são próprias e que deveriam ser combatidas por intermédio de seu predomínio em mais da metade do território nacional e participação em outro tanto da receita do comércio exterior. Superá-lo, na visão do autor, era a única forma para se promover a superação do atraso da agricultura, alavancando, por conseguinte, o desenvolvimento da economia brasileira como um todo e, assim, permitindo a abertura de portas para o progresso do país.²⁷

Foi tendo essa interpretação na algibeira que Passos Guimarães entendia a reforma agrária como um dispositivo fundamental para se libertar a economia dos revesses que a mantinham entravada, distante de suas reais potencialidades em face da contribuição que poderia fornecer ao desenvolvimento da economia brasileira como um todo.²⁸ Em todo caso, vejamos mais de perto alguns aspectos essenciais do pensamento do autor.

Em consonância com a formulação cepalina, Passos Guimarães compreendia ser inadequada a estrutura agrária diante do avanço do capitalismo no Brasil. Concordando com uma visão muito difundida na época e para qual sua obra também ajudou a reforçar, este autor entendia que a agricultura do país era permeada pela sobrevivência de relações de produção não-capitalistas, de “resquícios feudais” ainda não superados. Na sua interpretação, a estrutura agrária se caracterizaria pela coexistência de latifúndio “feudal” e de uma agricultura de subsistência, ou seja, haveria “*praticamente duas agriculturas com posições e interesses antagônicos*” (GUIMARÃES, 1968:208).

Na visão de Passos Guimarães, a “crise do sistema latifundiário brasileiro” estava em curso, sobretudo, desde 1930, e poderia ser expressa por cinco traços principais. Em primeiro lugar, uma extrema concentração dos latifúndios impulsionada pela associação entre o monopólio da terra e o monopólio da indústria de transformação ou de beneficiamento da matéria-prima agrícola. Em segundo, uma extrema fragmentação dos minifúndios localizados nas piores terras, expediente utilizado pelos grandes latifundiários para fixar nas suas proximidades uma reserva de mão-de-obra à sua disposição. Em terceiro, o abandono das lavouras e a sua substituição, em grande escala, pela pecuária extensiva. Em quarto, a introdução, em ritmo lento e em proporções insatisfatórias, das técnicas modernas de preparo e cultivo do solo, bem como de insumos como adubos, fertilizantes etc. Finalmente, a substituição lenta das formas pré-capitalistas da renda por formas semi-capitalistas ou capitalistas.

Não obstante reconhecer a existência de mudanças em curso na estrutura agrária, Passos Guimarães sublinhava o caráter limitado e deformado de tais transformações. Na verdade, dada a preservação do monopólio da terra nas mãos dos latifundiários, a crise do sistema estaria levando a um reforço do binômio latifúndio/minifúndio em prejuízo dos médios e pequenos proprietários. Assim, a introdução de técnicas modernas e a transformação das relações de produção não-capitalistas se davam num ritmo insuficiente. Mais do que insuficiente, o *modus operandi* da agricultura estava em

antagonismo com o restante dos setores econômicos da sociedade brasileira. Neste sentido, dizia o autor:

“(...) o balanço das transformações revela, ao contrário, sua precariedade, sua insuficiência e, mais do que isso, sua incompatibilidade e seu antagonismo com a estrutura agrária, que continua ser uma barreira ao desenvolvimento amplo e harmônico da nossa agricultura e da economia nacional”.
(GUIMARÃES, 1968:199)

O ponto central do poder da grande propriedade latifundiária era o monopólio da terra. Esta permitia aos grandes proprietários o controle de mais de 50% das terras, das divisas do comércio e o controle da política de crédito agrícola. O controle da propriedade fundiária seria a base material do sistema latifundiário, o qual:

“(...) dá-lhe a faculdade de manter, sob coação, as relações de trabalho arcaicas e, em decorrência, o nível extremamente baixo dos salários agrícolas; possibilita-lhe sustentar os elevados preços da terra e do arrendamento agrícola e, em consequência, restringir o limitado número das propriedades e das explorações camponesas, das propriedades e das explorações capitalistas”. (GUIMARÃES, 1968:203)

Assim, o monopólio da terra seria a principal causa do retardamento e crescimento limitado do mercado interno e pelo baixo nível aquisitivo das populações rurais e até urbanas. Imiscuído desse quadro de premissas, o autor asseverou, então, que a manutenção de estruturas tradicionais no campo se expressava na existência de uma “crise agrária”. Esta teria como aspectos principais um declínio relativo das áreas de lavoura em relação ao crescimento da fronteira agrícola e pelo declínio absoluto da produtividade da maioria dos principais produtos agrícolas.

As principais conclusões de Alberto Passos Guimarães foram: a) o latifúndio era o principal empecilho ao aumento da produção agrícola e, b) a divisão da propriedade era condição imprescindível para o progresso da agricultura. Tomada em conjunto, sua avaliação pleiteou que a reforma agrária impunha-se por imperativos econômicos, sociais e políticos. Do ponto de vista econômico, ela permitiria o surgimento de formas capitalistas de produção removendo os óbices ao pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Do ponto de vista social, a redistribuição da propriedade daria

ensejo ao surgimento de pequenos e médios proprietários, além da disseminação das relações de assalariamento que, juntas, permitiriam uma elevação nos padrões de vida dessas populações, abrindo espaço para uma ampliação do mercado interno, beneficiando, ademais, a indústria nascente.

Quanto ao aspecto político, a reforma agrária permitiria aglutinar um arco de forças políticas nacionalistas (burguesia industrial, camadas médias, assalariados urbanos e camponeses) capazes de desalojar os inimigos da emancipação nacional: o latifúndio e o imperialismo. Segundo os comunistas, a revolução nacional tinha que ter um conteúdo antiimperialista e agrário, esquema ao qual Passos Guimarães não se furtou em utilizar.

Cingidas essas linhas bastante sintéticas acerca da contribuição de Passos Guimarães, cabe observar amparando-se na análise de Wenceslau Gonçalves Neto que, de maneira similar ao autor passado em revista, outros de tendências políticas diversas prognosticaram a superação da “estrutura feudal” ou dos “restos feudais”, então julgados predominantes em nossa agricultura como instrumento de desenvolvimento econômico e de remoção dos elementos que interferiam negativamente no conjunto da sociedade. Esse ponto comum sobressaía seja na visão conservadora de Celso Furtado e Jacques Lambert²⁹, seja na corrente marxista ligada ao PCB cujo expoente era o próprio Alberto Passos Guimarães, como também estava presente na visão de Paul Singer. Ainda segundo o autor, outro aspecto aproximativo entre eles, com exceção de Lambert, era o fato da reforma agrária ser vista como indispensável para a transformação do agro. Por outro lado, suas divergências surgiam no tocante à proposta de solução ao impasse: enquanto Furtado propunha as reformas de base para promover o Brasil moderno, Guimarães defendia a “revolução democrático-burguesa” (GONÇALVES NETO, 1997:60).

Pontuadas essas aproximações e divergências, voltando-se para o caso de Nelson Werneck Sodré, outro participante eminente das discussões de mesmo teor no quadro intelectual da época, ele não apresentou em seus diferentes trabalhos uniformidade avaliativa em relação à caracterização do passado colonial do Brasil. Conforme chama a atenção RICUPERO (2000:101), em *“alguns deles, considera haver na Colônia um tipo especial de capitalismo, que, na linha do argentino Sérgio Bagu³⁰, chama de capitalismo colonial; em outros, aponta para um suposto progressivo predomínio do feudalismo no Brasil.”* Na obra *Introdução à Revolução Brasileira*, em 1958, Sodré afirma:

“Nessa estrutura, o que se esboça, desde os primeiros dias, como um destino a que é impossível fugir, é na verdade, uma forma particular de capitalismo - o capitalismo colonial -, condicionado em todas as suas manifestações, ainda as mais elementares, ao desenvolvimento do capitalismo comercial europeu, eivado, apenas para caracterizar a sua aparência exterior, dos laços locais antes indicados” (SODRÉ, 1958:64, *Apud* RICUPERO, 2000:101).

Todavia, continua Ricupero, em *História da burguesia brasileira*, livro de 1964, Sodré sustentou ponto oposto:

“A ampliação da área em que se instalam relações feudais no Brasil é um processo que abrange a história do país desde o início da colonização quase, e chega aos nossos dias. Começa com o pastoreio sertanejo que, no seu desenvolvimento, acaba por incorporar áreas antes escravistas em decadência, a partir do momento em que a economia açucareira entra em sua prolongada crise e se submete à estagnação” (SODRÉ, 1976:29, *Apud* RICUPERO, 2000:101).³¹

Apesar da ressalva assinalada acima, importa salientar que o argumento central utilizado por Werneck Sodré para caracterizar o passado colonial brasileiro, na defesa da chamada tese da “regressão feudal”, consistia em identificar que vastas áreas escravistas teriam regredido para um regime de servidão e semi-servidão, em função da falta de uma estrutura que absorvesse a mão-de-obra e devido à disponibilidade de terras que eram ocupadas por uma “invasão formigueira” de milhares e milhares de pequenos lavradores e criadores que faziam suas *roças* de mera subsistência naqueles vazios, ausentes, porém, do mercado. No seu entendimento, a longa vigência do escravismo onerara e retardara o assalariamento livre, com conseqüências culturais de toda ordem. A subordinação pessoal era enfatizada pelo autor como o elemento configurativo dessa incorporação débil.

Com efeito, a construção de imagens do Brasil gravitando em torno do PCB e tendo em vista o socialismo é um ponto de aproximação entre Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior. Enquanto o primeiro guardava maior afinidade com a orientação oficial, o segundo foi um militante dissidente, menos apegado aos paradigmas de sua tradição. Discordavam não só quanto à caracterização da formação histórica e econômica do Brasil desde tempos pretéritos, mas também com relação à tática da frente única,

incorporada na versão da modernização brasileira preconizada por Werneck Sodré, aspecto que faz a bibliografia considerá-lo o autor mais expressivo, senão o “teórico” da política dos comunistas no pré-64. Nesse ponto específico, entretanto, não há como aproximar as estratégias políticas de Sodré com aquelas assumidas por Orlando Valverde, uma vez que nem em seus escritos e muito menos em seus depoimentos surge uma menção ao seu entendimento político sobre as posições adotadas seja pelo historiador militar ou pelos quadros pecebistas, não sendo mesmo possível localizar sua inclinação ou participação nessas discussões. Em sentido oposto, desde as suas dissertações sobre a “formação do Brasil contemporâneo”, Caio Prado Júnior se colocou em conflito com o seu partido, apontando o que chamava de falta de fundamentos da política comunista no Brasil.

Enquanto o PCB associava crescimento econômico e revolução, Werneck Sodré também compreendia que as contradições fundamentais guiavam os movimentos da sociedade. A contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entravava, na visão do autor, estava articulada com uma outra bastante saliente tanto em seu pensamento como de seu partido, qual seja aquela entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos (SODRÉ, 1962:401). A totalidade da estrutura social sofria os efeitos dessa relação íntima entre contradições que definiam o sentido das movimentações sociopolíticas e sinalizavam os passos dos protagonistas da “revolução nacional” (expressão isebiana), opondo novos grupos sociais (“burguesia nacional”, proletariado) a velhas classes, o “povo” (proletariado, campesinato, parte da alta e média burguesia, a “burguesia nacional”, a pequena burguesia) ao inimigo comum: o imperialismo e seus agentes internos. Conforme se entendia no PCB e no ISEB, o campo da “política ideológica”, portanto, era estruturado por essas contradições.

Munido desse arcabouço ideológico e interpretativo, o PCB valorizava a tendência democratizante então em curso no país no pré-64 como um movimento estratégico para se resolver a articulação e complementaridade nefastas entre as contradições que impediam o desenvolvimento nacional. Nesse particular, entretanto, em nítida postura de discordância, Werneck Sodré afirmava o caráter fraco das mobilizações naquela passagem dos anos cinquenta para a década de 1960, não desenvolvendo a sociologia política com a qual o PCB então projetava o nacionalismo como lastro para um processo de reformas graduais sob governos pluriclassistas. Não obstante, Werneck

Sodré não deixou de realçar nessa visão do partido a dimensão fundamental que a democratização política tinha para o desdobramento bem-sucedido do processo de mudanças almejado.³²

V.2.3. Ignácio Rangel: a defesa da preservação do latifúndio e a funcionalidade da agricultura

Os trabalhos de Ignácio Rangel versam uma outra posição sobre a questão agrária no interior do pensamento marxista. A obra de 1962, *A questão agrária brasileira* (RANGEL, 1962) fornece algumas idéias de seu pensamento a respeito do problema e serão expostas em seguida brevemente, com o intuito de apresentar um contraponto às visões anteriormente abordadas.

O ponto de partida da análise de Rangel era a idéia da existência de “restos feudais” no campo. Todavia, ao contrário da posição de Alberto Passos Guimarães, enfatizava o processo de crescente diferenciação na agricultura, responsável pelo surgimento, ao lado das formas feudais, de unidades agrícolas de tipo capitalista ou pré-capitalista (pós-feudais), estruturadas nos moldes da pequena propriedade orientada para a produção de mercadorias. Era a partir das relações estabelecidas entre a indústria e a agricultura no processo de industrialização que Rangel pensava a questão agrária. A análise da crise agrária no início dos anos sessenta, segundo o autor, não poderia transcender de duas idéias fundamentais. De um lado, a industrialização brasileira havia transcorrido sem reforma agrária prévia, determinando que as transformações da agricultura fossem concomitantes à própria industrialização. De outro, argumentava que a base da agricultura eram os amplos segmentos de economia natural existentes desde o início do processo de industrialização.

Não obstante, essas duas linhas mestras de Rangel foram pensadas a partir do papel a ser desempenhado pela agricultura no processo de industrialização, nisso seguindo outros protagonistas do debate, embora com desdobramentos diversos. Este setor da economia brasileira deveria atender duas funções básicas: suprir o sistema de bens agrícolas necessários, incluindo os exportáveis, e liberar ou reabsorver mão-de-obra, conforme as necessidades do sistema industrial. No prosseguimento a este raciocínio, para o autor a crise agrária derivava deste delicado mecanismo que em alguns

momentos ou não liberava a mão-de-obra necessária à expansão dos demais setores ou, inversamente, a liberava em excesso. Vê-se, portanto, que à semelhança de outros intelectuais do período, a agricultura foi pensada em Rangel como atividade subsidiária ao desenvolvimento da industrialização (RANGEL, 1962:33).

Assim compreendida, a crise agrária se expressava pela existência de excedentes de produtos e população, isto é, por intermédio da concomitância entre superprodução e superpopulação. Esta última estaria expressa na crise da estrutura feudal no campo que *“com sua notória estagnação tecnológica, tem no crescimento da população a sua forma dominante de crescimento”*. Nesse particular, ainda acrescentava o autor que *“o avanço das formas capitalistas no campo agudizava as contradições da estrutura feudal”* (RANGEL, 1962:9).

O agravamento da crise agrária nos anos sessenta ainda era interpretado por Rangel em virtude da fase recessiva da economia que, desde os anos 30, teria acompanhado a industrialização. Ancorado numa concepção da dinâmica econômica brasileira baseada na alternância entre fases expansivas e regressivas, diagnosticava o autor que no primeiro caso a crise agrária permanecia latente em razão da demanda adicional por força de trabalho e produtos agrícolas, enquanto, na segunda categoria e inversamente, os fenômenos de superprodução e superpopulação se manifestariam com gravidade em face da queda no ritmo de acumulação econômica.

Como argumento adicional, o autor chamava a atenção para a elevação dos preços da terra causada por sua “escassez” e pela contabilidade do aumento da produtividade da unidade agrícola pelo proprietário como renda da terra. A esses fatores se somaria uma demanda especulativa suplementar originada pela elevação da inflação. A terra passava a ser vista como um ativo financeiro, como forma de defesa de patrimônio, um meio de entesouramento. Tal situação teria, provisoriamente, impedido uma queda no preço da terra, possibilitada pelo avanço da industrialização, que passava a incorporar novas extensões de terra à economia nacional.

Rangel distinguia os problemas próprios e os impróprios da agricultura. Os próprios estavam ligados à crise agrária e se desdobravam nos constantes problemas do comércio exterior e no desemprego urbano. Os impróprios era a escassez de certos bens agrícolas e a escassez sazonal de mão-de-obra. A solução desses problemas não dependia de mudança na estrutura agrária. A escassez de produtos agrícolas poderia ser resolvida

pelo combate do oligopólio da intermediação, o grande responsável pela elevação dos preços dos gêneros agrícolas nas cidades. Quanto ao problema da escassez da mão-de-obra, propunha a criação de pequenos lotes fora das grandes propriedades capitalistas para abrigar os assalariados das mesmas. Desta maneira, seriam atendidos os interesses da empresa agrícola pelo suprimento de uma oferta regular de mão-de-obra e do trabalhador que obteria um complemento do seu salário sob a forma de uma produção para o auto-consumo. Além disso, esse mecanismo possibilitaria fixar as populações urbanas marginalizadas no campo e romper os laços existentes de dependência pessoal dentro das fazendas.

Adotando uma posição bastante polêmica dentro do debate sobre a questão agrária, Inácio Rangel defendia a prioridade para as soluções do que chamava de problemas impróprios. Isto significava privilegiar um conjunto de medidas que tinham como finalidade essencial alterar indiretamente a estrutura agrária do país. A justificativa para esta opção era de que as medidas, visando resolver a escassez de produtos e de mão-de-obra, poderiam ser aceitas por um leque mais amplo de forças políticas e sociais. O mesmo não ocorreria em relação às medidas voltadas para os problemas propriamente agrários. Deste modo, Rangel esboçava um programa de ação, cuja ambição era obter o mais amplo consenso social.

O programa de ação estava centrado em torno de três ordens de medidas: 1) a criação de pequenas propriedades nas proximidades das grandes fazendas, de modo a resolver o problema da sazonalidade da mão-de-obra, melhorar as condições de vida dos assalariados rurais e absorção da população urbana; 2) o fortalecimento da posição do pequeno, médio e grande agricultor frente ao oligopólio de intermediação dos bens agrícolas através de uma política agrícola eficaz que assegurasse preços mínimos, reorganizasse o crédito agrícola, fornecesse assistência técnica e serviços de infraestrutura como silos e armazéns; 3) uma política de povoamento das terras de fronteira usando as terras públicas ou a cobrança de uma real taxa de melhoria para a expansão dos produtos agrícolas de suprimento escasso.

Ao contrário do conjunto das forças nacionalistas que privilegiava a questão do latifúndio, de redistribuição da terra, Rangel defendia uma aliança das forças progressistas com o latifúndio capitalista. Tratava-se de fortalecer o lado moderno da agricultura. A base objetiva da aliança do latifúndio capitalista com as forças de esquerda estava em que ambos defendiam o crescimento da economia brasileira. A

grande propriedade encontrava-se interessada, por motivos econômicos, na ampliação dos mercados externos, enquanto que a esquerda, por motivos políticos e ideológicos, defendia a mesma medida.

O reforço do lado capitalista de grande propriedade, concomitantemente ao avanço da industrialização, permitiria, segundo o economista, o “equacionamento” da questão agrária porque absorveria os excedentes de mão-de-obra limitando implicitamente a produção agrícola.

Comentando as teses da “divisão do latifúndio”, Rangel falava ainda da emergência de um novo tipo de análise que distinguia latifúndio-capitalista e latifúndio-feudal. Contudo, *“paradoxalmente, para afirmar que o primeiro é o mais retrógrado e odioso. Insinua-se a necessidade de dismantelar esse latifúndio, fazendo à custa a reforma agrária, sob o pretexto de que ocupa as melhores terras”* (RANGEL, 1962:12). Esta posição, segundo o autor, era equivocada, porque o problema do Brasil não era fazer economia de terras, mas ampliar, ao máximo, a ocupação produtiva da terra. Portanto, *“o essencial é tornar acessíveis e habitáveis as terras que antes não o eram e pesquisar os meios e modos de tornar agricultáveis as terras que também não o eram”* (RANGEL, 1962:12).

A ação do Estado, seguindo a proposta de Rangel, deveria ser no sentido de proteger os interesses da grande propriedade capitalista, assegurando a abertura de novos mercados, suprindo internamente as necessidades de máquinas e equipamentos, fornecendo crédito, etc. Ao mesmo tempo, o Estado, ao elaborar uma política de integração do território, daria oportunidade de acesso a terra para a população rural, através de programas de colonização. De alguma maneira, Rangel tinha uma expectativa positiva sobre os efeitos do avanço da industrialização sobre o acesso a terra, na medida em que a ocupação das zonas novas permitiria fixar às terras os excedentes de população produzidos pelo avanço do capitalismo no campo. Em decorrência das considerações apresentadas anteriormente, Rangel desaconselhava comprar terras pela utilização de fundos públicos. Ou seja, ele se opunha a uma política dirigida pelo Estado, visando realizar desapropriações massivas. Ao invés de comprar terras de particulares, caberia ao Estado intervir no mercado de terras, suprindo ou induzindo os proprietários a fazê-lo, porque, a seu ver, o problema da terra no Brasil era um problema de preço.

Em razão da posição polêmica defendida por Rangel, este era acusado, por alguns setores da esquerda do período, como um defensor de uma solução conservadora, que resguardava os interesses da grande propriedade territorial.

Segundo DAVIDOFF (1980:121), a diferença entre Rangel e a esquerda consistia no fato de que:

“A esquerda enfatizava a atrofia resultante das relações pré-capitalistas prevalentes na agricultura, que excluía vastos contingentes populacionais das relações mercantis, enquanto que Rangel privilegiava os efeitos de distribuição dessas relações sobre o nível de salários urbanos. Mas a concepção que está por trás é basicamente a mesma, a de que o mercado interno no capitalismo é representado pelo consumo das massas trabalhadoras, rurais ou urbanas, e de que este, no caso brasileiro, mostrava-se, claramente, insuficiente para sustentar o desenvolvimento das forças produtivas”.

Portanto, contrastando com praticamente todo o pensamento nacionalista e de esquerda, Rangel negava a necessidade impostergável de uma reforma agrária que “quebrasse o latifúndio” e promovesse uma ampla redistribuição da terra pela partilha das grandes propriedades territoriais. Ao defender a preservação e a aliança das forças progressistas com a grande propriedade capitalista, se afastava das propostas de reforma agrária “radical” que vicejaram na primeira metade dos anos sessenta. A própria evolução da luta política pela reforma agrária tratou de aumentar a distância entre as formulações de Rangel e das forças reformistas.

Para Rangel, era um grande equívoco a posição obstinada dos setores nacionalistas a partir de 1963, que condicionavam a realização da reforma agrária à aprovação de emenda constitucional. Assim, a defesa feita por Rangel de uma aliança com o latifúndio capitalista era vista pelos setores nacional-reformistas como uma postura essencialmente conservadora.

V.2.4. Caio Prado Júnior e a crítica ao dualismo e à tese feudal³³

Os trabalhos de Caio Prado Júnior publicados na primeira metade dos anos sessenta na *Revista Brasiliense*, reunidos no conhecido livro *A questão agrária no Brasil* (PRADO JÚNIOR, 1987a),³⁴ constituem a principal referência para a discussão de suas teses a respeito da questão agrária e de suas propostas de reforma agrária. É por esse motivo que a abordagem que será realizada em seguida sobre alguns pontos de sua contribuição estará baseada nesses escritos.

No conjunto de trabalhos do autor, sempre predominou a negação de que tivesse havido um regime feudal no Brasil. Sua organização econômica, desde os primórdios da colonização, segundo sua interpretação, esteve baseada na grande propriedade, a qual servira de base para o desenvolvimento posterior de uma economia mercantil.

De fato, para Caio Prado Júnior, a economia agrária colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural, cujo predomínio determinou a situação não favorável ao desenvolvimento da pequena propriedade. No passado colonial brasileiro, várias razões teriam concorrido para o não favorecimento da pequena propriedade, entre os quais: os custos e a rudeza da tarefa de desbravamento de uma terra virgem; o caráter primitivo das culturas adotadas; os menores custos do trabalho escravo em relação ao trabalho livre; a maior rentabilidade das culturas tropicais quando organizadas em larga escala; os altos custos de instalação da atividade principal aqui desenvolvida, ou seja, a produção do açúcar; e, por fim, a necessidade de grande número de trabalhadores para o funcionamento da exploração em larga escala.

Além dessas variáveis, o pequeno lavrador independente teria encontrado como obstáculo a falta de mercados para o escoamento de seus produtos (PRADO JÚNIOR, 1972:20), particularmente quanto ao mercado interno. As limitações do mercado interno derivavam de quatro aspectos: grande parte da população era constituída de escravos e semi-escravos; as comunicações eram difíceis; as grandes propriedades rurais produziam quase todo o necessário para o seu consumo interno; e os centros urbanos, por sua pouca importância, não constituíam mercados de vulto.

Ademais, a situação de vizinhança com os grandes proprietários determinava uma precária condição de sobrevivência do pequeno lavrador, provocadora de constantes e violentos conflitos. Essas dificuldades se agravaram com a existência de uma legislação opressiva que proibia o desenvolvimento de atividades e culturas que pudessem

concorrer com a cultura principal ou que desviassem força de trabalho da grande exploração.

Todas essas dificuldades impunham um progressivo “processo de eliminação da pequena propriedade”. Mesmo a diversidade produtiva das regiões (zona canavieira nordestina, zona da pecuária nordestina e zona de São Paulo) não alteraria fundamentalmente esse quadro. Conforme já evidenciara ANTONIL (1982), no Brasil-Colônia era incontestável o domínio da grande exploração rural, diagnóstico seguido, neste particular, por Caio Prado Júnior e valorizado, inclusive, por Orlando Valverde. Esse domínio reforçava-se ainda mais dada a pequena importância das atividades comerciais urbanas, que somente se desenvolveram a partir de meados do século XVII. Daí a ênfase da análise caiopradiana em afirmar que a base material da sociedade colonial consistia na economia da grande exploração rural (RÊGO, 2000:37-38).

Salienta ainda o autor que por intermédio da abolição da escravatura, em 1888, se generalizou a produção capitalista. Neste processo teria havido uma adaptação da grande propriedade às novas condições econômicas. Ou seja, na transição do escravismo para o trabalho livre teriam se mantido as características estruturais da grande propriedade. Assim, ao contrário da Europa e segundo o seu parecer, não teria existido uma economia camponesa³⁵ no Brasil, isto é, uma economia agrária baseada na ocupação da terra. Nas palavras do historiador paulista:

“(...) a economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da exploração parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrícola voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado interno, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constituiu assim uma economia e uma classe camponesa, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtivas de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava” (PRADO JÚNIOR, 1972:170).

Portanto, assentado nesta interpretação, para Caio Prado Júnior carecia de base material a posição que advogava ser a dinâmica do desenvolvimento brasileiro dada pelo conflito entre feudalismo *versus* capitalismo. Compreende-se nessa análise da concentração fundiária que sua expansão não está necessariamente atrelada a um

processo de concentração econômica, isto é, a uma organização concentrada da produção. A “defeituosa distribuição da terra”, a seu ver, foi básica para a concentração fundiária no Brasil. Ressalte-se aqui a importância dos mecanismos sociais de apropriação da propriedade rural. Ou seja, a concentração da propriedade fundiária não mantém relação direta com o desenvolvimento capitalista da agricultura, este último entendido como processo que tenderia a uma produção organizada de forma concentrada e intensificada. Por seu lado, esse processo de desenvolvimento capitalista – entenda-se inclusive o processo de “industrialização” da agricultura – poderia mesmo conduzir à não-exigência da concentração de grandes extensões de terra.

Na visão do historiador paulista, esse acentuado grau de concentração da propriedade fundiária é reflexo da natureza da economia brasileira, resultante da formação do país desde os primórdios da colonização. Diz Caio Prado:

“O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e o elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava” (PRADO JÚNIOR, 1987a:48).

O papel que desempenha a grande exploração na estrutura agrária brasileira determina o caráter e a natureza das relações de produção em geral e são também direta ou indiretamente condicionadas às demais relações de produção, “*em particular aquelas em que se inclui a pequena propriedade*” (PRADO JÚNIOR, 1987a:71). Como fenômeno geral, as possibilidades de expansão da pequena propriedade era consequência de um fenômeno ou processo econômico, ou seja, o sucesso ou fracasso da grande exploração.

Mas não se pode restringir o entendimento desse processo exclusivamente à idéia de fracionamento da grande propriedade. É de se levar em consideração que os mecanismos das frentes de expansão, tão presentes no Brasil até nossos dias, constituíram-se em instrumentos poderosos de reprodução da pequena propriedade no meio rural. Assim, a pequena propriedade não necessariamente decorre, na história agrária brasileira, do fracionamento da propriedade que, no período imediatamente anterior, teria ocupado grandes áreas. O importante a ressaltar é que essa reprodução da pequena propriedade não se configurou nunca autonomamente em relação à dominância

da grande propriedade e da grande exploração, em termos gerais na agropecuária brasileira (RÊGO, 2000:54-55).

As origens da miséria do pequeno produtor e do trabalhador rural empregado estão na *“natureza da economia rural brasileira, dominada pela grande exploração agropecuária, e o tipo de estrutura agrária em que essa grande exploração assenta: a concentração da propriedade fundiária”* (PRADO JÚNIOR, 1987a:77). E, dessa forma:

“(...) enquanto a grande exploração agrária e a concentração da propriedade da terra (...) constituírem (...) os fundamentos em que se assenta a economia agrária brasileira, não haverá amparo possível e praticável à propriedade pequena e ao modesto produtor” (PRADO JÚNIOR, 1987a:80).

O autor enfatizava que o ritmo das atividades agropecuárias era ditado pela grande propriedade, à qual estava subordinado o movimento da média e da pequena. Assim, no período de “prosperidade” da grande propriedade, esta avançaria absorvendo as pequenas e médias. Inversamente, nos momentos de crise da grande propriedade havia um recuo desta e um avanço das pequenas e médias. Nas palavras do autor:

“O grau de fracionamento da grande propriedade, em consequência a maior ou menor extensão da área que se transfere para o domínio da pequena, é em regra, nas diferentes zonas do país, função inversa da prosperidade e rentabilidade da grande exploração local” (PRADO JÚNIOR, 1987a:72).

Na própria origem da pequena propriedade, em quase todo o país, estaria a ação e a influência da grande propriedade e das suas vicissitudes. Por isso, a grande propriedade e a pequena propriedade estavam ligadas umbilicalmente e o destino de uma era indissociável da outra.

A posição de Caio Prado se particulariza na medida em que defende que a agricultura é capitalista, isto é, nela predominam as relações de assalariamento no campo. O argumento do autor é de que as relações de trabalho na agricultura – parceria, arrendamento, meia, etc. – tinham um caráter de locação de serviços que, em essência,

podiam ser assimilados à relação salarial, da qual se distinguiriam pela natureza da remuneração recebida.³⁶ Ao assimilar as diversas formas de locação a modalidades de assalariamento disfarçados, rejeitava a tese da debilidade da introdução das relações de produção capitalista no campo. Reconhecia vestígios de relações de sujeição pessoal, na parceria, arrendamento etc., porém, as considerava um fenômeno que poderia ser extinto através da elaboração de uma legislação social de proteção aos trabalhadores rurais, a qual permitiria que esses traços servis, ainda presentes na agricultura, fossem extirpados.

Como decorrência da tese do predomínio das relações capitalistas na agricultura, Caio Prado Júnior via na extensão da legislação social aos trabalhadores rurais e na sindicalização rural peças essenciais dentro de um programa de reforma da estrutura agrária. A legislação social poderia “extirpar” os vestígios servis, permitindo o surgimento de relações mais justas, propiciando uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Inclusive, a esse respeito, o autor atacava duramente as correntes de esquerda, principalmente os comunistas e os movimentos radicais no campo, por negligenciarem a questão do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), enfatizando, exclusivamente, o combate ao latifúndio. Caio Prado Júnior considerava como o principal objetivo a ser perseguido pela reforma agrária a elevação dos padrões de vida da população rural e sua integração em condições humanas na economia agrária. Tratar-se-ia de arrancar a grande maioria da população rural da miséria e para tanto contribuiria a implementação da legislação trabalhista no campo.

Todavia, as causas da miséria no campo para o autor remetiam ao problema da grande propriedade. Os ínfimos níveis de existência de uma parcela ponderável da população rural estavam ligados, de um lado, à grande concentração da propriedade fundiária, que caracteriza a estrutura agrária desde os primórdios da colonização; de outro, como decorrência do monopólio virtual da terra que criava um contingente de mão-de-obra, formado por aqueles que não tiveram acesso a terra. Deste modo, os grandes proprietários sempre tiveram à sua disposição uma massa de trabalhadores de baixo custo, porque, esta, mesmo sendo judicialmente livre, na verdade, vivia premida por um mercado de trabalho abundante, que tendia a deprimir a sua capacidade de barganha e, conseqüentemente, seus salários. A grande concentração da propriedade teria, assim, um duplo efeito. De um lado, concederia uma base territorial para os empreendimentos mercantis e, de outro, asseguraria, ao mesmo, a mão-de-obra

indispensável. Decorre daí a ênfase necessária à reforma agrária, que deve considerar a particularidade do processo de formação da sociedade brasileira:

“A situação no Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e origem de nossa estrutura e organização agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (...) de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre.”
(PRADO JÚNIOR, 1987a:158).

E complementa o autor:

“A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado (externo)” (PRADO JÚNIOR, 1987a:170).

Em síntese, para o historiador paulista a trajetória do desenvolvimento brasileiro não afetou “a natureza estrutural da grande exploração”, apesar das transformações por que passou a estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação com o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Além de se manter “praticamente intacta” a grande exploração, em vários casos, ampliou o espaço de seu domínio. Repetidas vezes, Caio Prado Júnior afirmou que a grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diversa e se organiza com base na exploração comercial em larga escala, não parcelária (PRADO JÚNIOR, 1966:61).

Portanto, não houve no Brasil a constituição básica do latifúndio em superposição a uma economia camponesa preexistente.³⁷ Essa “circunstância originária” do latifúndio feudal não ocorreu no Brasil. Para o autor, o que se pode chamar de economia camponesa no Brasil constitui, em geral, a negação da grande exploração, “*pois resultou em regra da decomposição e destruição da base fundiária em que ela assentava, seja pela divisão da propriedade, seja pelo fracionamento da exploração em parcelas arrendadas*” (PRADO JÚNIOR, 1966:61). Daí sua constituição, no Brasil,

como setor residual da economia agrária, exceção feita à colonização estrangeira no Sul do país.³⁸

O fato relevante e conclusivo é que, mesmo com as transformações ocorridas na dinâmica exportadora de nossa economia e nas relações de trabalho, a “natureza estrutural da grande exploração” não foi alterada. Além do mais, diante dos elementos até aqui assinalados, parece-nos pertinente observar com base no trabalho de Maria Isabel Leme Faleiros que:

“A razão que leva Caio Prado a minimizar a luta pela terra não se circunscreve apenas a uma opção objetiva, decorrente da sua análise sobre a questão agrária, entre a questão da terra e a questão do emprego. Inserido numa estrutura econômica que sempre o subordinou, como escravo ou liberto, o trabalhador rural teria formado ‘suas reações psicológicas, reivindicação e ação’ num contexto de opressão sempre presente que não o preparou para se tornar um produtor autônomo.” (FALEIROS, 1989b:146).

Caio Prado ressaltou também o aspecto fundamental da distinção existente entre a grande lavoura e a agricultura de subsistência: a diversidade do padrão de organização. Nesta última predominam variados tipos de sistema agrário. O que realmente importa, nessa distinção, é a “*natureza econômica intrínseca de uma e outra categoria de atividade produtiva: o fundamento, objetivo primário, a razão de ser de cada uma delas*” (PRADO JÚNIOR, 1987b:157).

O aspecto essencial destacado pelo autor quanto à agricultura de subsistência é o de que suas várias formas de organização surgem de maneira subordinada e subsidiária à dinâmica da grande lavoura de exportação. Essa subordinação varia de forma segundo a inserção na estrutura produtiva: num primeiro aspecto se organiza no interior dos domínios da grande lavoura, de forma intercalada nos terrenos dedicados à cultura principal ou em terras a ela destinadas especificamente. O sentido principal dessa agricultura é garantir a autonomia da subsistência alimentar do complexo rural consistente na grande lavoura. Noutro aspecto, a agricultura de subsistência se expande nos momentos em que são praticamente suprimidas no interior dos grandes domínios, em consequência de uma conjuntura de alta dos preços dos produtos de exportação. Aí ela se constitui enquanto lavouras especializadas na produção de gêneros alimentares para suprir o mercado interno. Forma-se um tipo de exploração rural diferente e

separado da grande lavoura, variando sua organização: em grandes, médias e pequenas propriedades.

É relevante notar que na interpretação caiopradiana não se estabeleceu uma necessária associação entre produção de subsistência e pequena propriedade. Dependendo das crises conjunturais sofridas pela grande lavoura de exportação, essa agricultura de subsistência poderia surgir, segundo ele, organizando-se como empresa comercial de produção de alimentos. Diz o autor:

“Assim, com mais ou menos independência do lavrador, e maior ou menor extensão da lavoura respectiva, constituem-se a par das grandes explorações, culturas próprias e especializadas que se destinam à produção de gêneros alimentares de consumo interno da colônia” (PRADO JÚNIOR, 1987b:159).

Mas o peso do caráter subsidiário impõe-lhe uma característica vegetativa e atrasada, criando um problema grave que se tornou quase sempre a regra: a insuficiência alimentar crônica. No período colonial, excetuando-se a região do Rio de Janeiro, cujo fornecimento de produtos alimentares era garantido pelo desenvolvimento de uma agricultura alimentar na região de Minas Gerais, organizando-se aí uma agricultura de mercado interno baseada na pequena e mesmo na grande produção especializada, *“a miséria e a fome ombrearam-se com a prosperidade”*, no crônico estado de carestia e crise alimentar que caracterizou a sociedade brasileira (PRADO JÚNIOR, 1987b:160). Isso porque, durante largo período de nossa história, *“a alimentação de seus habitantes é função subsidiária da exportação”* (PRADO JÚNIOR, 1987b:165).

Outro traço estrutural consiste na excepcionalidade da presença da pequena propriedade na estrutura agrária brasileira. Como antes já assinalamos, os fundamentos da estrutura econômica do país inviabilizavam a estruturação de uma “organização agrária democrática” e fundada numa larga repartição da propriedade fundiária. Somente na segunda metade do século XIX é que se intensifica um “processo de retalhamento da propriedade fundiária rural”, que Caio Prado atribui a uma série de fatores: o crescimento e adensamento da população, a partilha por sucessão hereditária, a desagregação do regime escravocrata, as crises e decadências regionais do sistema de grande exploração e, essencialmente, a ambição pela posse da terra que informou a

intensa imigração européia das últimas décadas do século XIX e no início do século atual. Lembra, entretanto, que o surgimento das condições favoráveis à propagação dessa forma de propriedade rural foi consequência, nas condições estruturais da formação social brasileira, da ação de políticas governamentais que incentivaram a vinda de imigrantes europeus.

Dentre esses fatores, foram decisivos para a expansão da pequena propriedade tanto os processos de decadência da grande lavoura em determinadas regiões como a inexistência da concorrência regional dessa grande lavoura. Diz o autor: “*Verifica-se efetivamente que as suas principais áreas de difusão localizam-se em zonas onde a grande lavoura não se desenvolveu ou decaiu*” (PRADO JÚNIOR, s/d:251). Também o processo de formação de grandes aglomerações urbanas e industriais veio a se constituir em fator de estímulo à disseminação da pequena propriedade.

De maneira geral, afora as áreas que sem contar com a concorrência avassaladora da grande lavoura contaram com a possibilidade de organização de uma estrutura de caráter camponês, o autor indica que o processo fundamental foi o do “retalhamento da propriedade fundiária rural”, mesmo sob diferentes formas em diferentes regiões do Brasil. Mas como a estrutura produtiva agrária do país, herdada do passado, “*ainda se orienta sobretudo no sentido de satisfazer às exigências da grande lavoura monocultural de tipo colonial*”, a possibilidade de surgimento de uma experiência camponesa somente poderia efetivar-se “*nos claros da rígida estrutura tradicional brasileira*”. E isso determinou, por vários fatores, a fragilidade do desejável processo de “*reestruturação de nossa economia agrária*” (PRADO JÚNIOR, s/d:256). Reestruturação desejável porque nossa estrutura agrária continuava a ser a principal responsável pelo “*baixo nível e padrão econômico da população brasileira*” e pelas “*insuficiências quantitativas e qualitativas do mercado interno do país*”, o que se acrescentava ao fato de que a experiência de industrialização ter consistido em processo fundamentalmente excludente, não incorporador da maioria da população.

Daí que, referindo-se ao período entre 1940 e 1967, Caio Prado Júnior identifica, num primeiro momento, dois problemas essenciais presentes na estrutura agrária brasileira: a continuidade de uma grande concentração da propriedade fundiária e o processo de ocupação de novas terras por uma agricultura extensiva e itinerante. O fenômeno que se destaca é o considerável aumento da pecuária que produziu, por seu lado, dois efeitos aparentemente antagônicos: em primeiro lugar, um “retrocesso

econômico” (PRADO JÚNIOR, s/d: 338), na medida em que promove a substituição de uma atividade de maior densidade econômica – a agricultura – e provoca tanto um intenso êxodo de populações rurais como o esvaziamento econômico de diversas regiões, e, em segundo lugar, o efeito integrador da economia nacional pelo desenvolvimento de atividades subsidiárias à pecuária de corte, promovendo, à diferença da dinâmica do sistema colonial, um processo de *“articulação recíproca entre a produção e o consumo”* (PRADO JÚNIOR, s/d:340).

Considerando esse contexto, e somando-se ao desenvolvimento de outras atividades produtivas agrárias como o açúcar, a fruticultura, a vitinicultura, a avicultura, as culturas hortenses e a produção de leite e derivados, caminha-se assim para a “superação do sistema colonial” com a crescente especialização e elevação do nível tecnológico das atividades agropecuárias. Num laivo de otimismo, Caio Prado conclui:

“O sistema colonial da economia brasileira, também no setor da agricultura onde ele tem suas principais raízes, abre-se em brechas por onde penetram e em que se estabelecem os elementos renovadores da velha estrutura, substituída gradualmente por uma organização econômica que seja função das necessidades próprias do país e capaz, por conseguinte, de atender efetivamente ao bem-estar e prosperidade de seus habitantes” (PRADO JÚNIOR, s/d:342).

Partindo do diagnóstico exposto sucintamente acima, Caio Prado Júnior defendia duas linhas de ação para a reforma agrária: o primeiro caminho era a extensão da legislação social-trabalhista para o campo, a fim de proporcionar uma proteção legal adequada aos trabalhadores rurais, o que reverteria numa melhoria das condições de vida dessas populações; o segundo caminho era a modificação da estrutura fundiária, visando a correção da extrema concentração que a caracterizava, que ampliaria as oportunidades dos trabalhadores de ascenderem à condição de proprietários. O surgimento de novos proprietários melhoraria a situação não apenas dos que atingissem essa condição, como dos assalariados rurais que, pela diminuição da pressão sobre o mercado de trabalho, teriam maior poder de negociação.

Quanto à divisão do “latifúndio”, a posição do autor era bastante cuidadosa. Em geral, coerente com as suas críticas à tese dos restos feudais, ele se posicionava contrariamente à proposta de divisão da grande propriedade e à transformação da economia agrária numa estrutura baseada na pequena propriedade. Ao fazer a defesa da

utilização de uma estratégia combinada, composta pela aprovação da legislação social e a partilha de grandes propriedades, atacava a posição de grande parte da esquerda que apostava na formação de uma economia de pequenos proprietários. Nas suas palavras:

“(...) seria inteiramente falso imaginar (como pensa um certo sectarismo de esquerda) a possibilidade de desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e a transformação instatânea, ou mesmo a curto prazo da massa rural brasileira, em sua coletividade de camponeses pequenos produtores e proprietários” (PRADO JÚNIOR, 1987a:90).

Entendia que carecia de realismo a proposta de divisão indiscriminada da grande propriedade. Argumentava que, em certos casos, tal subdivisão teria conseqüências negativas. Nos casos da cana-de-açúcar, cacau, fruticultura, a divisão da grande propriedade levaria a uma desorganização da produção, sendo por isso desaconselhável. Entretanto, sua posição não era contra toda e qualquer divisão das grandes propriedades. Em sua opinião, tal medida era desejável em certas situações, por isso, a reforma agrária deveria examinar cada caso em separado para avaliar sobre a conveniência ou não da fragmentação da terra. Um dos casos em que tal partilha poderia ser feita, sem os riscos de desorganizar a produção, era aquele em que a grande propriedade era cultivada por um conjunto de parceiros.

Segundo Caio Prado Júnior, a parceria era um tipo de organização agrária intermediária entre a grande propriedade e a propriedade parcelária. Neste caso, a grande propriedade já estava dividida do ponto de vista da produção, porque, embora integrado num todo, o parceiro realizava o seu trabalho independente dos demais. Fato que não se verificava na grande exploração típica, onde o trabalho e a produção eram organizados coletivamente, ou seja, os trabalhadores se ocupavam, em conjunto, com a totalidade da propriedade. Portanto, a organização em parceria poderia ser um ponto de apoio para realizar um dos objetivos da reforma agrária: a desconcentração da propriedade e a substituição das relações de assalariamento pela condição de proprietário independente.³⁹

Outro ponto essencial da análise caiopradiana sobre a reforma agrária diz respeito à forma de indenização no caso das desapropriações fundiárias. Como as demais correntes reformistas, o autor considerava que o pagamento em dinheiro era inviável. Era preciso

efetuar o pagamento de futuras desapropriações na forma de títulos públicos acrescidos de juros. Apesar disso, ele reiterava que a subdivisão da grande propriedade era, em muitos casos, necessária e desejável, mas que tal procedimento não podia ser adotado indistintamente. Citava como casos passíveis de desapropriação as propriedades localizadas nas zonas canavieiras do Nordeste e as propriedades e loteamentos beneficiados por obras públicas (irrigação, açudagem etc.). Neste último caso, defendia a aplicação do dispositivo constitucional que autorizava à União a cobrança da taxa de melhoria dos proprietários beneficiados pelas obras públicas. Defendia, ainda, como instrumento auxiliar, capaz de abrir perspectivas para distribuição da terra, a aplicação efetiva do Imposto Territorial Rural para desestimular a posse especulativa, forçando uma queda no seu preço. Assim, haveria o incentivo à venda dos imóveis, abrindo possibilidade de sua desapropriação e posterior transferência para os pequenos proprietários.

Outro ponto enfatizado pelo autor relacionava-se com as áreas de povoamento recente ou ainda despovoadas. Observava que se fazia necessário uma política do Estado, no sentido de organizar a ocupação do território, visando evitar a repetição do predomínio da grande propriedade e a apropriação predatória das zonas de fronteira. Esta significava a ação de grileiros que procuravam forjar títulos de propriedade, expulsando os posseiros e “escamoteando a propriedade fundiária em benefício de uns poucos”. Na raiz dos conflitos envolvendo posseiros em Goiás e no Paraná estava a ação de especuladores que iam se apropriando de zonas ainda despovoadas pelo expediente “legal” de forjar títulos de propriedade.

Além da elaboração e implementação de uma política de povoamento das zonas pioneiras pelo Estado, haveria necessidade de fazer valer o artigo 156 da Constituição, que previa aos posseiros de terras devolutas preferência na aquisição de um lote de até 25 ha; e nos casos de terras privadas, aqueles com 10 anos de posse sem reconhecimento de domínio alheio teriam direito a adquirir propriedade também de 15 ha. A aplicação deste dispositivo, conforme pensava Caio Prado Júnior, resolveria, em boa parte, os problemas dos posseiros, abrindo perspectivas de ocupação das frentes pioneiras com a fixação dos trabalhadores rurais dispostos a se estabelecerem nessas zonas mais longínquas.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ABRANTES, Visconde de. “Memória sobre os meios de promover a colonização”, *Revista de Imigração e Colonização*, ano II (2/3), 1941.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IplanRio/Zahar, 1987.
- _____. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, Edusp, 1994. p. 199-322.
- _____. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 42-59.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/ANPOCS/Editora da Unicamp, 1992.
- _____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.
- ACCIOLY, Pompeu Borges. *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Política Agrária, 1955.
- ADAS, Anita. *Introdução ao pensamento de Anísio Teixeira: uma perspectiva democrática em educação*. Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 2003, 105 p. Dissertação de mestrado.
- ADAS, Sérgio. *Entrevista realizada com o professor Orlando Valverde*. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2001.
- AGUIAR, Antônio Geraldo de. *Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá*. 3 ed. São Paulo, Cortez:UNIMEP, 1985. p. 57-58.
- ALBERTI, Verena. *A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro; entrevistas com pioneiros e construtores da CSN*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999. 11 p.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Oliveira Vianna. Instituições políticas brasileiras. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo, Editora do Senac, 1999. p. 293-313.
- ALMEIDA, Maria H. T. de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, 1989. vol. 1, p. 188-216.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. “Entrevista com Orlando Valverde”. Rio de Janeiro, UFRJ/Fundação IBGE, 27/9/1996. Fita 1, lado A.
- _____. *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Rio de Janeiro, Instituto de Geociências da UFRJ, 2000, 712 p. Tese de doutorado.

- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 6 ed. São Paulo, Cortez, 1987.
- AMORIM, Maria Stella. Costa Pinto e a missão sociológica. In: MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Glaucia (orgs). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999. p. 23-38.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1964. 267 p.
- _____. O Norte e o Nordeste na obra de Orlando Valverde. In: _____. *A questão do território no Brasil*. São Paulo/Recife: Hucitec/Ipespe, 1995. p. 119-130.
- _____. “Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo”, *Revista Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol. 11, n. 29, janeiro-abril 1997, p. 169-194.
- ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. *Oliveira Vianna e a unidade-identidade do espaço brasileiro*. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp, 1995. Dissertação de mestrado.
- _____. *Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira – Everardo Adolpho Backeuser*. Rio Claro, IGCE-Unesp, 2000, 274 p. Tese de doutorado.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo, Scritta, 1998. 384 p.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- BAGÚ, Sergio. El carácter de la economía colonial: feudalismo o capitalismo? In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (orgs.). *La teoría social latinoamericana: textos escogidos. Tomo I: De los orígenes a la CEPAL*. México, UNAM, 1994. p. 123-141.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. 497 p.
- _____. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo, Ensaio, 1994.
- _____. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização. II – Rivalidade emergente*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, Editora do Senac, 1999. 224 p.

- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. *Educação rural capitalista: contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural*. Campinas: Unicamp, 1989, 288 p., Dissertação de mestrado.
- _____. *Cidadania e educação rural no Brasil: um estudo sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963)*. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1997. 331 p. Tese de doutorado.
- BASTOS, Elide Rugai. *Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- _____. A revista *Cultura Política* e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo, Cortez, 2003. p. 146-171.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A militância antifascista: comunistas brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2000. 270 p. Dissertação de mestrado.
- BECHIMOL, Samuel. “O aproveitamento das terras incultas e a fixação do homem ao solo”, *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 42, setembro 1946, 17 pp.
- BECHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo, Loyola, 1999. 295 p.
- BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- _____. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BERNARDES, Nilo. “A colonização européia no Sul do Brasil”, *Boletim Geográfico*, IBGE, n. 109, julho/agosto 1952, 7 p.
- _____. “Expansão do povoamento no Estado do Paraná”, Separata da *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, n. 4, ano XIV, outubro-dezembro 1952, 29 p.
- _____. “Vultos da Geografia do Brasil: Leo Waibel”, *Revista Brasileira de Geografia*, abril-junho 1952.
- _____. Colonização européia no Rio Grande do Sul e colonização em Santa Catarina e no Paraná. In: *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, IBGE, Vol. XII, 1964. p. 295-316.
- _____. “O pensamento geográfico tradicional”, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 44, n. 3, p. 391-414, Rio de Janeiro, jul./set. 1982a.

- _____. “A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 44, n. 3, p. 519-527, Rio de Janeiro, jul./set. 1982b.
- BEROUTCHACHVILI, N.; ROUGERIE, G.. *Géosystèmes et Paysages: bilan et methods*. Paris, Armand Colin, 1991.
- BESSA, Vagner de Carvalho. *Território e desenvolvimentismo: as ideologias geográficas no governo JK (1956-1960)*. São Paulo, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1994, 130 p. Dissertação de mestrado.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000. 480 p.
- BITTENCOURT, Angelo. “Povoamento e fixação demográfica e o Estado do Amazonas”, *Boletim Geográfico*, n. 46, Rio de Janeiro, IBGE, janeiro 1947, 8 p.
- BOTELHO, Carlos de Castro. “Aspectos geográficos da zona cacauêira da Bahia”, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 16, n. 2, pp. 17-32, Rio de Janeiro, abril/junho 1954.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, Annablume, 2004. 396 p.
- BOMENY, Helena M. B.. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999. p. 137-166.
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. *Território e movimento integralista: uma contribuição ao estudo das ideologias geográficas no pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920-1930*. São Paulo, FFLCH-USP, 2001. 206 p, Dissertação de mestrado.
- BONILHA Y SEGURA, Guilherme. “As Missões Culturais no México”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 14, n. 38, p. 51-58, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1950.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. 412 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Saber e ensinar: três estudos de educação popular*. 3. ed. Campinas, Papirus, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Volume I: O impacto das revoluções*. 2. ed. rev. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- BRANDÃO, Gildo Marçal Bezerra. *Partido comunista, capitalismo e democracia: um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira (1920-1964)*. Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP, São Paulo, 1992. 276 p. Tese de doutorado.

- BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da geografia agrária no Brasil. In: *Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Barra dos Coqueiros, Universidade Federal de Sergipe, dezembro de 1987. p. 4-12.
- _____. “O pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig: análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40”, *Revista Geografia*, 2, p. 83-90, São Paulo, Departamento de Geografia FFLCH-USP, 1983.
- _____. “A visão do mundo de Pierre Deffontaines e a ideologia da cultura brasileira nos anos 30”, *Geografia*, Rio Claro, 18 (2):53-67, outubro 1993.
- _____. “Aroldo de Azevedo e a primeira geração acadêmica de geografia no Brasil: um discípulo dos geógrafos franceses”. Rio Claro, 2000. mimeo.
- BUENO, Coimbra. “I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização”, *Boletim Geográfico*, n. 75, Rio de Janeiro, IBGE, junho 1949, 5 p.
- BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo, Edunesp, 2002.
- BUSS, Maria Dolores; GALVAN, Cesare Giuseppe; PARTES, Arlene M. M. “Entrevista com o professor Orlando Valverde”, *Geosul, Revista do Departamento de Geociências-CCH*, ano VI, n. 11, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1.º semestre de 1991.
- _____. “Entrevista com o professor Orlando Valverde”, *Geosul, Revista do Departamento de Geociências-CCH*, ano VI, n. 12/13, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2.º semestre de 1991.
- CABREIRA, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil – a Amazônia brasileira: um estudo de caso*. São Paulo, Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 1996. Dissertação de mestrado.
- CALAZANS, Maria Julieta C. *Le syndicat paysan comme instrument institutionnel de participation. Le cas du Nordeste du Brésil*. Paris, École Pratique des Hautes Études, 1969.
- CALLADO, Antônio. “1.250 km de seca”, *Observador Econômico e Financeiro*, n. 207 (33-42), maio de 1953,.
- CAMARGO, Aspásia. A questão agrária no Brasil: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil republicano, Vol. 3 – Sociedade e política (1930-1964). 3. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1986. p. 121-224.
- CAMARGO, Aspásia (coord.). Elites políticas e regionalismo. In: *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro 1980. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, c. 1983. p. 7-46.

- CÂNDIDO, Antônio. “A Revolução de 30 e a cultura”, *Novos Estudos Cebrap*, vol 2, n. 4. São Paulo, abr. 1984.
- CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona, Barcanova, 1981. 508 p.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro, Difel, 1976. 387. p.
- _____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro, Difel, 1977. 387 p.
- CARVALHO, Afrânio. “A lei agrária e a Geografia”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano 10, n. 4 (535-552), 1948.
- CÂMARA, L. A. “A concentração da propriedade agrária no Brasil”, *Boletim Geográfico*, ano 7, n. 77 (516-28), 1949.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. *A geografia brasileira, dentro e fora da sala de aula: uma ciência em construção*. Campinas, Faculdade de Educação PUC, 1997, 432 p. Dissertação de mestrado.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 108-143.
- CARDOSO, Jary. “Que país é este? Caio Prado Jr. responde”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 de maio de 1978.
- CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. “Veríssimo: o homem, o professor, o geógrafo”, *Boletim Carioca de Geografia*, 8 (34):42, 1955.
- CARVALHO, Manuel Pacheco de. “Plano Nacional de Recuperação e Colonização da Amazônia”, *Boletim Geográfico*, n. 109, IBGE, jul.-ago. 1952, 15 p.
- CAVALCANTI, Paulo. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- CERON A. O.; GERARDI, L. H. “Geografia agrária e metodologia de pesquisa”, *Boletim de Geografia Teorética*, v. 9, n. 17-19 (59-68), 1979.
- CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. 316 p.
- CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos estudos geográficos. In: _____. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1982, p. 11-36.
- CLAVAL, Paul. *Géographie humaine et économique contemporaine*. Paris, PUF, 1984.
- _____. *Essai sur l'évolution de la Géographie Humaine*. Paris, Les Belles Lettres, 1964.
- _____. *La pensée Géographique*. Paris, SEDES, 1972.
- COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo, Difel, 1968. 213 p.

- COHEN, Vera Regina de Aquino. A imigração judaica no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 67-90 (Série Documenta, 4).
- COLISTETE, Renato Perim. *O desenvolvimentismo e seus críticos: as idéias da CEPAL e de Caio Prado Júnior sobre a internacionalização econômica nos anos 50*. Campinas, Instituto de Economia Unicamp, 1990, 311 p. Dissertação de mestrado.
- CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. “Arrendamento de terras na agricultura”. *Boletim Geográfico*, ano 3, n. 32 (1084-7), 1945.
- _____. “A questão dos latifúndios”. *Boletim Geográfico*, ano 3, n. 34, p. 1293-5, 1946.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “Carl Sauer e a Geografia Cultural”, *Revista Brasileira de Geografia*, n. 51 (1), 1989.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- COSTA, Wanderley Messias da; MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1987. 197 p.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. *Crônica de uma guerra secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*. Rio de Janeiro, Record, 2004. 530 p.
- COSTA, Jorge Gustavo. *Planejamento governamental: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1970.
- COSTA, Vanda Ribeiro. “Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30”, In: SOARES, Ricardo Prata et alii. *Estado, participação política e democracia*. Série Ciências Sociais Hoje, n. 3, 1985, 452 p.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via “não clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense/Unesp/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. “Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n. 19, ANPOCS, junho de 1992.
- _____. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- DAVIDOFF, Paulo. *Ignácio Rangel, um pioneiro: o debate econômico do início dos anos sessenta*. Campinas, DEPE-Unicamp, 1980. Dissertação de mestrado.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, s.d.

- DEBERT, Guita Grin. “O desenvolvimento econômico acelerado no discurso populista”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, vol. 3, n. 8, out. 1988.
- DEFFONTAINES, Pierre. “Geografia humana do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 1, n. 1 (19-67), jan.-mar.; n. 2 (20-56), abr.-jun.; n. 3 (16-59), jul./set., Rio de Janeiro, IBGE, 1939.
- _____. “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”, *Boletim Geográfico*, ano II, n. 14 (141-148), Rio de Janeiro, IBGE, maio 1944.
- _____. “As nossas responsabilidades geográficas nas zonas tropicais”, *Boletim Geográfico*, ano 7, n. 75 (229-33), 1949.
- DELGADO, Guilherme C. “Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária”, *Revista Estudos Avançados*, vol. 15, n. 43, São Paulo, IEA-USP, set.-dez. 2001.
- _____. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2. ed. rev. São Paulo, Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002. p. 209-226.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.
- _____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154. (O Brasil republicano; v. 3.)
- DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1997. 254 p.
- DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil. Volume IV: Visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- _____. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Volume V: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- _____. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Volume I: O impacto das revoluções*. 2. ed. rev. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.

- DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999. p. 21-38.
- DINIZ, J. A. F. Evolução dos conceitos geográficos e o estudo da agricultura. In: *Geografia da Agricultura*. São Paulo, Difel, 1984. p. 35-56.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes. *Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1993, 227 p. Dissertação de mestrado.
- DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Volume III: *Teorias. Interpretações*. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo, 1945-1966*. São Paulo, Ensaio, 1993.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DROULERS, Martine. “Les études amazoniennes, de Pierre Monbeig à nos jours”. Texto apresentado no *Simpósio sobre Pierre Monbeig USP/IEB*. São Paulo, outubro de 2001.
- DUQUE, J. G. “Apreciações sobre os solos do Nordeste: conservação da fertilidade e economia da água”, *Boletim Geográfico*, ano 8, n. 93 (1033-71), 1950.
- EGLER, W. A. “Aspectos gerais da cultura do fumo na região do Recôncavo na Bahia”, *Boletim Geográfico*, ano 10, n. 111 (679-88), 1952.
- EGLER, Cláudio Antonio G. A questão regional no Brasil. In: BECKER, Berta K. et alii (orgs.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995, p. 218-234.
- ESCOLAR, Marcelo. *La representación patriótica: legitimación geográfica y formación territorial*. Buenos Aires, Instituto de Geografía UBA, 1990. mimeo.
- ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras (análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo)*. Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ, 1972. Dissertação de mestrado.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000. 226 p.
- FAISSOL, Speridião. *O Mato Grosso de Goiás*. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1952. 267 p.

- _____. “O Núcleo Colonial Barão de Antonina (SP)”, *Boletim Geográfico*, n. 109, IBGE, jul.-ago. 1952. 2 p.
- _____. “O que é colonização?”, *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, IBGE, jul.-set. 1952. 5 p.
- _____. “Alguns aspectos do problema da colonização no Brasil”, *Boletim Geográfico*, n. 111, IBGE, nov.-dez. 1952. 22 pp.
- FALEIROS, Maria Isabel Leme. *Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. FFLCH-USP, São Paulo, 1989. Tese de doutorado.
- _____. Uma visita necessária. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense/Unesp/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989a.
- _____. *Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1989b. Tese de doutorado.
- FAUSTO, Boris. O Estado Novo. In: *Pequenos ensaios de história da República*. São Paulo, Cadernos Cebrap 10, 1972.
- FAUSTO, Boris. “O Estado Novo no contexto internacional”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 17-20.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Distrito Federal (1935-1939)*. Rio de Janeiro, Centro de Estudos e Produção do Saber. Série Instituições Educacionais e Científicas 003. Rio de Janeiro, nov. 1994.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. A fidelidade à História. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense/Unesp/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. *O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia Brasileira (1913-1942)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1994. 164 p. Dissertação de mestrado.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90*. Rio Claro, IGCE-Unesp, 1998. 389 p. Tese de doutorado.
- _____. *Mundo rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo, Editora da Unesp, 2002. 262 p.
- FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de*

1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 14-46 (O Brasil republicano; v. 3).

FERREIRA, Marieta de Moraes. “Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines”, *International Oral History Conference* (10:1998: Rio de Janeiro, RJ). Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference /Eds. Ilana Strozemberg [et al]. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Casa Oswaldo Cruz, 1998. v.1, p.379-386.

_____. Os professores franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Glaucia (orgs). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999. p. 277-300.

_____. Memória política e história do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000. p. 7-13.

FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reforma? Alternativas políticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

FONSECA, Vinícius. “Donos da terra, donos da água”, *Observador Econômico e Financeiro*, n. 207 (44-54), mai. 1953.

FREIRE, Américo. República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000. p. 15-31.

_____. Fortalezas republicanas: ensaio sobre a formação do Distrito Federal nos Estados Unidos e no Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 176-193.

FROTA, Lélia Coelho. “Marcel Gautherot, francês do Brasil”, in *Bahia: Rio São Francisco, Recôncavo e Salvador. Fotografias de Marcel Gautherot*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 9-21.

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

_____. “Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil”, *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1965.

GARCIA, Pedro Benjamim. *Educação: modernização ou dependência?* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

- GEIGER, Pedro Pinchas. “Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação da Geografia”, *Revista Brasileira de Geografia*, n. especial, tomo 2, volume 50, Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- _____. “Depoimento I: Contribuição à história da Geografia Urbana no Brasil”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, Edusp, 1994. p. 363-384.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro, Lacerda Ed., 2000. 513 p.
- GERTZ, René E.. O integralismo na zona colonial alemã. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 195-233 p. (Série Documenta, 4).
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- _____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, 220 p.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- GORENDER, Jacob. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & GRAZIERA, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, Unicamp, 1986. p. 100.
- _____. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.
- GUERRA, Antônio Teixeira. “Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do Núcleo Colonial Seringal Empresa”, *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, IBGE, out.-dez. 1951.
- _____. *Recursos naturais do Brasil: conservacionismo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1969.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. “O planalto central e o problema da mudança da capital do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4 (471-542), Rio de Janeiro, IBGE, out.-dez. 1949.
- _____. “Divisão regional do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, n. especial, tomo 1, volume 50, Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. 1. ed., Cuiabá, Unicen, 2002. 167 p.

- GUNDER FRANK, Andrew. “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo”, *Revista Brasiliense*, n. 51, São Paulo, jan.-fev. 1964.
- GUSMÃO, R. P. “Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências”, *Encontro Nacional dos Geógrafos*, 3 (57-62), Fortaleza, AGB, 1978.
- HARTSHORNE, Richard. *The nature of Geography*. Lancaster, Penn, Ass. of American Geographers, 1939.
- _____. *Questões sobre a natureza da Geografia*. Rio de Janeiro, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *Movimentos político-ideológicos no Brasil: ANL e AIB*. São Paulo, FFLCH-USP, 1979, 156 p. Dissertação de mestrado.
- HILTON, Stanley E. Vargas e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- HIPPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo. A formação do Brasil Colonial*. São Paulo, DS/FFLCH-USP, 1986. Tese de doutorado.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOLZER, Werther. *A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990*. Rio de Janeiro, Instituto de Geociências da UFRJ, 1992. Dissertação de mestrado.
- IBGE. “Missão cultural e técnica do engenheiro Cristóvão Leite de Castro a vários países da América”, *Noticiário da Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1944. p. 136-137.
- _____. “Nonagésima tertúlia, realizada em 19 de dezembro de 1944”, *Boletim Geográfico*, ano 2, n. 22 (1560-1563), janeiro de 1945.
- _____. “Excursão ao Paraná”, *Noticiário da Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, abr.-jun. 1950. p. 172-179.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica*. 6 ed. São Paulo/Lima, Peru, Cortez/Celats, 1988.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP, Edusc/Anpocs, 2004. 366 p.

- IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e GRAZIERA, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, Unicamp, 1986. p. 67-77.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- JAMES, Preston E.. *All Possible Worlds: a history of geographical ideas*. Indianapolis (USA), The Bobbs-Merril Company, 1977.
- JOHNSTON, R. J.. *Geografia e geógrafos*. Difel, São Paulo, 1986.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo, Hucitec/ Editora Unesp, 2003. 454 p.
- LAFER, Celso. *The planning process and the political system in Brazil. A study of Kubitschek's Target Plan, 1956-1961*. Cornell University, 1970. Dissertação de PhD.
- LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, Editora da Unesp, 1997. p. 93-114.
- _____. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo, FFLCH-USP, Departamento de Ciência Política, Tese de doutoramento, 1999. 274 p.
- LAMOUNIER, Bolivar. "Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, vol. 2, Anpocs, jun. 1987.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 9-46 (Série Documenta, 4).
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo, Edusp, 1999.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed., Campinas, Editora da Unicamp, 1986. 106 p.
- LESSA, Carlos; FIORI, José Luiz. "Relendo a política econômica: as falácias do nacional-populismo do segundo governo Vargas", *Texto para Discussão*, n. 30, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1983.
- LEVINE, Robert. *O regime de Vargas (1934-1938)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Eli Napoleão de. Euclides da Cunha e o Estado Novo. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro, Faperj/Mauad, 2001. p. 77-100.

- LIMA, Miguel Alves de. “O problema da escolha de áreas de trabalho na Campanha Nacional de Educação Rural”, *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1:31, jul. 1954.
- LIMONGI, Fernando Papaterra. “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a *Revista Brasiliense*”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, vol. 2, Anpocs, out. 1987.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1964.
- LINZ, Juan J. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sergio (org.). *O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LOVISOLO, Hugo. “Positivismo na Argentina e no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n. 19, Anpocs, jun. 1992.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, Editora da Unesp, 1999. 319 p.
- LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Os constituintes em face da imigração*; estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934. São Paulo, Departamento de História da FFLCH-USP, 1975. 185 p. Dissertação de mestrado.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In: CASTRO, Iná Elias et alii (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995a. p. 309-353.
- _____. A fronteira agrícola na Amazônia. In: BECKER, Berta K.; CHRISTOFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro P. (orgs.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Comissão Nacional do Brasil da UGI, 1995b. p. 181-217.
- MACHADO, Mônica Sampaio. “A implantação da Geografia universitária no Rio de Janeiro”, *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, n. 69 (5), 1.º ago. 2000.
- _____. *A geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia Brasileira*. São Paulo, FFLCH-USP, 2002. 194 p. Tese de doutorado.
- MAIA, Doralice Sátyro. “A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições”, *Terra Livre*, Paradigmas da Geografia – Parte I, n. 16 (71-98), São Paulo, AGB, 1º semestre 2001.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

- MARIGHELLA, Carlos et alli. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- MARTIN, André Roberto. *As fronteiras internas e a “questão regional” no Brasil*. São Paulo, Departamento de Geografia FFLCH-USP, 1993. 271 p. Tese de doutorado.
- MARTÍNEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1999, 295 p. Tese de doutorado.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil; terra e poder: o problema da terra na crise política*. 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1985.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5. ed., Petrópolis, Vozes, 1995.
- MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: CPDOC (org.). *A revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, UnB, 1983. p. 673.
- _____. O Estado Novo. In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira A de (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984. vol. 2.
- _____. “A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940)”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, vol. 2, Anpocs, jun. 1987.
- _____. (coord.). A Revolução de 30 em perspectiva: Estado, estrutura, poder e processo político. In: *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, set. 1980. Brasília, Editora da UnB, c. 1983. p. 669-689.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*. São Paulo, FFLCH-USP, 1982. Dissertação de mestrado.
- _____. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume IV: *Visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- MELO, Marcus André B. C. de. “Municipalismo, *nation-building* e a modernização do Estado no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 8, n. 23, Anpocs, out. 1993.
- MENDOZA, Josefina Gómez et alli. *El pensamiento geográfico*. Madrid, Alianza Editorial, s.d.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. “Alceu Amoroso Lima e o homem brasileiro: um projeto inconcluso”, CLACSO, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 31 ago. 1998, 28 p.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1979.

- _____. “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, vol. 2, Anpocs, out. 1987.
- MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo, Difel, 1957. p. 33-77.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1980. 155 p.
- _____. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo, Contexto, 2000.
- MONTEIRO, John M. A dimensão histórica do latifúndio. In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense/Unesp/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989. p. 151-161.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 2. ed., São Paulo, Hucitec, 1983. 138 p.
- _____. *Ideologias geográficas*. São Paulo, Hucitec, 1988. 156 p.
- _____. “Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil”, *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 8 (166-176). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1991.
- _____. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- _____. *Território e história no Brasil*. São Paulo, AnnaBlume/Hucitec, 2002. 198 p.
- MORAES, João Quartim de. O positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, Editora da Unesp, 1997. p. 73-92.
- _____. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo, São Paulo, Siciliano, 1991. Vols. 1 e 2.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo, Expressão Popular, 2002. 192 p.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Editora da Unesp, 1999.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade. Dilemas, estratégias e projetos sociais (1956-1961)*. São Paulo, Departamento de História FFLCH-USP, 1995, 283 p. Tese de doutorado.
- _____. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. vol. 3, p. 155-194.

- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1978. 303 p.
- MOTTA, Marly Silva. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, FGV, 1992.
- _____. O ‘Hércules da prefeitura’ e o ‘demolidor do Castelo’: o Executivo Municipal como gestos da política urbana da cidade do RJ. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, pp. 194-211.
- MUNIZ, Ana Lúcia Gomes. *Entre monarquia e república, ditadura e democracia. O fim do franquismo e as causas da transição política espanhola*. São Paulo, FFLCH-USP, 1998, 166 p. Dissertação de mestrado.
- NAVARRO, Zander. “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”, *Estudos Avançados*, vol. 15, n. 43, São Paulo, IEA-USP, set.-dez. 2001.
- NEGRÃO, João Henrique Botteri. “*Selvagens e incendiários*”: o discurso anticomunista e as imagens da Guerra Civil Espanhola. São Paulo, FFLCH-USP, 2001, 296 p. Tese de doutorado.
- NEIVA, Arthur Hehl. “Aspectos geográficos da imigração e colonização do Brasil”, Separata da *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, ano IX, jul. 1946, 21 p.
- NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia, 1991.
- NUNES, C. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista, Edusf, 2000. 644 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao “Estado isolado” de von Thiinen*. São Paulo, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1978. vols. 1 e 2. Tese de doutorado.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1996.
- _____. “As transformações territoriais recentes no campo brasileiro”. Prova de Erudição para cargo de Professor Titular, FFLCH-USP, mar. 1998. mimeo.
- OLIVEIRA, Eliezer R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco. *O Ornitorrinco* (versão fornecida pelo Prof. Emir Sader em junho de 2003). mimeo.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Elite intelectual e debate político nos anos trinta*. Rio de Janeiro, FGV, 1980.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995. 193 p.

- _____. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 83-96.
- _____. Cultura urbana no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000. p. 139-149.
- _____. A redescoberta do Brasil nos anos 50: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica e VELOSO, Mariza (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília, Editora da UnB, 2001. p. 139-161.
- _____. Memórias do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 156-173.
- OLIVEN, Ruben George. "O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 9, vol. 3, Anpocs, fev. 1989.
- PAGNI, P. A. *Do Manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*. Ijuí, Editora da Unijuí, 2000. 344 p.
- PAIM, Antonio. *A UDF e a idéia de universidade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981. 144 p.
- _____. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982. p. 17-96.
- PAIVA, V. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. Rio de Janeiro, Loyola, 1973.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990. 335 p.
- PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Documentos para Disseminação, Memória Institucional nº 4. Rio de Janeiro, IBGE, 1993. 124 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia do Estado Novo: visões regionais. In: WERNECK DA SILVA, José Luiz (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991. vol. 1.
- PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil (1838-1922)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1997, 107 p. Dissertação de mestrado.
- _____. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2002, 169 p. Tese de doutorado.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo, Editora 34, 2000. 262 p.
- PÓVOA, NETO, Helion e RUA, João. “Cinquenta anos de Geografia: entrevista com o professor Speridião Faissol”, *Revista GeoUerj*, Rio de Janeiro, 1996. p. 55-70.
- PRADO JÚNIOR, Caio. “Problemas de povoamento e a pequena propriedade”, *Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio*, 10 (115), mar. 1944.
- _____. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- _____. *História econômica do Brasil*. 37. ed. São Paulo, Brasiliense, s/d.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. 4. ed., São Paulo, Brasiliense, 1987a.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987b.
- _____. Problemas de povoamento e divisão da propriedade rural (1946). In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- PREBISCH, Raul. *Hacia una dinámica del desarrollo latino-americano*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1967.
- RAIMUNDO, Silvia Lopes. As lições de Geografia que aprendemos em Cassiano Ricardo. In: *I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*, Trabalhos Completos, Vol. 1. Rio Claro, 9 a 12 dez. 1999, vol. 1, p 80-86.
- RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife, Codepe, 1962.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior, continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume V: *Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- _____. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume I: *O impacto das revoluções*. 2. ed. rev. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- REZENDE, Vera F. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 256-281.

- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/Fapesp/ Editora 34, 2000.
- _____. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo, Xamã, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume V: *Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- RIOS, José Arthur. “O imigrante e o problema da terra”, *Boletim Geográfico*, n. 76, IBGE, jul. 1949. 7 p.
- _____. *Educação dos grupos*. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1957. microfilme, p. 18.
- RIQUE DA SILVA, Lenyra. Revisão da questão agrária brasileira, a partir da ótica de Manoel Correia. In: Do senso-comum à Geografia científica. São Paulo, Contexto, 2004. p. 76-89.
- ROCHA, Genylton O. Rego da. “Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da Geografia escolar brasileira”, *Terra Brasilis*, ano 1, n. 1 (83-109), 2000.
- RONDON, Frederico, Ten. Cel. “Colonização nacional, magno problema brasileiro”. *Boletim Geográfico*, n. 46, IBGE, jan. 1947. 11 p.
- RUDZIT, Gunther. *O processo de formação do oficial do exército brasileiro e a geografia (1850-1930)*. São Paulo, Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 1997. Dissertação de mestrado.
- SADER, Emir. *Cuba: um socialismo em construção*. Petrópolis, Vozes, 2001. 119 p.
- SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982. p. 97-134.
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2001.
- _____. A noção de interior em Caio Prado Jr. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro, Faperj/Mauad, 2001. p. 35-48.
- _____. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume I: *O impacto das revoluções*. 2. ed. rev. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

- SARETTA, Fausto. O Governo Dutra na transição capitalista no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2. ed. rev. São Paulo, Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. p. 99-117.
- SARMENTO, Carlos Eduardo B. A arquitetura do impossível: a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 1930. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000. p. 33-57.
- SCHÄTZL, Ludwig. Economic Geography. In: EHLERS, Eckart (org.). *40 years after: German Geography. Developments, trends and prospects 1952-1992*. Bonn, Geographische Institute der Universität Bonn, 1992. p. 173-194.
- SCHULZ, John. A fronda pretoriana. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – o Brasil Monárquico*. São Paulo, Difel, 1972. t. II, vol. 5.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília, Editora da UnB, 1983.
- _____. “A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, vol. 2, Anpocs, out. 1987.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Paz e Terra/FGV, 2000. 405 p.
- SETZER, José. “O caboclo como formador do solo”, *Boletim Geográfico*, ano 8, n. 96 (1441-4), 1951.
- SEYFERTH, Giralda. “Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9, n. 26, Anpocs, out. 1994.
- _____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999. p. 199-228.
- SILVA, Aldo Aloisio Dantas da. *Conexidade, complexo geográfico: Vidal de La Blache, Pierre Monbeig*. São Paulo, FFLCH-USP, 2002a, 191 p. Tese de doutorado.
- SILVA, José Graziano da. Viabilidade de uma reforma agrária em São Paulo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.
- SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. *Notas introdutórias de um itinerário interpretativo sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro*. São Paulo, Departamento de Geografia FFLCH-USP, set. 1996, 227 p. Dissertação de mestrado.

- SILVA, Lúcia Osório. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do ‘caso da Itabira Iron’. In: LORENZO, Helena Carvalho De; COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, Editora da Unesp, 1997. p. 15-35.
- _____. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Volume IV: *Visões do Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – *O Brasil Republicano*, Vol. 4 – *Economia e Cultura (1930-1964)*. São Paulo, Difel, 1983.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 214 p.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- _____. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1962.
- _____. *História da burguesia do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1971.
- SOUTO MAIOR, Ariadne Soares. Povoamento. In: *Geografia do Brasil, Grande Região Sul*. Rio de Janeiro, IBGE, 1968. t. II, vol. IV.
- SOUZA, Claudia Moraes de. “Nenhum brasileiro sem escola” – *Projetos de Alfabetização e Educação de Adultos do Estado Desenvolvimentista (1950-1963)*. São Paulo, Departamento de História FFLCH-USP, 1999. 181 p. Dissertação de mestrado.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional. A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a política política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2002, 252 p. Dissertação de mestrado.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. “‘A explosão’ do território: falência da região?”, *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VII, n. 1, abr. 1993.
- _____. “Milton Santos: a trajetória de um mestre”, *El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 124, 30 set. 2002b.
- STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.

- STERNBERG, H. O. "Manual de conservação do solo", *Boletim Geográfico*, ano 9, n. 103 (673-700), 1951.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano. Economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo, Difel, 1984. t. III, v. 4, p. 107-207.
- TAPIA, Jorge Ruben Biton. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil 1946-1964*. Campinas, IFCH-Unicamp, 1986. vol. 1, 288 p. Dissertação de mestrado.
- _____. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil 1946-1964*. Campinas, IFCH-Unicamp, 1986. vol 2, p. 289-611, Dissertação de mestrado.
- TAVARES, José Nilo. Getúlio Vargas e o Estado Novo. In: WERNECK DA SILVA, José Luiz (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991. vol. 1.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; CASTRO E SILVA, Maria Thereza L. L.. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, Relatório de Pesquisa n. 8, 1972. 202 p.
- TOLEDO, C. Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1978.
- TÔRRES FILHO, A. "Conservação da fertilidade do solo como medida básica de defesa da agricultura nacional", *Boletim Geográfico*, ano 7, n. 76 (395-402), 1949.
- TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. 235 p.
- TRINDADE, Héglio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo/Porto Alegre, Difel/UFRS, 1974.
- VALVERDE, Orlando. "O porto de Santos", *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 1, n. 7 (36-37), outubro 1943.
- _____. "Como organizar a bibliografia de um trabalho científico", *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 20 (1176-1181), IBGE, nov. 1944.
- _____. "Divisão regional do vale do São Francisco", *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, CNG, abr.-jun. 1944a.
- _____. "Dois ensaios de geografia urbana: Pirapora e Lapa", *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, ano VI, Rio de Janeiro, IBGE, out.-dez. 1944b.

- _____. “Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul”, *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, ano X, Rio de Janeiro, IBGE, 1948.
- _____. “O sistema de roças e a conservação dos solos na Baixada Fluminense”, *Boletim Carioca de Geografia*, ano V, n. 3 e 4, AGB, Secção Regional do Rio de Janeiro, 1952a.
- _____. “O Sertão e as serras – o centro-norte do Ceará. Estudo geográfico para a localização de uma missão rural”, *Boletim Carioca de Geografia*, ano V, n. 3 e 4, AGB, Secção Regional do Rio de Janeiro, 1952b.
- _____. *Excursão à Itatiaia – Guia*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE/CNG, 1952c.
- _____. “Relatório técnico da excursão ao Rio Grande do Norte”, *Boletim Carioca de Geografia*, ano VI, n. 3 e 4, AGB, Rio de Janeiro, 1953a.
- _____. “Aspectos geográficos e econômicos da agricultura no Município de Itaboraí”, *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói, 1953b.
- _____. “A Geografia Agrícola e seu interesse para os trabalhos da CNER”, *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*, I, n. 1 (94-112), Rio de Janeiro, MEC, jul., 1954.
- _____. “Reconhecimento geográfico no município de Pompéu, M.G”, *Boletim Carioca de Geografia*, ano VIII, n. 1 e 2, Rio de Janeiro, AGB, 1955a.
- _____. “O uso da terra no leste da Paraíba”, *Revista Brasileira de Geografia*, 17 (1): 49-90, Rio de Janeiro, IBGE, 1955b.
- _____. “Antropogeografia”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIX, n. 19 (195-207), Rio de Janeiro, IBGE, jul.-set. 1957a.
- _____. “Geografia econômica e social do babaçu no meio norte”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIX, n. 4 (3-42), Rio de Janeiro, IBGE, out.-dez. 1957b.
- _____. *Planalto Meridional do Brasil. Guia da Excursão n.º 9, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Rio de Janeiro, CNG, 1957c.
- _____. “Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XX, n. 1 (3-82), Rio de Janeiro, IBGE, jan.-mar. 1958.
- _____. “A velha imigração italiana e sua influência na agricultura e na economia do Brasil”, *Caderno da Indústria*, n. 1, Rio de Janeiro, Sesi, 1959, 51 p.
- _____. “Os Distritos Meridionais de Colatina – Espírito Santo”, *Revista do Serviço Social Rural (SSR)*, 1960a.
- _____. “O Noroeste da Mata pernambucana (A região de Timbaúba)”, *Boletim Carioca de Geografia*, ano XIII, n. 1 e 2 (5-68), Rio de Janeiro, 1960b.

- _____. “A geografia agrária como ramo da geografia econômica”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXIII, n. 2 (170-172), abr.-jun. 1961.
- _____. “Revolução da economia açucareira e intervenção do Estado”, *Jurídica*, ano VIII, vol. XXVII, n. 78 (213-227), jul.-set. 1962.
- _____. “O arroz no Maranhão”, *Boletim Carioca de Geografia*, XVI, 1963, p. 1-29.
- _____. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro, INEP, 1964a. vol. 1.
- _____. Geografia tropical. In: *Curso de informações geográficas (para professores de geografia do Ensino Médio)*. Rio de Janeiro, IBGE, jul. 1964b. p. 43-55.
- _____. “Relatório dos membros do CNG à XIX Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada em 1964 na cidade de Poços de Caldas”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXVI, n. 4, out.-dez. 1964c.
- _____. “Reconhecimento da bacia leiteira do Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXVI, n. 4 (123-129), out.-dez. 1964d.
- _____. “A fazenda de café escravocrata no Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXIX, n. 1 (137-81), jan.-mar. 1967.
- _____. “Contribuição de Leo Waibel a Geografia Brasileira”, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXX, n. 1, janeiro/março, 1968.
- _____. “Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá”, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano 34, n. 1 (49-144), jan.-mar., 1972.
- _____. “Fábio Macedo Soares Guimarães: *in memoriam*”, *Boletim Carioca de Geografia*, 1977a.
- _____. *Recursos naturais e o equilíbrio das estruturas regionais*. Rio de Janeiro, IBGE/Supren, 1977b.
- _____. Reflexões sobre uma reforma agrária para o Brasil (limites máximo e mínimo da propriedade da terra). In: MARIGHELLA, Carlos et alii. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo, Brasil Debates, 1980a. p. 58-64.
- _____. Metodologia da Geografia Agrária. In: *Reflexões sobre a geografia*. São Paulo, AGB, 1980b. p. 53-80.
- _____. Dos grandes lagos sul-americanos aos grandes eixos-redoviários. In: VALVERDE, Orlando & FREITAS, Tácito Lívio Reis de. *O problema florestal da Amazônia brasileira*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- _____. “Evolução da Geografia Brasileira no após-guerra (Carta aberta de Orlando a Orlando)”, *Boletim Paulista de Geografia*, n. 60, AGB, São Paulo, 2.º semestre de 1983/1.º semestre de 1984.
- _____. (coord.). *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Vol. 2: Acre e regiões vizinhas. Rio de Janeiro, IBGE, 1989. 221 p.

- _____. Improvisações em torno de Teixeira de Freitas, *Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas*. Rio de Janeiro, IBGE/CDDI, 1991, 49 p.
- _____. “Pré-história da AGB carioca”, *Terra Livre*, n. 10 (117-122), São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, jan.-jul. 1992.
- _____. *Curriculum Vitae de Orlando Valverde*. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1999, 13 p. (Versão fornecida por Orlando Valverde.)
- VALVERDE, Orlando; COELHO MESQUITA, Myriam Gomes. “Reconhecimento geográfico em Araruama e Saquarema (relatório preliminar)”, *Boletim Baiano de Geografia*, ano I, n. 3 (3-20), Salvador, dez. 1960.
- _____. “Geografia agrária do Baixo Açu”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXIII, n. 3 (3-42), jul.-set. 1961.
- VALVERDE, Orlando; COELHO MESQUITA, Myriam Gomes; SCHEINVAR, Léa. “Geografia econômica do Nordeste potiguar”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXIV, n. 1 (3-42), jan.-mar. 1962.
- VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina V. *A Rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro, IBGE, 1967. 350 p.
- VARGAS, Getúlio. A batalha da produção. In: *Governo trabalhista*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1952. vol. 1.
- _____. Mensagem presidencial 1952. In: *Governo trabalhista*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. vol. 2.
- _____. *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. vol. III.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1979. 261 p.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. p. 71-108.
- VESENTINE, Carlos A. “A instauração da temporalidade e a (re)fundação na História: 1937 e 1930”, *Tempo Brasileiro*, n. 87, 1986.
- VIANA, Cíbilis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento: de Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1990a. vol. 1, 280 p.
- _____. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, FFLCH-USP, 1990b. vol. 3, p. 592-898. Tese de doutorado.

- _____. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo* (O Brasil Republicano). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 65-105.
- VICENZI, Leticia Josephina Braga de. “A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil”, *Forum Educacional*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, jul.-set. 1986.
- Vídeo gravado na ocasião da entrega do título de *Doutor Honoris Causa* ao Profº Orlando Valverde, ocorrida em 8 de junho de 2001, no Rio de Janeiro, sob iniciativa da UFRJ. Direção de Emydio Gonzaga (Vic Foto – Rio de Janeiro).
- VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume V: *Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- VILLELA, Anibal V. & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Ipea, 1973.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. vol. 3, p. 195-216.
- VLACH, Vânia R. Farias. *A propósito do ensino de Geografia: em questão o nacionalismo patriótico*. São Paulo, FFLCH-USP, 1988, 206 p. Dissertação de mestrado.
- WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- WAGEMANN, Ernest. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1949. 104 p.
- WAIBEL, Leo H.. “A teoria de von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra: sua aplicação a Costa Rica”, *Revista Brasileira de Geografia*. 10 (1): 3-40, Rio de Janeiro, IBGE, 1948.
- _____. “A vegetação e o uso da terra no Planalto Central”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano 10, n. 3 (335-380), Rio de Janeiro, IBGE, 1948.
- _____. “Princípios da colonização européia no sul do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano 11, n. 2 (159-222), Rio de Janeiro, IBGE, 1949.
- _____. “O que aprendi no Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, jul.-set. 1950.
- _____. “As zonas pioneiras do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n. 4 (3-36), Rio de Janeiro, IBGE, out.-dez. 1955.

- _____. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. 307 p.
- _____. “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, ano 50, tomo 1, especial, 1988.
- _____. “Determinismo geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital)”, *Boletim Geográfico*, n. 164 (612-617), Rio de Janeiro, IBGE, 1961.
- WANDERLEY, Luís Eduardo. *Educar para transformar: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e política no Brasil*. São Paulo, USP, 1972.
- _____. *O populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- WEST, Robert C. *Pioneers of Modern Geography: translations pertaining to German geographers of the late nineteenth and early twentieth centuries*. Baton Rouge, Geoscience & Man, 1990. 188 p., v. 28.
- WIRTH, John D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.
- ZARUR, Jorge. “Geografia: ciência moderna ao serviço do homem”, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, jul.-set. 1944. p. 5-18.
- _____. *A bacia do médio São Francisco: uma análise regional*. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1947, 187 p.
- ZORZENON COSTA, Júlio César. *Política colonizadora, industrialização, desenvolvimento regional e o núcleo colonial Barão de Antonina (1930-1944)*. São Paulo, Departamento de História Econômica da FFLCH/USP, 1999. 173 p. Dissertação de mestrado.
- ZUSMAN, Perla; PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. “Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho” *Terra Brasilis*, ano 1, n. 1 (50-81), jan.-jun. 2000.